

Marcelo Gomes Ribeiro
Lygia Gonçalves Costa
Luiz César de Queiroz Ribeiro
ORGANIZADORES

**Estrutura social das
metrópoles brasileiras:
análise da primeira década do século XXI**



**Observatório
das Metrópoles**
Instituto Nacional de
Ciência e Tecnologia

coleção
METRÓPOLES

LETRAPITAL

**Marcelo Gomes Ribeiro
Lygia Gonçalves Costa
Luiz César de Queiroz Ribeiro**
ORGANIZADORES

**Estrutura social das
metrópoles brasileiras:
análise da primeira década do século XXI**



Observatório
das Metrópoles
Instituto Nacional de
Ciência e Tecnologia

colecção
METRÓPOLES

LETRAPITAL

Marcelo Gomes Ribeiro
Lygia Gonçalves Costa
Luiz César de Queiroz Ribeiro
ORGANIZADORES

Estrutura social das metrópoles brasileiras:
análise da primeira década do século XXI



Observatório
das Metrópoles
Instituto Nacional de
Ciência e Tecnologia

LETRAPITAL

Copyright © Marcelo Gomes Ribeiro, Lygia Gonçalves Costa
e Luiz César de Queiroz Ribeiro (Organizadores), 2013.

Todos os direitos reservados e protegidos pela Lei 9. 610 de 19/02/1998.
Nenhuma parte deste livro, sem a autorização prévia por escrito da Editora,
poderá ser reproduzida ou transmitida, sejam quais forem os meios empregados.

EDITOR:

João Baptista Pinto

PROJETO GRÁFICO:

Rian Narcizo Mariano

CAPA:

Rian Narcizo Mariano

REVISÃO:

Do autor

CONVERSÃO PARA E-BOOK

Freitas Bastos

CIP-BRASIL. CATALOGAÇÃO NA PUBLICAÇÃO
SINDICATO NACIONAL DOS EDITORES DE LIVROS, RJ

E85

Estrutura social das metrópoles brasileiras: análise da primeira década do século XXI / Marcelo
Gomes Ribeiro, Lygia Gonçalves Costa, Luiz César de Queiroz Ribeiro, organizadores. - 1. ed. -
Rio de Janeiro : Letra Capital, 2013.

472 p. : il. ; 23cm.

Inclui bibliografia

ISBN: 978-85-7785-200-0

1. Sociologia. 2. Demografia. 3. Estrutura social - Brasil. 4. Territorialidade humana. 5. Economia.
7. Regiões metropolitanas. I. Ribeiro, Marcelo Gomes, 1978. II. Costa, Lygia Gonçalves, 1974. III.
Ribeiro, Luiz César de Queiroz, 1947.

13-00187 CDD: 304.6 CDU: 314

OBSERVATÓRIO DAS METRÓPOLES - IPPUR/UFRJ

Coordenação Geral: Luiz Cesar de Queiroz Ribeiro

Av. Pedro Calmon, 550, sala 537, 5ª andar – Ilha do Fundão

Cep 21.941-901 – Rio de Janeiro, RJ

Tel/Fax 55-21-2598-1950

www.observatoriodasmetropoles.net

LETRA CAPITAL EDITORA

Tels: 21. 3553-2236 | 2215-3781

www.letracapital.com.br

Sumário

Capa

Folha de Rosto

Créditos

Apresentação

Parte I – Estrutura social e condições socioeconômicas no Brasil metropolitano

Capítulo 1 - Estrutura Social no Brasil Metropolitano

1. Introdução

2. Principais abordagens teóricas de estrutura social

A PERSPECTIVA MARXISTA

A PERSPECTIVA WEBERIANA

ESPAÇO SOCIAL DE PIERRE BOURDIEU

3. Classes e frações de classe: a realidade brasileira

4. Operacionalização da pnad para estratificação social do observatório das metrópoles

Referência bibliográfica

Capítulo 2 - Transformações econômicas e estrutura social das regiões metropolitanas do Brasil

1. Introdução

2. O mercado de trabalho nas metrópoles brasileiras

CONDIÇÃO DA ATIVIDADE ECONÔMICA

CONDIÇÃO OCUPACIONAL

3. A estrutura social das metrópoles brasileiras

4. Considerações finais

Referência bibliográfica

Capítulo 3 - Desigualdades de renda e estrutura social no Brasil metropolitano

1. Introdução

2. Mudanças nas desigualdades de renda

3. Comportamento da renda do trabalho principal nas regiões metropolitanas do Brasil
4. Desigualdades de renda da estrutura social
5. Determinantes Das Desigualdades De Renda
6. Conclusões

Referência bibliográfica

Capítulo 4 - Determinantes do desemprego no Brasil metropolitano: análise da oferta de trabalho

1. Introdução
2. Desemprego nas regiões metropolitanas do Brasil: uma visão de conjunto
- 2.1 METODOLOGIA DE ANÁLISE E VARIÁVEIS UTILIZADAS
- 2.2 RESULTADOS

Características dos indivíduos

Variáveis de contexto

3. Análise comparativa do desemprego nas regiões metropolitanas do Brasil
- 3.1 COMPARATIVO DAS TAXAS DE DESEMPREGO
- 3.2 DETERMINANTES DO DESEMPREGO ENTRE AS REGIÕES METROPOLITANAS

Efeito da escolaridade

Efeito sexo

Efeito cor

Efeito idade

Efeito território

4. Considerações finais

Referência bibliográfica

Capítulo 5 - Dinâmica populacional e migrações nas regiões metropolitanas nos anos 2000

1. Introdução
2. Urbanização, metropolização e mudanças nos fluxos migratórios
3. Migrações nas regiões metropolitanas segundo o território
4. Inserção ocupacional
5. Motivos para a migração
6. Mobilidade urbana
7. Considerações finais

Referências bibliográficas

Capítulo 6 - Moradores de favelas e violência policial: dados sobre as regiões metropolitanas brasileiras²⁰

1. Introdução
2. Cidade, favela, e “violência urbana”
3. “Violência urbana” e a “metáfora da guerra”
4. Resultados

SOBRE OS DADOS

RECORTE UTILIZADO

ANALISANDO OS DADOS

5. Conclusões

Referências bibliográficas

Anexos

Parte II – Estrutura social em regiões metropolitanas do Brasil

Capítulo 7 - Região metropolitana de Salvador: mercado de trabalho e estrutura sócio-ocupacional

1. Introdução
2. A dinâmica do mercado de trabalho na RMS
3. A estrutura sócio-ocupacional da RMS
4. Algumas observações finais

Referências bibliográficas

Capítulo 8 - Mercado de trabalho e estrutura social na região metropolitana do Recife: observações a partir das pnads 2001-2008

1. Introdução
2. A estrutura socioeconômica e o mercado de trabalho em Pernambuco
 - 2.1 AS HERANÇAS DA OCUPAÇÃO DO TERRITÓRIO
 - 2.2 O MERCADO DE TRABALHO PERNAMBUCANO NO CONTEXTO RECENTE
 - 2.3 Os INVESTIMENTOS RECENTES E SEU IMPACTO NO MERCADO DE TRABALHO METROPOLITANO
3. Posição na ocupação, composição social e mercado de trabalho em pernambuco: pnads (2001-2008)
 - 3.1 CARACTERÍSTICAS DA POPULAÇÃO EM IDADE ATIVA (PIA)
 - 3.2 INSERÇÃO DA POPULAÇÃO NO MERCADO DE TRABALHO
 - 3.3 CONDIÇÃO DE PROTEÇÃO SOCIAL
4. A composição sócio-ocupacional do mercado de trabalho metropolitano
 - 4.1 OS GRUPOS SÓCIO-OCUPACIONAIS NA RM RECIFE

5. Considerações finais

Referência bibliográfica

Capítulo 9 - Seletividade no mercado de trabalho no Rio Grande do Norte e em Natal – 2001-2008

1. Introdução

2. Globalização, reestruturação produtiva e mercado de trabalho em regiões de desenvolvimento

3. Conjuntura do mercado de trabalho no processo de crescimento econômico da periferia

3.1 CONJUNTURA DO MERCADO DE TRABALHO POTIGUAR – 2001-2008.

4. Estrutura socioeconômica e demográfica do mercado de trabalho no RN e em Natal – 2001/2008.

5. Considerações finais

Referências bibliográficas

Capítulo 10 - Diagnóstico do mercado de trabalho e da evolução das categorias sócio ocupacionais da região metropolitana de Belo Horizonte (RMBH) - 2001 a 2008

1. Introdução

2. Breve histórico da região metropolitana de Belo Horizonte

3. Diagnóstico do mercado de trabalho da RMBH segundo dados da PNAD para o período 2001 a 2008

4. Diagnóstico sócio-ocupacional da RMBH segundo dados da PNAD/IBGE no período 2001 a 2008

5. Conclusão

Referência bibliográfica

Capítulo 11 - Estrutura social e desigualdades de renda na região metropolitana do Rio de Janeiro da última década

1. Introdução

2. A situação metropolitana das últimas décadas

3. Desenvolvimentos recentes na economia da região metropolitana do Rio de Janeiro

4. Estrutura sócio-ocupacional da região metropolitana do Rio de Janeiro

5. Conclusões

Referências bibliográficas

Capítulo 12 - Estrutura sócio-ocupacional da região metropolitana de São Paulo: 2001-200863

1. Introdução

2. O mercado de trabalho formal na região metropolitana de São Paulo

2.1 EVOLUÇÃO E CARACTERIZAÇÃO

2.2 A POPULAÇÃO DA REGIÃO METROPOLITANA DE SÃO PAULO SEGUNDO CONDIÇÃO DE ATIVIDADE: MENSURAÇÃO E CARACTERIZAÇÃO DA PIA E DA PEA

Caracterização da População em Idade Ativa – PIA:

Caracterização da População Economicamente Ativa – PEA

3. Estrutura sócio-ocupacional de São Paulo na década de 2000

3.1 PERFIL E EVOLUÇÃO DA ESTRUTURA SÓCIO-OCUPACIONAL

3.2 DEMOGRAFIA DOS OCUPADOS NO ESTADO, METRÓPOLE E MUNICÍPIO DE SÃO PAULO

3.3 ASPECTOS SÓCIO-ECONÔMICOS DOS OCUPADOS NO ESTADO, METRÓPOLE E MUNICÍPIO

Referências bibliográficas

Capítulo 13 - Estrutura sócio-ocupacional na região metropolitana de Curitiba: delineando tendências

1. Introdução

2. Breve consideração sobre o desempenho econômico do Paraná e RMC nos anos recentes

3. Dinâmicas demográfica e ocupacional na RMC

3.1 DINÂMICA DEMOGRÁFICA

3.2 DINÂMICA OCUPACIONAL

4. EVOLUÇÃO DA ESTRUTURA SÓCIO-OCUPACIONAL NA RMC

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Capítulo 14 - Mercado de trabalho e estrutura social: apontamentos sobre o extremo sul do Brasil na primeira década do século XXI

2. ESTRUTURA ECONÔMICA DA REGIÃO METROPOLITANA ANTECEDENTES HISTÓRICOS

CARACTERÍSTICAS RECENTES DA ECONOMIA METROPOLITANA

3. ANÁLISE DO MERCADO DE TRABALHO

CARACTERÍSTICAS DA POPULAÇÃO EM IDADE ATIVA (PIA)

INSERÇÃO DA POPULAÇÃO NO MERCADO DE TRABALHO

CONDIÇÃO DE PROTEÇÃO SOCIAL

4. ESTRUTURA SÓCIO-OCUPACIONAL⁸⁹

PERFIL DA ESTRUTURA SÓCIO-OCUPACIONAL

PERFIL DEMOGRÁFICO E SOCIAL DAS CATEGORIAS SÓCIO-OCUPACIONAIS

CONDIÇÕES DE PROTEÇÃO SOCIAL DAS CATs

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Capítulo 15 - 2001 A 2008: um tempo bom para o trabalho em Goiás

1. Introdução

2. A ESTRUTURA ECONÔMICA

3. O MERCADO DE TRABALHO

4. A QUALIDADE DOS EMPREGOS ANALISADA POR CATEGORIAS SÓCIO-OCUPACIONAIS

5. CONCLUSÃO

REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICA

Capítulo 16 -Estrutura social do Distrito Federal na primeira década do século XXI

1. INTRODUÇÃO

2. ESTRUTURA ECONÔMICA DA REGIÃO METROPOLITANA

3. MERCADO DE TRABALHO DA REGIÃO METROPOLITANA

4. COMPOSIÇÃO SOCIAL DO TERRITÓRIO METROPOLITANO

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Sobre os autores

Organizadores

LÍGIA GONÇALVES COSTA

LUIZ CÉSAR DE QUEIROZ RIBEIRO

MARCELO GOMES RIBEIRO

Demais autores

ANDRÉ MOURTHÉ DE OLIVEIRA

ANDRÉ RICARDO SALATA

ÉRICA TAVARES DA SILVA

INAIÁ MARIA MOREIRA DE CARVALHO

JAN BITOUN

JULIANA MACHADO COELHO

LÍVIA MIRANDA

LUÍS ABEL DA SILVA FILHO
LUCIA MARIA M. BÓGUS
MARLEY V. DESCHAMPS
MARIA DO LIVRAMENTO MIRANDA CLEMENTINO
MARIA REJANE SOUZA DE BRITTO LYRA
PAULO ROBERTO DELGADO
RAFAEL SERRAO
RITA PETRA KALLABIS
RÔMULO JOSÉ DA COSTA RIBEIRO
ROSETTA MAMMARELLA
SUZANA PASTERNAK
TANYA M. DE BARCELLOS
Conselho Editorial

Apresentação

Este livro apresenta o resultado de três anos de pesquisa do Observatório das Metrôpoles sobre as mudanças na estrutura social das metrôpoles brasileiras. Este projeto se insere numa pesquisa mais ampla que procura evidenciar as mudanças na organização social do território metropolitano, compreendido a partir de sua estrutura social, desde os anos de 1980. Porém, as análises efetuadas nos capítulos que compõem este livro se baseiam, exclusivamente, no período compreendido pela primeira década do século XXI. Esse período ganha especial relevância por apresentar mudanças sociais importantes no curso de desenvolvimento econômico que havia se iniciado no começo dos anos de 1990 no Brasil. Essa mudança de rota provoca impactos nas condições sociais observadas no país como um todo, em especial observadas nas suas regiões metropolitanas, o que nos leva a indagação se tais mudanças econômicas e sociais foram suficientes para alterar a estrutura social brasileira e, por conseguinte, alterar o padrão de organização social do território metropolitano. É claro que para obter respostas mais precisas sobre essas perguntas é necessário análises de longo prazo, para além de uma década. Mesmo assim, consideramos que, tendo havido de fato mudança de trajetória econômica e social, a reflexão sobre esse período pode nos dar pistas interessantes para interpretação das mudanças que ocorreram na sociedade brasileira, sobretudo em suas regiões metropolitanas.

O Observatório das Metrôpoles possui tradição de análise da estrutura social das regiões metropolitanas brasileiras na utilização de dados dos censos demográficos do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), realizados pelo período de dez em dez anos. Essa é a primeira vez que a análise sobre a estrutura social metropolitana é feita a partir de dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD), que também é realizada pelo IBGE. Mas, ao contrário do censo demográfico, a ocorrência da PNAD é anual, a exceção dos anos em que o censo demográfico é realizado. A utilização da PNAD para análise da estrutura social apresenta

vantagens e desvantagens. Por um lado, torna-se possível compreender os movimentos na estrutura social que ocorrem de ano para outro, que é diferente de analisar pontos espalhados no tempo. Sem essa análise feita por meio da PNAD dificilmente teríamos condições de refletir sobre as mudanças que entraram em curso na sociedade brasileira a partir de meados da primeira década do século XXI. Por outro lado, sendo a PNAD uma pesquisa amostral com representatividade para todas as unidades da federação e apenas para nove regiões metropolitanas, não é possível realizar análise para as demais regiões metropolitanas existentes no país, que não são captadas por essa pesquisa e, tampouco, é possível fazer análises intraurbanas, na medida em que os dados são representativos apenas nesses níveis geográficos, o que nos impossibilita realizar análise sobre a organização social do território metropolitano.

É possível, por meio da PNAD, identificar os municípios de maior concentração populacional, por apresentar a maior quantidade de casos investigados. Normalmente, esses municípios correspondem à capital de cada unidade da federação. Por isso, é possível para as regiões metropolitanas com representatividade na PNAD separar seu município núcleo dos demais, que podemos chamar de municípios periféricos. Para as unidades da federação onde não há dados na escala da região metropolitana é possível apenas separar os dados do seu município núcleo e os demais municípios (ou municípios do interior). Assim, como o Observatório das Metrôpoles é uma rede de pesquisa existente em 15 regiões metropolitanas do país, onde não havia dados na escala das regiões metropolitanas, realizamos análises apenas para as capitais da Unidade da Federação, que corresponde ao município núcleo da região metropolitana. Nas análises sobre o conjunto das regiões metropolitanas foram consideradas apenas as nove regiões metropolitanas com dados disponíveis na PNAD mais o Distrito Federal, que apesar de ser uma unidade da federação está incluída na base de regiões metropolitanas da PNAD.

A coletânea que estamos disponibilizando procura refletir sobre as mudanças na estrutura social das metrôpoles brasileiras e sua relação com outras dimensões sócio-demográficas. Para tanto partimos de uma compreensão comum de estrutura social, utilizada por todos os autores deste livro, que nos possibilita, além de unidade analítica, realizar análises comparativas entre diferentes regiões metropolitanas do país. Essa

compreensão comum de estrutura social nos permite compreender os impactos dos processos econômicos e sociais nas diversas regiões metropolitanas brasileiras, ao mesmo tempo, captar as especificidades de cada uma delas, na medida em que são mais visíveis algumas mudanças de umas metrópoles em comparação com outras. Se, por um lado, essa é uma vantagem analítica, por outro lado, esse tipo de análise nos traz o desafio de realizar interpretações sobre as mudanças da estrutura social das metrópoles brasileiras que deem conta da diversidade existente no país.

Os capítulos deste livro foram organizados em duas partes. Na primeira parte, são apresentadas as análises realizadas sobre o conjunto das regiões metropolitanas tanto de sua estrutura social quanto do relacionamento entre a estrutura social e algumas características sócio-demográficas, além da apresentação dos aspectos metodológicos referentes à elaboração da estratificação sócio-ocupacional que é utilizada como proxy da estrutura social. No capítulo 1, Luiz César de Queiroz Ribeiro, Marcelo Gomes Ribeiro e Lygia Costa apresentam os pressupostos teóricos para elaboração da estratificação sócio-ocupacional considerada proxy da estrutura social. Além disso, apresentam os procedimentos metodológicos para elaboração da referida estratificação aplicada aos dados da PNAD. No capítulo 2, os mesmos autores do capítulo 1 discutem as mudanças econômicas ocorridas na sociedade brasileira na primeira década do século XXI, em especial nas suas regiões metropolitanas, com foco nas análises do mercado de trabalho e, a partir disso, discutem as mudanças de composição da estrutura social do conjunto das regiões metropolitanas. No capítulo 3, Marcelo Gomes Ribeiro realiza análise evolutiva das desigualdades de renda para o conjunto das regiões metropolitanas, relacionando com a estrutura social das metrópoles. No capítulo 4, Marcelo Gomes Ribeiro e André Ricardo Salata procuram analisar os determinantes do desemprego nas regiões metropolitanas brasileiras, inclusive testando o efeito territorial metropolitano pela relação núcleo e periferia. No capítulo 5, Érica Tavares da Silva realiza análise sobre a dinâmica populacional das regiões metropolitanas, compreendendo tanto os aspectos referentes à demografia quanto aqueles relativos aos diversos fluxos de mobilidade. Por fim, a

primeira parte é encerrada com o capítulo 6, de André Ricardo Salata, em que o autor procura discutir a violência cometida por policiais em moradores de favela e em moradores de não-favela. Esse é o único capítulo da primeira parte que não utiliza dados relativos à estrutura social, apesar de se basear na PNAD, mas procura evidenciar o efeito território para as regiões metropolitanas ao considerar também a dimensão núcleo e periferia.

Na segunda parte, são apresentadas as análises sobre cada uma das regiões metropolitanas que fazem parte da Rede Observatório das Metrôpoles. Nas regiões metropolitanas onde há dados com representatividade nesse nível geográfico as análises são feitas ou para o conjunto da região metropolitana ou para comparação entre núcleo e periferia metropolitana. Nas regiões metropolitanas em que não há dados disponíveis nesse nível geográfico, as análises são feitas apenas para o núcleo metropolitano, quando há correspondência entre núcleo metropolitano e capital da unidade da federação. Os capítulos 7, 8 e 9 dizem respeito às regiões metropolitanas do Nordeste, a saber: Salvador, Recife e Natal. Os capítulos 10, 11 e 12 tratam das regiões metropolitanas do Sudeste: Belo Horizonte, Rio de Janeiro e São Paulo. Os capítulos 13 e 14 são relativos às regiões metropolitanas do Sul: Curitiba e Porto Alegre. Os capítulos 15 e 16 são relativos às metrôpoles do Centro-Oeste: Goiânia e Brasília. Não foram feitas análises sobre as regiões metropolitanas de Fortaleza (Nordeste) e de Belém (Norte), apesar de constar na base de regiões metropolitanas da PNAD.

No capítulo 7, Inaiá Maria Moreira de Carvalho realiza análise das mudanças no mercado de trabalho e na estrutura social de Salvador, comparando com as regiões metropolitanas de São Paulo, Rio de Janeiro, Belo Horizonte, Brasília, Porto Alegre e Curitiba. Conclui que o mercado de trabalho de Salvador apesar de apresentar uma conformação mais favorável em relação à sua trajetória histórica, observada desde os anos 1990, não foi suficiente para recuperar as perdas ocorridas no passado. Mostra também que a composição da estrutura social da região metropolitana de Salvador, se caracteriza por possuir contingente maior de pessoas nas categorias mais precárias ao se comparar as metrôpoles do Sul e Sudeste. No capítulo 8, Jan Bitoun, Livia Miranda e Maria Rejane Souza de Britto Lyra analisam o mercado de trabalho e a estrutura social da região metropolitana de Recife, a partir de sua inserção regional. Os autores

observam que, apesar de as condições ocupacionais terem ficado mais favoráveis ao longo da década, não foram suficientes para alterar a estrutura social da região metropolitana. Consideram que por decorrência dos investimentos autônomos futuros, o mercado de trabalho continuará acelerado no Estado de Pernambuco, o que contribuirá ainda mais para melhoria das condições sociais de sua população. No capítulo 9, que encerra as análises das metrópoles nordestinas, os autores Luís Abel da Silva Filho e Maria do Livramento Miranda Clementino realizam análise sobre o mercado de trabalho e a estrutura social de Natal. Os autores procuram evidenciar a concentração de atividades produtivas na capital do Rio Grande do Norte com forte seletividade e, a partir disso, fazem consideração sobre sua estrutura social. Os autores concluem que os principais achados denunciam relativa melhora no que concerne às taxas de ocupação da força de trabalho, mas também maiores taxas de empregos informais nos anos comparados. Adicionalmente, observam maiores taxas de desemprego para mulheres, não brancos e maior vulnerabilidade social para a força de trabalho jovem e idosa, com maior incidência na informalidade.

No capítulo 10, André Mourthé de Oliveira apresenta análise para o mercado de trabalho da região metropolitana de Belo Horizonte, considerando a formação histórica desse espaço geográfico, o que lhe conferiu característica de metrópole industrial. Além disso, busca analisar a relação do mercado de trabalho e da estrutura social da região metropolitana de Belo Horizonte. Conclui que os últimos anos da primeira década do século XXI observou-se melhoria nas condições sociais do mercado de trabalho de Belo Horizonte, considerando que elas foram decorrentes das mudanças sociais ocorridas nacionalmente. Também observou-se mudanças na estrutura social, sobretudo, as referentes ao aumento das categorias de profissionais de nível superior, às ocupações médias e às ocupações dos trabalhadores do terciário especializado. No capítulo 11, os autores André Ricardo Salata, Marcelo Gomes Ribeiro e Lygia Gonçalves Costa realizam análise sobre o mercado de trabalho e a estrutura social da região metropolitana do Rio de Janeiro. Nessa análise buscou também evidenciar mudanças nas desigualdades de renda da referida estrutura social. Além das melhorias no mercado de trabalho confirmadas pela análise de outras regiões metropolitanas, destaca-se no texto desses autores a redução das

desigualdades de renda entre as categorias sócio-ocupacionais, na medida em que aquelas que ocupam posição mais elevada na estrutura social tiveram, em média, menor remuneração que às categorias da base da estrutura social. No capítulo 12, os autores Lucia Maria M. Bógus, Suzana Pasternak e Rafael Serrao encerram a análise das metrópoles do Sudeste, ao discutir o mercado de trabalho e a estrutura social da região metropolitana de São Paulo. Em todo o texto os autores procuram analisar tanto a evolução do mercado de trabalho quanto a evolução da estrutura social da região metropolitana de São Paulo em comparação, por um lado, com o Estado de São Paulo e, por outro lado, com o município de São Paulo, a partir de dados sócio-demográficos, tais como sexo, idade, cor ou raça, escolaridade e renda.

No capítulo 13, Paulo Roberto Delgado e Marley V. Deschamps analisam a estrutura social da região metropolitana de Curitiba. Os autores tiveram como objetivo sistematizar um conjunto de informações demográficas e ocupacionais, referentes ao período 2001/2008, de modo a formular algumas hipóteses sobre possíveis alterações na estrutura social e na distribuição espacial na RMC na referida década. Os autores observam que a melhoria ocorrida no mercado de trabalho da região metropolitana de Curitiba se deu de modo mais favorável às mulheres e aos não-brancos (pretos e pardos), apesar de haver maior concentração de homens e brancos nas posições sociais mais elevadas da estrutura social. A estrutura social, por sua vez, passou a apresentar aumento nas categorias superiores e média e redução das categorias mais inferiores. No capítulo 14, que fecha a análise da região Sul, Tanya M. de Barcellos e Rosetta Mammarella discutem as mudanças ocorridas no mercado de trabalho e na estrutura social da região metropolitana de Porto Alegre em comparação com o Estado do Rio Grande do Sul e com o município de Porto Alegre (núcleo da região metropolitana). As autoras observam que quanto mais urbanizado é o recorte territorial maior é o peso das categorias médias e superiores da estrutura social. Por outro lado, a participação dos trabalhadores do secundário só cresceu no Estado do Rio Grande do Sul, não sendo observado esse comportamento nem na região metropolitana tampouco no núcleo metropolitano.

No capítulo 15, Rita Petra Kallabis discute as mudanças no mercado de trabalho e na estrutura social de Goiânia em contraposição ao Estado de Goiás. Também, neste caso, foi constatado pela autora que houve melhoria

nas condições sociais quando avaliadas por sua estrutura social, apesar de essas melhorias serem insuficientes para reverter o quadro de desigualdades existentes em Goiás e em Goiânia. No capítulo 16, que encerra a discussão das metrópoles do Centro-Oeste, mas também toda a discussão do livro, Rômulo José da Costa Ribeiro e Juliana Machado Coelho realizam análise do mercado de trabalho e da estrutura social de Brasília, destacando as peculiaridades dessa cidade-estado em relação às outras cidades do país. As melhorias observadas no mercado de trabalho e na estrutura social são contrastadas com outros tipos de desigualdades ainda existente na capital do país, como as desigualdades de sexo e cor ou raça.

A elaboração desse livro só foi possível por decorrência de pesquisa realizada pelo Observatório das Metrópoles, desde 2009, financiada pelo Instituto Nacional de Ciência e Tecnologia (INCT), do CNPq, e que contou também com recursos da FAPERJ, além de bolsas de pesquisa oferecida pela CAPES. Por este motivo, queremos agradecer a essas instituições de fomento pelo apoio institucional oferecido.

Esperamos que as análises feitas nos capítulos dessa coletânea possam contribuir com o debate em curso na sociedade brasileira sobre as mudanças nas suas condições sociais, sobretudo, relativas às mudanças na estrutura social. Essa é, a nosso ver, uma oportunidade de refletir sobre as mudanças mais gerais ocorridas no país, em especial em suas regiões metropolitanas, ao mesmo tempo considerar as especificidades de cada região metropolitana.

Os organizadores.

PARTE I

Estrutura social e condições socioeconômicas no Brasil metropolitano

Capítulo 1

Estrutura Social no Brasil Metropolitano

Luiz César de Queiroz Ribeiro

Marcelo Gomes Ribeiro

Lygia Costa

1. Introdução

Todos os trabalhos deste e-book se utilizam do esquema de estratificação social construído pelo Observatório das Metrôpoles para realização de análise da estrutura social das metrópoles brasileiras, além de outros aspectos sociais que se relacionam com a estrutura social. Além disso, os trabalhos de uma maneira geral foram construído a partir de reflexão que se apoiaram nos dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (PNAD/IBGE), na medida em que procuraram compreender possíveis mudanças sociais ocorridas ao longo da primeira década do século XXI.

Neste sentido, este capítulo tem como principal objetivo apresentar a discussão teórica relativa à estrutura social e, por conseguinte, mostrar os pressupostos teóricos que sedimenta o esquema de estratificação social elaborado pelo Observatório das Metrôpoles. Além disso, objetiva também apresentar os aspectos operacionais de construção da estratificação social aplicados à PNAD, na medida em que a estratificação social do Observatório das Metrôpoles foi, até então, aplicada aos dados do censo demográfico, uma vez que seu objetivo era compreender a organização social do território metropolitano.

O capítulo está dividido em mais três seções, além dessa introdução. Na segunda seção, é feita a discussão teórica relativa à estrutura social, em que se procura apresentar as contribuições das perspectivas marxista, weberiana e de Bourdieu. Na terceira seção, é apresentado esquema de classe utilizado

nesse trabalho construído segundo a perspectiva teórica de Bourdieu e apoiado no esquema de estratificação social construído pelo Observatório das Metrôpoles. E, por fim, a quarta seção procura apresentar os aspectos operacionais para construção da estratificação social do Observatório das Metrôpoles aos dados da PNAD/IBGE.

2. Principais abordagens teóricas de estrutura social

Todos entendem quando falamos de estrutura social. Afinal, para muitos, a estrutura social de uma sociedade deve ser mudada. Para outros, há preferência pela manutenção da estrutura social. Independente do interesse individual ou coletivo, o que percebemos é que estrutura social é uma terminologia que faz parte do vocabulário popular, sem que tenhamos de realizar definições precisas para podermos estabelecer comunicação uns com os outros. Mas será que realmente nos entendemos quando falamos em estrutura social?

A dificuldade começa aparecer quando realizamos uma simples pergunta, o que é estrutura social? Embora haja compreensão do que seja estrutura social, na tentativa de responder à essa questão, percebemos que se trata de um conceito de difícil definição. A dificuldade só aumenta quando tentamos enunciar a concepção de estrutura social a partir de exemplos práticos, tirados da vida cotidiana. De fato, apesar do conceito de estrutura social nos ajudar a compreender a organização de uma sociedade, não se trata, o que é evidente, de algo que se possa apreender em todas as suas dimensões na realidade empírica, diferente de outros conceitos que possuem relações muito mais diretas com a realidade, como os conceitos de família, casamento, trabalho etc.

Isso não significa que o conceito de estrutura social deixe de possuir importância. Como foi dito, é através dessa noção que tentamos compreender como se dá a organização de uma sociedade ou, em outras palavras, como ela está estruturada. Então, voltemos à questão: o que é estrutura social?

Tradicionalmente, as análises mais exploradas nas ciências sociais para o entendimento de estrutura social são a marxista e a weberiana, por apresentarem concepções teóricas mais consistentes a respeito das classes

sociais, apesar de se tratar de um conceito de difícil precisão. Portanto, para a realização de análises sobre a estrutura social, que toma por referência as classes sociais, torna-se importante considerar essas contribuições teóricas para que se possa avançar nesse entendimento.

A PERSPECTIVA MARXISTA

Uma importante contribuição para o entendimento da estrutura social na perspectiva marxista é o texto de Rodolfo Stavanhangen (1977), intitulado *Estratificação social e estrutura de classes*. Para este autor, “o conceito de classe social só tem valor como parte duma teoria das classes sociais”. Ao tentar contrastar essa concepção com outras que utilizam apenas os critérios de estratificação desassociadas de uma teoria de classes, o autor mostra o que fundamenta a teoria de classes por ele considerada.

Se as relações dos homens com os meios de produção determinam a existência desses agrupamentos humanos que chamamos classes, é porque as forças de produção, por um lado, e as relações de produção, por outro, dão a cada estrutura sócio-econômica, a cada etapa histórica, seu conteúdo e sua forma, sua fisionomia própria. O modo de produção de uma sociedade determinada, que é o que distingue uma estrutura sócio-econômica de outra, impõe a determinados grupos humanos suas características específicas e o tipo de relações que mantêm com outros grupos da mesma índole. Esses grupos são as classes e essas relações são relações de classe. Só quando se toma a relação com os meios de produção como o critério fundamental para a determinação das classes sociais é que é possível ligar estas com a estrutura social e chegar à análise estrutural da sociedade e à explicação sociológica e histórica. (Stavanhangen, 1977: 151)

Nessa perspectiva teórica, fica evidenciado que a determinação de estrutura social só se realiza quando se considera as relações de classes decorrentes do processo de produção. Portanto, é a partir da compreensão do modo de produção dominante¹ de uma sociedade que se pode compreender sua estrutura social. Como as relações sociais com os meios de produção são antagônicas, por haver interesses divergentes que se colocam em confronto no processo de produção, é a partir desses antagonismos que se pode apreender as classes sociais em um sociedade, ou para usar o jargão marxista, em uma formação social determinada.

Nesta mesma linha de raciocínio, Nicos Poulantzas (1978) procura apresentar a definição de classe social para a teoria marxista. Segundo ele,

As classes sociais são conjuntos de agentes sociais determinados *principalmente*, mas não exclusivamente, por seu lugar no *processo de produção*, isto é, na esfera econômica. De fato, não seria preciso concluir sobre o papel principal do lugar econômico sendo este suficiente para a determinação das classes sociais. Para o marxismo, o econômico assume o papel determinante em um modo de produção e numa formação social: mas o político e o ideológico, enfim a superestrutura, desempenham igualmente um papel muito importante. De fato, todas as vezes que Marx, Engels, Lênin e Mao procedem a uma análise das classes sociais, não se limitam somente ao critério econômico, mas se referem explicitamente a critérios políticos e ideológicos. (Poulantzas, 1978: 1-2) [Grifo conforme original].

Desse modo, a determinação das classes sociais a partir do processo de produção numa formação social determinada coloca-se, nessa perspectiva teórica, como o caminho adequado para a compreensão de sua estrutura social, que não se limita a sua dimensão econômica, mesmo que seja determinante, mas incorpora ao mesmo tempo as dimensões políticas e ideológicas, dando completude à estrutura social. Daí decorre a dificuldade de apreensão empírica da estrutura social.

Embora R. Stavanhangen (1977) faça um esforço para relacionar a estratificação social com a teoria marxista de classes, ao considerar que aquela pertence à superestrutura e as relações entre as classes são determinadas pelas relações de produção da sociedade, ele mesmo reconhece a dificuldade em determinação da quantidade de classes e de sua identificação empírica. Mas também observa que, nessa perspectiva teórica, as relações de classe não são apenas econômicas, já que decorrem das relações de produção, mas também possuem sua dimensão filosófica e histórica. E, neste sentido, é preciso considerar aquelas relações de classe que são dominantes em determinada sociedade historicamente situada.

Decorre de Erik O. Wright, principalmente, o esforço para construir um esquema de classe que possa ser apreendido empiricamente a partir da perspectiva teórica marxista. Embora reconheça que há diferença entre classe e ocupação e, por conseguinte, diferença entre relações técnicas de produção e relações sociais de produção, utiliza-se de alguns princípios marxistas para operacionalizar a variável ocupação a fim de construir seu esquema de classe.

In developing the first version of his scheme, he argued that the social relations of production can be broken down into three interdependent dimensions: (a) social relations of control over money capital, (b) social relations of control over physical capital, and (c) social relations of

authority – that is, control over supervision and discipline within the labour process². (Crompton, 1993: 71).

A partir desses princípios Wright definiu seu esquema de classe constituída por seis categorias: burguesia, pequenos empregadores, pequena burguesia, gerentes e supervisores, assalariados semi-autônomos e proletários. Mais tarde, ao avançar na discussão sobre exploração, ao invés de dominação – que caracterizou esse primeiro esquema –, construiu um novo esquema de classe com doze categorias. Esse novo esquema de classe tem sido considerado por muitos críticos como um esquema que se relaciona com a perspectiva weberiana de classe, o que não é bem recebido por Wright.

Isso demonstra que, apesar de poderosa a perspectiva marxista para construir um arcabouço teórico que possibilite a compreensão da sociedade, há muita dificuldade de operacionalização dessa teoria para realização de abordagens empíricas da realidade social. Por isso, muitos investigadores quando estão preocupados na realização de pesquisas empíricas referentes à estrutura social tendem a se apoiarem nas contribuições teóricas da perspectiva weberiana, como veremos.

A PERSPECTIVA WEBERIANA

Max Weber apresenta uma perspectiva teórica diferente da abordagem marxista, apesar de considerar também na sua definição o conceito de classe. Para perceber a complexidade dessa questão, achamos interessante lançar mão de uma passagem importante do sociólogo inglês T. H. Marshall, que apresenta sua concepção de estrutura social a partir da perspectiva weberiana.

A Classe constitui a terceira categoria de estratificação³, e sua base é econômica. O conceito tem sido amplamente empregado, especialmente por Karl Marx, e com várias nuances de significado. Não é, na verdade, e nunca pode ser um termo muito preciso, mas é indispensável. ‘Classes’, diz Max Weber numa de suas obras, ‘são grupos de pessoas que, do ponto de vista de interesses específicos, têm a mesma posição no sistema econômico’. A combinação dos termos ‘posição’ e ‘interesses’ subentende que as posições devem ser consideradas como as mesmas se a vida daquelas que as ocupam é condicionada pelas mesmas forças e influenciada, de modo semelhante, pelas mesmas circunstâncias – se tais pessoas têm, na fraseologia de Weber, as mesmas oportunidades de vida no sistema econômico. Um sistema de classes é uma estrutura social na qual este princípio rege a

estratificação. E é bastante para nossos objetivos reconhecer que a sociedade capitalista é um exemplo de tal estrutura. Que certas posições numa sociedade capitalista possuem um caráter hierárquico, é óbvio. Há uma hierarquia de poder na empresa desde a gerência até o trabalhador assalariado, e a hierarquia de grupos correspondentes na sociedade em geral na qual o poder traz consigo a riqueza e a riqueza compra poder. Mas, embora o traçado da estrutura esteja claro, os detalhes não estão. E, embora possamos estar certos de que as posições econômicas avaliam a si mesmas em termos de riqueza, poder e oportunidades em algo que parece um sistema de camadas ou estratos sobrepostos, achamos difícil afirmar com exatidão quais são essas camadas e quem pertence a elas. Neste caso, também, o quadro está incompleto, e para preenchê-lo talvez tenhamos de lançar mão de algum princípio que não seja o teste objetivo da posição no sistema econômico. (Marshall, 1967:149-150)

Nessa passagem, T. H. Marshall considera a estrutura social como uma estratificação baseada em classe e concebe a classe a partir da perspectiva teórica de Max Weber, em que posição e interesse no sistema econômico são os elementos centrais para sua definição e, por conseguinte, a diferenciação entre as diversas classes possíveis. Do exposto, podemos perceber que essa perspectiva adota uma compreensão de estrutura social segundo a dimensão econômica, o que possibilita com maior facilidade considerar a estratificação social baseado num esquema de classes. No entanto, apenas o aspecto econômico não é suficiente para localizar as pessoas na estrutura social. Daí a necessidade de utilizar outro princípio que seja mais condizente – o *status* social.

O *status* social está também relacionado à estratificação social, porque se refere a uma posição que os indivíduos ocupam na hierarquia social, que significa pertencer a um estrato social.

Na sociedade ocidental contemporânea, o *status* social se relaciona com o padrão amplo de estratificação, o que quer dizer com a estrutura de classe no sentido técnico descrito acima. Os elementos dominantes na estrutura de classes são: renda, ocupação (ou função) e poder, entendendo-se que “poder” inclui não apenas o domínio sobre a vida de outras pessoas, mas também o domínio sobre a própria vida, isto é, independência. Mas o *status* social não está rigidamente associado à estrutura de classes. Anomalias frequentes ocorrem, e há espaço para muita diferenciação de *status* social em cada estrato econômico amplo. O *status* social possui uma medida de autonomia, e esta constitui a razão pela qual é, em nossos dias, um assunto que desperta um interesse intenso, tanto da parte dos cientistas sociais quanto da do público em geral.

Essa autonomia deriva do fato de que o *status* social é em essência, um conceito cultural, de modo que um grupo de *status* social pode ser considerado como um subgrupo cultural

nacional total. Os três fatores mais importantes que contribuem para a formação de grupos de *status* social são a influência da família, a educação formal e a qualidade cultural de uma ocupação considerada como um modo de vida. (Marshall, 1967: 168) [Grifo conforme original]

Cada vez mais, se pode perceber, segundo essa linha de raciocínio que o *status* social possui um caráter predominante para localização de dos indivíduos na estrutura social, embora possua certa autonomia em relação a essa estrutura. Por isso, mesmo que a posição social a qual os indivíduos ocupam na estrutura social decorra de sua posição no que se refere aos aspectos econômicos definidos por essa perspectiva teórica, o que se procura evidenciar é a estratificação que esses aspectos econômicos apresentam em termos de *status* social. Por isso, tornou-se tradição na sociologia elaborar esquemas de classe a partir da ocupação dos indivíduos, como forma de localizar a posição que eles ocupam na estrutura social, o que possibilita, de modo mais consistente, a realização de análises empíricas.

John Goldthorpe oferece um esquema de classe construída a partir da concepção weberiana de classe. Ele considera que o conceito chave para definição de classe está relacionado a uma situação de mercado e de trabalho. Também considera que as classes sociais, construídas segundo as ocupações, diferenciam-se segundo o *status*. Assim, ele chega um esquema de classe constituído por sete categorias, que podem ser agregados como serviços, intermediários e trabalho⁴. Seu esquema de classe tem sido muito utilizado por pesquisadores em todo o mundo, inclusive tem servido como referência para comparações internacionais nos estudos de estratificação social.

ESPAÇO SOCIAL DE PIERRE BOURDIEU

No intuito de compreender as práticas dos agentes sociais, Pierre Bourdieu apresenta uma contribuição importante nesse debate sobre estrutura social, na medida em que procura também configurar e definir o conceito de classe social. Sua contribuição procura alinhar as duas perspectivas teóricas enunciadas anteriormente – a marxista e a weberiana –, com a vantagem de ir além daquilo que marca a divergência entre essas perspectivas.

A classe social não é definida por uma propriedade (mesmo que se tratasse da mais determinante, tal como o volume e a estrutura do capital), nem por uma soma de propriedades (sexo, idade, origem social ou étnica – por exemplo, parcela de brancos e de negros, de indígenas e de imigrantes, etc. –, remunerações, nível de instrução, etc.), tampouco por uma cadeia de propriedades, todas elas ordenadas a partir de uma propriedade fundamental – a posição nas relações de produção –, em uma relação de causa e efeito, de condicionante a condicionado, mas pela estrutura das relações entre todas as propriedades pertinentes que confere seu valor próprio a cada uma delas e aos efeitos que ela exerce sobre as práticas. (Bourdieu, 2008: 101)

Podemos observar que nessa definição está presente tanto a contribuição marxista, quando considera a posição nas relações de produção, quanto a contribuição weberiana de classe, quando incorpora outras dimensões capazes de situar a posição social dos indivíduos na sociedade. O que se vê é que nessa definição, além da inserção de outras propriedades inerentes à classe social, mas que foge da dimensão econômica, é conceituada pela estrutura das relações de todas as propriedades, sejam elas econômicas – a posição na relação de produção –, ou não, como sexo, etnia etc. Todavia, considera que há propriedades que são mais importantes que outras na definição de classe.

É evidente que nem todos os fatores constitutivos da classe construída dependem, no mesmo grau, uns dos outros e que a estrutura do sistema que eles constituem é determinada por aqueles que têm o peso fundamental mais importante: é assim que o volume e a estrutura do capital conferem sua forma e seu valor específicos às determinações que os outros fatores – idade, sexo, residência, etc. – impõem às práticas. (Bourdieu, 2008: 101-102)

Sem ignorar as propriedades secundárias, esse autor constrói um espaço com três dimensões – espaço social –, em que se compreende o volume do capital, a estrutura do capital e a evolução no tempo do volume e da estrutura do capital. O espaço social é concebido pelas posições antagônicas referente ao volume do capital, por um lado, e pela estrutura do capital por outro. É em relação ao volume de capital que se identifica as oposições de classe social e em relação à estrutura do capital que se verifica as oposições das frações de classe.

As diferenças primárias – aquelas que estabelecem a distinção entre as grandes classes de condições de existência – encontram sua origem no volume global do capital (capital econômico, capital cultural e, também, capital social) como conjunto de recursos e poderes efetivamente utilizáveis: as diferentes classes (e frações de classe) distribuem-se, assim,

desde as mais bem providas, a um só tempo, em capital econômico e cultural, até as mais desprovidas nestes dois aspectos. (...)

As diferenças, cuja referência é o volume global do capital, dissimulam quase sempre, tanto no conhecimento comum quanto no conhecimento “erudito”, as diferenças secundárias que, no interior de cada uma das classes definidas pelo volume global de seu capital, separam frações de classe, definidas por *estruturas patrimoniais* diferentes, ou seja, por formas diferentes da distribuição de seu capital global entre as espécies de capital. (Bourdieu, 2008: 107-108) [Grifo conforme original]

Interessa salientar que compreender a relação entre as classes sob essa perspectiva tem a vantagem de considerar não apenas a dimensão econômica em sua definição, mas também outras espécies de capital, como o cultural ou mesmo social. Neste sentido, se consegue relacionar com boa eficácia a relação entre a posição de classe (ou fração de classe) e as práticas dos agentes sociais, uma vez que essas práticas decorrem da “forma incorporada da condição de classe e dos condicionamentos que ela impõe”, tido como princípio unificador e gerador das práticas, ou seja, do *habitus*. Significa, segundo Bourdieu,

Construir a *classe objetiva*, como conjunto de agentes situados em condições homogêneas de existência, impondo condicionamentos homogêneos e produzindo sistemas de disposições homogêneas, próprias a engendrar práticas semelhantes, além de possuírem um conjunto de propriedades comuns, propriedades *objetivadas*, às vezes, garantidas juridicamente – por exemplo, a posse de bens ou poderes – ou incorporadas, tais como os *habitus* de classe – e, em particular, os sistemas de esquemas classificatórios. (Bourdieu, 2008: 97) [Grifo conforme original]

Essa característica comum da classe construída explica a existência estilos de vida comum no interior da classe (ou da fração de classe), ao mesmo tempo em que diferenciam das demais classes, são, portanto, estilos de vida *distintos* e *distintivos*. Isso possibilita delinear a estrutura do espaço simbólico referente ao conjunto das práticas estruturadas.

Esses estilos de vida *distintos* e *distintivos* o são porque se configuram, ao mesmo tempo, como dotados de *status* social, decorrente da posição hierárquica que ocupa no espaço social (tanto a hierarquia referente ao volume do capital, quanto àquela decorrente da estrutura do capital). Não é por acaso que há luta para reprodução da condição existente (quando ela é privilegiada) ou para ascensão social. E nessa luta que aparecem os esforços para revalorização da posição, na medida em que se garante sua

exclusividade ou seu acesso restrito, o que possibilita a manutenção do status social, quando se consegue êxito nesse processo, ou redução do *status* social, quando o acesso é expandido para agentes sociais oriundos de classes (ou frações de classe) inferiores.

Fica evidenciado que a utilização do conceito de espaço social envolve tanto da dimensão de estrutura social considerada pela teoria marxista quanto a dimensão de estrutura social vista pela abordagem weberiana, na medida em que todas consideram que essa estruturação se dá partir das classes sociais, que incorpora as relações de produção (marxismo) e, ao mesmo tempo, o *status* social (weberianismo). Além disso, o uso dessa compreensão de espaço social possibilita a operacionalização do conceito de classe (e de fração de classe) para realização de análises empíricas, tendo em vista que a classe objetiva, como foi apresentada, é também uma classe construída.

3. Classes e frações de classe: a realidade brasileira

Pierre Bourdieu quando definiu o espaço social para a realidade francesa, tendo em vista os antagonismos em relação ao volume do capital, considerou a existência de três classes sociais: classe dominante, classe média e classe popular. A classe dominante foi constituída pelas frações de classe detentoras de muito capital econômico e/ou muito capital cultural. A classe média também considerava as frações de classe segundo a posse de capital econômico e/ou cultural, mas num patamar inferior à classe dominante, demonstrando que são os mesmos princípios de oposição que ocorre no interior dessas duas classes. A classe popular, que caracterizava-se pela ausência ou pela pequena posse desses capitais, constituía-se a classe mais inferior da hierarquia social, definindo-se em oposição à classe dominante.

Neste trabalho, vamos considerar a teoria do espaço social utilizada para a construção das classes sociais e de suas respectivas frações de classe para a realidade brasileira, definindo assim o esquema de classe que será utilizado nesse trabalho para a análise das mudanças na estrutura social do país, principalmente no que se refere ao espaço urbano e metropolitano. Para compreensão das classes e de suas respectivas frações de classe, nos apoiamos no esquema de estratificação social construído pelo Observatório

das Metr6poles, que foi elaborado objetivando a realiza73o de an6lises emp6ricas que buscassem compreender as transforma73es sociais ocorridas nas metr6poles do pa6s, com a perspectiva de verifica73o em que medida essas transforma73es exercem impacto sobre a organiza73o social do territ6rio.

O esquema de estratifica73o social do Observat6rio das Metr6poles foi constru6do por meio da categoria ocupa73o, respeitando os princ6pios da oposi73o capital e trabalho, oposi73o entre posi73o de comando e de subordina73o, trabalho n6o-manual e trabalho manual, considerando trabalho p6blico e privado, os setores de atividade econ6mica e tendo como filtro para algumas categorias a escolaridade e a renda. Com base nesses princ6pios, foram agrupadas as ocupa73es, de forma hier6rquica, em 24 categorias s6cio-ocupacionais (quadro 1)

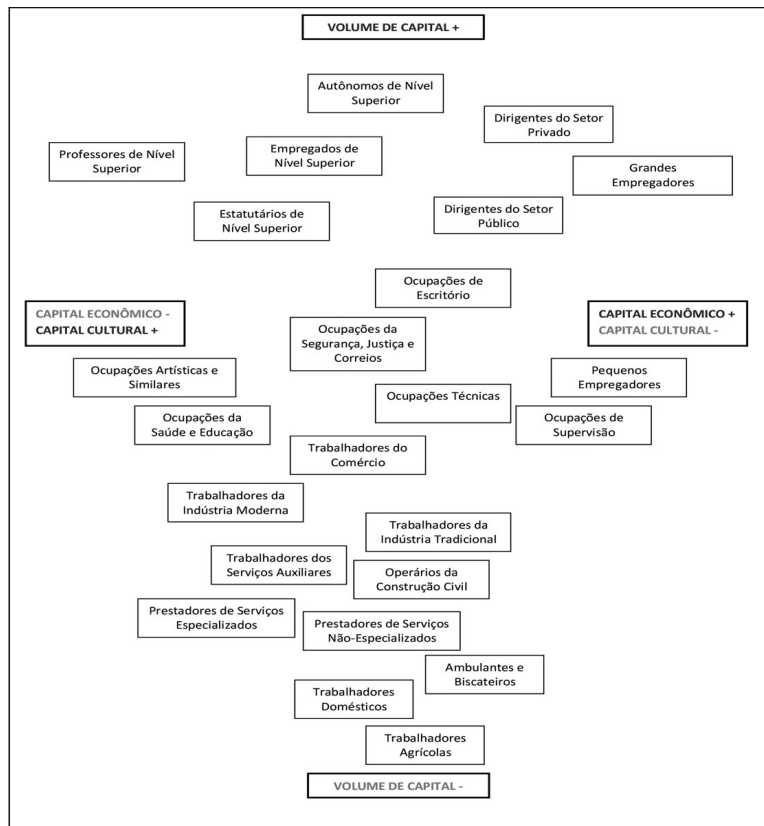
Quadro 1: Classes sociais, fra73es de classe e categorias s6cio-ocupacionais

Classes sociais	Fra73es de classe	Categorias s6cio-ocupacionais
Classe dominante	Dirigentes	Grandes Empregadores
		Dirigentes do Setor P6blico
		Dirigentes do Setor Privado
	Profissionais de n6vel superior	Profissionais Aut6nomos de N6vel Superior
		Profissionais Empregados de N6vel Superior
		Profissionais Estatut6rios de N6vel Superior
		Professores de N6vel Superior
Classe m6dia	Pequenos empregadores	Pequenos Empregadores
	Ocupa73es m6dias	Ocupa73es Art6sticas e Similares
		Ocupa73es de Escrit6rio
		Ocupa73es de Supervis6o
		Ocupa73es T6cnicas
		Ocupa73es M6dias da Sa6de e Educa73o
		Ocupa73es de Seguran73a P6blica, Justi73a e Correios
Classe popular	Trabalhadores do terci6rio especializado	Trabalhadores do Com6rcio
		Prestadores de Servi73os Especializados
	Trabalhadores do secund6rio	Trabalhadores da Ind6stria Moderna
		Trabalhadores da Ind6stria Tradicional

		Operários dos Serviços Auxiliares
		Operários da Construção Civil
Trabalhadores do terciário não-especializado		Prestadores de Serviços Não Especializados
		Trabalhadores Domésticos
		Ambulantes e Biscateiros
Trabalhadores agrícolas		Agricultores

Consideramos que essa construção que define uma hierarquia sócio-ocupacional serve como uma boa *proxy* da estrutura social, embora reconhecemos que não há correspondência direta, até porque, mesmo construída respeitando as principais propriedades para definição de classe, na perspectiva de Bourdieu, tem o perigo de dissimular a relação entre as classes porque não apresenta outras propriedades, embora secundárias, mas importantes para a compreensão das classes sociais (e das frações de classe), como sexo, etnia, idade etc. Ao ter essa compreensão, procuramos chamar atenção, como observa Bourdieu, que para analisar as práticas dos agentes sociais é preciso considerar a “estrutura das relações entre todas as propriedades pertinentes que confere seu valor próprio a cada uma delas e aos efeitos que exerce sobre as práticas” (Bourdieu, 2008: 101).

Quadro 2: Espaço Social – Brasil Metropolitano



Procuramos, assim, organizar essas vinte e quatro categorias sócio-ocupacionais em oito frações de classes que, correspondem por sua vez, às classes dominante, média e popular, conforme a perspectiva de espaço social em estamos nos apoiando (quadro 2). Na classe dominante, incluímos as frações de classe que denominamos de dirigentes e os profissionais de nível superior. Os primeiros se definem mais pela posse de capital econômico, enquanto os segundos estão mais caracterizados pela posse de capital cultural, embora haja variação entre as categorias que compõem essas frações de classe. Mas, de qualquer modo, são as frações de classe onde se apresenta maior volume de capital global, por isso sendo consideradas como classe dominante. Na classe média, que apresenta estrutura de capital muito semelhante à classe dominante, mas em menor volume, estão as frações de classe denominadas de pequenos empregadores e ocupações médias. Na classe popular, em que se define pela ausência ou pouca posse de volume global de capital, estão as frações de classe de classe organizadas de acordo com sua posição na estrutura produtiva, uma vez que no Brasil a localização no processo de produção para os segmentos de classe popular tem muita importância socialmente. Essas frações de

classe da classe popular são: trabalhadores do terciário especializado, trabalhadores do secundário, trabalhadores do terciário não-especializado e trabalhadores agrícolas.

4. Operacionalização da pnad para estratificação social do observatório das metrópoles

O Observatório das Metrópoles já empreendeu vários estudos baseados nas Categorias Sócio-ocupacionais (CATs) a partir dos dados levantados no questionário da amostra dos últimos Censos Demográficos, que são realizados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) a cada dez anos, remontando a 1980. No entanto, é a primeira vez que utilizamos também esta classificação para realização de estudos a partir dos dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD), que também é realizada pelo IBGE. Como a PNAD possui uma amostra menor que a Amostra existente no Censo Demográfico, é conveniente a explanação dos procedimentos que foram adotados na classificação das CATs que permita o uso dos dados da PNAD.

A PNAD é uma pesquisa amostral realizada anualmente pelo IBGE, à exceção dos anos em que ocorre a realização do Censo Demográfico. Essa pesquisa existe desde o final da década de 1960. Ao longo desse tempo, muitas mudanças foram incorporadas à PNAD, embora ela mantenha alguns temas que podem ser comparados durante todo o período de sua existência. Por outro lado, há temas que, mesmo que apareçam em todos os anos de realização da PNAD, possuem variáveis que sofreram modificações, como foi o caso da variável ocupação. O modo como foi classificada a variável ocupação no período de 1981 a 1990 difere da classificação do período de 1992 a 2001 que, por sua vez, não é totalmente mantida para o período de 2002 em diante. Como se trata de uma variável chave para a construção das Categorias Sócio-ocupacionais, a realização de análises longitudinais, com algumas restrições na PNAD, necessita que essas classificações sejam compatibilizadas, de modo a ser comparadas. Neste trabalho a compatibilização que se procurará demonstrar é aquela referente à classificação da PNAD do período de 1992 a 2001, mas que

toma como base os dados de 2001, e a classificação adotada pela PNAD no período de 2002 em diante⁵.

Segundo documento de Metodologia da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios – PNAD/IBGE –, em 2002, a Classificação Brasileira de Ocupação - CBO-Domiciliar – e a Classificação Nacional de Atividades Econômicas - CNAE-Domiciliar – passaram a ser adotadas para a classificação das ocupações e atividades investigadas na PNAD. Para esta adaptação às pesquisas domiciliares o IBGE utilizou a estrutura da CBO-1994. Antes de 2002, apenas o Censo/IBGE de 2000 tinha como critério de classificação ocupacional a CBO.

O primeiro aspecto a se distinguir entre as classificações ocupacionais do IBGE/Ano de 2001 e da CBO/Anos de 2002 em diante é o seu formato. Inicialmente a classificação ocupacional do IBGE/Ano de 2001 contava com 1 a 3 dígitos no máximo, enquanto a CBO/Anos de 2002-2008, além de trazer de 3 a 4 dígitos ainda dividiu o conteúdo das classificações em grande grupo - reagrupando algumas famílias ocupacionais, e subgrupos principais, considerando as dificuldades de sua captação com precisão em pesquisas domiciliares. Outra adaptação necessária para esta compatibilização foi a correspondência dos Códigos de Atividade Principal/Ano de 2001, que trazem de 2 a 3 dígitos em sua classificação, com os Códigos de Atividade Principal/Anos de 2002, cujos dígitos são de 4 a 5 dígitos, e tem como parâmetro a Classificação Nacional de Atividades Econômicas – CNAE-Domiciliar –, que também vem dividida por grandes grupos.

O IBGE alerta que a natureza das diferenças entre a CBO-Domiciliar e a classificação de ocupações utilizada até 2001 não possibilita sequer recompor os grupamentos de ocupações construídos para a divulgação da PNAD a partir de 2002. No entanto, procuramos realizar nesta compatibilização PNAD 2001 para 2002 um encaixe de acordo com a lógica da composição da codificação de cada ocupação e não segundo seus grupamentos ou famílias. Isso só foi possível porque as ocupações foram agrupadas em poucas categorias (24 CATs), o que dirimiu diferenças entre o modo como cada ocupação estava classificada, seja na classificação utilizada pelo IBGE até 2001, seja na classificação baseada no CBO (CBO-domiciliar).

Como a atividade principal é importante, em termos de formação de setores, para a execução das Categorias Ocupacionais Trabalhadores do Comércio, Prestadores de Serviços Especializados, Trabalhadores da Indústria Moderna, Trabalhadores da Indústria Tradicional, Operários dos Serviços Auxiliares e Operários da Construção Civil, também foi preciso implementar uma comparação entre os Códigos da Atividade Principal do ano de 2001 para 2002, que como já havíamos dito antes, já apresentavam Códigos da Atividade Principal de acordo com a Classificação Nacional de Atividades Econômicas – CNAE-Domiciliar. Só assim ficaria completa a comparação das Categorias Ocupacionais entre os anos.

A definição das Categorias Sócio-ocupacionais (CATs) do Observatório das Metrôpoles foi um importante norteador na identificação de uma classificação para outra. Neste caso, é claro, não resolvemos inteiramente a tradução da Classificação IBGE/Ano de 2001 e CBO/Anos de 2002 a 2008, mas chegamos, na medida do possível, a resultados próximos de uma compatibilização entre os anos e dentro das Categorias Sócio-ocupacionais (CATs) do Observatório da Metrôpoles.

Na construção das Categorias Sócio-ocupacionais deste estudo na PNAD, para os anos de 2001 a 2008, foram utilizadas algumas variáveis chaves. Dentre estas variáveis, incorporamos aquelas que informavam a ocupação das pessoas na semana de referência, a atividade econômica, posição na ocupação, setor de emprego, idade, escolaridade, renda e área censitária (metrôpoles).

Algumas variáveis utilizadas, porém, apresentaram mudanças ao longo dos anos estudados, tanto no aspecto temático e conceitual quanto no aspecto de sua codificação. Nesse caso, procuramos padronizar estas variáveis para que pudessem ter o mesmo sentido quando fossem usadas para selecionar nossos grupos ocupacionais, conforme esquematizado no quadro 3.

Dentro das significativas reformulações conceituais na PNAD, o código de ocupação na semana de referência da pesquisa (v9906), que pode ser identificado em todos os anos, referidos neste estudo, mudou o sistema classificatório de ocupações para CBO-1994 a partir de 2002. No entanto, como em 2001 na PNAD ainda eram utilizados os códigos ocupacionais referentes ao sistema classificatório do IBGE antigos, foi necessário criar uma compatibilização das ocupações entre os anos de 2001 e 2002 em

V4720 – Valor do rendimento mensal de todas as fontes para pessoas		X	x	X	x	x	X	x
V4703 – Anos de estudo	X	X	x	X	x	x		
V4803 – Anos de estudo							X	x
V8005 – Idade do morador	X	X	x	X	x	x	X	x
V4756 – Posição na ocupação da atividade principal na semana de referência para pessoas de 5 anos e mais	X							
V4706 - Posição na ocupação da atividade principal na semana de referência		X	x	X	x	x	X	x
V9032 – Setor do Emprego	X	X	x	X	x	x	X	x
V4727 – Código de área censitária	X	X	x	X	x	x	X	x

*** Para as PNADs 2001 a 2008 realizar filtro por idade, isto é, selecionar pessoas com 10 anos e mais de idade por que variáveis importantes como a V4720 e a v4756 são em quase todos os casos referentes a pessoas com 5 anos e mais de idade.

Importante destacar que realizamos o deflacionamento da renda, para os anos de 2001 a 2007 para que fossem comparáveis à renda do ano de 2008, com base nos cálculos do Índice de Preços ao Consumidor Amplo-IPCA/IBGE e dos cálculos de deflação do índice pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada-IPEA (Anexo VII).

A variável referente aos anos de estudo (v4703) sofreu mudanças apenas com relação à sua codificação a partir de 2007, quando passou a ser codificada pela v4803. Esta variável, anos de estudo, é classificada em função da série e do grau que a pessoa estava frequentando ou havia frequentado, considerando a última série concluída com aprovação. A correspondência é feita de forma que cada série concluída com aprovação corresponda a 1 ano de estudo. A contagem dos anos de estudo teve início em 1 ano, a partir da primeira série concluída com aprovação de curso de ensino fundamental, de primeiro grau ou elementar; em 5 anos de estudo, a partir da primeira série concluída com aprovação de curso de médio primeiro ciclo; em 9 anos de estudo, a partir da primeira série concluída com aprovação de curso de ensino médio ou de segundo grau; em 12 anos de estudo, a partir da primeira série concluída com aprovação de curso superior de graduação. As pessoas que não declararam a série ou grau e que declararam informações incompletas, que não permitissem a sua classificação foram reunidas no grupo de anos de estudo “não determinados ou sem declaração” (PNAD/IBGE, 2008).

A variável referente à idade do morador (v8005) permaneceu igual tanto com relação ao conceito quanto em relação aos códigos para todos os anos. Esta variável é importante a medida que se pode selecionar através dela os moradores de 10 anos e mais de idade para a PNAD de 2001 a 2006, para que sejam comparáveis as variáveis de ocupação, atividade, posição na ocupação e renda no estudo.

A variável referente à posição na ocupação (v4756) tinha essa codificação apenas em 2001, a partir de 2002 ela mudou para v4706. No entanto, entre 2001 e 2002 a posição na ocupação da atividade principal na semana de referência era para pessoas de 5 anos e mais, enquanto a partir de 2003 era para pessoas de 10 anos e mais. A correção também deve ser feita com a seleção da idade para pessoas de 10 anos e mais para 2001 e 2002.

A variável relativa ao setor do emprego (v9032) corresponde às pessoas empregadas (exceto para os empregados, permanentes e temporários, em empreendimento do ramo que compreende a agricultura, silvicultura, pecuária, extração vegetal, pesca e piscicultura e para os empregados temporários nos serviços auxiliares deste ramo) no setor público (federal, estadual ou municipal, abrangendo, além da administração direta, as suas fundações, autarquias e empresas públicas e de economia mista) ou no setor privado.

Por fim, com a variável referente ao código da área censitária (v4727) foi possível criar uma seleção apenas para Regiões Metropolitanas. Na seleção metropolitana da PNAD encontramos basicamente: Belém, Salvador, Fortaleza, Recife, São Paulo, Rio de Janeiro, Belo Horizonte, Curitiba, Porto Alegre e Brasília (DF). Embora Brasília (DF) não seja uma região metropolitana, territorialmente essa unidade da federação está sendo classificada na PNAD como área metropolitana.

Referência bibliográfica

BOURDIEU, Pierre (2008). *A Distinção: crítica social do julgamento*. São Paulo: Edusp; Porto Alegre, RS: Zouk.

GOLDTHORPE, J. H. (1967) *Social stratification in industrial society*. In Bendix and Lipset 1967.

GOLDTHORPE, J. H. and HOPE, K. (1974) *The Social Grading of Occupations: A New Approach and Scale*. Clarendon Press: Oxford.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (2001-2009). *Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio*. Rio de Janeiro: IBGE.

MARSHALL, H. (1967) *Cidadania, Classe Social e Status*, Zahar, Rio de Janeiro.

OBSERVATÓRIO DAS METRÓPOLES (2005). *Análise das Regiões Metropolitanas do Brasil. Relatório da Atividade 1: identificação dos espaços metropolitanos e construção de tipologias*. Rio de Janeiro: Observatório das Metrôpoles.

OBSERVATÓRIO DAS METRÓPOLES (2010). *Relatório da Metodologia de Construção das CATs*. Rio de Janeiro: Observatório das Metrôpoles.

POULANTZAS, Nicos (1978). *As classes sociais no capitalismo de hoje*. Rio de Janeiro: Zahar Editores.

STAVENHAGEN, Rodolfo (1977). *Estratificação Social e Estrutura de Classe*. In VELHO, O. G., PALMEIRA, M. G. S. e BERTELLI, A. R. (Org.). *Estrutura de Classe e Estratificação Social*. Rio de Janeiro: Zahar Editores.

WEBER, Max (1977). *Classe, Status, Partido*. In VELHO, O. G., PALMEIRA, M. G. S. e BERTELLI, A. R. (Org.). *Estrutura de Classe e Estratificação Social*. Rio de Janeiro: Zahar Editores.

WRIGHT, E. O. (1980) *Class and occupation*. *Theory and Society*, 9.

WRIGHT, E. O. (1985) *Classes*. Verso: London.

WRIGHT, E. O. (ed). (1989) *The Debate on Classes*. Verso: London.

1 Dizemos modo de produção dominante porque na perspectiva marxista em cada formação social específica há um determinado modo de produção que é hegemônico, que caracteriza as principais relações sociais antagônicas, ao passo que pode ainda haver a existência de modo de produção anterior, mas em decadência, e, ao mesmo tempo, o surgimento de um novo modo de produção, dado o dinamismo da sociedade.

2 No desenvolvimento da primeira versão de seu esquema, ele argumentou que as relações sociais de produção pode ser dividida em três dimensões interdependentes: (a) as relações sociais de controle sobre o capital monetário, (b) as relações sociais de controle sobre o capital físico, e (c) as relações sociais de poder – ou seja, controle sobre a fiscalização e disciplina no processo de trabalho. [Tradução livre].

3 As outras duas categorias discutida pelo autor são: casta e estado.

4 Seu esquema de classe compreende as seguintes categorias:

Service	I	Higher-grade professionals, administrators and officials; managers in large industrial establishments; large proprietors.
	II	Lower-grade professionals, administrators and officials; higher-grade technicians; managers in small business and industrial establishments; supervisors of non-manual employees.
Intermediate	III	Routine nonmanual - largely clerical - employees in administration and commerce; rank-and-file employees in services.
	IV	Small proprietors and self-employed artisans.
	V	Lower-grade technicians, supervisors of manual workers.
Working	VI	Skilled manual workers.
	VII	Semi-skilled and unskilled manual workers.

5 Embora o interesse neste projeto seja realizar a análise anual na década de 2000, com este trabalho de compatibilização abre-se a possibilidade de serem efetuados estudos de mais longo prazo, a partir de 1992.

Capítulo 2

Transformações econômicas e estrutura social das regiões metropolitanas do Brasil⁶

Luiz César de Queiroz Ribeiro

Marcelo Gomes Ribeiro

Lygia Costa

1. Introdução

O objetivo deste trabalho é analisar a evolução da estrutura social das metrópoles brasileiras, no período de 2001 a 2008, a partir das mudanças ocorridas na economia, sobretudo, no mercado de trabalho. Mesmo que se trate de um período pequeno no tempo, praticamente uma década, acreditamos que as mudanças apresentadas sejam importantes para compreensão da dinâmica social das nossas regiões metropolitanas.

Partimos da hipótese de que as transformações da economia brasileira, ocorridas, sobretudo, a partir da década de 1990 e com continuidades nos anos 2000, impactaram a estrutura social das regiões metropolitanas do país. Isto por que essas transformações decorreram, em alguns casos, do processo de reestruturação produtiva e de desindustrialização, reconfigurando a estrutura do mercado de trabalho e, por conseguinte, a própria estrutura social. No entanto, apesar de haver consequências para as regiões metropolitanas, localizadas em contextos regionais diferentes, os impactos dessas transformações se deram, principalmente, nas regiões metropolitanas que haviam se industrializado na segunda metade do século XX.

Essa análise utiliza-se dos dados da PNAD – Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios –, elaborada pelo IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Por este motivo, há dados disponíveis apenas para nove regiões metropolitanas do Brasil e para Brasília (Distrito Federal) que

foi classificada, nessa pesquisa, como área metropolitana. Assim, a análise empreendida neste trabalho procurou considerar esses dez territórios como regiões metropolitanas.

Cada uma das regiões metropolitanas insere-se em contextos regionais particulares, onde as características sócio-econômicas das unidades da federação em que elas se localizam podem exercer diferenças significativas entre as regiões metropolitanas. Por isso, sempre que possível, procuramos relacionar as características da região metropolitana com sua respectiva unidade da federação. A única exceção é de Brasília por ser uma “cidade-estado”. E não apenas isso, também procuramos relacionar as características da região metropolitana com aquilo que visualizamos no país.

Este trabalho está organizado em mais três seções, além dessa introdução. Na segunda seção, analisamos o mercado de trabalho nos anos de 2001 a 2008, principalmente no que se refere às pessoas em idade ativa, às pessoas economicamente ativas e às pessoas ocupadas e desocupadas. Como a intenção é compreender a estrutura social, a análise do mercado de trabalho mostra-se importante, tendo em vista que essa estrutura é interpretada a partir de uma estratificação sócio-ocupacional. Na terceira seção, vamos analisar uma estratificação composta pelas frações de classe (também denominadas de grupos sócio-ocupacionais) como *proxy* da estrutura social, que se baseia na categoria ocupação obtida nas pesquisas domiciliares, no nosso caso, a PNAD (Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios do IBGE). E na última seção, fazemos as considerações finais.

2. O mercado de trabalho nas metrópoles brasileiras

As discussões sobre o mercado de trabalho ganharam ênfase desde a década de 1990, quando o Brasil e também outros países do mundo sofreram acentuadas mudanças em sua estrutura econômica, as quais ocasionaram aumento nas taxas de desemprego, e, por conseguinte, impactos na estrutura social. Como a estrutura social sofre muito a influência do trabalho na sociedade ocidental, o agravamento do desemprego produz efeitos importantes sobre essa estrutura. Por isso, para avaliação da evolução da estrutura social, é importante a compreensão da dinâmica do mercado de trabalho, com enfoque, sobretudo, no desemprego.

Apesar de os estudos sobre desemprego terem ganhado relevo a partir da década de 1990, a percepção de sua relevância analítica tem oscilado em função das alterações ocorridas na economia, caracterizada por ciclos econômicos. No momento em que a economia passou a crescer, parece haver menos interesse por essa temática, como se o crescimento econômico por si só possibilitasse a redução do desemprego. Por ser essa uma discussão controversa, é relevante avaliar o comportamento do mercado de trabalho, com ênfase no desemprego, no momento em que o país passou a registrar maiores taxas de crescimento, que ocorreu, sobretudo, nos anos 2000.

Se a agenda da pesquisa sobre trabalho passou a se concentrar em estudos sobre o desemprego por decorrência das mudanças estruturais verificadas a partir da década de 1990; também devemos admitir que o avanço dessa discussão se deu por haver uma quantidade maior de dados disponíveis e sistematizados, o que possibilitou a compreensão das dimensões desse fenômeno de forma mais precisa.

As pesquisas sobre desemprego no Brasil, em geral, são realizadas em algumas regiões metropolitanas, com expansão estatística para todo o Brasil, como são os casos da PME (Pesquisa Mensal de Emprego) do IBGE e da PED (Pesquisa de Emprego e Desemprego) do DIEESE. Para ter um panorama mais abrangente no território nacional sobre esse fenômeno, a PNAD (Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios) representa uma fonte importante, por reunir dados para todas as unidades da federação e também para nove regiões metropolitanas. E como sua série histórica é muito ampla, é possível ter uma visão de mais longo prazo sobre o desemprego no Brasil e nesses contextos territoriais que ela abrange. Não obstante, neste trabalho, focalizaremos apenas o período da década de 2000.

É evidente que a avaliação do desemprego não é, em si, suficiente para a compreensão do mercado de trabalho e tampouco dos impactos deste último na estrutura social. Precisam ser consideradas também as questões de como tem aumentado a demanda por trabalho (o que se traduz em maior número de pessoas disponíveis), e de como o mercado de trabalho tem se comportado em termos de oferta (o que se traduz no número de ocupações que efetivamente são preenchidas).

Os dados da PNAD são, por sua abrangência, uma fonte importante para a caracterização do mercado de trabalho em seus vários aspectos. Por outro

lado, essa abrangência também permite avaliar com maior acuidade o papel que cumprem as regiões metropolitanas na economia das unidades da federação onde se situam e também na economia nacional, pelo menos no que se refere ao mercado de trabalho. Esse é um dos principais objetivos dessa seção: avaliar o mercado de trabalho das regiões metropolitanas frente as unidades da federação onde estão situadas e em relação ao país como um todo.

O interesse em analisar as regiões metropolitanas do país decorre da importância que o espaço urbano tem adquirido desde a década de 1970 e do fato de representar, ainda hoje, um importante lócus na concentração populacional e também econômica, a despeito do debate sobre as mudanças que vêm deslocando a preponderância econômica desses territórios, e que estariam culminando num processo de desconcentração econômica. Ainda que isso estivesse de fato ocorrendo, a preocupação em estudar as regiões metropolitanas não perderia importância, porque o deslocamento econômico não estaria provocando, ao mesmo tempo, o deslocamento populacional, ou seja, esses espaços estariam se caracterizando por condições sociais ainda mais precárias. De todo modo, focalizar a discussão sobre esses contextos, comparando-os com outras escalas (unidade da federação e país) pode, ao mesmo tempo, lançar luzes sobre a importância social e econômica das regiões metropolitanas do país nos dias de hoje.

CONDIÇÃO DA ATIVIDADE ECONÔMICA

O Brasil no começo da década, em 2001, apresentava uma população em idade ativa – pessoas de 10 anos ou mais de idade – de 138,9 milhões de pessoas; em 2008, a população em idade ativa foi registrada em 160, 5 milhões, que representou um crescimento de 15,5%. Para o conjunto das 10 regiões metropolitanas, em 2001, registrava-se 44 milhões de pessoas (32,2% em relação ao país) e, em 2008, um contingente de 50, 7 milhões de pessoas (31,6% em relação ao país). O crescimento da quantidade de pessoas em idade ativa nas regiões metropolitanas foi de 13,3% nesse período, uma variação percentual um pouco menor que a verificada no país.

No mesmo período, o Brasil registrou uma variação percentual de 18,4% das pessoas economicamente ativas (PEA⁷), passando de 84,0 milhões de pessoas, em 2001, para 99,5 milhões, em 2008. Nas regiões metropolitanas,

a variação percentual correspondeu a 18,1%, pois havia 26,5 milhões de pessoas, em 2001, e foi registrado 31,3 milhões, em 2008. A participação das regiões metropolitanas no conjunto do país foi de 31,5%, em 2008, não apresentando grandes diferenças ao longo do período considerado.

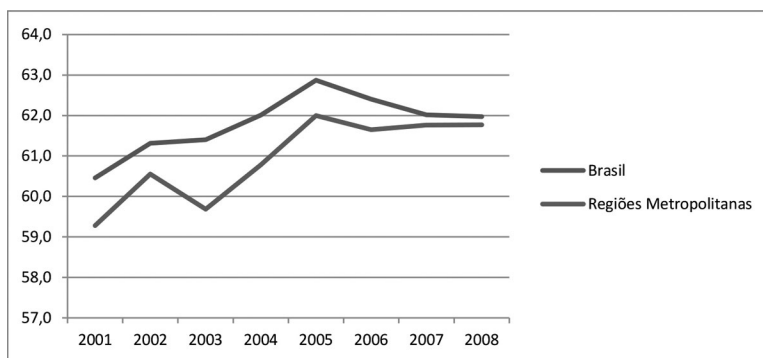
Uma primeira observação sobre os dados apresentados é que o incremento proporcional de pessoas economicamente ativas foi maior que o incremento verificado em relação às pessoas em idade ativa, o que fez com que houvesse um aumento proporcional da quantidade de pessoas disponíveis no mercado de trabalho, tanto nas regiões metropolitanas, quanto no país como um todo. E isso pode ser visualizado no gráfico 1, que apresenta a taxa de atividade das regiões metropolitanas e do Brasil nesse período. Por decorrência dessa observação, podemos verificar também que o comportamento apresentado pelas regiões metropolitanas, tanto em relação às pessoas em idade ativa, quanto em relação às pessoas economicamente ativas, tem sido muito semelhante ao que verificamos no país. Isso sugere que, pelo menos do ponto de vista do mercado de trabalho, os efeitos sofridos pela economia brasileira são traduzidos de forma muito direta para as regiões metropolitanas, pelo menos estas vistas em seu conjunto.

Procuramos, assim, organizar essas vinte e quatro categorias sócio-ocupacionais em oito frações de classes que, correspondem por sua vez, às classes dominante, média e popular, conforme a perspectiva de espaço social em estamos nos apoiando (quadro 2). Na classe dominante, incluímos as frações de classe que denominamos de dirigentes e os profissionais de nível superior. Os primeiros se definem mais pela posse de capital econômico, enquanto os segundos estão mais caracterizados pela posse de capital cultural, embora haja variação entre as categorias que compõem essas frações de classe. Mas, de qualquer modo, são as frações de classe onde se apresenta maior volume de capital global, por isso sendo consideradas como classe dominante. Na classe média, que apresenta estrutura de capital muito semelhante à classe dominante, mas em menor volume, estão as frações de classe denominadas de pequenos empregadores e ocupações médias. Na classe popular, em que se define pela ausência ou pouca posse de volume global de capital, estão as frações de classe de classe organizadas de acordo com sua posição na estrutura produtiva, uma vez que no Brasil a localização no processo de produção para os segmentos

de classe popular tem muita importância socialmente. Essas frações de classe da classe popular são: trabalhadores do terciário especializado, trabalhadores do secundário, trabalhadores do terciário não-especializado e trabalhadores agrícolas.

Procuramos, assim, organizar essas vinte e quatro categorias sócio-ocupacionais em oito frações de classes que, correspondem por sua vez, às classes dominante, média e popular, conforme a perspectiva de espaço social em estamos nos apoiando (quadro 2). Na classe dominante, incluímos as frações de classe que denominamos de dirigentes e os profissionais de nível superior. Os primeiros se definem mais pela posse de capital econômico, enquanto os segundos estão mais caracterizados pela posse de capital cultural, embora haja variação entre as categorias que compõem essas frações de classe. Mas, de qualquer modo, são as frações de classe onde se apresenta maior volume de capital global, por isso sendo consideradas como classe dominante. Na classe média, que apresenta estrutura de capital muito semelhante à classe dominante, mas em menor volume, estão as frações de classe denominadas de pequenos empregadores e ocupações médias. Na classe popular, em que se define pela ausência ou pouca posse de volume global de capital, estão as frações de classe de classe organizadas de acordo com sua posição na estrutura produtiva, uma vez que no Brasil a localização no processo de produção para os segmentos de classe popular tem muita importância socialmente. Essas frações de classe da classe popular são: trabalhadores do terciário especializado, trabalhadores do secundário, trabalhadores do terciário não-especializado e trabalhadores agrícolas.

Gráfico 1: Evolução da Taxa de Atividade – Brasil e RMs



Fonte: PNAD – 2001 a 2008.

As taxas de atividade de cada uma das regiões metropolitanas são muito próximas das verificadas em seu conjunto. Em 2001, a região metropolitana que apresentou menor taxa registrou 54% de pessoas ativas economicamente (Recife) e a região metropolitana com maior taxa registrou 63,8% (Curitiba). As oscilações ao longo da década foram muito pequenas para todas as regiões metropolitanas analisadas, demonstrando, ainda assim, crescimento dessa participação em 2008, com exceção de Porto Alegre, que praticamente manteve o mesmo patamar verificado naquele ano. Em 2008, a maior taxa de atividade foi de 65,7% (Salvador) e a menor foi de 57% (Recife).

Tabela 1: Taxa de atividade das regiões metropolitanas - 2001 a 2008

Região Metropolitana	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008
Belém	54,5	57,9	59,2	58,6	60,7	58,0	59,2	60,7
Fortaleza	58,3	57,9	56,9	58,1	59,9	60,0	59,6	59,8
Recife	54,0	55,5	54,0	55,6	56,9	55,4	56,2	57,0
Salvador	61,9	64,5	63,0	66,3	65,8	64,2	64,7	65,7
Belo Horizonte	61,8	63,1	62,0	64,4	64,3	66,0	65,3	64,5
Rio de Janeiro	55,6	55,5	55,8	56,6	57,2	57,1	56,3	57,5
São Paulo	60,1	62,4	61,2	61,6	64,0	63,7	63,7	63,3
Curitiba	63,8	64,8	62,0	65,5	65,1	64,8	67,0	65,2
Porto Alegre	63,3	63,8	63,3	63,6	63,6	63,2	64,0	62,5
Distrito Federal	62,7	62,2	61,2	61,4	64,4	62,6	64,2	63,5
Total	59,3	60,6	59,7	60,8	62,0	61,6	61,8	61,8

Fonte: PNAD - 2001 a 2008.

Tabela 2: Participação da população economicamente ativa da região metropolitana na unidade da federação onde se localiza - 2001 a 2008

RM/UF ¹ (%)	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008
Belém / PA	41,6	42,0	41,4	28,4	29,4	28,7	29,7	30,1
Fortaleza / CE	39,6	40,4	38,8	39,9	40,3	40,9	41,6	41,1
Recife / PE	40,7	41,3	40,4	41,7	41,8	41,5	42,4	43,7
Salvador / BA	25,4	25,6	25,6	26,6	26,3	26,8	27,4	27,2
Belo Horizonte / MG	24,6	24,8	24,7	25,7	25,0	25,6	26,2	25,7
Rio de Janeiro / RJ	73,7	73,8	73,4	73,2	73,6	73,2	72,9	73,6
São Paulo / SP	48,5	49,2	48,3	48,3	49,0	48,5	48,6	48,4
Curitiba / PR	28,5	28,8	27,8	29,4	29,7	29,5	30,9	30,8

Porto Alegre / RS	34,7	34,7	34,0	34,8	34,7	34,7	35,5	35,3
Total	42,2	42,5	41,9	41,8	42,1	42,0	42,5	42,5

Fonte: PNAD - 2001 a 2008.

(1) Não inclui Brasília por corresponder aos dados do Distrito Federal.

Ao analisar a participação da população economicamente ativa (PEA) de cada uma das regiões metropolitanas no contexto regional, ou seja, na unidade da federação onde se localiza, observamos que, de modo geral, todas as regiões metropolitanas têm participação muito significativa em suas unidades da federação, pois em nenhuma delas a PEA é menor que $\frac{1}{4}$ (um quarto). Porém, algumas diferenças ficam evidenciadas quando se realiza a comparação entre elas, e nisso destacam-se as regiões metropolitanas do Sudeste – Rio de Janeiro, São Paulo e Belo Horizonte. A região metropolitana do Rio de Janeiro tem participação acima de 70% da PEA em relação a sua unidade da federação, ao longo de todos os anos da década de 2000, representando quase $\frac{3}{4}$ (três quartos) da PEA fluminense. A região metropolitana de São Paulo aparece em segundo lugar nesse ranking, com participação acima de 48% em todos os anos analisados, correspondente a quase metade da PEA paulistana. Por outro lado, a região metropolitana de Belo Horizonte possui a menor participação da PEA na unidade da federação. E isso se configurou ao longo de todos os anos do período analisado, registrando participação de 24,6% da PEA mineira, em 2001, e passou para apenas 25,7%, em 2008.

De modo geral, a participação de cada uma das regiões metropolitanas aumentou ao longo do período de 2001 a 2008. Quando isso não ocorreu, pelo menos se manteve o mesmo patamar do começo da década. A única exceção que salta aos olhos é a da Região Metropolitana de Belém, que registrou queda muito acentuada nesse período. Em 2001, a participação da PEA de Belém no Estado do Pará era de 41,6%, manteve-se nesse patamar até 2003, mas apresentou queda significativa no ano seguinte (28,4%) e teve uma pequena recuperação no ano de 2008, registrando 30,1%. Quando se analisa os dados absolutos dessa região metropolitana, observa-se que houve crescimento ao longo de todos os anos, mas o crescimento da PEA de sua unidade da federação foi muito maior, o que explica estatisticamente essa redução da participação.

CONDIÇÃO OCUPACIONAL

Vimos que tanto no conjunto do país quanto no conjunto das regiões metropolitanas houve aumento da taxa de atividade, o que significa que mais pessoas passaram a ficar disponíveis para o mercado de trabalho. Mas esse incremento de pessoas economicamente ativas significou inserção em termos ocupacionais ou ampliação da taxa de desocupação (ou taxa de desemprego)? É isso que procuraremos analisar a partir de agora.

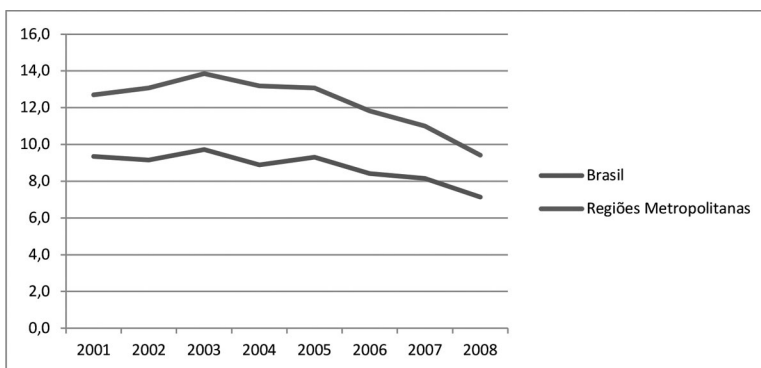
Quando observamos a taxa de desocupação no Brasil e no conjunto das regiões metropolitanas, verificamos que depois de esta ter subido entre 2001 e 2003 houve queda significativa até o ano de 2008, conforme gráfico 2. No Brasil, a taxa de desocupação foi de 9,3%, em 2001; atingiu 9,7%, em 2003; e caiu para 7,1%, em 2008. O mesmo comportamento foi verificado nas regiões metropolitanas. Em 2001, a taxa de desocupação foi de 12,7%, atingiu 13,9%, em 2003, e recuou para 9,4%, em 2008. Mesmo tendo comportamento semelhante, chama atenção o fato de em todos os anos a taxa de desocupação metropolitana ser superior à verificada no país.

Em 2001, a população ocupada do Brasil correspondia a 76,12 milhões de pessoas; em 2008, esse mesmo segmento populacional era de 92,4 milhões de pessoas, o que representa uma variação percentual de 21,3%. O tamanho da população desocupada era de 7,9 milhões de pessoas, em 2001, e passou para 7,1 milhões, uma redução de 9,5%. Nas regiões metropolitanas, a população ocupada passou de 23,2 milhões para 28,4 milhões, no período de 2001 a 2008, enquanto a população desocupada reduziu de 3,4 milhões para 2,9 milhões, no mesmo período. Esses dados demonstram que a redução na taxa de desocupação se deu por decorrência da redução da população desocupada, mesmo num período em que novas pessoas ingressaram no mercado de trabalho. Significa que houve aumento mais que proporcional da oferta de emprego na economia, que possibilitou a inserção ocupacional das pessoas que se tornaram disponíveis no mercado de trabalho, além também de inserir parte daquela que estava desempregada.

A participação da população ocupada das regiões metropolitanas em relação ao país foi em torno de 30%, ao longo do período de 2001 a 2008. Por outro lado, a participação das pessoas desocupadas das regiões metropolitanas em relação ao país variou, no mesmo período, entre 41,5% e

45,9%. Desses dados apreendemos, primeiro, que há certa estabilidade na participação metropolitana na economia nacional, seja quando verificamos as pessoas ocupadas, seja quando verificamos as pessoas desocupadas, onde podemos evidenciar que os efeitos que ocorrem sobre o emprego no país também tem impactos nas regiões metropolitanas. E, segundo, que a participação das pessoas desocupadas é maior que a das pessoas ocupadas, o que demonstra que as regiões metropolitanas colaboram muito para as taxas de desocupação registradas no plano nacional.

Gráfico 2: Evolução da Taxa de Desocupação – Brasil e RMs



Fonte: PNAD – 2001 a 2008.

O comportamento da taxa de desocupação por cada uma das regiões metropolitanas também é muito semelhante ao que se verifica para o conjunto delas e para o país, apresentado redução ao longo do período de 2001 a 2008 - a exceção é Recife. Porém, a taxa de desocupação difere muito entre elas: enquanto, em 2001, a região metropolitana de Salvador apresentou taxa de 15,6% (a maior entre elas), a região metropolitana de Porto Alegre apresentou taxa de 8,7% (a menor). No ano seguinte, Salvador atingiu uma taxa de 19,3% e, em 2003, taxa de 19,8%, tendo se reduzido a partir desse ano até atingir o patamar de 14,2%, em 2008 – menor que o apresentado no começo da década. Em 2008, a região metropolitana que demonstrou a maior taxa de desocupação foi Recife, que registrou 15,2%, depois de uma redução do ano anterior quando apresentou taxa de 17,7%, mas superior ao ano de 2001, em que foi de 14%. A menor taxa entre as regiões metropolitanas, nesse ano, foi de Curitiba, que registrou 5,6%. Nota-se que somente Brasília (11,1%), Salvador (14,2%) e Recife (15,2%) tiveram taxas de desocupação maior que 10% em 2008. Todas as outras regiões metropolitanas tiveram taxas menores que esse patamar.

RM/UF ¹ (%)	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008
Belém	39,7	40,6	40,4	26,8	27,6	27,1	28,5	29,1
Fortaleza	37,5	37,9	36,5	37,6	38,1	38,9	39,6	40,0
Recife	39,0	39,0	37,3	38,6	38,4	38,8	39,4	41,0
Salvador	23,8	22,9	22,8	24,0	24,1	24,7	25,6	25,7
Belo Horizonte	23,7	23,9	23,9	24,8	24,0	24,9	25,8	25,5
Rio de Janeiro	73,3	73,3	72,9	72,8	73,5	72,9	72,5	73,3
São Paulo	47,4	48,1	47,1	46,8	48,0	47,5	47,8	47,9
Curitiba	27,9	28,1	27,2	28,8	29,1	29,1	30,6	30,5
Porto Alegre	33,9	33,4	32,9	33,7	33,8	33,9	34,4	34,8
Total	40,9	41,0	40,2	40,1	40,5	40,6	41,3	41,6

Fonte: PNAD - 2001 a 2008.

(1) Não inclui Brasília por corresponder aos dados do Distrito Federal.

Quando se considera a participação da população desocupada de cada uma das regiões metropolitanas em relação às unidades da federação onde se localizam, observa-se que somente as regiões de Belo Horizonte e Curitiba registraram, em todos os anos, participação inferior a 50%. Salvador também teve essa característica, apesar de em 2002 e 2003 ter registrado participação superior a 50%, além de Belém, que mostrou redução a partir do ano de 2006. As demais regiões metropolitanas tiveram participação superior a 50% em todos os anos, com destaque para o Rio de Janeiro, que apresentou patamares superiores a 70%, em todos os anos.

Tabela 5: Participação da população desocupada da região metropolitana na unidade da federação onde se localiza - 2001 a 2008

RM/UF ¹ (%)	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008
Belém	58,8	54,5	50,8	53,6	52,4	49,8	46,8	47,9
Fortaleza	66,9	69,2	65,7	68,3	66,5	65,6	68,8	57,6
Recife	56,8	62,4	67,0	67,1	68,8	66,4	66,0	68,9
Salvador	39,7	50,0	51,3	48,9	46,2	47,8	44,9	42,6
Belo Horizonte	33,2	33,5	32,0	35,0	36,5	33,5	31,2	29,3
Rio de Janeiro	76,6	77,8	77,3	76,1	74,1	75,1	76,3	76,4
São Paulo	56,9	57,5	57,1	60,2	56,9	58,2	56,7	53,9
Curitiba	35,0	37,6	36,5	38,8	39,3	34,2	36,1	37,5
Porto Alegre	44,8	51,7	48,3	51,7	47,3	47,2	50,0	44,0
Total	53,9	56,3	56,1	57,6	56,2	55,8	55,1	53,5

Fonte: PNAD - 2001 a 2008.

(1) Não inclui Brasília por corresponder aos dados do Distrito Federal.

Esses dados demonstram que, se por um lado, a evolução das pessoas ocupadas no mercado de trabalho acompanha a evolução da população economicamente ativa, tanto em relação a cada uma das regiões metropolitanas, como em relação às suas respectivas unidades da federação; por outro lado, cada uma das regiões metropolitanas tem sido responsável pelo comportamento da evolução do desemprego nas suas respectivas unidades da federação, uma vez que a participação região metropolitana na unidade da federação tem sido muito elevada.

Como as regiões metropolitanas têm importância muito grande na análise da desocupação no Brasil, seja na comparação com os dados nacionais, seja em relação às unidades da federação onde se localizam, evidenciamos a importância do contexto urbano metropolitano quando se trata de questões sociais e econômicas. Isso tem implicações na estrutura social das regiões metropolitanas do país? É o que procuraremos analisar na próxima seção.

3. A estrutura social das metrópoles brasileiras

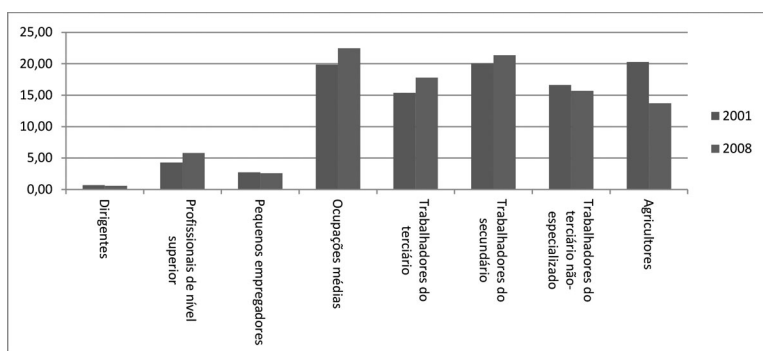
Para a análise que será empreendida nesta seção, serão utilizadas as oito frações de classe que decorrem da agregação das 24 (vinte e quatro) categorias sócio-ocupacionais elaborado pelo Observatório das Metrópoles, conforme apresentado no capítulo 1. Quando for necessário, no decorrer da análise de cada uma das frações de classe, será feita menção às categorias sócio-ocupacionais propriamente ditas.

A estrutura da distribuição das pessoas nas frações de classe é muito semelhante, quando realizamos a comparação entre os anos de 2001 a 2008, tanto para o plano nacional, quanto para o conjunto das regiões metropolitanas, como pode ser visto na comparação dos anos de 2001 e 2008, conforme os gráficos 3 e 4. De modo geral, há pequena concentração nas categorias superiores da estrutura sócio-ocupacional – Dirigentes e Profissionais de Nível Superior – e grande concentração de pessoas nas categorias médias e inferiores. Uma diferença marcante entre a estrutura de distribuição dos grupos sócio-ocupacionais do Brasil e do conjunto das

regiões metropolitanas é a participação que o grupo de Agricultores assume em cada uma delas. A participação dessa categoria no plano nacional é muito elevada, acima de 10% em todos os anos, embora tenha registrado redução ao longo do período analisado, ao passo que a participação desse grupo nas regiões metropolitanas é muito pequena, em torno de 2%.

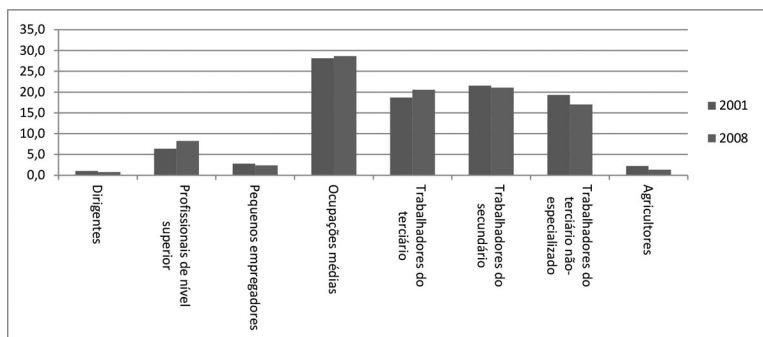
Quando realizamos a análise da participação de cada uma frações de classe das regiões metropolitanas em relação ao país, observamos que os grupos de Dirigentes, Profissionais e Ocupações Médias são os grupos que possuem as maiores participações, todos acima de 40%, no período de 2001 a 2008, conforme tabela 6. As demais frações de classe apresentam participação que variam de 30% a 37%, em todos os anos, ao passo que o grupo de Agricultores possui participação muito pequena, em torno de 3%

Gráfico 3: Distribuição percentual das pessoas ocupadas segundo as frações de classe – Brasil - 2001 e 2008



Fonte: PNAD – 2001 e 2008.

Gráfico 4: Distribuição percentual das pessoas ocupadas segundo frações de classe - Regiões Metropolitanas - 2001 e 2008



Fonte: PNAD – 2001 e 2008.

Tabela 6: Participação dos grupos Sócio-ocupacionais da Região Metropolitana em relação ao Brasil - 2001 a 2008

Categorias Sócio-ocupacionais	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008
Dirigentes	45,4	44,5	42,1	40, 2	47,0	42,1	46,4	40, 8
Profissionais de nível superior	45,2	49,1	48,1	46,5	47,2	47,8	45,6	45,4
Pequenos empregadores	30, 6	31,6	30, 0	31,5	29,0	31,0	29,4	29,7
Ocupações médias	42,7	41,1	40, 8	40, 2	41,0	40, 1	40, 5	40, 8
Trabalhadores do terciário	36,6	37,4	36,5	36,6	36,4	35,7	36,8	36,9
Trabalhadores do secundário	32,4	32,4	31,8	31,4	31,4	31,5	31,6	31,6
Trabalhadores do terciário não-especializado	35,1	35,4	35,3	35,0	34,9	34,6	34,6	34,6
Agricultores	3,3	3,7	3,5	3,3	3,4	3,6	3,2	3,2
Total	30, 2	31,8	31,3	31,0	31,2	31,3	31,6	32,0

Fonte: PNAD - 2001 a 2008.

Embora haja semelhança entre a estrutura de distribuição frações de classe das regiões metropolitanas e também sua participação em relação às frações de classe compreendidas no plano nacional, a análise focada na comparação entre as regiões metropolitanas aponta diferenças que só são apreendidas nesse exercício. Isso significa que apesar de haver semelhanças na estrutura dos grupos sócio-ocupacionais das regiões metropolitanas, há diferenças marcantes entre as regiões metropolitanas, inclusive em função do contexto regional (unidade da federação) na qual se localiza.

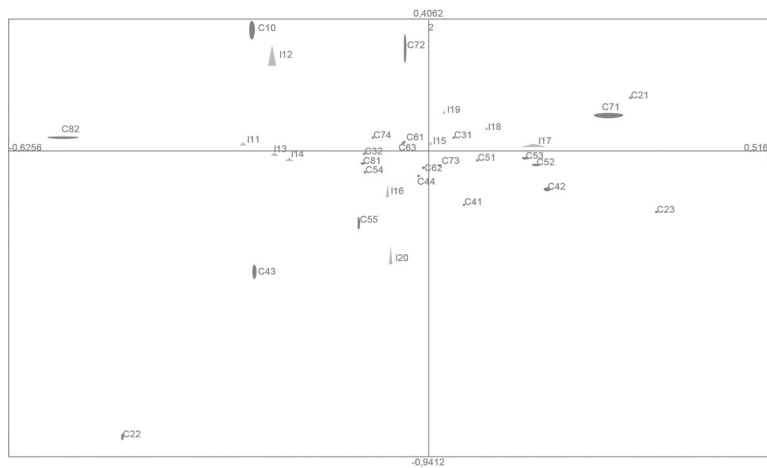
Por esses motivos, vamos realizar uma análise comparativa das regiões metropolitanas referente à sua estrutura social. Isso implica em definir a posição de cada uma delas de forma relacional, ou seja, na relação existente entre elas. Além disso, procuramos verificar as mudanças que foram empreendidas ao longo da presente década na composição sócio-ocupacional que se coloca como *proxy* dessa estrutura social. Isso é importante para apreender as diferenças existentes da relação estabelecida entre as categorias sócio-ocupacionais em cada uma das regiões metropolitanas.

A ferramenta estatística que permite realizar essa análise do conjunto das regiões metropolitanas é a análise fatorial por correspondência binária. Trata-se um instrumento de análise quantitativa multivariada que procura verificar a existência de relações entre diversas variáveis, que permite, por sua vez, estabelecer princípios de estruturação do espaço geográfico considerado. A partir disso, podemos observar quais são as categorias

sócio-ocupacionais que exercem maior peso na definição de cada uma das áreas geográficas, numa análise relacional. Como nos interessa uma análise longitudinal, utilizamos dois pontos no tempo (começo e fim do período analisado) a fim de verificar também mudanças que tenham ocorrido no período de 2001 a 2008. Desse modo, através de outro instrumento estatístico pudemos classificar cada um desses espaços em função da aproximação verificado entre eles, na medida em que se diferenciam dos demais, por meio da classificação hierárquica ascendente ou análise de *cluster*.

Observamos, a partir da figura 1, que os dois principais princípios de organização social entre as regiões metropolitanas são, de um lado, a oposição entre ocupações precárias, de baixa qualificação, e ocupações “estabelecidas”, médias e superiores; e, de outro lado, a oposição entre público e operário/rural. Juntos, esses princípios são responsáveis por entorno de 66% da variância entre as regiões metropolitanas.

Figura 1: Regiões Metropolitanas - Análise Fatorial por Correspondência Binária - 2008



Fonte: PNAD, 2008. Elaborado pelo Observatório das Metrôpoles.

Cartograma 1: Tipologia socioespacial das regiões metropolitanas do Brasil



Fonte: Elaborado pelo Observatório das Metrôpoles.

A partir dos princípios de organização social do território metropolitano interpretado da análise fatorial por correspondência binária, foi possível realizar a análise de cluster, na perspectiva de realizar agrupamentos das metrôpoles de acordo com suas características que mais as aproximam ou que as separam, tendo em vista que esse agrupamento se realiza de forma relacional. Do ponto de vista estatístico, o critério adotado consistiu na definição da variância intra-classe de 25,2% e da variância inter-classe de 74,8%. Quanto menor é a variância intra-classe mais as regiões metropolitanas localizadas no mesmo grupo possuem características semelhantes, o que faz com que nesse caso a variância inter-classe seja grande. Ao contrário, quanto maior a variância intra-classe menores são as

características semelhantes entre as regiões metropolitanas, e dessa forma também será menor a variância inter-classe.

Com as variâncias intra-classe e inter-classe definidas foram estabelecidos três grupos (ou três clusters), como podemos observar no cartograma 1. O primeiro foi formado pelas regiões metropolitanas de Brasília e Rio de Janeiro. As categorias que se destacam nesse grupo são principalmente as ocupações públicas, o que possibilita denominá-lo de *Administrativas*. O segundo grupo foi formado por Porto Alegre, Curitiba, São Paulo e Belo Horizonte. Sua principal característica é o destaque nas ocupações ligadas ao setor industrial, ocupações médias e de dirigentes. Dada sua complexidade social, sua denominação pode ser *Modernas*. O terceiro grupo foi formado pelas regiões metropolitanas de Belém, Fortaleza, Recife e Salvador. As ocupações que mais se destacam nesse agrupamento são aquelas caracterizadas pela sua precariedade ou pela baixa qualificação. Assim, esse grupo pode ser denominado como *Popular*.

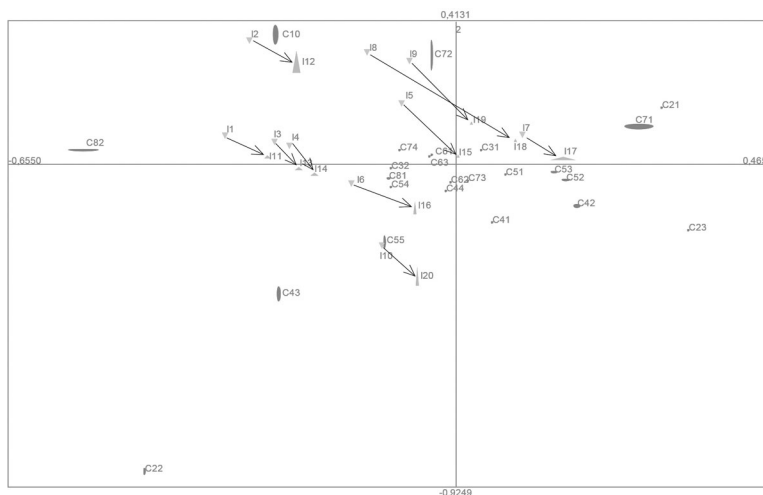
Observamos que a análise de cluster realizada, que consideraram os princípios de organização social do território metropolitano interpretada da análise de fatorial, diferenciaram as regiões metropolitanas localizadas no Norte/Nordeste do país daquelas localizadas no Sul/Sudeste/Centro-oeste. E as características das regiões metropolitanas do Norte/Nordeste apresentam estruturas ocupacionais mais precárias que aquelas vistas nas regiões metropolitanas do Sul/Sudeste/Centro-oeste. Ou seja, quando consideramos a relação entre o conjunto das regiões metropolitanas, aparecem nitidamente as desigualdades regionais existentes no país.

Para verificar as mudanças ocorridas nas regiões metropolitanas, tendo em vista a sua estrutura social, compreendida aqui pelas categorias sócio-ocupacionais, foi realizado um exercício de inserção das regiões metropolitanas com os dados de 2001, no plano cartesiano resultado da análise fatorial por correspondência binária que utilizou os dados de 2008. Neste sentido, pudemos apreender o sentido das mudanças ocorridas em cada uma das regiões metropolitanas consideradas neste trabalho, conforme figura 2.

De modo geral, observamos que o sentido do deslocamento se deu em diagonal para todas as regiões metropolitanas. A direção desse deslocamento se fez, no eixo 1, para a direita e, no eixo 2, para a esquerda. No caso das regiões metropolitanas do primeiro grupo (Brasília e Rio de

Janeiro), observamos que houve uma evolução na perspectiva de reforçar as ocupações públicas, o que pode refletir mudanças que ocorreram no aparelho do Estado, tendo em vista que essa década caracterizou-se pela ampliação de concursos públicos. No começo da década, em 2001, as regiões metropolitanas desse grupo não possuíam as mesmas características. Brasília se caracterizava pelas ocupações públicas, mas o Rio de Janeiro por ocupações mais precárias da estrutura sócio-ocupacional.

Figura 2: Regiões Metropolitanas e Unidades da Federação - Análise Fatorial por Correspondência Binária – 2001 a 2008



Fonte: PNAD, 2001 e 2008. Elaborado pelo Observatório das Metrôpoles.

Embora o segundo grupo tenha se caracterizado, em 2008, pelas ocupações operárias e de dirigentes, observamos que, de modo geral, o deslocamento apresentado na década caracteriza uma situação em que as regiões metropolitanas componentes desse grupo sofreu um processo de desindustrialização, sobretudo, das atividades tradicionais, mas reforçando as atividades industriais modernas e, ao mesmo tempo, apresentando forte tendência de se caracterizar pelas ocupações médias.

O terceiro grupo que foi caracterizado pelas ocupações mais precárias da estrutura sócio-ocupacional realizou, de modo geral, um deslocamento no sentido de ampliar sua participação nas atividades de prestação de serviços. No começo da década, havia predominância dos serviços não-especializados, apesar de continuarem significativas para essas regiões metropolitanas, elas foram reforçadas por outros tipos de serviços mais especializados. O caso de Fortaleza precisa ser tratado de modo diferente, apesar de incorporar as mudanças verificadas nas outras regiões

metropolitanas constituintes desse grupo. O que se verifica em Fortaleza é um aumento de ocupações da indústria tradicional e redução das atividades agrícolas. Essa expansão de atividades industriais pode estar associada a mudanças na indústria que apareceram nas regiões metropolitanas do Sul/Sudeste, principalmente porque se destacam as ocupações da indústria tradicional.

4. Considerações finais

Objetivamos, nesse trabalho, analisar a estrutura social das regiões metropolitanas, tendo em vista o mercado de trabalho que se configura em cada uma delas. Para tanto, procurou-se compreender suas características na relação que estabelecem com os outros espaços geográficos do Brasil, uma vez que o papel exercido por cada uma delas tem relação com o contexto regional onde se localiza e com outros espaços que possuem relação.

A respeito do mercado de trabalho, as conclusões mais gerais observadas nesse estudo foram:

- i. O comportamento da PIA, da PEA e da População Ocupada foi muito semelhante entre o Brasil metropolitano e o país como um todo, demonstrando que, pelo menos do ponto de vista do mercado de trabalho, os efeitos sofridos pela economia brasileira são traduzidos de forma muito direta para as regiões metropolitanas, pelo menos estas vistas em seu conjunto;
- ii. As características da evolução da PIA, da PEA e da População Ocupada diferem-se entre as regiões metropolitanas por decorrência da especificidade que cada uma possui em relação ao contexto regional que está inserida, neste caso, a Unidade da Federação;
- iii. Houve queda da taxa de desemprego, mesmo havendo aumento da população economicamente ativa, o que demonstra que mesmo tendo aumentado o número de pessoas disponíveis no mercado de trabalho, a absorção de mão-de-obra foi, proporcionalmente, maior que esse aumento, característica de um mercado aquecido.

Em relação à estrutura social das regiões metropolitanas, as principais conclusões foram as seguintes:

- i. A estrutura da distribuição das pessoas nos grupos sócio-ocupacionais é muito semelhante, quando se realiza a comparação entre os anos de 2001 a 2008, tanto para o plano nacional, quanto para o conjunto das regiões metropolitanas. De modo geral, há pequena concentração nas categorias superiores da estrutura sócio-ocupacional – Dirigentes, Profissionais e Pequenos Empregadores – e grande concentração de pessoas nas categorias médias e inferiores;
- ii. Quando se realiza a análise da participação de cada um dos grupos sócio-ocupacionais das regiões metropolitanas em relação ao país, observa-se que os grupos de Dirigentes, Profissionais e Ocupações Médias são os grupos que possuem as maiores participações, todos acima de 40%, no período de 2001 a 2008;
- iii. Quando se considera a relação entre o conjunto das regiões metropolitanas, aparecem nitidamente as desigualdades regionais existentes no país. As características das regiões metropolitanas do Norte e Nordeste apresentam estruturas sócio-ocupacionais mais precárias que aquelas vistas nas regiões metropolitanas do Sul, Sudeste e Centro-oeste;
- iv. A evolução da estrutura social das regiões metropolitanas foram diferentes, tendo em vista a especificidade do mercado de trabalho de cada uma delas. As regiões metropolitanas do Rio de Janeiro e de Brasília expandiram, principalmente, as ocupações ligadas ao setor público. São Paulo, Belo Horizonte, Curitiba e Porto Alegre apresentaram redução das ocupações do secundário ligadas à indústria tradicional e reforçaram as ocupações da indústria moderna e as ocupações médias. Belém, Fortaleza, Natal e Recife expandiram, principalmente, as ocupações de prestação de serviço especializados.

Referência bibliográfica

BARROS, Ricardo P., HENRIQUES, Ricardo e MENDONÇA, Rosane. PELO FIM DAS DÉCADAS PERDIDAS: EDUCAÇÃO E DESENVOLVIMENTO SUSTENTADO NO BRASIL. Texto para discussão, n. 857. Rio de Janeiro: IPEA, 2002.

BOURDIEU, P. “Efeitos do lugar”, In: BOURDIEU, P. (org.) *A Miséria do Mundo*. Rio de Janeiro: Editora Vozes, 1997.

BOURDIEU, P. *A Distinção: Crítica social do julgamento*. São Paulo: Edusp, Porto Alegre, RS: Zouk, 2008a.

BOURDIEU, P. *Razões Práticas: Sobre a teoria da ação*. Campinas, SP: Papyrus, 2008b.

GUIMARAES, Nadya A., CARDOSO, Adalberto, ELIAS, Peter. e PURCELL, Kate (orgs.). Mercado de trabalho e oportunidades: reestruturação econômica, mudança ocupacional e desigualdade na Inglaterra e no Brasil. Rio de Janeiro: Editora da FGV, 2008.

INSTITUTO Brasileiro de Geografia e Estatística. Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios: CD-ROM (2001 a 2008). Rio de Janeiro: IBGE.

RIBEIRO, L. C. Q (Org.). Cidade desigual ou cidade partida? Tendências da metrópoles do Rio de Janeiro. O futuro das metrópoles: impactos da globalização. Rio de Janeiro: Revan: IPPUR/UFRJ-FASE, 2000.

⁶ Este trabalho foi originalmente apresentado no Encontro da Anpocs de 2010, na seção temática de cidades.

⁷ População Economicamente Ativa corresponde às pessoas que estão disponíveis no mercado de trabalho, ou à População Ocupada mais a População Desocupada.

Capítulo 3

Desigualdades de renda e estrutura social no Brasil metropolitano

Marcelo Gomes Ribeiro

1. Introdução

O objetivo deste trabalho é analisar as desigualdades de renda, na primeira década do século XXI, tendo como referência a estrutura social do conjunto das regiões metropolitanas, às quais denominamos, neste trabalho, de Brasil Metropolitano. A importância dessa análise decorre das discussões existentes na sociedade brasileira que tem apontado redução da desigualdade de renda, mas cujas análises têm se baseado apenas em no dado da renda para estratificação populacional. Como temos compreendido a estrutura social a partir de uma estratificação sócio-ocupacional, consideramos a relevância de avaliar se a redução das desigualdades observadas entre os estratos sociais definidos a partir da renda também é verificada quando consideramos os estratos sociais definidos a partir de uma estratificação sócio-ocupacional.

A estratificação sócio-ocupacional que utilizamos neste trabalho, correspondente aos grupos sócio-ocupacionais construídos pelo Observatório das Metrôpoles em que define um conjunto de oito grupos que estão organizados de modo hierárquico: dirigentes, profissionais de nível superior, pequenos empregadores, ocupações médias, trabalhadores do terciário especializado, trabalhadores do secundário, trabalhadores do terciário não-especializado e trabalhadores agrícolas. Nessa análise vamos utilizar os dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (PNAD/IBGE), para análise do Brasil Metropolitano e, em alguns momentos, de análise comparativa das regiões metropolitanas que compõem o que chamamos de Brasil Metropolitano.

O trabalho está organizado em mais quatro seções, além desta introdução e da conclusão. Na segunda seção, procuramos apresentar alguns estudos que demonstram a redução das desigualdades de renda no Brasil. Na terceira seção,

vamos fazer uma análise descritiva do rendimento médio do trabalho principal referente a primeira década do século XXI. Na quarta seção, vamos analisar as desigualdades de rendimento entre os grupos sócio-ocupacionais, propriamente ditos. E, na quinta seção, vamos analisar os efeitos explicativos tanto da posição de classe quanto da localização territorial sobre os diferenciais de rendimento dos indivíduos no começo e no final da década. Nessa análise dos efeitos explicativos, também consideramos outras variáveis que dizem respeito aos atributos dos indivíduos.

2. Mudanças nas desigualdades de renda

A sociedade brasileira apresentou resultados importantes sobre o comportamento da renda nos últimos anos, sobretudo, na primeira década do século XXI. De acordo com estudo realizado por Barros et. al. (2010), houve melhoria na distribuição de renda, implicando em redução das desigualdades, apesar de o país ainda se configurar como um dos mais desiguais do mundo. Neri (2008; 2010) também tem apontado melhoria nas condições sociais da população, quando analisa o aumento da renda para boa parcela da população e, por conseguinte, o aumento no consumo do segmento de mais baixa renda, que possibilitou a mobilidade ascendente em direção à classe média.

Em pesquisa realizada com os dados da PNAD de 1995 a 2007, Barros et. al. apresenta um comportamento de redução das desigualdades de renda, com destaque para os anos de 2001 a 2007. Segundo eles,

Os resultados obtidos revelam que, entre 2001 e 2007, o grau de desigualdade de renda no Brasil declinou de forma acentuada e contínua. Segundo o coeficiente de Gini, por exemplo, o grau de desigualdade de renda no país declinou 7%, passando de 0,593 em 2001 para 0,552 em 2007, correspondendo a uma taxa de redução média anual de 1,2%. Os resultados obtidos com os outros dois indicadores mostram o mesmo comportamento: um declínio acentuado da desigualdade na distribuição de renda entre 2001 e 2007: a razão entre a renda média apropriada pelos 10% (20%) mais ricos e pelos 40% (20%) mais pobres declinou 5,2 (6,7) pontos percentuais (p.p.) neste período. (Barros et. al., 2010: 9)

Estudo mais recente, realizado pelo economista Marcelo Neri, do Centro de Políticas Sociais da Fundação Getúlio Vargas, corrobora essa análise. Segundo ele,

A desigualdade de renda no Brasil vem caindo desde 2001. Entre 2001 e 2009, a renda per capita dos 10% mais ricos aumentou 1,49% ao ano, enquanto a renda dos mais pobres a uma notável taxa 6,79% por ano. (Neri, 2010: 11)

As conclusões que alguns pesquisadores têm feito a respeito do desempenho da renda dos indivíduos no período analisado é que houve um deslocamento de pessoas que estavam em classes sociais mais baixas para a classe média, ou mais propriamente, para a primeira faixa da classe média.

A renda da aqui chamada nova classe média, configurada pelo grupo da classe C, vai da mediana de renda de todo o período até a linha que separa os 10% mais ricos do resto da população. Em termos per capita isto corresponde à faixa de 214 reais a 923 reais por pessoa mês. (Neri, 2008: 27)

O grupo atingia 44.19% da população no começo da série [microdados da PME/IBGE] em abril de 2002 passa para 51.89% em abril de 2008, (...), configurando um aumento de 17,03% da importância da classe média. (Neri, 2008: 29)

De acordo com Waldir Quadros, professor do Instituto de Economia da Unicamp, ao considerar uma estratificação baseada em renda, em que se definem os miseráveis, a massa trabalhadora, baixa, média e alta classes médias,

o principal determinante da significativa melhora na base dos ocupados foi a forte recuperação no valor real do salário mínimo, combinada com o expressivo crescimento do emprego formal, que torna mais efetiva a valorização do piso legal. (Quadros, 2010: 4)

Embora a renda seja um importante indicador de desigualdades, a afirmação de que está havendo mobilidade ascendente das pessoas, em direção à classe média, como tem sido destacado, requer maior reflexão. Vale ressaltar, porém, os problemas existentes na captação dos dados de renda nas pesquisas domiciliares. Normalmente, há tendência de subdeclaração ou de sobredeclaração tanto da renda individual, quanto da renda familiar. Por um lado, há pessoas que se encontram em posições sociais mais elevadas na estrutura social que tendem a informar seu nível de remuneração menor do que realmente é. Por outro lado, pessoas atendidas pelos programas de transferência podem apresentar comportamento de sonegação de informações da renda, como estratégia para continuar inseridas no programa, já que não possuem a consciência que as pesquisas domiciliares não são usadas como instrumentos administrativos.

Importante considerar é que o comportamento da renda apresentado anteriormente se deu num contexto onde houve redução da taxa de desocupação (ou taxa de desemprego), ao longo do período, mesmo com um pequeno aumento do número de pessoas disponíveis para o mercado de trabalho, que corresponde ao aumento da população economicamente ativa, apesar de apresentar pequenas oscilações da taxa de desemprego para cima no começo e em meados da primeira década do século XXI. Isso significa que houve maior demanda por trabalho nesse período, correspondente à expansão econômica que o Brasil tem experimentado.

Também observamos, nesse período, que a taxa de proteção social, referente aos trabalhadores que possuem carteira de trabalho assinada ou que contribuem para previdência, além dos estatutários e militares, sofreu aumento. O crescimento da taxa de proteção social ocorreu, principalmente, porque houve aumento do número de empregados com carteira de trabalho assinada, que colaborou para registrar um patamar de 58% de proteção social em 2008.

Neste contexto de aumento da média de renda dos indivíduos, ao mesmo tempo acompanhado de redução das desigualdades de renda, importa verificar se essas desigualdades são também verificadas em relação à posição que as pessoas ocupam na estrutura social. Ou seja, queremos saber se também ocorreu redução das desigualdades de renda entre as frações de classes (ou grupos sócio-ocupacionais) na primeira década do século XXI nas regiões metropolitanas do Brasil. E se ocorreu, como se comportam os determinantes das diferenças de rendimento, visto pelo lado da oferta de trabalho – atributos pessoais dos indivíduos –, no começo e no final da década? Queremos, na verdade, saber se o efeito da posição de classe (frações de classe) aumentou ou diminuiu nesse período. Além disso, acrescentaremos à análise o efeito da localização territorial dos indivíduos na metrópole com intuito de verificar se o local de moradia também importa na determinação do nível de renda dos indivíduos.

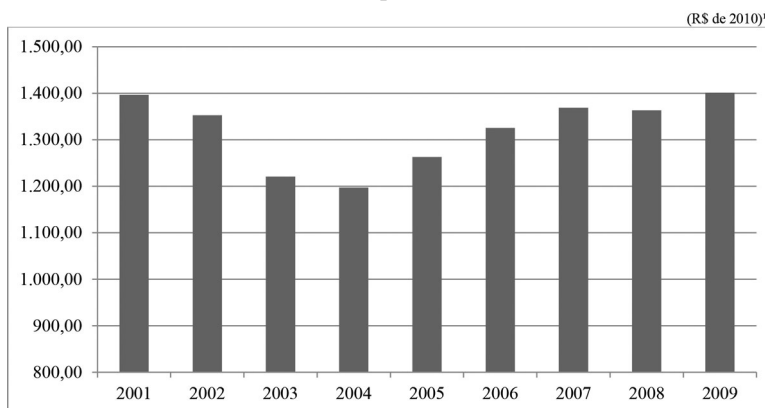
3. Comportamento da renda do trabalho principal nas regiões metropolitanas do Brasil

A análise da evolução do rendimento médio do trabalho principal, decorrente dos dados da PNAD/IBGE para pessoas de 10 anos e mais de idade, do conjunto das regiões metropolitanas, mostra que houve redução na primeira metade da primeira década do século XXI, voltando a se elevar na segunda metade da década, atingindo, em 2009, o seu maior nível ao longo do período em questão, como podemos observar no gráfico 1.

Se a média do rendimento do trabalho está apresentando sinais de recuperação, há de supor que a dinâmica do mercado de trabalho exerce uma forte influência para compreensão das razões da elevação do nível de renda. E, de fato, como já foi citado anteriormente, esse período de aumento da média do rendimento do trabalho corresponde ao momento de expansão do mercado de trabalho, que tem apresentado redução de sua taxa de desemprego e aumento do emprego formal, em contexto de ampliação do número de pessoas disponíveis para trabalhar (população economicamente ativa).

Assim, podemos considerar que o aumento do rendimento médio na segunda metade da década é decorrência do aumento da demanda por trabalho, na medida em que as empresas e outras instituições empregadoras têm buscado cada vez mais mão de obra em relação ao que é ofertado pelos trabalhadores, já que aumentou o número de pessoas disponíveis no mercado de trabalho (PEA) e, ao mesmo tempo, reduziu substancialmente o desemprego. E tudo isso provoca pressão sobre o nível de remuneração, levando ao seu aumento.

Gráfico 1: Média do rendimento do trabalho principal, pessoas de 10 anos e mais de idade – Brasil Metropolitano



Fonte: Microdados da PNAD/IBGE.

Nota (1): Dados deflacionado pelo INPC de setembro de 2010.

Mas esse comportamento de redução da média de rendimento do trabalho principal, num primeiro momento, seguido de recuperação, num momento posterior, que foi observado para o conjunto das regiões metropolitanas, ocorre do mesmo modo em cada uma delas? Como se deu o comportamento da renda média nesse período de 2001 a 2009? É isso que verificaremos a partir da tabela 1.

Inicialmente, podemos observar que há uma nítida diferença do rendimento médio do trabalho principal entre as regiões metropolitanas do Norte/Nordeste (Belém, Fortaleza, Recife e Salvador) e as regiões metropolitanas do Centro-Sul (Brasília, São Paulo, Rio de Janeiro, Curitiba e Porto Alegre), demonstrando que as últimas apresentam maior nível de rendimento durante toda a série histórica analisada. Apesar disso, há diferenças internas neste grupo de regiões metropolitanas que necessitam ser consideradas. Em relação ao nível do rendimento médio, destaca-se com muita clareza a diferença de Brasília e as demais regiões metropolitanas, na medida em que aquela apresenta maior média de rendimento durante todo o período, com comportamento ascendente desde 2004. Belo Horizonte, Rio de Janeiro e Curitiba também apresentaram

comportamento de elevação do rendimento médio, sobretudo a partir de 2004. Além disso, esta última região metropolitana chegou a alcançar praticamente o mesmo nível de rendimento médio no final da série histórica que o apresentado por São Paulo, mas isso também foi decorrente de redução do rendimento médio observado nesta última região metropolitana. Porto Alegre, apesar de apresentar recuperação a partir de 2004, praticamente se estabilizou no mesmo patamar de rendimento médio até o final o da década.

Por outro lado, podemos também observar que as regiões metropolitanas do Norte/Nordeste tiveram comportamento muito semelhante no período de 2001 a 2009, reduzindo seu nível de rendimento médio entre 2001 e 2003 e aumentando a partir de 2004. Com exceção de Belém, que passa a reduzir seu nível de rendimento médio nos últimos anos da década, todas as demais regiões metropolitanas apresentaram nível de rendimento em 2009 (final da série histórica) superior ao verificado em 2001 (início da série histórica), o que demonstra que, apesar de ter níveis de rendimento inferiores às regiões metropolitanas do Centro-Sul, a primeira década do século XXI foi muito positiva em termos de elevação do nível de rendimento para essas regiões metropolitanas.

Tabela 1: Média do rendimento do trabalho principal segundo as regiões metropolitanas do Brasil

(R\$ de 2010)^t

Regiões Metropolitanas	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009
Belém	947,15	910,07	721,58	777,52	792,72	896,65	962,66	944,32	899,45
Fortaleza	869,51	826,12	750,80	766,99	803,28	829,78	829,22	878,46	937,20
Recife	964,27	890,55	760,20	869,83	909,21	926,00	916,73	961,79	1.000,32
Salvador	992,29	974,45	827,20	798,36	875,69	998,12	1.024,41	1.050,71	1.057,33
Belo Horizonte	1.113,39	1.135,82	1.010,00	1.025,30	1.088,84	1.196,85	1.215,31	1.231,23	1.285,46
Rio de Janeiro	1.362,78	1.324,53	1.233,46	1.199,43	1.232,76	1.369,34	1.387,79	1.363,83	1.466,71
São Paulo	1.716,62	1.622,47	1.461,85	1.364,32	1.462,49	1.489,34	1.545,33	1.499,00	1.538,98
Curitiba	1.380,00	1.337,99	1.206,90	1.369,69	1.359,90	1.317,66	1.488,86	1.514,91	1.512,05
Porto Alegre	1.343,09	1.335,16	1.229,68	1.231,78	1.345,28	1.357,29	1.328,66	1.401,94	1.363,60
Brasília	1.863,00	1.995,88	1.827,66	1.868,32	1.887,64	2.070,13	2.257,29	2.296,30	2.332,30
Total	1.396,61	1.352,86	1.220,71	1.197,26	1.262,71	1.325,48	1.368,78	1.363,13	1.401,45

Fonte: Microdados da PNAD/IBGE.

Nota: (1) Deflacionado pelo INPC, de setembro de 2010.

4. Desigualdades de renda da estrutura social

Quando estamos analisando o rendimento médio do trabalho principal, estamos considerando o nível de rendimento seja para o conjunto das regiões metropolitanas seja para cada uma delas em separado como se fosse se os indivíduos aí localizados possuem meus atributos e ocupam as mesmas posições sociais. É sabido que este último aspecto, além dos atributos dos próprios indivíduos contribui de forma decisiva para as diferenças do nível de rendimento entre os indivíduos. Neste sentido, torna-se importante verificar o rendimento médio seja do conjunto das regiões metropolitanas seja em cada uma delas segundo suas posições sociais. Para isso, vamos a partir de agora realizar a análise do rendimento médio considerando os grupos sócio-ocupacionais.

Estamos privilegiando a análise descritiva dos grupos sócio-ocupacionais e não de outros aspectos sociais, tais como gênero, cor ou raça, dentre outros, porque estamos interessados na relação entre nível de rendimento e estrutura social, já que consideramos que os grupos sócio-ocupacionais são proxy dessa estrutura e, por isso, serve como um importante indicador de posição social.

Podemos observar na tabela 2 que o nível de rendimento médio do trabalho principal obedece, de maneira geral, à hierarquia dos grupos sócio-ocupacionais, ou seja, os maiores rendimentos são obtidos pelas posições sociais mais elevadas da estrutura social, diminuindo o nível do rendimento à medida que se desce na hierarquia das posições sociais. Mas é digno de nota, que o nível de rendimento médio dos dirigentes é muito mais elevado que dos demais grupos sócio-ocupacionais, em torno de duas vezes maior que os profissionais de nível superior e também que os pequenos empregadores, que são as posições sociais que estão imediatamente abaixo do grupo dos dirigentes.

De modo geral, o comportamento observado do rendimento médio de cada um dos grupos sócio-ocupacionais é de queda no começo da década e de posterior recuperação entre os anos de 2004 e 2005. Porém, somente os grupos sócio-ocupacionais que ocupam as posições mais inferiores – trabalhadores do secundário, trabalhadores do terciário não-especializado e agricultores – da estrutura social e os dirigentes conseguiram apresentar o nível de rendimento médio no final da série histórica superior ao verificado no seu começo. Os demais grupos sócio-ocupacionais, ao contrário e apesar da recuperação em meados da década, chegou num patamar de rendimento médio em 2009 inferior ao verificado em 2001.

Tabela 2: Média do rendimento do trabalho principal segundo os grupos sócio-ocupacionais - Brasil Metropolitano

(R\$ de 2010)¹

Grupos sócio-ocupacionais	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009
Dirigentes	9.996,93	10.063,51	8.645,89	10.438,47	9.241,85	9.435,24	10.343,94	9.753,96	12.747,28
Profissionais de nível superior	3.583,73	3.552,32	3.161,71	3.025,95	3.178,35	3.166,90	3.309,19	3.200,03	3.342,86
Pequenos empregadores	3.650,63	3.486,78	2.813,48	2.755,45	3.154,44	3.139,54	3.357,37	3.312,54	3.187,46
Ocupações médias	1.613,49	1.528,95	1.399,58	1.405,80	1.436,51	1.516,38	1.544,00	1.586,83	1.547,84
Trabalhadores do terciário especializado	952,23	812,21	731,54	717,99	734,14	773,05	839,48	798,61	799,72
Trabalhadores do secundário	820,86	901,75	828,35	828,20	854,48	875,86	947,35	946,38	960,52
Trabalhadores do terciário não-especializado	533,34	509,61	471,49	471,52	488,75	529,49	549,25	545,23	584,31
Agricultores	503,38	476,90	436,27	464,97	535,46	601,78	592,55	581,57	637,13
Total	1.408,32	1.331,77	1.194,55	1.177,24	1.245,27	1.300,72	1.341,78	1.341,12	1.376,40

Fonte: Microdados da PNAD/IBGE.

Nota: (1) Deflacionado pelo INPC, de setembro de 2010.

Para podemos observar com maior nitidez as desigualdades de renda entre os grupos sócio-ocupacionais, optamos por realizar a razão do nível de rendimento de cada um dos grupos sócio-ocupacionais e o nível de rendimento daquele grupo sócio-ocupacional que está na posição mais inferior da estrutura social. Esse procedimento é importante porque nos possibilita perceber se há manutenção ou não de desigualdades entre os grupos sócio-ocupacionais, tendo em vista que em todos os grupos sócio-ocupacionais observamos variações no nível de rendimento médio ao longo do tempo. Ao realizar esse procedimento, evitamos o efeito dessas variações, considerando apenas as relações entre os grupos sócio-ocupacionais propriamente ditos.

Como grupo sócio-ocupacional que ocupa a posição mais inferior da estrutura social corresponde aos agricultores, que não se trata propriamente dito de ocupações típicas do meio urbano – mesmo que se encontrem essas ocupações no

urbano –, resolvemos escolher o grupo sócio-ocupacional imediatamente posterior para servir de referência para a razão que será efetuada: os trabalhadores do terciário não-especializado. Esse grupo sócio-ocupacional é composto por trabalhadores domésticos, ambulantes, biscateiros e os prestadores de serviços não-especializados.

A tabela 3 apresenta a razão do nível de rendimento do trabalho principal de cada um dos grupos sócio-ocupacionais em relação aos trabalhadores do terciário não-especializado. Podemos observar que os dirigentes, em 2001, por exemplo, ganhavam, em média, 18,7 vezes mais que os trabalhadores do terciário não-especializado, chegando ao final da série histórica ganhando 21,8 vezes mais, apesar de oscilações observadas ao longo do período. Visto desta forma, podemos dizer que entre esses dois grupos sócio-ocupacionais as desigualdades de renda aumentaram, mesmo que tenha havido aumento do rendimento médio dos trabalhadores do terciário não-especializado, o que demonstra que, em média, os dirigentes passaram a obter maior remuneração nesse período.

Porém, de modo geral, em relação aos demais grupos sócio-ocupacionais podemos observar que houve redução das desigualdades de renda, com exceção dos trabalhadores do secundário. Essa redução foi tanto decorrente do aumento do rendimento médio dos trabalhadores do terciário não-especializado quanto de redução do rendimento médio dos grupos intermediários da estrutura social, tais como profissionais de nível superior, pequenos empregadores e ocupações médias.

Portanto, quando as análises que demonstram redução das desigualdades de renda no Brasil, tais como aquelas apresentadas por Barros et al (2010) e por Neri (2010), é preciso considerar que elas se referem apenas às análises do comportamento da variável renda propriamente dito. Neste sentido, é possível observar, como destacado por Barros et al (2010), que houve redução das desigualdades de renda entre os grupos populacionais definidos por frações de renda ou também pelos índices sintéticos – como o Gini ou Theil – que aferem as desigualdades somente pela distribuição da renda pela conjunto da população.

Tabela 3: Razão da média do rendimento do trabalho principal dos grupos sócio-ocupacionais¹ - Brasil Metropolitano

Grupos sócio-ocupacionais	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009
Dirigentes	18,7	19,7	18,3	22,1	18,9	17,8	18,8	17,9	21,8
Profissionais de nível superior	6,7	7,0	6,7	6,4	6,5	6,0	6,0	5,9	5,7
Pequenos empregadores	6,8	6,8	6,0	5,8	6,5	5,9	6,1	6,1	5,5

Ocupações médias	3,0	3,0	3,0	3,0	2,9	2,9	2,8	2,9	2,6
Trabalhadores do terciário especializado	1,8	1,6	1,6	1,5	1,5	1,5	1,5	1,5	1,4
Trabalhadores do secundário	1,5	1,8	1,8	1,8	1,7	1,7	1,7	1,7	1,6
Trabalhadores do terciário não-especializado	1,0	1,0	1,0	1,0	1,0	1,0	1,0	1,0	1,0
Agricultores	0,9	0,9	0,9	1,0	1,1	1,1	1,1	1,1	1,1

Fonte: Microdados da PNAD/IBGE.

Nota: (1) Grupo sócio-ocupacional de referência: trabalhadores do terciário não-especializado.

Mas quando observamos a distribuição da renda, neste caso apenas a renda do trabalho, segundo os grupos sócio-ocupacionais, o que nos permite nos referir à estrutura social, percebemos que as desigualdades de renda diminuíram, principalmente, em função da redução do rendimento dos grupos sócio-ocupacionais intermediários da estrutura social e de aumento dos grupos sócio-ocupacionais que ocupam as posições mais inferiores. Os dirigentes, que ocupam a posição mais elevada da estrutura social e, portanto, ocupam posição de comando, apresentam comportamento de aumento proporcional de seu rendimento médio, demonstrando que as desigualdades em relação a esse grupo têm aumentado.

Entre as regiões metropolitanos observamos comportamento muito semelhante na razão de rendimento dos grupos sócio-ocupacionais em relação aos trabalhadores do terciário não-especializado, como podemos observar na tabela 4.

Tabela 4: Razão da média do rendimento do trabalho principal, pessoas de 10 anos e mais de idade, segundo as regiões metropolitanas

(continua)

Grupos sócio-ocupacionais	Belém		Fortaleza		Recife		Salvador		Belo Horizonte	
	2001	2009	2001	2009	2001	2009	2001	2009	2001	2009
Dirigentes	23,1	24,1	18,8	16,4	26,0	18,6	26,3	20,1	18,0	20,1
Profissionais de nível superior	7,4	5,4	7,7	6,2	7,6	6,4	9,4	7,7	6,5	6,2
Pequenos empregadores	8,4	5,7	8,7	6,1	6,8	6,0	9,4	6,5	7,8	5,2
Ocupações médias	2,9	2,6	3,3	2,6	3,5	3,0	3,5	3,0	3,0	2,8
Trabalhadores do terciário especializado	1,6	1,3	1,8	1,4	1,9	1,4	1,8	1,4	1,5	1,4

Trabalhadores do secundário	1,4	1,6	1,4	1,4	1,5	1,7	1,8	1,8	1,6	1,8
Trabalhadores do terciário não-especializado	1,0	1,0	1,0	1,0	1,0	1,0	1,0	1,0	1,0	1,0
Agricultores	2,0	2,0	1,1	0,9	0,8	1,1	0,9	1,4	0,8	1,2

(conclusão)

Grupos sócio-ocupacionais	Rio de Janeiro		São Paulo		Curitiba		Porto Alegre		Brasília	
	2001	2009	2001	2009	2001	2009	2001	2009	2001	2009
Dirigentes	18,7	18,0	17,0	30,4	12,7	16,0	12,8	10,8	17,4	16,5
Profissionais de nível superior	6,1	5,2	6,0	5,0	5,6	4,4	6,4	5,1	8,1	7,6
Pequenos empregadores	5,9	5,3	6,5	5,3	6,9	4,8	5,7	5,1	7,1	6,1
Ocupações médias	2,7	2,4	2,8	2,4	2,5	2,5	3,1	2,5	3,8	3,6
Trabalhadores do terciário especializado	1,5	1,2	1,9	1,4	1,7	1,6	1,8	1,4	1,7	1,3
Trabalhadores do secundário	1,4	1,6	1,5	1,6	1,5	1,8	1,6	1,6	1,5	1,5
Trabalhadores do terciário não-especializado	1,0	1,0	1,0	1,0	1,0	1,0	1,0	1,0	1,0	1,0
Agricultores	0,9	1,2	1,0	1,0	1,8	1,0	1,0	1,3	1,8	2,8

Fonte: Microdados da PNAD/IBGE.

Nota: (1) Grupo sócio-ocupacional de referência: trabalhadores do terciário não-especializado.

Houve, na comparação do ano de 2001 com o ano de 2009, redução das desigualdades de rendimento praticamente em todos os grupos sócio-ocupacionais das regiões metropolitanas. Podemos observar comportamento diferente apenas para o grupo dos dirigentes que ampliaram as desigualdades em relação aos trabalhadores do terciário não-especializado nas regiões metropolitanas de Belém, Belo Horizonte, São Paulo e Curitiba; e dos trabalhadores do secundário que ampliaram as desigualdades de renda nas regiões metropolitanas de Belém, Recife, Belo Horizonte, Rio de Janeiro, São Paulo e Curitiba.

O aumento da razão do rendimento médio entre os dirigentes e os trabalhadores do terciário não-especializado nas regiões metropolitanas supracitadas decorre ao aumento do rendimento médio dos dirigentes, ao passo que o aumento da razão do rendimento médio entre os trabalhadores do secundário e os trabalhadores do terciário não-especializado decorre de redução do rendimento médio dos trabalhadores do secundário.

Vale destacar que em São Paulo a razão de rendimento entre os dirigentes e os trabalhadores do terciário não-especializado era, em 2001, de 17 vezes, mas em 2009 passou para 30, 4 vezes. Naquele ano apresentava-se como a menor razão entre as regiões metropolitanas, mas no último passou a se apresentar como a região metropolitana mais desigual quando se avalia o grupo dos dirigentes.

Além disso, é importante a observação de que as regiões metropolitanas de Fortaleza, Recife, Salvador, Rio de Janeiro, Porto Alegre e Brasília apresentaram comportamento diferente do que observamos para o conjunto das regiões metropolitanas na razão do rendimento médio dos dirigentes e os trabalhadores do terciário não-especializado, na medida em que nelas houve redução das desigualdades de renda.

5. Determinantes Das Desigualdades De Renda

Nesta seção, vamos realizar a análise dos determinantes das diferenças de rendimento do trabalho principal entre os indivíduos em dois momentos do tempo: começo (2001) e final (2009) da série histórica. Para tanto, vamos verificar as diferenças de rendimento entre os indivíduos tomando por base a equação de Mincer (1974), que corresponde ao modelo da teoria do capital humano. Esse modelo corresponde a equação de regressão linear, em que toma como variável dependente o logaritmo natural do rendimento dividido por horas de trabalho. Assim, pretendemos avaliar como se comportam o efeito das características dos indivíduos sobre essas diferenças, dando destaque para as posições sociais que pertencem, também consideradas como posições sociais de destino, e a localização no território metropolitano.

A posição social de destino dos indivíduos será compreendida pelos grupos sócio-ocupacionais. A localização território na metrópole será considerada de duas formas: se os indivíduos moram ou não em aglomerados subnormais (que chamaremos de favela); se os indivíduos moram no núcleo ou na periferia metropolitana. Além dessas variáveis, utilizaremos como variáveis de controle a escolaridade dos indivíduos (em anos), a experiência de trabalho e o seu quadrado (a experiência será considerada como a idade do indivíduo menos a idade em que começou a trabalhar) – tanto a escolaridade quanto a experiência definida desta forma corresponde ao modelo da teoria do capital humano –, o sexo e a cor, conforme discriminado no quadro 1.

Ao contrário do que realizamos nas seções anteriores, nesta seção vamos realizar esse procedimento analítico apenas para o conjunto das regiões metropolitanas, na medida em que buscaremos realizar análises específicas para cada uma das regiões metropolitanas em trabalhos posteriores.

Quadro 1: Variáveis do modelo de regressão

Variáveis	Característica	Categoria de referência
Variável dependente		
Logaritmo natural do rendimento do trabalho principal por hora de trabalho	Contínua	-
Variáveis independentes		
Escolaridade	Discreta	Em anos de instrução
Experiência de trabalho	Contínua	-
Experiência de trabalho ao quadrado	Contínua	-
Sexo	Dummy	Homem
Cor ¹	Dummy	Branca + amarela
Posição de classe	Dummy	Profissionais de nível superior
Localização territorial 1: Favela	Dummy	Não-favela
Localização territorial 2: Periferia	Dummy	Núcleo metropolitano

Nota: (1) Serão retirados da análise os indígenas. E vamos nos referir à variável de referência apenas como pessoas de cor branca.

A tabela 5 apresenta o resultado da regressão linear de acordo com o modelo da teoria do capital humano para os anos de 2001 e 2009, correspondentes ao conjunto das regiões metropolitanas. Como podemos observar, tanto em relação ao R^2 quanto em relação ao R^2 ajustado, que correspondem ao grau de explicação do modelo, em 2001 o poder explicativo do modelo era de 48,3%, já em 2009 o poder de explicação do modelo era de 45,8%, um pouco menor observado entre o período de uma década. E tanto em 2001 quanto em 2009 todos os coeficientes se demonstraram significativos a menos de 1%.

Como a variável dependente é expressa em logaritmo, a análise dos resultados deve ser feita em termos percentuais, ao multiplicar o coeficiente por 100. Neste caso, ao observar, por exemplo, a variável escolaridade – variável discreta definida em anos de instrução – devemos proceder a sua análise do seguinte modo: em 2001, para cada ano a mais de escolaridade, os indivíduos aumentavam, em média, 9% no seu nível de rendimento; porém, em 2009, esse aumento era de apenas 7%, inferior ao verificado em 2001. O mesmo vale para a experiência do trabalho, porque se trata de uma variável contínua. Neste caso, em 2001, cada ano a mais de experiência aumentava em 2% o nível de rendimento do trabalho principal, ao passo que em 2009 o aumento correspondia a 3%. A experiência do trabalho ao quadrado, normalmente, fica próximo de zero, como o que ocorreu nos dois anos analisados.

É importante observar que enquanto a escolaridade perde parte de seu efeito explicativo entre 2001 e 2009, a experiência do trabalho aumenta. Se consideramos que o ano de 2009 é um ano de expansão do mercado de trabalho, podemos supor que no momento em que o mercado de trabalho passa a demandar mais mão de obra, a formação escolar dos indivíduos diminui sua importância enquanto a experiência de trabalho (que pode ser considerada também como a qualificação realizada no local de trabalho) ganha mais relevância.

As variáveis dummy devem ser analisadas em relação à sua categoria de referência. No caso da variável sexo, por exemplo, tanto em 2001 quanto em 2009 observamos que as mulheres ganhavam 21% menos que os homens. As pessoas de cor parda ganhavam, em 2001, 24% menos que as pessoas de cor branca, mas em 2009 essa diferença se reduziu, na medida em que os pardos passaram a ganhar 17% menos que os brancos. As pessoas de cor preta mantiveram o mesmo nível de diferença em relação às pessoas de cor branca, pois tanto em 2001 quanto em 2009 ganhavam 19% menos.

A posição de classe, que corresponde à análise dos grupos sócio-ocupacionais, tem como categoria de referência os profissionais de nível superior. Neste caso, podemos observar que os dirigentes ganhavam, em 2001, 67% mais que a categoria de referência e essa diferença se ampliou para 92%, em 2009, confirmando a análise das desigualdades que realizamos na seção anterior, baseado apenas em dados descritivos.

Todas as demais categorias ganhavam menos que os profissionais de nível superior, nos dois anos analisados. Os pequenos empregadores praticamente mantiveram a mesma diferença entre 2001 e 2009, pois ganhavam 16% e 15%, respectivamente, menos que a categoria de referência. O mesmo pode ser observado em relação aos trabalhadores do secundário que ganhavam menos 84% e 85%, respectivamente, em relação aos profissionais de nível superior. As outras categorias, com exceção dos trabalhadores agrícolas, ampliaram as diferenças na obtenção de rendimento, apesar de ter sido num nível pouco expressivo.

A variável referente à localização territorial dos indivíduos quanto à morar ou não na favela mostra que, em 2001, os moradores de favela ganhavam, em média, 12% menos que os moradores de não-favela. Em 2009, essa diferença ficou em 11%. Do mesmo modo, em 2001, os moradores da periferia metropolitana ganhavam, em média, 11% menos que os moradores do núcleo metropolitano, mas em 2009 essa diferença se reduziu para 9%.

Podemos observar que, para além das variáveis amplamente analisadas em vários estudos que tratam dos diferenciais de rendimento – sexo e cor, por

exemplo –, a posição de classe dos indivíduos e sua localização territorial na metrópole também exerce importante efeito na explicação dos diferenciais de rendimento no mercado de trabalho. Importa compreender, o que não se insere no escopo deste trabalho dado sua proposta exploratória, quais são os mecanismos que tornam tanto a posição de classe quanto a localização territorial variáveis importantes na explicação dessas diferenças de rendimento entre indivíduos.

Tabela 5: Coeficientes não-padronizados da regressão linear segundo o modelo do capital humano¹

Variáveis ²	2001	2009
(Constante)	2,87 ***	2,96 ***
Escolaridade	0,09 ***	0,07 ***
Experiencia1	0,02 ***	0,03 ***
Experiencia2	0,00 ***	0,00 ***
Sexo: Mulher	-0,21 ***	-0,21 ***
Cor: Parda	-0,24 ***	-0,17 ***
Cor: Preta	-0,19 ***	-0,19 ***
Dirigentes	0,67 ***	0,92 ***
Peq. Empregadores	-0,16 ***	-0,15 ***
Ocupações Médias	-0,53 ***	-0,57 ***
Trab. Terc. Especializado	-0,91 ***	-0,94 ***
Trab. Secundário	-0,84 ***	-0,85 ***
Trab. Terc. Não Especializado	-0,94 ***	-0,99 ***
Trab. Agrícolas	-1,30 ***	-1,16 ***
Favela	-0,12 ***	-0,11 ***
Periferia	-0,11 ***	-0,09 ***
N	18.589.637	25.248.519
R ²	0,483	0,458
R ² ajustado	0,483	0,458

Fonte: Microdados da PNAD/IBGE.

Nota: (1) Variável dependente: logaritmo natural do rendimento do trabalho principal de pessoas de 10 anos ou mais de idade.

(2) * p-val < 0, 1; ** p-val < 0, 05; *** p-val < 0, 001.

6. Conclusões

Este trabalho objetivou analisar as desigualdades de renda, tendo como referência a estrutura social do Brasil Metropolitano e das regiões metropolitanas que o compõe. Observamos inicialmente que houve, de modo geral, redução do rendimento médio do trabalho principal entre os indivíduos no começo da

década, mas com recuperação a partir de 2004. Porém, em relação ao nível de rendimento, percebemos que há diferenças entre as regiões metropolitanas do Norte/Nordeste e as regiões metropolitanas do Centro-Sul, pois nestas o nível de rendimento médio apresentou-se mais elevado.

No conjunto das regiões metropolitanas, observamos que as desigualdades de renda praticamente se manteve na comparação de cada um dos grupos sócio-ocupacionais com os trabalhadores do terciário não-especializado (a categoria mais baixa da estrutura social, com exceção dos trabalhadores agrícolas). Porém, ao considerar o grupo dos dirigentes, o comportamento foi exatamente o contrário, apesar de oscilações ao longo da década, pois as desigualdades desse grupo em relação à os trabalhadores do terciário não-especializado aumentou. Poucas diferenças foram observadas na comparação entre as regiões metropolitanas, com destaque apenas para diferenças do grupo dos dirigentes e do grupo dos trabalhadores do secundário.

Quando realizamos análise de regressão para verificar o efeito explicativo da posição de classe (grupos sócio-ocupacionais) no conjunto das regiões metropolitanas, percebemos que os dirigentes se ampliaram suas diferenças em relação aos profissionais de nível superior, ao passo que os demais grupos sócio-ocupacionais mantiveram ou aumentaram pouco a diferença na obtenção de rendimento.

As variáveis relativas à localização territorial – morar ou não em favela e morar no núcleo ou na periferia metropolitana – apresentam desvantagem para os moradores de favela e da periferia na obtenção de rendimento, apesar de essas desvantagens terem diminuído no final da década, dado o contexto de expansão do mercado de trabalho.

O que pudemos observar é que, se houve redução das desigualdades de renda quando a análise considera os indivíduos a partir de estratos de renda ou por meio de índices sintéticos de desigualdades, a análise em relação aos grupos sócio-ocupacionais – correspondente à estrutura social – mostra-se mais rígida, apresentando em alguns casos situações de ampliação das desigualdades.

Referência bibliográfica

BARROS, Ricardo. et al. (2010) Determinantes na queda da desigualdade de renda no Brasil. Texto para discussão IPEA, nº 1460. Rio de Janeiro: IPEA.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (2001-2008). Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio. Rio de Janeiro: IBGE.

MINCER, Jacob. Schooling, experience, and earnings. New York: National Bureau of Economic Research, 1974.

NERI, Marcelo C. (2008) A nova classe média. Rio de Janeiro: FGV/IBRE.

NERI, Marcelo C. (2010) A pequena grande década: crise, cenários e a nova classe média. Rio de Janeiro: FGV.

Capítulo 4

Determinantes do desemprego no Brasil metropolitano: análise da oferta de trabalho

*Marcelo Gomes Ribeiro
André Ricardo Salata*

1. Introdução

O presente trabalho objetiva analisar os determinantes do desemprego referente à oferta de trabalho, ou às características dos indivíduos, nas regiões metropolitanas do Brasil. Partimos da hipótese que por decorrência da redução das taxas de desemprego ocorridas na primeira década do século XXI, comportamento diferente do que se verificava desde a década de 1980, as características dos indivíduos podem ter efeitos diferentes quanto a chance de desemprego, ao comparar momentos de taxas elevadas com momentos de taxas mais reduzidas. Queremos dizer que essas características pessoais possuem maiores efeitos quando o mercado de trabalho apresenta maior oferta de trabalho, na medida em que as empresas e instituições de modo geral têm possibilidade de maior escolhas de seus empregados.

Porém, para além das características pessoais dos indivíduos analisados, queremos também verificar se o contexto social de moradia das regiões metropolitanas também exerce efeito quanto à chance de os indivíduos estarem ou não desempregados. A pergunta subjacente a esta indagação é: o território importa nas chances de os indivíduos estarem desempregados? Como se dá esse efeito em momentos de alta taxa de desemprego e em momentos de taxas reduzidas de desemprego?

Para responder a estas questões vamos conduzir o nosso exercício em duas direções. Primeiro vamos analisar os efeitos das variáveis que caracterizam os indivíduos e das variáveis referentes ao território para o

conjunto das regiões metropolitanas, o que nos permitirá ter uma visão de conjunto dos determinantes da oferta do mercado de trabalho, que será apresentado na segunda seção deste trabalho. Posteriormente, vamos realizar o mesmo tipo de análise para interpretar os determinantes do desemprego num processo de comparação entre as regiões metropolitanas, ao compreender que elas possuem estruturas sócio-econômicas diferentes e, portanto, mercado de trabalho diferente, ao mesmo tempo que sua morfologia social também pode se apresentar de modo diferenciado, além das características dos próprios indivíduos nelas residentes. É isso que desenvolveremos na terceira seção deste trabalho.

Na última seção, procuraremos apresentar de modo sumário as principais conclusões obtidas nesse trabalho.

2. Desemprego nas regiões metropolitanas do Brasil: uma visão de conjunto

Muitas variáveis relativas ao mercado de trabalho tendem a apresentar comportamentos muito sensíveis às mudanças de política macroeconômica. Este é o caso da taxa de desemprego que, apesar de não reagir de modo imediato às alterações da economia de cada momento, tendem a mostrar seus efeitos ainda que em período médio prazo (Blanchard, 2001).

É claro que o desemprego existente na economia não depende apenas da política macroeconômica. Ações microeconômicas, como mudanças tecnológicas realizadas pelas empresas, por exemplo, também apresentam efeitos importantes para o comportamento do mercado de trabalho, sobretudo referente à taxa de desemprego.

O Brasil, desde a década de 1980, passou a registrar aumento da taxa de desemprego decorrente do baixo desempenho da economia verificada a partir desse período, onde o crescimento em toda a década não alcançou a marca de 3% ao ano, ao contrário do período posterior ao pós-guerra até 1980, cujo crescimento econômico ficou, em média, 7,4% ao ano (Abreu, 1990).

Nos anos 1990, as mudanças de cunho microeconômico decorrente do processo de reestruturação produtiva, que se verificou, principalmente, na indústria de transformação, e as mudanças na política macroeconômica, dada a necessidade de estabilização dos preços gerais da economia, por

adotar políticas econômicas de cunho contracionista, o país apresentou novamente baixo desempenho, o que colaborou para piorar ainda mais os níveis das taxas de desemprego verificado naquele momento, quando elas tiveram comportamento de elevação.

O aumento das taxas de desemprego também ocorreu no começo da primeira metade da década seguinte, como podemos observar no gráfico 1, que registra o comportamento dessa variável macroeconômica para o conjunto das regiões metropolitanas do Brasil com dados disponíveis na PNAD/IBGE (Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios, do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística)⁸.

O comportamento de elevação da taxa de desemprego no começo dessa década também pode ser associado à política macroeconômica daquele momento, que ainda possui característica restritiva, apesar de mudanças importantes verificadas na política cambial a partir de 1999. Mesmo assim, a política econômica adotada não contribuía para estimular a realização de investimento e, por conseguinte, a criação de empregos (Oliveira e Turolla, 2003).

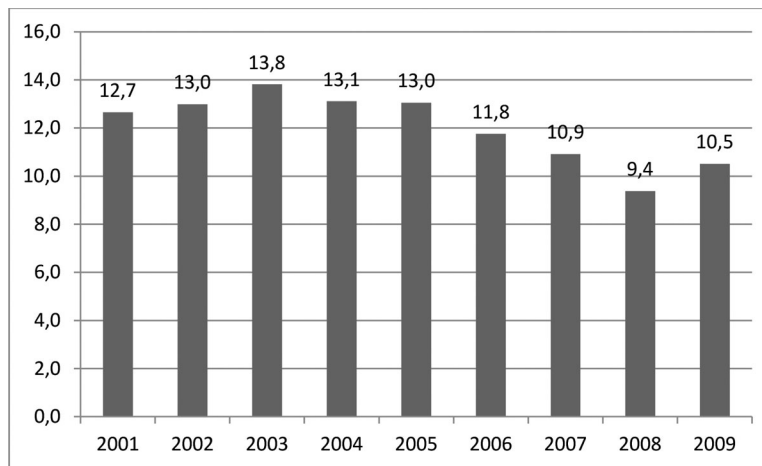
Reversões desse processo podem ser observadas a partir de meados da década, quando as taxas de desemprego tendem a apresentar redução decorrente de política monetária menos restritiva, de redução da taxa de juros básicos da economia, num primeiro momento, e de política fiscal mais expansionista a partir de 2005. Esse conjunto de ações governamentais contribuiu para estimular a economia, repercutindo de forma positiva na criação de emprego e, por conseguinte, na redução da taxa de desemprego.

Esse processo de redução da taxa de desemprego é interrompido em 2009 pelos efeitos da crise econômica mundial de final de 2008, que impactou o desempenho econômico do Brasil no ano seguinte e, por isso mesmo, provocou aumento do desemprego (Pochmann, 2009). Dados do desempenho econômico do país posterior a 2009 mostram que a economia retornou ao comportamento iniciado na metade da primeira década do século XXI, apesar dos efeitos da crise econômica não terem parado de repercutir.

Não obstante a importância da análise da economia para podermos compreender a demanda por emprego existente em cada sociedade, outro aspecto também relevante é poder compreender qual a característica dos indivíduos que obtêm emprego no mercado de trabalho quando há altas

taxas de desemprego e se as mesmas características permanecem nos momentos em que as taxas de desemprego apresentam-se reduzidas, ou mesmo em patamares de pleno emprego, o que não é o caso do conjunto das regiões metropolitanas do Brasil, como se vê no gráfico 1, apesar de muitos analistas econômicos considerarem que a economia caminha nessa direção.

Gráfico 1: Taxa de desemprego de pessoas de 15 anos e mais de idade das regiões metropolitanas – 2001 a 2009



Fonte: IBGE/PNAD. Elaborado pelo Observatório das Metrôpoles.

Analisar as características dos indivíduos é analisar características do lado da oferta do mercado de trabalho. E a primeira década do século XXI nos possibilita uma boa oportunidade de verificar possíveis diferenças nas características dos indivíduos, pois apresenta momentos de elevação da taxa de desemprego e momentos de redução.

Todavia, para além dessas características individuais, uma questão que nos interessa investigar, em se tratando de regiões metropolitanas que não são homogêneas internamente, é se a localização residencial dos indivíduos também exerce efeito na obtenção de emprego, ou, dito de forma contrária, o local de moradia importa para as chances (riscos) dos indivíduos ficarem desempregados? Em caso positivo, essas chances (riscos) são alteradas dependendo do nível da taxa de desemprego?

É do nosso conhecimento que pesquisas que tratam do desemprego no Brasil sofreram mudança de foco desde os anos 1990, quando o desemprego passou a ser visto sob outra perspectiva por apresentar características estruturais. A mudança no modo de compreender o desemprego, que não mais decorria de alterações sazonais da dinâmica

econômica, mas de mudanças mais profundas no funcionamento da economia, contribuiu para re-significar o desemprego como de “longa duração” e, portanto, como um fato social permanente para grande parcela da população (Guimarães: 2002).

Essa re-significação do desemprego alterou a agenda da pesquisa da sociologia do trabalho, que deixou de analisar as características dos indivíduos (sexo, cor, idade e escolaridade) que obtêm sucesso ou insucesso na busca por trabalho, para analisar as subjetivações daqueles que se encontram em permanente estado de desemprego, mesmo que conseguindo se empregar em determinados momentos, mas sendo demitidos novamente (lado da oferta do trabalho), e das mudanças institucionais e normativas que regulam o novo funcionamento do mercado de trabalho (lado da demanda do trabalho) - (Guimarães: 2002).

Ao considerar a oferta de trabalho, foram significativas as análises que tiveram como perspectiva a trajetória dos indivíduos no mercado de trabalho, com recorrentes (re)colocações e desligamentos dos empregos (Guimarães e Cardoso, 2008). Apesar da realização de avanços importantes na pesquisa do trabalho no Brasil, que se utilizaram dessa abordagem, um fato novo ocorreu a partir de meados da primeira década do século XXI: o país passou a apresentar redução sistemática da taxa de desemprego, obtida, aliás, com o aumento da formalização do trabalho. Essas mudanças observadas fizeram com que o desemprego deixasse de ser um dos principais problemas da sociedade brasileira, como havia sido compreendido socialmente na década anterior.

É decorrente desse novo contexto do mercado de trabalho que procuramos resgatar as análises clássicas da sociologia do trabalho, quando se preocupam em compreender o fenômeno do desemprego, ao analisar as características dos indivíduos que obtêm sucesso ou insucesso no mercado de trabalho, seja em contextos de altas taxas de desemprego, seja em contextos de taxas mais reduzidas. E de novo: a primeira década do século XXI serve como um excelente “laboratório” para realizar essa avaliação.

Porém, o que estamos propondo como novidade nessas análises é saber até que ponto o contexto de moradia dos indivíduos que vivem nas metrópoles colocam-se como variável que ajuda a explicar a determinação do desemprego, para além de suas características individuais. É neste

sentido, que procuramos avançar nas análises empreendidas até agora pela sociologia do trabalho no país.

2.1 METODOLOGIA DE ANÁLISE E VARIÁVEIS UTILIZADAS

Para empreendermos a análise dos determinantes do desemprego, utilizaremos variáveis do banco de dados da PNAD, porque se trata de uma pesquisa amostral de dimensão nacional e com dados desagregados para o nível de dez regiões metropolitanas do Brasil (incluído Brasília), que apresentam características sociais e econômicas específicas. No entanto, num primeiro momento iremos realizar uma análise de conjunto, o que nos possibilita ter uma dimensão geral desses determinantes nas metrópoles brasileiras. Na próxima seção, realizaremos uma análise comparativa entre as regiões metropolitanas.

O tipo de análise que será empreendido que nos permite captar os efeitos de um conjunto de variável sobre a chance (ou risco) dos indivíduos estarem desempregados será a análise logística binomial. Esse é um tipo de análise de regressão utilizado quando a variável dependente é categórica e apresenta apenas duas opções. Como no nosso caso queremos avaliar as chances dos indivíduos estarem desempregados, essas chances são relativas às pessoas que estão empregadas, independente da posição na ocupação que venha a ter.

Como a operacionalização desse procedimento estatístico requer muito esforço, seja para a construção da análise propriamente dita, seja para a interpretação dos resultados, optamos neste trabalho de aplicá-la apenas para dois anos específicos da década em estudo: os anos de 2001 e 2009, que, além de corresponderem ao começo e final da década, expressam momentos diferentes do mercado de trabalho. Em 2001, o mercado de trabalho apresentava taxas elevadas de desemprego; em 2009, essas taxas já eram muito menores.

Vale salientar, que mesmo objetivando mensurar os determinantes do desemprego nas regiões metropolitanas brasileiras, há limites para sua interpretação. Isso porque a PNAD é realizada em todos anos, com exceção dos anos que ocorrem o censo demográfico, e sempre no mês de setembro. Por isso, a avaliação que estaremos fazendo de cada ano é, na verdade, a avaliação dos meses de setembro de cada um dos anos. Ou seja, nessa

pesquisa não é possível captar a dinâmica do mercado de trabalho que também apresenta comportamento sazonal ao longo do ano.

Para prosseguirmos na análise dos determinantes da oferta de trabalho, convém apresentar as variáveis que serão utilizadas para esse exercício. Essas variáveis são normalmente discriminadoras no mercado de trabalho, como o sexo, a cor, a idade e a escolaridade, apesar de esta última ser também caracterizada como variável adquirida. As variáveis relativas ao território – morar no núcleo ou na periferia metropolitana ou morar na favela ou não-favela – são caracterizadas como variáveis de contexto, mas podem também ser consideradas discriminadoras a depender da característica do mercado de trabalho. A não utilização de outras variáveis que poderiam contribuir para explicar os determinantes da oferta de trabalho se deve ao fato de não existirem no banco de dados da PNAD⁹.

O quadro 1 apresenta como cada variável foi operacionalizada para realização dos testes estatísticos que serão demonstrados mais adiante.

Desde Schultz (1961), que apresentou a importância do capital humano para o desempenho econômico das nações, e de Becker (1964), que nos mostrou que também o capital humano possui correlação positiva com o nível de produtividade dos indivíduos, que a variável escolaridade coloca-se como elemento importante para explicar as chances de sucesso ou insucesso das pessoas no mercado de trabalho, inclusive na obtenção de emprego. Porém, ao invés de utilizarmos essa variável segundo os anos de instrução – como normalmente é utilizada por aqueles que adotam a perspectiva da teoria do capital humano (Barbosa e Pessôa, 2008) –, optamos por considerá-la segundo as faixas de escolaridade, por acreditar que os indivíduos são escolhidos no mercado de trabalho de acordo com suas credenciais, indicadas por fases educacionais habilitadoras de determinado conhecimento (Collins, 1971; Thurow, 1972).

Quadro 1: Característica das variáveis utilizadas

Variável	Tipo	Descrição	Referência
Variável dependente			
Desemprego	Dicotômica	Indica se o indivíduo de 15 anos ou mais de idade está desempregado (1 = sim; 0 = não)	
Variáveis independentes			
Sem instrução	Dicotômica	Indica se o indivíduo possui menos de 1 ano de instrução (1 = sim; 0 = não)	Superior

Elementar	Dicotômica	Indica se o indivíduo possui de 1 a 7 anos de instrução (1 = sim; 0 = não)	Superior
Fundamental	Dicotômica	Indica se o indivíduo possui 8 a 10 anos de instrução (1 = sim; 0 = não)	Superior
Médio	Dicotômica	Indica se o indivíduo possui 11 a 14 anos de instrução (1 = sim; 0 = não)	Superior
Sexo	Dicotômica	Indica se o indivíduo é do sexo feminino (1 = sim; 0 = não)	Masculino
Cor: preto	Dicotômica	Indica se o indivíduo é da cor preta (1 = sim; 0 = não)	Branca
Cor: pardo	Dicotômica	Indica se o indivíduo é da cor parda (1 = sim; 0 = não)	Branca
Idade: 15 a 24	Dicotômica	Indica se o indivíduo é possui de 15 a 24 anos de idade (1 = sim; 0 = não)	25 a 34 anos
Idade: 35 a 49	Dicotômica	Indica se o indivíduo é possui de 35 a 49 anos de idade (1 = sim; 0 = não)	25 a 34 anos
Idade: 50 a 65	Dicotômica	Indica se o indivíduo é possui de 50 a 49 anos de idade (1 = sim; 0 = não)	25 a 34 anos
Periferia	Dicotômica	Indica se o indivíduo mora nos municípios da periferia metropolitana (1 = sim; 0 = não)	Município núcleo
Favela	Dicotômica	Indica se o indivíduo mora favela (1 = sim; 0 = não)	Não-favela

No nosso caso, definimos cinco faixas de escolaridade: sem instrução, elementar, fundamental, médio e superior. A faixa denominada sem instrução corresponde às pessoas que têm menos de 1 um ano de ensino ou que não são alfabetizadas. O nível elementar diz respeito às pessoas que possuem de 1 a 7 anos de ensino, ou seja, que ainda completaram o ensino fundamental¹⁰. A faixa de nível fundamental, por sua vez, corresponde às pessoas que concluíram o ensino fundamental, mas ainda não encerram o nível médio, ou seja, pessoas de 8 a 10 anos de instrução. Da mesma forma, o nível médio compreende as pessoas com o ensino médio concluído, mas que ainda não concluíram o ensino superior, pessoas de 11 a 14 anos de instrução. A última variável, que corresponde às pessoas de 15 anos ou mais de escolaridade, pretende apreender os indivíduos que concluíram nível superior de ensino.

A variável sexo dos indivíduos foi classificada em masculino e feminino, sendo que o sexo masculino foi considerado a variável de referência. Isso se deve ao fato de as mulheres terem historicamente uma posição inferior no

mercado de trabalho ao se comparar com a posição dos homens, apesar de avanços existentes nas últimas décadas. Como o objetivo é o de medir os determinantes do desemprego – variável de cunho negativo –, optamos por analisar as razões de chance da mulher em relação ao homem de estarem desempregadas.

Também na sociedade brasileira as pessoas de cor branca tendem a ter posição social superior às pessoas de cor parda e preta, como mostram ainda pesquisas recentes que tratam da questão racial hoje no Brasil, mesmo passados mais de um século de fim da escravidão. Por este motivo, na nossa análise de determinação do desemprego, optamos por considerar a cor branca como variável de referência. Assim, sempre que observamos o as chances relativas das pessoas de cor preta ou de cor parda, estas estarão sendo observadas em relação às pessoas de cor branca.

A idade foi organizada em faixas correspondentes às características similares que cada geração possui no mercado de trabalho. Assim, consideramos quatro faixas etárias: pessoas de 15 a 24 anos; pessoas de 25 a 34 anos; pessoas de 35 a 49 anos; pessoas de 50 a 65 anos. Nesses intervalos estamos considerando apenas o momento de maior concentração de pessoas economicamente ativas, embora sabemos que há no Brasil um grande contingente de pessoas que possuem menos de 15 anos de idade e pessoas acima de 65 anos, que trabalham.

A faixa etária de 15 a 24 anos diz respeito às pessoas jovens, que a rigor conciliam trabalho e formação escolar, além disso, em muitos casos, estão à procura do primeiro emprego sem apresentar muita experiência pretérita – exigência do mercado de trabalho. Trata-se de uma faixa etária muito peculiar para os estudos do trabalho no Brasil.

A faixa etária de 25 a 34 anos corresponde às pessoas que, em tese, já concluíram os estudos e estão inteiramente disponíveis para o mercado de trabalho, apesar de sabermos que muitas pessoas nessa faixa etária estão em busca de formação escolar. Mas é também uma faixa etária que já acumulou alguma experiência profissional, o que diferencia da primeira faixa de idade enunciada.

As pessoas compreendidas de 35 a 49 anos, consideradas adultas, estão em condição mais estabelecida no mercado de trabalho, pois embora muita gente não possui o nível de escolarização que normalmente é exigido pelo mercado de trabalho, tem a vantagem de apresentar experiência de trabalho.

O mesmo vale para a faixa de 50 a 65 anos de idade, apesar de esta fase já haver pessoas que começam a se desligar do mercado de trabalho, por decorrência do período em que entram na idade de se aposentarem.

Há também duas variáveis que dizem respeito ao território, aqui compreendido como o local de residência dos indivíduos na metrópole. A primeira variável refere-se às pessoas que moram na periferia metropolitana em relação às pessoas que moram no núcleo metropolitano. O núcleo, aqui considerado, corresponde ao município principal da metrópole, que normalmente é o município que dá o nome da região metropolitana. A periferia, por sua vez, refere-se aos demais municípios da região metropolitana.

A segunda variável do território corresponde à separação entre as pessoas que moram em favelas (aglomerado subnormal) e as pessoas que não moram em favela. Essa separação independe se as pessoas situadas em favela, por exemplo, estão no núcleo ou na periferia; da mesma forma as pessoas que não moram em favela independe se residem no núcleo ou na periferia metropolitana.

Essa separação em núcleo e periferia, por um lado, e de favela e não-favela, por outro, é a única forma possível de separar os espaços intra-urbanos da metrópole quando se utiliza a PNAD, porque essa pesquisa não apresenta dados disponível ao nível do município ou outra escala mais detalhada das regiões metropolitanas.

2.2 RESULTADOS

A tabela 1 apresenta os resultados das razões de chance das variáveis independentes selecionadas em relação à variável dependente – desempregado –, para o conjunto das regiões metropolitanas com dados disponíveis na PNAD, para os anos de 2001 e 2009. Valores acima de 1 correspondem a chance, em termos percentuais, dos indivíduos de estarem desempregados em relação à variável de referência. Valores abaixo de 1 referem-se à chance, em termos percentuais, dos indivíduos de não estarem desempregados em relação à variável de referência.

Características dos indivíduos

No que se refere à escolaridade, podemos observar que todos os níveis de instrução analisados possuem mais chances de estarem desempregadas em relação às pessoas de nível superior de instrução, tanto em 2001 quanto em 2009, e todos apresentam resultados estatisticamente significativos. Tanto num ano quanto noutro, as faixas que possuem maiores chances são, nesta ordem: sem instrução, fundamental, elementar e médio. Curioso é observar que o nível elementar possui menos chance de desemprego que o nível fundamental, pois sempre se espera que os mais escolarizados tenham maiores chances no mercado de trabalho.

Mesmo a faixa com menor chance de desemprego, como o nível médio, em relação ao nível superior, apresenta chances muito altas. Pessoas de nível médio, em 2001, possuíam 88% a mais de chance de desemprego que as pessoas de nível superior; em 2009, essa razão de chance subiu para 106%. Também no nível fundamental, podemos observar elevação da chance de desemprego entre 2001 e 2009. Isso, porém, não se verificou entre os níveis elementar e sem instrução, que, ao contrário, apresentou redução da chance de desemprego.

Poderíamos, talvez, conjecturar que num contexto de redução da taxa de desemprego e aumento do nível de escolaridade da população, como foi a primeira década do século XXI, tornou-se mais difícil conseguir emprego para as pessoas com níveis fundamental e médio, porque acabam disputando com pessoas de nível superior, para ocupações que não possuíam exigência do nível superior de escolaridade, mas que acabam por fazê-lo em decorrência da expansão do nível educacional.

Por outro lado, para os indivíduos sem instrução e de nível elementar, dada a redução da taxa de desemprego, a oportunidade de conseguir emprego ficou ainda maior por decorrência da expansão do mercado de trabalho e por se tratar de ocupações em que pessoas com nível superior não entram em disputa.

Tabela 1: Regiões Metropolitanas: Regressão Logística Variável dependente: desemprego

Variáveis independentes	2001		2009	
	Exp(B)	Sig.	Exp(B)	Sig.
Sem instrução	3,08	0,000	2,57	0,000
Elementar	2,67	0,000	2,40	0,000
Fundamental	2,84	0,000	2,88	0,000

Médio	1,88	0,000	2,06	0,000
Mulher	1,62	0,000	1,91	0,000
Cor: Preta	1,37	0,000	1,22	0,000
Cor: Parda	1,36	0,000	1,18	0,000
Idade: 15 a 24	2,30	0,000	2,24	0,000
Idade: 35 a 49	0,69	0,000	0,54	0,000
Idade: 50 a 65	0,49	0,000	0,39	0,000
Periferia	1,07	0,008	1,04	0,169
Favela	1,11	0,017	1,05	0,263
Constante	0,04	0,000	0,04	0,000

Fonte: IBGE/PNAD. Elaborado pelo Observatório das Metrôpoles.

O sexo também apresenta resultado significativo, tanto em 2001 quanto em 2009, o que significa dizer que há diferenças importantes entre mulheres e homens em relação à chance de estarem desempregados. Em 2001, as mulheres possuíam 62% a mais de chance de estarem desempregadas que os homens; em 2009, essa razão de chance subiu para 91%. A pergunta que decorre desse resultado é: por que no momento em que a taxa de desemprego é menor as mulheres passam a ter maiores chances de se encontrarem desempregadas, quando o resultado esperado é exatamente o contrário? Ou seja, espera-se que as mulheres tenham menos chances de desemprego quando a taxa de desemprego é reduzida.

Uma resposta possível é que há uma entrada maior de mulheres na força de trabalho (população economicamente ativa) numa situação em que a taxa de desemprego se reduz. As famílias, cujas mulheres não estão no mercado de trabalho, passam a contar com essa alternativa de aumento de renda, haja vista o aumento da oportunidade de trabalho. Com isso, fica mais difícil para elas que para os homens conseguirem trabalho e, por conseguinte, aumenta sua chance de desemprego.

Em relação à variável cor, observamos que embora a chance de desemprego seja maior para as pessoas de cor preta que para as pessoas de cor parda em relação às de cor branca, tanto em 2001 quanto em 2009, essa diferença entre preta e parda não são tão grandes. O que marca com muita nitidez a diferença é entre tanto preta quanto parda em relação às pessoas de cor branca, sendo significativos para os dois anos analisados. Também é importante observar que houve redução da chance de desemprego tanto

para as pessoas de cor preta quanto para as pessoas de cor parda entre os anos de 2001 a 2009.

O motivo para essa redução pode decorrer, por um lado, de políticas dirigidas para esse segmento populacional no mercado de trabalho, que induzem as empresas e instituições de modo geral a contratarem pessoas de cor preta e parda. Por outro lado, pode decorrer também de maior conscientização das pessoas que possuem essa cor no sentido de não temer se reconhecer como preta ou parda, o que eleva sua participação no mercado de trabalho, algo que não ocorria no passado.

Ao comparar as faixas etárias na determinação da chance de desemprego, observamos que quanto maior a idade menos as pessoas têm chance de ficarem desempregadas. Dito de outra forma, os mais jovens são os que possuem maiores chances de desemprego, sobretudo o segmento de 15 a 24 anos de idade. Mesmo tendo reduzido a chance de desemprego entre os anos de 2001 e 2009, para todas as faixas etárias, esse comportamento permanece.

Isso nos induz a conjecturar que os mais jovens possuem mais chances de desemprego porque são o segmento populacional com menor experiência de trabalho, exigência importante demandada pelo mercado de trabalho mesmo em momentos de redução da taxa de desemprego.

Variáveis de contexto

Até aqui analisamos as variáveis relativas às características dos indivíduos, que são as variáveis clássicas da sociologia do trabalho quando pretendem analisar as características da oferta de trabalho. A partir de agora vamos analisar as variáveis relativas aos contextos territoriais: núcleo e periferia; favela e não-favela.

Em 2001, mostrou-se significativo o fato de morar em periferia quanto à chance de desemprego se comparado ao fato de morar no núcleo para o conjunto das regiões metropolitanas. Significa dizer que as pessoas que moravam em periferia possuíam, em média, 7% a mais de chance de desemprego que as pessoas que moravam na periferia, resultado estatisticamente significativo. Em 2009, não havia diferença ou essa diferença era muito reduzida, ao ponto de não ser significativo morar na periferia e morar no núcleo metropolitano quanto à chance de desemprego.

O mesmo comportamento é observado para o fato de morar em favela ou não-favela. Em 2001, quem morava em favela tinha 11% mais chance de desemprego que as pessoas que não moravam em favela. Em 2009, o resultado não se mostrou significativo, o que podemos considerar que ou não havia diferença ou essa diferença era muito pequena.

Uma possibilidade de interpretação é que em contextos de alta taxa de desemprego, o mercado de trabalho seleciona de forma mais criteriosa as pessoas quanto ao local de moradia, uma vez que os empregos tendem a se concentrar no núcleo metropolitano. O mesmo comportamento não é observável num contexto em que a taxa de desemprego é reduzida, por faltar oferta de mão-de-obra que preencham todas as exigências do mercado, o que favorece àqueles que moram ou na periferia metropolitana ou em favelas.

Ao considerar o efeito conjunto das variáveis inseridas no modelo analítico, poderíamos considerar que as pessoas em melhor condição no mercado de trabalho, porque possuem menos chance de desemprego, são aquelas com nível superior de escolaridade, do sexo masculino, branca, de idade acima de 50 anos e que mora no núcleo metropolitano e não reside em favela. Por outro lado, as pessoas que se encontram em piores condições são aquelas sem instrução, mulheres, de cor preta, com idade entre 15 e 24 anos, que moram na periferia metropolitana e, além disso, seja também moradora de favela.

A análise empreendida até agora considerou o conjunto das regiões metropolitanas com dados disponíveis na PNAD. Para podermos ter uma dimensão do mercado de trabalho das metrópoles brasileiras essa análise se torna válida. Porém, todas essas interpretações estão considerando as chances dos indivíduos quanto à possibilidade de desemprego para o conjunto das regiões metropolitanas do Brasil, como se elas tivessem as mesmas estruturas sócio-econômicas e os indivíduos possuíssem características pessoais semelhantes. Além disso, nesse tipo de análise desconsidera-se o fato do modo como se organiza socialmente cada uma das regiões metropolitanas, que também pode interferir nos resultados apresentados, ao que denominamos de morfologia social.

Por estes motivos, tendo essa visão de conjunto, vamos realizar o mesmo exercício interpretativo comparando os efeitos das mesmas variáveis aqui

utilizadas entre as regiões metropolitanas. É a isso que nos dedicaremos na próxima seção.

3. Análise comparativa do desemprego nas regiões metropolitanas do Brasil

Nesta seção, vamos analisar de forma comparativa os determinantes do desemprego, visto pelo lado da oferta de trabalho, para as regiões metropolitanas com dados disponíveis na PNAD. Antes, porém, de iniciarmos a comparação dos determinantes do desemprego entre as regiões metropolitanas vamos analisar como se comportou a taxa de desemprego em cada uma delas durante a primeira década do novo século.

3.1 COMPARATIVO DAS TAXAS DE DESEMPREGO

Como podemos observar na tabela 2, de um modo geral todas as regiões metropolitanas apresentaram comportamento semelhante no que se refere à taxa de desemprego ao longo dessa década. No começo da década foi o período onde todas elas registraram as maiores taxas de desemprego e todas elas mostraram redução a partir de meados da década, chegando ao ano de 2008 com as menores taxas do período¹¹, e com pequena elevação novamente em 2009, apesar de ainda serem taxas inferiores ao começo da década.

Tabela 2: Taxa de desemprego de pessoas de 15 anos e mais de idade - 2001 a 2009

Região Metropolitana	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009
Belém	14,2	13,1	11,9	11,9	12,8	12,3	11,0	8,6	9,7
Fortaleza	12,2	13,7	14,0	13,4	13,2	12,3	11,5	8,8	10,5
Recife	14,2	14,9	17,8	17,9	18,4	15,5	17,7	15,2	16,0
Salvador	15,5	19,2	19,7	19,4	17,5	16,5	15,1	14,1	14,0
Belo Horizonte	12,7	12,1	11,6	12,1	12,4	10,0	8,7	6,8	9,0
Rio de Janeiro	12,6	12,2	13,5	11,9	12,7	12,0	10,5	9,9	9,4
São Paulo	12,9	13,1	14,4	13,7	13,2	11,7	10,7	8,8	11,0
Curitiba	9,7	9,0	9,6	8,1	9,1	7,8	6,5	5,6	7,1
Porto Alegre	8,9	10,1	10,1	9,0	8,9	8,5	9,3	7,0	7,8
Brasília	14,5	14,2	13,7	14,2	13,4	11,3	11,5	11,1	11,3
Total	12,7	13,0	13,8	13,1	13,0	11,8	10,9	9,4	10,5

Fonte: IBGE/PNAD. Elaborado pelo Observatório das Metrôpoles.

Porém, apesar de as regiões metropolitanas apresentarem comportamento semelhante na evolução da taxa de desemprego ao longo da primeira década do século XXI, o nível das taxas de desemprego entre elas é muito diferente. Em 2001, por exemplo, apenas as regiões metropolitanas de Curitiba e Porto Alegre registraram taxa de desemprego de apenas um dígito, ou seja, inferior a 10%. Todas as demais regiões metropolitanas apresentaram níveis acima de 12%, com destaque para Salvador que naquele ano registrou 15,5%.

Entre 2001 e 2003, as regiões metropolitanas de Fortaleza, Recife, Salvador, Rio de Janeiro, São Paulo e Porto Alegre apresentaram elevação da taxa de desemprego, com destaque para Salvador que chegou ao patamar de 19,7% em 2003 e Recife com 17,8%. As demais regiões metropolitanas, ao contrário, registraram redução da taxa de desemprego.

Entre 2005 e 2008, todas as regiões metropolitanas apresentaram redução de sua taxa de desemprego, apesar de Recife e Porto Alegre apresentarem oscilações para cima em 2007. Mesmo assim, todas elas apresentam nível da taxa de desemprego em 2008 inferior ao verificado em 2005. Interessante também observar que naquele ano (2008), somente Recife, Salvador e Brasília registravam taxa de desemprego com dois dígitos. Todas as demais estavam abaixo de 10%. Sendo que Curitiba apresentou o menor patamar ao registrar 5,6% de desemprego.

Por ter visto semelhanças no comportamento das taxas de desemprego entre as metrôpoles e diferenças de seus níveis, convém agora analisar os determinantes do desemprego em cada uma das regiões metropolitanas. É importante, portanto, nesse tipo de análise considerar a característica do desemprego de cada uma das regiões metropolitanas.

3.2 DETERMINANTES DO DESEMPREGO

ENTRE AS REGIÕES METROPOLITANAS

A análise comparativa das regiões metropolitanas dos determinantes do desemprego será realizada apenas para o ano de 2009. Apesar de considerarmos importante a análise evolutiva, não há espaço suficiente neste trabalho para explorarmos todas as diferenças entre as metrôpoles ao longo do tempo. Mesmo assim, consideramos que a comparação das regiões

metropolitanas, ainda que em apenas um ano, é suficiente para podermos compreender as diferenças dos efeitos das variáveis independentes aqui utilizadas sobre a chance (ou risco) de desemprego em cada uma das metrópoles.

A tabela 3 apresenta os resultados da regressão logística aplicada para todas as regiões metropolitanas com dados disponíveis na PNAD. Do mesmo modo que realizado para a análise conjunta, na seção anterior, as variáveis utilizadas nesse procedimento estatístico foram: escolaridade, sexo, cor, idade e território (núcleo e periferia; favela e não-favela). Sendo que a avaliação de cada uma delas deve considerar que seu resultado é controlado pelas demais variáveis.

Efeito da escolaridade

Vimos, anteriormente, que para o conjunto das regiões metropolitanas a escolaridade apresentou resultado significativo, tanto em 2001 quanto em 2009. De modo geral, é esse resultado que se apresenta para cada região metropolitana em particular, em 2009, com exceção de Belém e Fortaleza, que em todos os níveis de instrução os resultados não foram significativos. Também para Brasília e Rio de Janeiro o nível “sem instrução” não se mostrou significativo ao nível de 5%, apesar de nesta última metrópole podermos considerar significativo ao nível de 10%.

Tabela 3: Estimativas dos determinantes do desemprego – 2009

Continua

Variáveis independentes	Belém		Fortaleza		Recife		Salvador		Brasília	
	Exp(B)	Sig.	Exp(B)	Sig.	Exp(B)	Sig.	Exp(B)	Sig.	Exp(B)	Sig.
Sem instrução	1,20	0, 803	1,64	0, 186	3,47	0, 000	2,73	0, 003	1,49	0, 525
Elementar	1,33	0, 436	1,56	0, 108	3,27	0, 000	2,39	0, 000	2,29	0, 001
Fundamental	1,87	0, 084	1,67	0, 066	3,61	0, 000	3,05	0, 000	3,31	0, 000
Médio	1,41	0, 322	1,52	0, 116	2,68	0, 000	2,07	0, 001	1,81	0, 007
Mulher	1,83	0, 000	1,44	0, 001	2,31	0, 000	2,29	0, 000	2,04	0, 000
Cor: Preta	1,33	0, 376	0, 58	0, 177	1,26	0, 186	1,07	0, 630	1,37	0, 183
Cor: Parda	1,21	0, 313	1,14	0, 304	1,15	0, 197	1,22	0, 154	1,15	0, 342
Idade: 15 a 24	1,77	0, 002	1,87	0, 000	2,16	0, 000	2,55	0, 000	2,28	0, 000
Idade: 35 a 49	0, 49	0, 000	0, 43	0, 000	0, 63	0, 000	0, 62	0, 000	0, 43	0, 000
Idade: 50 a 65	0, 16	0, 000	0, 33	0, 000	0, 41	0, 000	0, 44	0, 000	0, 39	0, 000

Periferia	0,73	0,079	1,02	0,860	1,34	0,004	1,07	0,591	-	-
Favela	0,79	0,152	1,00	0,990	1,22	0,295	0,81	0,265	0,93	0,910
Constante	0,07	0,000	0,07	0,000	0,04	0,000	0,04	0,000	0,04	0,000

Conclusão

Variáveis independentes	Belo Horizonte		Rio de Janeiro		São Paulo		Curitiba		Porto Alegre	
	Exp(B)	Sig.	Exp(B)	Sig.	Exp(B)	Sig.	Exp(B)	Sig.	Exp(B)	Sig.
Sem instrução	3,35	0,000	1,61	0,060	2,91	0,000	4,10	0,007	4,10	0,007
Elementar	2,71	0,000	1,93	0,000	2,89	0,000	2,33	0,004	2,33	0,004
Fundamental	2,86	0,000	2,30	0,000	3,67	0,000	2,87	0,000	2,87	0,000
Médio	2,02	0,001	1,83	0,000	2,24	0,000	1,97	0,014	1,97	0,014
Mulher	1,66	0,000	2,16	0,000	1,85	0,000	1,81	0,000	1,81	0,000
Cor: Preta	0,90	0,507	1,24	0,037	1,10	0,247	1,34	0,155	1,34	0,155
Cor: Parda	1,05	0,662	1,28	0,001	0,96	0,386	1,36	0,074	1,36	0,074
Idade: 15 a 24	2,13	0,000	2,39	0,000	2,28	0,000	2,29	0,000	2,29	0,000
Idade: 35 a 49	0,46	0,000	0,51	0,000	0,56	0,000	0,60	0,003	0,60	0,003
Idade: 50 a 65	0,42	0,000	0,42	0,000	0,37	0,000	0,40	0,000	0,40	0,000
Periferia	0,89	0,210	1,34	0,000	1,03	0,554	0,95	0,685	0,95	0,685
Favela	1,14	0,416	0,97	0,829	1,29	0,000	1,06	0,813	1,06	0,813
Constante	0,04	0,000	0,03	0,000	0,04	0,000	0,03	0,000	0,03	0,000

Fonte: IBGE/PNAD. Elaborado pelo Observatório das Metrôpoles.

Ao apreendermos os resultados das regiões metropolitanas que apresentaram dados significativos, ao menos ao nível de 5%, percebemos que todas elas apresentam estruturas muito semelhantes, na medida em que quanto maior o nível de escolaridade menor a chance (risco) de desemprego, apesar de o nível de ensino fundamental apresentar chance mais elevada que o nível elementar.

O nível de ensino médio (11 a 14 anos de instrução) é o que apresenta as menores chances de desemprego, em relação às demais faixas de escolaridade, ao se comparar com o nível superior (variável de referência). Porém, há diferenças nos níveis (patamar) de chances observadas entre as regiões metropolitanas: Brasília e Rio de Janeiro são as metrôpoles com os menores patamares verificados no nível médio, com 81% e 83%, respectivamente; Recife, Salvador e São Paulo são as metrôpoles com os maiores patamares de chance – 168%, 129% e 124%, respectivamente.

As metrópoles com os menores patamares nas chances de desemprego referente ao nível de ensino fundamental (8 a 10 anos de instrução) são Rio de Janeiro, Belo Horizonte, Curitiba e Porto Alegre, que apresentam, respectivamente, 130%, 186%, 187% e 187%. Por outro lado, todas as demais metrópoles apresentam resultados acima de 200% de chance de desemprego para as pessoas com nível fundamental comparada às pessoas de nível de ensino superior.

Somente no Rio de Janeiro a chance de desemprego das pessoas com nível elementar de ensino (1 a 7 anos de instrução) se encontra abaixo de 100%. Em todas as demais regiões metropolitanas a chance de desemprego para as pessoas nesse nível de escolaridade fica acima de 100%, com destaque para a região metropolitana de Recife que alcança um patamar de 227%.

Para as pessoas classificadas como sem instrução (menos de 1 ano de ensino), as maiores chances de desemprego são observadas para as regiões metropolitanas da Região Sul do país: Curitiba e Porto Alegre, que apresentam, ambas, 310% de chance em relação às pessoas de nível superior. O melhor resultado é apresentado no Rio de Janeiro, cuja chance de desemprego é de 61%, mas ao nível de significância de 10%, como vimos.

Esses resultados, de modo geral, apesar do patamar das chances relativas observadas, são compatíveis com o esperado para o mercado de trabalho, em que as pessoas mais escolarizadas são as que possuem as maiores chances de ocupação. Surpreende, neste aspecto, que pessoas portadoras da credencial de ensino fundamental completo estão em desvantagens se comparado com as pessoas que possuem apenas o nível elementar. A suposição a este fenômeno é que o mercado de trabalho das metrópoles brasileiras ainda é caracterizado por apresentar uma estrutura de ocupações que não se exige formação escolar para o seu exercício, o que torna vantajosas para as pessoas de nível elementar em relação às pessoas de nível fundamental. Ao lado dessas ocupações mais precárias, há um conjunto de ocupações que apresentam características mais modernas, que, por isso mesmo, aquelas pessoas que já alcançaram o nível superior de ensino tem mais chance de nelas se inserirem, já que correm menos risco de desemprego que as pessoas dos demais níveis de escolaridade.

Se essa suposição é verdadeira – de que o mercado de trabalho é segmentado em ocupações precárias e ocupações modernas –, poderemos, portanto, considerar a perspectiva teórica de Thurow (1972), para interpretação da inserção dos indivíduos nos mercado de trabalho, somente para o segmento moderno.

Ao contrário da perspectiva assumida pelos formuladores da Teoria do Capital Humano – que atribui à educação o principal mecanismo para elevada produtividade dos indivíduos no trabalho e, portanto, maior diferencial de remuneração, onde os mais habilitados são, por isso mesmo, os mais compatíveis para inserção profissional –, segundo este autor, a credencial educacional não corresponde ao nível de produtividade dos indivíduos, porque estes são adquiridos no próprio local de trabalho. O que a credencial educacional informa é a maior capacidade cognitiva dos indivíduos, que apresentam maior disposição para a treinabilidade. Neste sentido, Thurow (1972) elabora a teoria da fila, em que ela se organiza a partir da informação da credencial educacional dos indivíduos, onde aqueles mais escolarizados tendem a ocupar os primeiros lugares e, portanto, a inserção nos melhores empregos, mesmo que o nível de escolaridade dos indivíduos esteja acima das exigências da ocupação.

Neste sentido, ao consideramos o segmento moderno do mercado de trabalho, podemos verificar que as pessoas mais escolarizadas são aquelas com maior capacidade de inserção ocupacional, quando suas chances de desemprego são as mais reduzidas. Porém, para o segmento mais precário do mercado de trabalho, apesar de ainda a credencial poder ser considerada como atributo de seleção dos indivíduos, é possível que a demanda por trabalho obedeça ao critério de realizar menor remuneração, o que faz com que a escolaridade seja um atributo desfavorável.

Os resultados obtidos para as regiões metropolitanas de Belém e de Fortaleza, cujos níveis de significância não rejeitam a hipótese nula para todos os níveis de instrução, podem ser decorrentes, por um lado, da estrutura do mercado de trabalho e, por outro lado, da estrutura de escolaridade de sua população. Tanto num caso quanto noutro há a necessidade de avançar nas pesquisas para podermos obter, com maior exatidão, explicações desses resultados.

Efeito sexo

Do mesmo modo que observado para o conjunto das regiões metropolitanas, na seção anterior deste trabalho, as chances (ou risco) de desemprego das mulheres em relação aos homens se mostraram significativas para todas as regiões metropolitanas. Porém cada região metropolitana apresenta um patamar diferente em que essas chances se expressam. Fortaleza, por exemplo, que possui o menor patamar de chance no comparativo das metrópoles, mostrou que as mulheres têm 44% mais chance de desemprego que os homens. No outro extremo, observamos que Recife e Salvador são as metrópoles com os maiores patamares verificados, pois apresentam, respectivamente, 131% e 129% de chance de desemprego das mulheres em relação aos homens.

A questão que se coloca, decorrente desses resultados, é: por que as mulheres estão em condição desfavorável na busca por emprego no mercado de trabalho quando comparada aos homens?

Responder a esta questão não é tarefa nada trivial e requer, a nosso ver, um aprofundamento teórico referente às desigualdades sexuais do trabalho a partir de pesquisas empíricas que tenham essa temática como preocupação principal, o que não é possível neste trabalho. Porém, podemos conjecturar, a partir de pesquisas internacionais realizadas por Hirata (2009), mas com foco para o caso francês, que dada às desigualdades sociais relativas à divisão sexual do trabalho, as mulheres estão em desvantagens na inserção ocupacional porque normalmente sua inserção, quando acontece, é para ocupações de tempo parcial – dada sua condição social na divisão sexual do trabalho –, o que as colocam em desvantagem no mercado de trabalho, mesmo que haja outras ocupações posicionadas no topo da hierarquia social que estejam sendo preenchidas, preferencialmente, por mulheres, como é assegurado por Hirata (2009).

Efeito cor

A cor apresentou resultados significativos para o conjunto das regiões metropolitanas do país, como foi analisado na seção anterior. Quando a aplicação da análise de regressão logística foi feita para cada uma das regiões metropolitanas, somente a metrópole do Rio de Janeiro apresentou resultado significativo ao nível de 5%, tanto em relação à cor preta quanto em relação à cor parda. O que significa dizer que somente nessa metrópole

podemos considerar as chances (ou risco) dos indivíduos sobre o desemprego.

A primeira questão que emerge desse resultado é a de saber por que somente a Região Metropolitana do Rio de Janeiro apresentou resultado significativo, ou seja, o que há de peculiar nessa região metropolitana que possibilita explicar os resultados verificados? E, em segundo lugar, como decorrente dos estudos que tratam da temática da cor no mercado de trabalho, quais mecanismos que explicam a inserção diferenciada dos indivíduos no mercado de trabalho segundo seu atributo de cor?

Para explicar as desigualdades raciais de renda observadas no mercado de trabalho, Osório (2009), ao sumarizar os estudos teóricos e empíricos que tratam dessa questão, apresenta que essas desigualdades são decorrentes do que ele chama de desvantagens cumulativas, que a seu ver significa “resultado acumulado de todas as discriminações sofridas pelos negros no curso de sua vida” (p. 245). Essas desvantagens passam pelas seguintes etapas: “formação, inserção ocupacional e definição salarial” (p. 247). Embora neste trabalho nossa atenção esteja dedicada à inserção ocupacional e não à definição salarial, os pressupostos apresentado por Osório (2009) nos permite supor que as desvantagens cumulativas também contribuem para as diferenças na inserção ocupacional dos indivíduos e, inclusive, para suas chances de inserção.

Mas ainda é preciso compreender por que somente a metrópole do Rio de Janeiro demonstra diferenças significativas nas chances (riscos) de desemprego quando da comparação com a cor dos indivíduos? Infelizmente a frequência de variáveis endógenas ao modelo logístico aqui utilizado não se mostrou suficiente para obtermos uma interpretação capaz de lançar explicações entre diferenças do Rio de Janeiro e as demais metrópoles. Imaginamos, portanto, que as explicações devam ser buscadas em variáveis exógenas, seja pelo o modo como se estrutura o mercado de trabalho no Rio de Janeiro, seja pelo modo como se organiza socialmente seu território metropolitano.

Efeito idade

Do mesmo modo como verificado para o conjunto das regiões metropolitanas, para cada uma delas, vista de modo particular, observamos

que os resultados se demonstraram significativos e obedeceram aos mesmos comportamentos em relação às chances relativas de desemprego para as faixas etárias analisadas. Quanto maior a faixa de idade menor é chance de desemprego. Novamente a suposição de que as pessoas de maior idade são aquelas que possuem mais experiência de trabalho serve como explicação para o fato de os mais jovens terem maiores chances de desemprego.

Efeito território

Apesar de as variáveis relativas ao território, quando analisadas para o conjunto das regiões metropolitanas, não terem se mostrado significativas para o ano de 2009, podemos observar que, na avaliação dos efeitos territoriais para cada uma das metrópoles, o território quando visto segundo a relação núcleo e periferia se mostrou significativo para as regiões metropolitanas de Recife e Rio de Janeiro. Em ambas as metrópoles a chance de desemprego para quem mora na periferia foi de 34% em relação às pessoas que moram no núcleo metropolitano. Também podemos observar que na relação favela e não-favela, o território se mostrou significativo apenas para a região metropolitana de São Paulo. Para as demais metrópoles os efeitos não se mostraram significativos, o que não nos permite rejeitar a hipótese nula do teste estatístico.

A pergunta que decorre dessa constatação é a de saber por que apenas nessas metrópoles o território – seja visto na relação núcleo e periferia; seja visto na relação favela e não-favela – exerce efeito significativo. A resposta a esta questão se encontra na organização social do território, naquilo que chamamos de morfologia social? Ou, ao contrário, é o modo que se estrutura o mercado de trabalho em cada uma delas que nos possibilita apreender efeitos significativos nessas regiões metropolitanas? Ou, ainda, se isso é resultado de efeitos combinados, tanto da morfologia social, quanto da estrutura do mercado de trabalho?

O fato é que respostas a estas perguntas depende do aprofundamento em pesquisas empíricas em que se deve analisar a relação entre território metropolitano e desemprego, mesmo para aquelas em que os efeitos não se mostraram significativos. De qualquer modo, baseado em estudos que já procuraram analisar o fenômeno do desemprego na sua relação com o território metropolitano podemos supor que o efeito do território decorre da

condição social dos contextos territoriais (Ribeiro, Rodrigues e Côrrea, 2009).

Em pesquisa realizada pelo Observatório das Metrôpoles, utilizando dados do censo demográfico de 2000, Ribeiro, Rodrigues e Côrrea (2009) observaram o contexto social de moradia para 17 regiões metropolitanas do país sobre as chances (ou risco) de desemprego. A constatação a que chegaram é que, com raras exceções, o contexto social de moradia apresenta efeito significativo sobre as chances de desemprego, demonstrando que as pessoas localizadas em baixos e médios contextos possuem mais chance (risco) de desemprego se comparado àquelas de alto contexto social.

Como essa pesquisa se utilizou de dados do censo demográfico, foi possível operacionalizar o território metropolitano em escala diferente da que estamos utilizando neste trabalho, o que permitiu a estes pesquisadores agregar as áreas intra-urbanas da metrópole segundo as condições sociais que os caracterizam, independente da divisão político administrativo dos municípios que compõe cada uma das metrôpoles. Talvez esse tenha sido o motivo de o território apresentar efeitos significativos em quase todas as regiões metropolitanas.

Neste sentido, podemos também buscar explicações para os resultados observados nos testes apresentados neste trabalho. Por um lado, ao considerar, por exemplo, as regiões metropolitanas do Rio de Janeiro – que apresentou efeito significativo na relação núcleo e periferia – e São Paulo – que apresentou efeito significativo na relação favela e não-favela –, podemos conjecturar que o efeito observado na primeira metrópole se deve ao fato de os empregos se concentrarem no município do Rio de Janeiro, que corresponde ao núcleo metropolitano, ao contrário de São Paulo, em que os empregos se espalham por toda a metrópole.

Por outro lado, o efeito observado em São Paulo na relação favela e não-favela decorre, a nosso ver, do fato de nessa metrópole as favelas se localizarem mais distantes dos locais de emprego, o que faz com que as chances dos indivíduos moradores de favelas se tornarem significativas em relação ao desemprego. No Rio de Janeiro, ao contrário, os efeitos não se apresentam significativos exatamente porque as favelas tendem a se concentrar onde os empregos estão também concentrados, o que faz com que os indivíduos moradores de favela tenham condições semelhantes,

medidos em termos de distância, de conseguir se empregar, significando chances semelhantes de desemprego em relação às pessoas que moram em espaços que não de favelas.

O que estamos tentando interpretar, a luz dos resultados verificados para o Rio de Janeiro e São Paulo, é que a distância entre local de moradia e de trabalho coloca-se como um dos aspectos determinantes para a inserção ocupacional dos indivíduos no mercado trabalho. Se essa interpretação está correta, quais são os mecanismos que faz com que a distância entre o local de moradia e de trabalho se apresente como um aspecto determinante para as chances (ou risco) de desemprego?

Uma primeira resposta a esta questão poderia ser encontrada na mobilidade espacial urbana, tendo em vista a relação entre o modo como se organiza o território metropolitano e o modo como se estrutura o mercado de trabalho. Quando os empregos são espalhados por toda a região metropolitana, entre núcleo e periferia, como no caso de São Paulo, não há diferenças tão nítidas observadas entre os moradores de periferia e do núcleo metropolitano, uma vez que fica mais fácil realizar deslocamentos entre o local de moradia e de trabalho. Ao contrário do Rio de Janeiro, em que os empregos se concentram no núcleo metropolitano e parte significativa das pessoas reside na periferia da metrópole. Sem um sistema de transporte coletivo eficiente que permita reduzir o tempo de deslocamento entre núcleo e periferia, as pessoas que moram distantes do emprego se encontram em desvantagem de realizar sua inserção ocupacional, se comparadas àquelas que moram próximas ao local de trabalho.

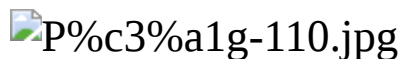
Para a relação favela e não-favela, vale o mesmo raciocínio, visto que no Rio de Janeiro onde parcela significativa das favelas se concentra no núcleo metropolitano e, portanto, próximas do local onde se concentra a maior parte dos empregos, não há diferenças significativas entre morar em favela e morar em não-favela. Ao contrário, São Paulo apresenta outra organização social do território, onde as áreas consideradas favelas tendem a se concentrar no próprio núcleo metropolitano, mas distante do local onde concentram os empregos (seria a periferia inserida no próprio núcleo metropolitano, como a Zona Leste da capital, por exemplo), o que torna difícil o deslocamento entre o local de moradia e de trabalho, desvantagem

em favor dos moradores de favela, por isso efeito significativo nas diferenças de chances de desemprego.

O estudo de Coletto e Rodrigues (2011), que procura avaliar as condições espaciais de pobreza segundo a configuração urbana das regiões metropolitanas brasileiras, a partir de dados do censo demográfico de 2000 realizado pelo IBGE (Figura 1), reforça nossa interpretação, ao demonstrar as diferenças existentes entre a distância das favelas ao centro, tanto da região metropolitana do Rio de Janeiro, quanto de São Paulo. Na primeira, as favelas estão mais próximas do centro e, portanto, mais próximas do centro social da metrópole. Na segunda, apesar de não se localizar propriamente na periferia metropolitana, as favelas concentram-se nos interstícios do núcleo metropolitano e, por isso, distante do centro social.

Figura 1: Distribuição espacial da população na Região Metropolitana de São Paulo e na Região Metropolitana do Rio de Janeiro - 2000

RMSP



RMRJ

Fonte: Censo Demográfico 2000, IBGE. Elaborado por Coletto e Rodrigues, 2011.

Outra maneira de responder aos mecanismos que fazem com que a distância entre o local de moradia e de trabalho seja um aspecto importante na determinação de chances (ou risco) de desemprego, mas que ao mesmo tempo se soma à dimensão da mobilidade espacial urbana, pode ser atribuída ao contexto social de moradia, decorrente dos mecanismos instrumentais apresentado por Salata (2010) em resenha feita sobre a literatura do “efeito bairro”, em especial sobre a sistematização proposta por Small e Newman (2001) [apud Salata (2010)].

O entendimento que esses autores possuem dos mecanismos instrumentais advém das oportunidades ou restrições impostas aos indivíduos decorrente do contexto social de moradia. Esses mecanismos instrumentais podem se manifestar de duas maneiras: pelos modelos institucionais e pelas redes sociais. Os modelos institucionais dizem respeito à presença ou ausência de serviços e instituições, bem como a qualidade que elas oferecem, que podem favorecer o acesso a determinadas oportunidades e, por conseguinte, a recursos por parte de seus moradores (Salata, 2010). Já as redes sociais apresentam-se também como um mecanismo instrumental importante, porque, ao depender do contexto

social onde os indivíduos residem, elas podem possibilitar (ou restringir) a obtenção de informações importantes relativas às oportunidades sociais.

Neste sentido, para interpretação do efeito territorial sobre as chances (ou risco) de desemprego que temos observado tanto para a região metropolitana do Rio de Janeiro quanto para a região metropolitana de São Paulo, podemos considerar o fato de nesta última metrópole as oportunidades de trabalho estarem dispersas pelos municípios da região metropolitana, como estamos supondo, contribui para o acesso dos moradores da periferia às empregos que estão sendo oferecido, ao contrário do Rio de Janeiro em que essas oportunidades estão distantes da periferia (modelo institucional).

Por outro lado, podemos considerar que as redes sociais também contribuem (ou não) para obtenção de informações relativas à localização dos empregos, o que coloca em desvantagem os moradores das favelas paulistas, uma vez que se o contexto social das favelas, como estamos supondo, seja homogêneo, as informações aos empregos estarão sempre mais restritas. Diferente das favelas do Rio de Janeiro, que mesmo podendo apresentar um contexto social homogêneo entre seus moradores, a proximidade com as áreas mais centrais – onde se concentra também os empregos – torna mais possível a inserção desses indivíduos em redes sociais que lhes propiciem informações sobre a localização dos empregos existentes.

4. Considerações finais

Este trabalho objetivou analisar os determinantes do desemprego visto pelo lado da oferta de trabalho, resgatando uma abordagem clássica da sociologia do trabalho, que fora, de certo modo, abandonada nas duas últimas décadas, por decorrência do modo como se passou a focalizar o desemprego na sociedade brasileira, tendo em vista as mudanças micro-organizacionais efetuadas pelas empresas, aliadas às políticas macroeconômicas que se impuseram a partir desse momento, o que tornou o desemprego caracterizado como de “longa duração” (Guimarães, 2002).

Ao observar alterações na taxa de desemprego, que tiveram um comportamento de redução, na primeira década do século XXI – apenas interrompido em 2009, por decorrência da crise econômica internacional –,

indagamos se as características dos indivíduos (lado da oferta do trabalho) teriam efeitos diferentes de acordo com o nível da taxa de desemprego.

A fim de responder a essa questão, conduzimos nosso exercício analítico em duas direções: primeiro, realizamos uma análise dos determinantes do desemprego para o conjunto de regiões metropolitanas com dados disponíveis na PNAD, para apreender as características gerais do mercado de trabalho do Brasil metropolitano; segundo, realizamos o mesmo procedimento analítico para comparação entre as regiões metropolitanas, por considerar que elas apresentam estruturas econômicas e morfologia social diferentes.

Vimos que, de maneira geral, o sentido dos efeitos dessas características individuais são os mesmos, apesar de se apresentar em patamar diferente, de acordo com o momento em que se analisou (2001 e 2009). De modo geral, apesar de as variáveis apresentarem efeitos mais reduzidos quando a taxa de desemprego é menor, foi surpreendente o fato de a chance de desemprego tanto de mulheres quanto de pessoas de nível médio de escolaridade ter se elevado quando a taxa de desemprego havia diminuído.

Para além das características individuais, procuramos também inserir nessa análise o efeito da localização residencial dos indivíduos, visto pela relação morar no núcleo ou na periferia metropolitanas e morar na favela ou não-favela. Apesar de ambas as variáveis se apresentarem de modo significativo para o conjunto das regiões metropolitanas em 2001, o mesmo não se verificou em 2009, quando os resultados não se mostraram significativos, não nos permitindo rejeitar a hipótese nula, ou seja, não nos permitiu afirmar a existência de diferenças entre as chances dos indivíduos segundo seu local de moradia.

Quando nos propusemos comparar os determinantes do desemprego entre as regiões metropolitanas, vimos que os efeitos das variáveis utilizadas são diferentes entre as metrópoles, com exceção do sexo e da idade. As mulheres em todas as regiões metropolitanas estão em desvantagem em relação aos homens, pois apresentam maiores chances de desemprego; e quanto mais jovem maior a chance de desemprego para todas as regiões analisadas.

Porém, as características dos indivíduos segundo a escolaridade e cor e as variáveis territoriais tiveram efeitos diferentes na comparação entre as regiões metropolitanas. Em relação à escolaridade, apesar de Belém e

Fortaleza não apresentar resultado significativo para todos os níveis de instrução, o sentido dos efeitos, para as demais metrópoles, era o mesmo – quanto maior a escolaridade menor a chance de desemprego. Porém, como as pessoas com nível elementar estavam em maior vantagem na comparação com as pessoas de nível fundamental de ensino, sugerimos que o mercado de trabalho é segmentado entre ocupações precárias e ocupações modernas, o que torna a interpretação da escolaridade diferente de acordo com o segmento de que se trata.

O efeito da variável cor na comparação entre as metrópoles também se mostrou surpreendente, pois somente a região metropolitana do Rio de Janeiro apresentou resultado significativo. Porém, neste aspecto não fomos capazes de propor uma interpretação para esse fato observado, pois carecemos de estudos empíricos que possa aprofundar nessa matéria, já que esse resultado se apresentou como novidade.

A análise das variáveis territoriais também se mostrou surpreendentes, pois somente duas regiões metropolitanas apresentaram resultados significativos para a relação núcleo e periferia metropolitanas - Recife e Rio de Janeiro –; e apenas São Paulo apresentou resultado significativo para a relação favela e não-favela.

A interpretação realizada, a partir dos resultados e tendo em vista outros trabalhos que tratam do “efeito bairro”, se deu por decorrência da distância entre o local de moradia e local de trabalho, uma vez que os constrangimentos se apresentam de modo diferente entre Rio de Janeiro e São Paulo, tomados como exemplo de comparação. Neste sentido, consideramos que a mobilidade espacial urbana aliada aos modelos institucionais e às redes sociais são os mecanismos que tornam as diferenças territoriais significativas na especificidade de cada uma das regiões metropolitanas.

Consideramos que esse esforço analítico, mais do que propor respostas conclusivas ao fenômeno do desemprego, possa ter contribuído para sugerir uma agenda de investigação ainda carente de pesquisas empíricas – tanto quantitativas quanto qualitativas – capazes de oferecer respostas mais elaboradas teoricamente ao modo como o desemprego se apresenta hoje nas metrópoles brasileiras.

Referência bibliográfica

- ABREU, M. P. (Org.). *A Ordem do Progresso: cem anos de política econômica republicana: 1889-1989*. Rio de Janeiro: Campus, 1990.
- BARBOSA FILHO, Fernando de H. e PESSÔA, Samuel. (2009) Retorno da educação no Brasil. *Pesquisa e planejamento econômico | ppe | v. 38 | n. 1 | abr. 2008*.
- BECKER, Gary S. *Human Capital: a Theoretical and Empirical Analysis, with Special Reference to Education*: National Bureau of Economic Research, 1964.
- BLANCHARD, Oliver. *Macroeconomia: teoria e política econômica*. Rio de Janeiro: Elsevier, 2001.
- COLLINS, Randall. *Functional and Conflict Theories of Educational Stratification*. *American Sociological Review*, Vol. 36, No. 6. (Dec., 1971), pp. 1002-1019, 1971.
- COTELO, F. C. e RODRIGUES, J. M. *Favela e periferia como espaços de pobreza: estudo sobre a configuração urbana de metrópoles brasileiras*. Observatório das Metrópoles – IPPUR: Rio de Janeiro, 2011.
- GUIMARÃES, Nadya Araujo. *Por uma sociologia do desemprego*. *RBCS Vol. 17, n. 50 outubro/2002*.
- GUIMARÃES, N. A. e CARDOSO, A. Apresentação. In: GUIMARÃES, N. A., CARDOSO, A., ELIAS, P. e PURCELL, K. *Mercados de trabalho e oportunidades: reestruturação econômica, mudança ocupacional e desigualdade na Inglaterra e no Brasil*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2008.
- HIRATA, H. *A precarização e a divisão internacional e sexual do trabalho*. *Sociologias*, n. 21, Porto Alegre jan./jun., 2009.
- MARTIGNONI, E.M., CARVANO, L.M. e JANNUZZI, P.M. *Força de trabalho e desemprego na Região Metropolitana do Rio de Janeiro nos anos 1990: o efeito dos fatores demográficos*. *R. bras. Est. Pop.*, São Paulo, v. 23, n. 2, p. 287-299, jul./dez. 2006.
- OLIVEIRA, G. e TUROLLA, F. *Política econômica do segundo governo FHC: mudança em condições adversas*. São Paulo: Revista Tempo Social – USP, 2003.
- OSÓRIO, Rafael Guerreiro. *A desigualdade racial de renda no Brasil: 1976-2006*. Tese de Doutorado. Universidade de Brasília: Instituto de Ciências Sociais: Departamento de Sociologia: Brasília, abril de 2009.
- POCHMANN, Marcio. *O trabalho na crise econômica no Brasil: primeiros sinais* Estudos Avançados, vol.23 no. 66. São Paulo, 2009.
- RIBEIRO, L. C. de Q., RODRIGUES, J. M. e CÔRREA, F. *Segregação Residencial e Mercado de Trabalho nos Grandes Espaços Urbanos Brasileiros: São Paulo, Rio de Janeiro, Belo Horizonte, Porto Alegre, Curitiba, Salvador, Recife, Fortaleza, Brasília, Belém, Manaus, Campinas, Goiânia, Florianópolis, Vitória, Natal e Maringá*. Observatório das Metrópoles – IPPUR/FASE: Rio de Janeiro, 2009.
- SALATA, André Ricardo. *Estudar X Trabalhar: as influências do local de moradia sobre as escolhas dos jovens no município do Rio de Janeiro*. Dissertação de Mestrado. UFRJ: Programa de Pós-graduação em Sociologia e Antropologia: Rio de Janeiro, 2010.
- SCHULTZ, Theodore W. “Investment in human capital.” *American Economic Review* 51 (March): 1-16., 1961.
- THURLOW, Lester C. “Education and Economic Inequality”. *Public Interest*, Summer, 1972.
-

8 As regiões metropolitanas que possuem dados disponibilizados pela PNAD são: Belém, Fortaleza, Recife, Salvador, Belo Horizonte, Rio de Janeiro, São Paulo, Curitiba, Porto Alegre e Brasília. Esta última cidade corresponde apenas ao Distrito Federal.

9 Apesar de sabermos que há evidências de outras variáveis demográficas (fecundidade, envelhecimento, mortalidade e migração), existentes na PNAD, que também interferem em contextos sociais específicos do mercado de trabalho (Martignoni, Carvano e Jannuzzi: 2006), necessitaria de realizar uma análise de cunho longitudinal, o que não é o propósito deste trabalho, dado o seu escopo.

10 O ensino fundamental hoje no Brasil possui 9 anos, mas como essas mudanças foram efetivadas em meados da década, estamos considerando a classificação antiga correspondente a 8 anos de ensino.

11 Somente a região metropolitana de Recife apresentou em 2008 taxa de desemprego superior ao registrado em 2001.

Capítulo 5

Dinâmica populacional e migrações nas regiões metropolitanas nos anos 2000

Érica Tavares da Silva

1. Introdução

A dinâmica demográfica nos espaços metropolitanos pode ser vista como um processo em estágio mais avançado, se pensarmos nos clássicos estágios da transição demográfica envolvendo as dimensões da fecundidade, em especial, assim como da mortalidade e migração. Enquanto a maior parte dos espaços vai experimentando mudanças nas taxas de fecundidade (geralmente em declínio) e esperança de vida (geralmente em aumento) com alterações nos ritmos de crescimento populacional, as migrações não parecem apresentar tendências tão claras como estas dimensões anteriores. Ao mesmo tempo, os movimentos populacionais ganham relevo, já que passam a ter expressividade nas mudanças da distribuição populacional no espaço.

Ainda assim, em trabalhos anteriores (SILVA, 2010; RIBEIRO et al, 2011), mostrou-se que há uma complexa relação na explicação dos processos de redistribuição populacional no Brasil, já que para alguns espaços os ritmos de crescimento populacional podem ser mais explicados, por exemplo, pela fecundidade ainda alta, enquanto em outros, pela atração migratória, e ainda em outros pode ser explicado pelo elevado estoque populacional que permite incrementos consideráveis. Nesse contexto, o papel das regiões metropolitanas é bastante expressivo, justamente pela grande participação que têm na população total do país. Apesar de algumas mudanças, como a emigração a partir dos núcleos metropolitanos, a diminuição da atração migratória em algumas regiões e os menores ritmos de crescimento populacional – que se devem essencialmente à própria

característica metropolitana, como expressão de espaços mais urbanizados, geralmente em estágio mais avançado da dinâmica demográfica – pode-se notar que há muitas mudanças, mas não há um processo direto e sustentado de desconcentração populacional a partir das áreas metropolitanas. Além disso, nos próprios espaços internos de cada região, também “não dá para apostar numa redistribuição populacional em cada metrópole que reverta a predominância dos núcleos no geral, nem é possível embarcar num discurso de resolução da pressão sobre as áreas centrais” (RIBEIRO, SILVA e RODRIGUES, 2012).

Ou seja, diante desse quadro, os números são muito importantes, mas se torna relevante também analisar algumas dimensões qualitativas nesse processo, investigando *como* tem ocorrido, quais as relações com o acesso à moradia, a inserção no mercado de trabalho, as mudanças nos arranjos familiares, as condições de deslocamento, entre outros aspectos. Isso porque falar sobre um processo de mobilidade espacial, em que grupos populacionais se movimentam mudando de residência entre municípios, envolve abordar e trazer interpretações sobre a própria organização do espaço urbano-metropolitano, já que cada vez mais estes movimentos se dão entre áreas urbanas.

Sendo assim, dentro desta contextualização, pretende-se abordar mais especificamente os movimentos migratórios nas regiões metropolitanas durante os anos 2000. Para tanto, a fonte de dados será primordialmente as PNADs da primeira década deste século, o que cabe reconhecer algumas limitações, já que não é possível estabelecer fluxos de origem e destino para um nível territorial menor que as Unidades da Federação (UFs). Diante disso, será trabalhado principalmente o quantitativo de imigrantes em cada região metropolitana, sua expressividade em relação à população total, a caracterização demográfica e sócio-ocupacional, os motivos para terem migrado e as condições de mobilidade urbana – todas essas dimensões considerando distintamente o território de destino, visto através dos núcleos e das periferias das regiões metropolitanas. Por conseguinte, os objetivos gerais deste texto são: avaliar a expressividade das migrações envolvendo as regiões metropolitanas nos anos 2000; analisar quem são os migrantes que se movimentaram em ou para as regiões metropolitanas; apontar possíveis relações entre a localização dos migrantes nas regiões

metropolitanas com os motivos para migrar e as condições de deslocar-se frequentemente neste território metropolitano.

A conceituação de migrantes utilizada será a partir da variável da PNAD que pergunta sobre morar sem interrupção no município até 4 anos, através desta temos uma referência sobre a última etapa migratória, ou seja, o tempo de residência ininterrupto no lugar de moradia atual. O resultado desta pergunta sinaliza com o volume de imigrantes intermunicipais que residem há 4 anos em algum município, no nosso caso da referida RM investigada ou do total das RMs, o que inclui pessoas que se deslocaram no interior da UF e da própria RM, além daquelas vindas de outras UFs e países.

2. Urbanização, metropolização e mudanças nos fluxos migratórios

O acelerado processo de urbanização brasileiro esteve estreitamente associado aos grandes fluxos migratórios especialmente em direção às áreas urbanas, mais notadamente na Região Sudeste do país. A relação entre urbanização e movimentos populacionais esteve presente em diversas análises sobre o espaço urbano, com vários enfoques sobre o fenômeno da mobilidade espacial. Apesar de não haver um corpo teórico bem fundamentado sobre os movimentos migratórios, não se pode negar que seja um processo social, que envolve desde deslocamentos entre áreas próximas (entre municípios do mesmo estado ou até de uma mesma microrregião) até deslocamentos entre grandes regiões e mesmo a migração internacional. Como aponta Oliveira (2011), o debate entre as abordagens teóricas acerca do fenômeno migratório, por muito tempo, dividiu-se entre o aporte neoclássico-funcionalista e o estruturalista. Exemplo deste último é a reflexão desenvolvida por Paul Singer sobre as migrações internas nos países em desenvolvimento.

De acordo com Singer (1977), no período de impulso industrial, as migrações funcionaram como um mecanismo de redistribuição espacial da população que se adapta ao rearranjo espacial das atividades econômicas, são fenômenos historicamente condicionados, fazem parte do processo social. Em seu texto dos anos 1970, Paul Singer destaca que as mudanças tecnológicas e industriais nos países desenvolvidos ocorrem sob um

processo de amadurecimento do processo e das forças produtivas; já nos países não-desenvolvidos, o ritmo de industrialização e urbanização foi muito veloz, gerando efeitos socioeconômicos muitas vezes desfavoráveis, com não absorção de toda a população na economia de mercado (SINGER, 1977). Essa abordagem de Singer segue uma linha mais histórico-estruturalista. É claro que existem outras abordagens, como a neoclássica-funcionalista de Lee (1980), referenciada por Oliveira (2011). No enfoque de Lee, encontra-se o indivíduo que, de forma racional, após analisar o custo-benefício do movimento decide empreende ou não o deslocamento. Na base dos deslocamentos populacionais, estaria o desenvolvimento econômico. Para Lee (1980 apud OLIVEIRA, 2011), o binômio modernização-desenvolvimento econômico está no centro das questões, sua abordagem embora funcionalista, não é restrita temporalmente. Em linhas gerais, as principais teorias migratórias foram elaboradas neste contexto, associado à industrialização e ao desenvolvimento. Desta forma, os fluxos exprimem uma lógica macroeconômica do progresso técnico que constitui a essência da industrialização. Como já ressaltado, esse quadro teórico parte de um contexto histórico muito marcante.

Esse processo de urbanização/industrialização ligado ao modelo de substituição de importações também é lido por Lipietz (1989) a partir do conceito de “fordismo periférico”, segundo este autor, em alguns países (considerados como periféricos ou do Terceiro Mundo em seu texto de finais dos anos 1980), a industrialização foi financiada por transferências de créditos e de tecnologia provenientes do “fordismo central”, ao mesmo tempo acompanhada de uma explosão urbana. Tal explosão decorre justamente da fase da transição demográfica com fecundidade ainda elevada e início da redução da mortalidade, provocando, por sua vez, um aumento na taxa de dependência (razão entre população jovem e idosa sobre a população em idade ativa) que opera de forma a reduzir a produtividade dos que trabalham.

Além disso, esse período também é marcado por expressivas migrações internas, especialmente com deslocamentos em direção às grandes cidades, que já se consolidavam ou se tornavam aglomerações metropolitanas. Somente entre 1960 e o final dos anos 70, o auge do ciclo, estima-se que saíram do campo em direção às cidades mais de 40 milhões de pessoas – total que inclui o chamado “efeito indireto da migração”, ou seja, os filhos

tidos pelos migrantes rurais nas cidades. Trata-se de um deslocamento populacional gigantesco num breve espaço de tempo, o que bem qualifica a dimensão das grandes transformações pelas quais passava a sociedade brasileira (Brito e Souza, 2005, p. 49).

Conforme afirmam Ribeiro et al (2012), é por isso que o urbano se tornou rapidamente metropolitano, com grandes movimentos migratórios do campo para a cidade, e de regiões consideradas menos dinâmicas para aquelas em que se concentravam os esforços industrializantes. Portanto, é em meio a estes processos que o fenômeno metropolitano no Brasil vai consolidando-se. Ao mesmo tempo em que se constituem como espaços mais dinâmicos, economicamente mais atrativos, com maior quantidade de postos de trabalho, entre outros ativos importantíssimos para o país, também passam a acumular inúmeros passivos, com movimentos migratórios de inserção precária nos espaços de destino, dificuldades de acesso à moradia adequada, periferização, desemprego e subemprego, segregação socioespacial, etc. Isso porque era necessário também ampliar o mercado de consumo urbano para assegurar o fordismo, só que essa “inserção urbana” ocorreu de forma muito precária para muitas camadas da população. No Brasil, conforme salienta Lipietz (1989, p. 331), esse processo foi bastante extremo, já que o campesinato foi perdendo aos poucos os direitos de uso da terra para agricultura de subsistência, sendo privado da possibilidade de permanecer no campo. Essa explosão nas metrópoles também refere-se ao fato de que o desenvolvimento do “fordismo periférico” opera em uma escala que exclui o espaço territorial e reduz os países a ‘pontos’. A modernização conservadora promoveu profundas transformações sociais, políticas, econômicas, culturais, mas acentuou alguns elementos históricos da heterogeneidade estrutural do Brasil e não abarcou virtuosamente todo o espaço nem toda a população (RIBEIRO et al, 2012). Como ressaltam Rocha (2000) e Tolosa (1991), a pobreza passa a apresentar cada vez mais suas características urbanas, estes autores chegam a falar de uma “metropolização da pobreza”, já que enquanto esta diminui em outros espaços, nas metrópoles estava aumentando.

Diante do acúmulo desses passivos urbanos, assim como diante das condições mais adversas advindas com os choques do petróleo, a crise dos anos 80 que perdura em boa parte dos anos 90, a fragilidade na constituição

de um novo modelo de desenvolvimento, a implantação do modelo neoliberal, vários destes processos interligados afetaram muito mais os espaços metropolitanos. Tais regiões vivenciaram um papel considerável da cidade ilegal (Brandão, 2007, p. 140); eram evidentes as carências e contradições sociais no espaço urbano, com aumento da violência urbana e da marginalidade – e várias abordagens sobre desigualdade e exclusão social (REIS e SCHWARTZMAN, 2002; BARROS e LAM, 1993; HASENBALG e SILVA, 1988; MARTINS, 1997; SPOSATI, 1993; ZALUAR, 1997; POCHMANN, 2003); segregação socioespacial (CALDEIRA, 2000; RIBEIRO, 2000; VILLAÇA, 2001; MARQUES, 2005), entre outros temas relacionados. Nesse contexto, criou-se também um ambiente extremamente adverso ao mercado de trabalho, com aumento do desemprego e maior desgaste das condições de inserção ocupacional, assim como precarização e informalização do trabalho. Simultaneamente a essas condições adversas, o modo de viver urbano ampliou-se, trazendo mudanças nos padrões de sociabilidade, no acesso à informação e serviços, no sistema de valores sociais e familiares, na participação no mercado de trabalho – especialmente no que se refere às diferenças de gênero, etc. Esse novo urbano – com chances de acesso a serviços de saúde, oportunidades educacionais, inserção da mulher do mercado de trabalho, difusão dos meios de comunicação de massa – também trouxe mudanças significativas na dinâmica demográfica, no crescimento populacional, na distribuição e destinos dos fluxos migratórios.

Ao mesmo tempo em que o Censo de 1991 revelou a drástica redução das taxas de crescimento populacional, redução maior do que a esperada, revelou também a redução do volume da migração. O Estado de São Paulo, após período de intenso crescimento, foi o que mais experimentou essa drástica redução, também em função das mudanças nos movimentos populacionais. Segundo Pacheco et al¹², os anos 80 revelaram uma significativa mudança nos fluxos, em que o saldo migratório deste Estado passou de 2 milhões de pessoas na década de 70 para cerca de 500 mil no decênio seguinte (PACHECO et al, 1997, p. 37). A ideia da circularidade já estava presente, especialmente devido à crise social e econômica que afetou de maneira mais adversa justamente os espaços que mais cresceram no período de substituição de importações.

Como se pode mostrar, a década de 80 representou para a história migratória brasileira um momento de importantes transformações, em particular no que se refere às tendências históricas de redistribuição espacial da população. Assim, paralelamente a redução drástica de certos fluxos migratórios para o Sudeste ou para as áreas de fronteira, pôde-se identificar o aumento ou intensificação de movimentos de retorno, processos que configuravam a nova realidade do desenvolvimento socioeconômico do país, em particular, naquilo que se refere às possibilidades de inserção dos migrantes em seus principais centros urbanos. Nesse mesmo quadro, afloravam ou ganhavam mais notoriedade os movimentos de mais curta distância que foram se tornando cada vez mais importantes como elementos determinantes das novas configurações espaciais em termos demográficos (BAENINGER e CUNHA, 1999, p. 162).

Diante dessas mudanças, que seguiram em curso também nos anos 90, a dinâmica demográfica no país e, em especial, nos grandes aglomerados urbanos transforma-se consideravelmente. Há um relativo nivelamento nas tendências dos indicadores demográficos, onde em quase todos os espaços, as taxas de fecundidade e mortalidade se reduzem, há uma diminuição nos ritmos de crescimento populacional, apesar do incremento ainda ser elevado, e as migrações mudam de perfil – o que tem relação com o próprio desenvolvimento capitalista.

(...) as migrações deixaram de ser tão positivas e necessárias para o desenvolvimento do capitalismo e para a modernização da sociedade. As grandes cidades e os aglomerados metropolitanos, como resultado, em grande parte, das migrações anteriores e das suas conseqüências intergeracionais, passaram a contar, dentro dos seus próprios limites territoriais, com o excedente populacional necessário para o funcionamento satisfatório do mercado de trabalho. Por outro lado, as maciças transferências inter-regionais da população, seja das áreas rurais para as urbanas, seja entre os diferentes estados e regiões, deixaram de ser viáveis, não só do ponto de vista econômico e social, mas, também do ponto de vista demográfico. O padrão migratório prevalecente anteriormente no Brasil é típico da primeira fase da transição demográfica, quando fecundidade alta e mortalidade em forte declínio possibilitavam altas taxas de crescimento populacional nos grandes reservatórios de mão-de-obra (BRITO, 2009, p. 14-15).

Sendo assim, se num momento anterior tínhamos grandes fluxos populacionais com eixos direcionados principalmente ao Sudeste, passamos a ter uma pluralidade de fluxos, com origens e destino diferenciados (Silva, 2010). Naquele período anterior, o grande desafio era o que fazer para estar na cidade, mover-se para as áreas consideradas mais dinâmicas e prósperas. Entretanto, essa preocupação já não é tão recorrente, já que boa parte da população reside no espaço urbano; o principal drama atual é o que fazer

para apropriar-se da cidade e das possibilidades que este espaço pode oferecer. Desde os clássicos movimentos populacionais geralmente associados ao processo de urbanização e industrialização e em direção a grandes aglomerações, muitas mudanças ocorreram nos sentidos, volumes e motivações para deslocar-se no espaço. Até mesmo a importância desse tipo de movimento pode-se dizer que também modificou. Hoje não há uma razão majoritária para explicar os movimentos populacionais, há diversos aspectos operando sobre as lógicas de mobilidade. PALOMARES (2008) afirma que passamos do contexto de uma mobilidade de massas para uma mobilidade singular. Em termos de mobilidade residencial, uma “regionalização dos fluxos” tem sido observada, levando ao encurtamento de distâncias; pode-se dizer que ocorre também uma “fragmentação dos fluxos” – emergência de novos centros regionais que se espalharam no território nacional: mais áreas de retenção da migração do que uma tendência polarizadora de longa permanência (RIGOTTI, 2008).

Em publicação recente do IBGE sobre os deslocamentos populacionais, os pesquisadores expõem a demanda por explicações teóricas para os novos processos que têm ocorrido no Brasil, destacam ainda alguns aspectos, como o redirecionamento dos fluxos migratórios para as cidades médias, em detrimento dos grandes centros urbanos; os deslocamentos de curta duração e a distâncias menores; os movimentos pendulares que passam a assumir maior relevância nas estratégias de sobrevivência, não mais restritos aos grandes aglomerados urbanos. Nesta mesma publicação, Oliveira (2011) aponta algumas tendências espaciais: i) a inversão nas correntes principais nos Estados de Minas Gerais e do Rio de Janeiro; ii) a redução da atratividade migratória exercida pelo Estado de São Paulo; iii) o aumento da retenção de população na Região Nordeste; iv) os novos eixos de deslocamentos populacionais em direção às cidades médias no interior do País; v) o aumento da importância dos deslocamentos pendulares; vi) o esgotamento da expansão da fronteira agrícola; e vii) a migração de retorno para o Paraná. Sendo assim, os movimentos entre áreas mais próximas ganham maior participação, ou seja, movimentos intrarregionais e intraestaduais são mais recorrentes, mas apesar disso, em alguns núcleos metropolitanos ainda há considerável migração que vem de outros estados.

Os motivos relacionados à migração ainda passam muito por aspectos relacionados ao trabalho, mas outras dimensões também se tornam

importantes, como a moradia; inserção educacional; perspectivas em relação às cidades e aos bens, serviços e cotidiano que oferece; condições de deslocamento; etc. Presume-se que a mobilidade ocorra desde áreas em que tais dimensões seriam consideradas mais precárias ou insuficientes para áreas em que o acesso a tais oportunidades seriam maiores. Além de tudo isso ainda há as mudanças nos arranjos das famílias, em que o acompanhamento de familiares é um motivo muito recorrente. A formação de famílias menores também passa a exigir novas moradias que pode promover mudanças de residência em função das dificuldades de permanência nas áreas de origem e/ou facilidades nas áreas de destino.

Diante disso, nas seções seguintes, busca-se brevemente reconhecer o quadro das migrações nas metrópoles durante a década de 2000. São investigados: o quantitativo populacional envolvido nestes movimentos que ocorrem na região metropolitana ou em direção a ela; a proporção desses migrantes em relação à população total; a caracterização dessa população migrante; a inserção no mercado de trabalho entre migrantes e não-migrantes; as motivações para a realização deste movimento; e as condições de mobilidade urbana.

3. Migrações nas regiões metropolitanas segundo o território

Como já dito, apesar da diminuição dos fluxos migratórios em direção às regiões metropolitanas, principalmente as mais antigas, esse movimento ainda é bastante considerável. Além dos movimentos que ocorrem entre grandes regiões e estados, há também os movimentos internos na própria região metropolitana, denominado de movimentos intrametropolitanos, que passaram a apresentar nas últimas décadas algumas características bastante específicas, como a emigração dos núcleos metropolitanos em direção aos demais municípios da região, tendo como principal impacto o maior peso na organização do território metropolitano e na distribuição populacional. Esses outros municípios metropolitanos além do próprio núcleo, vamos denominar muito genericamente de periferia. Apesar dessa distinção ser bastante clássica nos estudos urbano-regionais, reconhece-se aqui que tal separação é muito mais complexa do que a simples delimitação municipal de um município em relação aos demais; entretanto, embora haja

mudanças, como as referenciadas por Lago (2008, 2009), também há muitas *permanências* – o núcleo metropolitano, por exemplo, apresenta elevado estoque populacional, ainda considerável concentração dos postos de trabalho, altas taxas de atração de população para trabalho, entre outros aspectos. Essas *continuidades* apresentam-se tanto em sua face favorável, como maior nível de renda e maior número de postos de trabalho, quanto em sua face precária, como insegurança urbana, segregação socioespacial, habitações inadequadas e insuficientes, etc. Além disso, pela limitação das informações das PNADs, a separação territorial mais desagregada que foi possível realizar foi esta entre núcleo e periferia metropolitanos.

Ressalta-se que a migração será considerada a partir do quantitativo populacional que mora em algum município metropolitano até 4 anos, ou seja, toma o total de pessoas que fez uma mudança de residência num período recente em relação à data de referência da pesquisa, segundo as nove regiões metropolitanas da PNAD. À exceção dos movimentos entre estados, com as PNADs, não é possível identificar claramente a origem dos movimentos envolvendo os espaços metropolitanos, portanto, os migrantes considerados aqui abrangem a quantidade de pessoas que mudou de residência nesse período recente, podendo ter vindo de outro estado do país, do próprio estado, e até mesmo ter feito trocas migratórias na própria região metropolitana.

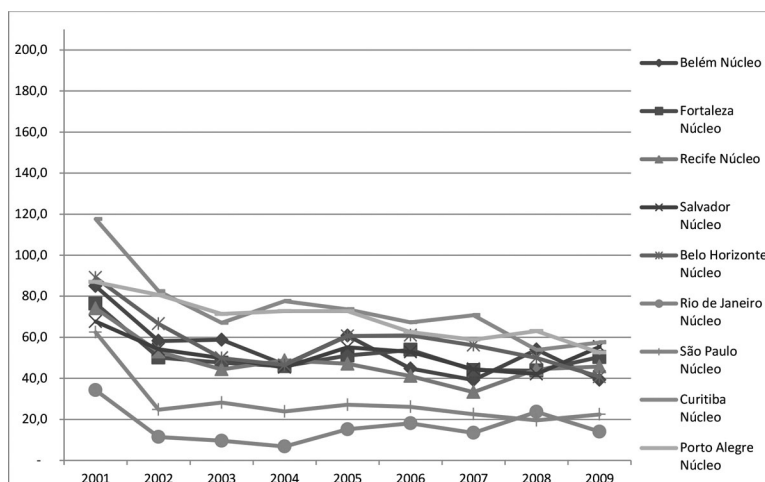
Ao observar a taxa de migração¹³ nas regiões metropolitanas durante os anos 2000, vê-se que no geral a participação de pessoas que fizeram alguma mudança de residência intermunicipal (com origem em qualquer município do país) no período vem diminuindo, tanto no núcleo quanto na periferia. Apresentamos os gráficos 1 e 2 na mesma escala (variando de zero a aproximadamente 200 migrantes para cada mil da população) para possibilitar uma comparação adequada entre núcleo e periferia. Em 2001, as taxas se mostram maiores tendo considerável decréscimo em 2002, principalmente nos núcleos metropolitanos. Apesar de possíveis flutuações nestes dados e das próprias dificuldades em trabalhar com migração numa escala menor que a dos estados nas PNADs, essa redução é compatível em linhas gerais com as tendências observadas desde o Censo 2000 de diminuição dos fluxos migratórios.

Mas observando o comportamento da migração nos núcleos metropolitanos a partir de 2002 (gráfico 1), podemos ver que a participação

dos migrantes nos núcleos de Rio de Janeiro e São Paulo é bem menor em relação aos demais núcleos metropolitanos, claro que em números absolutos a participação nestes dois grandes núcleos metropolitanos do país é maior, porém, em termos proporcionais à população da própria RM é menor. O Rio de Janeiro diminui no início da década, a partir de 2005 apresenta aumento e no final do período volta a ter redução. Enquanto isso, apesar das flutuações, os núcleos de Curitiba e Porto Alegre apresentam uma participação maior de pessoas migrantes durante a década, mas no final do período passa a apresentar comportamento semelhante no final da década, juntamente com os demais núcleos metropolitanos, tendo participação de migrantes em torno de 40 a 60 para cada mil da população de 5 anos ou mais. No geral, comparando núcleo e periferia, nota-se que, embora em números absolutos seja maior nos núcleos, o peso proporcional da migração é muito maior na periferia.

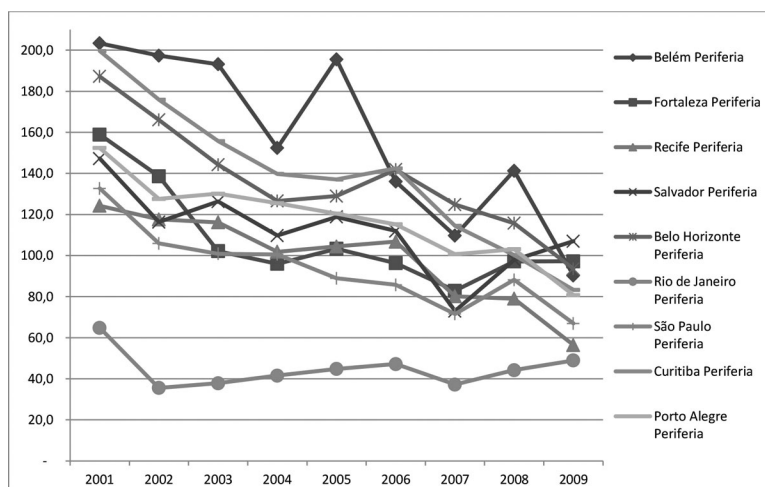
As periferias metropolitanas também apresentam redução na participação da migração na década, migração esta vista apenas a partir das pessoas que foram para estas regiões ou se moveram em seu interior em período recente, até 4 anos conforme a data de referência de cada pesquisa (gráfico 2). A periferia de Belém, apesar do declínio e de muitas oscilações é a que permanece com participação mais elevada de migrantes, seguida pela periferia de Curitiba e Belo Horizonte. A periferia do Rio de Janeiro, assim como seu núcleo, também apresenta as taxas mais reduzidas, ficando sempre em torno de 40 por mil a partir de 2002. As periferias das demais regiões metropolitanas ficam em torno de 80 a 140 migrantes para cada mil de sua população.

Gráfico 1: Taxa de Migração nos Núcleos Metropolitanos – 2001 a 2009



Fonte: Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios/IBGE – PNADs 2001 a 2009.

Gráfico 2: Taxa de Migração nas Periferias Metropolitanas – 2001 a 2009



Fonte: Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios/IBGE – PNADs 2001 a 2009.

Nota-se também que as periferias de Salvador, Fortaleza e também do Rio de Janeiro apresentaram certo aumento na migração no final da década. No geral, o período apresenta declínio da participação de pessoas que moram nos municípios metropolitanos até 4 anos ininterruptos. Ao mesmo tempo, há certa convergência no comportamento entre as regiões metropolitanas, já que também no final deste período, as diferenças são menores que no início, nas periferias, por exemplo, as taxas variavam entre 64,8 no Rio de Janeiro e 203,4 em Belém no ano de 2001; já em 2009, a periferia do Rio de Janeiro permanece com o menor valor – 48,9 – e o maior fica em 107,0 migrantes por mil na periferia de Salvador.

A diminuição dos fluxos migratórios nas metrópoles e o patamar mais reduzido ainda nos núcleos podem relacionar-se a vários processos que vêm ocorrendo no espaço urbano-metropolitano. Um primeiro aspecto já colocado por diversos autores no Brasil se refere ao processo de redistribuição das atividades econômicas com desconcentração relativa das indústrias (PACHECO, 1998; CANO, 2008) que promoveu mudanças na espacialização das atividades produtivas não só na escala das grandes regiões do país, mas também no interior dos próprios estados. Além disso, no que se refere às migrações, houve também o surgimento de polos¹⁴ econômicos no interior de alguns estados, como em São Paulo (CUNHA, 2003; BAENINGER, 2000), e no Rio de Janeiro¹⁵ (CRUZ et al., 2004; SANTOS, 2003), por exemplo.

Apesar de desde os anos 1970 já ser possível identificar tendências distintas na dinâmica demográfica e nos movimentos populacionais em relação ao que vinha sendo observado, como a redução da fecundidade nas grandes cidades e migrações intrametropolitanas favorecendo a periferia (CUNHA, 1986; PACHECO e PATARRA, 1998), foi nos anos 1980 que houve uma inflexão marcante nessa dinâmica populacional. Sendo assim, outra dimensão importantíssima foi a crise econômica e social pelas quais as metrópoles passaram, como tratado na seção anterior. As condições sociais e econômicas adversas nos anos 1980 e 1990 afetaram principalmente aquelas metrópoles que mais cresceram na fase anterior (de substituição de importações, fordismo periférico). A diminuição da ação do Estado, após um longo período em que exerceu forte poder de coordenação inter-regional, deixou um vazio no processo decisório referente ao desenvolvimento regional e urbano. A desregulação, ou uma nova regulação que favorecia a abertura de mercados, concedeu maior poder ainda às forças especulativas, conservadoras para atuar sobre a organização do território urbano e metropolitano (ROBERTS e PORTES, 2005). Portanto, essas dimensões certamente contribuíram para reduzir o volume migratório em direção às grandes cidades e metrópoles, ou dificultaram a sua retenção populacional.

Diante das mudanças na estrutura demográfica e nos fluxos migratórios que são ainda mais evidentes nos espaços metropolitanos, é importante reconhecer como essas pessoas em movimento devem influenciar na estrutura etária das regiões de destino, o que certamente tem impacto nas

demandas por bens e serviços públicos, na estruturação do mercado de trabalho, nas chances de inserção educacional, na organização e implementação das políticas públicas. No geral, observa-se que as metrópoles brasileiras, principalmente as maiores, apresentam tendências claras de fecundidade muito baixa, aumento da esperança de vida, redução dos ritmos de crescimento populacional e também diminuição dos fluxos migratórios.

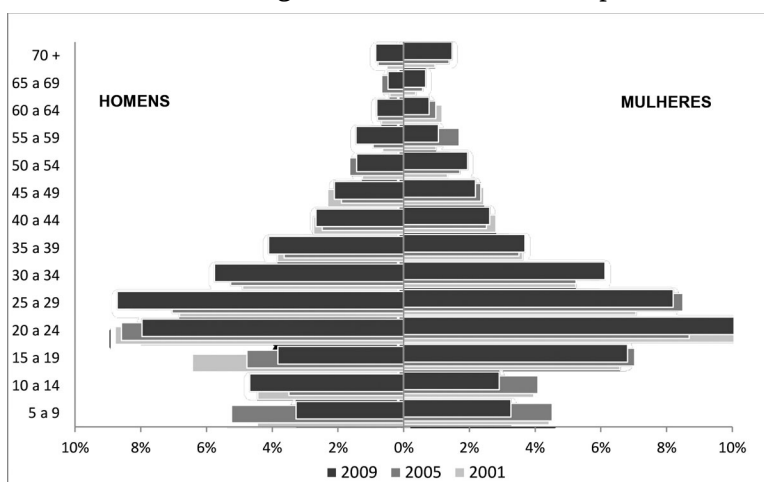
Quanto à estrutura etária, em trabalho anterior (SILVA, 2011) foi visto que geralmente os núcleos metropolitanos apresentam uma pirâmide etária com base mais estreita (menos crianças e jovens), maior amplitude nas faixas referentes às pessoas em idade ativa (em torno de 25 a 59 anos) e maior participação de idosos também. Já as periferias têm no geral estruturas etárias menos envelhecidas que os núcleos metropolitanos, claro que em comparação com outros tipos de espaços não-metropolitanos têm pirâmides mais próximas as do núcleo, mas em relação a estes espaços há mais crianças e jovens, razoável participação da população em idade ativa e menor participação de idosos. Esse comportamento para a população total.

Ao observar as diferenças de estrutura etária entre núcleos e periferias das regiões metropolitanas apenas para as pessoas que mudaram de residência em período recente, o comportamento é bem diferenciado. Primeiramente, por ser uma população mais reduzida, a sequência das faixas de idade oscilam bastante em alguns casos. Além disso, conforme já se sabe, há uma maior propensão para mudar de residência nas faixas mais jovens, período que consiste geralmente em busca por inserção do mercado de trabalho e formação de família, por exemplo. Contrariamente ao que ocorre com a população total, ao observar a estrutura etária entre os migrantes do núcleo e da periferia parece que tal estrutura é mais envelhecida na periferia, isso porque nos núcleos, apesar das primeiras coortes de idade ter menor participação, há elevada proporção de migrantes em torno de 20 até 29 anos, com faixas bastante largas nessas idades. Ou seja, nos núcleos é possível notar uma participação mais elevada da população jovem, que pode estar em busca de inserção educacional, especialmente no ensino superior; assim como também pode estar em busca do primeiro emprego, que tem ofertas maiores e mais diversificadas nestes espaços, entre outros fatores. A participação das mulheres jovens é muito elevada. Além disso, vê-se também o processo de envelhecimento dos

migrantes, já que até a faixa etária de 20 a 24 anos, no geral, há redução nesses grupos; enquanto a partir de 25 até 39 anos alargamento nessas faixas de idade. Para as idades mais avançadas o comportamento é mais oscilante, mas também há aumento de participação.

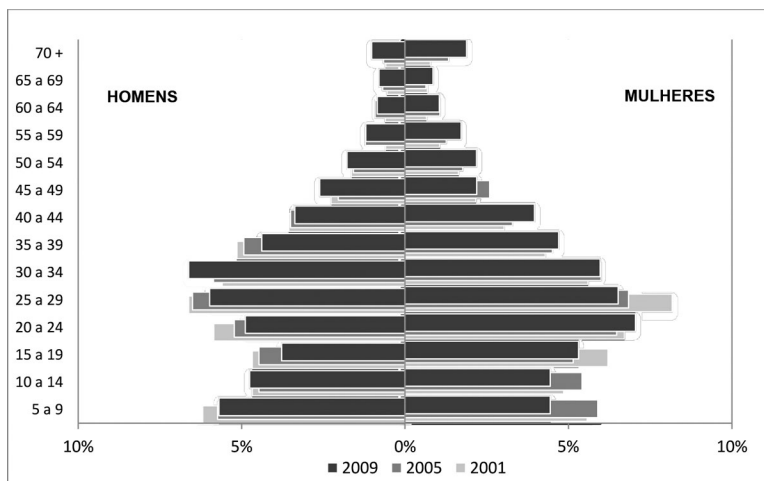
Já nas periferias, as faixas de idades das crianças são maiores, revelando o acompanhamento destas com outros membros da família provavelmente. No geral, há uma leve redução durante o período para os migrantes em idades jovens, mesmo assim, a pirâmide é mais robusta para a população em idade ativa mais adulta; e para aqueles acima de 50 anos, a tendência geral é de aumento na participação entre os migrantes de 2001 a 2009.

Gráfico 3: Pirâmides Etárias dos Migrantes nos Núcleos Metropolitanos – 2001/2005/2009



Fonte: Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios/IBGE – PNADs 2001, 2005 e 2009.

Gráfico 4: Pirâmides Etárias dos Migrantes nas Periferias Metropolitanas – 2001/2005/2009



Fonte: Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios/IBGE – PNADs 2001, 2005 e 2009.

Portanto, podemos notar que, sob esse olhar das pessoas que mudaram de residência em ou para as regiões metropolitanas, a estrutura etária desses migrantes é mais envelhecida nas periferias que nos núcleos. Nos núcleos metropolitanos, esses migrantes recentes têm grande participação de jovens, no geral, o que pode estar muito relacionado para este recorte populacional com a busca por emprego ou mesmo por oportunidades educativas, que geralmente são maiores nesses núcleos metropolitanos; enquanto nas periferias, há uma proporção maior de pessoas em idade mais adulta que para lá foram residir. Como já dito, é claro que essa periferia é muito diversificada, sendo composta, por exemplo, por São Caetano do Sul, município com alta integração na RMSP que foi considerado como elite industrial no estudo de Bógus e Pasternak (2009), pois juntamente com São Bernardo do Campo e Santo André “constituíram o berço da indústria metalúrgica, automobilística e metal-mecânica do Estado de São Paulo”, com maiores números de postos de trabalho e que teve TFT em 2000 de 1,56 filhos por mulher; assim também se apresenta Niterói, município altamente integrado na dinâmica metropolitana da RMRJ, com os melhores indicadores socioeconômicos do Estado do Rio de Janeiro, mas altamente seletivo na incorporação de novos grupos sociais em sua população. Ao mesmo tempo há municípios como Francisco Morato, com condições de vida mais precárias na própria periferia da RM de São Paulo, que esteve com TFT de 3,77 filhos por mulher em 2000, valor bastante alto; seguido também por São Gonçalo do Amarante na periferia de Fortaleza, como 3,45 filhos por mulher em 2000. Ou seja, são municípios bem distintos que oferecem oportunidades muito diferenciadas, o que certamente tem impacto na atração migratória. Mais à frente estaremos tratando sobre os motivos para a migração, o que poderá auxiliar na reflexão sobre as diferenças etárias entre núcleos e periferias das metrópoles.

4. Inserção ocupacional

Nesta seção, vamos discutir a inserção ocupacional dos indivíduos que pertencem à população em idade ativa (PIA). Para esta reflexão, ressaltamos que a PIA pode ser considerada em três subdivisões: PIA jovem – 15 a 24 anos; PIA adulta – 25 e 44 anos; PIA madura – 45 e 64 anos (RIOS-NETO, 2005). Segundo este autor, a PIA jovem deverá seguir

tendência de declínio, o que poderia favorecer as políticas de primeiro emprego e inserção do jovem no mercado de trabalho. Em termos de participação no total dos grupos etários, nas metrópoles em geral, a PIA jovem vem declinando enquanto nos demais municípios brasileiros ainda apresenta expressividade. O potencial de produtividade da PIA madura no mundo desenvolvido de baixa fecundidade e o envelhecimento populacional são temas cada vez mais relevantes para os países (articulando-se também à migração internacional). O decréscimo da participação da PIA jovem e o crescimento da participação da PIA madura são os fatos novos ditados pela dinâmica demográfica na primeira metade do século XXI, com uma relativa constância do segmento da PIA adulta (RIOS-NETO, 2005, p. 382).

O *dividendo*, *bônus demográfico* ou *janela de oportunidades* se refere justamente a este momento de ampliação da população em idade ativa e redução da razão de dependência de crianças e idosos – enquanto esta razão de dependência aumentava naquela fase anterior de acelerada urbanização e elevadas migrações internas principalmente pelo peso elevado da população infantil, o que há hoje é um declínio considerável dessa taxa, como será visto a seguir. Em decorrência desse processo, em termos econômicos, o que mais é apontado é a elevação na taxa de poupança, com a maior chance de crescimento da população ocupada. A economia deve fazer a sua parte para realizar o *bônus demográfico*: políticas macroeconômicas de promoção do pleno emprego; investimento em formação de capital humano; acumulação de poupanças para financiamento às atividades produtivas; quanto maiores forem a geração de emprego e o grau de formalização da força de trabalho, maior a chance de realização do *bônus demográfico* (IPEA, 2010). Ou seja, a questão está em saber se a esse aumento da população em idade ativa corresponde um aumento da população ocupada. Foi possível notar também que no Brasil e mais ainda nas metrópoles durante a primeira década deste século¹⁶, a população em idade ativa cresceu em um ritmo maior que a população total, além disso, a população ocupada ainda apresenta maior crescimento (o que não ocorreu da mesma forma nos anos 1990), e a razão de dependência diminuiu no período considerado. Entretanto, para a população total e a população em idade ativa (PIA), os ritmos de crescimento são maiores no Brasil total, enquanto

para a população ocupada, a taxa de crescimento é maior nas metrópoles nesse período recente¹⁷.

Para demonstrar o que ocorreu na década em termos de mudança na estrutura etária e inserção no mercado de trabalho apresentamos uma série de gráficos sobre população em idade ativa (PIA), população ocupada e razão de dependência nas nove RMs. No gráfico 5, nota-se que a participação da PIA sobre a população total vai aumentando um pouco durante a década, mantendo-se em torno de 70% da população total em 2009, claro que aqui se está considerando desde a PIA jovem até a PIA madura, ou seja, a população de 15 a 64 anos. Logo abaixo se tem a linha referente a proporção dessa população em idade ativa que estava ocupada – é possível observar também que a proporção de ocupados vai aumentando nas regiões metropolitanas ao longo dos anos 2000. O aumento da PIA também se faz refletir na diminuição da razão de dependência, que expressa o peso dos grupos de crianças e idosos sobre a população em idade de trabalhar.

Ainda no gráfico 5, separamos a participação da PIA jovem, adulta e madura na população total. Como afirma Rios-Neto (2005), o aumento da participação da PIA é determinado essencialmente pelo crescimento da PIA madura – o que também é confirmando nas regiões metropolitanas brasileiras nos anos 2000, já que a PIA jovem foi diminuindo sua participação ao longo do período, a PIA adulta aumentou um pouco permanecendo praticamente estável e a PIA madura passou de 17% para 21% da população total ao final da década.

Nos gráficos a seguir, há as informações da PIA e população ocupada por RM. No geral, vê-se que a PIA aumenta como proporção da população total em todas as RMs (gráfico 6), em 2001 variava de 64% a 69%, enquanto em 2009 oscilava em torno de 68% a 72%, tendo participação maior em praticamente todos os anos na RM de Salvador, seguida por Belo Horizonte e São Paulo em 2009. As RMs com menores participações da PIA eram Belém e Fortaleza, mas também tiveram uma linha ascendente mais expressiva no período, especialmente a RM de Fortaleza. Obviamente é preciso considerar que essa participação da população em idade ativa está relacionada à transição da estrutura etária, às mudanças na fecundidade, mortalidade e esperança de vida.

Assim como visto para o total das RMs, no gráfico 7 apresenta-se a proporção da população em idade ativa que estava ocupada em cada ano correspondente. Quanto a este indicador, há maior oscilação no período, mesmo assim, a tendência geral foi de aumento dessa proporção. Apesar disso, ao final da década tal participação diminuiu um pouco em algumas RMs, como Curitiba, Porto Alegre, São Paulo, Belém e Recife, provavelmente em decorrência do período de crise ocorrido a partir de 2008. Nas RMs de Salvador e Belo Horizonte essa proporção continua aumentando no final de década, mesmo nessas condições de crise econômica. Nas demais permanece em patamares semelhantes. No geral, as regiões metropolitanas do Sul, Curitiba e Porto Alegre, permaneceram com as maiores proporções de ocupados em toda a série de dados, sendo também alcançadas por Belo Horizonte a partir de 2006. Já a menor proporção de ocupados foi para a RM de Recife em praticamente todo o período.

Ao direcionar essa abordagem geral de PIA e população ocupada para uma comparação entre migrantes e não-migrantes, observou-se que o peso da PIA é maior entre os migrantes do que na população como um todo – de certa forma isso é esperado, como já visto, a migração ocorre muito na idade ativa, ainda mais na faixa etária denominada de PIA jovem, claro que com alguns diferenciais por território. Ao observar o percentual de ocupados na PIA destes dois grupos (migrantes e não-migrantes), conforme gráfico 8, vê-se que no geral a tendência é de aumento, mas a inserção ocupacional foi ligeiramente maior em vários momentos para a os não-migrantes no núcleo, sendo geralmente mais inferior na periferia para os não-migrantes.

Gráfico 5: População em Idade Ativa (PIA) sobre Pop. Total (%), População Ocupada sobre PIA (%), Razão de Dependência (Não-PIA sobre PIA %): RMs – 2001 a 2009

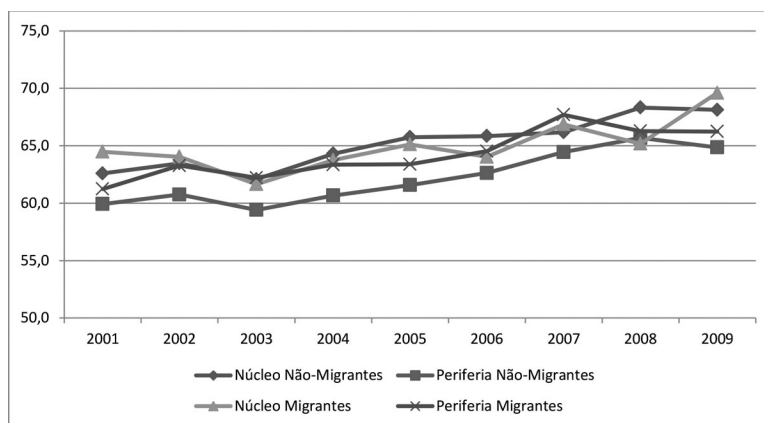
Fonte: Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios/IBGE – PNADs 2001 a 2009.

Ao comparar a inserção ocupacional entre migrantes e não-migrantes, em linhas gerais, as diferenças não são muito grandes. Parece que a distinção maior continua a ser a do território, já que as diferenças entre núcleo e periferia se mostram mais consideráveis que entre migrantes e não-migrantes. Mesmo assim, a estrutura ocupacional entre a população que reside há mais de 4 anos e a população que reside nos municípios das metrópoles até 4 anos ininterruptos tem distinções que em geral se concentram em algumas categorias sócio-ocupacionais. A distribuição da população ocupada migrante e não-migrante, segundo categorias sócio-ocupacionais e território, nos permite identificar se há diferenças na inserção no mercado de trabalho a partir do fato de residir há muito ou pouco tempo nos referidos municípios metropolitanos, ainda segundo território de moradia. Nosso objetivo aqui é apenas identificar essa distribuição, obviamente tal identificação demanda estudos mais aprofundados que avaliem esses diferenciais, inclusive em termos de ser realmente significativo ou não.

Ao observar os **núcleos metropolitanos** comparativamente, vê-se que em **2001**, entre os não-migrantes há maior proporção de trabalhadores em ocupações médias e no terciário especializado; já entre os migrantes, há proporção maior de trabalhadores em ocupações médias e no terciário não-especializado, como visto na tabela 1. Em **2005**, no meio da década, há maior proporção de trabalhadores em ocupações médias entre os não-migrantes nos núcleos, como em 2001; para os migrantes, apesar de entre estes a proporção em ocupações médias ser maior, ao comparar com o grupo dos não-migrantes, vê-se que ainda havia participação mais elevada de trabalhadores do terciário não-especializado, passando a ter também uma proporção maior de profissionais de nível superior. Já em **2009**, para os não-migrantes nos núcleos, há participação maior especialmente de trabalhadores do secundário (comparativamente aos migrantes), mas também de ocupações médias; para os migrantes, há participação maior de profissionais de nível superior (quase 4 p.p de diferença) e de trabalhadores do terciário especializado. O que ocorreu durante os anos 2000 nos núcleos então foi uma permanência de maior participação nas ocupações médias para os não-migrantes, com maior proporção no final da década para os trabalhadores do secundário em relação aos migrantes; enquanto isso, para

estes que foram morar mais recentemente, aumentou a participação de profissionais de nível superior e trabalhadores do terciário especializado, por exemplo, diminuindo a participação entre os trabalhadores do terciário não-especializado – sempre comparativamente, pois ao falarmos em aumento e diminuição nesta parte de inserção ocupacional estamos sempre comparando os grupos de migrantes e não-migrantes.

Gráfico 8: População Ocupada sobre População em Idade Ativa (PIA) para migrantes e não-migrantes nas RMs – 2001 a 2009



Fonte: Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios/IBGE – PNADs 2001 a 2009.

Na **periferia**, o comportamento é um pouco distinto. Em **2001**, no início da década, a distribuição é muito semelhante na periferia entre migrantes e não-migrantes, mas há uma pequena diferença entre uma participação maior de trabalhadores do terciário especializado para os não-migrantes e de trabalhadores do terciário não-especializado para os migrantes, praticamente compensando um ao outro, já que nas demais categorias a diferença é mínima. No ano de **2005**, alguns diferenciais ficam mais evidentes, apesar de não ultrapassar 2,3 pontos percentuais. Há uma proporção um pouco maior de trabalhadores do terciário especializado entre os não-migrantes na periferia; em contraposição, há proporção um pouco maior de profissionais de nível superior para os migrantes, mas também para os trabalhadores do terciário não-especializado. Em **2009**, essa proporção de profissionais de nível superior aumenta entre os migrantes, aumenta consideravelmente também a participação destes nas ocupações médias, enquanto diminui como trabalhadores do secundário e terciário especializado, nos demais fica praticamente semelhante aos não-migrantes.

Ou seja, na periferia também há uma mudança na inserção ocupacional dos “moradores recentes”.

Claro que deve haver distinções expressivas se considerarmos as regiões metropolitanas separadamente. Não reproduzimos os gráficos aqui pela extensão do trabalho, mas ao considerar os dados de 2009 por RM, na periferia de Fortaleza, por exemplo, os migrantes tinham uma inserção ocupacional melhor que os não-migrantes, com maior proporção de profissionais de nível superior, ocupações médias e trabalhadores do secundário (41,3%), menor proporção de trabalhadores do terciário e terciário não-especializado em relação aos não-migrantes. Já em Recife havia proporção mais elevada de migrantes em ocupações médias e entre os profissionais de nível superior tanto no núcleo quanto na periferia. Na periferia de Salvador, os migrantes tinham maior participação também como profissionais de nível superior, que se compensava pela maior proporção de trabalhadores do secundário para os não-migrantes. Claro que o que é considerado como não-migrante, pode ser um migrante mais antigo, que já tem uma inserção mais consolidada no espaço de destino, pois aqui estamos considerando como migrantes, essa população com inserção mais recente. Na periferia de Belém, espaço que experimentou grande crescimento populacional nos últimos anos, os migrantes tinham maior participação como trabalhadores do secundário e terciário não-especializado, enquanto os não-migrantes tinham maior participação entre os trabalhadores do terciário especializado e profissionais de nível superior. Na RM do Rio de Janeiro, os migrantes têm maior participação entre profissionais de nível superior e ocupações médias tanto no núcleo como na periferia, em contraposição a participação entre os trabalhadores do terciário não-especializado é menor para os migrantes, sendo 11 p.p. a menos no núcleo e quase 6 p.p. na periferia. Isso também ocorre na periferia de Curitiba. Portanto, podemos notar que os diferenciais de inserção no mercado de trabalho entre pessoas que moram há mais tempo e aqueles que foram mais recentemente nos municípios das RMs variam também conforme a realidade local de cada região.

De qualquer forma, uma melhora da inserção ocupacional com aumento das ocupações médias e profissionais de nível superior vem ocorrendo no geral. Entretanto, vimos que para os migrantes o aumento da participação nestas ocupações, por exemplo, foi mais expressivo. Infelizmente não é

possível identificar se essa “melhoria” ocorreu antes ou depois da mudança migratória.

Tabela 1: Distribuição da População ocupada nas RMs entre núcleo e periferia, por grupos sócio-ocupacionais, segundo condição migratória – 2001/2005/2009

Grupos sócio-ocupacionais	2001		2005		2009	
	Não-migrante	Migrante	Não-migrante	Migrante	Não-migrante	Migrante
Núcleo						
Dirigentes	0,4	1,0	1,1	1,0	0,9	1,5
Profissionais de nível superior	8,3	8,4	9,0	12,2	8,9	12,8
Pequenos empregadores	3,5	2,1	2,9	2,1	0,5	0,5
Ocupações médias	33,5	28,8	31,8	29,0	34,6	32,7
Trabalhadores do secundário	14,2	15,3	20,4	20,4	16,8	14,1
Trabalhadores do terciário esp.	20,0	18,2	16,5	15,4	20,7	22,1
Trabalhadores do terciário não-esp.	19,3	25,8	17,6	19,4	17,1	15,7
Agricultores	0,7	0,4	0,7	0,4	0,5	0,6
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
Periferia						
Dirigentes	0,1	0,2	0,5	0,8	0,2	0,5
Profissionais de nível superior	3,9	4,9	4,1	5,9	3,6	6,0
Pequenos empregadores	2,4	2,1	2,1	1,6	0,4	0,4
Ocupações médias	25,0	25,2	27,6	27,5	28,6	32,0
Trabalhadores do secundário	23,0	22,6	19,9	19,0	26,1	24,0
Trabalhadores do terciário esp.	18,6	16,4	23,7	21,4	21,0	17,2
Trabalhadores do terciário não-esp.	22,1	23,9	18,8	20,2	17,6	17,7
Agricultores	4,9	4,7	3,3	3,6	2,5	2,2
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

Fonte: Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios/IBGE – PNADs 2001, 2005 e 2009.

5. Motivos para a migração

Temos poucas informações empíricas sobre os motivos relacionados à migração. Ao trabalhar com as PNADs, vemos que apenas na PNAD de 2001, foram coletadas informações sobre os motivos para a migração. “Foi nessa edição da pesquisa – que incluía crianças, adultos e idosos – que foi levantado o motivo predominante para a realização do último movimento migratório nos últimos quatro anos, como um quesito pré-codificado” (Oliveira e Jannuzzi, 2005, p.134).

Geralmente, os modelos explicativos para o fenômeno migratório consideram os fatores espaciais e de natureza econômica como os responsáveis pela determinação das origens e destinos dos fluxos migratórios, essa perspectiva pode referir-se tanto a uma abordagem macro ou microsocial do processo. A oferta de empregos e as condições salariais seriam então as dimensões mais imediatas para os indivíduos e famílias na decisão de empreender ou não o movimento migratório; nessa perspectiva sugere-se que espaços com maior disponibilidade e diversidade de empregos seriam áreas de atração, enquanto espaços em que haveria menor disponibilidade e variedade na oferta de trabalho seriam áreas de evasão populacional. Ou seja, a dimensão econômica especialmente no que se refere ao trabalho sempre foi muito preponderante. Mas ao observarmos os imigrantes nas regiões metropolitanas segundo o território de destino (núcleo ou periferia), podemos ver diferenciais muito expressivos. Se considerarmos o total de migrantes¹⁸ (tabela 2), no geral, entre os motivos para a migração predominam aqueles relacionados ao acompanhamento de membros da família (45%). O trabalho ficou em segundo lugar (24,6%), seguido ainda pelos motivos relacionados à moradia (16%); os demais motivos apresentam percentuais menores que 10%. Como já dito, a amostra dos migrantes envolve todas as faixas etárias, diante do que, essa participação do motivo “acompanhar a família” se eleva. Como apontam Oliveira e Jannuzzi (2005):

A não-primazia do trabalho como motivação principal para migração, na PNAD, deve-se, em primeiro lugar, ao fato de que o quesito acerca dos motivos de migração foi aplicado a todos os indivíduos que fizeram um deslocamento nos últimos quatro anos, indistintamente da idade. (...) O fato de o trabalho não figurar como motivação principal da migração deve-se

também, como já observado, à presença de filhos na amostra de entrevistados (Oliveira e Jannuzzi, 2005, p. 135-136).

Se observarmos como os migrantes se distribuem entre estes motivos por sexo, já há distinções consideráveis (tabela 2). Para as mulheres, a participação dos motivos relacionados com o acompanhamento da família é bem mais elevada, 54% para estas enquanto para os homens fica em torno de 35%. Já os motivos relacionados ao trabalho são muito mais expressivos para os homens (33,6%) do que para elas (16%).

Essas informações nos levam a sugerir que a grande expressividade do motivo relacionado a acompanhar família deve ser relativizado, já que possivelmente esses membros da família que apenas acompanham devem sofrer indiretamente outro motivo, pois podem estar acompanhando alguém que foi por trabalho, estudo, moradia etc. Um exemplo típico é o do homem responsável pelo domicílio que muda por motivos relacionados à moradia ou ao trabalho, e as mulheres e filhos que o acompanham.

Tabela 2: distribuição percentual dos Motivos para a migração por Sexo nas RMs – 2001

Motivos da Migração	Masculino	Feminino	Total
Trabalho da própria pessoa	33,6	16,0	24,6
Estudo da própria pessoa	3,6	3,8	3,7
Saúde da própria pessoa	1,1	1,5	1,3
Moradia	17,7	14,8	16,2
Acompanhar a família	35,4	54,1	45,0
Dificuldade no relacionamento familiar	1,6	2,0	1,8
Outro motivo	7,0	7,8	7,4
Total	100,0	100,0	100,0

Fonte: Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios/IBGE – PNAD 2001.

Como a dimensão territorial também é muito importante em toda reflexão que temos desenvolvido sobre a localização no espaço urbano e os determinantes dos movimentos populacionais, sugerimos também que a dimensão territorial vista a partir dos núcleos ou das periferias das regiões metropolitanas, também deve ter diferenças na distribuição dos motivos para a migração em direção a estes territórios. Na tabela 3, selecionamos apenas os quatro principais motivos para a migração, separando entre os migrantes no núcleo ou na periferia para cada RM.

Tanto no núcleo quanto na periferia, a dimensão relacionada aos aspectos microssociais envolvendo a família continuam sendo preponderantes. Mas algumas observações muito pertinentes podem ser feitas, especialmente quanto aos outros três motivos principais. A moradia passa a ganhar expressividade na periferia, assim como o próprio motivo relacionado ao acompanhamento de familiares também tem maior participação em todas as periferias do que nos núcleos, exceto em Belo Horizonte, onde fica a mesma coisa (39,4% tanto no núcleo quanto na periferia). Já os motivos relacionados ao trabalho têm maior participação nos núcleos metropolitanos, nestes os motivos envolvendo o estudo também são maiores do que nas periferias em todas as RMs.

A questão da moradia para quem migrou para a periferia teve participação muito alta em Belo Horizonte (36,8%), sendo quase igual ao motivo acompanhar família. Nas periferias do Rio de Janeiro e de Belém, também há uma participação considerável – acima de 25% dos migrantes foram para lá em 2001 por motivos de moradia. Nas periferias destas três RMs e também nas de Fortaleza, Recife e São Paulo, o motivo moradia aparece como o segundo com maior participação. É interessante notar também que nas periferias de Salvador, Curitiba e Porto Alegre, o segundo principal motivo é o trabalho; na RM de São Paulo, a diferença de participação entre moradia e trabalho também é pequena, ou seja, nas RMs de São Paulo, Salvador, Curitiba e Porto Alegre, as periferias também têm atração por motivos de trabalho mais consideráveis.

Como vimos anteriormente, o peso dos motivos relacionados ao acompanhamento de familiares é muito considerável, podendo na verdade ocultar reais motivos relacionados à migração. Para refinar essa abordagem, vamos considerar na tabela 4 apenas os responsáveis pela família, a fim de apreendermos melhor esses motivos segundo as condições familiares. No total, entre estes responsáveis, 45,8% afirmaram que o principal motivo para a mudança de residência foi o próprio trabalho, enquanto para 27,6% foram motivos relacionados à moradia, e apenas 9,8% das pessoas de referência declararam ter mudado para acompanhar membro da família. Mas considerando apenas esse universo das pessoas de referência na família por território, vemos que as diferenças são muito mais evidentes entre núcleo e periferia, conforme a tabela 4.

Tabela 3: Distribuição dos migrantes nas RMs entre núcleo e periferia por principais motivos de migração – 2001

Motivos da Migração	Belém		Fortaleza		Recife	
	Núcleo	Periferia	Núcleo	Periferia	Núcleo	Periferia
Trabalho própria pessoa	22,3	12,8	30,1	14,1	21,3	12,2
Estudo própria pessoa	11,1	4,3	6,2	1,2	5,3	0,8
Moradia	6,7	25,5	5,8	21,1	14,0	23,3
Família	43,9	50,7	43,8	53,3	47,2	49,9
Motivos da Migração	Salvador		Belo Horizonte		Rio de Janeiro	
	Núcleo	Periferia	Núcleo	Periferia	Núcleo	Periferia
Trabalho própria pessoa	30,1	22,5	31,2	16,4	35,8	13,5
Estudo própria pessoa	11,9	1,8	8,3	0,5	3,2	0,6
Moradia	6,2	16,5	10,5	36,8	4,8	26,6
Família	37,5	43,9	39,4	39,4	34,5	47,8
Motivos da Migração	São Paulo		Curitiba		Porto Alegre	
	Núcleo	Periferia	Núcleo	Periferia	Núcleo	Periferia
Trabalho própria pessoa	38,0	18,7	34,5	18,8	31,5	24,8
Estudo própria pessoa	6,1	1,3	6,6	0,8	9,5	1,4
Moradia	5,8	20,9	7,4	17,4	6,0	18,5
Família	39,2	50,4	43,8	56,3	41,0	46,8

Fonte: Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios/IBGE – PNAD 2001.

Sendo assim, ao considerar os diferenciais dos motivos da migração observando as pessoas de referência na família, nota-se que nos núcleos metropolitanos, predominam os motivos relacionados ao trabalho; já nas periferias das regiões metropolitanas, predominam motivos relacionados à moradia. As periferias com maior participação de migrantes por motivos de moradia são: Belo Horizonte, Recife, Belém, Fortaleza, Rio de Janeiro – acima de 40%. Em Salvador, os migrantes que foram para a periferia metropolitana o fizeram mais por motivo de trabalho (46,8%). Em São Paulo e em Curitiba, é interessante notar a força do motivo relacionado ao trabalho, seus núcleos apresentam as maiores participações de migrantes que para lá foram por razões de trabalho – acima de 60%. Também as suas periferias apresentam motivos de migração por trabalho bastante consideráveis, juntamente com Porto Alegre.

Tabela 4: Distribuição dos migrantes nas RMs entre núcleo e periferia por principais motivos de migração (apenas de pessoas de referência na família) – 2001

Motivos da Migração	Belém		Fortaleza		Recife	
	Núcleo	Periferia	Núcleo	Periferia	Núcleo	Periferia

Trabalho própria pessoa	46,6	29,6	52,6	36,5	39,5	26,2
Estudo própria pessoa	5,0	1,2	2,6	1,2	5,2	0,0
Moradia	8,1	46,7	9,3	41,2	27,6	47,1
Família	16,1	12,4	10,8	8,2	9,0	8,2
Motivos da Migração	Salvador		Belo Horizonte		Rio de Janeiro	
	Núcleo	Periferia	Núcleo	Periferia	Núcleo	Periferia
Trabalho própria pessoa	54,4	46,8	51,7	32,9	58,3	35,2
Estudo própria pessoa	7,2	0,0	7,4	0,0	0,9	0,0
Moradia	9,7	23,8	12,8	47,7	6,5	40,3
Família	7,2	7,1	13,4	10,1	9,3	11,3
Motivos da Migração	São Paulo		Curitiba		Porto Alegre	
	Núcleo	Periferia	Núcleo	Periferia	Núcleo	Periferia
Trabalho própria pessoa	60,2	38,4	65,9	41,1	57,5	46,5
Estudo própria pessoa	8,2	0,0	5,8	0,6	8,8	1,2
Moradia	9,2	39,7	8,0	34,9	7,2	32,7
Família	8,2	9,4	11,6	11,4	10,4	7,3

Fonte: Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios/IBGE – PNAD 2001.

6. Mobilidade urbana

As condições de deslocamento no espaço urbano parecem evidenciar um paradoxo, pois ao mesmo tempo que há avanços no sistema físico de circulação, diversificação dos meios de transporte, maior quantidade de pessoas com posse de automóvel, entre outros itens que facilitaríamos a mobilidade, há também maiores engarrafamentos, aumento no tempo de deslocamento, dificuldades de acessar os meios de transporte – principalmente pelos custos das tarifas, inexistência de transporte coletivo em algumas áreas mais periféricas, período maior de espera etc. É claro que isso afeta especialmente a população de renda mais baixa. Segundo Gomide (2003), é possível ver claramente como o peso dos gastos com transporte na despesa corrente média familiar é muito maior para a população com menor renda, bem maior que os gastos com energia elétrica, saneamento e telefonia – em alguns casos, maior do que esses três conjuntamente. Além disso, o autor mostra também que, nas regiões metropolitanas analisadas (São Paulo, Rio de Janeiro, Belo Horizonte e Recife) em 2003, mais de 40% das famílias relatam ter problemas com o transporte público,

entre estes problemas, o principal é pagar o preço da passagem, seguido de dificuldades relacionadas à demora em passar e ponto de parada distante.

Ribeiro e Rodrigues (2011) mostram também que há uma crise da mobilidade urbana, com grandes congestionamentos, aumento do tempo de locomoção e perdas econômicas. A realidade na maioria das 15 metrópoles que analisam é que o número de automóveis aumentou em 66% entre 2001 e 2010, enquanto a população cresceu por volta de 10, 7%. Por exemplo, segundo os autores, na região metropolitana de Belo Horizonte, o percentual de pessoas que levavam mais de uma hora no trajeto casa-trabalho passou de 13,5%, em 2001, para 16,5%, em 2008. Em São Paulo, o recorde de congestionamento, que foi batido por duas vezes no mesmo dia em 2009, chegou a 294 km. No conjunto das regiões metropolitanas, também observa-se que aumenta o tempo de deslocamento entre a residência e o local de trabalho. Boa parte desse drama urbano seria fruto da desregulação e abandono, e conseqüente precariedade, do sistema de transportes coletivos e públicos. “Ademais, a difusão dos assim chamados ‘transportes alternativos’, como vans e moto-táxis, nada mais é que a outra face da capitulação das autoridades públicas ao modelo urbano resultante da mobilidade fundada na autolocomoção” (RIBEIRO e RODRIGUES, 2011).

Como visto, para os migrantes que vão residir na periferia, o motivo relacionado à moradia se mostra muito forte. Será que o acesso a esta moradia implica em dificuldades ou facilidades para deslocar-se no espaço urbano? Em outros trabalhos (SILVA e RODRIGUES, 2011; RIBEIRO et al, 2012), foi identificado que muitos migrantes que deixam os núcleos das metrópoles para ir morar em outros municípios do próprio aglomerado metropolitano trabalham no município de origem da migração, o que possivelmente promoveria uma dissociação casa-trabalho.

A partir dessa importância da moradia para quem vai para periferia e de uma possível maior dificuldade de deslocamento neste território, investigamos aqui a hipótese de que o tempo de deslocamento para trabalhar deve ser ainda maior para os migrantes recentes na periferia. Para essa avaliação, utilizamos a variável da PNAD que pergunta sobre o tempo de deslocamento entre a casa e o trabalho, diferenciando entre duas categorias: 1) aqueles que fazem esse movimento no máximo até 1 hora; e 2) aqueles trabalhadores que despendem 1 hora ou mais neste trajeto. O indicador utilizado então foi o percentual de trabalhadores que levam mais

de 1 hora entre no deslocamento casa-trabalho segundo categoria por migrantes e não-migrantes no núcleo ou na periferia.

No geral, observa-se pelo gráfico 9 que tanto entre migrantes como entre não-migrantes há maior percentual de trabalhadores que levam mais tempo para deslocar-se na periferia, representando a expressividade do território de moradia nas condições de deslocamento. Claro que essa informação se refere apenas ao tempo, não sabemos o destino do deslocamento, mas provavelmente pode ser para espaços mais distantes ou com condições mais precárias de transporte e circulação. Além disso, a comparação por ano revela também que em 2001 entre os quatro grupos (migrantes e não migrantes no núcleo ou na periferia), são os migrantes na periferia que têm maior participação para aqueles que levam mais de 1 hora de deslocamento, para 2009 ocorre o mesmo.

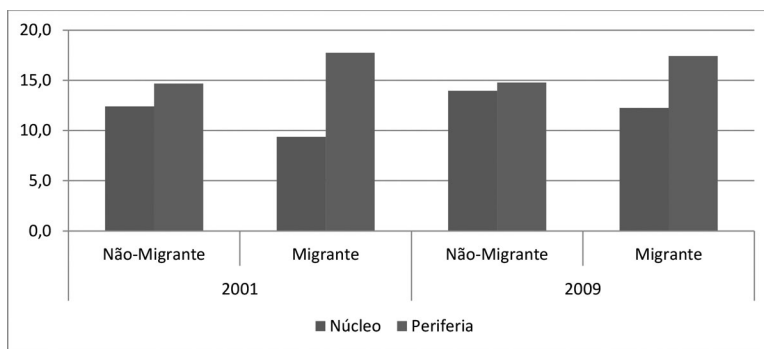
Em 2001, para aqueles que moravam no núcleo (barras azuis), o percentual de pessoas que levava mais tempo para deslocar-se era maior para os não-migrantes, o que também ocorria em 2009, ou seja, nos núcleos o tempo de deslocamento era pior para quem já morava há mais tempo no município do que para estes migrantes recentes. Como vimos que nos núcleos pesa muito para a migração o motivo relacionado ao trabalho, a moradia mais próxima ao local de trabalho e as condições de acessibilidade devem ser dimensões bastante consideradas ao escolher o local de residência.

Já nas periferias (barras vermelhas) ocorre o inverso. Tanto em 2001 como em 2009 a participação no período mais elevado de deslocamento era maior para os migrantes. É importante notar também que, apesar disso, enquanto nos núcleos aumenta a participação tanto de migrantes quanto de não-migrantes levando mais tempo para deslocar-se entre a casa e o trabalho (de 2001 a 2009), na periferia fica praticamente o mesmo percentual para os não-migrantes no início e no fim da década, e para os migrantes diminui um pouco (em 0, 3 p.p.).

Certamente deve haver alguns diferenciais neste universo total de migrantes e não-migrantes mesmo em territórios semelhantes, por exemplo entre aqueles com melhor posição ocupacional e as posições mais inferior da estrutura social, entre mais e menos escolarizados, aqueles com rendimentos maiores e aqueles com baixa renda etc. Para nos aproximar dessas distinções e apreender algumas diferenças, cruzamos estas mesmas

informações por categorias sócio-ocupacionais, entre as quais foram selecionados os profissionais de nível superior, os trabalhadores em ocupações médias e os trabalhadores do terciário não-especializado para exemplificar. A escolha destas categorias se deve a considerações já feitas anteriormente, primeiro pela expressividade das categorias médias, segundo pelas mudanças ocorridas especialmente entre os profissionais de nível superior e trabalhadores do terciário não-especializado no contexto da migração recente. Além disso, essa seleção permitiu também tomar uma categoria entre mais superiores, uma intermediária e outra entre as mais inferiores da hierarquia sócio-ocupacional. Entre os profissionais de nível superior (gráfico 10¹⁹), categoria em que os migrantes passaram a ter cada vez maior participação, nota-se que, além da periferia sempre ter maior proporção de pessoas que levam mais de 1 hora de casa ao trabalho, de 2001 para 2009 também aumenta o tempo de deslocamento para todos os grupos. Em 2001 havia maiores diferenças entre migrantes e não-migrantes no núcleo e na periferia. Já em 2009, parece que aumenta o tempo de deslocamento para os dois grupos – nos núcleos, fica em torno de 12% de trabalhadores migrantes e não-migrantes que levam mais de 1 hora para deslocar-se para trabalhar; nas periferias, fica em torno de 18% também para os dois grupos em 2009. Ou seja, para estes profissionais mesmo em crescimento na periferia inclusive entre os migrantes, o tempo de deslocamento passa muito pela dimensão territorial.

Gráfico 9: Percentual de trabalhadores que levam mais de 1 hora entre no deslocamento casa-trabalho – 2001 e 2009



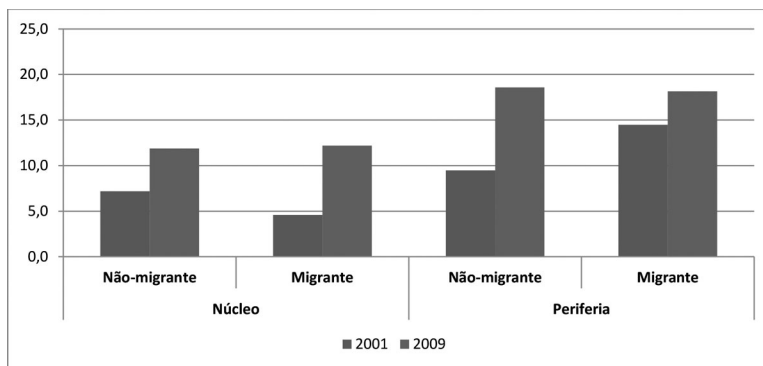
Fonte: Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios – PNAD 2001 e 2009.

Para os trabalhadores em ocupações médias (gráfico 11), categoria que tinha maior participação em todos os grupos, nota-se que, no geral diminui a proporção de pessoas que levam mais de 1 hora de casa ao trabalho de

2001 para 2009, exceto para os migrantes nos núcleos metropolitanos, para os quais aumenta de 10% para 15,6% essa proporção de trabalhadores com maior tempo de deslocamento. Em 2001 havia maiores diferenças entre migrantes e não-migrantes no núcleo e na periferia. Apesar disso, se a observação recair sobre cada período, vê-se que tanto em um ano como em outro também são os migrantes na periferia que apresentam maior proporção de trabalhadores em ocupações médias com mais tempo de deslocamento.

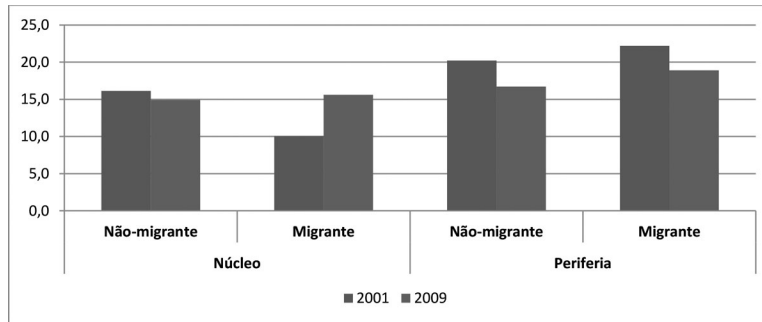
Já para os trabalhadores do terciário não-especializado, categoria mais inferior entre as ocupações de caráter mais urbano e que também tem concentração considerável de trabalhadores, apesar de haver diminuído na década especialmente entre os migrantes (gráfico 12), nota-se que, no geral aumenta para todos os grupos a proporção de pessoas que levam mais de 1 hora de casa ao trabalho de 2001 para 2009. Vale notar que em 2001 na periferia tal proporção era maior para os não-migrantes que para os migrantes, já em 2009 a situação se inverte, e os migrantes do terciários não-especializado na periferia passam a ter mais de 22% que levam mais de 1 hora para deslocar-se entre a casa e o trabalho. Ressalta-se que esse deslocamento pode ser para outro município, inclusive para o núcleo – movimento muito comum nas aglomerações metropolitanas.

Gráfico 10: Percentual de Profissionais de Nível Superior que levam mais de 1 hora entre no deslocamento casa-trabalho – 2001 e 2009



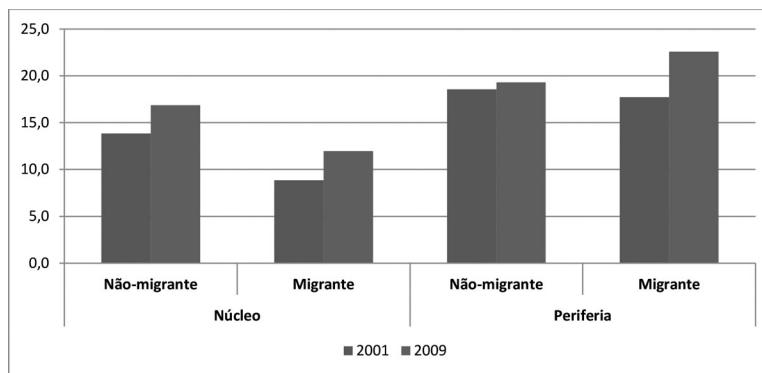
Fonte: Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios – PNAD 2001 e 2009.

Gráfico 11: Percentual de Trabalhadores em Ocupações Médias que levam mais de 1 hora entre no deslocamento casa-trabalho – 2001 e 2009



Fonte: Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios – PNAD 2001 e 2009.

Gráfico 12: Percentual de Trabalhadores do Terciário Não-Especializado que levam mais de 1 hora entre no deslocamento casa-trabalho – 2001 e 2009



Fonte: Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios – PNAD 2001 e 2009.

7. Considerações finais

O objetivo deste trabalho foi o de investigar o quadro das migrações nas metrópoles brasileiras durante a década de 2000 segundo o quantitativo populacional envolvido nestes movimentos que ocorrem na região metropolitana ou em direção a ela; a proporção desses migrantes em relação à população total; a caracterização dessa população migrante; a inserção no mercado de trabalho entre migrantes e não-migrantes; as motivações para a realização deste movimento; e as condições de mobilidade urbana. Em cada um desses itens analisados procuramos estabelecer a relação entre os indivíduos migrantes e não-migrantes moradores do núcleo e da periferia metropolitana. E para algumas situações procuramos também relacionar com os grupos sócio-ocupacionais, que compreendemos como proxy da estrutura social nas metrópoles brasileiras.

De modo geral, podemos considerar que a análise dos aspectos demográficos, sobretudo referente à migração, que foi tema da nossa

discussão neste trabalho, ainda precisa levar em consideração a condição de localização residencial dos indivíduos na metrópole, pois a relação núcleo e periferia, mesmo que não expresse nitidamente as diferentes condições sociais nos espaços metropolitanos, tem a vantagem de apontar para a manutenção dessa dicotomia para explicação da estruturação urbana das metrópoles brasileiras, como pudemos observar também neste trabalho.

Referências bibliográficas

BALTAR, Paulo Eduardo de Andrade; SANTOS, Anselmo Luís dos; KREIN, José Dari; LEONE, Eugenia; PRONI, Marcelo Weishaupt; MORETTO, Amilton; GORI, Alexandre; SALAS, Carlos. Trabalho no governo Lula: uma reflexão sobre a recente experiência brasileira. GLOBAL LABOUR UNIVERSITY WORKING PAPERS (GLU), nº 9, maio/2010.

BARROS, Ricardo Paes de; LAM, David. Desigualdade de renda, desigualdade em educação e escolaridade das crianças no Brasil. Pesquisa e Planejamento Econômico, nº 23, 1993, pp. 191-218.

CALDEIRA, Teresa P. do R. Cidade dos muros: crime, segregação e cidadania em São Paulo. São Paulo: Ed. 34/ EDUSP, 2000.

CRUZ, José Luiz Vianna; SIMÕES, André; PASSOS, Rita Maria; SERRA, Rodrigo. Economia do petróleo, dinâmica populacional e os condicionantes da nova exclusão social no norte do Estado do Rio de Janeiro. Trabalho apresentado no XI Encontro Nacional da ANPUR, Salvador-BA, maio/2005.

HASENBALG, Carlos Alfredo; SILVA, Nelson do Valle. Estrutura social, mobilidade e raça. Rio de Janeiro e São Paulo: Vértice e Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro, 1988.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). Sistema de Contas Nacionais Brasil 2005-2009. Contas Nacionais nº 34. Rio de Janeiro, 2011.

MARQUES, Eduardo; TORRES, Haroldo (org.). São Paulo: segregação, pobreza e desigualdades sociais. São Paulo, Senac, 2005.

MARTINS, José de Souza. Exclusão social e a nova desigualdade. São Paulo: Paulus, 1997.

NERI, Marcelo. A pequena grande década. Conjuntura Social, jan./2010.

NORONHA, Eduardo G. Informal, ilegal, injusto: percepções do mercado de trabalho no Brasil. São Paulo: Revista Brasileira de Ciências Sociais, vol. 18, no53, out./2003.

POCHMANN, Marcio et al. Atlas da exclusão social no Brasil. São Paulo: Cortez, 2003.

POCHMANN, Márcio. Qualidade das Ocupações no Brasil. Carta Social e do Trabalho, IE/UNICAMP, Campinas/SP, v. 1, n. 3, p. 18-21, 2006.

REIS, Elisa Maria Pereira; SCHWARTZMAN, Simon. Pobreza e exclusão social – aspectos sócio-políticos. Rio de Janeiro, 2002.

REMY, Maria Alice P. A.; QUEIROZ, Silvana Nunes; FILHO, Luis Abel da Silva. Evolução Recente do emprego formal no Brasil: 2000-2008. Anais do XVII Encontro Nacional de Estudos Populacionais, ABEP, Caxambu/MG, 2010.

RIBEIRO, Luiz César Queiroz (org.). O futuro das metrópoles: desigualdade e governabilidade. Rio de Janeiro: Revan, FASE/ Observatório das Metrópoles, 2000.

SPOSATI, Aldaíza. Mapa da exclusão/inclusão social na cidade de São Paulo. São Paulo: EDUC, 1996.

SANTOS, Geórgia Patrícia Guimarães dos. Desemprego, informalidade e precariedade: a situação do mercado de trabalho no Brasil pós-1990. *Pro-Posições*, v. 19, n. 2 (56) – maio/ago. 2008.

VILLAÇA, Flávio. O Espaço intra-urbano no Brasil. São Paulo: Nobel, 2001.

ZALUAR, Alba. Exclusão e políticas públicas, dilemas teóricos e alternativas políticas. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, v.12, n.35, São Paulo, fev.1997.

12 PACHECO, Carlos Américo; PATARRA, Neide; BAENINGER, Rosana; CUNHA, José Marcos P.

13 A taxa de migração aqui se refere simplesmente à participação da população que mora até 4 anos ininterruptos nos municípios de cada RM pela população de 5 anos ou mais da referida RM.

14 Segundo Baeninger (2000), “esses pólos foram definidos a partir de trocas migratórias estabelecidas, na década de 70, entre regiões circunvizinhas, com as tabulações especiais do Censo Demográfico de 1980. Paralelamente, com o auxílio da literatura econômica especializada, pôde-se observar que se tratavam de regiões dinamizadoras de atividades econômicas e urbanas. No interior de São Paulo destacaram-se como municípios-pólos: Campinas, São José dos Campos, Sorocaba, Ribeirão Preto, Bauri e São José do Rio Preto. Nesses municípios, a realização de grandes investimentos, seja na indústria seja na agricultura, propiciou a expansão econômica em diferentes direções; tais investimentos tiveram efeitos multiplicadores favorecendo a formação de um setor terciário moderno absorvedor de grandes contingentes de força-de-trabalho. Veja-se Patarra e Baeninger (1989)”.

15 Para Santos (2003), a interiorização da população fluminense e a maior densidade destes fluxos pelo estado, se referem a alguns processos, que, de certa forma, relacionam-se com os movimentos populacionais que trabalhamos aqui. Primeiramente, temos a fixação do pólo metal-mecânico na região do médio Paraíba, com destaque para Resende, Barra Mansa e Volta Redonda. Temos ainda os impactos da exploração petrolífera, que confirmam a posição de Macaé e Campos, como pontos importantes na cadeia de fluxos da economia e da população fluminense. E há também a exploração das atividades turísticas e expansão da periferia metropolitana, que envolve as Baixadas Litorâneas, destacando-se os municípios de Cabo Frio e Araruama (Santos, 2003 apud SILVA, 2010).

16 A partir de dados referentes aos anos 2000 (de 2001 a 2009), com base nas PNADs.

17 Conferir relatório do Termo de Referência “Transformações Socioespaciais e Dinâmica Demográfica nas Áreas Metropolitanas: Mercado de Trabalho, Moradia e Família” do INCT Observatório das Metrôpoles, 2012.

18 Nesta seção considera-se os migrantes intermunicipais (que residiam nos respectivos municípios metropolitanos até 4 anos) das nove RMs da PNAD: Belém, Fortaleza, Recife, Salvador, Belo Horizonte, Rio de Janeiro, São Paulo, Curitiba, Porto Alegre.

19 Para estes os gráficos 10, 11 e 12 por categoria, a informação é a mesma que do total (no gráfico 9), apenas a disposição da informação mudou para permitir uma comparação melhor de um ano a outro, por isso as barras se referem ao primeiro ano da série e ao último.

Capítulo 6

Moradores de favelas e violência policial: dados sobre as regiões metropolitanas brasileiras²⁰

André Ricardo Salata

1. Introdução

Nas últimas décadas a sociedade Brasileira, que até então se imaginava como pacífica (Misse, 2008), vêm acompanhando um crescimento significativo das principais taxas de criminalidade – como assaltos, homicídios dolosos e latrocínio -, em particular em suas regiões mais urbanizadas, metropolitanas (Coelho, 1988). Imagens de arrastões, tiroteios, conflitos entre policiais e traficantes, notícias sobre assaltos, homicídios, tudo isso passou a fazer parte do repertório simbólico a partir do qual as cidades brasileiras são representadas.

Muitos fatores contribuíram para o aumento da criminalidade em nossas cidades, destacando-se a ampliação da venda e consumo de drogas – particularmente de cocaína -, patrocinados pelo cartel internacional de entorpecentes e o comércio de armas a ele associado. A parcela mais visível desse esquema, sua ponta final responsável pela venda no varejo, se faz presente aqui, entre outras formas, através dos bandos armados que se instalaram nas favelas das grandes cidades. Os violentos conflitos provenientes desse negócio, decorrentes seja da disputa por territórios - as chamadas “bocas de fumo” -, ou mesmo de traições internas aos próprios grupos, talvez se constituam como as práticas mais representativas da “violência urbana”, tornando as favelas – sempre tidas como um problema, mas anteriormente construído sobre outras bases -, o *locus* privilegiado da violência nas grandes cidades.

Ao serem forçados a levar suas rotinas no mesmo local onde são desenvolvidas essas práticas violentas, os moradores de favelas seriam

muitas vezes interpretados como cúmplices dos “bandidos” ou, em casos mais específicos (homens, jovens e negros), seriam “quase-bandidos”. Tais representações teriam levado grande parcela da população a apoiar ações truculentas e ilegais por parte da polícia contra os “favelados” e a atribuir aos defensores dos direitos humanos parcela da culpa pelos atuais níveis de violência enfrentados pelos moradores das grandes cidades.²¹ As conhecidas particularidades da construção da cidadania no Brasil, invertendo a ordem descrita por Marshall (1963) para o caso da Europa (Carvalho, 2008), garantiram aos moradores de favelas, nos últimos anos, a expansão de seus direitos sociais e políticos; mas, entre as restrições impostas pelos bandos armados de traficantes e as constantes ações violentas por parte da polícia, a condição de subcidadãos dos moradores de favelas vem se intensificando (Leite, 2000), já que a eles nem os mais elementares direitos civis - direito à vida e direito de ir e vir – estariam garantidos na prática.

No presente trabalho temos como principal objetivo verificar se o fato de num indivíduo morar em favela aumenta suas chances de sofrer agressão física por parte de policiais; se o fizer, gostaríamos de mensurar o quanto aumenta, mesmo quando mantemos constantes outras características, tais como gênero, cor, idade e nível sócio-econômico.

A fim de fornecer respostas a estas perguntas utilizaremos dados provenientes do suplemento da PNAD 2009 (IBGE), que se constitui em uma representativa pesquisa de vitimização. O recorte utilizado será o das principais Regiões Metropolitanas Brasileiras. As Regiões Metropolitanas que são estatisticamente representativas na PNAD – e que, portanto, constituirão o recorte do presente artigo - correspondem a um total de 10 Metrôpoles: Belém, Belo Horizonte, Curitiba, Fortaleza, Porto Alegre, Recife, Rio de Janeiro, São Paulo, Salvador e Brasília, que está classificada também como região metropolitana, mas diz respeito apenas ao Distrito Federal.

2. Cidade, favela, e “violência urbana”

Assim como Machado da Silva (2010), focalizaremos o Rio de Janeiro por se constituir um caso “bom para pensar” (Geertz, 1989) o conjunto das grandes cidades brasileiras no que se refere à questão da “violência urbana”. Além disso, há uma extensa literatura a respeito da relação entre

favela e cidade no Rio de Janeiro – que pode nos ajudar a refletir sobre essa relação em outros grandes centros urbanos, que serão também analisados neste trabalho. ²²

Datam do final do século XIX as primeiras ocupações das encostas de morros pela população pobre na cidade do Rio de Janeiro (Valladares, 2005). A mais conhecida destas é a ocupação do Morro da Favella, já existente na época com o nome de Morro da Providência, praticada por antigos combatentes da Guerra de Canudos, que ali se instalaram com a finalidade de exercer pressão para que o Ministério da Guerra pagasse seus soldos atrasados. O termo “Favela”, pouco a pouco, passou a denominar “qualquer conjunto de barracos aglomerados sem traçado de ruas nem acesso aos serviços públicos, sobre terrenos públicos ou privados invadidos” (Valladares, 2005). Com o passar do tempo os cortiços, que antes eram o local de moradia das camadas mais empobrecidas da população, foram dando lugar às favelas, que se multiplicaram no cenário urbano carioca.

Apesar de grande parte de estas favelas apresentarem uma proximidade física com os setores mais enriquecidos da população carioca, assim como em relação aos equipamentos urbanos com os quais esses grupos privilegiados contam, a relação dos moradores de favelas com os moradores do “asfalto”, e também com o Estado, teria sempre se dado de uma maneira bastante peculiar e diversa das outras camadas da população. As favelas, desde seu início, foram vistas como uma ameaça, um mal, um problema a ser resolvido ou controlado pelo restante da cidade (Valladares, 2005).

Nos últimos anos assistimos a um debate acerca da pertinência da distinção dos territórios de favela para o estudo da organização sócio-espacial da cidade do Rio de Janeiro. Alguns autores, como Preteceille e Valladares (2000) trabalham com a idéia de que, diante da melhora nas condições de habitação e de acesso a serviços urbanos nas áreas de favela nos últimos anos, e também em função da constatação da heterogeneidade social interna a estes territórios, assim como sua aproximação social com bairros populares da periferia, a distinção entre áreas de favela e de “bairro” não faria mais sentido.

No entanto, outros trabalhos vêm mostrando que, apesar da diminuição das diferenças sociais entre bairros de periferia e favelas, e também da heterogeneidade interna a esses territórios, os moradores de favela

apresentam diversas desvantagens no que diz respeito à reprodução das desigualdades sociais (Ribeiro, Crespo e Alves, 2008), assim como no que se refere à relação hierarquizada e clientelística que possuiriam com as principais instituições da sociedade, o Estado, e também com os grupos mais abastados (Burgos, 2005; Machado da Silva, 2002).

Devemos nos ater, por agora, no impacto que os atuais altos índices de violência podem ter sobre a relação da favela com o restante da cidade.

3. “Violência urbana” e a “metáfora da guerra”

Seguindo as linhas já traçada por outros autores - Machado da Silva (2004), Leite (2000) - procuraremos, nesta seção, compreender a posição ocupada atualmente pelas favelas e seus moradores nas grandes cidades urbanas brasileiras, tendo como foco as recentes mudanças nos padrões de criminalidade violenta.

Como já dissemos as favelas e seus moradores sempre foram interpretados como um problema a ser resolvido, ainda que os atributos constitutivos de tal “problema” e a intensidade de tal percepção tenham se modificado algumas vezes com o passar do tempo. Atualmente, como demonstrado por Machado (2004), é a questão da “violência urbana” que vem servindo como chave interpretativa que atribui às favelas a característica principal de ser o centro disseminador dessa violência e seus moradores cúmplices dos bandos armados de traficantes responsáveis por ela.

Apesar das enormes dificuldades de mensuração do fenômeno, diversos estudos (Coelho, 1988) já mostraram que muitos dos índices de criminalidade violenta apresentaram claras tendências de crescimento nas grandes cidades brasileiras, entre elas a cidade do Rio de Janeiro, que neste trabalho tomamos como exemplo. Mas não parece ser apenas esse aumento quantitativo da violência, mas principalmente alguma mudança qualitativa, que seria identificada através da gramática da “violência urbana” (Machado da Silva, 2008).

A noção de “violência urbana”, sempre vaga e imprecisa, vem se constituindo como gramática dominante na percepção acerca do cotidiano nas grandes cidades brasileiras. Superficialmente, ela diz respeito às práticas violentas que ameaçam a integridade física e o patrimônio de seus

moradores; mais profundamente, ela parece reconhecer e problematizar o surgimento de um padrão de sociabilidade distinto daquele orientado para a restrição da violência através do monopólio do uso da força por parte do Estado (Elias, 1993). Trata-se, esse padrão de sociabilidade distinto identificado pela gramática da “violência urbana”, de uma ordem social a qual Machado da Silva (2004) vem denominando “Sociabilidade Violenta”. Sua característica central residiria no fato de ter a violência como princípio de coordenação, não mais como um meio para alcançar determinados fins, mas como um fim em si mesmo. Seus principais portadores seriam os integrantes dos grupos de traficantes que atuam nas favelas das grandes cidades; o princípio coordenador da interação entre esses indivíduos não seria a honra nem prestígio – como muitos imaginam quando se fala em “crime organizado” – mas simplesmente a força. O mais forte manda, o mais fraco obedece. Não à toa podemos perceber a enorme instabilidade na hierarquia interna a esses grupos, que constantemente trocam de comando, ou de “chefes”.

Ao identificar a existência da sociabilidade violenta e a ameaça imediata que a mesma pode representar às rotinas e à integridade física e patrimonial, grandes parcelas dos moradores das grandes cidades vêm recorrendo a um imediatismo obsessivo em suas demandas por ordem e integração social, que se traduzem muitas vezes em tentativas de auto-isolamento – vide o crescimento expressivo dos condomínios fechados nas áreas mais afastadas das grandes cidades nos últimos anos (Caldeira, 2000) - e na construção restritiva da alteridade, que buscava garantir sua segurança *apesar dos outros*, e não mais *com os outros*.

Leite (2000) chama a atenção para um importante desdobramento do repertório da “violência urbana”: o desenvolvimento da “metáfora da guerra” e dos mitos a ela associados:

Presumindo que se vivia de fato uma guerra que opunha morro e asfalto, favelados e cidadãos, bandidos e policiais, os partidários desta perspectiva aceitavam a violência policial em territórios dos e contra os grupos estigmatizados e assistiam passivos ao envolvimento de policiais militares em várias chacinas. (p. 75)

A perspectiva dominante veria no atual quadro de “violência urbana” uma situação de guerra, onde poderíamos identificar um inimigo ao bem estar da cidade e seus moradores: as favelas. Tomadas pelos bandos

armados de traficantes, estas representariam o centro a partir do qual a violência se irradiaria para o restante da cidade. Ao escolherem o lado de lá (habitações irregulares, informalidade, e etc.) e viverem lado a lado com os traficantes, os moradores das favelas se tornariam cúmplices do crime e da violência, inimigos da cidade.

Situações de guerra, ainda de acordo com essa perspectiva, exigem ações excepcionais. Com o objetivo de combater esse inimigo que persiste em se fazer presente e ameaça a rotina dos cidadãos de bem, discursos em defesa dos direitos civis e humanos dos moradores de favela só fariam atrapalhar a solução do problema e a tomada de posições contundentes e imediatas que sua dimensão exigiria. Dessa maneira justificar-se-ia e legitimar-se-ia a truculência das ações policiais em áreas de favela e contra os moradores dessas áreas.

Buscando garantias imediatas, e a qualquer preço, de proteção patrimonial e pessoal, alguns segmentos da sociedade reivindicariam seus direitos de cidadania sem, no entanto, pretender torná-los universais. Pelo contrário, é como se para garantirem esses direitos as classes populares e, principalmente, os moradores de favelas, tivessem que abdicar dos mesmos, operando o que Lautier (1997) denomina de “cidadania de geometria variável”; esta indicaria a peculiar construção da noção de cidadão no Brasil – e também em alguns outros lugares - que abdicaria da necessidade de uma univocidade dos direitos e deveres a ela associados.

Longe do universalismo descrito por Marshall (1967) para o caso Europeu, e seguindo o brilhante texto de Carvalho (2008), do ponto de vista dos direitos civis os brasileiros poderiam ser divididos em três classes: os privilegiados, que estão acima da lei; cidadãos simples, de segunda classe, sujeitos aos rigores e benefícios da lei; e, finalmente, os cidadãos de terceira classe, população marginal das grandes cidades, que têm seus direitos civis ignorados ou constantemente desrespeitados.

A linguagem da “metáfora da guerra” justificaria o desrespeito aos direitos civis dos moradores de favelas, compreendendo-os como incompatíveis com a segurança, ordem e integração social do restante da cidade.

É neste universo semântico que se insere a qualificação da violência policial em bairros populares, favelas e periferias e do desrespeito aos direitos civis dos indivíduos de classes

populares suspeitos de participação ou conivência com a criminalidade violenta como simples “excessos”, males necessários e secundários na guerra contra o crime. (p. 79)

Muitas vezes a incriminação (identificação do autor de um crime) de moradores de favelas se anteciparia à sua criminalização (processos efetivos através dos quais eventos são interpretados como crimes), ou mesmo à criminalização (processo através do qual determinado tipo de ação passa a ser considerado crime de acordo com a definição legal)²³. Portadores desse estigma – “situação do indivíduo que está inabilitado para a aceitação social plena” - (Goffman, 2008, p. 7), os moradores de favelas sistematicamente seriam acusados de crimes que não cometeram, ou mesmo de crimes que ainda não foram cometidos, revelando a prevalência extralegal do processo de criminalização no Brasil.

Em oposição ao processo de incriminação racional-legal, Misse (2008) denomina o processo acima descrito, presente no Brasil, como “sujeição criminal”. Neste tipo de processo o sujeito, e seu tipo social, tornam-se diretamente identificados com o crime de uma maneira geral, mesmo com aqueles crimes que ainda não tenham ocorrido. Vemos assim a face mais perversa do processo descrito por Foucault (1987), da subjetivação do crime, que não mais se identifica através de um evento, o crime em si, mas sim de um sujeito, que o carrega. Mais profunda que o estigma, a sujeição criminal não se traduziria apenas em rótulos ou papéis sociais, realizando a completa fusão do evento com seu autor em potencial.

Criar-se-ia dessa maneira uma parcela da população que poderia ser considerada como “matável”, como atesta a famosa sentença que afirma que “bandido bom é bandido morto” (Fridman, 2008). Exemplos concretos dessa tese seriam as inúmeras denúncias, contra policiais, de execuções sumárias, abusos e torturas, além das já famigeradas chacinas, que permanecem sem serem claramente investigadas ou sem que seus responsáveis sejam punidos. “Esclarecer sua morte, quando sua vida já era indiferente a todos, não interessa nem à polícia nem à sociedade como um todo” (Misse, 2008, p. 384).

Da mesma maneira, poderíamos dizer que próxima, ou misturada, a essa parcela cuja morte seria indiferente à sociedade, encontramos um conjunto de pessoas passíveis de serem agredidas pelas forças policiais? Estigmatizados por sua posição social e proximidade física com os

“bandidos”, acusados de escolherem o lado de lá da “guerra”, e de compartilharem o mesmo território do inimigo, correriam os moradores de favela maiores riscos de serem vítimas de agressão física por parte de policiais?

4. Resultados

SOBRE OS DADOS

Um dos grandes desafios das pesquisas sobre os temas da violência e criminalidade se encontra na confiabilidade dos dados disponíveis. Tradicionalmente utilizam-se os dados do sistema de saúde (para agressões ou homicídios) e/ou os registros policiais (que também incluem os roubos, furtos e etc.).

No entanto ambas as fontes apresentam problemas (Cano *et al*, 2002). No sistema de saúde pode haver falta de notificação de algumas mortes – especialmente em áreas rurais -, mortes em que se desconhece a causa, e mortes por causa externa de intencionalidade desconhecida. Já no caso dos registros policiais, geralmente considerados menos confiáveis, há os problemas do sub-registro e da falta de padronização dos dados.

Uma terceira fonte de dados, mais confiável, porém menos comum – devido aos custos elevados -, são as pesquisas de vitimização. Felizmente ano passado, 2009, junto ao levantamento anual da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD), o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), utilizou-se de um suplemento sobre vitimização e acesso à justiça no Brasil. Assim como os dados convencionais das PNADs, os microdados liberados pelo IBGE para este suplemento são representativos para o país como um todo, regiões, Unidades Federativas e as principais Regiões Metropolitanas: Belém, Belo Horizonte, Curitiba, Fortaleza, Porto Alegre, Recife, Rio de Janeiro, São Paulo, Salvador e Brasília (Distrito Federal).

Os dados provenientes dessa pesquisa, intitulada “Características da Vitimização e do Acesso à Justiça no Brasil”, nos trazem informações sobre se a pessoa foi vítima de agressão física no último ano e qual o agressor (parente, cônjuge, conhecido, desconhecido, policial, etc.). Além disso, se quiséssemos também teríamos informações a respeito de roubos, furtos e

acesso à justiça. Vale destacar que esses dados são perfeitamente compatíveis com as outras informações tradicionalmente presentes na PNAD, sobre renda, educação, idade, cor, local de moradia e etc.

Dessa forma, temos em mãos um conjunto de dados que pode nos fornecer valiosas informações a respeito do tema tratado no presente trabalho. Através dele seremos capazes, entre outras coisas, de analisar a importância que o fato de um indivíduo morar em favela pode ter sobre suas chances de ser vítima de agressão policial.

RECORTE UTILIZADO

Tomamos o Rio de Janeiro como caso chave para se pensar a relação entre *favela* e *asfalto*, “violência urbana” e violência policial, nas grandes cidades brasileiras. Em nossa análise empírica, no entanto, utilizaremos as informações a respeito do conjunto das principais regiões urbanas metropolitanas brasileiras (Belém, Belo Horizonte, Curitiba, Fortaleza, Porto Alegre, Recife, Rio de Janeiro, São Paulo, Salvador e Brasília).

Em relação à “cor”, trabalharemos apenas com indivíduos brancos, pardos e pretos, descartando os Indígenas e Amarelos – que em nosso recorte representavam participação apenas residual.

No decorrer da análise, consideraremos a categoria técnica do IBGE de *aglomerados subnormais*²⁴ como *proxy* das favelas. Dessa maneira poderemos distinguir entre indivíduos que moram e que não moram em áreas de favela. Aqueles que vivem em penitenciárias, asilos, alojamentos, quartéis, embarcações e aldeias indígenas serão retirados da análise.

O corte de idade utilizado será de indivíduos entre 10 e 60 anos.

Três variáveis específicas do suplemento de vitimização serão essenciais nas análises que sem seguem. Foi perguntado, para todos os indivíduos a partir de 10 anos de idade²⁵, em primeiro lugar, se no período compreendido entre 27 de setembro de 2008 e 26 de setembro de 2009 eles teriam sido vítimas de agressão física. Caso o indivíduo tivesse sido vítima de alguma agressão física nesse período, a seguir era perguntado quantas vezes ele havia sido agredido. A seguir, o entrevistado deveria indicar quem teria sido o autor da última agressão, com as seguintes possibilidades de resposta: pessoa desconhecida, policial, segurança privada, cônjuge/ex-cônjuge, parente e pessoa conhecida.

Essa terceira questão nos trouxe um problema, dado nosso interesse em analisar chances de indivíduos terem sido vítimas de agressão policial: só é identificado o autor da última agressão sofrida pelo entrevistado no período analisado. Diante disso, poderíamos seguir por dois caminhos: analisar todos os indivíduos, incluindo aqueles agredidos mais de uma vez, e identificar o autor da última agressão; ou, utilizar apenas indivíduos agredidos apenas uma única vez, tendo dessa maneira a certeza do autor desta agressão. Dado que, tanto entre moradores de favela quanto entre moradores do *asfalto*, os que foram agredidos uma única vez correspondiam a mais ou menos 75% de todas as vítimas, optamos por seguir o segundo caminho e eliminar da análise aqueles indivíduos agredidos mais de uma vez no período analisado.²⁶

ANALISANDO OS DADOS

Nas últimas décadas, principalmente no Rio de Janeiro, as áreas de favelas e seus moradores foram beneficiados com melhoras significativas no que se refere aos serviços públicos e nível socioeconômico (Preteceille e Valladares, 2000). No entanto, como tentamos argumentar na exposição acima, acreditamos que continuariam a apresentar uma relação particular com o resto da sociedade e suas instituições (Machado da Silva, 2002). No atual quadro de “violência urbana”, sofreriam o estigma por compartilharem o mesmo território dos bandos armados de traficantes; parcelas enormes da sociedade, em sua ânsia por ordem e “paz”, e em sua busca por direitos, defenderiam – às vezes abertamente -, e legitimariam, uma polícia truculenta e violenta em suas operações contra os “inimigos” dessa “guerra”.

Se nossas hipóteses estiverem corretas, é muito provável que os moradores de favela – por morarem nessas áreas - possuam chances maiores de serem vítimas de agressões físicas cometidas por policiais do que os moradores do *asfalto*.

Primeiramente devemos considerar que de acordo com os dados utilizados, como era de se esperar, o número de indivíduos incluído em nosso recorte, vítimas de agressão física por parte de policiais, é muito pequeno: entre as 42.835.293 pessoas dentro da amostra utilizada, apenas 24.779 sofreram agressão física por parte de policiais no período analisado

pela pesquisa,²⁷ o que significa uma proporção de 0, 05% entre indivíduos selecionados em nosso recorte, como podemos observar na tabela 1, que também apresenta a mesma estatística para moradores de *bairros* e *favelas* separadamente.

Tabela 01: Vítima de Agressão Física Policial por Local de Moradia

Local de Moradia	Vítima de Agressão Física Policial					
	Não		Sim		Total	
	N.	%	N.	%	N.	%
Bairro	38896930	99,95	18898	0,05	38915828	100,00
Favela	3938363	99,85	5881	0,15	3944244	100,00

Fonte: PNAD, 2009 / IBGE

O percentual de moradores de *bairros* vítimas de agressão policial, no recorte utilizado, é de 0, 05%; para os moradores de *favelas* essa proporção sobe para 0, 15%.²⁸ Apesar de continuar sendo uma proporção pequena – como esperado –, vemos que ela é três vezes maior do que para os moradores de *bairros*.

A fim de fazer uma análise mais profunda da relação entre essas variáveis, nos utilizaremos de modelos de regressão logística, tendo como variável dependente o fato de o indivíduo ter sido ou não vítima de agressão física policial, e como variáveis independentes, fatores individuais (cor, gênero e idade), sócio-econômicos (escolaridade, renda, etc.) e, obviamente, a distinção entre *favela* e *bairro*, como apresentado na tabela 2²⁹.

Como já dissemos, nossa variável independente indicará se o indivíduo foi ou não vítima de agressão física por parte de policiais no período coberto pela pesquisa. Como variáveis independentes teremos três conjuntos de informações. Em primeiro lugar, variáveis relativas a características individuais, como gênero, cor e idade; a seguir, teremos informações a respeito do nível sócio econômico dos indivíduos, como anos de estudo do chefe de domicílio (podendo ser ele mesmo ou não), densidade domiciliar, renda domiciliar per capita e condição de atividade (se ele estuda e/ou trabalha); por fim, encontramos a variável de nosso maior interesse, que nos indica se o indivíduo mora em área de *favela*.

Tabela 02 - Variáveis Utilizadas

Variáveis	Tipo	Descrição
Variável Dependente		
Vítima	Dicotômica	Indica se o indivíduo foi vítima de agressão física policial no período coberto pela pesquisa (1=sim/0=c.c)
Variáveis Independentes		
Gênero	Dicotômica	Gênero (0=masculino/1=feminino)
Cor (pardo)	Dicotômica	Pardo (1=sim/0=c.c) Ref: Branco
Cor (preto)	Dicotômica	Preto (1=sim/0=c.c) Ref: Branco
Idade (16-25)	Dicotômica	16-25 (1=sim/0=c.c) Ref: 10-15
Idade (26-35)	Dicotômica	26-35 (1=sim/0=c.c) Ref: 10-15
Idade (36-50)	Dicotômica	36-50 (1=sim/0=c.c) Ref: 10-15
Idade (+50)	Dicotômica	+50 (1=sim/0=c.c) Ref: 10-15
Escolaridade	Contínua	Anos de estudo do chefe de domicílio
Densidade	Contínua	Densidade domiciliar (morador/dormitório)
Renda	Contínua	Logaritmo da renda <i>per capita</i> do domicílio
Atividade	Dicotômica	Indica se o indivíduo estuda e/ou trabalha (1=sim/0=c.c)
Favela	Dicotômica	Indica se o indivíduo mora em área de favela (1=sim/0=c.c)

É importante salientar que, para rodar os modelos, utilizaremos os pesos inerentes à PNAD multiplicados pela fração amostral. Dessa maneira, os parâmetros que obteremos serão exatamente iguais àqueles que seriam obtidos caso utilizássemos os pesos originais, mas as estimativas dos erros padrão refletirão o tamanho real da amostra (Silva, 2003, p. 122). Destarte, os testes de significância dos parâmetros se tornarão mais “rigorosos”, permitindo uma melhor avaliação dos efeitos das variáveis independentes sobre nossa variável dependente.

Abaixo temos os modelos *logit* estimados.

Tabela 03 - Modelos *logit* para as Chances de ter sido Vítima de Agressão Física Policial

Variáveis		Modelo 1	Modelo 2	Modelo 3
Gênero	<i>b</i>	-1,335***	-1,479***	-1,484***
	<i>exp(b)</i>	0,26	0,22	0,22
Cor (pardo)	<i>b</i>	0,550+	0,306	0,261
	<i>exp(b)</i>	1,73	1,35	1,29
Cor (preto)	<i>b</i>	1,291***	1,031*	1,012*
	<i>exp(b)</i>	3,63	2,80	2,75
Idade (16-25)	<i>b</i>	1,388*	1,431*	1,441*
	<i>exp(b)</i>	4,00	4,18	4,22
Idade (26-35)	<i>b</i>	0,331	0,439	0,451
	<i>exp(b)</i>	1,39	1,55	1,56
Idade (36-50)	<i>b</i>	0,824	0,943	0,964
	<i>exp(b)</i>	2,27	2,56	2,62
Idade (+50)	<i>b</i>	0,464	0,573	0,606
	<i>exp(b)</i>	1,59	1,77	1,83
Escolaridade	<i>b</i>	-----	0,022	-0,012
	<i>exp(b)</i>	-----	0,97	0,98
Densidade	<i>b</i>	-----	-0,16	-0,031
	<i>exp(b)</i>	-----	0,98	0,96
Renda	<i>b</i>	-----	-0,410*	-0,383*
	<i>exp(b)</i>	-----	0,66	0,68
Atividade	<i>b</i>	-----	-0,508	-0,526
	<i>exp(b)</i>	-----	0,60	0,59
Favela	<i>b</i>	-----	-----	0,954**
	<i>exp(b)</i>	-----	-----	2,59
Constante		-8,194	-5,028	-5,376
-2LL		776,807	764,696	757,982
Model X ²		39,156***	51,267***	57,981***
Step X ²		39,156***	12,111*	6,714**

Nota: + $p \leq 0,10$; * $p \leq 0,05$; ** $p \leq 0,01$; *** $p \leq 0,001$

Foram rodados três modelos aninhados. O “Modelo 1” inclui apenas as variáveis relativas a características individuais; o “Modelo 2” adiciona as informações referentes ao nível sócio-econômico; e, finalmente, o “Modelo 3” inclui a variável “Favela”, que mais nos interessa. Para cada variável independente informamos o coeficiente e o exponencial do mesmo – a fim de facilitar sua interpretação, em termos de razões de chances -, além dos resultados dos testes de significância dos parâmetros. Já na parte inferior da tabela temos as estatísticas de ajuste dos modelos.

Em primeiro lugar, devemos ressaltar que as estatísticas de ajuste dos modelos indicam que a contribuição dos mesmos, como um todo, para a explicação do fenômeno, é satisfatória, e que a diferença entre eles é

significativa - ou seja, os “blocos” de variáveis adicionados a cada passo contribuem significativamente para o poder explicativo dos modelos.

Chama nossa atenção o efeito que o gênero possui sobre as chances de o indivíduo ter sido vítima de agressão física policial. Ser do gênero feminino diminui essa chance em 78% (de acordo com o “Modelo 3”, mais completo)³⁰ em relação aos homens. Ou seja, homens possuem chances muito maiores de serem vítimas desse tipo de agressão do que mulheres.

A cor do indivíduo também exerce grande influência. No “Modelo 1”, que não inclui informações sobre o nível sócio-econômico, tanto ser pardo quanto preto aumentam as chances de ter sido vítima – com um efeito mais acentuado no segundo caso. Já quando incluímos aquelas informações, vemos que somente a variável “preto” continua a apresentar um resultado significativo, aumentando em 175% - em relação aos brancos - as chances dos pretos serem vítimas de agressão policial, mesmo quando controlamos pelo nível sócio-econômico.

O conjunto de dummies referente à idade apresenta um comportamento similar nos três modelos: somente a faixa de 16 a 25 anos exerce uma influência significativa, aumentando em mais de três vezes as chances do indivíduo ter sido vítima de agressão - em relação aos indivíduos de 10 a 15 anos. As outras faixas também aumentam – em menor grau – essas chances, mas seus parâmetros não são significativos.

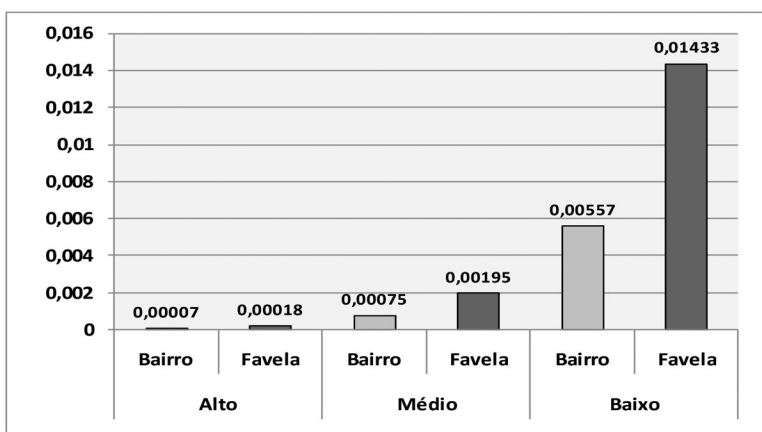
Em relação às quatro variáveis indicadoras de nível sócio-econômico (escolaridade, renda, densidade e atividade), todas atuam no sentido de diminuir as chances de agressão policial, mas somente a renda apresenta efeitos estatisticamente significativos.

Finalmente, o fato de o indivíduo morar em uma área de favela, mesmo quando controlamos por todas as variáveis anteriores, aumenta em 159% sua chance de ter sido vítima de agressão física policial.³¹ Como o modelo logístico trabalha com logaritmos de razões de chance, a interpretação dos coeficientes pode ser um tanto quanto complicada. Uma maneira de torná-los mais palatáveis é através de simulações com as probabilidades preditas pelo modelo.

Temos abaixo as probabilidades preditas para seis indivíduos fictícios, metade moradores de favelas. Os dois primeiros casos, que classificamos como tendo nível sócio-econômico “Alto”, possuem gênero feminino, cor branca, idade superior a 50 anos, renda média/alta, densidade domiciliar

baixa, escolaridade do responsável pelo domicílio média/alta, e estudam e/ou trabalham; os dois casos seguintes, que classificamos como tendo nível sócio-econômico “Médio”, possuem gênero masculino, cor parda, idade entre 36 e 50 anos, renda média/baixa, densidade domiciliar média, escolaridade do responsável pelo domicílio média/baixa, e estudam e/ou trabalham; por fim, os dois últimos casos possuem gênero masculino, cor preta, idade entre 16 e 25 anos, renda baixa, densidade domiciliar alta, escolaridade do responsável pelo domicílio baixa, e não estudam nem trabalham. A única diferença interna aos pares é o fato de um indivíduo morar em *bairro* e o outro em *favela*.

Gráfico 01: Probabilidades de ser Vítima de Agressão Policial, Estimadas pelo “Modelo 3”



Fonte: PNAD, 2009 / IBGE

O gráfico acima torna ainda mais claro o efeito de morar em áreas de favela. Em primeiro lugar vemos que, indo do nível “Alto” em direção ao nível “Baixo” há uma clara tendência de aumento nas probabilidades de ser vítima de agressão física policial, o que já era esperado. Nos três casos, morar em favela contribui para aumentar essas probabilidades, mesmo quando comparamos dois indivíduos com características (idade, cor, gênero, renda e etc.) idênticas, tornando mais visíveis os resultados dos modelos estimados.

No caso dos indivíduos de nível “Alto”, a sua baixa probabilidade sofre um pequeno aumento absoluto, indo de 0, 00007 para 0, 00018 quando moram em favela; já no caso dos indivíduos de nível “Médio”, há um maior aumento, indo de 0, 00075 para 0, 00195; por fim, entre os indivíduos de nível “Baixo” o aumento absoluto é bem maior, indo de 0, 00557 para 0,

01433, atingindo assim uma probabilidade de mais de 1,4% quando mora em favela. Ou seja, em termos absolutos os que mais sentiram os efeitos de morar em áreas de favela foram os jovens, do sexo masculino, pretos e provenientes de famílias com menor nível sócio-econômico, que já possuíam uma maior probabilidade de serem vítimas de agressão policial. Quando moram em favelas, essa probabilidade cresce substancialmente.

Portanto, mesmo quando controlamos por características individuais e nível sócio-econômico, morar em favela torna o indivíduo mais vulnerável a esse tipo de agressão. Tais resultados, se não confirmam, ao menos sustentam as hipóteses levantadas na primeira parte desse trabalho. Apesar da melhora dos serviços públicos e nível sócio-econômico em áreas de favela, como bem apontando por Preteceille e Valladares (2000), sua posição social subordinada parece persistir.³²

Outros dados presentes na pesquisa também poderiam auxiliar em nossas interpretações.

Tomando por base somente aqueles indivíduos que foram vítimas de agressão física, e que na última (ou única) agressão sofrida no período analisado o autor da mesma fora um policial (o que constitui um universo de apenas 59 casos reais, ou 28.254 casos quando multiplicamos pelo fator original de expansão da amostra), podemos levantar algumas questões interessantes com relação à providência tomada por estes indivíduos.

Como podemos ver nas tabelas em anexo³³, os moradores de favelas apresentaram uma tendência maior do que a dos moradores de *bairros* a procurar a polícia nesses casos – de agressão física policial³⁴; no entanto, dentre aqueles que não o fizeram há uma maior inclinação, entre os moradores de favelas, a justificar sua atitude por medo de represália. Quando procuram a polícia, há uma menor chance de que o registro seja feito quando se trata de moradores de favelas. Mais uma vez, tal atitude – de não registrar, mesmo tendo recorrido à polícia -, é justificada pelo medo de represálias.

Enquanto os moradores de *bairros*, em sua maioria, justificam o fato de não procurarem a polícia, ou de não fazerem o registro, afirmando não acreditar naquela corporação, ou não querer envolve-la, os moradores de favela tendem a justificar essas atitudes pelo medo de represália. Não apenas sofrem, os moradores de favelas, com maiores chances de serem vítimas de violência policial, como também – quando o são -, os dados

indicam que muitas vezes deixam de procurar a polícia, ou registrar o caso, por estarem sujeitos a retaliações.

5. Conclusões

Segundo Goffman (2008, p. 15), “acreditamos, por definição, que alguém com um estigma não seja completamente humano. Com base nisso, fazemos vários tipos de discriminações, através das quais efetivamente, e muitas vezes sem pensar, reduzimos suas chances de vida”. Assim como o referido autor trata dos *aleijados*, *retardados* e *bastardos*, tratamos dos *favelados* como uma categoria estigmatizada.

Já há muito tempo que – falando aqui, mais uma vez, especificamente do caso da cidade do Rio de Janeiro – os moradores de favelas são caracterizados por suas supostas fraquezas morais; são sujeitos que deveriam ser civilizados (Valladares, 2005). Com o crescimento da violência e criminalidade nos grandes centros urbanos, novas supostas características foram sendo atribuídas a essa categoria social, em grande parte ligadas à gramática da “violência urbana”. Por sua proximidade social e espacial com os grupos armados de traficantes, cresce a desconfiança da população em relação aos moradores de favelas, constantemente percebidos como cúmplices de bandidos, ou como bandidos em potencial – especialmente no caso dos jovens.

Moradores de favelas e os bandidos são muitas vezes considerados pela sociedade mais ampla como um só tipo social, uma vez que “os problemas enfrentados por uma pessoa estigmatizada espalham-se em ondas de intensidade decrescente” (Goffman, 2008, p. 39). Como se encontram, por questões estruturais, próximos aos criminosos interpretados pela chave da “violência urbana” como as principais ameaças à integridade física e patrimonial da população, os *favelados* têm seu estigma reforçado e reformulado sobre novas bases.

E como alguém que carrega um estigma não é considerado completamente humano, a estes não se asseguram, na prática, os direitos civis mais elementares. São passíveis de serem mortos (Fridman, 2008) e agredidos. Em seu clamor por ordem e “paz”, a população pede políticas de segurança mais duras, e parece admitir excessos cometidos por policiais contra moradores das áreas de favelas – interpretadas como o *lócus* da

violência -, justificando-os através do discurso da eficiência. A polícia, por sua vez, parece incorporar esses anseios de grande parcela da população, agindo muitas vezes de maneira truculenta e extralegal contra a população *favelada* (Machado da Silva, 2010).

Os resultados encontrados nas análises procedidas neste trabalho sustentam nossos argumentos. Tendo como recorte as principais Regiões Metropolitanas brasileiras, vimos que o fato de o indivíduo morar em favela aumenta consideravelmente – em 159% - suas chances de sofrer agressão física por parte de policiais, mesmo quando mantemos constantes diversas características individuais e de nível sócio-econômico. Mais do que isso, vimos que são justamente os jovens (entre 16 e 25 anos de idade), pretos, do sexo masculino e moradores de favelas – justamente aquele tipo social mais estigmatizado, *quase-bandidos* -, aqueles que mais chances possuem de serem vítimas de agressão policial.

As deficiências técnicas e de formação de nossa polícia, documentadas pela literatura e presentes também no debate público (Soares, 2009), com certeza não devem ser esquecidas. Mas, como bem argumentado por Machado da Silva (2010), a análise sociológica deve ir além das questões técnicas – o que não significa descartá-las. Se a polícia age dessa forma, é também porque parcelas da sociedade defendem este tipo de ação; e, além disso, os policiais não estão imunes às representações coletivas, são também sensíveis a elas.

Vimos também que os moradores de favelas, quando vítimas de agressões por parte de policiais, parecem apresentar uma tendência maior do que a dos moradores do *asfalto* a temer represálias ao procurar a polícia ou registrar o caso. Fica clara aqui a condição de cidadãos de terceira classe, população marginal das grandes cidades, na qual os moradores de favelas se encontram (Carvalho, 2008). Seriam indivíduos de *status social inferior* (Marshall, 1967).³⁵

Apesar das sensíveis melhoras que os indicadores sociais das áreas de favelas apresentaram nas últimas décadas (Preteceille e Valladares, 2000), os resultados da análise empreendida neste artigo, assim como a literatura utilizada, sustentam a distinção entre *favela* e *asfalto* como um importante indicador de posição social. Nos grandes aglomerados urbanos brasileiros os moradores de favelas, não somente por sua condição sócio-econômica ou atributos individuais, mas também devido exatamente ao fato de morarem

em favelas, sofrem com maiores chances de serem vítimas de agressão física por parte de policiais.

Referências bibliográficas

- BURGOS, M. B. Cidade, territórios e cidadania. In: Dados, v.48, n.1, IUPERJ. Mar/2005
- CALDEIRA, Teresa Pires do Rio. Cidade de Muros: crime, segregação e cidadania em São Paulo. São Paulo. Editora 34/USP. 2000
- CANO, I., SENTO-SÉ TRAJANO, J., & RIBEIRO, E. Mapeamento da Criminalidade na Área Metropolitana do Rio de Janeiro. n.d., n.p. 2002.
- CARVALHO, José Murilo de. Cidadania no Brasil: o longo caminho. 10ª Ed. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2008.
- COELHO, Edmundo Campos. A Criminalidade Urbana Violenta. Dados – Revista de Ciências Sociais, vol. 31, nº 2, p. 145-83. 1988
- ELIAS, Norbert. O Processo Civilizador (vol 2): formação do Estado e Civilização. Rio de Janeiro. Zahar. 1993
- FOUCAULT, Michel. Vigiar e Punir: nascimento da prisão. Tradução de Lígia M. Ponde Vassalo. Petrópolis, Vozes, 1987.
- FRIDMAN, Luis Carlos. “Morte e Vida Favelada”. In: MACHADO DA SILVA, Luiz Antônio (org). Vida Sob Cerco. Rio de Janeiro / RJ. Nova Fronteira. 2008. p. 77-98
- GEERTZ, Clifford. A Interpretação das Culturas. Rio de Janeiro: Livros Técnicos e Científicos Editora S.A., 1989.
- GOFFMAN, Erving. Estigma: notas sobre a manipulação da identidade deteriorada. 4ª Ed. Rio de Janeiro. LTC. 2008
- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). Censo Demográfico 2000: documentação dos microdados da amostra. Novembro de 2002.
- LAUTIER, Bruno. “Os Amores Tumultuados entre o Estado e a Economia Informal”. Contemporaneidade e Educação, vol. II, nº 1, 1997.
- LEITE, Márcia Pereira. Entre o Individualismo e a Solidariedade: Dilemas da política e da cidadania no Rio de Janeiro. Revista Brasileira de Ciências Sociais. Vol 15. Nº 44. pp 73-90. 2000
- MACHADO DA SILVA, L. A. A Continuidade do “Problema da Favela”. In: OLIVEIRA, L.L. (orgs.). Cidade: História e Desafios. Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getúlio Vargas, 2002.
- MACHADO DA SILVA, Luiz Antônio. “Sociabilidade Violenta: por uma interpretação da criminalidade contemporânea no Brasil urbano”. In: L. C. Ribeiro (orgs.), *Metrópoles: entre a cooperação e o conflito*. São Paulo/Rio de Janeiro: Perseu Abramo/Fase, 2004
- MACHADO DA SILVA, Luiz Antônio. “Violência Urbana, Sociabilidade Violenta e Agenda Pública”. In: MACHADO DA SILVA, Luiz Antônio (org). Vida Sob Cerco. Rio de Janeiro / RJ. Nova Fronteira. 2008. p. 35-45
- MACHADO DA SILVA, Luiz Antonio. “Violência Urbana”, Segurança Pública e Favelas – O Caso do Rio de Janeiro Atual. Cadernos CRH, Salvador, v. 23, n. 59, p. 283-300, Maio/Ago. 2010.
- MARSHALL, T. H. Cidadania, Classe social e Status. Rio de Janeiro, Zahar. 1967

MISSE, Michel. Sobre a Acumulação Social da Violência no Rio de Janeiro. Civitas, V 8. N° 3. pp 371-385. 2008

PRETECEILLE, E. e VALLADARES, L. Favela, favelas: unidade ou diversidade da favela carioca. In: RIBEIRO, L.C.Q (org.). O futuro das metrópoles. Rio de Janeiro: Editora Evan, 2000

RIBEIRO, L, C, Q. ALVES, F. JUNIOR, F, C, J. 2008. Segregação Residencial e Desigualdade Escolar no Rio de Janeiro. In: RIBEIRO, L. C. Q. e KAZTMAN, R. (orgs). A Cidade Contra a Escola? Segregação urbana e desigualdades educacionais em grandes cidades da América Latina. 1ª Edição. Rio de Janeiro/RJ. Letra Capital. 2008. P. 91 – 118

SILVA, Nelson do Valle. Expansão Escolar e Estratificação Educacional no Brasil. In Hasenbalg, C.; Silva, N. V. Origens e Destinos. Desigualdades Sociais ao Longo da Vida. Rio de Janeiro: Topbooks, 2003, pp. 105-146.

SOARES, Luiz Eduardo. Refundar as Polícias. *Le Monde Diplomatique Brasil*. São Paulo. 2009. p. 6-7

VALLADARES, Licia do Prado. *A invenção da favela: do mito de origem a favela.com*. Rio de Janeiro: FGV, 2005.

Anexos

Tabela 04 - Após a Última Agressão Procurou a Polícia

Local de Moradia	Procurou a polícia		
	Sim	Não	Total
Bairro	N. 7782	14824	22606
	% 34,42	65,58	100,00
Favela	N. 2738	2910	5648
	% 48,48	51,52	100,00

Fonte: PNAD, 2009 / IBGE

Tabela 06 - Foi Feito Registro da Última Agressão na Delegacia de Polícia

Local de Moradia	Registrou na Polícia		
	Sim	Não	Total
Bairro	N. 7559	223	7782
	% 97,13	2,87	100,00
Favela	N. 2121	617	2738
	% 77,47	22,53	100,00

Fonte: PNAD, 2009 / IBGE

Tabela 05 - Principal Motivo pelo qual Não Procurou a Polícia

Local de Moradia	Motivo pelo qual não procurou a polícia								Total
	Falta de provas	Não era importante	Não acreditava na polícia	Não queria envolver a polícia / desistiu	Medo de represália	Recorreu a terceiros	Resolveu sozinho	Outro	
Bairro	N. 449	197	4873	480	7913	223	240	449	14824
	% 3,03	1,33	32,87	3,24	53,38	1,50	1,62	3,03	100,00
Favela	N. 0	0	462	0	2448	0	0	0	2910
	% 0,00	0,00	15,88	0,00	84,12	0,00	0,00	0,00	100,00

Fonte: PNAD, 2009 / IBGE

Tabela 07 - Principal Motivo pelo qual Não Registrou a Agressão na Polícia

Local de Moradia	Motivo pelo qual não registrou na polícia										Total
	Falta de provas	Não era importante	Não acreditava na polícia	Não queria envolver a polícia / desistiu	Medo de represália	A polícia não quis fazer o registro	O registro foi feito em outro órgão	Recorreu a terceiros	Resolveu sozinho	Outro	
Bairro	N. 0	0	223	0	0	0	0	0	0	0	223
	% 0,00	0,00	100,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	100,00
Favela	N. 0	0	0	0	617	0	0	0	0	0	617
	% 0,00	0,00	0,00	0,00	100,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	100,00

Fonte: PNAD, 2009 / IBGE

20 Versão similar deste texto foi publicado na Revista Eletrônica de Estudos Urbanos e Regionais e-metropolis, n. 9, de junho de 2012.

21 Diante desse quadro e do crescente espaço na mídia dedicado às questões relativas à criminalidade, a política de segurança vem se constituindo como um dos principais espaços através dos quais a população avalia o sucesso de um governo ou as possibilidades de vitória de um candidato.

22 Devemos, entretanto, tomar cuidado com a generalização do *sentido* do termo *favela*, que pode sofrer modificações entre as diferentes Regiões Metropolitanas.

23 Definições retiradas de Misse (2008).

24 “Conjunto (favelas e assemelhados) constituído por unidades habitacionais (barracos, casas etc.), ocupando, ou tendo ocupado até período recente, terreno de propriedade alheia (pública ou particular), dispostas, em geral, de forma desordenada e densa, carentes, em sua maioria, de serviços públicos essenciais” (IBGE, 2002).

25 Geralmente, como acontece com todos os dados das PNADs, um único morador do domicílio fornece as respostas para todos os demais.

26 As conseqüências desta dificuldade metodológica exigiriam maiores reflexões, que devido ao curto espaço de tempo disponível não poderemos realizar.

27 Dados estimados com a utilização do *peso* para expansão da amostra.

28 Vale lembrar que estamos tratando apenas de indivíduos que não sofreram agressões no período coberto pela pesquisa, ou que só as sofreram uma única vez.

29 Também testamos os efeitos de um conjunto de dummies indicadoras da região geográfica (Norte, nordeste, Sudeste, Sul e Centro-Oeste). Como seus parâmetros não foram estatisticamente significativos, e nem alteraram o poder explicativo dos modelos, decidimos deixá-las de fora dos resultados expostos neste trabalho.

30 Resultado estatisticamente significativo ao nível de 0,001.

31 Resultado estatisticamente significativo ao nível de 0,01.

32 No entanto, recomendamos cautela ao extrair maiores conclusões dos dados analisados. Chamamos a atenção para o risco de estarmos omitindo alguma importante variável que pudesse alterar os efeitos da moradia em favela. Em particular, devido ao desenho e dimensão da amostra da PNAD, não pudemos incluir em nossos modelos outras informações a respeito do local de moradia dos indivíduos, como, por exemplo, o nível sócio-econômico médio da vizinhança.

33 Todas as tabelas em anexo foram rodadas utilizando o peso de expansão da amostra original da PNAD. Por se tratar de um número real de indivíduos muito reduzido no recorte utilizado para analisar estes dados em anexo - já que só entram nele indivíduos que ao menos foram vítimas de agressão física policial -, a análise dos mesmos exige muito cuidado, e não deve ter pretensão alguma de realizar qualquer inferência. Trata-se apenas de dados descritivos, que podem nos indicar tendências.

34 Poderíamos, talvez, interpretar esse resultado como uma maior tendência das camadas mais abastadas da sociedade brasileira a resolverem seus conflitos de maneira privada.

35 Enquanto a discussão sobre estigma (Goffman, 2008) trabalha numa perspectiva micro sociológica, as discussões sobre estrutura social e cidadania costumam adotar uma perspectiva macro sociológica. Apesar de suas distinções, acredito que seria interessantíssimo tentar fazer a ligação entre as duas correntes. No entanto, não tínhamos aqui a menor pretensão de fazê-la.

PARTE II

Estrutura social em regiões metropolitanas do Brasil

Capítulo 7

Região metropolitana de Salvador: mercado de trabalho e estrutura sócio-ocupacional

Inaiá Maria Moreira de Carvalho

1. Introdução

Este capítulo analisa a evolução recente do mercado de trabalho e da estrutura sócio-ocupacional na Região Metropolitana de Salvador, baseando-se em dados das PNADs de 2001 a 2008 e na metodologia desenvolvida pelo Observatório das Metrôpoles para a caracterização da estrutura desses grandes centros através de uma tipologia de categorias sócio-ocupacionais³⁶. Ele parte da hipótese de que o processo de desestruturação do mercado de trabalho que atingiu a economia nacional a partir dos anos 1990 se interrompeu em meados da primeira década do século XXI, configurando-se uma fase de recuperação que repercutiu favoravelmente sobre os referidos centros, mas sem transformar mais significativamente a sua estrutura sócio-ocupacional ou atacar mais decisivamente os seus históricos problemas de emprego e renda.

Esta é uma temática que vem despertando um significativo interesse por parte de estudiosos, na medida em que o mundo do trabalho e as condições de vida dos trabalhadores vêm sendo profundamente afetados pelas transformações ocorridas nas últimas décadas na dinâmica do capitalismo, com o esgotamento do fordismo, a crise da sociedade salarial, a mundialização, a hegemonia do capital financeiro e o advento das novas tecnologias e do neo-liberalismo. Desencadeando novas formas de organização da produção, intensos processos de reestruturação produtiva e profundas mudanças na divisão internacional do trabalho, em um período marcado pela instabilidade econômica e por taxas de crescimento modestas na maioria dos países, essas transformações têm levado a uma flexibilização

e fragmentação do mercado de trabalho, a uma degradação da condição salarial, uma precarização dos contratos e um extraordinário crescimento do desemprego.

Por outro lado, embora esses fenômenos tenham uma amplitude global, seus impactos são bem mais amplos e adversos nos países que não chegam a constituir uma sociedade salarial e um sistema de proteção social plenamente desenvolvidos e onde as desigualdades e a pobreza são bem mais acentuadas, como o Brasil, cujo processo de desenvolvimento o transformou em uma das maiores economias do mundo, mas se mostrou incapaz de assegurar melhores condições de trabalho e de subsistência para o conjunto da população. Apesar da expansão e diversificação da estrutura produtiva e ocupacional que acompanharam a sua industrialização e urbanização, a relação contratual assalariada e regulada por direitos trabalhistas e proteção social não chegou a se universalizar. O padrão de desenvolvimento, a abundância de mão de obra e a dimensão do “exército de reserva” permitiram tanto a compressão salarial como uma coexistência entre o “moderno” e o “tradicional”, com a persistência de relações de trabalho precárias em setores como o pequeno comércio, os serviços pessoais e o emprego doméstico.

Até a década de 1980, porém, o extraordinário desenvolvimento do país (com taxas de crescimento do PIB sempre superiores às do crescimento da PEA) ampliou as possibilidades de uma melhor integração produtiva e de uma significativa mobilidade social, notadamente nas cidades de maior porte. Foi o período de estruturação do seu mercado de trabalho, que se estendeu até o início dos anos 1980, com a elevação do nível de escolaridade da população, a diversificação das oportunidades de trabalho e o crescimento do emprego formal, notadamente na indústria, na administração pública e nos serviços em geral.

Mas essa dinâmica se reverteu nos anos 1980, com o esgotamento do padrão de financiamento e do modelo de desenvolvimento até então implementado. Com o agravamento da crise econômica e uma intensa aceleração do processo inflacionário os caminhos do Brasil terminaram sendo reorientados, com a implementação de um conjunto de políticas convergentes (denominadas como “ajuste estrutural”, “reformas estruturais” ou reformas orientadas para o mercado”), recomendadas pelas agências multilaterais.

Associadas a uma inserção passiva e subordinada do país na dinâmica de uma economia mundializada sob a hegemonia do capital financeiro, essas mudanças deixaram o Brasil mais exposto à instabilidade, aos ataques especulativos e às crises econômicas internacionais; levaram a uma desaceleração da produção, a uma tendência à desindustrialização e a um período de crescimento econômico bastante modesto, assim como a uma verdadeira desestruturação do mercado de trabalho³⁷. Esse mercado se reconfigurou, com a fragilização e redução da importância relativa do seu núcleo estruturado (ou seja, do contingente de trabalhadores com vínculo formalizado e proteção social), a proliferação de formas precárias e adversas de contrato e ocupação, o crescimento do desemprego e a queda das remunerações.

A partir de 2004, porém, observa-se uma evolução mais favorável do panorama ocupacional, associada a uma conjuntura internacional mais favorável, ao aparente término do ciclo de reestruturação da indústria de transformação, à atuação do Ministério Público e da Justiça do Trabalho em defesa dos trabalhadores, ao incremento das exportações, à retomada do crescimento econômico e a investimentos e políticas governamentais como a de valorização do salário mínimo. O emprego voltou a crescer, avançando na sua formalização; o desemprego se reduziu e os ganhos dos trabalhadores vêm experimentando certa recuperação.

Reconhecendo essas transformações, conforme anteriormente assinalado, o presente texto parte da hipótese de que esta melhoria, ainda que significativa, não foi suficiente para anular as perdas de fase anterior e, menos ainda, para superar os históricos problemas ocupacionais que afetam as nossas regiões metropolitanas, especialmente em casos como o de Salvador.

Como se sabe, o caráter desigual e combinado do desenvolvimento brasileiro tem se expressado, entre outros aspectos, em uma divisão inter-regional do trabalho que produziu desigualdades econômicas e ocupacionais muito significativas. Além disso, a evolução dos processos produtivos e as transformações na estrutura dos mercados estão levando a um novo padrão locacional das atividades econômicas e redefinindo o papel das diversas regiões metropolitanas e, como seria de esperar, isto repercute decisivamente sobre a sua estrutura ocupacional e social.

Analisando os impactos do ajuste e da reestruturação produtiva nessas regiões, Piquet (2002) assinala que as regiões metropolitanas do Rio de Janeiro e de São Paulo foram especialmente penalizadas pela perda de postos industriais, mas a primeira foi beneficiada posteriormente por um novo ciclo de investimentos alavancado pela exploração de petróleo na bacia de Campos, e a segunda por uma concentração crescente de serviços superiores no seu território. Porto Alegre também perdeu postos de trabalho industriais, mas além de apresentar historicamente melhores indicadores sociais teve as suas condições ocupacionais menos afetadas em decorrência dos efeitos positivos do Mercosul e da diversificação do seu parque produtivo. A região metropolitana de Belo Horizonte estreitou suas articulações com o eixo dinâmico da economia brasileira, passando a integrá-lo com o processo de “desconcentração concentrada” que deslocou atividades da metrópole paulista para aglomerá-las em um perímetro relativamente estreito que inclui a capital mineira e, com isso, foi a região que menos perdeu postos de trabalho.

Bem diversa foi a trajetória das metrópoles das regiões Norte e Nordeste, como Belém, Recife e Salvador. Com um mercado de trabalho mais frágil e restrito e menores condições de atrair e expandir os setores de ponta da nova fase de acumulação e com o abandono das políticas nacionais de desenvolvimento regional, esses centros tiveram o seu crescimento reduzido e agravados os seus problemas ocupacionais.

2. A dinâmica do mercado de trabalho na RMS

Fundada em 1549, Salvador sediou o Governo Geral do Brasil até 1763 como a cidade mais importante do país. Contudo, com a transferência da capital para o Rio de Janeiro ainda no período colonial, o declínio de sua base agro-exportadora, o processo de industrialização do Brasil e o predomínio econômico da região centro-sul, Salvador foi afetada negativamente, experimentando um processo secular de estagnação econômica e populacional.

Contudo, esse processo foi interrompido a partir da década de 1950, com a descoberta e exploração de petróleo em municípios de sua área de influência, os investimentos decorrentes das políticas de desenvolvimento regional e os esforços desenvolvimentistas para complementar a matriz

industrial brasileira, que levaram à implantação de um grande pólo petroquímico e de outras indústrias no município de Camaçari.

Esses e outros investimentos tiveram um impacto extraordinário sobre a velha capital baiana, convertendo a indústria no foco dinâmico da economia regional, ampliando as articulações da capital com os municípios vizinhos (que sediam os novos empreendimentos) e levando à conformação da Região Metropolitana de Salvador (RMS). Além disso, ainda que os referidos investimentos não apresentassem maiores vínculos com os setores tradicionais da economia baiana e mantivessem a parcela de trabalhadores ocupados na indústria bem mais reduzida que em outras metrópoles brasileiras, eles não deixaram de estimular o surgimento de novas atividades e a expansão e modernização de outras, contribuindo para a ampliação, diversificação e modernização do mercado de trabalho local.

Mas as transformações assinaladas incidiram sobre uma área marcada pela super oferta de mão de obra de baixa qualificação (reforçada pela atração de significativos fluxos migratórios para Salvador e sua região metropolitana), pela vinculação de uma grande parcela da força de trabalho a ocupações precárias e de baixa remuneração e por uma reduzida oferta de postos de trabalho de qualidade. Por isso, mesmo na fase de maior crescimento econômico (ou seja, entre 1970 e 1985), quando a capital baiana colocou-se entre as metrópoles mais dinâmicas do país, persistiram os problemas ocupacionais e a pobreza de amplos segmentos dos residentes nessa região metropolitana. A crise, as transformações e a desestruturação do mercado de trabalho antes assinaladas agravaram esses problemas, ampliando as formas precárias de ocupação, reduzindo os ganhos dos trabalhadores e, principalmente, aumentando bastante o desemprego e a sua duração.

Analisando-se a estrutura do mercado de trabalho da Região Metropolitana de Salvador na primeira década do presente século, observa-se que a população dessa metrópole continuou a crescer, com uma menor participação de crianças e adolescentes na sua composição. A População em Idade Ativa (PIA) se elevou de 2.616.000 em 2001 para 3.171.000 em 2008 (ou seja, de 82,6 para 85,3% dos residentes) e a pressão sobre o mercado de trabalho também aumentou, uma vez que a População Economicamente Ativa subiu de 1.619.052 para 2.082.666 no período em discussão (tabela 1 e gráfico 1). Esse aumento foi associado principalmente a um crescimento

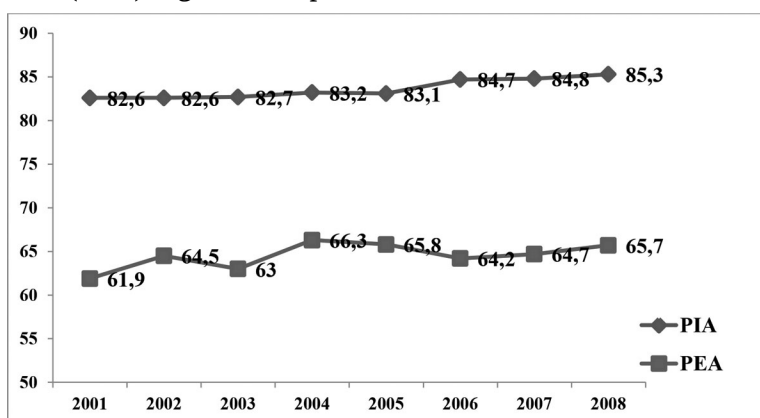
da participação feminina, em busca de uma realização profissional, estimulada pela expansão de atividades mais favoráveis à sua incorporação ou pela necessidade de contribuir para o orçamento doméstico, assegurar o seu sustento e de sua família. Tal crescimento chegou a 6,3 pontos no período analisado, contra apenas um ponto percentual da participação masculina.

Tabela 1: População Residente, em Idade Ativa e Economicamente, por Anos de Referência Região Metropolitana de Salvador 2001 – 2008

Ano	População Residente (Total)	População em Idade Ativa (PIA)		População Economicamente Ativa (PEA)	
		N	%	N	%
2001	3.165	2.616	82,6	1.619.052	61,9
2002	3.253	2.686	82,6	1.731.965	64,5
2003	3.339	2.760	82,7	1.738.817	63,0
2004	3.420	2.844	83,2	1.885.489	66,3
2005	3.499	2.909	83,1	1.914.081	65,8
2006	3.575	3.028	84,7	1.942.773	64,2
2007	3.647	3.091	84,8	2.000.161	64,7
2008	3.716	3.171	85,3	2.082.666	65,7

Fonte: IBGE/PNAD 2001-2008.

Gráfico 1: Evolução da População em Idade Ativa (PIA) e da População Economicamente Ativa (PEA) Região Metropolitana de Salvador 2001 – 2008



Fonte: IBGE/PNAD, 2001-2008.

Na conjuntura desfavorável que persistiu até meados da década passada, na medida em que o crescimento da população, as mudanças na sua composição e maiores taxas de participação ampliaram a pressão sobre o mercado de trabalho, deterioraram-se ainda mais as suas condições. Nos

primeiros anos da série estudada a população ocupada experimentou uma relativa estagnação, as modalidades de incorporação tornaram-se mais desfavoráveis e o desemprego aumentou bastante. A partir de meados da década, porém, observa-se na RMS a mesma tendência de crescimento da atividade econômica e de recuperação do mercado de trabalho registradas para o conjunto do país, com o aumento da ocupação, uma maior formalização dos vínculos de trabalho e uma queda da desocupação, ainda que esta última ainda persista elevada.

Como mostram a tabela 2 e o gráfico 2, em 2008 a desocupação na RMS chegou a 14,2%, a menor dos últimos 8 anos, mas a média nacional não ia além de 7,1% nessa mesma ocasião. E apesar da sua participação crescente, continuava mais difícil para as mulheres encontrar trabalho. A proporção de desempregados entre os homens caiu de 12,7 em 2001 para 10,6 em 2008. Mas entre as mulheres esse decréscimo foi bem mais reduzido (19,1 para 18%, respectivamente), e no último ano de série cerca de 180 mil delas continuavam em busca de trabalho, representando 61,6% do total de desempregados na RMS.

É entre os jovens, porém, que a desocupação se extrema. Esse contingente da população vem participando significativamente do mercado de trabalho, de um lado, pela necessidade de contribuir para a subsistência da família e pelo desejo de ter certa autonomia e um acesso a determinados padrões de consumo, inclusive como forma de pertencimento ao seu grupo social. Do outro, pelo abandono ou resistência a uma escola pouco atraente, de baixa qualidade e distante de sua realidade e aspirações. Mas, se a escola não consegue retê-los, o mercado de trabalho muitas vezes não os quer, e, assim, os jovens terminam amargando taxas de desemprego extraordinariamente elevadas. No caso da RMS, na faixa dos 15 a 24 anos o desemprego já chegou a mais de 34,7, nos anos iniciais da década passada, e mesmo após a redução dos últimos anos ele atingia ainda 29,8% em 2008.

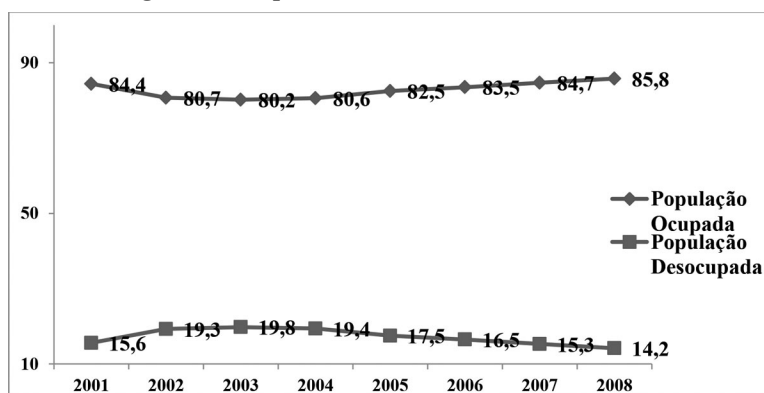
Tabela 2: População Economicamente Ativa por Condição de Ocupação e Ano de Referência Região Metropolitana de Salvador 2001 – 2008

Ano	População Economicamente Ativa	Condição de Ocupação			
		População Ocupada		População Desocupada	
		N	%	N	%
2001	1.619.052	1.366.084	84,4	252.968	15,6
2002	1.731.965	1.397.570	80,7	334.395	19,3

2003	1.738.817	1.394.531	80, 2	344.286	19,8
2004	1.885.489	1.520.628	80, 6	364.861	19,4
2005	1.914.081	1.578.229	82,5	335.852	17,5
2006	1.942.773	1.622.055	83,5	320.718	16,5
2007	2.000.161	1.695.016	84,7	305.145	15,3
2008	2.082.666	1.787.471	85,8	295.195	14,2

Fonte: IBGE/PNAD 2001-2008.

Gráfico 2: Evolução da População Ocupada e Desocupada
Região Metropolitana de Salvador 2001 – 2008



Fonte: IBGE/PNAD 2001-2008.

Além disso, o tempo de procura de trabalho pelos desempregados se ampliou bastante, e contrariando aqueles autores que estabelecem uma relação direta entre emprego e escolaridade, o desemprego se expandiu apesar de um significativo aumento dos níveis educacionais da população e vem atingindo, até mesmo, aqueles mais escolarizados. É verdade que quanto maior a escolaridade, mais elevadas as taxas de participação das pessoas de 10 anos e mais de idade. Entre as pessoas com baixa escolaridade essas taxas vêm caindo, o que pode indicar uma dedicação maior à escola ou barreiras no mercado de trabalho que desestimulam a sua participação. As taxas de desemprego entre essas pessoas são mais baixas que entre aquelas com 5 a 8 ou 9 a 12 anos de estudo, já que existe uma oferta crescente de postos que exijam pouca qualificação. O grupo de pessoas com 9 a 12 anos de estudo era o que possuía as maiores taxas de desemprego na RMS. Elas chegaram a mais de 20% entre 2002 e 2004 e se mantiveram em 16,5% em 2008. Entre aqueles com pelo menos o ensino médio concluído (ou seja, com 12 anos ou mais de estudo), 8,5% estavam desempregados.

Como seria de esperar, com a recuperação do mercado de trabalho também se ampliou o número de trabalhadores com vínculos empregatícios formalizados e proteção social, ainda que de forma discreta. A proporção de ocupados com carteira assinada e/ou contribuição para a previdência social passou de 49,9% em 2001 para 51,4% em 2008. Mas o número absoluto de ocupados sem proteção social chegava ainda a 869 mil pessoas ocupadas em 2008, representando 48,6% do seu total.

Por outro lado, o processo de desestruturação do mercado de trabalho também se refletiu sobre os ganhos dos trabalhadores, reduzindo o rendimento real médio dos ocupados em diversas regiões metropolitanas e, especialmente, nas de Porto Alegre, Recife e Salvador, conforme constatado por Carvalho (2011, p. 408) com base em dados da Pesquisa e Emprego e Desemprego – PED. Praticamente generalizada, essa redução foi ainda mais acentuada entre aqueles que auferiam relativamente melhores ganhos: os homens, os brancos, os chefes de família e aqueles com ensino médio completo. As perdas foram menores entre as mulheres, os negros, os jovens e os menos escolarizados, cujos rendimentos já eram bastante reduzidos (sendo, portanto, de mais difícil compressão), e que, estando próximos ou iguais ao salário mínimo foram beneficiados pelas políticas mais recentes de sua valorização.

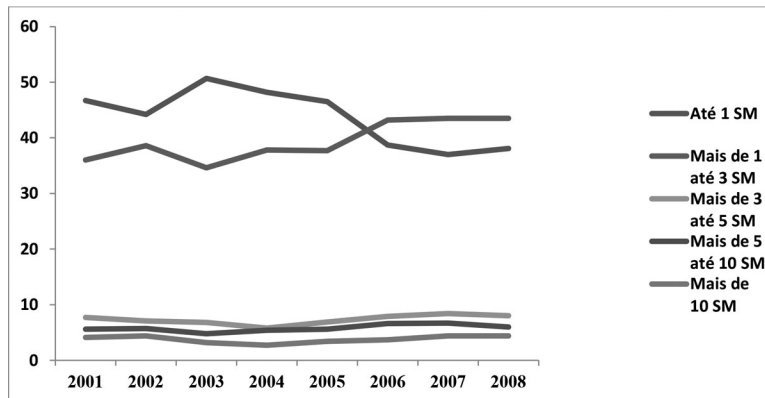
Tabela 3: Pessoas de 10 anos e mais de idade por faixa de renda e ano de referência região Metropolitana de Salvador 2001 – 2008

Ano	Renda Total (em SM)*				
	Até 1 SM	Mais de 1 até 3 SM	Mais de 3 até 5 SM	Mais de 5 até 10 SM	Mais de 10 SM
2001	46,7	36,0	7,7	5,6	4,1
2002	44,2	38,6	7,1	5,7	4,4
2003	50,7	34,6	6,8	4,8	3,2
2004	48,2	37,8	5,8	5,4	2,7
2005	46,5	37,7	6,9	5,6	3,4
2006	38,7	43,2	7,9	6,6	3,7
2007	37,0	43,5	8,4	6,7	4,4
2008	38,1	43,5	8,0	6,0	4,4

Fonte: IBGE/PNAD, 2001 – 2008.

* Preços constantes de 2008 – Deflacionada pelo INPC.

Gráfico 3: Pessoas de 10 anos e mais, por faixa de renda e ano de referência Região metropolitana de salvador 2001 – 2008



Fonte: IBGE/PNAD, 2001 – 2008.

A relativa recuperação do mercado de trabalho nos anos mais recentes propiciou uma discreta melhoria dos ganhos dos trabalhadores, e, com a mesma, observa-se que a proporção de pessoas de 10 anos e mais de idade que tinham renda até um salário mínimo caiu de 46,7% em 2001 para 38,1% na Região Metropolitana de Salvador. Isto resultou no crescimento do grupo imediatamente acima, ou seja, das pessoas com renda de mais de um a três salários mínimos, que aumentou em 36% da PIA em 2001, para 43,5% em 2008. Os grupos nas faixas de rendimentos mais elevados mantiveram uma participação praticamente estável, com pequenos crescimentos relativos, apresentados na tabela 3 e no gráfico 3. Assim, pode-se dizer que um grande número de pessoas em idade ativa saiu da pobreza na região metropolitana de Salvador, mas se manteve em faixas de rendimentos bastantes baixas, uma vez que 80% delas percebem no máximo até três salários.

3. A estrutura sócio-ocupacional da RMS

Como seria de esperar, esse padrão de rendimentos está associado à persistência e às especificidades da estrutura sócio-ocupacional da RMS. Analisando-se essa estrutura com base na série de dados da PNAD e na metodologia desenvolvida pelo Observatório das Metrôpoles, verifica-se que enquanto as metrôpoles do Sul e do Sudeste se caracterizam pelo maior peso das categorias ocupacionais superiores e/ou do operariado industrial, a marca da RMS é a proporção de ocupados na prestação de serviços, especializados e não especializados.

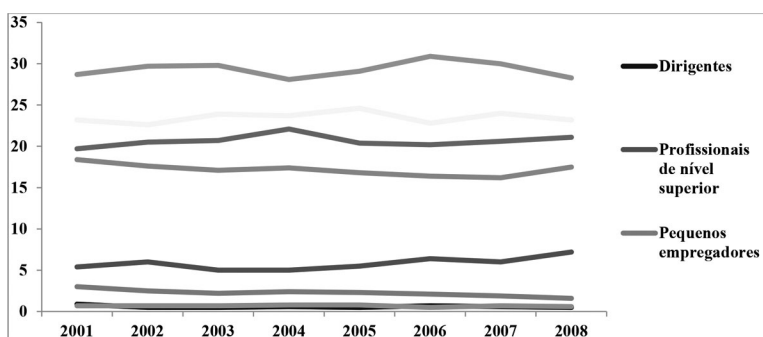
O grupo dos dirigentes teve uma queda de 24,1% no período analisado (passando de 9.504 para 7.208 ocupados e não representando mais que 0,4% do total em 2008) e parece ter sofrido algumas mudanças na sua composição. Além de uma maior presença relativa de mulheres e não brancos, observa-se um decréscimo significativo nas suas remunerações, cuja média passou de 11.659,00 para 6.913,00 do ano inicial para o final da série estudada³⁸, como mostram a tabela 4 e o gráfico 4.

Tabela 4: População Ocupada por Grupos Sócio-Ocupacionais, Segundo o Ano de Referência Região Metropolitana de Salvador 2001 – 2008

Categorias Sócio-Ocupacionais	Ano de Referência							
	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008
	%	%	%	%	%	%	%	%
Dirigentes	0,7	0,5	0,5	0,5	0,5	0,7	0,5	0,4
Profissionais de nível superior	4,7	5,1	4,3	4,3	4,6	5,5	5,1	6,3
Pequenos empregadores	2,7	2,3	2,1	2,2	2,3	2,1	1,8	1,6
Ocupações médias	26,8	27,7	28,0	26,7	27,4	29,0	28,5	27,2
Trabalhadores do terciário	19,7	19,8	20	21,4	20,1	20,0	21,0	20,9
Trabalhadores do secundário	20,2	19,5	19,5	19,1	19,2	18,2	18,3	19,6
Trabalhadores do terciário-não especializado	23,4	23,2	23,2	24,0	24,0	23,1	23,1	22,9
Agricultores	1,7	1,8	1,5	1,7	1,9	1,4	1,6	1,2
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

Fonte: IBGE/PNAD, 2001-2008.

Gráfico 4: Evolução dos Grupos Sócio-Ocupacionais - Região Metropolitana de Salvador 2001 – 2008



te: IBGE/PNAD, 2001-2008.

O grupo dos profissionais de nível superior foi o que mais cresceu, passando de 61.349 para 110.068 ocupados ao longo do período, mas ainda assim essa categoria não tem o peso constatado nas metrópoles mais desenvolvidas do país como Brasília, São Paulo, Rio de Janeiro ou Belo Horizonte, enquanto o grupo dos pequenos empregadores experimentou uma clara evolução negativa. Os trabalhadores em ocupações médias constituem o contingente mais numeroso (chegando a 476.352 ocupados em 2008), mas que não chega à proporção registrada em outras regiões metropolitanas. O grupo dos trabalhadores do secundário nunca foi numericamente dos mais significativos na RMS e sua ampliação nos últimos anos reflete, sobretudo, o enorme crescimento da produção imobiliária, associado entre outros fatores à melhoria das condições de emprego e renda, à retomada dos investimentos públicos e às facilidades de financiamento no âmbito do sistema habitacional³⁹.

Apesar do relativo avanço das atividades industriais, a economia da RMS continua especialmente ancorada nas atividades terciárias, com ênfase na administração pública e nos setores de saúde e educação, no comércio de mercadorias, nas atividades do setor imobiliário, de alojamento e alimentação (que tem sido estimulada, inclusive, pela expansão do turismo) e nos serviços de caráter pessoal. Por isso, não chega a ser surpreendente o peso dos trabalhadores do terciário e, particularmente, do terciário não especializado na estrutura sócio-ocupacional em discussão, devendo ser ressaltado o peso e o crescimento desse segundo grupo ao longo da série estudada.

Mesmo após o movimento de recuperação do mercado de trabalho, em 2008 o contingente de trabalhadores do terciário não especializado agregava 400.760 ocupados, ficando atrás somente do grupo de trabalhadores em ocupações médias (com 476.352 ocupados) e registrando um incremento de cerca de 30% entre 2001 e 2008. Já os trabalhadores agrícolas têm uma participação inexpressiva e declinante (como em outras metrópoles brasileiras) e se concentram basicamente em alguns municípios pouco populosos da RMS onde a agropecuária ainda conserva certa relevância, como Dias D'Ávila, Candeias ou São Francisco do Conde⁴⁰.

4. Algumas observações finais

Confirmando as hipóteses levantadas no início do presente capítulo, os dados e análises nele apresentados evidenciam que, embora nos primeiros anos deste novo milênio as condições ocupacionais tenham se tornado mais adversas, a partir de meados da sua primeira década, o mercado de trabalho assumiu uma conformação mais favorável na Região Metropolitana de Salvador (como nas demais regiões metropolitanas brasileiras), mas sem chegar a anular o conjunto de perdas da fase anterior e, muito menos, a afetar mais decisivamente os seus históricos problemas ocupacionais. Passada a fase mais intensa da reestruturação produtiva e em uma conjuntura internacional mais favorável, com a recuperação do crescimento econômico e os efeitos positivos de algumas políticas governamentais, o comércio, os serviços e a construção civil se expandiram e o nível de ocupação se elevou, enxugando parte do excedente de mão de obra e reduzindo a desocupação. O emprego protegido voltou a crescer e a remuneração dos trabalhadores experimentou uma discreta recuperação.

Além disso, as evidências disponíveis para os últimos anos indicam uma relativa continuidade dessa dinâmica. Tanto a pesquisa de Emprego e Desemprego como as análises de Santos, Bispo Filho e Neves (2010) constataram que a crise econômica de 2008 não teve maiores repercussões sobre essa região; que em 2009 a evolução do emprego continuou a ser positiva, principalmente em decorrência do crescimento da construção civil, do comércio e dos serviços, o desemprego persistiu em queda, o tempo médio despendido pelos desempregados à procura de trabalho caiu e o rendimento médio dos ocupados registrou uma elevação de cerca de 1% (PED, 2010).

Contudo, pouco mais da metade dos trabalhadores ocupados desfruta de alguma proteção trabalhista e social. A precariedade ocupacional e o desemprego permanecem elevados e os rendimentos provenientes do trabalho reduzidos. Alguns segmentos da População Economicamente Ativa continuam a ser especialmente penalizados pelos problemas ocupacionais, a exemplo das mulheres, dos jovens, dos negros e daqueles com menor escolaridade, e a estrutura sócio-ocupacional da RMS continua bem mais desfavorável que a de outras metrópoles do país. Como foi visto, enquanto Brasília, Rio de Janeiro, São Paulo, Porto Alegre, Belo Horizonte ou Curitiba contam com uma participação mais significativa de ocupados nas categorias sócio-ocupacionais superiores, de trabalhadores nas

ocupações médias ou em atividades industriais, mantém-se na RMS, uma maior relevância dos contingentes de inserção mais precária, a exemplo dos trabalhadores do terciário sem qualificação. Persistem, portanto os seus problemas de emprego e, sobretudo, da qualidade desse emprego, colocando em questão a divisão inter-regional do trabalho e o próprio caráter desigual e combinado do desenvolvimento nacional.

Referências bibliográficas

BALTAR, Paulo Eduardo de Andrade. O mercado de trabalho no Brasil dos anos 90. Tese de livre docência apresentada ao Instituto de Economia da Universidade Estadual de Campinas – UNICAMP. Campinas, 2003, 239 p.

BORGES, Ângela Carvalho. Impactos do desemprego e da precarização sobre as famílias metropolitanas. Trabalho apresentado no XV Encontro Nacional de Estudos Populacionais. Caxambu, ABEP, 2006.

CARVALHO, Cesar Vaz; MARQUES, Ilce M.; GÓES, Thiago R. Dinâmica econômica e sócio-espacial da metrópole baiana em uma economia globalizada. Salvador, SEI, 2010.

CARVALHO, Inaiá M. M. Mercado de Trabalho e Vulnerabilidade em Regiões Metropolitanas Brasileiras. Caderno CRH, v. m24, n. 62. Salvador, CRH-EDUFBA, 2011, p. 397-412.

CEPAL/PNUD/OIT. Emprego, desenvolvimento humano e trabalho decente: a experiência brasileira recente. Brasília, 2008, 176 p.

DE TONI, Miriam. Precarização do trabalho a partir dos anos 90: reversão da tendência no período recente? In: BASTOS, Raul L. A. (Coord.). Dimensão da precarização do mercado de trabalho na Região Metropolitana de Porto Alegre. Porto Alegre, FEE, 2007, p. 17-79.

DEDECCA, Cláudio Salvatori, ROSANDISKI, Elane Navarro. Recuperação econômica e a geração de empregos formais. In: Centro de Gestão e Estudos Estratégicos Parcerias Estratégicas, n. 22. Brasília, 2006, p. 169-189.

DRUCK, Graça, FRANCO, Tânia. (Orgs.). A perda da razão social do trabalho. Terceirização e precarização. São Paulo, Boitempo Editorial, 2007.

FERNANDES, Cláudia Monteiro. Juventude em transição para o mundo do trabalho. Dissertação (Mestrado), Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Universidade Federal da Bahia. Salvador, 2006, 121 p.

PED. Pesquisa de Emprego e Desemprego. Boletim Mensal – PEDRMS. Salvador, SEI, ago/2010.

PED. O Mercado de Trabalho na Região Metropolitana de Salvador em 2009. Pesquisa de Emprego e Desemprego. Boletim Anual 2009. Salvador, 2010.

PIQUET, Rosélia. A Indústria metropolitana no Brasil muda de lugar e emprega menos. In: *Planejamento e Território: ensaios sobre a desigualdade*. Cadernos IPPUR, ano XV, n. 2/ano XVI, n. 1. Rio de Janeiro, IPPUR/D & A Editora, 2002, p. 249-263.

POCHMANN, Márcio. O emprego na globalização: a nova divisão internacional do trabalho e os caminhos que o Brasil escolheu. São Paulo, Boitempo, 2001.

POCHMANN, Márcio. O emprego no desenvolvimento da nação. São Paulo, Boitempo, 2008, 238 p.

SANTOS, Luiz C. dos, BISPO FILHO, Leormínio M., SOUZA, Laumar Nevs de. Um índice para o mercado de trabalho da Região Metropolitana de Salvador. In: BRAGA, Taiz, VIDAL, Francisco, NEVES, Laumar (Orgs.). Trabalho em Questão. Salvador, SEI, 2010 (Série Estudos e Pesquisas, 86).

36 Sobre essa metodologia, ver Ribeiro, Luiz Cesar de Q.; Ribeiro, Marcelo G.; Lygia G. Costa. Estrutura Social das Metrôpoles Brasileiras: 2001 a 2008. Rio de Janeiro, Observatório das Metrôpoles, 2010.

37 A esse respeito, ver por exemplo, Baltar, 2003; Borges, 2006; Dedecca, Rosandiski, 2006; Pochmann, 2001, 2008; Bastos, 2007; De Toni, 2007; Druck, Franco, 2007; CEPAL/PNUD/OIT, 2008, Carvalho, 2011.

38 É possível que esse decréscimo também esteja associado à transferência da sede de grandes empresas regionais para São Paulo.

39 Baseando-se em dados da RAIS, Carvalho, Marques e Góes (2010) estimaram que em 2008 a indústria de transformação e a construção civil seriam responsáveis por respectivamente 7,3% e 7,0% da ocupação na RMS, ressaltando que o emprego nessa segunda atividade teve um crescimento de 105% entre 1996 e 2008.

40 Composta atualmente por 12 municípios, a RMS tem como uma de suas características a concentração de mais de 75% da sua população em Salvador. Aí também se concentram a riqueza e as oportunidades ocupacionais, a ponto de se poder afirmar que Salvador constitui o mercado de trabalho não apenas da RMS como do próprio Estado da Bahia. Embora alguns sediem os grandes empreendimentos industriais, os demais municípios têm uma população reduzida, uma estrutura produtiva centrada nas atividades primárias e no turismo e uma estrutura ocupacional pouco diversificada, entre outros motivos porque a maioria dos trabalhadores nos modernos empreendimentos reside em Salvador.

Capítulo 8

Mercado de trabalho e estrutura social na região metropolitana do Recife: observações a partir das pnads 2001-2008

*Jan Bitoun
Livia Miranda
Maria Rejane Souza de Britto Lyra*

1. Introdução

Em tempos de Globalização, a redefinição do papel econômico do Estado, tem sido marcada pela valorização excessiva das relações de mercado, pelo crescimento da economia dos serviços, em detrimento dos setores mais tradicionais. Nesse contexto, ações são estrategicamente planejadas, para promover as articulações e os interesses de agentes urbanos, capazes de explorar as reais possibilidades de inserção local em redes regionais e mundiais. O Brasil desponta nesse cenário como uma das maiores economias do mundo e se vê cada vez mais pressionado pelo paradigma da inserção estratégica no mercado global. Apesar da recente expansão e diversificação da estrutura produtiva e ocupacional brasileira, as condições de trabalho e proteção social ainda são frágeis para a maior parte da população. Excluídos dos postos de trabalho modernos, muito continuam submetidos às oportunidades de maior vulnerabilidade, no terciário não especializado, no pequeno comércio e os serviços domésticos, que conservam relações de trabalho precárias e baixos salários, em função do grande contingente de reserva.

A forte crise fiscal e financeira, vivida pelo país nos anos 1980 e 1990, encerrou o cenário de desenvolvimento apresentado nas décadas anteriores, quando se estruturou no país um mercado de trabalho calcado na industrialização articulada à urbanização dos grandes centros metropolitanos. Esgotado, o modelo desenvolvimentista foi reorientado e liberalizado. O contexto de desaceleração da produção, de pequeno crescimento e de grande vulnerabilidade econômica agravou principalmente na região Nordeste, a precariedade do mercado de trabalho, a informalidade e o desemprego. Na última década, o Estado reassumiu um papel mais estruturador do desenvolvimento e passou a investir na “construção de infraestrutura econômica e social e na ampliação de conglomerados brasileiros privados, para torná-los competitivos no mercado internacional” (Maricato, 2010: 31).

Observa-se, nos últimos anos, um movimento de recuperação do crescimento econômico e a consequente ampliação do trabalho formal e do consumo. O país fechou a primeira década do novo século gerando 1,77 milhões de empregos apesar do cenário de crise mundial (RAIS, 2009) e a taxa de desocupação declinou quatro pontos percentuais entre 2002 e 2009 (11,7% para 6,7%) (IBGE/PME, 2011). Na Região Nordeste, o aumento do salário-mínimo e as transferências governamentais de recursos fiscais distributivos, por meio do programa Bolsa Família, embora não tenham impactado o Produto Interno Bruto (PIB), elevaram as taxas de crescimento econômico. (CANO, 2010 in MARICATO, 2011).

Pernambuco, como outros estados nordestinos, encontra-se em um momento favorável da sua economia. Atravessa um ciclo expansivo de investimentos e de ampliação das oportunidades de emprego formal, capitaneados pela construção civil o qual reflete a fase de instalação de novos empreendimentos (Refinaria Abreu e Lima, Estaleiro, Montadora, Siderúrgica, Cidade da Copa, Pólo Farmacoquímico, Transposição, Transnordestina etc.). Foram os Municípios do Recife e de Ipojuca (situados na Região Metropolitana), e Petrolina (no sertão de São Francisco), que impulsionaram o crescimento absoluto do emprego. É significativo o crescimento dos tradicionais setores de serviços e comércio na metrópole, e da agropecuária (cana de açúcar) no resto do Estado. O setor secundário também vem se destacando, pelo aquecimento da indústria da construção civil (CEPLAN, 2011). Nesse cenário, de fortes transformações sociais e econômicas, buscou-se investigar, na Região Metropolitana do Recife, as configurações do mercado de trabalho e a composição sócio-ocupacional da população, a partir de metodologia desenvolvida pelo Observatório das Metrópoles, com base nos dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio (PNAD), entre os anos de 2001 e 2008.⁴¹ Pretende-se observar em que medida, o mercado

de trabalho pernambucano alterou a sua configuração e estrutura nesse momento favorável da economia pernambucana.

O estudo nacional, parte do pressuposto de que: a recuperação que o mercado de trabalho vem apresentando na última década, com impactos expressivos sobre as metrópoles, não alterou significativamente a sua estrutura sócio-ocupacional, nem foi capaz de romper com o histórico cenário das desigualdades que configura barreiras estruturais ao emprego e a renda. No caso das metrópoles nordestinas, onde os rendimentos do trabalho sempre foram os mais baixos do país, a estrutura sócio-ocupacional foi ainda menos impactada (RIBEIRO, *et.all*: 2010).

Este artigo está organizado em três partes: a primeira apresenta um breve histórico da estruturação do mercado de trabalho na Região Metropolitana do Recife, particularmente nas últimas décadas, quando se configuram as transformações significativas na estrutura socioeconômica pernambucana; a segunda enfoca a configuração dos mercados de trabalho metropolitano em uma perspectiva comparativa com o Estado e com a capital Recife, na última década. Nessa parte buscou-se destacar o perfil e a condição de proteção social da população economicamente ativa; na terceira parte se observou mais detalhadamente a composição sócio-ocupacional do mercado de trabalho metropolitano, também em uma perspectiva comparativa com o Estado e com o seu núcleo, Recife. Buscou-se verificar se houve alterações significativas nessa estrutura. As considerações finais pretenderam resumir as constatações mais relevantes a respeito do mercado de trabalho metropolitano e recifense.

2. A estrutura socioeconômica e o mercado de trabalho em Pernambuco

Nessa parte do texto serão apresentados aspectos gerais da estrutura e da dinâmica econômica do Estado de Pernambuco e em particular da Região Metropolitana do Recife e seu núcleo. Procurar-se-á estabelecer as relações entre a estrutura e a dinâmica da economia no tempo longo e a estrutura e a dinâmica do mercado de trabalho na última década.

2.1 AS HERANÇAS DA OCUPAÇÃO DO TERRITÓRIO

A ocupação do território pernambucano remonta a chegada dos colonizadores portugueses, no início do século XVI. A costa pernambucana foi estruturada para a produção escravista da cana de açúcar, uma das principais fontes de riqueza para a coroa portuguesa até meados do século XIX. A produção canavieira se concentrou no litoral, em uma faixa de 60 km, correspondente atualmente a Zona da Mata Pernambucana. O monocultivo exigiu a ocupação de vastas áreas de terra, latifúndios que marcam até hoje a estrutura fundiária e as precárias condições de trabalho na região. A ocupação para o interior se deu a partir do deslocamento de sitiantes e criadores de rebanhos da região canavieira para o agreste e o sertão, à medida que se processava a conquista dos territórios ameríndios pelos colonizadores. O semiárido apresentava muitas dificuldades naturais e clima sazonalmente seco. Tais condições afetavam seriamente a sua base produtiva. Apesar disso, essa região foi responsável, durante muito tempo, pela provisão de alimentos para o litoral.

As difíceis condições naturais no interior e a sazonalidade das crises na economia canavieira promoveram durante o século XX um intenso processo migratório em direção a capital do estado, onde se apresentavam as oportunidades promovidas pelo Brasil desenvolvimentista. Foi a oferta abundante de mão de obra de baixa qualificação na região, sem que esta tivesse capacidade de absorvê-la, que gerou as crescentes condições de baixos salários, informalidade e desemprego características do mercado de trabalho pernambucano. Essa condição persistiu mesmo nos períodos de crescimento econômico positivo (1970 e 1985), configurando no “grande Recife” um dos mercados de trabalho mais desiguais do País. Tais características se agravaram nos anos 1990, como se verá a seguir.

2.2 O MERCADO DE TRABALHO PERNAMBUCANO NO CONTEXTO RECENTE

O mercado de trabalho pernambucano apresenta fragilidades estruturais herdadas do seu precário processo de desenvolvimento. Essa condição foi bastante agravada nos anos 1990 pela crise fiscal e financeira que marcou o desenvolvimento brasileiro nesse período. O comportamento do emprego no Estado, também foi expressão da grande desigualdade intrarregional. As oportunidades ainda estão excessivamente concentradas na Região Metropolitana que foi responsável por cerca de dois terços do total de empregos formais gerados nos anos 1990. As demais meso-regiões (Sertão, Agreste e a Zona da Mata) apresentam uma pequena participação. Sabóia (2000)

ressalta que as relações de trabalho no mercado nacional desse período foram marcadas pela precarização do emprego, da ocupação/informalidade, e do rendimento das pessoas ocupadas. A economia estadual, seguindo as tendências nacionais, apresentou forte queda no Produto Interno Bruto (PIB) que cresceu menos que os do Brasil, do Nordeste e inclusive dos Estados do Ceará e da Bahia (que nas décadas anteriores apresentavam PIB per capita próximos do Pernambucano).

Segundo os estudos de Neto e Vergolino (2001), as baixas taxas de crescimento nos anos 1990 afetaram fortemente o comportamento dos indicadores relacionados ao mercado de trabalho pernambucano e marcaram significativas mudanças na estrutura ocupacional: i) o setor industrial (particularmente o da indústria de transformação) foi o principal responsável pelo baixo dinamismo da economia estadual, seguido pelo setor agropecuário; ii) o setor serviços, embora tenha apresentado taxa positiva nessa década, cresceu abaixo das médias nordestinas e brasileiras. Na segunda metade da década, o efeito positivo da estabilização macroeconômica se refletiu sobre o terciário, mas não impediu uma forte involução do emprego urbano na indústria. Os resultados mais positivos foram alcançados no setor terciário, tradicionalmente importante na geração dos empregos formais pernambucanos, chegou a atingir mais de 2/3 do total de empregos oferecidos. O setor público também se mostrou importante gerador de empregos. No interior foi o setor agropecuário o que mais empregou, no entanto, as fragilidades provocadas pelas fortes variações climáticas, já mencionadas, sempre promoveram uma forte sazonalidade no total de empregos gerados.

Para a Região Metropolitana do Recife os anos 1990 foram particularmente difíceis. A desigualdade nos rendimentos da força de trabalho formal foi a mais elevada entre as regiões metropolitanas brasileiras. O emprego industrial apresentou crescimento negativo e o setor de serviços apresentou um inexpressivo aumento. A maioria dos postos de trabalho gerados foi de baixa remuneração e a taxa de desemprego aberto cresceu. O subemprego e a informalidade vêm acompanhando a história recente da Região e chegou ao patamar de aproximadamente metade da ocupação total da força de trabalho local.

Nos anos 2000 as condições de desenvolvimento vêm se apresentando mais positivas. As transformações socioespaciais recentes no Estado estão sendo estimuladas por grandes projetos econômicos orquestrados a partir das agendas do governo. Entre eles se destacam: refinaria Abreu e Lima, estaleiro, montadora, siderúrgica, Cidade da Copa, Pólo farmacológico, fábrica de veículos Fiat, transposição do rio São Francisco, transnordestina, perímetro irrigado do São Francisco etc. Esses projetos vêm impulsionando a dinâmica local e atraindo população para as regiões⁴² nas quais estão instalados. A oferta de empregos é crescente em todas as regiões do Estado, mas se destacam aquelas em que os empreendimentos acontecem.

Na região do Perímetro Irrigado do Sertão do São Francisco, a taxa média de crescimento anual do PIB entre 2000 e 2008 alcançou 7,2% a.a. Já o impacto das obras da Transposição do rio São Francisco e da ferrovia Transnordestina pôde ser sentido na região do Sertão Central que apresentou, entre 2005 e 2010, proporcionalmente a maior taxa média anual de crescimento do estoque de empregos entre todas as regiões do Estado (18,7%), conforme as Tabelas 2.1 e Tabela 2.2, organizada pela CEPLAN (2011). Pode-se ainda destacar, o elevado estoque de empregos nos sertões do Araripe, Moxotó, Itaparica e nas regiões do Agreste Central e Setentrional (as duas últimas, beneficiadas por um pólo industrial de confecções). Esses dados configuram uma tendência do desenvolvimento no interior do Estado. Vale salientar, no entanto, que o incremento no estoque de empregos da região metropolitana foi de aproximadamente 300 mil, 67% do total acumulado no Estado. Tal dado permite reafirmar a centralidade que o mercado metropolitano exerce no total estadual.

Tabela 2.1: Pernambuco: População e Produto Interno Bruto (PIB) a preços constantes. Regiões de Desenvolvimento (RD) 2000-2008

Região de Desenvolvimento	População			PIB a preços constantes		
	2000	2010	Crescimento Médio Anual (%)	2000 (R\$ Milhões)	2008 (R\$ Milhões)	Tx média de Cresc. Anual 2000/2008 (%)
Agreste Central	935.207	1.048.968	1,2	3803,66	5412,20	4,51
Agreste Meridional	594.890	641.727	0,8	1.917,57	2.800,50	4,85
Agreste Setentrional	463.711	526.905	1,3	1.435,19	1.988,50	4,16
Metropolitana	3.339.616	3.693.117	1,0	34.156,22	45.738,30	3,72
Sertão Araripe	227.207	307.642	1,0	865,28	1.135,20	3,45
Sertão Central	159.397	171.307	0,7	3.803,66	5.412,20	4,51
Sertão Itaparica	116.574	134.212	1,4	861,61	1046,00	2,45
Sertão Moxotó	185.179	212.556	1,4	582,46	856,40	4,94

Região de Desenvolvimento	População			PIB a preços constantes		
	2000	2010	Crescimento Médio Anual (%)	2000 (R\$ Milhões)	2008 (R\$ Milhões)	Tx média de Cresc. Anual 2000/2008 (%)
Sertão Pajeú	297.494	314.603	0,6	954,54	1.353,30	4,46
Sertão São Francisco	341.580	434.713	2,4	1.855,75	3.192,70	7,02
Zona da Mata Norte	541.428	577.191	0,6	2.412,13	2.860,10	2,15
Zona da Mata Sul	665.846	733.447	1,0	2.731,47	3.378,80	2,69
Pernambuco	7.918.344	8.796.448	1,1	52.081,45	70.440,90	3,85

Fontes: IBGE, Censos Demográficos, 2000-2010. Elaboração CEPLAN, 2011.

Agencia Condepe-Fidem. Contas Regionais. Elaboração CEPLAN, 2011.

Obs. Os dados referentes aos anos 1999, 2000, 2001 foram obtidos por meio de retroprolação.

Valores a preço de 2008, deflacionados pelo deflator implícito no PIB.

Tabela 2.2: Pernambuco: Estoque de Emprego. Regiões de Desenvolvimento (RD) 2000-2008

Região de Desenvolvimento	Estoque de Emprego		
	2005	2010	Tx média de Cresc. Anual 2010/2005 (%)
Agreste Central	78.404	120.489	9,0
Agreste Meridional	31.647	40.723	5,2
Agreste Setentrional	27.720	41.906	8,6
Metropolitana	720.016	1.017.123	7,2
Sertão Araripe	12.906	20.108	9,3
Sertão Central	8.608	20.270	18,7
Sertão Itaparica	7.407	11.116	8,5
Sertão Moxotó	10.339	16.932	9,0
Sertão Pajeú	17.641	21.914	4,4
Sertão São Francisco	45.244	60.200	5,9
Zona da Mata Norte	61.438	75.650	4,2
Zona da Mata Sul	74.181	91.195	4,2
Pernambuco	1.095.551	1.536.626	7,0

Fontes: RAIS/MTE. Elaboração CEPLAN, 2011.

2.3 Os Investimentos Recentes e seu Impacto

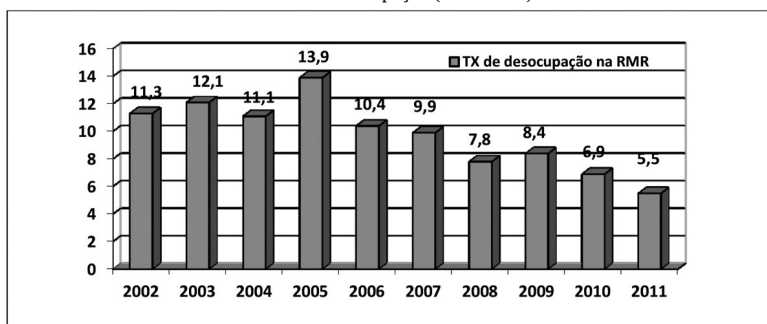
NO MERCADO DE TRABALHO METROPOLITANO

Na Região Metropolitana do Recife os empreendimentos e a infraestrutura urbana em implantação estão claramente concatenados à ideia estratégica de inserção local no processo de globalização da economia. Na prática, as lógicas de localização dos novos empreendimentos continuam a induzir um modelo espraído de crescimento urbano identificado nas décadas anteriores. No estudo estratégico desenvolvido para a região metropolitana, aponta-se o estabelecimento de um colar metropolitano que envolve os nove municípios a ela contíguos⁴³. Esses municípios receberão as infraestruturas que viabilizarão os novos empreendimentos. Estão previstas: a duplicação de rodovias, a construção de escolas técnicas, de hospitais regionais, de alojamentos e futuros bairros residenciais populares (Agencia Condepe-Fidem, 2006: 17-19).

Assim como o capital, o trabalho também se globalizou. A taxa de desocupação na região metropolitana diminuiu progressivamente na segunda metade dessa década, como mostra o gráfico 2.1. A indústria da construção civil é a grande responsável pelo aumento do PIB e pela geração de empregos. A Taxa Média Anual de aumento da Geração de Emprego nesse setor foi de 23,7% (Guarda, 2011). Leonardo Guimarães (2002) explica que quando a expansão da população ocupada é maior do que o crescimento da população economicamente ativa configura-se uma tendência de redução do número de desocupados e a interrupção do processo de precarização. No próximo item essa questão será retomada. A renda média do trabalhador também aumentou entre os anos de 2003 e 2011, como mostra o Gráfico 2.2. Apesar disso, a RM Recife ainda conserva um rendimento médio muito baixo. Mesmo com o mercado aquecido, alguns gargalos são evidentes: a baixa qualificação dos trabalhadores e a falta de mão de obra especializada. Tal condição tem atraído profissionais estrangeiros e de outras regiões do país. Essa inserção

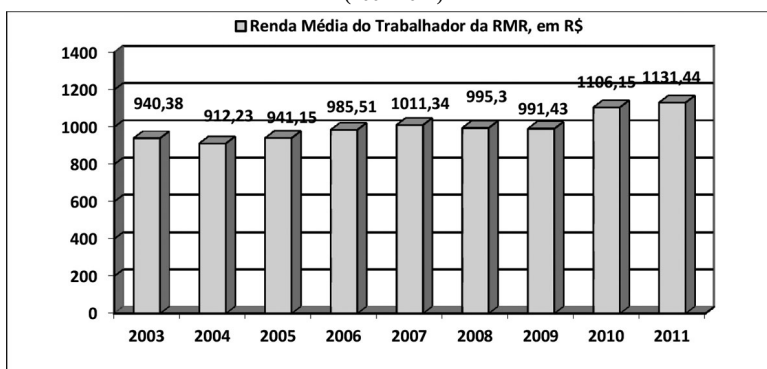
influencia positivamente o contexto do mercado local em suas relações de trabalho e impulsiona o aumento da renda do trabalhador (CEPLAN, 2011).

Gráfico 2.1: Região Metropolitana do Recife: Taxa de Desocupação (2002-2011)



Fonte: Pesquisa Mensal de Emprego (PME), IBGE 2011 (Percentual em dezembro de cada ano).

Gráfico 2.2: Região Metropolitana do Recife: Taxa de Desocupação (2002-2011)



Fonte: Pesquisa Mensal de Emprego (PME), IBGE 2011 (Percentual em dezembro de cada ano).

Diante desse cenário não podemos esquecer que o contexto metropolitano recifense é marcado pela heterogeneidade dos usos e formas de ocupação que refletem a distribuição de atividades urbanas e rurais, sobre fortes condicionantes físico-ambientais. Mesmo apresentando um mercado de trabalho maciçamente voltado às atividades urbanas, ainda hoje, parte significativa do seu território está dedicada a uma base econômica vinculada à agroindústria açucareira, que conserva o modelo fundiário de retenção de grandes propriedades nas bordas urbanas e faz dos proprietários fundiários, também importantes empreendedores. No entanto, os agricultores constituíram em 2008, apenas 2% dos trabalhadores ocupados na Região.

3. Posição na ocupação, composição social e mercado de trabalho em pernambuco: pnads (2001-2008)

Para dimensionar e caracterizar alguns aspectos do mercado de trabalho da Região Metropolitana do Recife na última década, comparativamente ao conjunto do Estado de Pernambuco e a Recife, pólo metropolitano, ao longo dos oito anos entre 2001 a 2008, utilizou-se alguns dos indicadores extraídos da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios - PNAD. Buscou-se neste trabalho, apontar as disponibilidades de mão de obra para produção econômica, analisar a condição de atividade, de ocupação e de proteção social, embora os indicadores, de caráter mais geral, dependam da dinâmica de processos socioeconômicos mais estruturais, vinculados a transformações de mais longo prazo na sociedade.

3.1 CARACTERÍSTICAS DA POPULAÇÃO EM IDADE ATIVA (PIA)

As pesquisas realizadas conceituaram a População em Idade Ativa PIA como o conjunto de todas as pessoas com 10 anos ou mais. Dentre os indivíduos da PIA, aqueles que estão efetivamente disponíveis para o exercício de atividade econômica, seja trabalhando ou procurando emprego, compõem a População Economicamente Ativa

(PEA). Donas de casa, estudantes, aposentados, inválidos não fazem parte da PEA, sendo considerados inativos ou População Não Economicamente ativa (PNEA).

A população em idade ativa (PIA) da Região Metropolitana do Recife, em 2008, foi estimada pela PNAD em cerca de 3,176 milhões de pessoas. Este contingente apresentou um crescimento de 11,1% em comparação com o de 2001, acima do Estado de Pernambuco (10, 5%), que atingiu 7.211 milhões de pessoas, no ano de 2008, e do crescimento do núcleo metropolitano 9,0% (1,297 milhões de pessoas em idade ativa no mesmo ano) (Tabela 3.1).

Ao analisar a participação relativa da RM do Recife em relação ao conjunto do Estado de Pernambuco se verificou que a população de 10 anos ou mais de idade representa 44,1% em 2008, não apresenta modificações significativas nos oito anos iniciais da década de 2000. Já a População em Idade Ativa do núcleo metropolitano em relação à RM do Recife diminuiu a sua participação, oscila de 43,4% em 2002 para 40, 8% em 2008. Houve redução da participação relativa da população em idade ativa do Recife a favor da sua região metropolitana. Concomitantemente, aumentou a participação da População Economicamente Ativa da RM do Recife (40, 7% em 2001 para 42,4% em 2007 e 43,7% em 2008), que aponta para maior absorção da mão-de-obra fora do núcleo metropolitano, nos dois últimos anos da série observada. Na Região Metropolitana do Recife residiam, em 2001, 54,0% da PEA, tendo aumentado sua participação para 56,2% em 2007 e 57,0% no ano de 2008. No Brasil, a proporção da PEA em relação à PIA, denominada taxa de atividade, foi de 62,0% em 2008, fica igual à do ano anterior⁴⁴. O Estado de Pernambuco, Região Metropolitana e Recife concentravam, em 2008, aproximadamente 57% da População Economicamente Ativa residente nos três espaços geográficos analisados (Tabelas 3.1).

Tabela 3.1: Pessoas de 10 anos e mais de idade por condição de atividade segundo o ano de referência, 2001-2008

Ano	Núcleo metropolitano				Região Metropolitana do Recife				Pernambuco			
	Condição de Atividade		Total		Condição de Atividade		Total		Condição de Atividade		Total	
	PNEA %	PEA %	Nº	%	PNEA %	PEA %	Nº	%	PNEA %	PEA %	Nº	%
2001	42,8	57,2	1.179.787	100	46,0	54,0	2.823.420	100	42,0	58,0	6.455.639	100
2002	42,3	57,7	1.255.516	100	44,5	55,5	2.894.775	100	40,6	59,4	6.548.954	100
2003	45,5	54,5	1.200.545	100	46,0	54,0	2.933.619	100	41,1	58,9	6.654.751	100
2004	43,5	56,5	1.250.643	100	44,4	55,6	2.963.902	100	41,6	58,4	6.764.184	100
2005	41,5	58,5	1.243.549	100	43,1	56,9	3.022.162	100	40,4	59,6	6.910.070	100
2006	44,9	55,1	1.273.868	100	44,6	55,4	3.079.223	100	41,1	58,9	6.981.530	100
2007	44,1	55,9	1.281.040	100	43,8	56,2	3.128.971	100	41,9	58,1	7.138.004	100
2008	42,5	57,5	1.296.849	100	43,0	57,0	3.176.272	100	42,6	57,4	7.211.221	100

Fonte: PNAD, 2001 - 2008 / IBGE

3.2 INSERÇÃO DA POPULAÇÃO NO MERCADO DE TRABALHO

Em relação à População Economicamente Ativa por **Condição de Ocupação** verificou-se que o Estado de Pernambuco praticamente manteve um patamar de 90% de pessoas ocupadas entre 2001 e 2008, superior a da Cidade do Recife que concentrou uma média de 85,6% e de sua Região Metropolitana (83,7%). As taxas de ocupação menores nos espaços mais urbanizados se explicam, em parte, pelo fato de que com o desenvolvimento econômico e social, a urbanização, a expansão das oportunidades escolares e o avanço da previdência social, as pessoas ingressam mais tarde e retiram-se mais cedo da força de trabalho. Isto leva a que se interprete este comportamento não como uma diminuição do número de pessoas que participam do processo produtivo, mas como uma redução do tempo que estas passam na atividade econômica (Camarano, 1986) (Tabela 3.2).

Tabela 3.2: População economicamente ativa por condição de ocupação, 2001-2008

Ano	Núcleo metropolitano				Região Metropolitana do Recife				Pernambuco			
	Condição de Ocupação		Total		Condição de Ocupação		Total		Condição de Ocupação		Total	
	População ocupada %	População desocupada %	Nº	%	População ocupada %	População desocupada %	Nº	%	População ocupada %	População desocupada %	Nº	%
2001	85,7	14,3	674.407	100	86,0	14,0	1.525.531	100	89,9	10,1	3.743.212	100
2002	86,4	13,6	724.362	100	85,1	14,9	1.606.290	100	90,2	9,8	3.889.310	100
2003	84,9	15,1	653.912	100	82,5	17,5	1.584.219	100	89,4	10,6	3.921.250	100

Ano	Núcleo metropolitano				Região Metropolitana do Recife				Pernambuco			
	Condição de Ocupação		Total		Condição de Ocupação		Total		Condição de Ocupação		Total	
	População ocupada %	População desocupada %	Nº	%	População ocupada %	População desocupada %	Nº	%	População ocupada %	População desocupada %	Nº	%
2004	86,0	14,0	706.071	100	82,2	17,8	1.648.046	100	88,9	11,1	3.949.003	100
2005	85,1	14,9	728.072	100	81,7	18,3	1.718.896	100	88,9	11,1	4.116.125	100
2006	86,8	13,2	701.340	100	84,6	15,4	1.705.217	100	90,4	9,6	4.110.807	100
2007	83,6	16,4	716.642	100	82,3	17,7	1.759.178	100	88,6	11,4	4.147.873	100
2008	86,1	13,9	746.300	100	84,8	15,2	1.809.862	100	90,4	9,6	4.142.284	100

Fonte: PNAD, 2001 - 2008 / IBGE

Quando se distinguíu a participação por **sexo na estrutura ocupacional**, ressaltou-se a predominância da PEA masculina nos três recortes espaciais. Considerando a média da PEA masculina ocupada entre 2001 e 2008, constatou-se que a mais elevada encontrava-se no Estado de Pernambuco (91,6%) seguida do núcleo metropolitano (87,8%) e da Região Metropolitana do Recife (86,5%). Observou-se, também, num patamar abaixo a participação da PEA feminina ocupada de 86,8% para o Estado, seguida do pólo Recife (83,1%) e da Região Metropolitana (80,2%) (Tabela 3.3). Vale ressaltar que, no contexto da população desocupada, predominou a feminina residente na área metropolitana.

Tabela 3.3: Pessoas de 10 anos e mais de idade por condição de atividade e sexo, 2001-2008

Ano	Núcleo metropolitano				Região Metropolitana do Recife				Pernambuco			
	Sexo e Condição de Atividade											
	Masculino		Feminino		Masculino		Feminino		Masculino		Feminino	
PNEA %	PEA %	PNEA %	PEA %	PNEA %	PEA %	PNEA %	PEA %	PNEA %	PEA %	PNEA %	PEA %	
2001	32,9	67,1	51,3	48,7	34,7	65,3	55,8	44,2	28,9	71,1	54	46
2002	32,9	67,1	50,3	49,7	33,2	66,8	54,3	45,7	28,1	71,9	52,2	47,8
2003	35,8	64,2	53,6	46,4	34,6	65,4	55,9	44,1	28	72	53,1	46,9
2004	33,6	66,4	51,9	48,1	33,1	66,9	54	46	27,8	72,2	53,9	46,1
2005	32	68	49	51	32,7	67,3	52	48	28,6	71,4	51,4	48,6
2006	35,3	64,7	52,9	47,1	33,8	66,2	53,9	46,1	28,3	71,7	52,7	47,3
2007	33,8	66,2	52,4	47,6	32,3	67,7	53,6	46,4	28,8	71,2	54	46
2008	32,7	67,3	50,5	49,5	32,5	67,5	52,1	47,9	30,9	69,1	53,2	46,8

Fonte: PNAD, 2001 - 2008 / IBGE

A população economicamente ativa por **faixas de idade e condição de ocupação** apresentou a maior participação relativa média no grupo etário de 40 a 59 anos, ou seja, 94,4% no Estado de Pernambuco, 92,8% na Cidade do Recife e 91,5% na Região Metropolitana, mantendo-se equilibrada ao longo do período. Comportamento semelhante também foi verificado na faixa etária de 25 a 39 anos, com uma média de 89,8% no conjunto do Estado, 86,3% no pólo metropolitano e 85,0% na Região Metropolitana do Recife (Tabela 3.4). Por outro lado, as faixas etárias jovens e idosas apresentaram comportamentos distintos na população desocupada. Quanto aos diferenciais encontrados na PEA jovem desocupada, observou-se uma maior participação relativa média na Região Metropolitana do Recife (14,1% e 32,0% nas faixas etárias de 10 a 14 e 15 a 24 anos), seguida do Núcleo Metropolitano (10,6% e 29,4% de 10 a 14 e 15 a 24 anos, respectivamente). A PEA desocupada de 60 anos e mais, destacou a RM do Recife com uma percentagem média de (3,9%) e o pólo metropolitano de (2,9%). O que reforça a ideia de que a expansão do sistema escolar e previdenciário tenham influenciado na redução das taxas de atividade, e, conseqüentemente no incremento das taxas de desocupação nas áreas urbanizadas.

Tabela 3.4: População economicamente ativa por condição de ocupação e faixas de idade, 2001-2008

Ano	Faixas de Idade e Condição de Ocupação											
	10 a 14		15 a 24		25 a 39		40 a 59		60 e mais		Total	
	População ocupada %	População desocupada %	População ocupada %	População desocupada %	População ocupada %	População desocupada %	População ocupada %	População desocupada %	População ocupada %	População desocupada %	Nº (p/ mil)	%
NÚCLEO METROPOLITANO												
2001	85,3	14,7	72,2	27,8	85,9	14,1	93,7	6,3	97,0	3,0	674,4	100,0
2002	96,1	3,9	74,0	26,0	88,6	11,4	90,9	9,1	97,3	2,7	724,4	100,0
2003	94,1	5,9	73,3	26,7	85,2	14,8	91,4	8,6	95,0	5,0	653,9	100,0

Ano	Faixas de Idade e Condição de Ocupação											
	10 a 14		15 a 24		25 a 39		40 a 59		60 e mais		Total	
	População ocupada %	População desocupada %	População ocupada %	População desocupada %	População ocupada %	População desocupada %	População ocupada %	População desocupada %	População ocupada %	População desocupada %	Nº (p/ mil)	%
2004	89,3	10,7	69,1	30,9	87,2	12,8	93,5	6,5	95,5	4,5	706,1	100,0
2005	89,7	10,3	69,6	30,4	86,0	14,0	93,1	6,9	97,9	2,1	728,1	100,0
2006	90,9	9,1	70,7	29,3	87,1	12,9	94,3	5,7	99,4	0,6	701,3	100,0
2007	85,7	14,3	63,7	36,3	85,0	15,0	92,2	7,8	98,0	2,0	716,6	100,0
2008	84,2	15,8	71,9	28,1	85,7	14,3	92,9	7,1	96,9	3,1	746,3	100,0

REGIÃO METROPOLITANA DO RECIFE

2001	85,9	14,1	73,1	26,9	86,9	13,1	94,0	6,0	94,9	5,1	1.525,5	100,0
2002	88,8	11,2	71,2	28,8	86,9	13,1	91,9	8,1	95,8	4,2	1.606,3	100,0
2003	90,6	9,4	69,6	30,4	83,1	16,9	89,8	10,2	94,7	5,3	1.584,2	100,0
2004	85,7	14,3	64,3	35,7	84,4	15,6	90,5	9,5	96,0	4,0	1.648,0	100,0
2005	82,3	17,7	66,1	33,9	82,2	17,8	90,8	9,2	97,6	2,4	1.718,9	100,0
2006	84,1	15,9	68,4	31,6	85,9	14,1	92,2	7,8	97,2	2,8	1.705,2	100,0
2007	89,1	10,9	63,4	36,6	84,0	16,0	90,8	9,2	95,4	4,6	1.759,2	100,0
2008	80,8	19,2	68,1	31,9	86,4	13,6	91,6	8,4	96,9	3,1	1.809,9	100,0

PERNAMBUCO

2001	96,2	3,8	81,4	18,6	89,7	10,3	95,7	4,3	97,7	2,3	3.743,2	100,0
2002	93,4	6,6	81,9	18,1	91,0	9,0	94,2	5,8	98,5	1,5	3.889,3	100,0
2003	95,4	4,6	81,7	18,3	89,3	10,7	94,2	5,8	98,2	1,8	3.921,3	100,0
2004	94,3	5,7	79,6	20,4	89,5	10,5	93,8	6,2	98,6	1,4	3.949,0	100,0
2005	96,4	3,6	79,5	20,5	88,9	11,1	94,0	6,0	99,0	1,0	4.116,1	100,0
2006	95,8	4,2	81,2	18,8	90,6	9,4	95,2	4,8	99,0	1,0	4.110,8	100,0
2007	94,0	6,0	79,9	20,1	88,8	11,2	93,3	6,7	98,2	1,8	4.147,9	100,0
2008	95,3	4,7	80,8	19,2	90,9	9,1	94,6	5,4	98,1	1,9	4.142,3	100,0

Fonte: PNAD, 2001 - 2008 / IBGE

Tabela 3.5: População economicamente ativa por condição de ocupação e cor ou raça, 2001-2008

Ano	Núcleo metropolitano						Região Metropolitana do Recife						Pernambuco					
	Cor ou raça e Condição de Ocupação																	
	Branco		Não Branco		Total		Branco		Não Branco		Total		Branco		Não Branco		Total	
População ocupada %	População desocupada %	População ocupada %	População desocupada %	Nº (p/ mil)	%	População ocupada %	População desocupada %	População ocupada %	População desocupada %	Nº (p/ mil)	%	População ocupada %	População desocupada %	População ocupada %	População desocupada %	Nº (p/ mil)	%	
2001	88,8	11,2	83,4	16,6	674,4	100	88,1	11,9	84,6	15,4	1.525,5	100	91,2	8,8	89,2	10,8	3.743,2	100
2002	88,2	11,8	85,0	15,0	724,4	100	87,0	13,0	83,8	16,2	1.606,3	100	91,2	8,8	89,5	10,5	3.889,3	100
2003	87,8	12,2	83,0	17,0	653,9	100	84,7	15,3	81,1	18,9	1.584,2	100	89,4	10,6	89,5	10,5	3.921,3	100
2004	88,3	11,7	84,5	15,5	706,1	100	85,0	15,0	80,7	19,3	1.648,0	100	90,2	9,8	88,3	11,7	3.949,0	100
2005	86,8	13,2	83,9	16,1	728,1	100	84,8	15,2	79,9	20,1	1.718,9	100	90,5	9,5	87,9	12,1	4.116,1	100
2006	88,7	11,3	85,6	14,4	701,3	100	86,7	13,3	83,5	16,5	1.705,2	100	91,5	8,5	89,7	10,3	4.110,8	100
2007	87,3	12,7	81,4	18,6	716,6	100	84,8	15,2	80,8	19,2	1.759,2	100	90,3	9,7	87,6	12,4	4.147,9	100
2008	87,9	12,1	85,1	14,9	746,3	100	86,6	13,4	83,9	16,1	1.809,9	100	91,0	9,0	90,1	9,9	4.142,3	100

Fonte: PNAD, 2001 - 2008 / IBGE

A taxa média de ocupação, referente ao período 2001 a 2008, da cidade do Recife era de 88% para os brancos e 84% para os não-brancos, da Região Metropolitana era de 86% para 82% e de Pernambuco de 91% para 89%, de brancos e não-brancos, respectivamente. Por outro lado, observou-se que a taxa de desocupação é maior na população não-branca da RM do Recife (18%) e do pólo metropolitano (16%), do que entre os brancos com 14% e 12%, respectivamente. Vale ressaltar que, entre 2007 e 2008, a taxa de desocupação da população negra e parda decresceu, indicando uma melhoria da inserção no mercado de trabalho desses efetivos (Tabela 3.5).

Tabela 3.6 População ocupada por renda média, 2001-2008

Ano	Núcleo metropolitano	Região Metropolitana do Recife	Pernambuco
	1	1	1
	Renda Total (em SM)	Renda Total (em SM)	Renda Total (em SM)

Ano	Núcleo Metropolitano			Região Metropolitana do Recife			Pernambuco		
	Média	Nº (p/ mil)	Desvio Padrão	Média	Nº (p/ mil)	Desvio Padrão	Média	Nº (p/ mil)	Desvio Padrão
	Renda Total (em SM)			Renda Total (em SM)			Renda Total (em SM)		
	Média	Nº (p/ mil)	Desvio Padrão	Média	Nº (p/ mil)	Desvio Padrão	Média	Nº (p/ mil)	Desvio Padrão
2001	1.252,0	554,2	2.363,8	976,7	1.251,9	1.888,3	685,5	2.844,5	1.413,0
2002	1.228,1	589,9	2.117,9	940,6	1.271,5	1.696,6	672,0	2.914,3	1.287,2
2003	1.018,0	524,1	1.743,9	792,6	1.217,9	1.309,8	577,1	2.964,9	1.014,6
2004	1.209,3	587,9	2.146,4	926,4	1.306,7	1.705,3	659,8	3.078,5	1.398,9
2005	1.159,7	592,0	2.875,4	932,4	1.348,2	2.273,1	644,8	3.190,2	1.566,3
2006	1.212,8	589,1	2.639,2	937,1	1.389,3	1.921,4	673,6	3.272,9	1.420,6
2007	1.105,3	579,0	1.926,8	919,4	1.399,2	1.689,0	673,9	3.252,8	1.258,2
2008	1.280,5	621,5	3.603,9	981,8	1.480,5	2.497,0	734,4	3.379,4	1.765,1

Fonte: PNAD, 2001 - 2008 / IBGE

Nota 1: Preços considerados de 2008 - Deflacionada pelo INPC.

A **renda média da população ocupada**, no período de 2001 a 2008, fornece um indicador do nível de pobreza dos três espaços geográficos considerados. Nesse sentido, constata-se que, a maior renda média no período foi encontrada na Cidade do Recife com 1.183,2 salários mínimos⁴⁵, superior a encontrada na Região Metropolitana (925,9 s.m.) e no Estado de Pernambuco (665,1 s.m.), local onde foi revelada a maior pobreza (Tabela 3.6).

3.3 CONDIÇÃO DE PROTEÇÃO SOCIAL

A análise da população ocupada segundo as **condições de proteção social** considerou a vinculação da população ao mercado de trabalho sob dois aspectos: trabalho protegido⁴⁶ e trabalho não-protetido. A Tabela 3.7 apresentou a participação percentual do trabalho protegido, no período de 2001 a 2008, que possibilitou a constatação de que o trabalho protegido é mais expressivo nas áreas urbanizadas. Deste modo, as percentagens do trabalho protegido da Cidade do Recife oscilaram de 53,6% em 2001 para 56,3% em 2008. A Região Metropolitana do Recife apresentou variações de 52,2% em 2001 para 54,4% em 2008. O inverso ocorreu no Estado de Pernambuco, quando predominaram as percentagens do trabalho não-protetido variando de 60,0% em 2001 para 55,6% em 2008.

A população ocupada segundo a **condição de proteção social e sexo** revela que predominou tanto o trabalho protegido em ambos os sexos, quanto a maior participação para os homens, na Cidade do Recife e na Região Metropolitana. A taxa de ocupação média de trabalho protegido dos homens foi de 55,1% enquanto que a das mulheres foi de 53,0%, na Cidade do Recife, seguida de 54,7% para os homens e 50,6% para as mulheres, na Região Metropolitana. O comportamento da população ocupada por condição de proteção social e sexo no Estado de Pernambuco foi o inverso das áreas mais urbanizadas, mesmo constatando-se uma tendência ao decréscimo, predominou o trabalho não-protetido para ambos os sexos, e neste contexto, apresentou uma situação mais favorável para as mulheres (Tabela 3.8).

Tabela 3.7: População ocupada por condição de proteção social, 2001-2008

Ano	Núcleo metropolitano				Região Metropolitana do Recife				Pernambuco			
	Condição de Proteção Social		Total		Condição de Proteção Social		Total		Condição de Proteção Social		Total	
	Protegido %	Não Protegido %	Nº	%	Protegido %	Não Protegido %	Nº	%	Protegido %	Não Protegido %	Nº	%
2001	53,6	46,4	539.407	100	52,2	47,8	1.227.495	100	40,0	60,0	2.626.299	100
2002	51,5	48,5	566.784	100	50,3	49,7	1.244.344	100	38,8	61,2	2.714.139	100
2003	53,8	46,2	517.934	100	51,8	48,2	1.220.406	100	39,7	60,3	2.698.243	100
2004	52,5	47,5	569.132	100	52,0	48	1.278.674	100	40,1	59,9	2.800.230	100
2005	51,8	48,2	567.069	100	52,3	47,7	1.305.351	100	40,8	59,2	2.861.936	100
2006	56,6	43,4	573.399	100	54,9	45,1	1.350.941	100	41,9	58,1	2.946.328	100
2007	56,9	43,1	566.170	100	55,4	44,6	1.376.699	100	44,3	55,7	2.969.868	100
2008	56,3	43,7	604.707	100	54,4	45,6	1.446.868	100	44,4	55,6	3.062.917	100

Fonte: PNAD, 2001 - 2008 / IBGE

Como no caso anterior, a população ocupada desagregada pela **condição de proteção social e raça ou cor** concentrou, tanto o trabalho protegido em ambas as condições de raça ou cor, quanto a maior participação para os brancos, na Cidade do Recife e na RMR. A taxa de ocupação média de trabalho protegido dos brancos foi de 61,6%% enquanto que a dos negros e pardos foi de 49,1%, na Cidade do Recife, seguida de 59,0% para os brancos e 49,2% para os não-brancos, na Região Metropolitana. O comportamento da população ocupada por condição de proteção social e sexo no Estado de Pernambuco foi o inverso das áreas mais urbanizadas, predominou, mesmo constatando-se uma tendência ao decréscimo, o trabalho não-protegido para ambas as condições de raça/cor, e neste contexto, apresentou uma situação desfavorável para os negros e pardos (Tabela 3.9).

Tabela 3.8: População ocupada por condição de proteção social e sexo, 2001-2008

Ano	Núcleo metropolitano						Região Metropolitana do Recife						Pernambuco					
	Sexo e Condição de Proteção Social																	
	Masculino		Feminino		Total		Masculino		Feminino		Total		Masculino		Feminino		Total	
Protegido %	Não-Protegido %	Protegido %	Não-Protegido %	Nº p/ mil	%	Protegido %	Não-Protegido %	Protegido %	Não-Protegido %	Nº (p/ mil)	%	Protegido %	Não-Protegido %	Protegido %	Não-Protegido %	Nº (p/ mil)	%	
2001	53,4	46,6	53,8	46,2	539,4	100	53,4	46,6	50,4	49,6	1.227,5	100	38,3	61,7	43,0	57,0	2.626,3	100
2002	52,3	47,7	50,5	49,5	566,8	100	52,0	48,0	48,0	52,0	1.244,3	100	36,9	63,1	41,9	58,1	2.714,1	100
2003	53,9	46,1	53,7	46,3	517,9	100	52,8	47,2	50,5	49,5	1.220,4	100	37,0	63,0	44,3	55,7	2.698,2	100
2004	53,4	46,6	51,5	48,5	569,1	100	54,3	45,7	48,9	51,1	1.278,7	100	39,0	61,0	42,1	57,9	2.800,2	100
2005	52,9	47,1	50,5	49,5	567,1	100	54,5	45,5	49,5	50,5	1.305,4	100	40,0	60,0	42,2	57,8	2.861,9	100
2006	57,6	42,4	55,4	44,6	573,4	100	56,6	43,4	52,7	47,3	1.350,9	100	40,5	59,5	44,3	55,7	2.946,3	100
2007	57,6	42,4	56,1	43,9	566,2	100	56,4	43,6	54,1	45,9	1.376,7	100	42,0	58,0	48,1	51,9	2.969,9	100
2008	59,9	40,1	52,2	47,8	604,7	100	57,3	42,7	50,5	49,5	1.446,9	100	43,3	56,7	46,0	54,0	3.062,9	100

Fonte: PNAD, 2001 - 2008 / IBGE

Tabela 3.9: População ocupada por condição de proteção social e cor ou raça, 2001-2008

Ano	Núcleo metropolitano						Região Metropolitana do Recife						Pernambuco					
	Cor ou raça e Condição de Proteção Social																	
	Branco		Não Branco		Total		Branco		Não Branco		Total		Branco		Não Branco		Total	
Protegido %	Não-Protegido %	Protegido %	Não-Protegido %	Nº (p/ mil)	%	Protegido %	Não-Protegido %	Protegido %	Não-Protegido %	Nº (p/ mil)	%	Protegido %	Não-Protegido %	Protegido %	Não-Protegido %	Nº (p/ mil)	%	
2001	60,1	39,9	48,8	51,2	539,4	100	58,5	41,5	48,1	51,9	1.227,5	100	45,3	54,7	36,9	63,1	2.626,3	100
2002	58,8	42,2	45,6	54,4	566,8	100	55,3	44,7	46,7	53,3	1.244,3	100	44,2	55,8	35,4	64,6	2.714,1	100
2003	60,1	39,9	49,6	50,4	517,9	100	57,5	42,5	48,4	51,6	1.220,4	100	44,9	55,1	36,8	63,2	2.698,2	100
2004	60,5	39,5	47,8	52,2	569,1	100	59,3	40,7	48,0	52,0	1.278,7	100	44,9	55,1	37,4	62,6	2.800,2	100
2005	61,0	39,0	45,9	54,1	567,1	100	60,4	39,6	47,7	52,3	1.305,4	100	45,5	54,5	38,0	62,0	2.861,9	100
2006	63,1	36,9	52,4	47,6	573,4	100	59,4	40,6	52,4	47,6	1.350,9	100	45,1	54,9	40,2	59,8	2.946,3	100
2007	63,6	36,4	52,3	47,7	566,2	100	60,9	39,1	51,9	48,1	1.376,7	100	49,0	51,0	41,5	58,5	2.969,9	100
2008	65,2	34,8	50,3	49,7	604,7	100	60,4	39,6	50,6	49,4	1.446,9	100	48,3	51,7	42,0	58,0	3.062,9	100

Fonte: PNAD, 2001 - 2008 / IBGE

A população ocupada por **condição de proteção social e faixas de idade** apresentou, nas duas faixas etárias de maior volume populacional, conforme foi visto anteriormente, de 40 a 59 e de 25 a 39 anos, que a maior participação relativa média foi encontrada na condição de protegidos no pólo metropolitano e na RMR, enquanto que no Estado de Pernambuco predominou a condição de não-protegido, com pequenas variações ao longo do período de 2001 a 2008. Em relação às faixas etárias extremas de jovens e idosos predominam o trabalho não-protegido (Tabela 3.10).

Quanto às **condições de proteção social e faixas de escolaridade**, os diferenciais existentes nas taxas de ocupação do trabalho protegido da Região Metropolitana e do Núcleo em relação ao Estado de Pernambuco, mostraram que, semelhante à análise da Tabela 20, o nível de escolaridade é um condicionante no mercado de trabalho protegido no contexto urbanizado. A inserção da população com trabalho protegido no primeiro grupo de 0 a 4 anos de estudo é bastante reduzida e crescem continuamente a partir das demais faixas de escolaridade atingindo o ponto máximo no grupo de 12 anos e mais. Os diferenciais encontrados no pólo metropolitano e na RMR, na faixa de 0 a 4 anos de escolaridade, foram de 32,4% e 33,6%, respectivamente, enquanto que Pernambuco apresentou 24,3%. As diferenças das taxas de ocupação do trabalho protegido vão diminuindo até se equipararem na faixa de escolaridade de 9 a 11 anos (63,2%) e de 12 anos e mais de estudo, quando atingem 77% nos três espaços geográficos considerados (Tabela 3.11).

Tabela 3.10: População ocupada por condição de proteção social e faixas de idade, 2001-2008

Ano	Faixas de Idade e Condição de Proteção social											
	10 a 14		15 a 24		25 a 39		40 a 59		60 e mais		Total	
	Protegido %	Não-Protegido %	Protegido %	Não-Protegido %	Protegido %	Não-Protegido %	Protegido %	Não-Protegido %	Protegido %	Não-Protegido %	Nº (p/ mil)	%
NÚCLEO METROPOLITANO												
2001	0,0	100,0	40,5	59,5	59,5	40,5	57,5	42,5	35,2	64,8	539,4	100
2002	5,9	94,1	39,9	60,1	57,4	42,6	54,9	45,1	29,3	70,7	566,8	100
2003	0,0	100,0	41,8	58,2	58,2	41,8	59,2	40,8	33,7	66,3	517,9	100
2004	0,0	100,0	39,1	60,9	57,0	43	56,7	43,3	35,4	64,6	569,1	100
2005	0,0	100,0	38,4	61,6	56,7	43,3	55,4	44,6	40,2	59,8	567,1	100
2006	0,0	100,0	48,8	51,2	60,6	39,4	59,5	40,5	30,5	69,5	573,4	100
2007	0,0	100,0	42,9	57,1	63,6	36,4	58,2	41,8	39,0	61,0	566,2	100
2008	0,0	100,0	48,3	51,7	62,8	37,2	55,2	44,8	44,1	55,9	604,7	100
REGIÃO METROPOLITANA DO RECIFE												
2001	0,0	100,0	39,3	60,7	57,2	42,8	57,0	43,0	30,9	69,1	1.227,5	100
2002	2,2	97,8	38,7	61,3	56,1	43,9	53,6	46,4	27,3	72,7	1.244,3	100
2003	0,0	100,0	41,2	58,8	56,3	43,7	56,5	43,5	30,1	69,9	1.220,4	100
2004	0,0	100,0	41,0	59,0	55,5	44,5	56,2	43,8	34,2	65,8	1.278,7	100
2005	0,0	100,0	41,0	59,0	57,1	42,9	55,6	44,4	34,9	65,1	1.305,4	100
2006	0,0	100,0	45,4	54,6	59,6	40,4	56,8	43,2	34,8	65,2	1.350,9	100
2007	0,0	100,0	41,4	58,6	61,4	38,6	57,2	42,8	36,4	63,6	1.376,7	100
2008	0,0	100,0	46,3	53,7	60,6	39,4	53,9	46,1	34,8	65,2	1.446,9	100
PERNAMBUCO												
2001	0,0	100,0	29,0	71,0	46,3	53,7	44,8	55,2	20	80	2.626,3	100
2002	0,6	99,4	30,5	69,5	45,9	54,1	41,6	58,4	12,7	87,3	2.714,1	100
2003	0,0	100,0	31,6	68,4	45,3	54,7	42,9	57,1	19,4	80,6	2.698,2	100
2004	0,0	100,0	30,9	69,1	44,9	55,1	45,7	54,3	18,3	81,7	2.800,2	100
2005	0,0	100,0	33,0	67,0	46,5	53,5	43,4	56,6	20,6	79,4	2.861,9	100
2006	0,0	100,0	32,4	67,6	48,5	51,5	44,9	55,1	19,9	80,1	2.946,3	100
2007	0,0	100,0	31,9	68,1	50,6	49,4	48,3	51,7	24,2	75,8	2.969,9	100
2008	0,0	100,0	34,6	65,4	51,2	48,8	45,5	54,5	25,5	74,5	3.062,9	100

Fonte: PNAD, 2001 - 2008 / IBGE

Tabela 3.11: População ocupada por condição de proteção social e faixas de escolaridade, 2001-2008

Ano	Faixas de Escolaridade e Condição de Proteção Social									
	0 a 4		5 a 8		9 a 11		12 e mais		Total	
	Protegido %	Não-Protegido %	Protegido %	Não-Protegido %	Protegido %	Não-Protegido %	Protegido %	Não-Protegido %	Nº (p/ mil)	%
NÚCLEO METROPOLITANO										
2001	32,8	67,2	43,6	56,4	65,0	35,0	76,3	23,7	539,4	100,0
2002	34,6	65,4	37,9	62,1	59,6	40,4	74,9	25,1	566,8	100,0
2003	31,1	68,9	43,7	56,3	63,3	36,7	76,3	23,7	517,9	100,0
2004	32,6	67,4	37,8	62,2	60,7	39,3	75,2	24,8	569,1	100,0
2005	30,5	69,5	37,0	63,0	60,2	39,8	77,7	22,3	567,1	100,0
2006	34,6	65,4	44,2	55,8	65,6	34,4	74,5	25,5	573,4	100,0
2007	30,7	69,3	41,5	58,5	67,2	32,8	78,9	21,1	566,2	100,0
2008	31,9	68,1	37,5	62,5	64,3	35,7	81,4	18,6	604,7	100,0
REGIÃO METROPOLITANA DO RECIFE										
2001	34,2	65,8	43,4	56,6	65,4	34,6	75,7	24,3	1.227,5	100,0
2002	34,8	65,2	40,3	59,7	60,1	39,9	75,8	24,2	1.244,3	100,0
2003	33,4	66,6	44,4	55,6	61,2	38,8	76,4	23,6	1.220,4	100,0
2004	32,4	67,6	40,3	59,7	62,0	38,0	77,7	22,3	1.278,7	100,0
2005	32,4	67,6	38,8	61,2	62,4	37,6	79,0	21,0	1.305,4	100,0
2006	35,2	64,8	43,6	56,4	65,8	34,2	73,4	26,6	1.350,9	100,0

Ano	Faixas de Escolaridade e Condição de Proteção Social									
	0 a 4		5 a 8		9 a 11		12 e mais		Total	
	Protegido %	Não-Protegido %	Protegido %	Não-Protegido %	Protegido %	Não-Protegido %	Protegido %	Não-Protegido %	Nº (p/ mil)	%
2007	34,2	65,8	42,2	57,8	64,9	35,1	78,5	21,5	1.376,7	100,0
2008	32,0	68,0	39,2	60,8	63,6	36,4	78,5	21,5	1.446,9	100,0

PERNAMBUCO

2001	23,4	76,6	38,4	61,6	60,5	39,5	77,2	22,8	2.626,3	100,0
2002	23,4	76,6	34,2	65,8	57,4	42,6	76,6	23,4	2.714,1	100,0
2003	23,4	76,6	34,8	65,2	57,9	42,1	77,6	22,4	2.698,2	100,0
2004	23,2	76,8	32,9	67,1	57,4	42,6	79,7	20,3	2.800,2	100,0
2005	24,3	75,7	32,9	67,1	57,4	42,6	77,7	22,3	2.861,9	100,0
2006	25,0	75,0	33,1	66,9	59,3	40,7	74,2	25,8	2.946,3	100,0
2007	26,5	73,5	35,2	64,8	60,0	40,0	77,6	22,4	2.969,9	100,0
2008	25,0	75,0	33,7	66,3	59,3	40,7	79,2	20,8	3.062,9	100,0

Fonte: PNAD, 2001 - 2008 / IBGE

4. A composição sócio-ocupacional do mercado de trabalho metropolitano

Nesta parte do artigo, será observada a distribuição dos grupos sócio-ocupacionais no mercado de trabalho metropolitano e suas transformações, comparativamente com o Estado e com o seu núcleo Recife. Em linhas gerais, a metodologia utilizada partiu do agrupamento das variáveis ocupacionais das PNADs em 24 categorias sócio-ocupacionais: dirigentes; profissionais de nível superior; pequenos empregadores; ocupações médias; trabalhadores do terciário; trabalhadores do secundário; trabalhadores do terciário não-especializado, agricultores. A classificação utilizada foi formulada pelo Observatório das Metrôpoles e está disponível em RIBEIRO; RIBEIRO; COSTA, 2010.

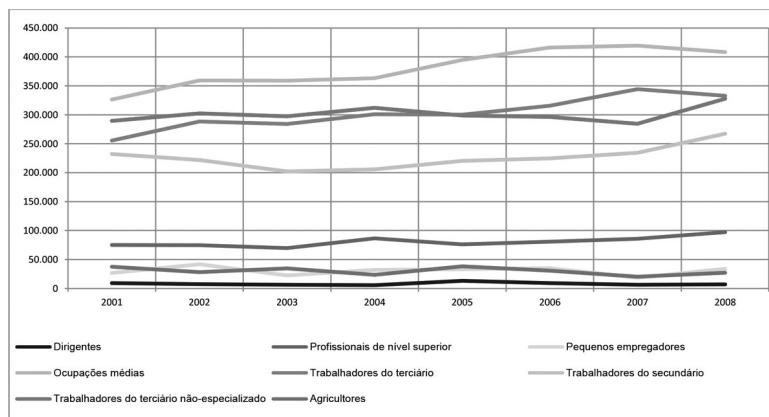
4.1 OS GRUPOS SÓCIO-OCUPACIONAIS NA RM RECIFE

Como vimos anteriormente, apesar dos recentes avanços da economia pernambucana, no que se refere aos setores produtivos, a Região Metropolitana ainda pode ser caracterizada como um aglomerado do terciário. A análise mais detalhada da estrutura ocupacional da RM Recife com base na série de dados da PNAD (2001-2008) e na metodologia desenvolvida pelo Observatório das Metrôpoles confirma essa informação. Os que trabalhavam nos serviços especializados e não-especializados somaram 44% da população ocupada no ano de 2008. Esse percentual foi maior no núcleo Recife 46,6%. Tal percentual referenda o peso do mercado de trabalho metropolitano no total estadual. O Gráfico 3.1 apresenta os dados de ocupação por grupos sócio-ocupacionais na RM Recife, ao longo dos 8 anos.

A dinâmica de expansão do terciário está no cerne da condição pós-moderna e para Guimarães Neto (2002) também pode ser explicada por alguns fatores do contexto local:

a) existe uma forte dinâmica formal e informal do comércio de mercadorias caracterizada pelas grandes concentrações comerciais modernas (*shopping centers*, hipermercados, *shoppings* de bairros). Esses equipamentos vêm gerando novas centralidades e promovendo a expansão do emprego formal, principalmente na Região metropolitana do Recife. Vale ressaltar que esses equipamentos vêm se implantando também em outras regiões do estado. Além do desenvolvimento do Pólo de confecções situado no Agreste pernambucano;

Gráfico 4.1: Região Metropolitana do Recife:
Evolução dos Grupos Sócio-Ocupacionais – 2001 – 2008



Fonte: PNAD, 2001 - 2008 / IBGE. Elaborado por Observatório das Metrôpoles 2010.

b) uma parcela importante do crescimento do emprego no comércio está associada também à informalidade, visto que o comércio é uma atividade produtiva, menos exigente em termos de qualificação e de experiência de trabalho. Essa dinâmica é alimentada pela crise do sistema canavieiro que impulsiona os migrantes da Zona da Mata para a RM Recife.

c) o segmento dos serviços representa, no setor formal, um dos que mais absorvem mão-de-obra e, no informal, o maior empregador. Nesse segmento destacam-se os serviços técnico-profissionais modernos com maior grau de complexidade de apoio à produção (jurídicos, contabilidade e auditoria, assessoria, consultoria, pesquisa, análise e processamento de dados, publicidade e propaganda, engenharia e arquitetura etc.), que cresceram na atual fase de implantação dos novos empreendimentos. Destacam-se ainda, os *serviços sociais* de saúde, educação.

Diferentemente do que acontece nas regiões Sul e Sudeste do País, o grupo dos dirigentes é muito pequeno entre os ocupados pernambucanos (foram apenas 9.765 pessoas no ocupadas no Estado em 2008 ou 0, 5%). A maior concentração, aproximadamente metade dos dirigentes (48,7%), se encontra no núcleo metropolitano, o Recife. Ao longo da década as estatísticas para essa categoria na RM Recife mostraram um comportamento de queda até o ano de 2004 (passando de 9.198 para 5.556 ocupados). A partir daí, observou-se uma pequena recuperação sem, contudo, alcançar os números do início da década. A composição dessa categoria se conservou homogênea ao longo da década, sem distinção regional ou territorial: há uma maior presença relativa de homens, brancos, com mais de 45 anos e alta escolaridade (mais de 10 anos de estudo). Observa-se, ainda, uma relativa estabilidade nas suas remunerações, com aumentos significativos nos anos de 2005 a 2007. A média cresceu de R\$ 8967,54 em 2001 para R\$ 12.097,85 em 2005.

O grupo de ocupações médias (ocupações de escritório, supervisão, técnicas, de saúde e educação, segurança pública, justiça e correios, ocupações artísticas e similares) constituiu na RM Recife e no seu Núcleo, o contingente mais numeroso (29,7%) entre as categorias sócio-ocupacionais. Foi também o que mais cresceu ao longo do período (326.498 em 2001 para 419.312 ocupados em 2008). Porém, nos dados sistematizados para o estado, esse grupo perde em importância para os agricultores. Nessa categoria homens e mulheres, brancos e não brancos estão ocupados de maneira equilibrada. A remuneração média se apresentou estável no período pesquisado (R\$ 1.1000).

Os trabalhadores do secundário, os pequenos empregadores e os trabalhadores agrícolas, seguiram a tendência nacional e decresceram, com pequenas variações. O grupo dos trabalhadores do secundário apresentou uma evolução negativa embora, como já comentada anteriormente, destaque-se nesse grupo o forte crescimento da indústria da construção civil impulsionada pelo crescimento da produção imobiliária, à retomada do financiamento no âmbito do sistema habitacional e da fase de implantação de novos empreendimentos (refinaria Abreu e Lima, estaleiro, montadora, siderúrgica, cidade da copa, pólo farmacoquímico, Transposição, Transnordestina etc.). O grupo dos pequenos empregadores representou apenas 1,3% dos ocupados metropolitanos, e os trabalhadores agrícolas eram apenas 1,4% em 2008. Vale ressaltar que se trata de um segmento extremamente vulnerável, mas que tende a crescer impulsionado por programas importantes de recuperação da infra-estrutura econômica, das obras de saneamento básico e de programas de habitação ou de investimentos na rede urbana.

O decréscimo da população ocupada na *agricultura* pode ser explicado pela crise na produção da cana de açúcar além do avanço do processo de urbanização em áreas antes dedicadas à atividade agrícola (loteamentos, condomínios, chácaras de recreio, assentamentos precários). Os trabalhadores agrícolas se concentram nos

municípios mais periféricos da RM Recife, onde a monocultura da cana de açúcar ainda é relevante: Ipojuca, Cabo de Santo Agostinho, Moreno e Igarassu. No núcleo metropolitano, o número de ocupados na agricultura é ainda menor, somente 3865 pessoas eram trabalhadores agrícolas em 2008. Vale destacar que os agricultores são o grupo mais numeroso em relação ao mercado de trabalho estadual, constitui 22,7% dos ocupados pernambucanos (780.963). Esse percentual foi bem maior em 2001, quando atingia 32% (1.037.547 ocupados). A composição dessa categoria se conservou homogênea ao longo da década: há uma maior presença relativa de homens, não brancos, com mais de 40 anos e baixa escolaridade (somente quatro anos de estudos em média). A remuneração é baixa, e foi estável no período estudado em torno de um salário mínimo. O nível de proteção é pequeno e mais vulnerável na escala estadual do que na Região metropolitana.

5. Considerações finais

As hipóteses levantadas no início desse artigo foram confirmadas. Ficou evidente que nos primeiros anos deste novo milênio as condições ocupacionais ficaram mais favoráveis na Região Metropolitana do Recife, sem alterar a sua estrutura. A análise do perfil dos ocupados mostra que permaneceram os históricos problemas ocupacionais. O nível de ocupação se elevou e comércio, os serviços, e a construção civil se expandiram. O nível de proteção do emprego também melhorou e a remuneração dos trabalhadores vem aumentando discretamente.

A conjuntura é favorável para o crescimento da economia pernambucana nos próximos anos, mas o Estado não está imune a uma desaceleração da economia mundial. Como observou o Boletim CEPLAN (2010), a crise econômica de 2008 não teve maiores repercussões sobre região e em 2009 a evolução do emprego continuou a ser positiva, principalmente em decorrência do crescimento da construção civil, do comércio e dos serviços. Contudo, a precariedade ocupacional e o desemprego permanecem elevados e os rendimentos provenientes do trabalho, ainda são significativamente menores do que o de outras regiões do Brasil. Alguns segmentos da PEA continuam a apresentar os maiores problemas ocupacionais, a exemplo dos agricultores, do terciário informal, das mulheres, dos jovens, dos não brancos e dos menos escolarizados. Apesar da grande quantidade de investimentos e da implantação de grandes projetos, a participação de ocupados nas categorias sócio-ocupacionais superiores é pouco significativa. Os trabalhadores nas ocupações médias ou em atividades industriais pouco variaram. A alta participação relativa do setor terciário na composição setorial do emprego tem estabilizado o mercado pernambucano. No entanto sabe-se que os rendimentos médios dos serviços são geralmente menores que os gerados na indústria.

O ciclo expansivo de PE deverá se manter devido aos investimentos em curso e pela entrada em operação de novos empreendimentos e seus possíveis efeitos encadeadores. O perfil da demanda do trabalho vai mudar quando as empresas que agora estão sendo instaladas entrarem em operação devendo aumentar ainda mais o nível de exigência profissional. Assim como devem ficar mais explícitos os déficits infraestruturais e as dificuldades de engate das empresas locais a esse novo ciclo, visto que apesar de terem avançado, os pernambucanos ainda apresentam baixos níveis de escolaridade. Os investimentos previstos para os próximos anos vão se concentrar na Região Metropolitana, que receberá 77,4% do total de 52,7 milhões de reais. Será significativa a proporção desse montante destinado a indústria 34,5.

Por fim, a reversão dos indicadores negativos das condições do mercado de trabalho pernambucano exige uma estratégia de investimento que contemple as dimensões econômica e social. Guimarães (2002) recomenda que no contexto acima apresentado a reflexão sobre a importância do crescimento do setor terciário, seja na geração de emprego seja na geração de produto é essencial. Com efeito, se os investimentos industriais em curso modificam a geografia econômica da Região Metropolitana, induzindo a um novo espraiamento da urbanização, parecem ter menores consequências na transformação da estrutura sócio-ocupacional que permanece, sobretudo, dependente da evolução do trabalho nos setores de comércio e serviços. Especialmente, precisamos estar atentos à qualidade dos postos de trabalho oferecidos por um setor terciário que tanto pode abrigar trabalhadores precários, pouco qualificados e remunerados (ainda um segmento de peso na estrutura sócio-ocupacional da Grande Recife), como pode expressar a consolidação de setores de ponta da economia do conhecimento, o fortalecimento de uma economia de consumo através de sólidas empresas atacadistas e varejistas, ou ainda o desenvolvimento da infraestrutura de atendimento social à população (tendências que parecem se desenhar ainda de modo discreto nessa primeira década do século XXI).

Referência bibliográfica

ARAÚJO, Tarcísio Patrício de; LIMA, Roberto Alves de. Políticas Públicas de Emprego: Considerações a Partir do PROGER Urbano em Pernambuco. Recife: UFPE, S/ data.

BARBOSA, Alexandre de Freitas; MORETTO, Amilton. Políticas de Emprego e Proteção Social. São Paulo: Abet., 1998.

BARCELLOS, Tanya M. de; MAMMARELLA, Rosetta. Relatório Preliminar – Região Metropolitana de Porto Alegre. Arquivo: notas para relatório (PNADS 2001-2008). Observatório das Metrôpoles: Porto Alegre, 2010 (MIMEO)

BITOUN, J.; MIRANDA, L.; SOUZA, M. A.; Como Anda a Região Metropolitana do Recife. Rio de Janeiro : Observatório das Metrôpoles; Letra Capital, 2009.

BRASIL, Ministério do Trabalho e Emprego. Relação Anual de Informações Sociais (RAIS). Brasília : MTE, 2011 (disponível em: [www.mte.gov.br/rais/\(...\)/arquivos/](http://www.mte.gov.br/rais/(...)/arquivos/). Acesso em 10/11/2011).

CAMARANO, Ana Amélia (coord.); MOURA, Hélio de A.; LYRA, Maria Rejane. Nordeste: evolução da população e da força de trabalho até o ano 2000.

CEPLAN. VII Análise Seplan: conjuntura econômica 2011: informe especial Pernambuco: tendências de Desenvolvimento no Interior. Recife: CEPLAN CONSILT, 2011 (Disponível em: www.ceplanconsult.com.br/analiseceplan/interna.php. Acesso em: 10/12/2011)

FUNDAJ. Série Estudos e Pesquisas, 43. SUDENE/Série População e Emprego, 19. Recife, FUNDAJ, Editora Massangana, 1986.

GUARDA, Adriana. Pleno Emprego traz desafio ao setor produtivo: paradigmas : mercado de trabalho mudou. Suape atrai trabalhadores e empresários se desdobram para manter pessoal. Jornal do Comercio, Recife, 22, Janeiro 2011, Caderno Economia, pag. 6-7.

GUIMARÃES NETO, Leonardo. As Economias Regionais e o Mercado de Trabalho no Brasil nos anos 90. Recife: Editora Perspectiva, 2000.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios – PNAD. Síntese de Indicadores 2008. IBGE, Rio de Janeiro, 2009.

_____. Indicadores do IBGE: Pesquisa Mensal de Emprego Novembro de 2011. Rio de Janeiro: IBGE, 2011 (disponível em www.ibge.gov.br/estatistica/indicadores/monitoramento/pme_nova/pme_201111pubcompleta.pdf, acesso em 02/12/2011)

JORNAL DO COMERCIO, Recife, 22, Janeiro 2011, pag. 6-7.

LYRA, Maria Rejane; CAVALCANTI, Helenilda; AVELINO, Emília (orgs.). Mosaico Urbano do Recife: exclusão/inclusão socioambiental. Recife: Fundação Joaquim Nabuco, Ed. Massangana, 2008.

MARICATO, Ermínia. O impasse da política urbana no Brasil. Petrópolis RJ:Vozes, 2011.

MELO, Mário Lacerda de. Metropolização e Subdesenvolvimento: o caso do Recife. Recife : Editora da UFPE, 1978.

NETO, Aristides Monteiro; Vergolino, José Raimundo. O Mercado de Trabalho em Pernambuco. Fortaleza: Revista Econômica do Nordeste, v. 32, n. Especial p. 725-739, novembro 2001.

PERNAMBUCO, FIDEM; IPEA; BANCO MUNDIAL; NETO, Leonardo Guimarães (Consultor). Projeto Metrópole Estratégica: Mercado de Trabalho na Região Metropolitana do Recife. Recife: Fundação de Desenvolvimento Municipal: Instituto de Pesquisa Economica Aplicada: The World Bank, 2002

PERNAMBUCO; AGENCIA CONDEPE/FIDEM. Território Estratégico de Suape: Diretrizes para uma Ocupação Sustentável. Recife: Agencia Condepe-Fidem, 2006.

RECIFE, Prefeitura. ATLAS do Desenvolvimento Humano na Região Metropolitana do Recife: Atlas Metropolitano. Recife: Prefeitura do Recife, 2009. CD-ROM (Parceiros: IBGE, PNUD, Fundação João Pinheiro, Agência CONDEPE/FIDEM).

RIBEIRO, L. C. de Q.; RIBEIRO, Marcelo G.; COSTA, Lygia G.. Estrutura Social das Metrôpoles Brasileiras: 2001 a 2008. Rio de Janeiro, Observatório das Metrôpoles, 2010.

VERGOLINO, J. R.; MONTEIRO NETO, A. A economia de Pernambuco no limiar do século XXI: desafios e oportunidades para a retomada do desenvolvimento. Recife, 2001.

41 Este artigo compõe um conjunto de análise que juntas visam configurar a Organização socioespacial do território brasileiro. A Metodologia está disponível em RIBEIRO, L. C. de Q.; RIBEIRO, Marcelo G.; COSTA, Lygia G. Estrutura Social das Metrôpoles Brasileiras: 2001 a 2008. Rio de Janeiro, Observatório das Metrôpoles, 2010.

42 Para fins de planejamento, o governo de Pernambuco definiu 12 Regiões de Desenvolvimento (RD) no território estadual. Essa regionalização está regulamentada pela Lei Estadual nº. 233/2007 de 02/08/2007, PPA 2008-2011. Entre essas se destacam a RD Metropolitana e a RD Sertão do São Francisco que contém a Região Integrada de Desenvolvimento (RIDE) Petrolina-Juazeiro.

43 Compõem o novo Colar Metropolitano, os municípios de Sirinhaém, Ribeirão e Escada (Mata Sul), Vitória de Santo Antão e Chã de Alegria (Mata Centro) e Paudalho, Tracunhaém, Itaquitinga e Goiana (Mata Norte). Essa institucionalização está apontada nos estudos da Agência Condepe-Fidem (2010).

44 IBGE – Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios. Síntese de Indicadores 2008.

45 Preços considerados de 2008 – Deflacionada pelo INCC.

46 Foram considerados como protegidos os empregados com carteira, os empregados sem carteira, mas com contribuição previdenciária, os trabalhadores por conta-própria com contribuição previdenciária, os militares, e os funcionários públicos. Foram contabilizados como não-protegidos os empregados sem carteira e sem contribuição previdenciária e os trabalhadores por conta-própria em contribuição previdenciária. Ficaram fora do universo estudado os empregadores, tanto pequenos como grandes, e os ocupados não remunerados. BARCELLOS & MAMMARELLA, 2010.

Capítulo 9

Seletividade no mercado de trabalho no Rio Grande do Norte e em Natal – 2001-2008

Luís Abel da Silva Filho
Maria do Livramento Miranda Clementino

1. Introdução

A conjuntura econômica brasileira, herança de seu processo de formação histórica nacional, impacta os padrões de desenvolvimento local à luz da realidade econômica vigente. A concentração industrial no epicentro do desenvolvimento econômico nacional, notadamente no eixo sul/sudeste foi responsável por um longo período de atrofiamento do desenvolvimento regional do país. Em resposta ao fenômeno, a reestruturação das atividades produtivas nacionais, numa visão de desconcentração produtiva, tem proporcionado a “industrialização forçada”, em âmbito de incentivos fiscais, em esferas nacionais, cada vez mais carentes de dinamismo econômico. Isso, porém, sob forte desequilíbrio fiscal dos estados da federação.

O resultado mais premente dessa desconcentração se reproduz em âmbito de dinamismo local de menor envergadura, assegurada por políticas permanentes de incentivos necessárias à industrialização desses estados, mediante comprometimento das finanças públicas do país. Tal contexto tem relativizado os problemas de ordem econômica mais urgentes. Todavia, não tem garantido a reprodução do capital com sustentabilidade e, tampouco, promovido o desenvolvimento local das unidades receptoras desses investimentos.

Os baixos salários nessas unidades captadoras de capitais produtivos, via incentivos fiscais, conjugados com a elevada discriminação do mercado de trabalho, vêm mantendo salários cada vez mais precários e um mercado de

trabalho, em maior escala, altamente seletista. Os maiores indícios desse fenômeno vêm sendo reproduzidos, no que concerne ao mercado de trabalho, na exclusão de grupos sociais mais vulneráveis; e, em ótica regionalista, sobretudo em âmbito interno, nos desníveis regionais e locais dentro das unidades da federação, ou entre umas e outras.

Alguns estudos relatam a dinâmica do mercado de trabalho em unidades nacionais de menor dinamismo econômico, objeto central deste estudo (SILVA FILHO, QUEIROZ e REMY, 2011; SILVA FILHO, QUEIROZ e SILVA, 2011; SILVA FILHO, SANTOS e CLEMENTINO, 2011), bem como no tecido metropolitano dessas unidades (CARVALHO, ALMEIDA e AZEVEDO, 2001; MONTEIRO NETO e VERGOLINO, 2001; CARVALHO, 2006; CLAMENTINO, SILVA e PEREIRA, 2008a; CLAMENTINO, SILVA e PEREIRA, 2008b; SILVA FILHO, *et al*, 2010 e SILVA FILHO e QUEIROZ, 2009), e estes tem evidenciado, em menor ou maior magnitude, as faces do sistema de concentração de atividades produtivas com forte seletividade e com a construção de baixos retornos sociais para as unidades receptoras de capitais produtivos. A favelização, sobretudo do tecido metropolitano, tem sido uma das grandes heranças da expansão capitalista à luz do crescimento concentrado.

Além disso, a construção de um mercado com elevados índices de vulnerabilidade tem-se propagado nas áreas de dependências de postos de trabalhos à luz do processo de industrialização vigente, principalmente no Nordeste. As unidades receptoras de capitais têm um epicentro de destino que os limita a atuar no conglomerado de maior concentração de infraestrutura e melhores possibilidades de produção em escala. Tais ações, além da constituição de um tecido metropolitano fadado à suburbanização promovem ainda um movimento migratório acentuado para essas áreas.

Os resultados mais visíveis desse destino estão explícitos na paisagem metropolitana brasileira, sobretudo a nordestina, com seus elevados contrastes sociais e sua caracterização urbanística traduzida em aspectos singulares de estrutura e de formação econômica. Diante disso, o presente artigo tem como objetivo o cerne da investigação da economia e do mercado de trabalho potiguar à luz do modelo de desenvolvimento local vigente. Pretende-se aqui observar o contraste existente entre o estado do Rio Grande do Norte, em seu conjunto, e a cidade de Natal, isoladamente -

capital do estado - concentradora de atividades produtivas e multiplicadoras de problemas sociais inerentes à constituição metropolitana periférica.

Terão como variáveis de análise aquelas referentes ao desempenho do mercado de trabalho e a caracterização da força de trabalho ofertante de mão-de-obra no estado e na capital. Características demográficas como idade, sexo, raça/cor, além da variável socioeconômica, anos de estudo, são aportes necessários à construção do perfil do mercado de trabalho. Além da análise da PEA, da ocupação da força de trabalho, da proteção social do trabalhador, dentre outras, pretende-se investigar o mercado de trabalho potiguar, perante as características demográficas locais, observando-se se há exclusão ou segregação do mercado de trabalho da área investigada.

Para atingir os objetivos propostos pelo estudo, o artigo está assim estruturado: depois das considerações iniciais correspondentes à primeira seção, a segunda seção discute o processo de reestruturação produtiva e seus impactos no mercado de trabalho em regiões periféricas; a terceira seção trata da conjuntura do mercado de trabalho no seu processo de consolidação da exclusão e seletividade nos países periféricos, além da conjuntura no mercado de trabalho potiguar; na quarta seção, caracteriza-se o mercado de trabalho no Rio Grande do Norte e em Natal, levando-se em consideração as variáveis socioeconômicas e demográficas locais; e, na quinta e última seção, são feitas algumas considerações finais.

2. Globalização, reestruturação produtiva e mercado de trabalho em regiões de desenvolvimento

O movimento de expansão das fronteiras de produção e das ações dos mercados de capitais pelo mundo, chamado de globalização, tem produzido constantes controvérsias entre os que analisam seus domínios. Por um lado, defendem a maior integração dos mercados e elevação das possibilidades de entronização de capitais produtivos em áreas de menor atratividade; e, por outro, reconhecem-se os resultados imediatos de tais ações na constituição do território, no domínio dos capitais.

Para as regiões subdesenvolvidas e de relativa escassez de recursos produtivos, os movimentos de capitais representam dupla face. Inicialmente, a promoção do crescimento local, com a construção de um

cenário industrial sob incentivos de todas as naturezas; posteriormente, a urbanização acentuada das cidades, cenários do crescimento, pautadas em estruturas de elevada vulnerabilidade e pouca estrutura urbanística e de desenvolvimento social. Os resultados mais prementes para a formação social dessas unidades estão visíveis nos baixos índices de desenvolvimento econômico.

A reprodução do sistema industrial, à luz da reestruturação produtiva, tem apresentado sinais de forte aglomeração e de promoção do desenvolvimento regional concentrador. A guerra fiscal, sobretudo na ótica do neoliberalismo, tem assegurado o crescimento econômico de regiões menos propícias a tal fenômeno. Todavia, as formas como se reproduzem as ações do processo permitem o crescimento em polos regionais, sob a visão das “ilhas de prosperidade”, de Pacheco (1998), e do “Nordeste, Nordeste”, de Araújo (2000).

É nessa região, historicamente rotulada pelos baixos índices de desenvolvimento e os elevados indicadores de pobreza e desigualdade, que se acentuam as mais diversas tentativas de desenvolvimento regional. Com a perda de dinamismo das políticas de desenvolvimento pautadas nas ações da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE), a guerra fiscal tem sido o maior aliado no processo de industrialização da região. Todavia, os benefícios dessa guerra têm sido ínfimos e pouco abrangentes.

Por força disto, o crescimento concentrado e o forte poder de barganha de alguns estados da região, dentre eles Bahia, Pernambuco e Ceará, têm acarretado uma industrialização tardia e de pouca garantia de permanência e manutenção do processo. Os incentivos fiscais, principal requisito destinado a atrair indústrias para a região, sugere pouco poder de reprodução e permanência, haja vista que o mesmo ocorre com isenção de impostos e a redução de receita por parte do estado. Dessa forma, esses vazamentos podem seguramente comprometer a continuidade do processo ao longo dos anos (CASSIOLATTO e BRITTO, 2001)

Em unidades de dinamismo intermediário no Nordeste, caso do estado do Rio Grande do Norte, objeto central desta investigação, o processo de desenvolvimento tem contado com a implementação de infraestrutura local, além de sua relativa política industrial via incentivos fiscais, mesmo com menor agressividade que as demais unidades da região. Com isso, o Programa de Apoio Fiscal do Estado (PROADI) tem-se revelado muito

importante a partir do final dos anos de 1980. Segundo Araújo (2008), entre 1986 e 2000 tal programa foi responsável por cerca de 75% dos novos projetos da indústria alimentícia, têxtil, química e de confecções.

Contudo, destaca o autor, tais projetos se sustentam numa industrialização de baixa intensidade tecnológica, tendo 94% deles essa característica, o que acarreta a reprodução de postos de trabalho com baixos salários. Além disso, há forte concentração dos investimentos na Região Metropolitana de Natal. Segundo Araújo (2008), 75% dos investimentos dos setores citados anteriormente foram localizados nessa área.

A forte concentração de investimentos em áreas estratégicas e de possibilidades de constituição de economias de escopo e de escala é evidente em regiões menos desenvolvidas. Além das condições de atuação do PROADI citadas anteriormente, é de relativa importância ressaltar que o programa busca atrair e desconcentrar a indústria da RMN. Faz-se pertinente, no entanto, destacar que a indústria potiguar tem forte impulso na capital do estado, a exemplo da cadeia têxtil, principal setor da indústria de transformação do estado. Silva Filho (2010) observou que 69,20% das unidades produtivas e 71,59% dos empregos formais estavam localizados em Natal no ano de 2008.

Além da indústria, a economia da Região Metropolitana de Natal, mormente no núcleo metropolitano, tem apresentado dinamismo elevado com destaque para a crescente importância do setor de serviços, principalmente de turismo a partir de incentivos federais e estaduais. Clementino et al (2009) destacam ainda a importância do setor público, ao longo da formação do espaço metropolitano de Natal, como forte gerador de empregos na capital do estado e nos municípios metropolitanos. Como recorda Clementino, et al (2009, p. 26),

[...] na década de 1970, expandiram-se em Natal: o setor de construção civil, as atividades administrativas da Petrobrás e a presença de instituições militares com a instalação do Catre (formação de pilotos) e do lançamento de foguetes da barreira do inferno, pela Aeronáutica. Acrescenta-se também, a transferência do comando do III Distrito Naval do Recife para Natal (1975) e a instalação dos laboratórios do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (INPE)

Diante do contexto apresentado, é de suma importância enfatizar que o crescimento econômico do estado é concentrado, sobretudo em Natal, com participação em menor proporção em alguns dos municípios metropolitanos

e na cidade de Mossoró, no interior do estado. Os resultados mais evidentes dessa concentração propõem oferta de empregos precários, dada a elevada oferta de trabalho na capital e a forte concentração populacional em seu entorno. Em consequência, os problemas sociais tendem a acentuar-se com mais veemência no espaço urbano de maior dimensão econômica do estado.

O resultado da concentração produtiva e a localização indutora de atividades econômicas corroboram desempenho do mercado de trabalho e repercutem nas interações deste com a dinâmica social da região. Destarte, a seção que se segue tem como fundamentação básica descrever o mercado de trabalho, no bojo da expansão das atividades produtivas, e os impactos na seletividade dos postos de trabalho nas economias subdesenvolvidas.

3. Conjuntura do mercado de trabalho no processo de crescimento econômico da periferia

A desestruturação do mercado de trabalho na literatura dominante tem respaldo empírico no processo de expansão do capitalismo global e em suas ações nos países subdesenvolvido. As ações de reprodução do capital têm corroborado a criação de empregos precários e acentuado as desigualdades nas e entre as regiões sob ações do seu domínio. Na América Latina, De Mattos (2002) relata a constituição da metrópole excludente e a vulnerabilidade social diante da globalização e seus impactos devastadores de reprodução capitalista.

A cidade Global de Sassen (1991) traduz as formas de ajustes do capital ao domínio do sistema de produção, com a evolução e proliferação do dinamismo econômico e a construção de castas sociais. Esse antagonismo no contexto da evolução das cidades está expresso na conjuntura e na forma de exploração das forças dominantes e suas ações em relação às dominadas. A força de trabalho é explorada continuamente e negligenciados os direitos e necessidades básicas, como resultado da falha do sistema público privado, na conjuntura interna de expansão capitalista.

No tocante ao mercado de trabalho, assiste-se à agressividade com que ele se torna excludente e a forma como age em selecionar a mão-de-obra em um contexto de exploração dominante. A idade da força de trabalho, além da raça/cor e do sexo da população, transforma-se em requisito

avaliado para obtenção de vaga no mercado de trabalho em regiões subdesenvolvidas. Conforme propõe Hirata (2009), as mulheres são destinadas a ocupar postos de trabalho de menor relevância social, além de serem minorias em posições de chefia.

Além de ocuparem cargos de menor projeção social, Funkhouser (1996) e Marcoullier et al (1997) observaram, em países latino-americanos, que elas são mais condicionadas ao exercício de funções na informalidade. Outrossim, aqueles com idade mais avançada, muito jovens e os não brancos também são grupos sociais condicionados ao mercado informal de trabalho em regiões subdesenvolvidas.

A discriminação por raça/cor foi constatada em estudos de Ozório de Almeida et al (1995), confirmando, no mercado de trabalho de países subdesenvolvidos, a discriminação e as forças de exclusão de grupos sociais minoritários. Márquez e Pages (1998), Freije (2001) e Corbacho, (2002), asseguram ainda que, a idade, nas regiões com as mesmas características econômicas, também é fator de discriminação. A mão de obra jovem e aquela de idade mais avançada estão mais vulneráveis a atuar no segmento informal dessas economias.

No mercado de trabalho da grande Natal, estudo recente mostra que o fator idade atua na determinação ocupacional no segmento formal. Silva Filho e Vale (2010) observaram que, no ano de 2009, o saldo de vagas do setor formal foi positivo apenas para força de trabalho com idade entre 18 e 29 anos, tendo as demais faixas etárias apresentado queima de postos de trabalho no mesmo ano⁴⁷. Observaram ainda que o saldo foi positivo apenas para a população ocupada com escolaridade acima do 1º grau completo, excluindo-se, dessa forma, grande contingente populacional do mercado formal de trabalho ou levando-os ao setor informal da economia da região.

O mesmo estudo relatou que o saldo positivo na contratação de novos postos de trabalho naquele ano ocorreu apenas para as vagas que remuneravam com até dois salários mínimos, tendo as demais faixas de remuneração apresentado queima de postos de trabalho com melhores condições salariais. Tal contexto, embora se leve em consideração apenas o segmento formal da economia da grande Natal, denuncia um quadro de elevada precarização dos postos de trabalho ofertado nessa RM em 2009. Cabe, porém, destacar que essa não é característica apenas do mercado de

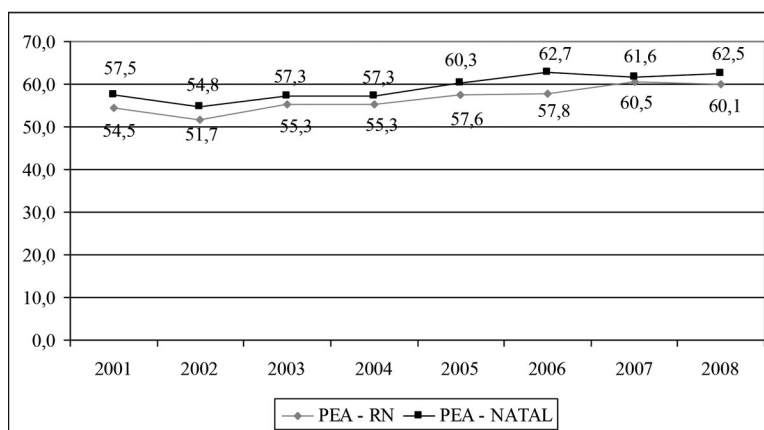
trabalho desta RM, mas tendência dos postos de trabalhos dos anos 2000 em todo o Nordeste (SILVA FILHO e QUEIROZ, 2011).

Em face do exposto, as próximas seções trarão o perfil do mercado de trabalhos e das vagas ofertadas no estado do RN e na capital. Essa conjuntura terá como foco de análise as condições dos ocupados, por característica social e demográfica. Os dados apresentados são da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios – PNAD e compreendem os anos de 2001 a 2008.

3.1 CONJUNTURA DO MERCADO DE TRABALHO POTIGUAR – 2001-2008.

A dinâmica econômica brasileira dos anos 2000 possibilitou melhor desempenho do mercado de trabalho nacional, fato constatado em todas as regiões brasileiras. Para tanto, a influência metropolitana no cenário de reprodução do crescimento econômico se faz sentir em todas as unidades da federação. No caso do RN, o desempenho apresentado pela capital do estado é destacadamente visível na economia potiguar. Considerando-se que a PEA é resultado do desempenho econômico e da criação de oportunidades de trabalho, observa-se, ao longo dos anos 2000, relativo crescimento dela tanto no estado do RN quanto em Natal.

Gráfico 1: População economicamente ativa no Rio Grande do Norte e na região metropolitana de Natal – 2001-2008



Fonte: PNAD, 2001 - 2008 / IBGE

Os dados da PNAD, plotados no gráfico 1, revelam que 54,5% da PIA do RN estava economicamente ativa no ano de 2001. Em 2008, mesmo diante do cenário de crise econômica mundial, os resultados encontrados pela pesquisa apontam 60,1% de PEA na PIA do RN. Cabe, portanto, enfatizar

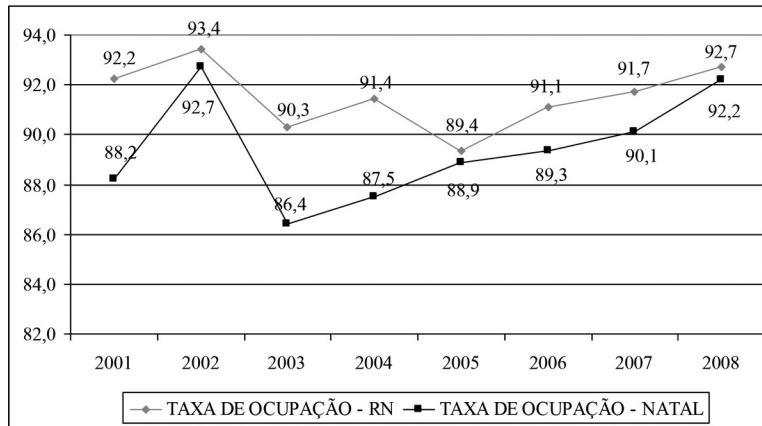
que a capital do estado apresentou percentuais mais elevados, a saber: 57,5% e 62,5% no primeiro e último ano observado, o que denota maior concentração populacional empregada ou em busca de oportunidades de empregos.

Sabe-se, portanto, que a PEA caracteriza o mercado de trabalho entre os que estão ocupados e os que procuram emprego na semana de referência. Faz-se, assim, necessário atentar para o comportamento das taxas de ocupação a fim de se inferir o desempenho econômico da região, diante do relativo quadro de melhora nos indicadores macroeconômicos nacionais. Diante disso, os registros da PNAD, expostos no gráfico 2, permitem observar as taxas de ocupação no estado e na capital ao longo dos anos 2000.

Diante das informações captadas pela PNAD, tem-se que as taxas de ocupação se mostraram mais elevadas no estado do RN ao longo dos anos considerados. O desemprego na capital potiguar mostrou-se, portanto, mais elevado, quando se notam taxas de ocupação inferiores àquelas verificadas no estado. Mesmo assim, faz-se pertinente realçar que o movimento ocupacional segue dinâmica semelhante no estado e na capital, desviando-se apenas um da outra no ano de 2005, quando se registrou entre ambos maiores divergências na participação ocupacional.

O fato de o desemprego ser mais elevado na capital corrobora achados na literatura que ratificam a hipótese do desemprego metropolitano ser mais acentuado na economia brasileira. Cabe, porém, frisar que é no tecido metropolitano nacional que se concentra a maior taxa de urbanização e os maiores índices de concentração populacional em condições de extrema vulnerabilidade e em busca de oportunidade de emprego visto ser nessas áreas que se concentram as maiores taxas de aglomeração de atividades produtivas.

Gráfico 2: Taxa de ocupação no Rio Grande do Norte e na região metropolitana de Natal – 2001-2008

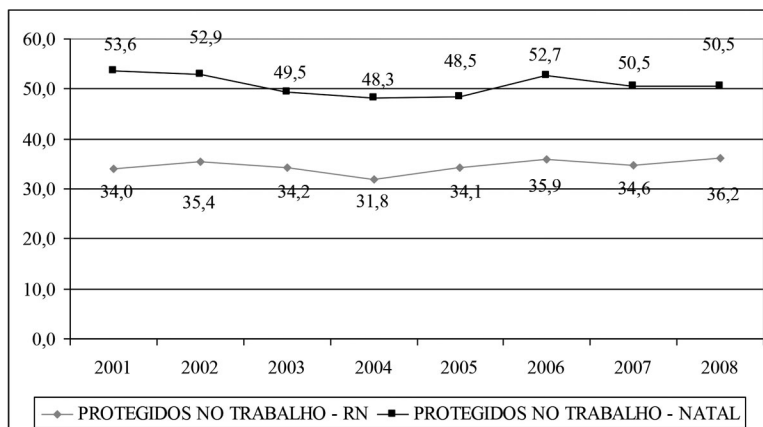


Fonte: PNAD, 2001 - 2008 / IBGE

Em 2001, enquanto 92,2% da PEA do RN estava ocupada, os dados mostram que, na capital potiguar, esse percentual era inferior, com 88,2% de ocupação, o que confere desemprego mais elevado para a capital. Porém, embora as taxas de ocupação tanto do estado quanto da capital tenham se elevado, a da capital foi superior no ano de 2008. Nesse ano, o estado registrou 92,7% de ocupação enquanto a cidade do Natal apresentou 92,2% de sua PEA efetivamente ocupada. A dinâmica econômica metropolitana, com maiores índices de concentração de atividades produtivas, responde por maiores oportunidades no mercado de trabalho, o que pode ter conferido à capital maiores taxas de crescimento ocupacional, mesmo diante dos melhores resultados apresentados pelo estado ao longo de todos os anos contemplados pela pesquisa.

Devem-se, todavia, considerar as formas de ocupação entre a capital e o estado, haja vista que há uma forte tendência do mercado de trabalho metropolitano, mesmo com menores taxas de ocupação, de apresentar melhor resultado no que concerne à proteção social do trabalhador. Seja pelo maior acompanhamento dos órgãos de defesa do trabalho, seja pela maior formalidade no tecido metropolitano, dado pela própria constituição do mercado de trabalho, o fato é que a divergência do parâmetro a ser considerado se apresenta dispersa no estado e na capital, mesmo que em ambos se tenham elevado registros de informalidade nos anos sob comentários.

Gráfico 3: Participação dos ocupados e protegidos no trabalho no Rio Grande do Norte e na região metropolitana de Natal – 2001-2008



Fonte: PNAD, 2001 - 2008 / IBGE

Em 2001, de todos os ocupados no mercado de trabalho potiguar⁴⁸ apenas 34% tinham vínculos com algum instituto de previdência social, sendo a informalidade responsável pela absorção de 66% da mão de obra ocupada naquele ano. Na capital, a participação de ocupados protegidos no trabalho distancia-se da observada no estado, já que se registra 53,6% dos ocupados com proteção. Cabe ainda destacar que, mesmo diante de disparidades acentuadas em relação à ocupação com proteção no trabalho, entre o estado e a capital, os dados mostram que se elevou o percentual de protegidos no estado, no ano de 2008, para 36,2% enquanto se assistiu à redução na capital para 50,5%, conforme gráfico 3.

Em função disso, há divergência na capital do RN no cotejo com os resultados observados no mercado de trabalho de outras regiões do país. Enquanto nessas regiões eleva-se o percentual de ocupados protegidos ao longo dos anos 2000, a cidade de Natal apresenta redução da participação percentual dos postos formais de trabalho naquele ano. Já em todo o estado do RN, apesar de ainda reduzida a participação da formalidade na ocupação, verificou-se leve melhora no indicador de proteção social do trabalho nos anos em tela.

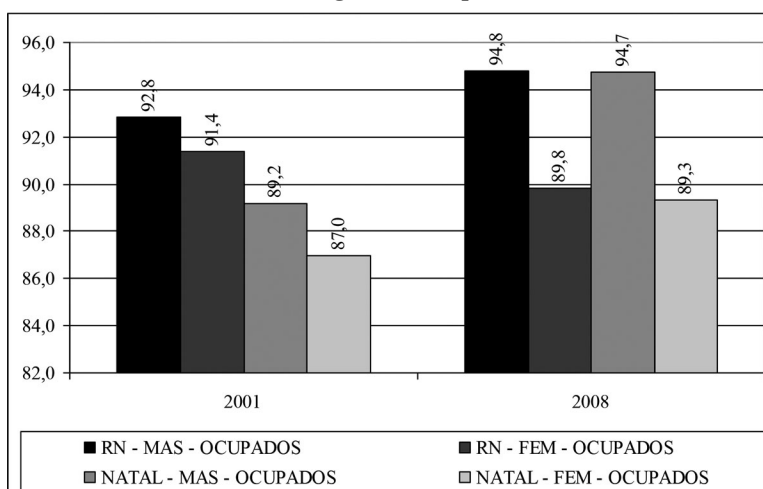
4. Estrutura socioeconômica e demográfica do mercado de trabalho no rn e em natal – 2001/2008.

A seção que ora se inicia tem como fundamento básico observar o mercado de trabalho, no que se refere à ocupação e ao sistema de proteção

social do ocupado. Para tanto, levam-se em consideração algumas características como sexo, raça/cor, anos de estudo e idade dos ocupados, tanto no RN como em sua capital.

Em 2001, tanto no estado do RN quanto em Natal, a participação percentual de masculinos ocupados era superior à observada para a força de trabalho feminina. O RN registrou 92,8% da PEA masculina ocupada, e 91,4% da feminina na mesma situação. Porém, na cidade do Natal, como o desemprego foi mais acentuado, tem-se que, embora a força de trabalho masculina tenha apresentado melhor resultado que a feminina, no que concerne à ocupação, foi ela inferior ao resultado observado em todo o estado. Na capital, a ocupação masculina registrou 89,2% dessa PEA e a feminina 87%, inferior, portanto, à ocupação assistida em todo o RN.

Gráfico 4: Participação de ocupados segundo o sexo no Rio Grande do Norte e na região metropolitana de Natal – 2001-2008



Fonte: PNAD, 2001 - 2008 / IBGE

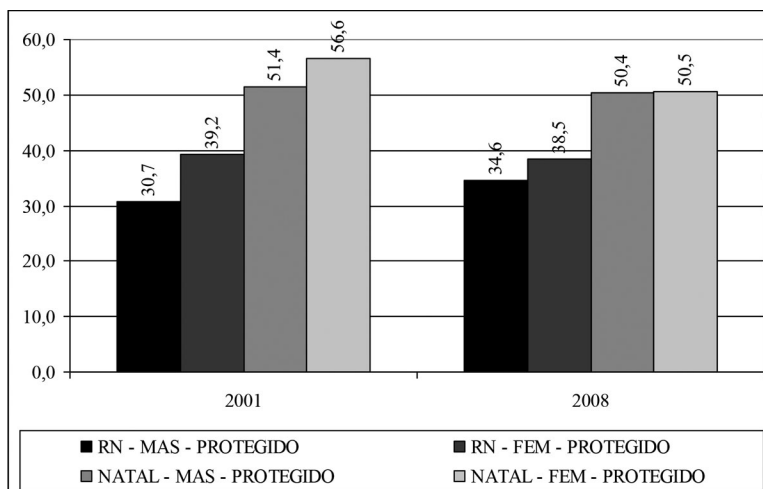
Em 2008, a participação de ocupados masculinos se eleva no estado ao contrário do que ocorre com a PEA feminina. 94,8% dos homens estavam ocupados contra apenas 89,8% das mulheres. Na capital, o desempenho foi melhor para ambos os sexos. Tanto os homens quanto as mulheres vivenciaram os bons resultados do aquecimento da economia no mercado de trabalho, com elevação da ocupação para 94,7% para a PEA masculina e 89,3% para a feminina.

Já em relação à proteção no trabalho, tanto os homens quanto as mulheres experimentaram os melhores resultados confirmados pela PNAD, mesmo sendo esses ainda muito tímidos. Em 2001, quando a pesquisa foi a

campo, encontrou 30,7% dos homens ocupados protegidos no trabalho; e 39,2% das mulheres na mesma condição em todo o estado. Cabe destacar que os resultados encontrados no RN divergem do observado na literatura quando, normalmente, a proteção social do trabalhador é mais frequente para a mão de obra masculina do que para a feminina. Além disso, na capital do estado, além da proteção no trabalho ser superior à observada em todo o estado, o fenômeno se repetiu com maior proteção no trabalho para as mulheres ocupadas. No mesmo ano, 56,6% delas eram protegidas no trabalho enquanto a mesma proteção atingiu apenas 51,4% dos homens. Esses resultados não convergem para as conclusões apresentadas por Funkhouser (1996), Marcoullier et al (1997) e Hirata (2009), para países latino-americanos.

No ano de 2008, enquanto os ocupados masculinos protegidos aumentam sua participação percentual no estado (34,6%), a participação feminina se reduz (38,5%), mesmo apresentando maior participação percentual de protegidas, em comparação ao sexo oposto. Em Natal, dois fenômenos ocorrem no mercado de trabalho. O primeiro é que se reduz a participação percentual de protegidos; e o segundo é que a participação percentual de mulheres protegidas no trabalho (50,5%) é levemente superior à dos homens (50,4%), divergindo da literatura⁴⁹. Cabe destacar, ainda, que elas sofreram maior redução na participação percentual de proteção no trabalho, quando comparadas aos homens.

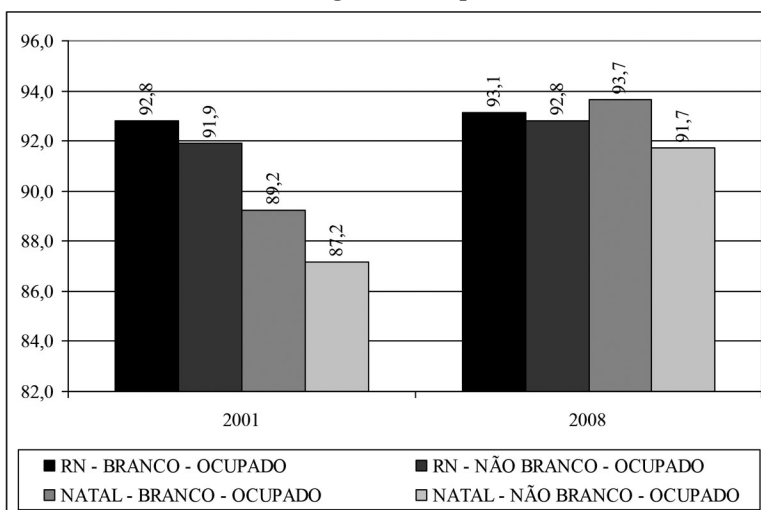
Gráfico 5: Participação de ocupados segundo o sexo e proteção no trabalho no Rio Grande do Norte e na região metropolitana de Natal – 2001-2008



Fonte: PNAD, 2001 - 2008 / IBGE

Quanto à ocupação segundo a raça/cor, embora a população branca ocupada fosse maioria tanto no estado quanto na capital, a diferença não se apresentou excessivamente díspar em nenhum dos anos. Em 2001, a taxa de ocupação dos brancos era de 92,8%, e de 91,9% para os não brancos. Na capital, o diferencial contabilizou 2 pontos percentuais e registraram-se como ocupados: 89,2% dos brancos e 87,2% dos não brancos. Tais resultados mostram maiores taxas de desemprego para não brancos em detrimentos da PEA de raça/cor branca⁵⁰.

Gráfico 6: Participação de ocupados segundo raça/cor no Rio Grande do Norte e na região metropolitana de Natal – 2001-2008



Fonte: PNAD, 2001 - 2008 / IBGE

No ano de 2008, assistiu-se a melhor desempenho do mercado de trabalho tanto potiguar quanto da capital do estado. As participações permaneceram equilibradas, distanciando-se com mais intensidade na capital. Em todo o estado, achava-se ocupada: 93,1% da população branca e 92,8% da não branca. Se se observar apenas a capital, as taxas de ocupação comportaram-se assim: 93,7% dos brancos e 91,7% dos não brancos ocupados no mesmo ano.

Desse modo, percebe-se que as maiores taxas de ocupação permitiram crescimento na ocupação tanto da PEA de raça/cor branca quanto não branca. Além do mais, tanto o total do estado quanto o montante da capital foram beneficiados com a redução do desemprego, na comparação de 2001 com 2008. Esses indícios permitem constatar que a ocupação foi relativamente distribuída entre a PEA de raça/cor diferenciada.

Porém, quando se observa a proteção no trabalho segundo a raça/cor, as divergências começam a se acentuar em um cenário segregacionista e excludente do mercado de trabalho potiguar. Aqui, sim, se ratifica os resultados encontrados por Funkhouser (1996) e Marcoullier et al (1997), Ozório de Almeida et al (1995), para economias subdesenvolvidas. Tais achados convergem com a literatura e ratificam a hipótese da segregação ocupacional entre as etnias.

Os resultados plotados no gráfico 7 mostram que no estado do RN a participação percentual de brancos protegidos no trabalho era de 41,1% em 2001 e se eleva levemente para 41,5% em 2008. Já em relação a não proteção no trabalho, percebe-se que 58,9%, em 2001; e, 58,5%, em 2008, da força de trabalho em atividade no estado, não detinham nenhum vínculo com instituto de previdência. Os resultados mostram que, mesmo para a força de trabalho branca, detentora de melhor posição socioeconômica no estado, há ainda elevada participação na informalidade no que concerne aos seus vínculos empregatícios.

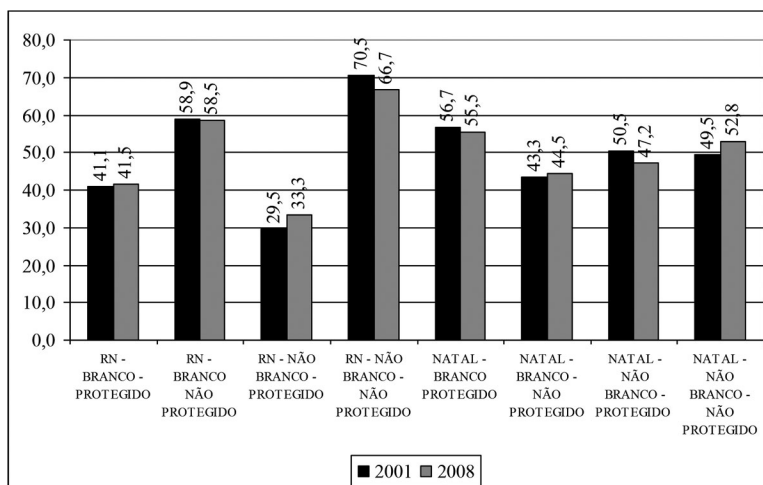
Para aqueles ocupados de raça/cor não branca declarada à PNAD, os resultados foram ainda mais acentuados. Em 2001, de todos os ocupados da raça/cor especificada somente 29,5% contavam com proteção no trabalho no estado do RN. Em 2008, aumenta para 33,3%. O que se tinha era que, 70, 5%, no primeiro ano e, 66,75, no segundo, da força de trabalho de raça/cor especificada, não tinham qualquer vínculo com instituto de previdência social. Ratifica-se assim que eles exerciam suas atividades laborais sem nenhum nível de proteção trabalhista. Esses resultados geram a elevada vulnerabilidade, sobretudo da força de trabalho não branca, no mercado potiguar. Conforme Pochmann (1998; 1999; 2001; 2009), Dedecca (1998; 2005; 2006), Neves e Pedrosa (2007), dentre outros, foram os resultados mais visíveis da abertura econômica nacional e da desregulamentação do mercado de trabalho no país.

No que se refere ao mercado de trabalho da cidade do Natal, capital do estado, concentradora de atividades econômicas e detentora de elevado potencial de logística mercadológica, observa-se, ainda, elevada concentração de trabalhadores ocupados informalmente. Mesmo que seus resultados sejam melhores do que o observado em todo o estado, eles ratificam a discriminação do mercado de trabalho por raça/cor, sendo ainda insuficientes para a caracterização de um mercado de trabalho estruturado e

com funcionalidade satisfatória diante do desenvolvimento econômico local.

Em 2001, a proteção no trabalho atingiu apenas 56,7% dos brancos ocupados e em 2008 reduziu-se para 55,5%. Em contrapartida, os brancos não protegidos saíram de 43,3% no primeiro ano para 44,5% no segundo. Reduziu-se, portanto, a participação de ocupados com proteção no trabalho do primeiro para o segundo ano e, conseqüentemente, se elevou a participação dos privados de tal proteção. Em relação aos não brancos, a participação de ocupados protegidos era menos elevada e reproduziu o mesmo movimento constatado para os brancos na mesma situação. Em 2001, 50,5% dos ocupados de raça/cor não branca eram protegidos no trabalho, os quais em 2008 caíram para 47,2%. Em consequência, sobiu de 49,5% para 52,8% a participação de ocupados não brancos não protegidos no trabalho.

Gráfico 7: Participação de ocupados segundo raça/cor e proteção no trabalho no Rio Grande do Norte e na região metropolitana de Natal – 2001-2008



Fonte: PNAD, 2001 - 2008 / IBGE

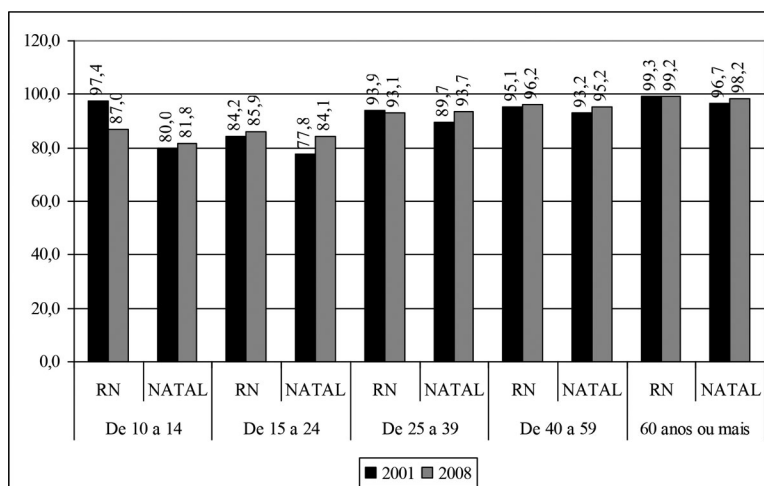
Constata-se assim que, no quesito raça/cor, piorou a participação do ocupados no que concerne à proteção social. Houve elevação dos vínculos de trabalhos sem proteção na capital, distinguindo-se do observado em todo o estado do RN. Os resultados conferem, portanto, maior segregação do mercado de trabalho na capital do que em todo o território potiguar, nos anos em estudo. Além disso, a população ocupada não branca está mais exposta a maiores participações nos vínculos informais nos grandes centros,

seja pelo movimento de migração interna, que leva parte da população menos favorecida por fatores socioeconômicos e demográficos para os grandes centros, seja por serem eles descendentes de uma cultura secular de discriminação e segregação social no país.

Observando-se a variável demográfica, idade dos indivíduos, tem-se que a ocupação e o desemprego são afetados por tal fator. No RN a taxa de ocupação da PEA com idade entre 10 e 14 anos, assim como aquela com idade de 60 ou mais anos foram as mais elevadas, divergindo o fenômeno da literatura utilizada como referência para o estudo. Saliente-se que em Natal, embora em menor dimensão, principalmente para a primeira faixa, os resultados se distanciam do observado no estado, e para a PEA da última faixa etária, a convergência é bem precisa. Para a primeira faixa, notou-se elevada participação de ocupados, sendo, portanto, constatados indícios de trabalho infantil no RN.

Cabe ainda acrescentar que a ocupação por faixa etária é mais elevada em todo o RN do que apenas na capital. Tal resultado é consequência do desemprego mais elevado para a capital, o que acaba refletindo na variável demográfica aqui selecionada. Além do mais, o desemprego juvenil e jovem mostrou com maiores taxas de participação no primeiro e menores no último ano investigado (ver as duas primeiras faixas).

Gráfico 8: Participação de ocupados segundo idade no Rio Grande do Norte e na região metropolitana de Natal – 2001-2008



Fonte: PNAD, 2001 - 2008 / IBGE

A faixa crítica (25 a 39 anos) apresentou elevados índices de ocupação seja no RN, seja em Natal. Porém, em âmbito estadual, os resultados

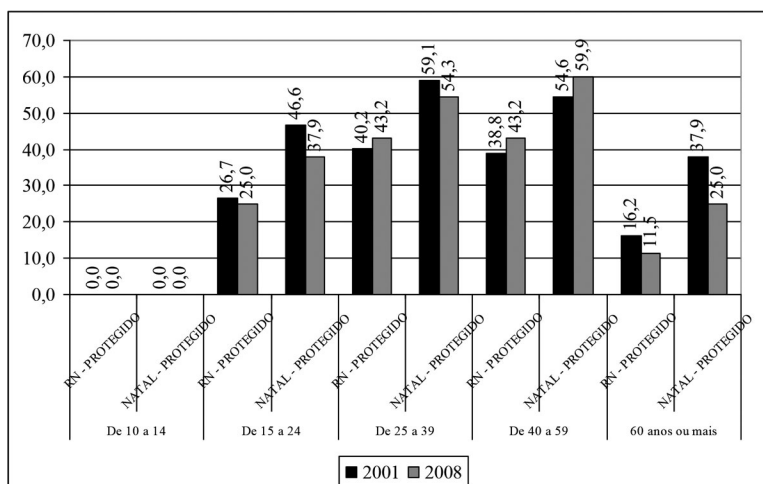
mostraram-se mais elevados nos dois anos, mesmo que se tenham reduzido quando comparado o primeiro com o último. Já na capital, a dinâmica foi contrária e o que se viu foi a elevação da participação desta PEA ocupada quando comparado 2001 a 2008. Não cabe, pois, apenas observar a elevada participação da PEA ocupada segundo a idade. Deve-se observar o nível de proteção no trabalho, o que traduz as condições do mercado de trabalho em absorver mão de obra sem desrespeitar as leis trabalhistas vigentes.

Por essa ótica, os dados do gráfico 9 apresentam a participação de ocupados protegidos no trabalho, segundo a idade da PEA. A princípio destaca-se a informalidade total para a PEA ocupada com idade entre 10 e 14 anos. Diante disso, a ocupação de menores com até 14 anos ocorre sem nenhuma proteção no trabalho, tanto no estado do Rio Grande do Norte quanto em sua capital. Destarte (ver gráfico 8), são 100% desprotegidos de qualquer seguridade social nesse contexto estudado.

Para a faixa etária seguinte (15 a 24 anos), o RN destaca reduzida participação de ocupados protegidos, constatando-se apenas 26,7% deles em 2001, e reduzindo-se levemente para 25% em 2008. Em Natal, os resultados encontrados para essa faixa etária são superiores aos observados no estado e conferiram à PEA ocupada da capital participação de proteção no trabalho de 46,6% em 2001 e redução para 37,9% em 2008, resultados melhores do que os encontrados em todo o território potiguar. Na capital, os melhores índices de proteção dos ocupados ocorreram para aqueles com idade entre 25 e 39 e de 40 a 59 anos.

Já para a PEA com idade de 60 ou mais anos, mesmo diante de elevadas taxas de ocupação, tanto no RN quanto em sua capital, os índices de proteção no trabalho são acentuadamente baixos. Em 2001, registravam-se 16,2% no estado, havendo-se reduzido para 11,5% em 2008. Já na capital do estado, a proteção social do ocupado na faixa citada é mais elevada que a do estado em ambos os anos. Embora haja ainda baixos índices de proteção e ainda se tenha observado redução entre o primeiro e o segundo ano, pode-se ver que a proteção no trabalho chegou, em 2001, a 37,9% e, em 2008, a 25% dos ocupados na faixa etária citada, na cidade de Natal.

Gráfico 9: Participação de ocupados segundo idade e proteção no trabalho no Rio Grande do Norte e na região metropolitana de Natal – 2001-2008

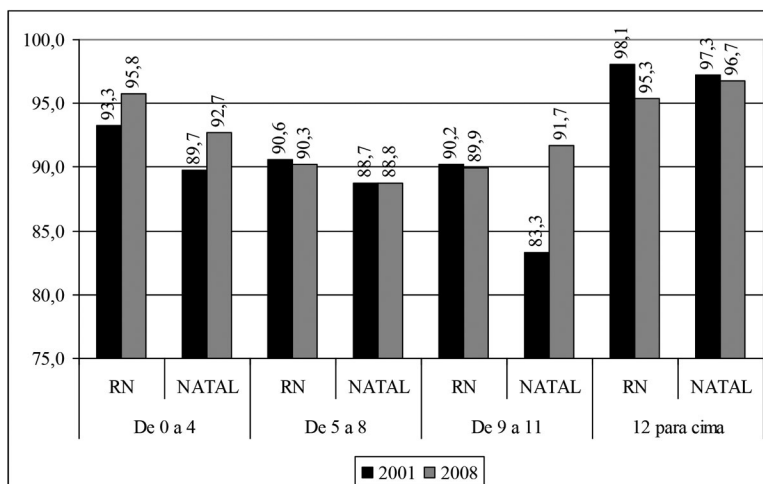


Fonte: PNAD, 2001 - 2008 / IBGE

Em relação à ocupação da PEA, segundo os anos de estudo, os dados do gráfico 10 ajudam a compreender a participação dessa variável socioeconômica na condição de ocupação do RN e de Natal. Na primeira faixa, que compreende os ocupados com escolaridade entre 0 e 4 anos de estudo, os resultados das taxas de ocupação tanto no estado quanto na capital apresentaram a mesma dinâmica, elevando-se do primeiro para o último ano selecionado. Em 2001, no RN, 95,3% da PEA estava ocupada, elevando-se para 95,8% em 2008. Já em Natal, os ocupados correspondiam a 89,7% no primeiro ano e a 92,7% no segundo. Tal resultado está relacionado à elevação da participação da construção civil na criação de novas vagas, setor esse de grande absorção de mão de obra com poucos anos de estudo, assim como ao bom desempenho da fruticultura irrigada no vale do Açu nos últimos anos observados.

Na faixa de 5 a 8 anos de estudo, os resultados encontrados ficaram próximos entre si tanto no estado quanto na capital, sendo menor o resultado da capital. Para a faixa de escolaridade de 9 a 11 anos de estudo, os resultados para todo o RN e para a capital se distanciaram sobremaneira no ano de 2001. O estado detinha 90,2% dessa PEA ocupada enquanto a capital registrou apenas 83,3%. Porém, em 2008, enquanto a participação estadual se reduziu para 89,9%, a da capital se elevou acentuadamente para 91,7% de ocupação.

Gráfico 10: Participação de ocupados segundo anos de estudo no Rio Grande do Norte e na região metropolitana de Natal – 2001-2008

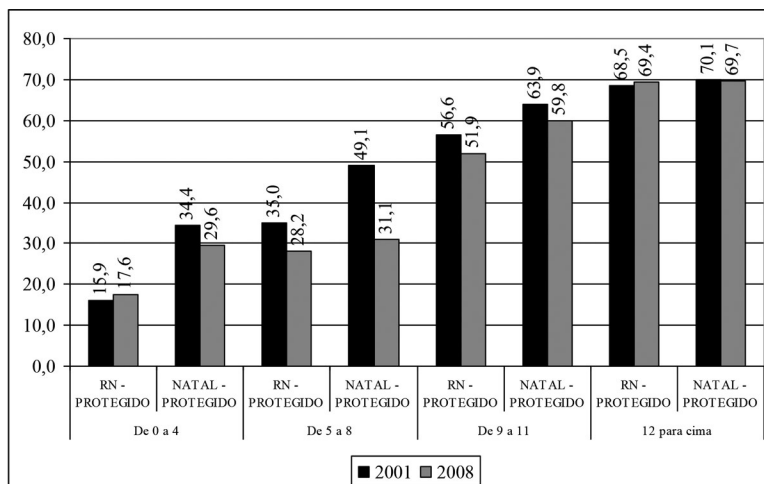


Fonte: PNAD, 2001 - 2008 / IBGE

Para a força de trabalho com 12 anos ou mais de estudo, as taxas de ocupação mostraram-se elevadas nos dois anos observados tanto em todo estado quanto na capital potiguar. Em todo o RN, registra-se 98,1% desta PEA ocupada em 2001 e 97,3% na capital. Em 2008, os registros captados pela PNAD mostram redução para 95,3% no estado e 96,7% na capital. Mesmo assim, as maiores taxas de ocupação tanto no RN quanto em Natal foram observadas para a PEA com maiores níveis de escolaridade. O que vale como condição essencial no sentido de terem esses profissionais mais chances de ocupação nos anos 2000.

Já em relação à proteção no trabalho, os dados do gráfico 11 mostram que a escolaridade é condição indispensável para tal benefício. Embora se tenham registrado elevadas taxas de ocupação para a PEA com escolaridade na primeira faixa (ver gráfico 10), são esses trabalhadores que detêm os menores registros de proteção no trabalho tanto no RN quanto em Natal. Em 2001, apenas 15,9% desta PEA ocupada era protegida no trabalho no estado do RN. Na capital, o percentual era bem mais elevado, quando se registrou 34,4% no mesmo ano. Em 2008, eleva-se a participação percentual no estado, embora levemente, para 17,6% e se reduz na capital para 29,6%.

Gráfico 11: Participação de ocupados segundo anos de estudo e proteção no trabalho no Rio Grande do Norte e na região metropolitana de Natal – 2001-2008



Fonte: PNAD, 2001 - 2008 / IBGE

Nas demais faixas, conforme pode ser visualizado no gráfico 11, à medida que se avança nos anos de estudo, maiores são as taxas de participação de ocupados com proteção no trabalho. Pode-se, pois, dizer que mais anos de estudo garantiram, pelo menos nos anos observados, maior proteção do trabalho no RN e em Natal. Com relação à última faixa (12 anos ou mais de estudo), 68,5% dos ocupados eram protegidos no trabalho no RN. Esse percentual se elevou para 69,4% em 2001 e em 2008.

Na capital do estado, apesar da redução chegaram ainda a 70,1% no primeiro ano, e a 69,7% no segundo, os percentuais de protegidos no trabalho, para os ocupados com os anos de estudo mencionados.

5. Considerações finais

Este artigo apresentou como objetivo central a investigação do mercado de trabalho no estado do Rio Grande do Norte e na cidade de Natal. Para tanto, levou-se em consideração a dinâmica econômica nacional e seus impactos na região, bem como as ações do processo de reestruturação produtiva no contexto da desestruturação do mercado de trabalho nas regiões subdesenvolvidas.

Nesse contexto, pôde-se observar que ocorreu relativa melhora na participação da PEA tanto do estado quanto da capital, mostrando-se essa relação positiva com o desempenho econômico nacional. Isto posto, viu-se que o crescimento dela foi evidente diante do contexto de crescimento econômico brasileiro assistido a partir do final de 2003. Além do mais, as

taxas de ocupação para o estado apresentaram tendência ascendente a partir de 2005, diferentemente da capital, que, a partir de 2004, iniciou esse processo, convergindo para a melhora da performance econômica do país.

Para tanto, é pertinente destacar que a formalidade no mercado de trabalho potiguar, mesmo diante de um quadro de relativa melhora, está ainda muito aquém do desejado. Em 2008, registraram-se apenas 36,2% dos ocupados protegidos no trabalho. Na região metropolitana, embora a participação percentual de ocupados protegidos seja mais elevada, quando, no entanto, se compara o primeiro com o último ano da análise, nota-se redução, diferente do ocorrido em todo o estado. No último ano, observou-se que, 50,5% dos ocupados na capital potiguar eram protegidos por algum sistema de previdência social.

Verificou-se ainda que o desemprego feminino é mais elevado tanto no estado quanto na capital, embora, quanto à formalização dos postos de trabalho, elas tenham sido maioria tanto no estado quanto na capital, divergindo dos resultados encontrados em todos os estudos utilizados aqui como referência. Além disso, a raça/cor da PEA, no que se referiu à ocupação, não se apresentou destoante, permitindo apenas constatar discriminação no mercado de trabalho sob ângulo da formalidade. Nesse critério, percebeu-se que, tanto no estado quanto na capital, os não brancos são a maioria absoluta na ocupação de postos de trabalhos sem vínculos com instituto de previdência social.

Além disso, mesmo que se tenha constatado elevada participação de jovens e muito jovens na PEA do país, e mesmo diante de elevada ocupação desta PEA, assim como aquela com idade mais avançada, foi possível constatar a discriminação por idade no mercado de trabalho potiguar. Para eles, tanto na capital quanto em todo o estado, os resultados encontrados mostram elevada participação na informalidade, mesmo que se tenha observado relativa melhora ao longo dos anos. Para a força de trabalho com idade entre os 25 a 59 anos de idade, mesmo sendo muito ainda informais no mercado de trabalho, lograram, não obstante melhor desempenho.

Ao se analisar a taxa de ocupação da PEA por anos de estudo, foram constatados os melhores desempenhos para aqueles com escolaridade de 0 até 4 anos e para aqueles com 12 ou mais anos de estudo. Para os que apresentaram escolaridade entre as demais faixas registraram-se também maiores participações no desemprego, tanto no RN quanto em Natal.

Porém, é de suma importância acrescentar que, quando se observou a formalidade nos postos de trabalho, segundo os anos de estudo, percebeu-se que, à medida que se avança nas faixas etárias, melhores desempenhos se têm na aquisição de postos de trabalhos com vínculos em institutos de previdências. Diante disso, tem-se que, embora a taxa de ocupação da PEA com menos anos de estudo seja mais elevada, eles são os mais vulneráveis na ocupação de postos de trabalho sem proteção social.

Com base no exposto, pode-se dizer que o estado do Rio Grande do Norte e sua capital seguem dinâmica semelhante à observada na economia brasileira, no que toca à conjuntura recente do mercado de trabalho. Assim sendo, as variáveis que apresentaram melhor desempenho não foram suficientes para anular o que se tem de condições de ocupação precária, haja vista a existência de elevadas taxas de informalidade e de forte discriminação de raça/cor no mercado de trabalho. Consequentemente, defendem-se políticas de emprego com a finalidade de reduzir o *gap* existente entre os grupos sociais e de possibilitar a criação de postos de trabalho com livre acesso, independentemente do grupo social ao qual pertença a força de trabalho.

Referencias bibliográficas

ARAÚJO, T. B. Nordeste, Nordestes. Que Nordeste? **Ensaio sobre o Desenvolvimento Brasileiro: heranças e urgências**. Rio de Janeiro: Fase, 2000

CARVALHO, I. M. M. de; ALMEIDA, P. H. de; AZEVEDO, J. S. G. de. Dinâmica metropolitana e estrutura social em Salvador. **Tempo Social, Revista de Sociologia da USP**. São Paulo, v. 13, Nº 2, p. 89-114, novembro de 2001.

CARVALHO, I. M. M. de. Globalização, metrópoles e crise social no Brasil. **Revista EURE** (vol. XXXII, Nº 95), PP. 5-20, Santiago de Chile, mayo, 2006.

CASSIOLATTO, J. E.; BRITTO, J.. Políticas industriais descentralizadas no caso brasileiro: uma breve análise da experiência recente. Seminario sobre “Camino a la competitividad: El nivel meso y microeconómico”. **Anais...** Santiago de Chile, 15 de marzo de 2001.

CORBACHO, A. “**Labor Markets in Central America: informal versus formal sectors**”. Harvard Institute for International Development, Development Discussion Papers, n. 747, 2000.

CLEMENTINO, M. do L. M.; SILVA, M. G. da; PEREIRA, W. E. N.. Transformações Recentes na Economia da Região Metropolitana de Natal. In: **Natal: Uma metrópole em formação**. (org) Maria do Livramento Miranda Clementino e Zoraide Sousa Pessoa. EDUC; PUC – SP, 2009a.

_____. Transformações no mercado de trabalho da Região Metropolitana de Natal – 1991-2000. In: **Natal: Uma metrópole em formação**. (org) Maria do Livramento Miranda Clementino e Zoraide Sousa Pessoa. EDUC; PUC – SP, 2009b.

DEDECCA, Cláudio Salvadori. **Racionalização Econômica e Trabalho no Capitalismo Avançado**. 2ª Ed – Campinas, SP: Unicamp, IE, 2005.

DEDECCA, Claudio Salvadori. Reestruturação produtiva e tendências do emprego. In Marco Antonio de Oliveira (org). **Economia e Trabalho**, cap. 10, p. 163-185 – Campinas – SP: IE/Unicamp, 1998.

DEDECCA, Claudio Salvadori; ROSANDISKI, Eliane Navaro. **Recuperação econômica e geração de empregos formais**. Revista Parcerias Estratégicas – Número 22- Junho 2006.

DE MATTOS, C.. Transformación de las ciudades latinoamericanas. ¿Impactos de la globalización?. **Revista EURE** (vol. XXVIII, Nº 85), Santiago de Chile, mayo, 2002.

FUNKHOUSER, E.. The urban informal-sector in Central America: Household survey evidence. **World Development**, v. 24, nº 11, p. 1.737-1.751, 1996.

FREIJE, S. “**El empleo informal en America Latina y el Caribe: causas, consecuencias y recomendaciones de política**”. Banco Interamericano de Desarrollo, Primer Seminario Tecnico de Consulta Regional sobre Temas Laborales, 2001.

GOMES, R. de C. da C.. Dinâmica Territorial no Espaço Metropolitano de Natal. In: **Natal: Uma metrópole em formação**. (org) Maria do Livramento Miranda Clementino e Zoraide Sousa Pessoa. EDUC; PUC – SP, 2009.

HIRATA, H.. A precarização e a divisão internacional e sexual do trabalho. **Revista Sociologias**, Porto Alegre, ano 11, nº 21, jan./jun. 2009, p. 24-41.

MÁRQUEZ, G.; PAGÉS, C. 1998. “Ties that Bind: Employment Erotection and Labor Market Outcomes in Latin America.” **Working Paper 373**. Washington, DC, United States: Inter-American Development Bank.

MARCOULLIER, D.; RUIZ de CASTILLA, V.; WOODRUFF, C.. Formal measures of the informal-sector wage gap in Mexico, El Salvador and Peru. **Economic development and cultural change**, v. 45, nº 2, p. 367-392, 1997.

MONTEIRO NETO, A.; VERGOLINO, J. R.. O Mercado do trabalho em Pernambuco. **Revista Econômica do Nordeste**, Fortaleza, v.32, nº especial, P. 725-739, novembro de 2001.

NEVES, Magda de Almeida; PEDROSA, Célia Maria. Gênero, flexibilidade e precarização: o trabalho a domicilio na indústria de confecções. **Sociedade e Estado, Brasília**, v. 22, Nº 1, p. 11-34, Jan/ABR, 2007.

OZORIO de ALMEIDA, A. L.; ALVES, L. F.; GRAHAM, S. M. **Poverty deregulation and employment in the informal sector of Mexico**. World bank, education and social police department, 1995.

PACHECO, C. A. **Fragmentação da nação**. Campinas, SP: UNICAMP IE, 1998.

POCHMANN, Márcio. Desemprego e políticas de emprego: tendências internacionais e o Brasil. In Marco Antonio de Oliveira (org). **Economia e Trabalho**, cap. 13, p. 219-233 – Campinas – SP: IE/Unicamp, 1998.

POCHMANN, Marcio. Modernizar sem excluir. In **Emprego, Trabalho e Políticas Públicas**. (org) Junior Macambira e Liana Maria da Frota Carleial, Fortaleza, 2009.

POCHMANN, Márcio. **O Emprego na Globalização: a nova divisão internacional do trabalho e os caminhos que o Brasil escolheu**. São Paulo, Boitempo Editorial, 2001.

POCHMANN, Marcio. **O trabalho sob fogo cruzado: exclusão, desemprego e precarização no final do século** – São Paulo: contexto, 1999.

RODRIGUEZ, J.; ARRIAGADA, C.. Segregación residencial em la ciudad latinoamericana. **Revista EURE** (vol. XXIX, Nº 89), PP. 5-24, Santiago de Chile, mayo, 2004.

SASSEN, S.. The global city: New York, London, Tokyo. **Princeton University press**, 1991.

SILVA FILHO, L. A.; QUEIROZ, S. N. de.. A Trajetória da Indústria e do Emprego Formal no Ceará 1996/2006. XI Encontro Nacional de Estudos do Trabalho. ABET. **Anais...** Campinas – SP, 2009.

_____; REMY, M. A. P. de A.. Indústria de transformação: localização e emprego formal nos estados do Nordeste - 1998/2008. VII Encontro Nacional sobre Migrações. **Anais...** Curitiba, 2011.

_____; SILVA, A. O. F. S.. Industrialização e emprego formal: avaliação empírica no Ceará vis-à-vis o Piauí – 1998/2008. VII Encontro Nacional sobre Migrações. **Anais...** Curitiba, 2011.

_____. Recuperação econômica e emprego formal: avaliação empírica para o Nordeste brasileiro – 2000/2008. **Revista Perspectiva Econômica**, vol. 7, N.1, p. 42-54, jan/jun 2011.

_____. SILVA, A. O. . F; SILVA, W. G; QUEIROZ, S. N; VALE, F. F. R. Dinâmica econômica, mercado de trabalho e emprego formal nas Regiões Metropolitanas de Fortaleza *vis-à-vis* Salvador - 1997/2007. **Revista Desenbahia**, v.8, n. 14, mar. 2011. P. 7-30.

_____; SANTOS, R. A. V. dos; CLEMENTINO, M. do L. M. Determinantes do desemprego recente no Rio Grande do Norte e na região metropolitana de Natal - 2001-2008. **Boletim de Economia & Tecnologia** - Ano 07, Vol. 26 - Julho/Setembro de 2011.

_____. VALE, F. F. R.. Criação líquida de postos de trabalho: Avaliação empírica para a grande Natal – 1999/2009. I Encontro de Economia do Espírito Santo. **Anais...** Vitória – ES, novembro de 2010.

SILVA FILHO, L. A.. Reestruturação produtiva e desestruturação no mercado de trabalho: análise empírica da indústria têxtil da grande Natal. Anais do XVII Encontro Nacional da Associação Brasileira de Estudos Populacionais – ABEP. **Anais...** Caxambú – MG, setembro, 2010.

47 O cálculo utilizado para verificar o saldo de vagas é a diferença entre o número de trabalhadores Admitidos menos o número de trabalhadores Demitidos no mesmo período.

48 Inclusive, empregador com 10 ou mais empregados contratados.

49 ver, por exemplo, Funkhouser (1996), Marcoullier et al (1997), Hirata (2009), dentre outros.

50 Os não brancos são compostos por pretos e pardos, seguindo a metodologia designada pelo Observatório das Metrôpoles, 2010.

Capítulo 10

Diagnóstico do mercado de trabalho e da evolução das categorias sócio ocupacionais da região metropolitana de Belo Horizonte (RMBH) - 2001 a 2008

André Mourthé de Oliveira

1. Introdução

O objetivo desse artigo é realizar um diagnóstico sobre o mercado de trabalho e a evolução das categorias sócio ocupacionais da Região Metropolitana de Belo Horizonte (RMBH), entre os anos de 2001 e 2008, segundo os dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD). Para viabilizar a análise, esse artigo foi dividido em cinco partes, incluindo essa apresentação. A segunda apresenta um breve histórico da região metropolitana de Belo Horizonte, com destaque para as três últimas décadas, momento de profundas transformações na estrutura socioeconômica brasileira e da RMBH, em particular. A terceira realiza um diagnóstico do mercado de trabalho a partir de indicadores clássicos desse mercado, priorizando nesse diagnóstico uma análise comparativa entre a cidade polo, os demais municípios da RMBH e o estado de Minas Gerais. Na quarta parte a análise recai sobre a evolução das categorias sócio ocupacionais numa análise também comparativa entre os mesmos espaços delineados anteriormente (Metrópole, cidade polo e estado de Minas Gerais) e, por fim, uma breve conclusão.

2. Breve histórico da região metropolitana de Belo Horizonte

A “metropolização” de Belo Horizonte teve como determinante as profundas transformações que ocorreram na década de 1940, com a constituição da Cidade Industrial de Contagem e o complexo turístico da Pampulha, em Belo Horizonte. Na década de 1950 o crescimento econômico e demográfico se acelerou bastante e a taxa de expansão demográfica foi de aproximadamente 6% ao ano. Em vinte anos, a população da RMBH saltou de 500.000 para 1,5 milhão de habitantes. Os anos 1950/60 significaram o início da industrialização pesada mineira, com novos subsetores, a saber, minerais não metálicos (cimento e cerâmica), a refinaria da Petrobras em Betim, a expansão dos subsetores de alimentos e têxtil, a expansão da siderurgia, entre outros (Oliveira, 2010).

Mas foi a década de 1970, com a “nova industrialização mineira” (Diniz, 1981), que potenciou uma maior articulação entre os subsetores industriais, principalmente com a chegada da FIAT Automóveis. A indústria automotiva tem sido um dos carros-chefes da modernização industrial brasileira. A implantação dos complexos automobilísticos no estado de São Paulo representou, dentro dos parâmetros fordistas vigentes até os anos 1970, a possibilidade de desenvolvimento desse sistema produtivo e tecnológico, ampliando os níveis de emprego e renda (Meiners, 1999). Até a década de 1970, as indústrias automobilísticas estavam concentradas praticamente apenas no ABC paulista. Até meados dessa década, a Região Metropolitana de Belo Horizonte (RMBH) apresentava uma especialização produtiva nas indústrias de bens não duráveis de consumo – têxtil e alimentos, e na de metal-mecânica e de minerais não-metálicos (Diniz, 2000). A cidade de Contagem agregava o maior polo industrial da região. No início dos anos 1970, a FIAT Automóveis se instalou em Betim e alterou significativamente o perfil da indústria local e sua relação com o espaço econômico global, ampliando e modernizando a matriz industrial da RMBH e passando a articular novos setores industriais e de serviços no seu entorno. Inegavelmente, essa região polarizou e ampliou sua inserção no espaço econômico nacional. Naquele momento, os grupos industriais locais e internacionais buscavam, de maneira geral, uma nova perspectiva de inserção na economia global, a partir da realidade regional/local (Piquet, 1996; Neves, 1999; Oliveira, 2010).

Também é importante destacar que, no final dos anos 1960 e início dos 1970, grandes investimentos em transportes, energia e siderurgia foram

viabilizados no estado de Minas Gerais, em geral quase todos liderados pelas estatais. Esses investimentos favoreceram a consolidação e a ampliação de um moderno setor de serviços altamente concentrado na cidade de Belo Horizonte. Todo esse processo de ampliação e modernização da estrutura produtiva significou a continuidade de um intenso processo de crescimento demográfico, via forte fluxo migratório, oriundo, em sua maior parte, do próprio estado de Minas Gerais. Isso acarretou forte preocupação com a questão metropolitana e mobilizou os poderes públicos para a criação de um planejamento mínimo da região metropolitana, o que foi facilitado com a promulgação, em 1973, da lei federal complementar nº 14, que regulamentava as regiões metropolitanas brasileiras. Assim, foi criado o Plano Metropolitano de Belo Horizonte (PLAMBEL) em 1974 e que daria apoio técnico aos Conselhos Deliberativo e Consultivo da região metropolitana (Oliveira, 2010).

A década de 1980, com a crise econômica e as rápidas mudanças nas taxas de fecundidade, presenciou a redução do crescimento demográfico. Desde os anos 1950, a articulação da indústria, dos investimentos estatais e do capital imobiliário foi o determinante da estruturação do território da RMBH até a década de 1980, e que potenciou a expansão dos principais eixos dessa região (oeste e norte). Os anos 1980 presenciaram o crescimento imobiliário de baixa renda no eixo norte e também nos espaços mais periféricos, além dos investimentos de alta renda nas áreas mais próximas ao centro de Belo Horizonte e também nos condomínios fechados do eixo sul, principalmente na cidade de Nova Lima. Nessa década, o planejamento e a gestão metropolitanas começaram a ser desmontados, com a redução dos recursos públicos e o esvaziamento das instituições responsáveis por esse planejamento e gestão, no caso da RMBH, a Plambel.

No final da década de 1980 e na de 1990, o desempenho industrial da RMBH teria sido pior não fosse o processo de “mineirização dos fornecedores” da FIAT Automóveis, internalizando nessa região uma grande quantidade de fornecedores de primeira e segunda linhas (Oliveira, 1999). Isso impactou positivamente sobre o desempenho do crescimento do PIB metropolitano, como salientam Andrade & Serra (1998) e Lemos *et al* (1999). Numa análise comparativa entre as regiões metropolitanas brasileiras, entre 1985 e 1996, o PIB da RMBH apresentou o segundo melhor desempenho, atrás somente da região metropolitana de Belém e à frente da de Curitiba. As taxas foram, respectivamente, de 58,9%, 54,5% e 46,7% para todo o período e, a título de ilustração, a taxa de São Paulo foi de 33,6%. Segundo

Lemos (2006), no início da atual década e utilizando os dados do IBGE de 2001 a 2004, as regiões metropolitanas perderam uma ligeira participação no PIB nacional, das quais três ampliaram a participação no PIB, a saber: Curitiba, com o melhor desempenho, depois Brasília e Belo Horizonte. Segundo esse autor, o desempenho de Curitiba e de Belo Horizonte deve-se, parcialmente, à proximidade dessas duas regiões com a RMSP, pois apresentam vantagens que podem ser exploradas devido à possibilidade de maior integração produtiva inter-regional com a indústria paulista (Lemos, 2006). É importante destacar, entretanto, que essa vantagem de maior proximidade deve pressupor ótima infraestrutura física e de conhecimento, além de um bom nível de desenvolvimento urbano (Oliveira, 2010). Na atual configuração, as metrópoles, inclusa a de Belo Horizonte, além de uma rede de cidades de porte médio, se expandem. Dentro da área Metropolitana de Belo Horizonte, por exemplo, destacam-se pela dimensão econômica cinco municípios: Belo Horizonte, Contagem, Betim, Santa Luzia e Nova Lima:.

A partir dos anos 1980, com o início da nova configuração industrial comentada anteriormente, a Região Metropolitana de Belo Horizonte teve seu peso econômico expandido em relação ao Estado e ao país. Teixeira e Souza (2000) afirmam que, a partir do quadro econômico próprio dos anos 1980, o processo de urbanização modificou-se. Nos anos 1970, metropolização e conurbação se confundiam. Assim, atividades e população se concentraram, aproximando municípios. Entretanto, essa aproximação terminou por retirar a autonomia desses municípios, que se tornaram no que é chamado de Aglomeração ou Aglomerado Metropolitano. Este se constituiu incorporando novas áreas em Contagem, Betim e Ribeirão das Neves e, dez anos depois, se estendeu para Santa Luzia, Vespasiano e Betim, como um todo. Em 1970, a população da RMBH era de 1,6 milhão; em 1980, saltou para 2,5 milhões; e em 1991, para 3,3 milhões; já em meados dos anos 2000, essa população se aproximou de 5 milhões. Quando se observa a expansão do Centro Metropolitano, o que está em jogo, além do crescimento demográfico, é a consolidação da economia regional e sua relação com a maneira como a cidade se forma e transforma-se por meio da ação dos atores sociais. Segundo Teixeira e Souza, “atividades econômicas e moradia são dois aspectos desse processo, que enseja a diferenciação espacial, determinando igualdades e desigualdades” (Teixeira & Souza, 2000: 298).

3. Diagnóstico do mercado de trabalho da rmbh segundo dados da pnad

para o período 2001 a 2008

Essa seção apresenta um diagnóstico socioeconômico da RMBH a partir dos dados da PNAD, no período 2001 a 2008. Esse diagnóstico fará uma análise comparativa dos indicadores selecionados com a cidade polo (Belo Horizonte) e o estado de Minas Gerais. A tabela 3.1 apresenta a população de 10 anos e mais segundo sexo, para a RMBH, no período 2001 a 2008. A constatação mais relevante é o maior percentual de mulheres comparativamente aos de homens e a relativa estabilidade desses percentuais no período aqui selecionado. A cidade polo apresenta um percentual ainda maior de mulheres que de homens, comparativamente à RMBH e ao estado de Minas Gerais. Nos três espaços aqui considerados sempre existem mais mulheres que homens, somente que o percentual de mulheres é maior na cidade polo e menor no estado de Minas Gerais, ou seja, no estado há um maior equilíbrio na participação entre mulheres e homens.

A tabela 3.2 apresenta a distribuição da população de 10 anos e mais segundo a cor, para a RMBH, no período 2001 a 2008. O destaque se refere à queda ininterrupta do percentual de população branca sobre o total da população da RMBH no período aqui considerado, de 50,3% em 2001 para 41,6% em 2008. O mesmo comportamento ocorreu quando se considera a cidade polo e o estado de Minas Gerais, e o que existe de diferença se refere ao nível do percentual de brancos, pois na cidade polo e no Estado esse é maior comparativamente ao da RMBH, a saber, respectivamente de 47,6% e 46,1% para Belo Horizonte e Minas Gerais. Esse crescimento do percentual dos não brancos ainda precisa ser melhor analisado, pois pode decorrer de uma maior conscientização sobre a cor, ou por uma maior taxa de fecundidade dos não brancos comparativamente aos brancos, ou por maior migração dos não brancos, entre outros fatores.

Tabela 3.1: Pessoas de 10 anos e mais de idade por sexo segundo ano de referência para RMBH – 2001/2008

Ano	Sexo				Total	
	Masculino		Feminino		N.	%
	N.	%	N.	%		
2001	1.756.114	47,4	1.948.450	52,6	3.704.564	100,0
2002	1.820.198	47,7	1.998.122	52,3	3.818.320	100,0

2003	1.850.888	47,3	2.062.924	52,7	3.913.812	100,0
2004	1.902.977	47,7	2.083.164	52,3	3.986.141	100,0
2005	1.945.236	48,0	2.106.963	52,0	4.052.199	100,0
2006	1.929.903	46,6	2.211.021	53,4	4.140.924	100,0
2007	2.019.928	47,5	2.232.672	52,5	4.252.600	100,0
2008	2.059.121	47,6	2.267.567	52,4	4.326.688	100,0

Fonte: PNAD, 2001 - 2008 / IBGE

Tabela 3.2: Pessoas de 10 anos e mais de idade por cor ou raça segundo o ano de referência para a RMBH – 2001/2008

Ano	Cor ou raça				Total	
	Branco		Não Branco ¹			
	N.	%	N.	%	N.	%
2001	1.847.197	50,3	1.822.177	49,7	3.669.374	100,0
2002	1.905.849	50,1	1.894.831	49,9	3.800.680	100,0
2003	1.864.002	47,8	2.036.703	52,2	3.900.705	100,0
2004	1.765.228	44,7	2.188.217	55,3	3.953.445	100,0
2005	1.641.686	40,6	2.400.570	59,4	4.042.256	100,0
2006	1.765.184	42,9	2.349.329	57,1	4.114.513	100,0
2007	1.725.403	40,8	2.503.796	59,2	4.229.199	100,0
2008	1.786.726	41,6	2.511.240	58,4	4.297.966	100,0

Fonte: PNAD, 2001 - 2008 / IBGE

Nota 1: Não branco corresponde à pretos e pardos.

A tabela 3.3 apresenta a distribuição das pessoas de 10 anos e mais segundo faixas etárias, para a RMBH no período 2001 a 2008. Destaca-se a contínua redução do percentual das duas primeiras faixas etárias sobre a população total da RMBH, a saber, a de 10 a 14 anos e a de 15 a 24 anos, o ligeiro crescimento da faixa intermediária de 25 a 39 anos e o maior crescimento para as duas últimas faixas, a de 40 a 59 anos e a de 60 anos e mais, significando um contínuo processo de envelhecimento da população da RMBH. Esse processo também ocorre para a cidade polo (a que apresenta a população mais envelhecida, onde 45% da população têm mais de 40 anos de idade) e o estado de Minas Gerais.

Tabela 3.3: Pessoas de 10 anos e mais de idade por faixa de idade segundo o ano de referência para a RMBH – 2001/2008

Ano	Faixas de Idade										Total	
	De 10 a 14		De 15 a 24		De 25 a 39		De 40 a 59		60 anos ou mais		N.	%
	N.	%	N.	%	N.	%	N.	%	N.	%		
2001	393.972	10,6	927.249	25,0	1.102.430	29,8	917.796	24,8	363.117	9,8	3.704.564	100
2002	388.523	10,2	917.058	24,0	1.126.656	29,5	987.643	25,9	398.440	10,4	3.818.320	100
2003	408.720	10,4	913.146	23,3	1.128.994	28,8	1.044.575	26,7	418.377	10,7	3.913.812	100
2004	394.987	9,9	944.476	23,7	1.134.399	28,5	1.080.701	27,1	431.578	10,8	3.986.141	100
2005	398.406	9,8	881.618	21,8	1.216.901	30,0	1.106.450	27,3	448.824	11,1	4.052.199	100
2006	422.931	10,2	875.404	21,1	1.250.986	30,2	1.138.376	27,5	453.227	10,9	4.140.924	100
2007	436.190	10,3	884.477	20,8	1.238.404	29,1	1.197.624	28,2	495.905	11,7	4.252.600	100
2008	436.959	10,1	810.663	18,7	1.310.395	30,3	1.223.452	28,3	545.219	12,6	4.326.688	100

Fonte: PNAD, 2001 - 2008 / IBGE

A tabela 3.4 apresenta a distribuição da população da RMBH por faixas de escolaridade, entre 2001 e 2008. Destaca-se a contínua redução da população nas duas faixas de menor escolaridade, a saber, de 0 a 4 e de 5 a 8 anos de estudo, e o contínuo crescimento nas duas faixas de maior escolaridade, de 9 a 11 e de 12 anos e mais de estudo. Essa última faixa foi a que apresentou o maior crescimento percentual no período aqui considerado e em números precisos esse crescimento foi de 61%. A mesma tendência ocorre para a cidade polo e o estado de Minas Gerais, e a única diferença se refere aos níveis desses percentuais, pois na cidade polo prevalece níveis mais elevados de escolaridade média comparativamente à RMBH e ao estado de Minas Gerais, sendo esse último o de menor escolaridade média. A título de ilustração, o percentual de população em Belo Horizonte que apresenta 12 anos e mais de estudo chega a 22,5% em 2008, bem acima dos 14,8% da RMBH para o mesmo ano.

Tabela 3.4: Pessoas de 10 anos e mais de idade por faixa de escolaridade segundo o ano de referência para a RMBH – 2001/2008

Ano	Faixa de escolaridade (em anos)	Total
-----	---------------------------------	-------

	De 0 a 4		De 5 a 8		De 9 a 11		12 para cima		N.	%
	N.	%	N.	%	N.	%	N.	%		
2001	1.205.836	32,8	1.180.796	32,1	952.644	25,9	338.441	9,2	3.677.717	100,0
2002	1.231.744	32,5	1.132.817	29,9	1.030.302	27,2	396.991	10,5	3.791.854	100,0
2003	1.229.282	31,6	1.145.629	29,4	1.105.502	28,4	412.573	10,6	3.892.986	100,0
2004	1.182.655	29,8	1.163.572	29,3	1.179.159	29,7	440.518	11,1	3.965.904	100,0
2005	1.174.486	29,1	1.163.017	28,8	1.232.199	30,5	464.529	11,5	4.034.231	100,0
2006	1.135.610	27,6	1.191.960	29,0	1.245.945	30,3	539.063	13,1	4.112.578	100,0
2007	1.200.043	28,3	1.229.085	29,0	1.250.086	29,5	558.864	13,2	4.238.078	100,0
2008	1.183.211	27,5	1.159.444	26,9	1.327.603	30,8	635.920	14,8	4.306.178	100,0

Fonte: PNAD, 2001 - 2008 / IBGE

A tabela 3.5 apresenta a distribuição da população ocupada segundo cinco faixas de salário mínimo, a saber, até um salário mínimo (SM), mais de 1 até 3 SM's, mais de 3 até 5 SM's, mais de 5 até 10 SM's e mais de 10 SM's. A primeira observação importante se refere a uma redução do percentual daqueles que mais ganham em termos de faixas de salário mínimo no período 2001 a 2003/2004 e o posterior crescimento desses que mais ganham. Isso corrobora as demais pesquisas sobre mercado de trabalho (Pesquisa Mensal de Emprego – PME/IBGE e a Pesquisa de Emprego e Desemprego – PED/DIEESE) que apontam piora das condições de remuneração até os anos de 2003 e 2004, dependendo do indicador, e a posterior recuperação dessa remuneração para a população ocupada, em quase todas as regiões do país. Como já comentado anteriormente, alguns indicadores são melhores para a cidade polo comparativamente à RMBH e mesmo ao estado de Minas Gerais. Na cidade polo a população ocupada apresenta um maior percentual daqueles que recebem nas faixas mais altas de salário mínimo, e o inverso ocorre com o estado de Minas Gerais, com menores percentuais de ocupados nas faixas mais elevadas de rendimento. Múltiplos foram os fatores que intervieram na expansão da população que recebe entre 1 e 5 salários mínimos, a saber, a maior elasticidade do emprego derivada da desvalorização cambial no período 2002 a 2005 (houve forte crescimento das exportações no período), a expansão das políticas e gastos sociais a partir de 2003, a redução do juro real e o crescimento da oferta de crédito, o crescimento dos investimentos em infraestrutura, entre outros (Oliveira, 2010). Esses fatores expandiram

fortemente o emprego na faixa de 1 a 5 salários mínimos e favoreceram a redução da desigualdade da renda na RMBH e outras regiões (Oliveira, 2010).

Tabela 3.5: Distribuição da população ocupada de 10 anos e mais por faixa de salário mínimo, segundo o ano de referência, da RMBH – 2001/2008

Ano	Renda Total (em SM) ¹										Total	
	Até 1 sm		Mais de 1 até 3 sm		Mais de 3 até 5 sm		Mais de 5 até 10 sm		Mais de 10 sm			
	N.	%	N.	%	N.	%	N.	%	N.	%	N.	%
2001	627.249	33,2	826.010	43,7	212.212	11,2	140.387	7,4	83.796	4,4	1.889.654	100,0
2002	604.652	29,8	975.167	48,1	194.076	9,6	158.801	7,8	95.573	4,7	2.028.269	100,0
2003	724.911	35,5	892.629	43,7	203.593	10,0	143.061	7,0	78.280	3,8	2.042.474	100,0
2004	737.060	34,6	986.509	46,3	168.902	7,9	159.549	7,5	78.214	3,7	2.130.234	100,0
2005	670.195	30,6	1.044.892	47,8	220.204	10,1	158.276	7,2	94.059	4,3	2.187.626	100,0
2006	608.960	26,0	1.181.105	50,5	233.407	10,0	192.653	8,2	122.728	5,2	2.338.853	100,0
2007	591.167	24,3	1.258.546	51,8	249.373	10,3	213.868	8,8	118.221	4,9	2.431.175	100,0
2008	550.187	22,3	1.317.770	53,3	303.187	12,3	190.361	7,7	110.355	4,5	2.471.860	100,0

Fonte: PNAD, 2001 - 2008 / IBGE

Nota 1; Preços constantes de 2008 - Deflacionada pelo INPC.

A tabela 3.6, a seguir, apresenta a renda média real dos ocupados da RMBH no período 2001 a 2008. O destaque é a queda dessa renda no período 2001 a 2003 e o crescimento posterior, ininterrupto desde 2003. Apesar de ser um dado referente apenas da RMBH, é importante destacar que esse crescimento vem ocorrendo em todo o país, como demonstram os dados do IBGE (2010) e DIEESE (2010). Outra constatação importante é o maior rendimento real médio da cidade polo, e quando se compara os espaços RMBH, Belo Horizonte e Minas Gerais, o Estado é o que apresenta o menor rendimento real médio dos ocupados. Para valores de 2008, a

renda média real era, respectivamente para a RMBH, cidade polo e Minas Gerais, de R\$ 1.247,77, R\$ 1.651,41 e R\$ 997,00. A forte expansão do emprego foi um dos fatores determinantes para a elevação dos salários reais a partir de 2005, mas não apenas ele, cabendo destacar a política de elevação do salário mínimo, a elevação da escolaridade média, entre outros fatores (Oliveira, 2010).

Tabela 3.6: Renda real média da população ocupada segundo o ano de referência para a RMBH – 2001/2008

Ano	Renda Total ¹		
	Média	N.	Desvio Padrão
2001	1.116,83	1.889.654	1.702,55
2002	1.153,12	2.028.269	1.797,80
2003	1.047,94	2.042.474	1.701,32
2004	1.053,37	2.130.234	1.760,66
2005	1.123,01	2.187.626	1.907,18
2006	1.213,93	2.338.853	1.896,10
2007	1.215,78	2.431.175	2.092,43
2008	1.247,77	2.471.860	1.943,74

Fonte: PNAD, 2001 - 2008 / IBGE . Nota 1: preços constantes de 2008, deflacionados pelo INPC.

A tabela 3.7 apresenta o percentual da população economicamente ativa sobre a população total na RMBH no período 2001 a 2008. Apesar de o período ser pequeno e não permitir realizar inferências sobre tendências, pode-se afirmar que o percentual da PEA é elevado e isso significa o que os demógrafos denominam de bônus demográfico, ou seja, a população que trabalha é muito superior àquela que não trabalha e nesse sentido é baixa a taxa de dependência, sendo que tal característica decorre da mudança na estrutura da pirâmide etária da população brasileira. Quando se considera esse percentual da PEA para a cidade polo e o estado de Minas Gerais percebe-se que os percentuais são muito parecidos, agora um pouco mais elevado na RMBH que na cidade polo e em Minas Gerais. Os valores da PEA em 2008 eram, para a cidade polo e Minas Gerais de, respectivamente, 63,4% e 63,8%, sendo que na RMBH esse percentual era de 64,5%.

A tabela 3.8 apresenta a distribuição da PEA entre a ocupação e desocupação, para a RMBH entre os anos de 2001 e 2008. Essa tabela

indica uma tendência à queda quase contínua da taxa de desemprego, ou desocupação, da RMBH no período. Destaca-se que a taxa de desocupação é, em geral, maior na região metropolitana que na cidade polo e no Estado onde esses espaços estão inseridos. Quando se considera a taxa de desocupação do ano de 2008, como exemplo, o valor era de 6,8% na cidade polo e de 6,1% no estado de Minas Gerais, comparativamente ao valor de 7,0% para a RMBH. Cabe destacar a significativa redução da desocupação no período analisado, notadamente na RMBH. Essa região apresentou ótimo desempenho econômico e favoreceu na redução da desocupação (PED – DIEESE; Oliveira, 2010)

Tabela 3.7: Pessoas de 10 anos e mais de idade por condição de atividade segundo o ano de referência para a RMBH – 2001/2008

Ano	Condição de Atividade				Total	
	PNEA		PEA			
	N.	%	N.	%	N.	%
2001	1.416.950	38,2	2.287.614	61,8	3.704.564	100,0
2002	1.408.511	36,9	2.409.809	63,1	3.818.320	100,0
2003	1.486.134	38,0	2.427.292	62,0	3.913.426	100,0
2004	1.417.313	35,6	2.568.049	64,4	3.985.362	100,0
2005	1.445.573	35,7	2.605.862	64,3	4.051.435	100,0
2006	1.406.709	34,0	2.734.215	66,0	4.140.924	100,0
2007	1.477.249	34,7	2.775.351	65,3	4.252.600	100,0
2008	1.538.097	35,5	2.788.591	64,5	4.326.688	100,0

Fonte: PNAD, 2001 - 2008 / IBGE

Tabela 3.8: População economicamente ativa por condição de ocupação segundo o ano de referência para a RMBH – 2001/2008

Ano	Condição de ocupação				Total	
	População ocupada		População desocupada			
	N.	%	N.	%	N.	%
2001	1.998.117	87,3	289.497	12,7	2.287.614	100,0
2002	2.116.483	87,8	293.326	12,2	2.409.809	100,0
2003	2.143.495	88,3	283.797	11,7	2.427.292	100,0
2004	2.256.317	87,9	311.732	12,1	2.568.049	100,0
2005	2.285.484	87,7	320.378	12,3	2.605.862	100,0

2006	2.458.864	89,9	275.351	10,1	2.734.215	100,0
2007	2.529.632	91,1	245.719	8,9	2.775.351	100,0
2008	2.594.528	93,0	194.063	7,0	2.788.591	100,0

Fonte: PNAD, 2001 - 2008 / IBGE

A tabela 3.9 apresenta a distribuição da população ocupada segundo a condição de proteção no trabalho, ou seja, carteira de trabalho assinada, no caso de assalariados, ou contribuição previdenciária no caso de autônomos e demais categorias ocupacionais. No período aqui considerado houve uma importante redução da população não protegida, de quase quatro pontos percentuais, e na RMBH um pouco mais de 2/3 da população ocupada se encontrava na condição de protegida. Depois de crescer durante mais de duas décadas, a informalidade vem caindo bastante nessa década e essa tabela é mais um indicador dessa mudança que vem ocorrendo na economia brasileira e mineira, em particular. Essa condição de proteção é mais elevada na cidade polo e bem menor no estado de Minas Gerais, e, como referência, para o ano de 2008 o percentual de não protegidos na cidade polo era de 29,1% e de 38,6% no estado de Minas Gerais.

Tabela 3.9: População ocupada por condição de proteção no trabalho segundo o ano de referência para a RMBH – 2001/2008

Ano	Condição de Proteção Social				Total	
	Protegido		Não-protegido			
	N.	%	N.	%	N.	%
2001	1.167.379	64,2	651.898	35,8	1.819.277	100,0
2002	1.212.636	63,5	696.545	36,5	1.909.181	100,0
2003	1.230.816	62,9	725.281	37,1	1.956.097	100,0
2004	1.320.002	64,4	729.673	35,6	2.049.675	100,0
2005	1.379.429	65,4	730.202	34,6	2.109.631	100,0
2006	1.445.194	65,4	763.944	34,6	2.209.138	100,0
2007	1.497.439	65,0	805.417	35,0	2.302.856	100,0
2008	1.623.415	67,9	768.448	32,1	2.391.863	100,0

Fonte: PNAD, 2001 - 2008 / IBGE

A tabela 3.10 apresenta a distribuição da PEA da RMBH segundo o sexo, para o período de 2001 a 2008. Destacam-se o maior percentual da PEA masculina comparativamente à PEA feminina, a estabilidade da PEA

2001	479.191	27,3	1.276.923	72,7	937.759	48,1	1.010.691	51,9
2002	491.415	27,0	1.328.783	73,0	917.096	45,9	1.081.026	54,1
2003	533.296	28,8	1.317.206	71,2	952.838	46,2	1.110.086	53,8
2004	531.602	27,9	1.371.375	72,1	885.711	42,5	1.196.674	57,5
2005	522.649	26,9	1.421.823	73,1	922.924	43,8	1.184.039	56,2
2006	481.225	24,9	1.448.678	75,1	925.484	41,9	1.285.537	58,1
2007	534.220	26,4	1.485.708	73,6	943.029	42,2	1.289.643	57,8
2008	564.524	27,4	1.494.597	72,6	973.573	42,9	1.293.994	57,1

Fonte: PNAD, 2001 - 2008 / IBGE.

A tabela 3.12 apresenta a distribuição da população ocupada segundo a condição de proteção ao trabalho e sexo. O grande destaque dessa tabela se refere à menor proteção das ocupadas no mercado de trabalho metropolitano de Belo Horizonte comparativamente aos ocupados. Essa diferença é bastante significativa e em 2008 ela foi de seis pontos percentuais. Quando se considera essa condição para a cidade polo, percebe-se que tanto os homens quanto as mulheres ocupadas apresentam níveis mais elevados de proteção, principalmente as mulheres, pois enquanto na RMBH havia 64,6% de ocupadas protegidas, na cidade polo esse percentual subia para 70, 4% (dados de 2008), sendo que para os homens esse percentual subia bem menos. Quando se considera o estado de Minas Gerais, os níveis de proteção são bem menores, tanto para os homens quanto para as mulheres ocupadas, e isso para qualquer ano selecionado.

Tabela 3.11: População economicamente ativa por condição de ocupação e sexo segundo o ano de referência para a RMBH – 2001/2008

Ano	Condição de ocupação							
	Masculino				Feminino			
	População ocupada		População desocupada		População ocupada		População desocupada	
	N.	%	N.	%	N.	%	N.	%
2001	1.138.342	89,1	138.581	10,9	859.775	85,1	150.916	14,9
2002	1.185.066	89,2	143.717	10,8	931.417	86,2	149.609	13,8
2003	1.181.094	89,7	136.112	10,3	962.401	86,7	147.685	13,3
2004	1.233.210	89,9	138.165	10,1	1.023.107	85,5	173.567	14,5
2005	1.288.399	90,6	133.424	9,4	997.085	84,2	186.954	15,8
2006	1.339.158	92,4	109.520	7,6	1.119.706	87,1	165.831	12,9

2007	1.386.448	93,3	99.260	6,7	1.143.184	88,6	146.459	11,4
2008	1.416.645	94,8	77.952	5,2	1.177.883	91,0	116.111	9,0

Fonte: PNAD, 2001 - 2008 / IBGE.

Tabela 3.12: População ocupada por condição de proteção no trabalho e sexo segundo o ano de referência para a RMBH – 2001/2008

Ano	Condição de Proteção Social							
	Masculino				Feminino			
	Protegido		Não-protegido		Protegido		Não-protegido	
	N.	%	N.	%	N.	%	N.	%
2001	677.281	65,4	358.406	34,6	490.098	62,5	293.492	37,5
2002	697.683	64,9	376.747	35,1	514.953	61,7	319.798	38,3
2003	695.235	64,2	387.525	35,8	535.581	61,3	337.756	38,7
2004	753.775	67,0	371.637	33,0	566.227	61,3	358.036	38,7
2005	796.760	66,9	393.395	33,1	582.669	63,4	336.807	36,6
2006	824.945	68,1	386.829	31,9	620.249	62,2	377.115	37,8
2007	863.105	68,2	402.282	31,8	634.334	61,1	403.135	38,9
2008	923.085	70,6	384.843	29,4	700.330	64,6	383.605	35,4

Fonte: PNAD, 2001 - 2008 / IBGE

A tabela 3.13 apresenta as pessoas de 10 anos e mais de idade por condição de ocupação e cor, para a RMBH no período 2001 a 2008. As informações mais relevantes dessa tabela são o nível mais elevado da PEA dos não brancos comparativamente aos brancos e o crescimento da PEA no período 2001 e 2008. Esse crescimento já foi discutido anteriormente e reflete o contexto do bônus demográfico que a sociedade brasileira está passando. Ademais, ressalta-se que a RMBH apresenta percentuais mais elevados de PEA que a cidade polo e o estado de Minas Gerais, tanto para os brancos quanto para os não brancos.

A tabela 3.14 apresenta a distribuição dos ocupados segundo os critérios condição de ocupação e cor, para a RMBH no período 2001 a 2008. Essa tabela ressalta que os brancos apresentam taxas de desocupação bem menores que os não brancos, para qualquer ano. Comparativamente às mulheres, o atributo cor também é um elemento de discriminação no mercado de trabalho. Isso ocorre não apenas para o mercado de trabalho da RMBH, mas também para a cidade polo e o estado de Minas Gerais,

ressaltando, entretanto, que as taxas de desocupação apresentam níveis menores que os da cidade polo e da RMBH para qualquer um dos atributos aqui considerados, seja cor, sexo ou idade, conforme atestam os valores da PNAD/IBGE (2010).

Tabela 3.13: Pessoas de 10 anos e mais de idade por condição de atividade e cor segundo o ano de referência para a RMBH – 2001/2008

Ano	Faz parte da população economicamente ativa (PEA)?							
	Branco				Não Branco			
	PNEA		PEA		PNEA		PEA	
	N.	%	N.	%	N.	%	N.	%
2001	732.420	39,7	1.114.777	60,3	674.009	37,0	1.148.168	63,0
2002	718.970	37,7	1.186.879	62,3	683.295	36,1	1.211.536	63,9
2003	719.930	38,6	1.143.686	61,4	761.191	37,4	1.275.512	62,6
2004	659.628	37,4	1.105.600	62,6	746.786	34,1	1.440.652	65,9
2005	604.464	36,8	1.037.222	63,2	838.049	34,9	1.561.757	65,1
2006	612.475	34,7	1.152.709	65,3	784.909	33,4	1.564.420	66,6
2007	623.816	36,2	1.101.587	63,8	847.379	33,8	1.656.417	66,2
2008	651.087	36,4	1.135.639	63,6	877.164	34,9	1.634.076	65,1

Fonte: PNAD, 2001 - 2008 / IBGE

Tabela 3.14: População economicamente ativa por condição de ocupação e cor segundo o ano de referência para a RMBH – 2001/2008

Ano	Condição de ocupação							
	Branco				Não Branco			
	População ocupada		População desocupada		População ocupada		População desocupada	
	N.	%	N.	%	N.	%	N.	%
2001	989.272	88,7	125.505	11,3	988.166	86,1	160.002	13,9
2002	1.054.557	88,9	132.322	11,1	1.051.267	86,8	160.269	13,2
2003	1.022.990	89,4	120.696	10,6	1.113.567	87,3	161.945	12,7
2004	997.409	90,2	108.191	9,8	1.240.614	86,1	200.038	13,9
2005	924.062	89,1	113.160	10,9	1.356.069	86,8	205.688	13,2
2006	1.066.108	92,5	86.601	7,5	1.378.388	88,1	186.032	11,9
2007	1.019.680	92,6	81.907	7,4	1.495.428	90,3	160.989	9,7
2008	1.068.344	94,1	67.295	5,9	1.510.181	92,4	123.895	7,6

Fonte: PNAD, 2001 - 2008 / IBGE

A tabela 3.15 discrimina os ocupados entre a condição protegido e não protegido segundo a cor, para a RMBH, no período 2001 a 2008. Como era de se esperar, os percentuais de protegidos brancos é superior aos de não brancos, e essa constatação também é verdadeira para a cidade polo e o estado de Minas Gerais. É importante destacar que o percentual de protegidos para brancos e não brancos na cidade polo se aproximam bastante e, como exemplo, no ano de 2008 os brancos protegidos eram 72,1% do total de ocupados e os não brancos eram 69,7%. Quando se considera o estado de Minas Gerais essa diferença cresce bastante e se distancia a condição de proteção quando introduz o atributo cor. Outra constatação relevante da tabela 3.15 se refere ao contínuo processo de crescimento da condição de protegido do ocupado, seja para os brancos, seja para os não brancos, reforçando o que já foi discutido anteriormente neste texto, qual seja, o forte crescimento da formalização do trabalho nesta década para o conjunto da economia brasileira e, em particular, da RMBH.

Tabela 3.15: População ocupada por condição de proteção no trabalho e cor segundo o ano de referência para a RMBH – 2001/2008

Ano	Condição de Proteção Social							
	Branco				Não Branco			
	Protegido		Não-protegido		Protegido		Não-protegido	
	N.	%	N.	%	N.	%	N.	%
2001	590.945	66,0	304.365	34,0	568.450	62,8	336.289	37,2
2002	607.230	65,1	325.304	34,9	599.523	62,0	367.200	38,0
2003	592.682	65,0	318.875	35,0	634.664	61,1	404.095	38,9
2004	603.588	68,1	282.522	31,9	705.906	61,5	442.479	38,5
2005	571.964	68,5	263.406	31,5	805.554	63,4	464.501	36,6
2006	639.284	67,9	302.547	32,1	799.697	63,6	457.125	36,4
2007	608.105	67,2	296.979	32,8	882.475	63,7	503.597	36,3
2008	678.997	70,3	286.375	29,7	933.337	66,1	479.203	33,9

Fonte: PNAD, 2001 - 2008 / IBGE

A tabela 3.16 apresenta a PEA discriminada segundo faixas etárias para a RMBH no período 2001 a 2008. A primeira faixa de 10 a 14 anos naturalmente apresenta uma baixa inserção no mercado de trabalho, ainda

mais considerando um espaço metropolitano onde a fiscalização no tocante ao trabalho infantil é maior. Mesmo assim, existem aproximadamente 7% de menores nessa faixa de 10 a 14 anos que trabalham regularmente, ou seja, um número bastante elevado e que compromete o bom andamento dos estudos segundo a bibliografia sobre a temática. A segunda faixa etária, de 15 a 24 anos, apresenta níveis de inserção no mercado de trabalho muito elevados, acima de 60%, ou seja, de cada três nessa faixa etária, dois trabalham. A faixa etária de 25 a 39 anos é a que apresenta os maiores níveis de inserção na ocupação, acima de 80%, e como se pode observar pela tabela a seguir, níveis crescentes quando se considera o período de 2001 a 2008. A faixa de 40 a 59 anos é a faixa que apresenta a segunda mais elevada inserção na ocupação e a que apresentou a maior taxa de expansão no período aqui considerado, saltando de 70,5% em 2001 para 77,2% em 2008. Por fim, a faixa de 60 anos e mais apresenta uma inserção na ocupação um pouco menor que 30%, sendo que essa inserção também cresceu no período. Quando se considera a condição de ocupação segundo faixas etárias para a cidade polo, constata-se que a inserção na ocupação é menor para as faixas extremas, de 10 a 14 anos e de 60 anos e mais. Já quando se comparam com o estado de Minas Gerais, os extremos são bem mais elevados comparativamente à RMBH.

Tabela 3.16: Pessoas de 10 anos e mais de idade por condição de atividade e faixa de idade segundo o ano de referência para a RMBH – 2001/2008

Ano	Condição de atividade									
	10 a 14		15 a 24		25 a 39		40 a 59		60 anos e mais	
	PEA		PEA		PEA		PEA		PEA	
	N.	%	N.	%	N.	%	N.	%	N.	%
2001	27.571	7,0	599.304	64,6	918.149	83,3	647.179	70,5	95.411	26,3
2002	23.894	6,1	610.522	66,6	938.447	83,3	723.008	73,2	113.938	28,6
2003	31.228	7,6	580.346	63,6	944.679	83,7	761.920	72,9	109.119	26,1
2004	24.518	6,2	651.826	69,0	970.951	85,6	804.393	74,4	116.361	27,0
2005	23.320	5,9	602.914	68,4	1.047.532	86,1	816.261	73,8	115.835	25,8
2006	38.054	9,0	616.346	70,4	1.075.450	86,0	871.945	76,6	132.420	29,2
2007	34.301	7,9	600.785	67,9	1.067.715	86,2	921.632	77,0	150.918	30,4
2008	29.542	6,8	530.861	65,5	1.131.920	86,4	944.062	77,2	152.206	27,9

Fonte: PNAD, 2001 - 2008 / IBGE

A tabela 3.17 apresenta a taxa de desocupação segundo faixa etária para a RMBH. As duas primeiras faixas apresentam taxas de desocupação muito elevadas, e a mais significativa é a segunda, a de 15 a 24 anos, pois a inserção desse grupo na ocupação é bastante elevada, significando que uma taxa alta nessa faixa resulta num universo de desempregados muito alto. Essa pesquisa reforça análises que indicam que o desemprego brasileiro é fortemente concentrado nos jovens. Em 2005, como exemplo, a taxa de desocupação daqueles entre 15 e 24 anos era de 25,3%. À medida que se avança nas faixas etárias a taxa de desocupação cai. Outro destaque dessa tabela é a queda da desocupação no período 2001 a 2008, para todas as faixas etárias, sendo que a redução mais expressiva ocorreu para a faixa de 15 a 24 anos, a saber, de 23,9% em 2001 para 14,9% em 2008. Quando se compara os resultados da desocupação da RMBH com os da cidade polo, percebe-se que a desocupação dessa cidade é menor para todas as faixas, exceto as duas primeiras, as dos mais jovens. Quando a comparação ocorre com o estado de Minas Gerais, o que se percebe é a menor desocupação para qualquer faixa etária do Estado em relação tanto à RMBH quanto à cidade polo.

Tabela 3.17: População economicamente ativa por condição de ocupação e faixa de idade segundo o ano de referência para a RMBH – 2001/2008

Ano	Total e taxa de desocupação									
	De 10 a 14		De 15 a 24		De 25 a 39		De 40 a 59		60 anos ou mais	
	N.	%	N.	%	N.	%	N.	%	N.	%
2001	6.168	22,4	143.302	23,9	97.942	10,7	39.907	6,2	2.178	2,3
2002	7.720	32,3	146.675	24,0	85.273	9,1	49.983	6,9	3.675	3,2
2003	9.641	30,9	137.273	23,7	87.142	9,2	45.497	6,0	4.244	3,9
2004	6.615	27,0	163.841	25,1	94.965	9,8	41.251	5,1	5.060	4,3
2005	5.735	24,6	152.546	25,3	105.130	10,0	53.528	6,6	3.439	3,0
2006	9.317	24,5	132.425	21,5	90.499	8,4	38.449	4,4	4.661	3,5
2007	8.070	23,5	106.921	17,8	81.497	7,6	44.789	4,9	4.442	2,9
2008	6.563	22,2	79.187	14,9	71.382	6,3	34.470	3,7	2.461	1,6

Fonte: PNAD, 2001 - 2008 / IBGE

Tabela 3.18: População ocupada por condição de proteção no trabalho e faixa de idade segundo o ano de referência para a RMBH – 2001/2008

Ano	Condição de Proteção Social									
	De 10 a 14		De 15 a 24		De 25 a 39		De 40 a 59		60 anos ou mais	
	Protegido		Protegido		Protegido		Protegido		Protegido	
	N.	%	N.	%	N.	%	N.	%	N.	%
2001	0	0,0	258.285	59,8	534.714	70,1	348.992	63,9	25.388	37,4
2002	368	3,7	253.600	57,8	548.830	69,0	382.638	65,1	27.200	35,2
2003	386	3,7	244.085	57,5	555.627	68,6	402.573	62,9	28.145	39,7
2004	0	0,0	268.895	57,8	570.492	69,6	452.213	66,4	28.402	38,0
2005	0	0,0	268.398	61,7	617.071	69,5	458.408	66,2	35.552	43,1
2006	0	0,0	271.473	60,1	648.612	70,4	488.608	66,6	36.501	41,2
2007	0	0,0	286.066	60,7	651.284	70,9	518.525	65,4	41.564	39,6
2008	0	0,0	274.028	63,0	740.941	73,7	569.061	69,1	39.385	34,4

Fonte: PNAD, 2001 - 2008 / IBGE

A tabela 3.18 apresenta a condição de proteção também segundo a faixa etária para a RMBH entre os anos de 2001 e 2008. A primeira constatação importante se refere aos percentuais mais elevados de protegidos para as faixas de 25 a 39 e de 40 a 59 anos comparativamente as demais, sendo a primeira aproximadamente de 3 a 6 pontos percentuais superior à segunda. Ademais, destaca-se o crescimento da condição de proteção no período para todas as faixas intermediárias e queda para a faixa de 60 anos e mais. Quando se compara esses valores da RMBH com os da cidade polo, essa apresenta maiores condições de proteção para todas as faixas etárias e, no caso do estado de Minas Gerais, o inverso ocorre, pois o percentual de protegidos é sempre menor que os da RMBH para qualquer uma das faixas etárias.

As três tabelas a seguir (3.19; 3.20; 3.21) apresentam o percentual da PEA, a taxa de desocupação e a condição de proteção segundo quatro faixas de escolaridade, para a RMBH, no período 2001 a 2008. A tabela 3.19 apresenta a variável PEA e a primeira constatação se refere à forte correlação entre níveis mais elevados de escolaridade e de maiores percentuais de PEA. Essa constatação corrobora as análises que afirmam que a escolaridade amplia a possibilidade de inserção no mercado de trabalho. Ressalta-se, também, o forte crescimento numérico das faixas de maior escolaridade, a de 9 a 11 anos de estudo e a de 12 anos e mais, sendo que a primeira saltou de um pouco mais de 700 mil para um pouco mais de

um milhão de pessoas e a última de quase 300 mil para um pouco mais de 500 mil pessoas. A faixa de menor escolaridade média (de 0 a 4 anos de estudo) reduziu numericamente entre 2001 e 2008 em quase 60 mil e a de 5 a 8 anos de estudo manteve-se praticamente estável, com ligeiro crescimento no período (menos de 2%). Quando se compara com a cidade polo, percebe-se que os níveis de inserção no mercado de trabalho (PEA) são maiores para a RMBH que a cidade polo, e que essa apresenta uma média de escolaridade bem mais elevada, pois a soma das duas faixas de menor escolaridade pouco ultrapassa a de maior escolaridade (12 anos e mais de estudo) na cidade polo. Considerando a comparação com o estado de Minas Gerais, o percentual de inserção na PEA para o Estado é maior que o da RMBH e cidade polo e a escolaridade média do Estado é bem menor que os dois espaços aqui citados.

A tabela 3.20 apresenta a taxa de desocupação segundo faixas de escolaridade para a RMBH entre 2001 e 2008. O interessante é que as faixas intermediárias de escolaridade apresentam taxas de desocupação mais elevadas que as faixas extremas, as de menor e maior escolaridade. Quanto a primeira é importante destacar que numericamente essa faixa tem se reduzido de tamanho ininterruptamente, ou seja, a oferta desse trabalhador de baixa escolaridade tem caído, o que acaba favorecendo numa baixa taxa de desocupação. A desocupação baixa para a escolaridade mais elevada deve-se, em parte, para a reduzida oferta desse grupo no mercado de trabalho. Quando se considera as taxas elevadas de desocupação para as faixas intermediárias de escolaridade, percebe-se que foram as que mais cresceram nessas últimas décadas e, dado o processo de reestruturação produtiva e a expansão da oferta, foi o segmento mais atingido em termos ocupacionais, significando o crescimento ou mesmo manutenção de elevados níveis de desocupação para essas faixas de escolaridade. Destaca-se, entretanto, que houve uma importante redução da desocupação para essas faixas intermediárias de escolaridade no período 2001 a 2008. Quando se compara os dados apresentados para a RMBH com os da cidade polo percebe-se muitas semelhanças, exceto pelos níveis das taxas de desocupação, pois na cidade polo a desocupação é menor para a última faixa de maior escolaridade e maior para a faixa de 9 a 11 anos. A comparação com o estado de Minas Gerais revela que a taxa de desocupação estadual é maior exatamente para as duas faixas de

escolaridade média, níveis ligeiramente superiores aos da RMBH e cidade polo.

Tabela 3.19: Pessoas de 10 anos e mais de idade por condição de atividade e faixa de escolaridade segundo o ano de referência para a RMBH – 2001/2008

Ano	0 a 4		5 a 8		9 a 11		12 anos e mais	
	PEA		PEA		PEA		PEA	
	N.	%	N.	%	N.	%	N.	%
2001	574.636	47,7	687.445	58,2	722.633	75,9	281.134	83,1
2002	603.936	49,0	671.889	59,3	773.011	75,0	338.178	85,2
2003	574.509	46,7	675.580	59,0	816.300	73,8	342.776	83,2
2004	574.398	48,6	686.469	59,0	918.810	77,9	371.637	84,4
2005	539.065	45,9	702.302	60,4	959.620	77,9	393.027	84,7
2006	537.529	47,3	718.113	60,2	1.002.816	80,5	451.681	83,8
2007	568.977	47,4	749.698	61,0	988.597	79,1	456.381	81,7
2008	515.304	43,6	698.288	60,2	1.023.190	77,1	534.583	84,1

Fonte: PNAD, 2001 - 2008 / IBGE

A tabela 3.21 apresenta a população ocupada segundo a condição de proteção e faixas de escolaridade, para a RMBH de 2001 a 2008. A associação entre níveis mais elevados de proteção e de níveis mais elevados de escolaridade é muito forte, pois quanto mais cresce a escolaridade média maior é o nível de proteção do trabalho, e isso ocorre tanto para a cidade polo quanto para o estado de Minas Gerais. A diferença ocorre no nível dessa proteção, pois na cidade polo ele é mais elevado e no estado de Minas Gerais ele é mais baixo. Por fim, mas não menos importante, cabe ressaltar que a faixa de 0 a 4 anos de estudo reduziu de tamanho e que as faixas de 8 a 11 anos e de 12 anos e mais de estudo apresentaram forte crescimento, principalmente essa última faixa de escolaridade, pois ela dobrou de tamanho no período aqui contemplado.

Tabela 3.20: População economicamente ativa por condição de ocupação e faixa de escolaridade segundo o ano de referência

Ano	0 a 4		5 a 8		9 a 11		12 anos e mais	
	População desocupada		População desocupada		População desocupada		População desocupada	
	N.	%	N.	%	N.	%	N.	%

2001	57.312	10,0	107.388	15,6	103.390	14,3	19.229	6,8
2002	61.749	10,2	102.558	15,3	108.432	14,0	16.544	4,9
2003	53.211	9,3	107.960	16,0	102.571	12,6	16.197	4,7
2004	49.817	8,7	108.968	15,9	128.042	13,9	23.349	6,3
2005	50.082	9,3	103.606	14,8	137.255	14,3	27.907	7,1
2006	38.838	7,2	87.767	12,2	118.069	11,8	27.570	6,1
2007	41.561	7,3	78.671	10,5	97.645	9,9	25.826	5,7
2008	29.130	5,7	55.386	7,9	77.544	7,6	29.543	5,5

Fonte: PNAD, 2001 - 2008 / IBGE

Tabela 3.21: População ocupada por condição de proteção no trabalho e faixa de escolaridade segundo o ano de referência para a RMBH – 2001/2008

Ano	Condição de Proteção Social							
	De 0 a 4		De 5 a 8		De 9 a 11		12 e mais	
	Protegido		Protegido		Protegido		Protegido	
	N.	%	N.	%	N.	%	N.	%
2001	239.794	52,5	312.347	58,2	418.264	73,3	182.828	77,3
2002	240.400	51,2	294.416	56,0	439.625	71,8	224.959	79,2
2003	232.117	51,1	298.459	56,5	459.248	68,8	232.121	79,1
2004	241.662	52,9	299.640	56,6	519.914	70,5	248.667	79,8
2005	217.932	50,0	326.116	58,2	572.343	73,9	255.777	77,7
2006	215.946	50,8	323.144	57,1	593.458	72,3	300.220	79,3
2007	231.225	50,6	338.951	54,8	608.880	72,9	311.524	81,3
2008	217.030	50,2	353.253	59,5	672.413	75,6	369.234	79,9

Fonte: PNAD, 2001 - 2008 / IBGE

Por fim, cabe ressaltar que a população da RMBH continua crescendo mais que a do estado de Minas Gerais, significando que a participação relativa da RMBH na população total continua crescendo, num contexto de contínua polarização dessa região sobre as áreas polarizáveis de Minas Gerais.

4. Diagnóstico sócio-ocupacional da RMBH segundo dados da PNAD/IBGE no período 2001 a 2008

Por meio de dados secundários (PNAD/IBGE) e segundo metodologia desenvolvida por Preteceille (2000) e Ribeiro (2000), propõe-se avaliar as mudanças ocorridas, nos anos 2000, nas oito categorias sócio-ocupacionais para a RMBH. A tabela 4.1 apresenta a distribuição dos ocupados dessas categorias no período 2001 a 2008 para a RMBH. Das oito categorias, três se expandiram acima do crescimento da ocupação no período, a saber, os profissionais de nível superior, as ocupações médias e trabalhadores do terciário, quatro apresentaram redução relativa na ocupação, a saber, pequenos empregadores, trabalhadores do secundário, trabalhadores do terciário não especializado e os agricultores. Essa última categoria foi a única que apresentou redução relativa e absoluta no período aqui considerado. A categoria trabalhadores do terciário não especializado apresentou uma queda de 2,5 pontos percentuais no período e, pelo lado do crescimento, a categoria profissionais de nível superior foi a categoria que apresentou o maior crescimento relativo no período, saltando de 5,5% em 2001 para 7,8% em 2008. A categoria dirigentes manteve-se no mesmo percentual. Quando se comparam essas categorias entre a RMBH, a cidade polo e o estado de Minas Gerais, as diferenças são significativas. Inicialmente, a categoria dirigentes, os profissionais de nível superior, os pequenos empregadores e as ocupações médias têm maior inserção relativa na cidade polo que na RMBH e estado de Minas Gerais. Em contrapartida, os trabalhadores do secundário, do terciário não especializado e agricultores têm menor inserção relativa na cidade polo.

A tabela 4.2 apresenta a distribuição dos ocupados em categorias sócio-ocupacionais segundo o sexo, para a RMBH no período 2001 a 2008. Algumas dessas categorias apresentam uma sobre representação masculina, a saber, a dos dirigentes, dos pequenos empregadores e dos trabalhadores do secundário. As categorias com maior representação feminina são os profissionais de nível superior, os trabalhadores do terciário e do terciário não especializado. Interessante destacar que as mulheres apresentam forte inserção na categoria profissionais de nível superior e, ao mesmo tempo, numa categoria pautada fortemente pela precariedade e desproteção das condições de trabalho, a saber, os trabalhadores do terciário não especializado. As demais categorias apresentam um maior equilíbrio na participação dos sexos. É interessante destacar que a comparação dessa distribuição dos ocupados em categorias ocupacionais segundo o sexo da

RMBH com a cidade polo e o estado de Minas Gerais reforçam ou amenizam algumas características de inserção dos sexos em algumas categorias. Na cidade polo existem maior percentual de mulheres dirigentes que na RMBH e Minas Gerais. Já no estado de Minas Gerais percebe-se maior inserção relativa de mulheres na categoria profissionais de nível superior que na RMBH e cidade polo. As categorias pequenos empregadores e trabalhadores do secundário assumem um viés mais masculino quando consideramos o estado de Minas Gerais. A categoria trabalhadores do terciário não especializado tem uma maior inserção relativa feminina e os percentuais entre os três espaços que estão sendo comparados aqui (RMBH, cidade polo e estado de Minas Gerais) são muito parecidos. Por fim, a categoria agricultores apresenta maior inserção relativa de mulheres na RMBH e maior inserção relativa de homens no estado de Minas Gerais.

Tabela 4.1: População ocupada por Grupos Sócio-ocupacionais segundo o ano de referência para RMBH – 2001/2008

Categorias Sócio-ocupacionais	Anos															
	2001		2002		2003		2004		2005		2006		2007		2008	
	%	N.	%	%	N.	%	%	N.	%	%	N.	%				
Dirigentes	0,6	17.647	0,9	0,8	17.899	0,8	0,7	17.093	0,7	1,0	16.003	0,6				
Profissionais de nível superior	5,5	124.248	6,1	6,1	129.980	5,9	7,0	163.132	6,8	6,3	197.338	7,8				
Pequenos empregadores	3,1	55.507	2,7	2,4	58.762	2,7	2,7	68.349	2,9	2,1	66.463	2,6				
Ocupações médias	27,1	586.660	28,7	28,4	618.765	28,2	29,7	658.701	27,5	28,4	711.001	28,1				
Trabalhadores do terciário	17,7	394.024	19,3	19,2	418.325	19,0	20,3	478.470	20,0	20,0	480.433	19,0				
Trabalhadores do secundário	22,7	426.733	20,9	20,5	424.963	19,3	17,7	449.374	18,8	21,1	563.690	22,3				
Trabalhadores do terciário não-especializado	19,4	366.115	17,9	18,7	428.069	19,5	19,1	455.556	19,0	18,0	426.679	16,9				
Agricultores	3,8	74.612	3,6	3,8	100.403	4,6	2,8	101.367	4,2	3,1	68.508	2,7				

Fonte: PNAD, 2001 - 2008 / IBGE

A tabela 4.3 apresenta a distribuição dos ocupados em categorias sócio-ocupacionais segundo a cor, para a RMBH, no período 2001 a 2008. À maneira como se estruturaram as categorias na tabela 4.3, percebe-se que da categoria dirigentes até a de agricultores há um processo de crescimento da inserção dos não brancos nessas categorias. Como exemplo, a categoria dirigente é majoritariamente representada por brancos, ou a de menor proporção de não brancos entre todas as categorias. Em seguida os profissionais de nível superior apresentam uma inserção de não brancos ligeiramente superior à categoria dos dirigentes, ou seja, também majoritariamente representada por brancos. Os não brancos ultrapassam os brancos nas categorias trabalhadores do terciário, do secundário, do terciário não especializado e dos agricultores. Onde existe uma participação relativa elevada de não brancos é na categoria trabalhadores do terciário não especializado, exatamente na categoria onde prevalece a maior precariedade das condições de trabalho e menor remuneração. É importante destacar que os não brancos apresentaram um significativo crescimento na categoria de profissionais de nível superior no período 2001 e 2008. É interessante destacar que quando se comparam a distribuição dessas categorias segundo a cor nas três áreas em destaque nesse texto (RMBH, cidade polo e Minas Gerais), a RMBH “torna-se menos branca” nas categorias de maior renda e escolaridade, sendo que o estado de Minas Gerais e a cidade polo tornam-se mais brancas nessas categorias. Já para as categorias com maior inserção de não brancos, a RMBH torna-se mais não brancos e a cidade polo e o estado de Minas Gerais tornam-se menos não brancos, ou seja, a participação relativa dos não brancos é ainda maior que 50%, mas menor que os valores percentuais de não brancos apresentados nessas categorias pela RMBH.

Tabela 4.2: População ocupada por Grupos Sócio-ocupacionais e ano de referência segundo o sexo para a RMBH – 2001/2008

Categorias Sócio-ocupacionais	Ano	Sexo				Total	
		Masculino		Feminino			
		N.	%	N.	%	N.	%
Dirigentes	2001	9.792	81,8	2.177	18,2	11.969	100
	2008	11.898	74,3	4.105	25,7	16.003	100
Profissionais de nível superior	2001	43.531	41	62.750	59	106.281	100
	2008	86.563	43,9	110.775	56,1	197.338	100

Pequenos empregadores	2001	42.802	71,5	17.048	28,5	59.850	100
	2008	45.546	68,5	20.917	31,5	66.463	100
Ocupações médias	2001	290.214	55,7	230.707	44,3	520.921	100
	2008	369.635	52	341.366	48	711.001	100
Trabalhadores do terciário	2001	163.235	47,9	177.404	52,1	340.639	100
	2008	198.583	41,3	281.850	58,7	480.433	100
Trabalhadores do secundário	2001	377.637	86,6	58.402	13,4	436.039	100
	2008	497.642	88,3	66.048	11,7	563.690	100
Trabalhadores do terciário não-especializado	2001	133.855	35,9	239.093	64,1	372.948	100
	2008	128.423	30,1	298.256	69,9	426.679	100
Agricultores	2001	31.566	43,7	40.628	56,3	72.194	100
	2008	29.535	43,1	38.973	56,9	68.508	100

Fonte: PNAD, 2001 - 2008 / IBGE

A tabela 4.4 apresenta a distribuição dos ocupados segundo categorias sócio ocupacionais e segundo a idade média em cada um dos anos aqui contemplados, para a RMBH. As categorias com as maiores médias de idade são as dos dirigentes, dos agricultores e dos pequenos empregadores. As ocupações do terciário e as ocupações médias são as que apresentam as menores idades médias. Uma observação importante sobre a idade média das categorias sócio ocupacionais se refere à estrutura etária da população brasileira. Como a realidade brasileira está transitando aceleradamente para uma estrutura etária semelhante aos países desenvolvidos, o “envelhecimento” tornou-se a tônica da população (sobre o tema ver Brito, 2007). Isso significa que as categorias sócio ocupacionais devem indicar um ligeiro crescimento da idade média dos ocupados no período de 2001 a 2008. Percebe-se que de todas as categorias aqui analisadas, apenas a dos profissionais de nível superior “não envelheceu” no período, sendo que todas as demais a idade média subiu ligeiramente de 2001 a 2008, seja para a RMBH, seja para a cidade polo ou o estado de Minas Gerais.

Tabela 4.3: População ocupada por Grupos Sócio-ocupacionais e ano de referência segundo a Cor ou Raça para a RMBH – 2001/2008

Categorias Sócio-ocupacionais	Ano	Cor ou Raça				Total	
		Branco		Não Branco ¹		N.	%
		N.	%	N.	%		
Dirigentes	2001	8.344	74,2	2.900	25,8	11.244	100

	2008	13.541	84,6	2.462	15,4	16.003	100
Profissionais de nível superior	2001	80.529	75,8	25.752	24,2	106.281	100
	2008	126.773	64,5	69.744	35,5	196.517	100
Pequenos empregadores	2001	38.090	63,6	21.760	36,4	59.850	100
	2008	40.207	61,3	25.435	38,7	65.642	100
Ocupações médias	2001	301.835	58,6	213.283	41,4	515.118	100
	2008	350.773	49,7	355.712	50,3	706.485	100
Trabalhadores do terciário	2001	163.246	48,4	173.763	51,6	337.009	100
	2008	181.758	38,3	293.341	61,7	475.099	100
Trabalhadores do secundário	2001	185.733	43,1	245.227	56,9	430.960	100
	2008	177.645	31,6	384.815	68,4	562.460	100
Trabalhadores do terciário não-especializado	2001	136.756	37	232.563	63	369.319	100
	2008	126.775	29,8	299.084	70,2	425.859	100
Agricultores	2001	30.475	42,4	41.356	57,6	71.831	100
	2008	23.383	34,5	44.305	65,5	67.688	100

Fonte: PNAD, 2001 - 2008 / IBGE

Tabela 4.4: População ocupada por Grupos Sócio-ocupacionais e ano de referência segundo a média de idade para a RMBH – 2001/2008

Categorias Sócio-ocupacionais	Ano	Idade do morador (em anos)		
		Média	N.	Desvio Padrão
Dirigentes	2001	45,24	11.969	9,35
	2008	45,51	16.003	10,52
Profissionais de nível superior	2001	38,62	106.281	10,2
	2008	38,46	197.338	11,69
Pequenos empregadores	2001	41,68	59.850	11,24
	2008	43,59	66.463	10,91
Ocupações médias	2001	33,59	520.921	11,6
	2008	35,44	711.001	12,01
Trabalhadores do terciário	2001	32,91	340.639	12,98
	2008	33,91	480.433	12,78
Trabalhadores do secundário	2001	35,89	436.039	12,29
	2008	37,54	563.690	13
Trabalhadores do terciário não-especializado	2001	36,11	372.948	13,13
	2008	39,44	426.679	13,44
Agricultores	2001	45,21	72.194	19,66

Fonte: PNAD, 2001 - 2008 / IBGE

A tabela 4.5 apresenta os anos médios de escolaridade para as categorias sócio-ocupacionais da RMBH no período 2001 a 2008. As categorias com maiores níveis de escolaridade média são, em ordem decrescente, os profissionais de nível superior, os dirigentes, as ocupações médias e os pequenos empregadores. Os de menor escolaridade média são os agricultores, em seguida vêm os trabalhadores do terciário não especializado e os trabalhadores do secundário. Uma constatação relevante se refere ao contínuo crescimento da escolaridade média com o passar dos anos, pois todas as categorias apresentaram crescimento dessa escolaridade, com destaque para os trabalhadores do terciário, do secundário e do terciário não especializado, todas essas categorias que apresentaram bom crescimento da escolaridade média. É importante destacar que essa escolaridade já crescia na RMBH nos anos 1980, e para Oliveira & *et al* (2003) foi uma das variáveis mais relevantes para explicar a não polarização ocupacional na RMBH no período. Em geral, para quase todas as categorias sócio ocupacionais a média de escolaridade é mais elevada na cidade polo comparativamente à RMBH e ao estado de Minas Gerais, sendo este o de menor escolaridade média.

Tabela 4.5: População ocupada por Grupos Sócio-ocupacionais e ano de referência segundo a média de escolaridade para a RMBH – 2001/2008

Categorias Sócio-ocupacionais	Ano	Anos de Escolaridade		
		Média	N.	Desvio Padrão
Dirigentes	2001	11,73	11.969	3,03
	2008	13,33	16.003	2,38
Profissionais de nível superior	2001	14,72	106.281	0, 74
	2008	14,69	197.338	0, 75
Pequenos empregadores	2001	9,86	59.850	3,52
	2008	10, 51	66.463	3,48
Ocupações médias	2001	10, 27	514.390	2,94
	2008	10, 93	707.307	2,92
Trabalhadores do terciário	2001	7,56	338.101	3,29
	2008	8,62	477.973	3,14
Trabalhadores do secundário	2001	6,18	429.873	3,08

Trabalhadores do terciário não-especializado	2008	7,09	560.409	3,45
	2001	5,47	369.321	3,08
Agricultores	2008	6,19	422.168	3,52
	2001	3,93	71.831	3,21
	2008	4,14	68.098	3,2

Fonte: PNAD, 2001 - 2008 / IBGE

A tabela 4.6 apresenta o rendimento real médio das categorias sócio-ocupacionais para a RMBH no período 2001 a 2008. Como era de se esperar, os dirigentes apresentam o maior rendimento real médio e o menor pertence à categoria dos trabalhadores do terciário não especializado. Para a RMBH é importante destacar que os rendimentos reais médios das categorias de dirigentes, dos profissionais de nível superior, dos pequenos empregadores e agricultores não apresentaram ganhos reais no período da análise. Já as demais categorias apresentaram ganhos reais, destacando os trabalhadores do secundário e do terciário não especializado como as categorias que apresentaram os mais elevados ganhos reais no período. Segundo Oliveira (2010) a forte expansão do emprego para essas categorias associada ao crescimento real dos salários favoreceu na redução da desigualdade da renda na RMBH no período aqui considerado. Os rendimentos médios das categorias da RMBH representam uma faixa intermediária entre o rendimento das categorias para a cidade polo (rendimentos médios mais elevados) e os do estado de Minas Gerais (rendimentos médios mais baixos). Deve-se ressaltar, entretanto, que o comportamento de não crescimento do rendimento das categorias sócio ocupacionais de maior rendimento médio também ocorreu para a cidade polo e o estado de Minas Gerais, sendo que as de menor rendimento foram as que efetivamente cresceram o rendimento real médio em todas as áreas aqui discutidas.

Tabela 4.6: População ocupada por Grupos Sócio-ocupacionais e ano de referência segundo a renda média para a RMBH – 2001/2008

Categorias Sócio-ocupacionais	Ano	Renda Total (em SM) ¹		
		Média	N.	Desvio Padrão
Dirigentes	2001	7.415,72	11.606	5.266,38
	2008	7.359,71	13.953	5.263,26
Profissionais de nível superior	2001	3.477,03	100.115	3.253,22

	2008	3.269,41	183.801	4.030, 03
	2001	3.414,53	55.861	4.053,60
Pequenos empregadores	2008	3.251,20	59.899	3.233,05
	2001	1.335,14	501.330	1.344,05
Ocupações médias	2008	1.430, 71	682.693	1.621,28
	2001	676,28	319.235	720, 41
Trabalhadores do terciário	2008	713,28	463.200	656,6
	2001	779,41	421.893	704,92
Trabalhadores do secundário	2008	920, 05	545.638	871,64
	2001	442,82	367.867	349,23
Trabalhadores do terciário não-especializado	2008	540, 74	416.423	389,37
	2001	700, 94	38.824	1.218,60
Agricultores	2008	546,58	46.352	539,33

Fonte: PNAD, 2001 - 2008 / IBGE

Tabela 4.7: População ocupada por Grupos Sócio-ocupacionais e ano de referência segundo a condição de proteção social para a RMBH – 2001/2008

Categorias Sócio-ocupacionais	Ano	Condição de Proteção Social				Total	
		Protegido		Não-protegido		N.	%
		N.	%	N.	%		
Dirigentes	2001	1.451	80	362	20	1.813	100
	2008	3.692	100	0	0	3.692	100
Profissionais de nível superior	2001	84.154	79,7	21.401	20, 3	105.555	100
	2008	158.364	80, 4	38.564	19,6	196.928	100
Ocupações médias	2001	406.289	79,4	105.198	20, 6	511.487	100
	2008	559.598	80, 6	134.579	19,4	694.177	100
Trabalhadores do terciário	2001	185.009	57,6	136.040	42,4	321.049	100
	2008	288.013	61,9	177.240	38,1	465.253	100
Trabalhadores do secundário	2001	235.794	56,3	182.831	43,7	418.625	100
	2008	346.661	64,2	193.237	35,8	539.898	100
Trabalhadores do terciário não-especializado	2001	209.332	56,8	158.897	43,2	368.229	100
	2008	224.421	53,5	194.873	46,5	419.294	100
Agricultores	2001	5.444	26,3	15.239	73,7	20.683	100
	2008	7.382	38,3	11.903	61,7	19.285	100

Fonte: PNAD, 2001 - 2008 / IBGE

A tabela 4.7 apresenta a distribuição das categorias sócio-ocupacionais segundo a condição de proteção no período 2001 a 2008 para a RMBH. Como referência, a condição de proteção apresenta uma forte correlação com a renda média das categorias. Quanto maior for a renda, menor a não proteção da condição ocupacional. Assim, os dirigentes são todos “protegidos” no sentido de ter acesso à carteira assinada ou à previdência pública ou privada. Já os agricultores são a categoria com menor acesso à condição de protegido, com quase 2/3 de desprotegidos, ou sem cobertura social. A segunda categoria com maior condição de não proteção é a de trabalhadores do terciário não especializado, e em sequência a dos trabalhadores do secundário. Quando se comparam as regiões, a cidade polo apresenta, em média, níveis mais elevados de proteção para quase todas as categorias sócio ocupacionais, sendo que o estado de Minas Gerais segue em sentido inverso, com menores níveis de proteção. Nesse caso destaca-se a categoria agricultores para Minas Gerais com quase 80% de não proteção. Por fim, cabe ressaltar que o crescimento da economia brasileira e mineira nesses últimos anos tem permitido uma melhoria sem precedentes das condições de proteção ao trabalho, o que é detectado pelos dados da PNAD quando se percebe a queda da condição de não proteção para a maioria das categorias sócio-ocupacionais, seja para a RMBH, cidade polo ou estado de Minas Gerais.

5. Conclusão

Apesar do estado de Minas Gerais e da região metropolitana de Belo Horizonte não terem apresentado um desempenho econômico satisfatório entre os anos de 1995 e 2005 (Oliveira, 2010), no período mais recente percebe-se uma forte expansão econômica que se refletiu numa significativa redução da taxa de desemprego e no crescimento da renda dos ocupados dessa região. Ademais, o índice de desigualdade de renda da RMBH apresentou uma nítida e consistente redução na década aqui analisada. Os dados da PNAD corroboram esse quadro de melhoria socioeconômica dessa região metropolitana. Essa melhoria recente deve-se, principalmente, à recuperação da atividade econômica nacional, aos programas sociais ampliados no período e à valorização de algumas importantes commodities

produzidas em Minas Gerais, principalmente o minério de ferro, além de outros fatores.

No tocante às categorias sócio-ocupacionais, segundo indicadores selecionados, percebe-se, também, essa melhoria retratada anteriormente. As categorias que mais se expandiram foram as dos profissionais de nível superior, as ocupações médias e os trabalhadores do terciário. As reduções relativas mais significativas foram as das categorias de trabalhadores do terciário não especializado, agricultores e pequenos empregadores, justamente as categorias pautadas por menores rendimentos médio e proteção social. No tocante à renda, as categorias de maior renda média real ou apresentaram ligeira redução ou mesmo estagnação dessa renda, enquanto as categorias de menor renda média viram esse rendimento crescer em termos reais no período 2001 a 2008. Por fim, a condição de proteção do trabalho melhorou de maneira bastante significativa, seja pelo crescimento da formalização do trabalho, ou pela expansão da contribuição previdenciária para aquelas categorias pautadas por menor contratualização.

Referência bibliográfica

ANDRADE, L. T. et al, **Como Anda a Região Metropolitana de Belo Horizonte**. Brasília: Ministério das Cidades/Observatório das Metrôpoles, 2008.

AZZONI, C. R. Concentração Regional e Dispersão das Rendas Per Capita Estaduais: análise a partir das séries históricas estaduais de PIB, 1939-1995. **Estudos Econômicos**, 27 (3) 341-393, IPE-USP, SP, 1997.

BRITO, F. **A TRANSIÇÃO DEMOGRÁFICA NO BRASIL: AS POSSIBILIDADES E OS DESAFIOS PARA A ECONOMIA E A SOCIEDADE**. Belo Horizonte, MG. Texto para Discussão nº 318, CEDEPLAR, UFMG, 2007.

CANO, W. **Ensaio sobre a Formação Econômica Regional do Brasil**. Campinas, SP: Editora UNICAMP/Instituto de Economia (IE) - Fecamp, 2002.

DINIZ, C. C. **Estado e Capital Estrangeiro na Industrialização Mineira**. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 1981.

DINIZ, C. C. "Impactos territoriais da reestruturação produtiva". In: RIBEIRO, Luiz César de Queiroz (org.). **O futuro das metrópoles: desigualdades e governabilidade**. Rio de Janeiro: Revan: Fase, 2000.

IBGE, Sistema de Contas Nacionais, Rio de Janeiro, 2009.

LEMONS, M. B. Desenvolvimento econômico e a regionalização do território. In: DINIZ, C. C. & CROCCO, M. (Org.). **Economia Regional e Urbana - Contribuições Teóricas Recentes**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2006.

LEMOS, M.B.; DINIZ, C.C. & GUERRA, L.P. Polos Econômicos do Nordeste e suas Áreas de Influência: uma aplicação do modelo gravitacional utilizando Sistema de Informações Geográficas (SIG). In: LEMOS M.B.; DINIZ, C.C.; GUERRA, L.P. & MORO, S. (2003). A Nova Configuração Regional Brasileira e sua Geografia Econômica. **Estudos Econômicos**, 33, 665 – 700, 1999.

MEINERS, W.E. “Novo Ciclo de Investimentos da Indústria Automobilística no Brasil e seus Desdobramentos Regionais”. In: **Cadernos IPPUR**, ano XIII, no. 1, jan-jul/1999.

MONTEIRO NETO, A. **Desenvolvimento Regional em Crise: Políticas Econômicas Liberais e Restrições à Intervenção Estatal no Brasil dos Anos 90**. Campinas, SP: UNICAMP, IE, 2005. (Tese de Doutorado).

NEVES, Magda de Almeida. “Impactos da reestruturação produtiva sobre as relações capital-trabalho: o caso da Fiat-MG”. In: OLIVEIRA, Francisco e COMIN, Álvaro (org.). **Os cavaleiros do antiapocalipse: trabalho e política na indústria automobilística**. São Paulo, CEBRAP/Entrelinhas, 1999.

OLIVEIRA, A. M. Impacto da Automação sobre o Emprego e as Relações de Trabalho em Empresas de Autopeças em Minas Gerais. In: **VI Encontro da Associação Brasileira de Estudos do Trabalho - ABET**, Belo Horizonte, 1999.

OLIVEIRA, A. M. Impactos da reconfiguração das atividades econômicas sobre os mercados de trabalho nas metrópoles de Belo Horizonte e Salvador, Campinas: IE, UNICAMP. Tese de Doutorado, 2010.

OLIVEIRA, A. *et al.* Trabalho e cidade: o caso da Região Metropolitana de Belo Horizonte – 1980/1991. In: MENDONÇA, J. GODINHO, M. H. (Orgs). **População, espaço e gestão na metrópole: novas configurações, velhas desigualdades**. Belo Horizonte: Editora PUC Minas, 2003.

PACHECO, C. A. **Fragmentação da Nação**. Campinas, SP: UNICAMP. IE, 1998.

PESQUISA DE EMPREGO E DESEMPREGO (PED). Belo Horizonte: CEE/FPJ/DIEESE, 2010.

PESQUISA NACIONAL POR AMOSTRA DE DOMICÍLIO (PNAD), Rio de Janeiro, IBGE, vários anos.

PIQUET, Rosélia. “Metrópoles e Reestruturação Produtiva no Brasil”. In: **Cadernos IPPUR**, ano X, nº. 2, ago-dez de 1996.

PRETECEILLE, Edmond & RIBEIRO, Luiz César de Queiroz. “Tendências da Segregação Social em Metrôpoles Globais e Desiguais: Paris e Rio de Janeiro nos anos 80”. In: Revista Brasileira de Ciências Sociais, no. 40, vol. 14, junho de 1999. (Versão digital)

RIBEIRO, Luiz César de Queiroz. “Cidade Desigual ou cidade partida? Tendências da metrópole do Rio de Janeiro”. In: RIBEIRO, Luiz César de Queiroz (org.). **O futuro das metrópoles: desigualdades e governabilidade**. Rio de Janeiro: Revan:Fase, 2000.

TEIXEIRA, João Gabriel & SOUZA, José Moreira de. “Organização Metropolitana e Estrutura Social: o caso de Belo Horizonte. In: RIBEIRO, Luiz César de Queiroz (org.). **O futuro das metrópoles: desigualdades e governabilidade**. Rio de Janeiro: Revan: Fase, 2000.

Capítulo 11

Estrutura social e desigualdades de renda na região metropolitana do Rio de Janeiro da última década

*André Ricardo Salata
Marcelo Gomes Ribeiro
Lygia Gonçalves Costa*

1. Introdução

Mudanças significativas vêm ocorrendo em relação à distribuição de renda na sociedade brasileira nos últimos anos. Desde 2001 o índice Gini, uma das medidas mais tradicionais de desigualdade de renda, e que varia de “0” (desigualdade mínima) a “1” (maior desigualdade possível), vem caindo continuamente, alcançando os menores valores dos últimos trinta anos (Barros et al., 2010).

Apesar das melhoras recentes, é verdade, o Brasil continua sendo um dos países com a mais desigual distribuição de renda no mundo. Mas nem por isso os resultados da última década deixam de ser animadores.

Nos últimos anos a renda dos mais pobres vem crescendo de forma substantiva, acarretando no declínio dos níveis de pobreza (indo de 38,6% da população em 2001, para 28,0% em 2007) e miséria (indo de 17,4% da população em 2001, para 10, 2% em 2007). O crescimento da renda nacional vem sendo acompanhado de sua redistribuição, de modo que aqueles que proporcionalmente mais se beneficiaram nos últimos anos foram as famílias pertencentes às camadas mais pobres da população, que tiveram um crescimento de suas rendas bastante superior ao crescimento nacional, enquanto que a renda das camadas mais ricas cresceu

proporcionalmente abaixo do crescimento da renda nacional (BARROS et al., 2010).

Esses resultados tornam-se ainda mais surpreendentes quando analisamos as tendências históricas da desigualdade de renda no Brasil, e observamos sua resistência a quedas contínuas e significativas, assim como sua estabilidade em níveis elevados (SILVA, 2003).

Sob o ponto de vista do mercado de trabalho algumas mudanças também devem ser notadas. A taxa de desocupação nacional, que era de 12,7% em 2001 caiu para 9,42% em 2008. Em 2001 58,42% dos ocupados contribuía para a previdência, enquanto que em 2008 62,27% o faziam. Em 2001 os empregados com carteira de trabalho assinada (sem contabilizar empregados domésticos, militares, ou funcionários públicos) somavam 39,53% dos ocupados, e em 2008 esse valor subiu para 43,8%.⁵¹

Portanto, seja do ponto de vista da distribuição de renda, da diminuição da pobreza ou do crescimento do emprego e da formalidade no mercado de trabalho, a última década trouxe melhorias para a população brasileira. Temos como objetivo, neste trabalho, verificar como as metrópoles e, mais especificamente, a Região Metropolitana do Rio de Janeiro, têm se comportado diante dessas melhorias no quadro nacional.

2. A situação metropolitana das últimas décadas

Segundo os dados do último Censo realizado (IBGE), ano 2000, 82% dos brasileiros já viviam em áreas urbanas, fazendo do Brasil um dos países mais urbanizados do planeta, sendo que mais de 40% moravam em áreas metropolitanas, ou seja, em grandes aglomerações urbanas. Em termos conceituais, segundo Moysés (2005), “a metrópole é uma cidade com grande dinamismo econômico, político e cultural com uma sinergia tal que, em torno dela, gravitam várias cidades vizinhas”.

Em 8 de junho 1973, com a promulgação da Lei Complementar Federal nº. 14, as Regiões Metropolitanas no Brasil foram institucionalizadas. Tal lei definia as RMs como “um conjunto de municípios contíguos e integrados social e economicamente a uma cidade central, com serviços públicos e infraestruturais comuns”. Assim foram definidas as seguintes regiões metropolitanas: Belém, Belo Horizonte, Curitiba, Fortaleza, Porto

Alegre, Recife, Salvador, São Paulo e Rio de Janeiro⁵². De 1973 a 1988 a administração destas áreas ficou caracterizada pelo autoritarismo e a centralização política, tão presentes no tempo da ditadura militar.

Com a Constituição de 1988, a responsabilidade de definir as áreas metropolitanas passou a ser prerrogativa dos Estados, ocasionando um aumento substantivo das áreas definidas como tais: as nove áreas iniciais se transformaram, até 2005, em 26. Ao mesmo tempo, em decorrência da descentralização política, houve a municipalização da gestão metropolitana, criando um vácuo administrativo em que ninguém se responsabilizava pelos problemas presentes nestas conurbações urbanas, gerando o desmonte do aparato institucional voltado para a gerência dos problemas urbanos, e uma política metropolitana inconsistente.

Podemos dizer que os problemas presentes hoje em dia nas regiões metropolitanas não são poucos. Como bem colocado por Ribeiro e Koslinski (2008, p. 06), “nas metrópoles brasileiras enfrenta-se a face mais aguda dos desafios de uma sociedade que consolida a democracia e homogeneiza seus valores e crenças republicanas [...] mas, ao mesmo tempo, mantém e aumenta as desigualdades sociais.”

As regiões metropolitanas que são estatisticamente representativas nas PNADs correspondem a um total de dez metrópoles: Belém, Belo Horizonte, Curitiba, Fortaleza, Porto Alegre, Recife, Rio de Janeiro, São Paulo, Salvador e Brasília, que está classificada também como região metropolitana, mas diz respeito apenas ao Distrito Federal.

Denominaremos o conjunto das regiões metropolitanas pesquisadas pela PNAD de Brasil Metropolitano porque apresenta resultados para as principais metrópoles do país. Porém, sabemos que hoje o Brasil conta com um sistema urbano muito mais complexo, no qual se verifica a existência de outras regiões metropolitanas, que inclusive possuem o papel de metrópole regional, por exercerem influência para além do seu território propriamente dito. A utilização de apenas dez regiões metropolitanas, como foi dito acima, encontra limites nos dados apresentados pela PNAD. Mesmo assim, achamos conveniente chamar o conjunto dessas dez regiões metropolitanas de Brasil Metropolitano.

Teremos como objetivo verificar de que maneira as regiões metropolitanas (definidas assim pelas PNADs – IBGE) e, mais especificamente, a Região Metropolitana do Rio de Janeiro (RMRJ) vêm se

comportando no que diz respeito a alguns de seus indicadores socioeconômicos, em comparação com a média nacional. Mais do que isso, procuraremos analisar como essas mudanças podem estar relacionadas com sua estrutura social.

Recentemente diversos trabalhos foram publicados com objetivos semelhantes, de verificar o comportamento das metrópoles e sua estrutura social face às mudanças macroeconômicas em curso na sociedade brasileira (RIBEIRO, 2000; MARQUES & SCALON, 2008; LAGO & MAMMARELLA, 2010). De uma forma geral esses trabalhos, ao analisarem dados das décadas de 1980 e 1990, se inseriam no debate acerca das *ciudades globais* (SASSEN, 1991), e buscavam testar a hipótese da polarização da estrutura social, segundo a qual o papel assumido pelas grandes cidades no mercado mundial faria com que elas apresentassem uma redução em suas camadas médias – geralmente associadas ao setor secundário da economia, e ao mundo fordista do trabalho –, um aumento das camadas superiores – associadas ao mercado financeiro e aos serviços às empresas, com altíssima remuneração e especialização – e inferiores – associadas aos serviços pessoais de baixíssima qualificação e remuneração –, resultando em uma estrutura social que se aproximaria cada vez mais do formato de uma ampulheta.

Podemos dizer que os resultados alcançados, não só no Brasil (RIBEIRO, 2000; MARQUES & SCALON, 2008), mas também no exterior (HAMNETT, 1995; PRETECEILLE, 2000), mostraram que as transformações ocorridas nas estruturas sociais não confirmaram a hipótese da polarização social, e indicaram que as mudanças ocorridas na estrutura social dessas cidades são bem mais complexas e variadas do que aquela hipótese sugeria.

Tal debate se deu em um cenário metropolitano de crescente desemprego, precarização no trabalho, diminuição da renda, e aumento da pobreza (RIBEIRO, 2000; ROCHA, 2006), quando a economia nacional passava da crise dos anos 1980 à política de ajuste dos anos 1990. Nos últimos anos, no entanto, como já dissemos, têm sido destacados o crescimento da economia brasileira, a redução da taxa desemprego, o aumento da formalização e o crescimento da renda. Se nas décadas de 1980 e 1990 a hipótese que se colocava era a da redução das camadas intermediárias, atualmente vem se disseminando a ideia do crescimento da

classe média na sociedade brasileira (NERI, 2008). Interessa-nos saber como as regiões metropolitanas e, mais especificamente, a Região Metropolitana do Rio de Janeiro, vêm se comportando diante deste novo cenário?

A Região Metropolitana do Rio de Janeiro, quando foi criada, em 1974 era composta por 14 municípios, e desde 2002 (Lei Complementar nº. 105 de 2002) conta com 17 municípios e é uma das 15 maiores do mundo. Desde meados do século XX, com a perda de territórios (marcada desde a transferência da capital do Brasil para Brasília) e a desindustrialização (com o setor financeiro do país voltado para São Paulo), o desemprego e a precariedade no mercado de trabalho vêm caracterizando negativamente a metrópole do Rio de Janeiro. Fora isso, as condições habitacionais, de violência, de meio ambiente e a ausência de políticas públicas na promoção social da população, que se insere no território metropolitano fluminense, são exemplos da diversidade de problemas existentes. Por outro lado, a RMRJ representa o segundo maior PIB do País, merecendo grande atenção nos estudos socioeconômicos, pois é considerada, até hoje, uma metrópole nacional estratégica, com relação a outros países da América Latina e outras partes do mundo, concentrando sedes de grandes empresas, serviços modernos e avançados, centros de divulgação, de informações e de decisões.

Com relação à evolução no mercado de trabalho a RMRJ, entre os anos de 1980 e 1990, passou por sucessivas crises econômicas aliadas às condições de infraestrutura que modificaram as condições de seu crescimento populacional, sobretudo com a queda de fluxos migratórios. A partir dos anos 1990, com as transformações econômicas em curso e a industrialização decadente, a expansão dos serviços modernos e financeiros contribuiu para a redução do proletariado industrial, o crescimento do setor terciário, o empobrecimento de zonas centrais, a mudança de função de algumas áreas da cidade e autosegregação das elites.

Na seção seguinte analisaremos os indicadores econômicos e referentes ao mercado de trabalho. Posteriormente, trabalharemos com a análise da estrutura social, possibilitada pela construção de um esquema de classes elaborado pelo Observatório das Metrópoles.

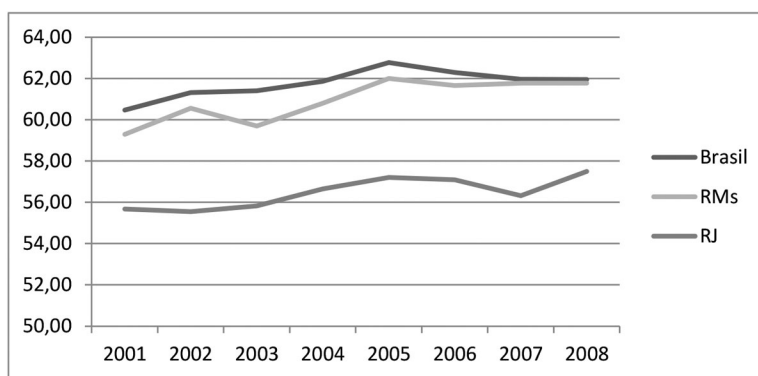
3. Desenvolvimentos recentes na economia da região metropolitana do Rio de Janeiro

Para avaliar o desempenho do mercado de trabalho da Região Metropolitana do Rio de Janeiro, em termos de absorção de mão de obra, algumas informações são essenciais: primeiro, a razão entre a PEA e a PIA, em termos percentuais, chamada de taxa de atividade; segundo, a razão entre a PD e a PEA, taxa de desocupação ou taxa de desemprego, como comumente é chamada. É, principalmente, através da relação entre a taxa de atividade e a taxa de desemprego que se pode verificar se o desempenho do mercado de trabalho é positivo ou negativo.

Trabalhos anteriores sobre a situação da RMRJ nas décadas de 1980 e 1990 (RIBEIRO, 2000) chamavam a atenção para a queda acentuada do rendimento médio dos trabalhadores – que caíra 18% entre 1981 e 1995 – e a precarização crescente das relações de trabalho – aumento de 15% para 20% da população ocupada sem carteira de trabalho e da participação dos trabalhadores por conta-própria. Vejamos como têm se comportado indicadores semelhantes nos últimos anos.

Abaixo podemos ver a evolução da Taxa de Atividade, para Brasil, Conjunto das RMs, e RMRJ, entre 2001 e 2008:

Gráfico 1: Evolução da Taxa de Atividade para BR, RMs, e RMRJ - 2001-2008



Fonte: PNAD/IBGE, 2001 a 2008. Elaborado pelo Observatório das Metrôpoles.

Vemos que há uma clara tendência de crescimento para os três níveis de análise. No ano de 2001 as taxas de atividade para Brasil, RMs, e RMRJ estavam em 60,4%, 59,2%, e 55,6%, respectivamente. Já em 2008 essas mesmas taxas se encontravam em 61,9%, 61,7%, e 57,5%. O Brasil apresentou um crescimento de 1,5 pontos percentuais (2,4%) em sua taxa de

atividade no período 2001-2008, enquanto o crescimento nas RMs ficou em 2,5 pontos (4,2%), e na RMRJ em 1,6 pontos (2,8%).

Vale ressaltar também a taxa de atividade visivelmente inferior da RMRJ em relação ao país e ao conjunto das regiões metropolitanas – que por sua vez vêm se aproximando do patamar nacional.

Abaixo podemos ver a evolução da Taxa de Desocupação, para Brasil, Conjunto das RMs, e RMRJ, entre 2001 e 2008:

Gráfico 2: Evolução da Taxa de Desocupação para BR, RMs, e RMRJ - 2001-2008

P%c3%a1g-299.jpg

Fonte: PNAD/IBGE, 2001 a 2008. Elaborado pelo Observatório das Metr6poles.

O gráfico acima nos mostra, em primeiro lugar, que as regiões metropolitanas do país possuem Taxas de Desocupação bem mais altas que a média nacional; em segundo lugar, a RMRJ possui uma proporção de desempregados similar ao conjunto das RMs em seu mercado de trabalho; e, em terceiro lugar, as Taxas de Desocupação como um todo apresentaram tendência à queda no período (2001-2008).

Em 2001, os valores para Brasil, RMs, e RMRJ estavam em 9,3%, 12,7%, e 12,7%, respectivamente; já em 2008 esses valores caíram para 7,2%, 9,4%, e 9,9%. A queda para o país foi de 2,1 pontos percentuais (22,5%), para o conjunto das RMs foi de 3,3 pontos (25,9%), e para a RMRJ foi de 2,8 pontos (22,0%).

Quando comparamos com o conjunto das RMs com o Brasil, vemos que a tendência é a mesma para ambos, de aumento da taxa de atividade e diminuição da taxa de desocupação. As RMs e, mais especificamente, a RMRJ, portanto, vêm acompanhando a evolução da economia brasileira. No entanto, percebemos também que a Taxa de Atividade é um pouco menor nas RMs do que no conjunto do país, e é bem menor na RMRJ do que no conjunto das RMs. As RMs, incluindo aí a RMRJ, apresentam Taxas de Desocupação ainda consideravelmente maiores que a média nacional, apesar da tendência à melhora. Além disso, o crescimento percentual da Taxa de Atividade e diminuição (também percentual) da Taxa de Desocupação no período estudado (2001-2008) foram maiores para o conjunto das RMs do que para o país como um todo. No entanto a RMRJ

obteve um crescimento da Taxa de Atividade inferior ao do conjunto das metrópoles, e apresentou uma queda da Taxa de Desocupação um tanto quanto menor que o conjunto das RMs.

Além dessas variáveis, vamos também considerar nessa análise a condição de proteção social para avaliar as características da absorção dos indivíduos no mercado de trabalho.

O gráfico abaixo mostra um quadro de melhora no que diz respeito à formalização do mercado de trabalho⁵³, apesar das ainda elevadas taxas de trabalhadores sem “proteção social”. O conjunto de RMs, assim como a RMRJ, apresenta taxas substancialmente melhores de proteção social do que a média nacional.

Gráfico 3: Evolução da Taxa de Proteção Social para BR, RMs, e RMRJ (2001-2008)

 **P%c3%a1g-300.jpg**

Fonte: PNAD/IBGE, 2001 a 2008. Elaborado pelo Observatório das Metrópoles.

Em 2001 o percentual de socialmente protegidos para o Brasil, RMs, e RMRJ era 51,2%, 60, 7%, e 62,7%, respectivamente. Já em 2008 essas cifras se encontravam em 57,8%, 64,2%, e 64,7%. Em termos nacionais, portanto, o grupo dos protegidos cresceu 6,6 pontos percentuais (12,8%); no conjunto das RMs esse mesmo grupo cresceu 3,5 pontos (5,7%); e na RMRJ ele cresceu 2 pontos percentuais (3,1%) entre 2001 e 2008.

Importa verificar, de uma maneira geral, que o desempenho do mercado de trabalho tem sido muito positivo. O fato de a taxa de atividade estar aumentando, e da taxa de desocupação estar diminuindo, além da melhora também em relação à proteção social dos trabalhadores, demonstra que o mercado de trabalho da última década apresenta um saldo positivo. No entanto, nossos dados nos permitem afirmar que a RMRJ parece estar se beneficiando menos dessas melhoras do que o conjunto das RMs – que, com exceção da proteção social para os trabalhadores, vem apresentando evoluções proporcionalmente maiores que as da média nacional.

Vejamos agora como tem se comportado a renda nesses últimos anos:

Gráfico 4: Evolução da Média da Renda* do Trabalho Principal para o Brasil, RMs, e RMRJ (2001 – 2008)

 **P%c3%a1g-301.jpg**

Fonte: PNAD/IBGE, 2001 a 2008. Elaborado pelo Observatório das Metrópoles.

*Renda do Trabalho Principal, em R\$ de 2008 (INPC)

O gráfico acima nos mostra que a média da renda do trabalho principal apresenta, no geral, tendências de melhora entre 2001-2008, para todos os níveis estudados. Vemos também que a renda para as RMs – incluindo aí a RMRJ – é em média maior que a renda para o país. Para os três níveis, dois momentos podem ser distinguidos: um primeiro momento, até o ano de 2004⁵⁴, quando a média da renda tende a declinar; e um segundo momento, de 2004 até 2008, quando esta média tende a subir. Abaixo temos uma tabela com a variação percentual da renda para Brasil, RMs, e RMRJ, no período inteiro, e também para esses dois momentos separadamente:

Tabela 1: Variação Percentual da Média da Renda* para BR, RMs, e RMRJ

Período	Brasil	RMs	RMRJ
2001-2008 (%)	8,39	0,66	3,58
2001-2004 (%)	-7,29	-11,18	-8,72
2004-2008 (%)	16,92	13,33	13,47

Fonte: PNAD/IBGE, 2001 a 2008.

Elaborado pelo Observatório das Metrópoles.

* Renda do Trabalho Principal, em R\$ de 2008 (INPC).

Vemos que, no período como um todo, a média da renda no país cresceu 8,4%, enquanto nas RMs e na RMRJ esse crescimento foi bem menor, com 3,58 na RMRJ e 0,66 no conjunto das RMs. Entre 2001 e 2004 o conjunto das RMs foi o que mais sofreu com uma redução de 11,18% na renda média, seguido da RMRJ (-8,7%), e do país (-7,2). Já na fase de expansão, a partir de 2004, a ordem se inverte, com o país em primeiro lugar (16,9%), seguido da RMRJ (13,4%), e do conjunto das RMs (13,3%). Destarte, as regiões metropolitanas do país, apesar de apresentarem médias de renda mais altas, não têm conseguido apresentar um crescimento tão alto quanto o apresentado pelo país como um todo no que se refere à média da renda do trabalho principal. Na verdade, no período em que observamos queda na renda (2001-2004), a RMRJ e, principalmente, o conjunto das RMs sofreram quedas substancialmente maiores do que a média nacional; já no período de recuperação (2004-2008), o crescimento da renda a nível nacional foi maior do que para as RMs e a RMRJ.

Um ponto muito destacado pelos estudos citados no início do texto é a expansão das faixas de rendimento médio.

Tabela 2: Evolução dos Grupos de Renda* para Brasil, RMs, e RMRJ (2001-2008)

Níveis	Ano	Faixa de Renda em Salários Mínimos**				
		0-1	>1-3	>3-5	>5-10	>10
Brasil	2001	42,24	39,3	9,57	5,96	2,92
	2008	33,37	48,13	9,87	5,72	2,91
RMs	2001	28,57	44,94	13,01	8,66	4,81
	2008	23,22	52,37	12,12	7,81	4,48
RMRJ	2001	26,77	46,23	14,28	8,43	4,29
	2008	20,45	54,13	12,47	8,54	4,4

Fonte: PNAD/IBGE, 2001 a 2008.

Elaborado pelo Observatório das Metrôpoles.

* Renda do Trabalho Principal, em R\$ de 2008 (INPC)

** Salário Mínimo de 2008 (R\$ 415,00)

Observamos na tabela acima que em todos os níveis destaca-se a diminuição do percentual de indivíduos com renda do trabalho principal de até R\$ 415,00 (salário mínimo de 2008)⁵⁵, e o aumento daqueles que ganhavam mais de R\$ 415,00 até R\$ 1.245,00.⁵⁶

Para o Brasil, o percentual de pessoal com até um salário caiu de 42,2% em 2001 para 33,3% em 2008; já o percentual com mais de um até três salários foi de 39,3% em 2001 até 48,1% em 2008. Para o conjunto das RMs a diminuição na faixa inferior foi de 28,5% até 23,2% em 2008, e o aumento na faixa posterior foi de 44,9% em 2001 para 52,3% em 2008. Por fim, para a RMRJ o percentual dos que ganhavam até R\$ 415,00 caiu de 26,7% em 2001 para 20,4% em 2008, e o aumento na faixa posterior foi de 46,3% em 2001 para 54,1% em 2008.

Dessa maneira, entre 2001 e 2008 a participação da faixa de até um salário mínimo diminuiu em 8,8 pontos percentuais (20,8%) no Brasil, 5,3 pontos (18,5%) no conjunto das RMs, e 6,3 pontos (23,4%) na RMRJ. Por outro lado, a participação da faixa de mais de um até três salários mínimos cresceu 8,8 pontos percentuais no país (22,3%), 7,4 pontos (16,4%) nas RMs, e 7,9 pontos (17,0%) na RMRJ.

Podemos perceber que a primeira década do século XXI foi de expansão do mercado de trabalho quando consideramos a absorção de mão de obra, à medida que, mesmo havendo aumento do número de pessoas disponíveis no mercado de trabalho, ocorreu redução da taxa de desemprego, evidenciando-se que o mercado está sendo capaz de absorver parcela considerável dos indivíduos que ofertam sua força de trabalho. Também observamos que, nesse período, a absorção de mão de obra se realizou com o aumento da proteção social dos indivíduos, o que nos leva a crer que boa parte dos trabalhadores está conseguindo assegurar direitos que os protejam socialmente.

Observamos também como que as regiões metropolitanas em seu conjunto e, mais especificamente, a Região Metropolitana do Rio de Janeiro, vêm acompanhando essas melhorias. Em relação a indicadores como taxa de atividade, desocupação, e proteção social, as RMs apresentaram evoluções superiores à média nacional, mas a RMRJ tendeu a ficar atrás da média das RMs. Já no que se refere à renda, as regiões metropolitanas, apesar de uma evolução positiva, não parecem ter conseguido apresentar melhoras à altura das que o país apresentou em seu conjunto; no entanto a RMRJ, nesse aspecto, ficou à frente do conjunto das metrópoles.

Temos, dessa maneira, uma situação diferente daquela nas décadas de 1980 e 1990, descrita por trabalhos anteriores (RIBEIRO, 2000; MARQUES e SCALON, 2008; ROCHA, 2006), quando o aumento da taxa de desemprego, a diminuição da renda, e a precarização das relações de trabalho caracterizaram o quadro metropolitano nacional. Nos últimos anos, também nas metrópoles – inclua-se aí a RMRJ – a renda dos ocupados vem aumentando, a taxa de desemprego diminuindo, e o trabalho protegido socialmente crescendo.

Vejamos agora como essas mudanças podem estar relacionadas com a estrutura sócio-ocupacional.

4. Estrutura sócio-ocupacional da região metropolitana do Rio de Janeiro

O objetivo desta seção é elaborar uma análise da estrutura de posições de classe, a fim de entender sua relação com as mudanças anteriormente

descritas, ocorridas nos últimos anos. Dessa forma, as principais questões que se colocam são: o que está acontecendo com os grupos sócio-ocupacionais caracterizados como elite (dirigentes e profissionais)? O que está ocorrendo com as classes médias (ocupações médias)? Eles estão ganhando ou perdendo posição na estrutura sócio-ocupacional? Como tem se apresentado a evolução de renda nesses grupos sócio-ocupacionais? A participação desses grupos na renda da RMRJ tem aumentado ou diminuído? É possível afirmar que as ocupações médias estão comandando a estrutura metropolitana? Pode-se verificar um processo de “desproletarização” nas regiões metropolitanas? Como tem se apresentado a evolução de renda nesses grupos sócio-ocupacionais? Como têm se apresentado os grupos sócio-ocupacionais ligados aos serviços (trabalhadores do terciário especializado e do terciário não especializado)? Sua evolução tem sido diferente dos grupos proletários (trabalhadores do secundário)? Como tem se apresentado a evolução de renda nesses grupos sócio-ocupacionais?

Neste trabalho vamos adotar um esquema de classes desenvolvido pelo Observatório das Metrôpoles⁵⁷, construído a partir de informações sobre a ocupação dos indivíduos, e respeitando os princípios da oposição capital e trabalho, oposição entre posição de comando e de subordinação, trabalho não manual e trabalho manual, considerando trabalho público e privado, e os setores de atividade econômica. Com base nesses princípios, foram agrupadas as ocupações, de forma hierárquica, em 24 categorias sócio-ocupacionais e, por sua vez, reagrupadas em oito grandes grupos sócio-ocupacionais, como segue: dirigentes, profissionais de nível superior, pequenos empregadores, ocupações médias, trabalhadores do secundário, trabalhadores do terciário especializado, trabalhadores do terciário não especializado e agricultores.

Ao adotar este mesmo esquema de classes para os Censos de 1980 e 1991, também para a RMRJ, Ribeiro (2000) mostra que na década de 1980 a classe média manteve ou até aumentou sua alta participação na estrutura social da RMRJ, houve uma diminuição relativa e absoluta dos trabalhadores do secundário, e um aumento dos trabalhadores do terciário especializado e não especializado, houve também um forte crescimento da elite intelectual (profissionais de nível superior), e uma diminuição da elite dirigente. Já para períodos mais recentes, Lago e Mamarella (2010)

mostram que na década de 1990 a RMRJ continuou apresentando aumento da participação dos profissionais de nível superior e dos trabalhadores do terciário especializado; a elite dirigente continuou apresentando uma leve diminuição, e os trabalhadores do secundário somaram mais perdas em sua participação na estrutura social da RMRJ; no entanto, diferentemente do que ocorrera na década de 1980, os pequenos empregadores e, principalmente, as ocupações médias, sofreram perdas significativas nesse período; além disso, os trabalhadores do terciário não especializado mantiveram sua participação praticamente constante no período (com uma tendência muito leve de queda).

A tabela abaixo nos mostra a evolução da participação de cada um desses grupos na estrutura sócio-ocupacional do Brasil, conjunto de RMs, e RMRJ, de 2001 até 2008.

Tabela 3 Evolução da Estrutura Sócio-Ocupacional (CATs), para Brasil, RMs, e RMRJ (2001, 2004, 2008)

Níveis	CATs	Ano		
		2001	2004	2008
Brasil	Dirigentes	0,7	0,6	0,6
	Prof. N. Sup	4,3	4,8	5,9
	Peq. Empregadores	2,7	2,6	2,6
	Ocup. Médias	19,9	22,6	22,7
	Trab. Terciário	15,4	17,2	17,9
	Trab. Secundário	20,1	19,5	21,3
	Trab. Terc. N. Espec.	16,6	16,9	15,8
	Agricultores	20,3	15,8	13,3
	Dirigentes	1,0	0,8	0,8
RMs	Prof. N. Sup	6,4	7,1	8,2
	Peq. Empregadores	2,8	2,6	2,4
	Ocup. Médias	28,1	29,1	28,7
	Trab. Terciário	18,7	20,2	20,5
	Trab. Secundário	21,5	19,6	21,1
	Trab. Terc. N. Espec.	19,3	18,9	17,0
RMRJ	Agricultores	2,2	1,8	1,3
	Dirigentes	0,9	0,5	0,5
	Prof. N. Sup	7,2	8,4	10,3
	Peq. Empregadores	2,9	2,3	2,2

Ocup. Médias	28,8	29,7	28,6
Trab. Terciário	18,9	20,5	21,0
Trab. Secundário	19,3	17,4	19,3
Trab. Terc. N. Espec.	21,3	20,5	17,4
Agricultores	0,8	0,7	0,7

Fonte: PNAD/IBGE, 2001 a 2008.

Elaborado pelo Observatório das Metrôpoles.

Vejamos, primeiramente, as diferenças entre a estrutura sócio-ocupacional do Brasil, conjunto de RMs, e RMRJ, para depois nos dedicarmos à evolução dessa estrutura entre 2001 e 2008. A primeira diferença, que salta aos olhos, em relação à estrutura sócio-ocupacional destes três níveis é, obviamente, o percentual de agricultores que, em 2001, passava de 20% no Brasil, e não chegava a 2,5% no conjunto das RMs, nem a 1% na RMRJ. Por outro lado, os profissionais de nível superior são mais presentes nas RMs e, especialmente, na RMRJ, o que expressa ocupações com exigência de maiores níveis de escolaridade nestas regiões. Os dirigentes e pequenos empregadores estão distribuídos de forma similar nos três níveis analisados. As ocupações médias estão muito mais presentes nas metrôpoles do que no conjunto do país. A RMRJ parece tender a apresentar um percentual um pouco menor que o Brasil e, principalmente, do que o das RMs, de trabalhadores do secundário. As RMs e, especialmente, a RMRJ, possuem um percentual um pouco maior que o país de trabalhadores do terciário, assim como trabalhadores do terciário não especializado (especialmente, nesse caso, a RMRJ). Lago e Mammarella (2010), inclusive, chegam a classificar o perfil da RMRJ como “médio-terciário”, dado o peso das ocupações médias e do terciário em sua estrutura social; na tabela acima percebemos, comparando a distribuição das categorias na RMRJ e no conjunto das RMs, a maior participação dos trabalhadores do terciário (especializados ou não) e a menor participação dos trabalhadores do secundário, na primeira em relação à segunda.

Mas o que mais nos interessa aqui são as mudanças ocorridas entre 2001 e 2008. Destacaremos algumas.

Em primeiro lugar, obviamente, há a queda do percentual de agricultores para todos os níveis, principalmente para o Brasil. Há também uma queda no percentual de dirigentes, tanto para Brasil, quanto para RMs e RMRJ⁵⁸.

Ao mesmo tempo, podemos notar uma tendência a aumento na participação dos profissionais de nível superior, que crescem 1,6 pontos percentuais no Brasil, 1,9 pontos nas RMs, e 3,1 pontos na RMRJ. Somente para o conjunto do país há um crescimento considerável das ocupações médias (2,8 pontos percentuais), que tendem a se manter constantes, ou sofrer um aumento muito discreto, nos outros níveis. Os pequenos empregadores apresentam uma queda bastante discreta nos três níveis estudados, principalmente para as RMs e a RMRJ. Já os trabalhadores do terciário apresentam tendência a crescimento para o Brasil (2,5 pontos percentuais), conjunto das RMs (1,9 pontos percentuais), e RMRJ (2,2 pontos percentuais). A participação dos trabalhadores do secundário apresenta um comportamento interessante: tende a diminuir entre 2001 e 2004, e a aumentar entre 2004 e 2008, para os três níveis. Tal comportamento pode sugerir uma forte sensibilidade dos setores da indústria e da construção civil aos movimentos mais gerais da economia. E, por fim, os trabalhadores do terciário não especializado apresentam tendência à queda em sua participação para o Brasil (0,9 pontos percentuais), RMs (2,3 pontos percentuais) e, principalmente, RMRJ (quase 4 pontos percentuais).

De uma maneira geral podemos dizer que observamos nos últimos anos uma diminuição da base da pirâmide, considerando os agricultores⁵⁹ (principalmente para o país como um todo) e os trabalhadores do terciário não especializado (com tendência mais forte à queda nas RMs e, especialmente, na RMRJ). Por outro lado, observamos um aumento da participação dos profissionais de nível superior (com tendência mais forte a aumento nas RMs e, especialmente, na RMRJ) e de trabalhadores do terciário especializado. Em relação à categoria mais alta, dos dirigentes, apesar de sua discreta participação na estrutura social não nos permitir afirmar com precisão se apresenta uma tendência a aumento ou à diminuição, para os três níveis estudados houve um pequeno decréscimo na participação desta categoria (principalmente para as RMs e, especialmente, para a RMRJ); em relação às camadas médias, os pequenos empregadores apresentaram pequena tendência à queda com intensidade crescente começando no país, passando pelo conjunto das RMs, e chegando na RMRJ, e as ocupações médias apresentaram tendência geral a crescimento apenas para o país como um todo, e estabilidade nas RMs e na RMRJ –

apesar de um leve aumento entre 2001 e 2004, e uma leve queda entre 2004 e 2008.

O tamanho da amostra das PNADs (e o seu correlato erro amostral), aliados ao pequeno espaço de tempo analisado nesse estudo – que dificilmente permitiria grandes mudanças em termos estruturais –, torna difícil a tarefa de fazermos afirmações consistentes acerca de possíveis modificações na estrutura sócio-ocupacional. De qualquer forma, os dados parecem apontar para uma diminuição da base da pirâmide social (trabalhadores do terciário não especializado e agricultores), um aumento dos profissionais de nível superior (elite intelectual), diminuição da elite dirigente, permanência ou aumento dos trabalhadores do secundário, e tendências variadas em relação às camadas médias. Na RMRJ, mais especificamente, observamos a diminuição dos pequenos empregadores, e a estabilidade das ocupações médias.

Comparando-se com as tendências apresentadas em décadas anteriores para a RMRJ, podemos dizer que houve rupturas e continuidades. A elite dirigente e os agricultores continuaram apresentando tendência à queda, e os profissionais de nível superior e trabalhadores do terciário especializado continuaram a aumentar sua participação na estrutura social; no entanto, os trabalhadores do terciário não especializado diminuíram sua participação, e os trabalhadores do secundário romperam com sua tendência à queda, assim como aconteceu com as ocupações médias.

Abaixo analisaremos como vem se apresentando o comportamento da renda em cada um desses grupos sócio-ocupacionais.

Tabela 4: Evolução da Renda Média* das CATs, para Brasil, RMs, e RMRJ (2001, 2004, e 2008)

Níveis	Ano	CATs							
		Dirigentes	Prof. N. Sup.	Peq. Empreg.	Ocup. Médias	Trab. Terciário	Trab. Secundário	Trab. Terc. N. Espec.	Agricult.
Brasil	2001	7.277,20	2.550,00	2.696,30	1.232,70	713,50	711,20	388,30	356,60
	2004	7.281,80	2.344,90	2.378,30	1.085,30	598,20	677,70	366,30	343,40
	2008	7.191,50	2.459,20	2.731,50	1.256,50	678,80	797,20	436,50	438,10
RMs	2001	9.173,30	3.144,60	3.230,30	1.450,50	842,20	828,80	473,80	423,40
	2004	9.373,40	2.785,10	2.533,10	1.275,40	659,60	759,60	433,10	399,40

	2008	8.878,00	2.929,50	3.027,90	1.439,80	730,50	866,80	500,10	535,80
	2001	9.819,20	3.089,90	2.999,20	1.401,50	761,10	839,20	505,20	405,50
RMRJ	2004	11.454,30	2.660,80	2.623,20	126.539,00	648,00	821,70	476,70	532,60
	2008	8.697,30	2.885,90	2.796,00	1.413,00	738,60	926,50	525,50	913,20

Fonte: PNAD/IBGE, 2001 a 2008. Elaborado pelo Observatório das Metr opolis.

*Renda do Trabalho Principal, em R\$ de 2008 (INPC)

Vemos, em primeiro lugar, que h a enormes diferenças de rendimento entre as categorias. Enquanto, por exemplo, os dirigentes do país ganhavam em média, no ano de 2001, R\$ 7.272,20 por mês, os trabalhadores do terciário não especializado ganhavam R\$ 388,30. Ou seja, os dirigentes ganhavam em média, por mês, 18,7 vezes o que os trabalhadores do terciário não especializado ganhavam. Podemos observar uma hierarquia entre os grupos, no que diz respeito aos rendimentos, indo dos dirigentes – com renda mais alta –, passando pelos profissionais de nível superior, pequenos empregadores, ocupa es médias, trabalhadores do secundário, trabalhadores do terciário, trabalhadores do terciário não especializado e agricultores – grupos com as menores médias de renda. Essas desigualdades se mostram presentes tanto no Brasil quanto no conjunto das RMs e na RMRJ mais especificamente.

Observamos também que, sistematicamente, as médias de renda dos diferentes grupos são maiores nas RMs do que no país como um todo.

No entanto, o que mais nos interessa aqui é saber como essas médias vêm se comportando ao longo do período analisado (2001-2008). Já mostramos que, em rela o   renda, dois momentos podem ser distinguidos: um primeiro momento, até o ano de 2004⁶⁰, quando a média da renda tende a declinar; e um segundo momento, de 2004 até 2008, quando esta média tende a subir. Por essa razão, na tabela acima temos informa es para os anos de 2001, 2004, e 2008.

De uma maneira geral, o que acontece para quase todas as categorias, nos três níveis, é primeiro uma diminui o da média de renda entre 2001 e 2004 e, posteriormente, seu aumento entre 2004 e 2008. As diferenças se dão em rela o à intensidade dessas mudanças.

Se comparamos o movimento total, entre 2001 e 2008, o grupo dos dirigentes parece estar diminuindo sua média de renda para Brasil, RMs, e RMRJ⁶¹. O mesmo podemos dizer para os profissionais de nível superior,

pequenos empregadores (com exceção do país como um todo, onde no geral aumentaram sua renda média), e trabalhadores do terciário. Os empregados em ocupações médias apresentaram variações muito pequenas em sua renda, com um tímido aumento no Brasil e na RMRJ, e uma pequena diminuição no conjunto das metrópoles. Por outro lado, os trabalhadores do secundário, do terciário não especializado e os agricultores apresentaram aumento na média da renda em todos os três níveis.

O quadro abaixo resume essas informações.

Tabela 5: Evolução Percentual da Renda Média* das CATs, para Brasil, RMs, e RMRJ, entre 2001 e 2008

Níveis	Ano	CATs							
		Dirigentes	Prof. N. Sup.	Peq. Empreg.	Ocup. Médias	Trab. Terciário	Trab. Secundário	Trab. Terc. N. Espec.	Agricult.
Brasil	2001	0,1	-8,0	-11,8	-12,0	-16,2	-4,7	-5,7	-3,7
	2004	-1,2	4,9	14,8	15,8	13,5	17,6	19,2	27,6
	2008	-1,2	-3,6	1,3	1,9	-4,9	12,1	12,4	22,9
RMs	2001	2,2	-11,4	-21,6	-12,1	-21,7	-8,4	-8,6	-5,7
	2004	-5,3	5,2	19,5	12,9	10,7	14,1	15,5	34,2
	2008	-3,2	-6,8	-6,3	-0,7	-13,3	4,6	5,5	26,5
RMRJ	2001	16,7	-13,9	-12,5	-9,7	-14,9	-2,1	-5,6	31,4
	2004	-24,1	8,5	6,6	11,6	14,0	12,8	10,2	71,5
	2008	-11,4	-6,6	-6,8	0,8	-3,0	10,4	4,0	125,2

Fonte: PNAD/IBGE, 2001 a 2008. Elaborado pelo Observatório das Metrópoles.

*Renda do Trabalho Principal, em R\$ de 2008 (INPC)

A tabela acima deixa clara nossa análise de que podemos observar, nos últimos anos, de uma maneira geral, uma tendência à diminuição da renda média dos grupos mais abastados (dirigentes, profissionais de nível superior e pequenos empregadores), a manutenção dos rendimentos do grupo médio (ocupações médias) e um aumento da renda média dos grupos menos abastados (trabalhadores do secundário, do terciário não especializado e agricultores). Os trabalhadores do terciário especializado, apesar de um aumento percentual bastante considerável em sua renda a partir de 2004, até 2008 ainda não haviam conseguido se recuperar das grandes perdas sofridas no primeiro momento, de 2001 até 2004; mas, ainda sim, podemos dizer que vinham apresentando um crescimento elevado da renda média a partir

de então, assim como aconteceu também com os trabalhadores em ocupações médias e pequenos empregadores.

5. Conclusões

Os dados apresentados revelam sinais positivos não só no mercado de trabalho nacional, como também no conjunto das metrópoles e na RMRJ, do início do século XXI. Indicadores como a Taxa de Atividade, que vem crescendo, e a Taxa de Desocupação, que vem diminuindo, demonstram a crescente capacidade desse mercado de absorver mão de obra. Ao mesmo tempo, pudemos observar que as características de absorção dos indivíduos no mercado são também positivas, com aumento da proporção dos trabalhadores socialmente protegidos. Em especial, observamos a tendência a crescimento da renda do trabalho (em especial a partir de 2004), assim como sua melhor distribuição – com diminuição percentual das faixas de renda inferiores, e aumento das faixas intermediárias.

Em relação à estrutura sócio-ocupacional da RMRJ observamos que, apesar de pequenas, algumas tendências à mudança podem ser observadas. Constatamos nesse pequeno espaço de tempo (2001-2008) o aumento da categoria dos profissionais de nível superior e dos trabalhadores do terciário especializado, assim como a diminuição da participação dos dirigentes, pequenos empregadores e, especialmente, trabalhadores do terciário não especializado e agricultores. Os trabalhadores do secundário, por sua vez, apresentaram tendência de queda entre 2001 e 2004, para depois começarem a crescer até 2008.

No que se refere à distribuição de renda entre as categorias sócio-ocupacionais, pudemos observar algumas tendências de melhora, com a diminuição da renda média dos setores que ocupam o topo da hierarquia, como dirigentes, profissionais de nível superior e pequenos empregadores, e aumento da média de renda de grupos mais próximos a base dessa pirâmide, como os trabalhadores do secundário e do terciário não especializado.

Ou seja, de uma maneira geral os dados apresentados nos passam a ideia de melhorias. Um de nossos objetivos, como colocado no início deste artigo, estava em averiguarmos se as regiões metropolitanas do país e, em especial, a Região Metropolitana do Rio de Janeiro, vêm conseguindo acompanhar essas melhoras que se apresentam no quadro nacional.

Em relação a indicadores como a Taxa de Atividade e Taxa de Desocupação, verificamos que, apesar de continuarem com piores indicadores do que o conjunto do país, as RMs vêm apresentando melhoras acima da média nacional, e também um pouco superiores à RMRJ. No que diz respeito à proteção social dos trabalhadores, apesar de continuar a apresentar taxas piores que nas RMs, o conjunto do país teve um crescimento percentual de trabalhadores protegidos superior ao das RMs e, especialmente, da RMRJ.

Sobre a renda, observamos que a RMRJ apresentou tendências melhores do que o conjunto das RMs, mas ainda assim bem abaixo da média nacional. De 2001 até 2008, a renda média do trabalho principal no país cresceu 8,3%; no conjunto das RMs essa cifra ficou em 0,6%, e na RMRJ, 3,5%. Assim, a RMRJ conseguiu acompanhar melhor o crescimento da renda nacional do que o conjunto das RMs, mas, ainda assim, ficou bem atrás da média do país. O mesmo pôde ser observado para a distribuição das faixas de renda.

As mudanças na estrutura sócio-ocupacional, salvo algumas exceções, são bastante próximas nos três níveis analisados. Em relação às diferenças podemos citar o aumento dos trabalhadores do secundário e das ocupações médias a nível nacional, que não ocorreram nas metrópoles.⁶² Fora estas exceções, os principais movimentos verificados, de aumento dos profissionais de nível superior e trabalhadores do terciário especializado, assim como a diminuição dos trabalhadores do terciário não especializado, dirigentes e pequenos empregadores, se deram nos três níveis, com força um pouco maior no conjunto das RMs e, em especial, na RMRJ.

Por fim, as mudanças nas médias de renda das diferentes categorias também seguiram um padrão parecido nos três níveis, mas com variações de intensidade. As duas exceções encontram-se no aumento da renda dos pequenos empregadores a nível nacional, e na diminuição da renda das ocupações médias no conjunto das metrópoles. Fora isso, o padrão de mudanças foi o mesmo para o país, conjunto de RMs, e RMRJ: diminuição da renda média dos setores que ocupam o topo da hierarquia, como dirigentes, profissionais de nível superior e pequenos empregadores (com exceção do país como um todo), e aumento da média de renda de grupos mais próximos a base dessa pirâmide, como os trabalhadores do secundário e do terciário não especializado.

De uma maneira geral podemos dizer que a RMRJ, assim como o conjunto das RMs, vêm apresentando também sinais de melhora em seu mercado de trabalho, com diminuição do desemprego, formalização e aumento da renda. Em relação à estrutura sócio-ocupacional, podemos verificar o crescimento da participação de profissionais de nível superior e trabalhadores do terciário especializado, ou seja, de ocupações que exijam algum grau de qualificação, assim como a diminuição de trabalhadores do terciário não especializado – que ocupam a base da pirâmide das categorias urbanas –, dirigentes, e pequenos empregadores.

O trabalho apresentado, inserido em uma pesquisa de maior porte, se traduz em uma primeira tentativa de analisar o comportamento das regiões metropolitanas brasileiras face às mudanças que vêm ocorrendo no mercado de trabalho nacional. Resumidamente, seus resultados preliminares nos levam a afirmar que as RMs e, em particular, a RMRJ vêm apresentando tendências a melhoras semelhantes, na mesma direção das tendências nacionais, mas com intensidades diferenciadas, acentuadas ou atenuadas, dependendo do indicador em questão.

Referências bibliográficas

- BARROS, R. Carvalho, M. Franco, S. Mendonça, R. Determinantes da Queda na Desigualdade de Renda no Brasil. IPEA. Texto para discussão nº 1460, 2010.
- ERIKSON, R. GOLDTHORPE, J. H. e PORTOCARRERO, I. “Intergenerational Class Mobility in Three Western European Societies”. *British Journal of Sociology*, vol. 30, pp. 415-441, 1979.
- LAGO, L. C. MAMMARELLA. R. Da Hierarquia de Classes à Organização Social do Espaço Intraurbano: um olhar comparativo sobre as grandes metrópoles brasileiras. *Caderno das Metrôpoles*, São Paulo/SP, v. 12, n.23, pp-65-84, 2010.
- MOYSÉS, A. A Questão Metropolitana no Brasil. In: MOYSÉS, A. (org.). *Cidade, Segregação Urbana e Planejamento*. Goiânia: UCG, 2005
- NERI, Marcelo. *A Nova Classe Média*. Rio de Janeiro: CPS, 2008.
- RIBEIRO, L. C. Q. R. “Cidade Desigual ou Cidade Partida? Tendências da Metrópole do Rio de Janeiro”. In: RIBEIRO, L. C. Q. R. (org.) *O Futuro das Metrôpoles: desigualdades e governabilidade*. Revan. Rio de Janeiro/RJ. 2000.
- _____; KOSLINSKI, M. C. “Efeito Metrópole e Acesso às Oportunidades Educacionais”. Anais do 32º Encontro Anual da Anpocs. 2008.
- RUIZ, Ricardo Machado e PEREIRA, Fernando Batista. Relatório de pesquisa: Estrutura e dinâmica espaço-temporal das metrópoles brasileiras / Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional, Instituto do Milênio – CNPq. Observatório das Metrôpoles. Rio de Janeiro: Letra Capital/Observatório das Metrôpoles, 2009. 144p.

SCALON, M.C. *Mobilidade Social no Brasil: padrões e tendências*. Rio de Janeiro: Revan, 1999.

_____.; MARQUES, E. C. A dinâmica dos grupos sociais em São Paulo na década de 1990. In: XXXII Encontro da Anpocs, 2008, Caxambu. Anais do 32º Encontro da Anpocs. São Paulo: Anpocs, 2008.

SILVA, Nelson Valle. 1992. *Uma Classificação Ocupacional para o Estudo da Mobilidade e da Situação de Trabalho no Brasil*. S. 1. s/n., 1992.

_____. “Os Rendimentos Pessoais”. In: Hasenbalg, C. Silva, N. (orgs.). *Origens e Destinos: desigualdades sociais ao longo da vida*. Rio de Janeiro: Topbooks, 2003.

ROCHA, Sônia. *Pobreza no Brasil: afinal, de que se trata?* Rio de Janeiro: FGV, 2006.

51 Os dados apresentados neste parágrafo são provenientes de tabulação própria, realizada através das PNADs 2001-2008 (IBGE).

52 Na verdade, a Região Metropolitana do Rio de Janeiro foi criada um ano depois, já em 1974.

53 Entram na categoria de protegidos: trabalhadores com carteira de trabalho assinada – ou que contribuam para a previdência –, estatutários, militares, e trabalhadores por conta própria que contribuam para a Previdência; os não protegidos são os trabalhadores que não possuem carteira de trabalho assinada e nem contribuem para a previdência, e trabalhadores por conta própria que não contribuem para a Previdência. Os empregadores, trabalhadores para o próprio consumo e trabalhadores não remunerados foram excluídos da análise devido às dificuldades de enquadrá-los nessas categorias.

54 Lembramos que foi em 2004 que a economia Brasileira começou a apresentar maiores taxas de crescimento.

55 Preços constantes para 2008 (INPC).

56 Foram excluídos das análises de renda os indivíduos ocupados mas sem rendimento.

57 Há uma enorme discussão, na área dos estudos sobre estratificação social, a respeito dos esquemas de classe; entre os mais utilizados, destaca-se o esquema EGP (Erickson, Goldthorpe, e Portocarrero, 1979) e, no Brasil, o esquema de Valle Silva (1992). Para uma visão mais abrangente sobre essa discussão, ver Scalon (1999).

58 No caso dos dirigentes – um grupo muito pequeno – é difícil fazermos qualquer afirmação a respeito de seu aumento ou diminuição, dada a grande variabilidade apresentada a cada ano.

59 Os já citados trabalhos anteriores haviam demonstrado que na década de 1980 a participação dos agricultores na RMRJ permaneceu constante (com aumento muito leve), enquanto na década de 1990 apresentou tendência de diminuição.

60 Lembramos que foi em 2004 que a economia Brasileira começou a apresentar maiores taxas de crescimento.

61 No entanto, como já exposto anteriormente, esse é um grupo de tamanho muito reduzido, o que aumenta consideravelmente o erro amostral e torna difícil fazermos qualquer afirmação mais concreta a seu respeito.

62 Além, é claro, da diminuição dos agricultores, que em termos nacionais ainda são representativos.

Capítulo 12

Estrutura sócio-ocupacional da região metropolitana de São Paulo: 2001-2008⁶³

Lucia Maria M. Bógus

Suzana Pasternak

Rafael Serrao

1. Introdução

Historicamente, pelos desdobramentos do complexo cafeeiro no final do século XIX e início do século XX, as forças produtivas concentradas em São Paulo formaram a base para a expansão e concentração da industrialização e urbanização, fomentando também a constituição de um mercado urbano de trabalho assalariado em escala nacional (Siqueira, 2010). Ao contrário do Rio de Janeiro, onde a produção de café se assentava no trabalho escravo, a expansão cafeeira no território paulista utilizou trabalho assalariado.

No que diz respeito à evolução da economia paulista pode-se identificar diferentes fases na expansão da região metropolitana. Constituída pelo município de São Paulo e mais 38 municípios que se agrupam em torno da Capital do Estado e são diretamente por ela polarizados, a Região Metropolitana de São Paulo representa 3,24% do total do território do Estado, numa área de 8.051 km², concentrando cerca de 48% de sua população.

As fases mais recentes da evolução da região metropolitana de São Paulo, que se iniciam em 1960, são marcadas pela estruturação de blocos de atividades industriais, liderados, principalmente, pelo desenvolvimento da indústria automobilística, que reforçou as concentrações industriais ao longo da Via Anchieta e nos Municípios da Sub Região Sudeste. Um segundo impacto, não menos considerável, foi a motorização da população

contribuindo para um aumento da demanda por vias e espaços de circulação. Essa nova realidade agravou consideravelmente os problemas de aglomeração, gerando situações de graves crises das estruturas urbanas.

Esse processo evolutivo acentuou a extensão de áreas ocupadas pelos usos urbanos, na medida em que o crescimento das atividades secundárias demandava a alocação de maior espaço para os estabelecimentos industriais e na medida em que a RMSP continuava a apresentar uma situação nitidamente superior à das demais regiões do Estado, e mesmo do País, no tocante à oferta de empregos.

Após os anos 70 teve início um processo de desconcentração regional (industrial e agrícola), desencadeado por políticas nacionais (II Plano Nacional de Desenvolvimento). Entre 1970 e 1975 este movimento dirigiu-se às regiões menos desenvolvidas, com a implantação de grandes projetos de investimento de empresas estatais (petroquímicas, hidrelétricas, mineração e metalurgia) e de incentivos fiscais e financeiros (Piquet, 1993 e 2007). Ao mesmo tempo, beneficiou o interior do próprio Estado de São Paulo, com a modernização da sua agricultura e graças a políticas dos governos estadual e federal (Pro Álcool, refino de petróleo, investimentos em infra-estrutura e transportes, em centros de pesquisa e universidades), num processo que ficou conhecido com a “interiorização da indústria paulista” (Negri, 1996).

Ao contrário do que ocorreu em muitos países desenvolvidos, não aconteceu uma desindustrialização da RMSP, no sentido de uma perda significativa de capacidade produtiva, plantas industriais, base econômica, fiscal e populacional. Ao que tudo indica, o aumento da participação relativa de outras regiões econômicas e do próprio interior paulista teria acontecido principalmente por instalação de novas plantas industriais (Siqueira, 2010)

A partir dos anos 80, iniciou-se um período de grandes mudanças, cujos efeitos se estendem até os dias de hoje. É a fase na qual a Região Metropolitana assistiu à desconcentração das atividades industriais e da população – já iniciada, de certa forma, em meados dos anos 70 – à reestruturação das atividades econômicas, à inserção do país no contexto da globalização e ao crescimento das atividades terciárias, muitas vezes reduto dos desempregados do setor secundário da economia. São Paulo passou a ser conhecida como “a metrópole dos serviços”, sobretudo em virtude do papel desempenhado por essas atividades no município pólo. No município de São Paulo, concentraram-se, de maneira crescente, as atividades financeiras de

natureza global, as sedes dos maiores bancos nacionais e internacionais, as grandes empresas multinacionais, concedendo à cidade a primazia entre as metrópoles nacionais e transformando-a na metrópole global por excelência. “Pelas contas Regionais do IBGE o Estado de São Paulo teve sua participação relativa no Valor de Transformação Industrial (VTI) reduzida de 52%, em 1985 para 43% em 2003. A participação relativa da RMSP no VTI nacional reduziu-se, significativamente, de 29,4% em 1985 para 16,8% em 2003, ao passo que no interior do Estado (Estado de São Paulo exclusive a RMSP) houve aumento dessa participação de 22,5% para 27%, neste mesmo período.” (Siqueira, 2010: 111)

As características sócio-econômicas e demográficas apresentadas a seguir possibilitam compreender, em grande parte, a lógica que perpassa o conjunto dos processos metropolitanos e transformam a Região Metropolitana de São Paulo, ao mesmo tempo, em área de atração e expulsão populacional, em *locus* de riqueza e de pobreza, com mercado de trabalho dinâmico e extremas desigualdades sociais.

A Região Metropolitana de São Paulo sofreu profundas transformações nas atividades econômicas nos anos 80 e 90, com continuidade na década de 2000, e permanece o principal centro industrial e financeiro do país.

Ao longo das etapas de sua expansão recente, um conjunto de processos provocaram a alterações na estrutura de empregos por setores da atividade econômica na RMSP, reduzindo os empregos industriais e ao mesmo tempo impulsionando o crescimento dos empregos no terciário.

Podem ser mencionadas como as principais transformações nas atividades econômicas aquelas que decorrem dos processos de desconcentração industrial, com mudanças na alocação industrial para outras regiões do estado de São Paulo e para outros estados, aquelas relacionadas ao desenvolvimento do terciário e as provocadas pela reestruturação produtiva.

De fato, ao mesmo tempo em que se ocorreu o processo de desconcentração industrial provocando a redução do emprego na indústria, diversificaram-se as atividades do terciário, que se consolidou na região metropolitana, que passou a sediar atividades altamente sofisticadas. Nos anos 90 assumiu, definitivamente, papéis de ‘cidade mundial’⁶⁴. A reestruturação produtiva também contribuiu para a diversificação dos serviços ao terceirizar e subcontratar atividades de apoio.

Conforme Montali (2009:179) “a partir de 1989, momento tomado como referência para a análise dos efeitos da intensificação da reestruturação da

produção e das formas de gestão do trabalho, tanto na indústria como nos serviços, registra-se a queda progressiva da participação da indústria na composição do nível de emprego regional e o aumento da participação do emprego nos serviços. O conjunto dos empregos do setor serviços, incluindo-se nestes tanto os empregos do comércio, como dos serviços, representam 56% dos postos de trabalho em 1989, 62% em 1991, 67,4% em 1997 e cerca de 69% em 2000 e 2003. Ao mesmo tempo, o emprego industrial passou de 33% da força de trabalho ocupada em 1989 e 28,7% em 1991, para 21% em 1997 e cerca de 20% em 2000 e 2003 (PED-FSEADE)”.

Cabe ressaltar que a redução do emprego industrial e o aumento do emprego em serviços não representa apenas uma “migração” entre os setores, mas implica em uma alteração na qualidade do emprego. O emprego com registro em carteira de trabalho que predomina na indústria vai sendo substituído por ocupações autônomas ou temporárias caracterizadas por vínculos contratuais precários e por maior instabilidade no emprego.

Os municípios da região do ABC, que concentravam maiores proporções de trabalhadores residentes ocupados no setor industrial, apresentaram a redução mais acentuada no período considerado. Mas as proporções mais baixas de trabalhadores residentes ocupados na indústria foram encontradas no município de São Paulo, onde, em 1985, pouco menos que um terço dos ocupados estavam inseridos em atividades industriais. Muitos estudos ressaltam que a terciarização seria a principal tendência da dinâmica econômica da RMSP.

A reestruturação produtiva implicou, ainda, na crescente precarização das relações de trabalho, com a flexibilização da produção, acompanhada por terceirização e subcontratação da produção e de serviços, o que acabou resultando no surgimento de setores informais modernos (Dedecca e Baltar, 1997). A flexibilização atingiu, sobretudo nas regiões metropolitanas de São Paulo e Porto Alegre, também a contratação da mão-de-obra, que passou a ser feita, em muitos casos, diretamente pela empresa, sem carteira de trabalho assinada, ou via empresa terceirizada ou, ainda, como trabalhador autônomo. O auge desse tipo de contratação ocorreu em 1.999, manifestando-se, também, em outras metrópoles nacionais, como Belo Horizonte, e Distrito Federal.(DIEESE,2001)

Assim, acentuam-se nos anos 90 algumas tendências do mercado de trabalho que já se faziam presentes na década de 80, como é o caso da redução da inserção regulamentada e do emprego industrial. Conforme Pochmann, 2001, as mudanças decorrentes da reestruturação produtiva também se refletem na dinâmica do nível de atividade da economia nacional, com repercussões negativas sobre o nível geral de emprego, ao longo das últimas décadas.

Os primeiros anos da década de 2000 foram marcados pelos desequilíbrios dos anos de 1990 e registraram desempenho tanto econômico quanto do mercado de trabalho semelhante ao da década anterior. “No cenário político nacional o ano de 2002 é marcado pelo fim do período de Governo FHC e pela vitória do Governo de esquerda, Luiz Inácio Lula da Silva à presidência da república. No contexto macroeconômico nacional tais acontecimentos promoveram incertezas na política econômica interna e inquietação no contexto econômico externo”. (Silva Filho, 2011: 38). Porém, a partir de 2003, com o início dos primeiros sinais de recuperação econômica ainda no final do ano, o mercado de trabalho continuou a responder positivamente com a elevação do emprego formal, mesmo que em menor ritmo observado no ano anterior, em consequência da elevação da taxa de crescimento do Produto Interno Bruto – PIB e da melhora do desempenho dos indicadores macroeconômicos acima citados (DEDECCA e ROSANDISKI, 2006).

O aquecimento da demanda externa, através da elevação das exportações e do desempenho econômico favorável da economia internacional, proporcionou desempenho extraordinário do mercado de trabalho brasileiro e, no ano de 2004, registrou-se saldo de vagas de mais de 1,5 milhões de novos postos de trabalho formais no país. O ano de 2004 é apontado na literatura sobre o mercado de trabalho, como o ano de elevado desempenho em todos os setores de atividade econômica nacional.

Os objetivos do presente texto são analisar a evolução do mercado formal de empregos na RMSP no período 2001-2008, assim como esta mesma evolução no total da população ocupada.

2. O mercado de trabalho formal na região metropolitana de são paulo

2.1 EVOLUÇÃO E CARACTERIZAÇÃO

Segundo dados da RAIS, a RMSP concentra percentual significativo do emprego formal do país. Em 2008, os 39 municípios que a compõem eram responsáveis por 16,6% do total do emprego formal do Brasil e por 55,8% do emprego gerado no estado de São Paulo. São mais de 6,5 milhões de empregos formais, sendo 57,3% deste total preenchidos por homens e 42,7% por mulheres.

Entre 2001 e 2008 foi verificada uma pequena queda na participação da RMSP nos empregos formais, em relação ao país e ao estado de São Paulo, visto que este período foi marcado pelo crescimento mais acentuado do emprego formal em estados da Região Norte e Nordeste e em municípios localizados em regiões não metropolitanas. De qualquer forma, a geração de postos de trabalho formais na RMSP ainda pode ser considerada relevante, bem como a participação em relação ao estado e ao país (Tabela 1).

Em nível nacional, no estado de São Paulo e na RMSP mais da metade dos postos de trabalho formais, em 2008, eram ocupados por homens, sendo que em nível nacional o percentual de trabalhadores do sexo masculino era um pouco mais elevado (58,9% dos postos de trabalho nacionais são ocupados por homens e no estado e RM são 57,3%). No Brasil e no estado de São Paulo o crescimento do emprego feminino entre 2001 e 2008 foi mais intenso que na RMSP, com taxas de aproximadamente 50% para o país e para o estado de SP e de 45,0% para a RMSP.

Tabela 1: Trabalhadores segundo sexo, Regiões selecionadas, 2001 e 2008

Regiões	2001			2008		
	Homens	Mulheres	Total	Homens	Mulheres	Total
Brasil	16.437.782	10.751.832	27.189.614	23.234.981	16.206.585	39.441.566
Estado de SP	5.072.211	3.155.156	8.227.367	6.962.967	4.750.196	11.713.163
RMSP	2.755.464	1.925.903	4.681.367	3.747.103	2.793.148	6.540.251
Participação RMSP/Brasil	16,8	17,9	17,2	16,1	17,2	16,6
Participação RMSP/Est. SP	54,3	61,0	56,9	53,8	58,8	55,8

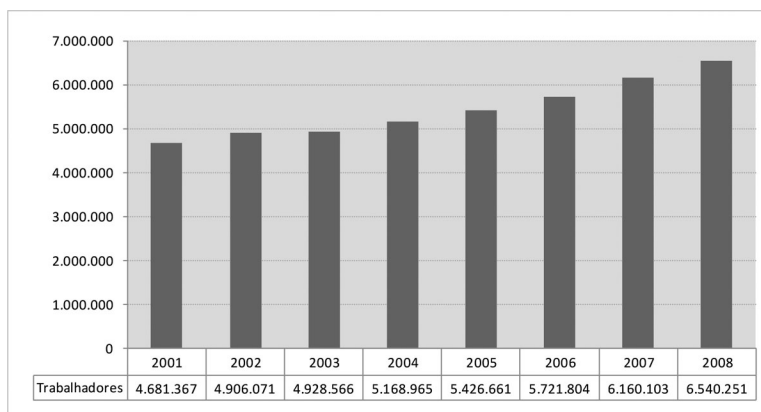
Fonte: RAIS-MTE

Elaboração: Observatório das Metrópoles São Paulo

O gráfico a seguir possibilita visualizar com maior detalhamento o crescimento do emprego formal na RMSP ano a ano. A geração de postos de trabalho entre um ano e outro foi mais intensa nos últimos anos da série, com destaque para a geração de mais de 438 mil postos de trabalho entre 2007 e 2008.

Apesar da elevação significativa do número de postos de trabalho na RMSP no período, a taxa de crescimento de 4,89% ao ano foi inferior àquelas verificadas para o país (5,41%) e para o estado de São Paulo (5,18%).

Gráfico 1: Número de trabalhadores, RMSP, 2001 a 2008



Fonte: RAIS-MTE

Elaboração: Observatório das Metrópoles São Paulo

Quanto à distribuição do emprego entre os municípios metropolitanos, verifica-se que, em 2008, do total de 6,5 milhões de empregos formais da RMSP, mais de dois terços concentrava-se na capital – 68,6%, ou 4,4 milhões de postos de trabalho – sendo que esta predominância do município pólo se manteve inalterada ao longo do período analisado. Entre 2001 e 2008, a capital apresentou um crescimento do emprego igual à verificada para a média da Região Metropolitana – crescimento de 39,8% (4,90% ao ano) para a capital e de 39,7% para a Região (4,89% ao ano) (Tabela 2).

Já em relação aos demais municípios da RM, a geração de postos de trabalho entre 2001 e 2008 ocorreu de forma diferenciada. De maneira geral, o crescimento mais acentuado se deu em municípios que possuem menor participação em relação ao total de empregos da região, como Arujá, Cotia, Guararema e Pirapora do Bom Jesus, por exemplo. Entretanto, a taxa de crescimento acentuada não alterou substancialmente a participação dos mesmos em relação à região, visto que, apesar do crescimento, ainda eram poucos os postos de trabalho nestes municípios em 2008.

Dentre os municípios que registraram mais de 100 mil postos de trabalho em 2008 (excluindo a capital, analisada anteriormente), o crescimento no número de empregos formais entre 2001 e 2008 também foi superior à

média verificada para a RMSP, exceto para São Caetano do Sul. Em Barueri, Diadema, Guarulhos, Osasco, Santo André e São Bernardo do Campo as taxas de crescimento do emprego variaram entre 40,0% e 47%.

Apenas sete municípios registraram queda no número de postos de trabalho (Cajamar, Embu, Juquitiba, Poá, Salesópolis, São Lourenço da Serra e Vargem Grande Paulista), com a queda mais acentuada ocorrida no município de Juquitiba (-35,4%). Na maioria dos casos, trata-se de municípios onde se misturam as funções de municípios agrícolas e dormitórios.

No que se refere à distribuição dos postos de trabalho por sexo, que também pode ser observada na Tabela 2, com exceção de Francisco Morato, em todos os demais municípios da RMSP o número de postos ocupados por homens é superior ao de ocupados por mulheres. Entretanto, entre 2001 e 2008 o crescimento no número de postos de trabalho ocupados por mulheres foi superior à taxa verificada entre os homens (45,0% de crescimento para as mulheres e 36,0% para os homens), indicando uma tendência à feminização da força de trabalho em alguns setores da economia, tanto em atividades qualificadas como não qualificadas.

Entre os municípios com mais de 100 mil postos de trabalho em 2008 a taxa de crescimento do emprego feminino foi superior à do emprego masculino, exceto em Barueri, que registrou taxa semelhante para homens e mulheres. Nesse município houve grande expansão de atividades ligadas ao terciário moderno e à indústria de serviços, sobretudo vinculadas à distribuição, à informática e à logística.

Do total de postos de trabalho da RMSP em 2008, 42,3% correspondiam ao setor de serviços, que registrou maior crescimento no percentual de trabalhadores empregados entre 2001 e 2008 (no primeiro ano da série reunia 39,6% do total de postos de trabalho). Os setores do comércio e da construção civil também apresentaram crescimento do percentual de empregados entre 2001 e 2008, com 2,0 pontos percentuais e 0,7 pontos percentuais, respectivamente.

Apesar da queda no percentual de trabalhadores empregados na indústria de transformação, este continua sendo o segundo setor que mais emprega na região (18,2%), seguido do comércio (17,7%) – que ao longo dos anos analisados ultrapassou a administração pública (16,1%). Basicamente estes são os setores de atividade econômica que mais empregam na RMSP,

enquanto os demais (extrativa mineral, serviços industriais de utilidade pública e agricultura) apresentam baixos percentuais e não passaram por alterações significativas ao longo dos últimos anos.

Para a maioria dos municípios, os setores de serviços e indústria de transformação também são aqueles que mais empregam, sendo que dentre os municípios com maior número de empregos formais em 2008 (mais de 100 mil postos de trabalho) o setor de serviços é predominante – com exceção de Diadema e Guarulhos, onde predominam os empregos na indústria de transformação.

A Tabela a seguir apresenta um detalhamento das atividades econômicas que mais empregavam em 2008, nos municípios, da RMSP com maior número de trabalhadores (acima de 100 mil trabalhadores). É possível identificar que, com exceção dos municípios de Guarulhos e São Caetano do Sul, cinco atividades econômicas são responsáveis por ¼ dos empregos do município. Em Guarulhos, as cinco principais atividades empregam um percentual menor de trabalhadores (18,9%) e São Caetano do Sul um percentual maior, de 38,6%.

Tabela 2: Trabalhadores segundo sexo,
Região Metropolitana de São Paulo, 2001 e 2008

Municípios	2001				2008				Crescimento 2001-2008		
	Homens	Mulheres	Total	%	Homens	Mulheres	Total	%	Homens	Mulheres	Total
Aruja	6.842	2.722	9.564	0,2	11.769	5.414	17.183	0,3	72,0	98,9	79,7
Barueri	82.010	60.349	142.359	3,0	117.250	85.891	203.141	3,1	43,0	42,3	42,7
Bitribuna Mirim	1.247	596	1.843	0,0	1.943	1.339	3.282	0,1	55,8	124,7	78,1
Caiçaras	7.794	2.624	10.418	0,2	11.498	5.198	16.696	0,3	47,5	98,1	60,3
Cajamar	23.534	15.986	39.520	0,8	22.094	14.983	37.077	0,6	-6,1	-6,3	-6,2
Carapicuíba	13.180	7.723	20.903	0,4	19.654	14.944	34.598	0,5	49,1	93,5	65,5
Cotia	22.355	12.939	35.294	0,8	40.888	25.582	66.448	1,0	82,9	97,6	88,3
Diadema	49.632	23.623	73.255	1,6	69.003	33.808	102.811	1,6	39,0	43,1	40,3
Embu	27.564	21.226	48.790	1,0	25.194	14.952	40.146	0,6	-8,6	-29,6	-17,7
Embu Guacu	4.207	1.995	6.202	0,1	4.910	2.400	7.310	0,1	16,7	20,3	17,9
Ferraz de Vasconcelos	7.804	3.625	11.429	0,2	10.695	5.374	16.069	0,2	37,0	48,2	40,6
Francisco Morato	2.278	1.855	4.133	0,1	3.497	3.855	7.352	0,1	53,5	107,8	77,9
Franco da Rocha	4.987	2.783	7.770	0,2	7.983	4.510	12.493	0,2	60,1	62,1	60,8
Guararema	1.970	946	2.916	0,1	3.882	1.847	5.729	0,1	97,1	95,2	96,5
Guarulhos	136.242	61.736	197.978	4,2	193.762	97.354	291.116	4,5	42,2	57,7	47,0
Itapeerica da Serra	9.362	5.763	15.125	0,3	10.727	8.185	18.912	0,3	14,6	42,0	25,0
Itapevi	8.807	6.158	14.965	0,3	12.354	8.675	21.029	0,3	40,3	40,9	40,5
Itaquaquecetuba	15.643	7.019	22.662	0,5	22.467	11.487	33.954	0,5	43,6	63,7	49,8
Jandira	7.279	2.932	10.211	0,2	10.476	5.351	15.827	0,2	43,9	82,5	55,0
Juquitiba	6.991	3.633	10.624	0,2	5.192	1.667	6.859	0,1	-25,7	-54,1	-35,4
Mairipora	5.955	2.643	8.598	0,2	7.627	4.664	12.291	0,2	28,1	76,5	43,0
Mauá	21.838	12.347	34.185	0,7	38.953	19.542	58.495	0,9	78,4	58,3	71,1
Mogi das Cruzes	28.132	18.142	46.274	1,0	48.792	33.286	82.078	1,3	73,4	83,5	77,4
Osasco	64.851	37.080	101.931	2,2	85.831	58.892	144.723	2,2	32,4	58,8	42,0
Pirapora do Bom Jesus	1.032	449	1.481	0,0	2.083	1.601	3.684	0,1	101,8	256,6	148,8
Poa	30.287	15.366	45.653	1,0	22.996	17.999	40.995	0,6	-24,1	17,1	-10,2
Ribeirão Pires	8.588	5.187	13.775	0,3	14.614	7.890	22.504	0,3	70,2	52,1	63,4
Rio Grande da Serra	1.446	775	2.221	0,0	2.059	945	3.004	0,0	42,4	21,9	35,3
Salesópolis	1.279	764	2.043	0,0	1.010	698	1.708	0,0	-21,0	-8,6	-16,4
Santa Isabel	4.168	2.657	6.825	0,1	5.480	3.419	8.899	0,1	31,5	28,7	30,4
Santana de Parnaíba	24.224	12.307	36.531	0,8	35.404	20.772	56.176	0,9	46,2	68,8	53,8
Santo André	71.161	47.698	118.859	2,5	101.662	72.679	174.341	2,7	42,9	52,4	46,7
São Bernardo do Campo	130.232	57.995	188.227	4,0	173.836	89.631	263.467	4,0	33,5	54,5	40,0
São Caetano do Sul	83.482	31.221	114.703	2,0	67.557	41.287	108.844	1,7	6,4	32,2	14,9
São Lourenço da Serra	5.784	2.645	8.429	0,2	4.146	3.792	7.938	0,1	-28,3	43,4	-5,8
São Paulo	1.804.485	1.407.537	3.212.022	68,6	2.463.791	2.025.285	4.489.076	68,6	36,5	43,9	39,8
Suzano	20.380	9.265	29.645	0,6	27.437	15.280	42.717	0,7	34,6	64,9	44,1
Taboão da Serra	22.046	11.583	33.629	0,7	32.637	19.178	51.815	0,8	48,0	65,6	54,1
Vargem Grande Paulista	6.366	4.009	10.375	0,2	5.952	3.512	9.464	0,1	-6,5	-12,4	-8,8
Total	2.755.464	1.925.903	4.681.367	100,0	3.747.103	2.793.148	6.540.251	100,0	36,0	45,0	39,7

Fonte: RAIS-MTE

Elaboração: Observatório das Metrópoles São Paulo

Tabela 3: Trabalhadores segundo setor de atividade econômica, Região Metropolitana de São Paulo, 2001 e 2008
(em %)

Municípios RMSP	Extrativa mineral		Indústria de transformação		Serviços ind. de utilidade pública		Construção civil		Comércio		Serviços		Administração pública direta e autárquica		Agricultura e pecuária...		Total (n. absoluto)	
	2001	2008	2001	2008	2001	2008	2001	2008	2001	2008	2001	2008	2001	2008	2001	2008	2001	2008
	Aruja	0,3	0,3	42,4	47,6	1,9	0,1	7,1	4,6	14,6	16,2	24,3	22,0	8,0	7,7	1,4	1,4	9.564
Barueri	0,2	0,2	16,8	16,1	0,3	0,8	3,1	3,9	11,2	17,7	64,2	57,2	4,1	4,2	0,1	0,0	142.359	203.141
Bititiba Mirim	3,4	0,7	5,7	3,8	3,8	2,0	0,1	0,0	15,7	21,0	7,3	17,6	0,3	18,8	63,8	36,2	1.843	3.282
Caieiras	0,8	0,6	41,4	36,4	0,4	1,2	1,9	8,2	13,0	19,2	34,6	25,4	7,7	8,5	0,2	0,6	10.418	16.696
Cajamar	0,3	0,4	20,5	32,4	0,4	0,4	1,8	0,9	3,1	8,9	69,6	50,6	3,9	6,1	0,5	0,2	39.520	37.077
Carapicuíba	0,0	0,0	18,9	16,5	0,4	0,4	3,8	6,7	20,9	22,4	41,8	41,2	14,1	12,6	0,0	0,2	20.903	34.598
Colia	0,0	0,0	29,2	28,9	0,7	0,5	3,3	3,4	21,8	22,9	33,7	36,3	10,8	7,5	1,4	0,6	35.294	66.448
Diadema	0,0	0,0	61,1	56,9	0,7	0,5	2,0	2,9	12,3	14,9	15,5	18,2	8,5	6,5	0,0	0,0	73.255	102.811
Embu	0,4	0,2	14,3	23,7	1,5	0,7	1,7	6,5	6,0	16,3	69,9	43,0	6,1	9,4	0,2	0,2	48.790	40.146
Embu Guacu	1,3	0,5	36,8	45,8	0,0	0,1	0,8	2,1	13,7	18,9	35,1	14,5	11,8	16,8	0,6	1,2	6.202	7.310
Ferraz de Vasconcelos	0,0	0,0	59,0	54,4	0,2	0,0	3,0	2,3	14,0	15,5	17,4	14,6	6,4	13,2	0,0	0,0	11.429	16.069
Francisco Morato	0,0	0,0	6,9	4,7	0,1	0,1	2,2	2,5	31,9	34,2	24,0	33,2	35,1	25,4	0,0	0,0	4.133	7.352
Franco da Rocha	0,0	0,0	26,8	31,9	9,2	1,7	1,1	2,9	28,1	27,4	20,6	21,3	13,9	14,6	0,3	0,2	7.770	12.493
Guararema	1,3	1,5	22,1	37,7	0,5	0,2	5,4	10,4	16,7	12,3	31,2	24,5	7,5	6,2	15,4	7,2	2.916	5.729
Guarulhos	0,3	0,2	40,1	38,0	2,4	2,3	2,3	2,4	15,6	19,1	32,3	31,8	7,1	6,1	0,1	0,1	197.978	291.116
Itapevica da Serra	1,2	0,7	29,2	19,2	0,0	0,1	1,6	4,3	17,3	32,0	30,5	26,8	19,8	15,8	0,4	1,1	15.125	18.912
Itapevi	0,0	0,0	24,2	31,5	0,0	1,1	8,7	4,0	14,5	17,7	36,4	28,4	16,1	17,2	0,1	0,2	14.965	21.029
Itaquaquecetuba	0,5	0,6	51,8	50,5	0,3	1,3	0,9	1,3	13,2	18,0	19,0	15,4	13,9	12,3	0,3	0,5	22.662	33.954
Jandira	0,0	0,0	42,6	41,4	0,3	0,1	6,9	6,8	12,3	15,9	25,2	20,2	12,7	15,5	0,0	0,0	10.211	15.827
Juquitiba	0,2	0,4	3,7	7,0	0,4	0,7	9,0	1,0	7,3	12,4	75,7	67,2	3,5	10,3	0,2	1,0	10.624	6.859
Mainpora	0,0	0,4	21,8	27,2	3,1	1,2	7,0	4,9	20,0	22,2	33,3	29,4	14,4	14,2	0,5	0,6	8.598	12.291
Maua	0,0	0,1	46,0	43,4	2,1	2,2	2,4	5,0	19,9	20,1	17,4	19,7	12,2	9,5	0,0	0,1	34.195	58.495
Meji das Cruzes	1,5	0,9	22,8	21,6	0,4	0,6	7,4	8,0	20,2	20,8	35,7	40,6	7,1	4,3	4,9	3,2	46.274	82.078
Oscaros	0,0	0,0	24,8	21,9	2,2	0,5	2,2	2,9	21,9	23,6	37,4	39,8	11,5	11,2	0,0	0,0	101.631	144.723
Pirapora do Bom Jesus	5,7	1,5	25,3	16,9	0,0	0,0	0,6	2,7	8,0	40,7	31,3	37,6	29,0	0,5	0,1	0,2	1.481	3.684
Poa	0,0	0,0	10,0	17,1	0,5	0,7	8,0	6,4	6,8	9,0	71,9	60,8	2,8	5,8	0,0	0,2	45.653	40.995
Ribeirao Pires	0,2	0,0	40,7	38,3	3,0	0,2	1,2	2,9	15,3	17,3	26,1	29,9	13,4	11,3	0,2	0,1	13.775	22.504
Rio Grande da Serra	0,0	0,0	29,5	43,1	0,3	0,2	7,3	11,5	11,4	12,4	26,4	10,1	25,1	22,5	0,0	0,2	2.221	3.004
Salesopolis	0,3	0,5	4,9	1,3	5,7	0,8	2,6	0,9	11,5	21,1	37,7	23,4	15,4	23,2	21,9	28,7	2.043	1.708
Santa Isabel	4,2	3,1	34,1	27,7	0,3	0,7	4,5	5,6	13,0	18,5	26,9	29,2	12,0	11,2	5,0	4,0	6.825	8.899
Santana de Parnaiba	0,2	0,4	20,2	19,4	0,1	0,2	5,6	3,5	8,9	16,4	55,9	48,6	9,0	11,3	0,1	0,1	36.531	56.176
Santo Andre	0,0	0,0	22,9	21,3	0,3	1,0	2,5	4,7	21,3	20,9	44,6	46,3	8,4	5,8	0,0	0,0	118.859	174.341
Sao Bernardo do Campo	0,0	0,0	45,3	37,6	0,5	0,4	2,7	2,7	12,6	15,2	32,7	39,3	6,2	4,8	0,0	0,0	188.227	263.467
Sao Caetano do Sul	0,0	0,1	15,9	23,4	0,0	0,0	3,1	7,6	10,5	14,5	66,9	50,3	3,5	4,0	0,1	0,0	94.703	108.844
Sao Lourenco da Serra	0,2	0,2	3,2	8,5	0,6	0,8	0,6	3,2	15,0	5,7	75,7	73,9	4,0	6,3	0,6	1,4	8.429	7.938
Sao Paulo	0,1	0,1	14,6	12,6	0,9	0,7	4,4	5,0	16,2	17,4	38,5	44,1	25,3	20,0	0,1	0,1	3.212.022	4.489.076
Suzano	0,2	0,2	49,6	39,4	1,0	1,9	5,9	2,5	17,0	24,3	16,1	20,6	7,6	9,6	2,6	1,5	29.645	42.717
Tauboao da Serra	0,0	0,0	33,0	28,8	1,0	1,0	4,5	7,0	13,4	19,2	37,1	34,7	11,0	9,3	0,0	0,0	33.629	51.815
Vargem Grande Paulista	0,0	0,0	23,7	36,5	0,0	0,0	1,9	2,9	11,0	20,1	55,6	26,0	7,4	12,2	0,3	2,2	10.375	9.464
Total	0,1	0,1	19,7	16,2	0,9	0,8	4,0	4,7	15,7	17,7	39,6	42,3	19,8	16,1	0,2	0,2	4.681.367	6.540.251

Fonte: RAIS-MTE. Elaboração: Observatório das Metrópoles São Paulo

Conforme são observadas as atividades econômicas, percebe-se a importância da administração pública na geração de postos de trabalho formais. Em todos os municípios com maior número de empregos o setor público é responsável por percentual significativo de empregos formais, com percentuais que variam de 4,0% a 16,5% do total de empregos dos municípios, sendo que o maior percentual foi verificado para o município de São Paulo que agrega grande volume de empregos do setor público estadual e municipal.

Os municípios de Diadema e São Bernardo do Campo são aqueles que têm como principais empregadores a indústria de transformação com a fabricação de produtos plásticos, de borracha, peças para automóveis, além da fabricação de automóveis e caminhões. Os demais municípios concentram atividades ligadas ao setor de serviços, com predominância de atividades de transporte, limpeza, entre outros. Vale ressaltar a importância da contratação em alguns municípios para realização de atividades terceirizadas, descritas como serviços prestados à empresas e de locação de mão-de-obra.

O crescimento no número de empregos formais na RMSP entre 2001 e 2008 levou a um aumento da massa salarial da região. Por outro lado, a remuneração média não apresentou movimento positivo neste período, saindo de R\$ 1.943,64 em 2001 para R\$ 1.883,65 em 2008.

Apesar da queda verificada para a média da Região Metropolitana, o movimento da remuneração se deu de maneira diferenciada entre os municípios durante o mesmo período. Do total de 39 municípios, 16 deles apresentaram elevação da remuneração média no período, enquanto os demais, assim como a média regional, tiveram queda. Entre aqueles com maior número de empregos formais, Barueri registrou elevação da remuneração média, Santo André praticamente não apresentou alteração e os demais registraram queda na remuneração média.

Tabela 4: Trabalhadores segundo atividade econômica, Atividades que mais empregam em municípios da RMSP com maior número de trabalhadores, 2008

Municípios	Atividades econômicas	Trabalhadores	% em relação ao total de trabalhadores do município
Barueri	Limpeza em prédios e em domicílios	12.944	6,4
	Atividades de serviços prestados principalmente às empresas não especificadas anteriormente	8.724	4,3
	Administração pública em geral	8.439	4,2
	Suporte técnico, manutenção e outros serviços em tecnologia da informação	8.160	4,0
	Locação de mão-de-obra temporária	8.039	4,0
Diadema	Fabricação de peças e acessórios para veículos automotores não especificados anteriormente	6.929	6,7
	Administração pública em geral	6.700	6,5
	Fabricação de artefatos de material plástico não especificados anteriormente	5.074	4,9
	Fabricação de artefatos de borracha não especificados anteriormente	3.372	3,3
Guarulhos	Fabricação de produtos de metal não especificados anteriormente	3.299	3,2
	Transporte rodoviário de carga	17.792	6,1
	Administração pública em geral	16.852	5,8
	Comércio varejista de mercadorias em geral, c/ predominância de prod. alimentícios hiper e supermercados	7.103	2,4
	Locação de mão-de-obra temporária	6.887	2,4
Osasco	Fabricação de peças e acessórios para veículos automotores não especificados anteriormente	6.532	2,2
	Administração pública em geral	16.286	11,2
	Bancos múltiplos, com carteira comercial	11.006	7,6
	Serviços de catering, buffet e outros serviços de comida preparada	6.573	4,5
	Transporte rodoviário coletivo de passageiros, com itinerário fixo, municipal e em região metropolitana	4.399	3,0
Santo André	Transporte rodoviário de carga	4.359	3,0
	Administração pública em geral	10.061	5,8
	Limpeza em prédios e em domicílios	8.670	5,0
	Locação de mão-de-obra temporária	6.740	3,9
	Fabricação de pneumáticos e de câmaras-de-ar	6.190	3,6
São Bernardo do Campo	Atividades de atendimento hospitalar	5.328	3,1
	Fabricação de automóveis, camionetas e utilitários	16.344	6,2
	Fabricação de caminhões e ônibus	14.458	5,5
	Administração pública em geral	12.616	4,8
	Transporte rodoviário de carga	11.544	4,4
São Caetano do Sul	Fabricação de peças e acessórios para veículos automotores não especificados anteriormente	9.729	3,7
	Limpeza em prédios e em domicílios	14.819	13,6
	Fabricação de automóveis, camionetas e utilitários	8.899	8,2
	Atividades de serviços prestados principalmente às empresas não especificadas anteriormente	8.072	7,4
	Instalações elétricas	5.863	5,4
São Paulo	Administração pública em geral	4.404	4,0
	Administração pública em geral	742.382	16,5
	Restaurantes e outros estabelecimentos de serviços de alimentação e bebidas	126.071	2,8
	Atividades de teleatendimento	109.551	2,4
	Atividades de atendimento hospitalar	108.162	2,4
	Bancos múltiplos, com carteira comercial	95.398	2,1

Fonte: RAIS-MTE

Elaboração: Observatório das Metrópoles São Paulo

Tabela 5: Trabalhadores, massa salarial e remuneração média, RMSP, 2001 e 2008

Municípios	2001			2008		
	Trabalhadores	Massa de remuneração*	Remuneração média em dezembro*	Trabalhadores	Massa de remuneração	Remuneração média em dezembro
Aruja	9.564	14.744.843,52	1.541,70	17.183	24.443.981,25	1.422,57
Barueri	142.359	262.973.552,85	1.847,26	203.141	397.769.017,15	1.958,09
Biritiba Mirim	1.843	1.457.730,84	790,96	3.282	2.890.471,73	880,70
Caieiras	10.418	13.414.047,51	1.287,58	16.696	22.100.147,88	1.323,68
Cajamar	39.520	44.015.801,95	1.113,76	37.077	55.775.541,41	1.504,32
Carapicuíba	20.903	22.645.758,81	1.083,37	34.598	34.375.354,28	993,56
Cotia	35.294	60.197.899,36	1.705,61	66.448	108.546.626,11	1.633,56
Diadema	73.255	125.387.028,59	1.711,65	102.811	171.419.318,26	1.667,32
Embu	48.790	52.344.207,46	1.072,85	40.146	50.360.707,47	1.254,44
Embu Guacu	6.202	6.543.809,51	1.055,11	7.310	8.648.553,27	1.183,11
Ferraz de Vasconcelos	11.429	12.170.692,63	1.064,90	16.069	18.198.598,18	1.132,53
Francisco Morato	4.133	4.199.422,41	1.016,07	7.352	8.763.417,37	1.191,98
Franco da Rocha	7.770	13.007.181,93	1.674,03	12.493	16.720.231,24	1.338,37
Guararema	2.916	3.474.350,88	1.191,48	5.729	8.328.746,35	1.453,79
Guarulhos	197.978	332.647.972,72	1.680,23	291.116	473.339.174,01	1.625,95
Itapeperica da Serra	15.125	25.312.878,80	1.673,58	18.912	36.563.043,05	1.933,33
Itapevi	14.965	21.803.926,88	1.456,99	21.029	31.823.597,15	1.513,32
Itaquaquecetuba	22.662	29.839.305,28	1.316,71	33.954	42.929.202,56	1.264,33
Jandira	10.211	13.751.398,63	1.346,72	15.827	24.517.215,89	1.549,08
Juquitiba	10.624	8.289.392,98	780,25	6.859	8.177.453,78	1.192,22
Mairipora	8.598	10.152.490,98	1.180,80	12.291	13.668.255,43	1.112,05
Maua	34.185	60.135.212,00	1.759,11	58.495	96.889.390,14	1.656,37
Mogi das Cruzes	46.274	66.462.050,72	1.436,27	82.078	107.385.919,38	1.308,34
Osasco	101.931	183.812.750,03	1.803,31	144.723	234.704.500,07	1.621,75
Pirapora do Bom Jesus	1.481	2.156.624,58	1.456,19	3.684	3.583.546,56	972,73
Poa	45.653	46.794.651,71	1.025,01	40.995	45.847.706,05	1.118,37
Ribeirão Pires	13.775	18.403.611,45	1.336,02	22.504	28.602.785,11	1.271,01
Rio Grande da Serra	2.221	3.021.320,17	1.360,34	3.004	4.045.068,91	1.346,56
Salesópolis	2.043	2.549.979,12	1.248,15	1.708	1.361.181,75	796,94
Santa Isabel	6.825	6.976.275,58	1.022,16	8.899	9.546.308,67	1.072,74
Santana de Parnaíba	36.531	45.626.095,61	1.248,97	56.176	73.611.423,24	1.310,37
Santo André	118.859	185.851.214,26	1.563,63	174.341	274.764.295,51	1.576,02
São Bernardo do Campo	188.227	451.674.345,56	2.399,63	263.467	566.278.780,95	2.149,33
São Caetano do Sul	94.703	166.767.833,02	1.760,96	108.844	178.025.312,64	1.635,60
São Lourenço da Serra	8.429	7.785.209,08	923,62	7.938	6.143.536,81	773,94
São Paulo	3.212.022	6.662.625.657,71	2.074,28	4.489.076	8.980.071.721,71	2.000,43
Suzano	29.645	48.074.300,97	1.621,67	42.717	67.316.362,01	1.575,87
Taboão da Serra	33.629	50.374.851,06	1.497,96	51.815	70.628.919,64	1.363,10
Vargem Grande Paulista	10.375	11.429.657,75	1.101,65	9.464	11.352.302,46	1.199,52
Total	4.681.367	9.098.895.334,89	1.943,64	6.540.251	12.319.517.715,43	1.883,65

Fonte: RAIS-MTE

Elaboração: Observatório das Metrópoles São Paulo

*Preços constantes de dezembro 2008 - Deflacionada pelo INPC-IBGE.

2.2 A POPULAÇÃO DA REGIÃO METROPOLITANA DE SÃO PAULO SEGUNDO CONDIÇÃO DE ATIVIDADE: MENSURAÇÃO E CARACTERIZAÇÃO DA PIA E DA PEA

A tabela 6, elaborada a partir de dados da PNAD, revela a distribuição da população da RMSP segundo a condição de atividade.

A primeira das informações refere-se à População em Idade Ativa (PIA), isto é, à população com possibilidades de participar da vida produtiva e que no Brasil refere-se àqueles com 10 anos ou mais de idade. Entre 2001 e 2008 a PIA da RMSP apresentou crescimento de aproximadamente 10%, variou de pouco mais de 15,3 milhões de pessoas para 16,8 milhões, percentual inferior ao verificado para o país no mesmo período (em torno de 15%) e semelhante ao percentual para o estado de São Paulo (10%). Entretanto, nem toda população que compõe a PIA está presente no

mercado de trabalho. Apenas aqueles que estão ocupados ou desempregados fazem parte da População Economicamente Ativa (PEA) que, no período estudado, teve incremento de mais de 15% na RMSP.

A Taxa de Participação – a relação entre a PEA e a PIA – também é um indicador que confirma a incorporação de mais pessoas no mercado de trabalho. Entre os oito anos analisados pelos dados da PNAD, a taxa passou de 60,1% para 63,3% (avanço de pouco mais de 3%). Entretanto, foi em 2005 que a taxa apresentou maior percentual: 63,9%.

Além disso, a Taxa de desocupação acompanhou todo o movimento descrito anteriormente, ou seja, entre 2001 e 2008 a proporção de desocupados na PEA recuou de 13,2% para 9%, melhor resultado da série estudada.

Tabela 6: Estimativas da População em Idade Ativa (PIA), da População Economicamente Ativa (PEA), dos ocupados e desocupados, RMSP – 2001 a 2008

Estiativas	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008
PIA (10 anos ou mais)	15.329.764	15.374.928	15.658.499	15.774.319	16.105.186	16.280.985	16.596.539	16.873.383
PEA	9.213.874	9.598.776	9.576.560	9.723.310	10.297.137	10.378.167	10.567.842	10.685.295
Ocupados	8.001.206	8.305.661	8.178.720	8.361.365	8.915.762	9.129.952	9.420.181	9.720.894
Desocupados	1.212.668	1.293.115	1.397.840	1.361.945	1.381.375	1.248.215	1.147.661	964.401
Taxa de Participação (%)	60,1	62,4	61,2	61,6	63,9	63,7	63,7	63,3
Taxa de Desocupação (%)	13,2	13,5	14,6	14,0	13,4	12,0	10,9	9,0

Fonte: PNAD, 2001 – 2008 / IBGE

A participação da RMSP em relação à PIA do estado de São Paulo, apresentou relativa estabilidade no transcorrer dos oito anos estudados, recuou de 48,2% para 47,9%. Algo parecido ocorreu com a PEA, a variação foi de apenas 0,1 p.p. entre 2001 e 2008. Por outro lado, quando considerada a população desocupada, percebe-se o encolhimento de 3 p.p. na participação da RMSP frente ao total de desocupados no estado de São Paulo, fato que indica que a metrópole paulista elevou o nível de ocupação em ritmo superior se comparada com a Unidade da Federação.

Tabela 7: Participação da RMSP em relação ao Estado de São Paulo PIA, PEA e população desocupada, 2001 a 2008 (em %)

Ano	PIA	PEA	População desocupada
2001	48,2	48,5	56,9
2002	48,0	49,2	57,5
2003	47,9	48,3	57,0
2004	47,9	48,3	60,2
2005	47,9	48,9	56,8
2006	47,7	48,5	58,2
2007	47,8	48,6	56,7
2008	47,9	48,4	53,9

Fonte: PNAD, 2001 – 2008 / IBGE

Caracterização da População em Idade Ativa – PIA:

Com relação às características da PIA, a tabela 8 revela que do total de mais de 16,8 milhões de pessoas em 2008, 52,6% eram do sexo feminino, sendo que nos sete anos anteriores a predominância de mulheres na composição da PIA permaneceu, apresentando percentuais semelhantes entre os anos. Além disso, a participação das mulheres na PIA da RMSP é bastante parecida tanto com a do município de São Paulo (53,1%) como com a que apresenta o Estado de São Paulo (52%).

A distribuição da PIA segundo faixas de idade (Tabela 9) mostra um processo de envelhecimento no período compreendido entre 2001 e 2008: enquanto que a participação das faixas de 10 a 14 anos e de 15 a 24 anos apresentou encolhimento, a faixa de 60 anos ou mais ganhou importância (passou de 10, 2% para 13,3% do total da população em idade ativa).

Tabela 8: Pessoas de 10 anos e mais de idade por sexo segundo ano de referência RMSP – 2001 a 2008

Ano	Sexo				Total	
	Masculino		Feminino		N.	%
	N.	%	N.	%		
2001	7.242.435	47,2	8.087.329	52,8	15.329.764	100,0
2002	7.304.262	47,5	8.070.666	52,5	15.374.928	100,0
2003	7.376.874	47,1	8.281.625	52,9	15.658.499	100,0
2004	7.404.107	46,9	8.370.212	53,1	15.774.319	100,0
2005	7.544.899	46,8	8.560.287	53,2	16.105.186	100,0
2006	7.681.567	47,2	8.599.418	52,8	16.280.985	100,0
2007	7.808.527	47,0	8.788.012	53,0	16.596.539	100,0
2008	7.993.502	47,4	8.879.881	52,6	16.873.383	100,0

Fonte: PNAD, 2001-2008 / IBGE

Tabela 9: Pessoas de 10 anos e mais de idade por faixa de idade, RMSP – 2001 a 2008

Ano	Faixas de Idade					Total
	de 10 a 14	De 15 a 24	De 25 a 39	De 40 a 59	60 ou mais	
	%	%	%	%	%	
2001	10,5	23,2	28,9	28,9	10,2	100,0
2002	10,2	22,8	29,6	29,6	10,6	100,0
2003	9,8	23,4	28,9	28,9	11,1	100,0
2004	9,8	22,0	29,0	29,0	11,3	100,0
2005	9,7	22,4	27,9	27,9	11,5	100,0
2006	9,5	20,8	29,5	29,5	12,0	100,0
2007	9,9	19,9	28,9	28,9	12,5	100,0
2008	9,3	19,5	28,5	28,5	13,3	100,0

Fonte: PNAD, 2001 – 2008 / IBGE

Com relação à cor/raça da População em Idade Ativa (Tabela 10), verifica-se um comportamento diferente. Apesar de se manter em patamar elevado, gradativamente o percentual de pessoas brancas recuou de 67,3% em 2001 para 61% em 2008. Esta tendência de encolhimento foi verificada no município sede e no estado, porém o percentual de brancos registrados em 2008 foi superior, 64,2% e 65,8%, respectivamente.

Tabela 10: Pessoas de 10 anos e mais de idade por cor ou raça, RMSP – 2001 a 2008

Ano	Cor ou raça				Total	
	Branco		Não Branco ¹		N.	%
	N.	%	N.	%		
2001	10.088.893	67,3	4.911.874	32,7	15.000.767	100,0
2002	9.901.476	65,5	5.210.836	34,5	15.112.312	100,0
2003	10.139.416	66,1	5.203.641	33,9	15.343.057	100,0
2004	10.023.581	64,8	5.456.754	35,2	15.480.335	100,0
2005	9.814.470	62,3	5.929.129	37,7	15.743.599	100,0
2006	9.879.066	62,2	6.004.201	37,8	15.883.267	100,0
2007	10.265.561	63,1	5.992.827	36,9	16.258.388	100,0
2008	10.031.795	61,0	6.417.142	39,0	16.448.937	100,0

Fonte: PNAD, 2001 – 2008 / IBGE

Nota 1: Não branco corresponde à pretos e pardos.

No que diz respeito à escolaridade, observa-se que em 2008 pouco mais de um terço da população em idade ativa possuía entre 9 e 11 anos de estudo, o que equivale ao ensino médio, e somente 16,6% do total da PIA alcançou 12 anos ou mais de estudo, isto é, ao menos iniciou o ensino superior. Além do que é apresentado na tabela 11 a seguir, quando considerados outros recortes espaciais, conclui-se que o município sede apresentava ocorrência mais elevada na faixa de 12 ou mais: 19,1% ao menos ingressou no ensino superior. Por outro lado, no estado de São Paulo como um todo em 2008, 27,8% não ultrapassou sequer o ensino fundamental (0 a 4 anos de estudo).

Tabela 11: Pessoas de 10 anos e mais de idade por faixa de escolaridade, RMSP – 2001 a 2008

Ano	Faixa de escolaridade (em anos)								Total	
	De 0 a 4		De 5 a 8		De 9 a 11		12 para cima			
	N.	%	N.	%	N.	%	N.	%	N.	%
2001	4.767.979	31,2	4.625.922	30,3	3.892.916	25,5	1.984.379	13,0	15.271.196	100,0
2002	4.541.348	29,6	4.490.495	29,3	4.212.878	27,5	2.086.850	13,6	15.331.571	100,0
2003	4.487.741	28,7	4.321.047	27,7	4.595.673	29,4	2.220.025	14,2	15.624.486	100,0
2004	4.410.925	28,1	4.178.900	26,6	4.933.432	31,4	2.187.307	13,9	15.710.564	100,0
2005	4.401.307	27,4	4.202.899	26,2	5.071.788	31,6	2.366.880	14,8	16.042.874	100,0
2006	4.113.532	25,3	4.167.693	25,7	5.393.201	33,2	2.571.593	15,8	16.246.019	100,0
2007	4.062.298	24,5	4.282.837	25,8	5.475.514	33,0	2.763.026	16,7	16.583.675	100,0
2008	4.163.528	24,7	4.210.958	25,0	5.674.819	33,7	2.801.372	16,6	16.850.677	100,0

Fonte: PNAD, 2001 – 2008 / IBGE

Caracterização da População Economicamente Ativa – PEA

A participação da população ocupada em relação ao total da PEA atingiu patamar mais elevado no último ano do período analisado: são mais de 9,7 milhões de pessoas, o que representa 91% do total de pessoas inseridas no mercado de trabalho. Considerando-se outros recortes espaciais, como o estado de São Paulo e município de São Paulo, entre os anos de 2001 e 2008 o avanço no total de ocupados também ocorreu; deve-se pontuar, entretanto, que a população ocupada do estado de São Paulo atingiu quase 92% em 2008 (Tabela 12).

Tabela 12: População economicamente ativa por condição de ocupação, RMSP – 2001 a 2008

Ano	Condição de ocupação				Total	
	População ocupada		População desocupada			
	N.	%	N.	%	N.	%
2001	8.001.206	86,8	1.212.668	13,2	9.213.874	100,0
2002	8.305.661	86,5	1.293.115	13,5	9.598.776	100,0
2003	8.178.720	85,4	1.397.840	14,6	9.576.560	100,0
2004	8.361.365	86,0	1.361.945	14,0	9.723.310	100,0
2005	8.915.762	86,6	1.381.375	13,4	10.297.137	100,0
2006	9.129.952	88,0	1.248.215	12,0	10.378.167	100,0
2007	9.420.181	89,1	1.147.661	10,9	10.567.842	100,0
2008	9.720.894	91,0	964.401	9,0	10.685.295	100,0

Fonte: PNAD, 2001 - 2008 / IBGE

A disseminação da proteção social⁶⁵ é apresentada na tabela abaixo. Exatamente 64% do universo dos ocupados de 2008 na RMSP contribuíam com a Previdência Social, frente a pouco menos de 60% em 2001. Esse percentual é semelhante ao apresentado para o estado de São Paulo (64,5%), assim como para o município sede da RMSP (64,2%).

Tabela 13: População ocupada por condição de proteção no trabalho, RMSP – 2001 a 2008

Ano	Condição de proteção no trabalho				Total	
	Protegido		Não Protegido		N.	%
	N.	%	N.	%		
2001	4.771.435	59,6	3.229.771	40,4	8.001.206	100,0
2002	4.717.244	56,8	3.588.417	43,2	8.305.661	100,0
2003	4.900.898	59,9	3.277.822	40,1	8.178.720	100,0
2004	4.986.548	59,6	3.374.817	40,4	8.361.365	100,0
2005	5.250.785	58,9	3.664.977	41,1	8.915.762	100,0
2006	5.536.556	60,6	3.593.396	39,4	9.129.952	100,0
2007	5.918.391	62,8	3.501.790	37,2	9.420.181	100,0
2008	6.217.686	64,0	3.503.208	36,0	9.720.894	100,0

Fonte: PNAD, 2001 - 2008 / IBGE

Já a distribuição da PEA, na RMSP, segundo o sexo revela diferenças na inserção de homens e mulheres no mercado de trabalho. Enquanto que para os de sexo masculino 93,3% encontravam-se em 2008 ocupados, para o sexo feminino a situação era menos favorável, já que o percentual de ocupação registrado foi de 88,3% (Tabela 14). A melhor condição foi identificada no estado de São Paulo, onde 94,2% dos homens e 89,1% das mulheres estavam ocupados naquele ano.

Tabela 14: População economicamente ativa por condição de ocupação e sexo, RMSP – 2001 a 2008

Ano	Condição de ocupação							
	Masculino				Feminino			
	População ocupada		População desocupada		População ocupada		População desocupada	
	N.	%	N.	%	N.	%	N.	%
2001	4.576.816	88,4	602.891	11,6	3.424.390	84,9	609.777	15,1
2002	4.749.725	88,8	598.612	11,2	3.555.936	83,7	694.503	16,3
2003	4.597.362	87,4	660.648	12,6	3.581.358	82,9	737.192	17,1
2004	4.692.552	88,3	624.283	11,7	3.668.813	83,3	737.662	16,7
2005	4.926.109	89,2	598.534	10,8	3.989.653	83,6	782.841	16,4
2006	5.090.732	91,0	501.727	9,0	4.039.220	84,4	746.488	15,6
2007	5.142.893	91,3	492.513	8,7	4.277.288	86,7	655.148	13,3
2008	5.407.297	93,3	390.896	6,7	4.313.597	88,3	573.505	11,7

Fonte: PNAD, 2001 - 2008 / IBGE

A proteção no trabalho de acordo com o sexo mostra maior ocorrência de homens com contribuição previdenciária em qualquer um dos três recortes geográficos. Na RMSP 67,3% dos trabalhadores de sexo masculino estavam protegidos em 2008, para o sexo feminino o percentual foi de 59,8%, ocorrência pouco inferior ao ano de 2007, momento no qual 60, 1% das mulheres ocupadas contavam com a proteção no trabalho (Tabela 15). O percentual de proteção para os homens alcançou 67,5% no Estado de São Paulo, enquanto para as mulheres verificou-se cenário mais positivo no município de São Paulo (60, 9% do total de ocupadas contribuía com a Previdência Social).

Tabela 15: População ocupada por condição de proteção no trabalho e sexo, RMSP – 2001 a 2008

Ano	Condição de proteção no trabalho							
	Masculino				Feminino			
	Protegido		Não Protegido		Protegido		Não Protegido	
	N.	%	N.	%	N.	%	N.	%
2001	2.835.307	61,9	1.741.509	38,1	1.936.128	56,5	1.488.262	43,5
2002	2.757.932	58,1	1.991.793	41,9	1.959.312	55,1	1.596.624	44,9
2003	2.857.689	62,2	1.739.673	37,8	2.043.209	57,1	1.538.149	42,9
2004	2.905.506	61,9	1.787.046	38,1	2.081.042	56,7	1.587.771	43,3
2005	3.016.388	61,2	1.909.721	38,8	2.234.397	56,0	1.755.256	44,0
2006	3.214.062	63,1	1.876.670	36,9	2.322.494	57,5	1.716.726	42,5
2007	3.347.412	65,1	1.795.481	34,9	2.570.979	60,1	1.706.309	39,9
2008	3.637.438	67,3	1.769.859	32,7	2.580.248	59,8	1.733.349	40,2

Fonte: PNAD, 2001 - 2008 / IBGE

No último momento do período estudado, a PEA da RMSP era composta por 61% de pessoas de cor branca e, conseqüentemente, de 39% de não brancos. Além disso, observou-se que o nível de ocupação da população branca foi sensivelmente mais elevado que para os não brancos, isto é, ao passo que 92,5% dos brancos encontravam-se ocupados, o percentual para os não brancos era de 89% (Tabela 16). A situação mais favorável para os brancos e não brancos foi identificada no estado de São Paulo: 93,0% e 90,2% de ocupados, respectivamente.

Tabela 16: População economicamente ativa por condição de ocupação e cor ou raça, RMSP – 2001 a 2008

Ano	Condição de ocupação							
	Branco				Não Branco			
	População ocupada		População desocupada		População ocupada		População desocupada	
	N.	%	N.	%	N.	%	N.	%
2001	5.341.613	88,9	669.205	11,1	2.482.180	82,3	533.990	17,7
2002	5.367.626	88,3	714.511	11,7	2.779.638	83,1	565.264	16,9
2003	5.345.625	86,9	805.208	13,1	2.656.245	82,2	575.626	17,8
2004	5.315.096	87,3	770.407	12,7	2.881.574	83,2	582.682	16,8
2005	5.469.365	88,3	724.913	11,7	3.234.885	83,5	640.662	16,5
2006	5.586.370	89,4	659.946	10,6	3.303.208	85,4	565.542	14,6
2007	5.789.763	89,9	652.388	10,1	3.423.673	87,6	485.165	12,4
2008	5.774.476	92,5	469.860	7,5	3.703.595	89,0	459.007	11,0

Fonte: PNAD, 2001 - 2008 / IBGE

Conforme os dados da tabela 17, em 2008 o trabalhador branco contava com proteção no trabalho em percentual mais elevado que os não brancos, a diferença era de pouco mais de 4 p.p.: enquanto que 65,7% dos ocupados brancos contribuíam para a Previdência social, esse percentual foi de 6,5% para os demais. Para o total do estado de São Paulo e para o município núcleo o percentual de proteção dos não brancos foi ligeiramente superior, 61,6% e 62,0%, respectivamente.

Tabela 17: População ocupada por condição de proteção no trabalho e cor ou raça, RMSP – 2001 a 2008

Ano	Indicador de proteção							
	Branco				Não Branco			
	Protegido		Não Protegido		Protegido		Não Protegido	
	N.	%	N.	%	N.	%	N.	%
2001	3.276.288	61,3	2.065.325	38,7	1.384.053	55,8	1.098.127	44,2
2002	3.189.043	59,4	2.178.583	40,6	1.426.495	51,3	1.353.143	48,7
2003	3.313.469	62,0	2.032.156	38,0	1.481.998	55,8	1.174.247	44,2
2004	3.290.734	61,9	2.024.362	38,1	1.587.788	55,1	1.293.786	44,9
2005	3.345.474	61,2	2.123.891	38,8	1.771.032	54,7	1.463.853	45,3
2006	3.508.650	62,8	2.077.720	37,2	1.878.437	56,9	1.424.771	43,1
2007	3.775.620	65,2	2.014.143	34,8	2.025.157	59,2	1.398.516	40,8
2008	3.793.372	65,7	1.981.104	34,3	2.277.240	61,5	1.426.355	38,5

Fonte: PNAD, 2001 - 2008 / IBGE

Ao se analisar a condição de ocupação de acordo com a escolaridade da PEA, observa-se relativa homogeneidade nos resultados em 2008. Porém, é interessante notar que de 2001 a 2008 o nível de ocupação das pessoas com 12 ou mais anos de estudo (o que nos garante que no mínimo a pessoa iniciou o ensino superior) sempre se manteve acima de 93%, com seu patamar mais elevado no último ano da série (95,7%). Para as demais faixas observa-se que a de 0 a 4 anos de estudo é a que mais se aproxima da escolaridade superior: 92,3% da PEA estava ocupada.

Por fim, quando se compara os resultados da RMSP com o estado de São Paulo e município sede, não é possível encontrar diferenças significativas. A única informação que deve ser destacada é que a ocupação na faixa de 12 anos ou mais de estudo atingiu 96,1% na cidade de São Paulo.

Tabela 18: População economicamente ativa por condição de ocupação e faixa de escolaridade, RMSP – 2001 a 2008

Ano	Condição de ocupação							
	De 0 a 4		De 5 a 8		De 9 a 11		12 ou mais	
	Ocupados	Desocupados	Ocupados	Desocupados	Ocupados	Desocupados	Ocupados	Desocupados
	%	%	%	%	%	%	%	%
2001	87,6	12,4	82,9	17,1	85,8	14,2	94,3	5,7
2002	88,9	11,1	83,3	16,7	83,5	16,5	93,7	6,3
2003	87,5	12,5	82,5	17,5	81,8	18,2	93,6	6,4
2004	88,9	11,1	82,7	17,3	82,8	17,2	94,1	5,9
2005	89,5	10,5	83,0	17,0	83,8	16,2	93,4	6,6
2006	89,8	10,2	86,3	13,7	85,0	15,0	94,1	5,9
2007	92,4	7,6	86,9	13,1	86,0	14,0	95,0	5,0
2008	92,3	7,7	89,4	10,6	88,7	11,3	95,7	4,3

Fonte: PNAD, 2001 - 2008 / IBGE

Quando o assunto é remuneração, nota-se que a renda média da população ocupada da RMSP tem um comportamento bastante instável. Entre os anos de 2001 e 2004 a trajetória foi de queda gradual, recuou de R\$ 1.631,88 para R\$ 1.329,29 mensais. No momento seguinte iniciou uma recuperação que se manteve até 2007. Entretanto a remuneração média verificada em 2008 voltou a diminuir e encerrou o período analisado em patamar aproximadamente 10% menor que o apurado em 2001 (Tabela 19).

Tabela 19: População ocupada por renda média, RMSP – 2001 a 2008

Ano	Renda Total ¹		
	Média	N.	Desvio Padrão
2001	1.631,88	7.460.308	2.716,50
2002	1.582,99	7.815.416	2.495,41
2003	1.423,03	7.725.522	2.109,26
2004	1.329,29	7.839.768	2.356,44
2005	1.436,41	8.491.874	2.359,25
2006	1.440,51	8.574.906	2.131,05
2007	1.493,65	8.840.392	2.110,09
2008	1.459,34	9.240.184	2.299,77

Fonte: PNAD, 2001 - 2008 / IBGE

Nota 1: Preços constantes de 2008 - Deflacionada pelo INPC.

3. Estrutura sócio-ocupacional de São Paulo na década de 2000

3.1 PERFIL E EVOLUÇÃO DA ESTRUTURA SÓCIO-OCUPACIONAL

A tabela 20 mostra a distribuição da população ocupada nos 3 grandes recortes territoriais: Estado de São Paulo, Região Metropolitana e Município de São Paulo.

Apenas no estado os agricultores tem peso significativo; na metrópole e no município representam cerca de apenas 50 mil e 15 mil ocupados em 2008.

As 3 estruturas apresentam diferenças: no núcleo, o peso das categorias superiores é maior que na metrópole, que por sua vez é maior que no estado; o peso das categorias média obedece ao mesmo gradiente; de outro lado, as categorias manuais urbanas são semelhantes no estado e na metrópole, mas apresentam proporção menor no núcleo. Pode-se afirmar que no núcleo as categorias encontram-se mais equilibradas, enquanto que no estado o peso parece ser maior nas categorias hierarquicamente inferiores. Sumarizando, a estrutura do estado e da metrópole aproxima-se mais do que podemos chamar de “médio-operária”, enquanto que a do núcleo é claramente “médio-terciária” já em 2001, e este perfil acentua-se em 2008.

Tabela 20: População ocupada por categorias socioocupacionais, em percentual, do Estado de São Paulo, Grande São Paulo e Município de São Paulo, 2001 e 2008 (em %)

Categorias sócioocupacionais	Estado	Grande	Município
------------------------------	--------	--------	-----------

	de São Paulo		São Paulo		de São Paulo	
	2001	2008	2001	2008	2001	2008
Dirigentes	1,2	0,9	1,4	0,9	1,9	0,9
Profissionais de nível superior	5,9	7,2	6,8	8,1	7,8	9,8
Pequenos empregadores	3,3	2,6	2,7	2,3	3,0	2,4
Categorias superiores	10,4	10,7	10,9	11,3	12,7	13,1
Categorias médias	25,4	27,1	30,2	30,2	31,8	31,6
Trabalhadores do terciário	17,4	19,4	18,6	21,0	19,7	21,4
Trabalhadores do secundário	24,0	23,8	22,5	22,2	18,6	19,3
Trabalhadores do terciário não especializado	17,0	14,9	17,2	14,7	16,8	14,2
Trabalhadores manuais urbanos	58,4	58,1	58,3	57,9	55,1	54,9
Agricultores	5,8	4,1	0,7	0,6	0,2	0,3
Total	100,00	100,00	100,0	100,00	100,0	100,0

Fonte: PNAD 2001 e 2008

Analisando as categorias superiores, elas apresentam uma gradação de menor para maior inversamente proporcional ao tamanho da população. Ou seja, tem mais peso no município que na metrópole, e na metrópole em relação ao estado. Mas, em todos os recortes territoriais as proporções subiram entre 2001 e 2008. E, em todos os territórios, houve perda dos dirigentes e grande aumento dos profissionais de nível superior. O ganho entre os profissionais de nível superior pode ser explicado pelo maior acesso à educação superior, inclusive pela proliferação de institutos de estudos superiores tem caracterizado as duas últimas décadas. Essa educação superior nem sempre se traduz em melhora substantiva de padrão de vida. A redução dos dirigentes no estado é apenas relativa, já que o seu número absoluto subiu em 7.795. Ou seja, os dirigentes no estado aumentaram a taxa de 0,67% anuais, taxa esta menor que a taxa de aumento da população ocupada estadual, que foi de 2,77% anuais. Mas no estado houve ganho absoluto de dirigentes. Na metrópole e no núcleo, além da perda relativa, percebeu-se perda absoluta: na metrópole constatou-se perda de 22mil (21%) e no núcleo, de 38,5 mil (43,8%). Fica uma pergunta: para onde estão indo estes dirigentes?

Ainda analisando as categorias superiores, o aumento relativo dos profissionais de nível superior foi de 1,3 ponto percentual no estado, 1,3 na

metrópole e 2 pontos percentuais no núcleo. Seja, no município de São Paulo este fenômeno é mais forte. De outro lado, há perda relativa de pequenos empregadores nos 3 recortes territoriais.

As categorias médias são as de maior peso nos 3 territórios, mas o peso é ainda mais significativo no município. É nele que a estrutura se torna mais média.

Os trabalhadores do terciário têm crescimento importante nos 3 recortes territoriais, com crescimento de 2 pontos percentuais no estado, 2,4 pontos percentuais na metrópole e 1,7 pontos percentuais no núcleo, onde mostravam maior peso. Chama a atenção que o maior crescimento relativo tenha sido na metrópole. Será que a Grande São Paulo está caminhando para um perfil médio terciário, perdendo seu perfil operário?

Os trabalhadores do secundário mantêm seu peso relativo no estado e na metrópole, e, curiosamente, aumentam seu peso no núcleo entre 2001 e 2008. Houve um aumento de mais de 200 mil operários neste período, que representa um incremento de 24% nestes 7 anos. E esta recuperação se deu entre 2007 e 2008. Até então, o número absoluto de trabalhadores do secundário ficava em torno de 880 mil. Talvez um certo tipo de indústria esteja resistindo na cidade.

O peso dos trabalhadores do terciário não especializado caiu no período em todos os recortes territoriais: estado, metrópole, núcleo. Não se vê, assim, o aumento da base da pirâmide social nos anos 2000.

3.2 DEMOGRAFIA DOS OCUPADOS NO ESTADO, METRÓPOLE E MUNICÍPIO DE SÃO PAULO

Neste item serão examinados sexo, idade e cor dos ocupados nas diversas categorias sócioocupacionais nos 3 recortes territoriais.

Verifica-se que tanto no estado, como na metrópole e no município os homens predominam entre os dirigentes, pequenos empregadores, trabalhadores do secundário e agricultores; as mulheres predominam entre os profissionais de nível superior e entre os trabalhadores do terciário não especializado (provavelmente devido à presença de empregadas domésticas) e aparecem de forma significativa nas ocupações médias e entre os trabalhadores do terciário.

Tabela 21: Proporção de homens nas diversas categorias sócioocupacionais no estado, metrópole e município de São Paulo, em %, 2001 e 2008

Categorias sócio-ocupacionais	Estado		Metrópole		Núcleo	
	2001	2008	2001	2008	2001	2008
Dirigentes	81,8	76,4	79,7	71,8	76,5	74,0
Profissionais de nível superior	39,6	42,5	42,2	45,8	43,9	46,3
Pequenos empregadores	73,1	65,4	69,4	67,4	66,7	66,7
Ocupações médias	55,0	54,1	53,9	54,0	52,8	53,9
Trabalhadores do terciário	50,5	42,8	53,3	43,9	54,2	44,7
Trabalhadores do secundário	83,2	82,7	81,1	82,3	77,2	80,6
Trabalhadores do terciário não especializado	34,0	33,1	35,4	35,9	35,8	37,8
Agricultores	74,4	74,0	58,1	64,6	84,6	56,2

Fonte: PNAD 2001 e 2008

A predominância masculina entre os dirigentes é maior no estado que na metrópole e no município. Pode ser que estes dois últimos segmentos espaciais concentrem mais mulheres executivas, talvez pelo tipo de empresa que aqui se concentra. Entre os pequenos empregadores quase não existe diferença. Entre os trabalhadores do secundário a diferença é pequena, com maior presença feminina no núcleo. Aqui também acredito que isso se deva ao tipo de indústria localizado preferencialmente no município, onde se agrupam confecções.

Entre os profissionais de nível superior a presença das mulheres, embora majoritária, é decrescente nos 3 recortes: há aumento de 2,9 pontos percentuais no estado 3,6 pontos percentuais na metrópole e 2,4 pontos percentuais na município. Isso poderia significar uma crescente escolaridade entre os homens, inclusive pela maior oferta de cursos noturnos? Entre os trabalhadores do terciário a presença das mulheres, já alta em 2001, aumenta tanto no estado, como na metrópole e no município, entre 8 a 10 pontos percentuais; entre os trabalhadores do terciário não especializado, a maioria feminina se conserva

Tabela 22: Proporção de brancos nas diversas categorias sócioocupacionais no estado, metrópole e município de São Paulo, em %, 2001 e 2008

Categorias sócioocupacionais	Estado		Metrópole		Núcleo	
	2001	2008	2001	2008	2001	2008
Dirigentes	89,4	91,4	96,5	88,9	95,7	91,5
Profissionais de nível superior	90,0	87,6	88,9	86,2	90,1	87,5

Pequenos empregadores	92,4	83,9	91,4	78,4	92,0	81,1
Ocupações médias	81,1	74,1	76,4	70,6	79,1	72,6
Trabalhadores do terciário	76,6	64,0	69,8	57,2	71,3	59,1
Trabalhadores do secundário	66,0	57,8	57,5	50,2	58,9	51,6
Trabalhadores do terciário não especializado	60,9	51,1	53,2	44,6	55,4	48,5
Agricultores	71,6	51,6	63,2	54,7	18,2	60,0

Fonte: PNAD 2001 e 2008

Em relação à cor, predominam os brancos em todas as CATs, o que reflete a estrutura de cor na metrópole e no núcleo, onde cerca de 33% da população não era branca em 2000. A presença de não brancos se eleva à medida que se desce na hierarquia social, atingindo seu menor percentual entre os trabalhadores do terciário não especializado. Historicamente, os pretos e pardos têm menor renda e menor escolaridade que os brancos, o que se reflete numa menor preparação profissional. Na metrópole e no núcleo, o único ocupacional com proporção de brancos inferior ao de pardos e pretos foi entre estes trabalhadores.

Em todas as categorias socioocupacionais a proporção de não brancos aumentou entre 2001 e 2008, mostrando a entrada deste grupo inclusive nas categorias superiores, com exceção dos dirigentes no estado, onde a proporção de brancos sofreu ligeira subida. Mas deve ser notado que a proporção de não brancos aumentou de forma mais significativa entre as ocupações hierarquicamente inferiores: entre os profissionais de nível superior, o aumento foi de 2,4 para a UF, 2,7 para a metrópole e 2,6 para o núcleo; entre os trabalhadores do terciário não especializado, foi de 9,8, 8,6 e 6,9, para os mesmos segmentos espaciais.

Tabela 23: Idade média nas diversas categorias sócioocupacionais no estado, metrópole e município de São Paulo, 2001 e 2008

Categorias sócio-ocupacionais 2001		Estado		Região metropolitana		Município	
		2008	2001	2008	2001	2008	
Dirigentes	média	44,74	47,17	46,26	49,21	45,55	50,68
	C.V	24,05	25,50	22,59	22,28	23,12	22,74
Profissionais de nível superior	média	38,62	38,50	39,06	38,92	40,31	39,33
	C.V	28,82	30,52	29,08	31,33	29,19	31,98
Pequenos empregadores	média	43,04	45,27	44,58	45,07	45,45	46,15
	C.V	29,01	27,15	28,09	26,82	27,58	27,48

Ocupações médias	média	33,67	34,92	33,49	34,89	33,83	35,59
	C.V	35,31	35,29	35,69	35,30	35,92	35,61
Trabalhadores do terciário	média	34,02	34,82	34,75	35,14	35,14	34,73
	C.V	38,86	39,18	38,47	39,11	38,84	39,42
Trabalhadores do secundário	média	35,99	37,75	36,83	38,90	36,91	39,35
	C.V	35,24	34,53	34,72	33,35	35,57	33,20
Trabalhadores do terciário não especial.	média	37,17	40,24	37,40	40,06	37,96	39,98
	C.V	34,85	31,88	33,69	31,15	33,22	31,08
Agricultores	média	37,36	39,86	38,73	43,68	38,38	38,12
	C.V	42,45	39,04	43,77	47,61	46,64	54,16

Fonte: PNAD 2001 e 2008

Em relação à idade média, verifica-se que os trabalhadores do terciário e os das ocupações médias são os mais jovens em média, mas sempre com mais de 30 anos. Os mais velhos são os dirigentes e os pequenos empregadores, com mais de 40 anos. Os dirigentes em 2008 no núcleo apresentam média de mais de 50 anos.

Em relação às categorias superiores, pode-se afirmar que os dirigentes são os mais velhos (inclusive os mais velhos entre todas as categorias) e a idade média está subindo. São homoganeamente velhos, dado que o coeficiente de variação é pequeno, pouco mais de 20% em redor da média. Em segundo lugar, estão os pequenos empregadores, com idade média também subindo, mas de forma menos homogênea, dado que o coeficiente de variação é cerca de 27 a 29%. Os profissionais de nível superior apresentam idade média bem menor, e diminuindo, mas com maior variação em 2008.

Em relação às categorias médias, apresentam idade média baixa, com pequeno aumento no período, e grande variabilidade. É uma categoria heterogênea mesmo em relação à idade.

Em relação às categorias manuais urbanas, os trabalhadores do terciário apresentam média entre 34 e 35 anos, com grande variabilidade. A média se mantém na década, mas a variabilidade aumenta um pouco. Os trabalhadores do secundário têm média um pouco mais alta que os do terciário, e com variabilidade mais de 33% em torno da média. Os trabalhadores do terciário não especializado são os que apresentam a média

mais alta entre os manuais urbanos. A média é crescente, assim como a variabilidade em torno dela.

3.3 ASPECTOS SÓCIO-ECONÔMICOS DOS OCUPADOS NO ESTADO, METRÓPOLE E MUNICÍPIO

Neste item serão examinados escolaridade, renda e condição de proteção social dos ocupados nas diversas categorias sócioocupacionais nos 3 recortes territoriais.

O gradiente de escolaridade segue aproximadamente o gradiente da hierarquia social, com apenas duas diferenças importantes: os profissionais de nível superior apresentam escolaridade média maior que os dirigentes, e as ocupações médias tem escolaridade ligeiramente superior aos pequenos empregadores, em todos os recortes territoriais. A menor escolaridade média foi encontrada entre os agricultores e, em segundo lugar, entre os trabalhadores do terciário não especializado, que é de apenas 45% a dos profissionais de nível superior.

Deve-se notar que houve aumento de escolaridade em todas as categorias sócio ocupacionais. E este aumento foi maior nas categorias com menor escolaridade, chegando a 2 anos entre os trabalhadores do terciário não especializado no município de São Paulo no período de 7 anos.

Em relação à variabilidade, o menor coeficiente de variação foi encontrado entre os profissionais de nível superior, até pela própria definição, onde é exigido pelo menos 14 anos de escolaridade. A maior variação foi encontrada entre os agricultores e entre os trabalhadores do terciário não especializado.

Nota-se, entre os dirigentes, que a média de escolaridade aumenta à medida que aumenta o nível de concentração urbana: assim, no núcleo a média é superior à metrópoles, por sua vez superior ao estado.

Tabela 24: Escolaridade média, em anos, das diversas categorias sócio-ocupacionais no estado, metrópole e município de São Paulo, 2001 e 2008

Categorias sócio-ocupacionais	Estado		Metrópole		Núcleo	
	2001	2008	2001	2008	2001	2008
Dirigentes	12,39	12,89	12,87	13,02	12,80	13,42
Profissionais de nível superior	14,61	14,66	14,63	14,63	14,69	14,65
Pequenos empregadores	10, 02	10, 53	10, 19	10, 60	10, 63	10, 93

Ocupações médias	10, 54	11,22	10, 62	11,34	10, 88	11,45
Trabalhadores do terciário	8,01	8,91	7,96	8,80	8,09	8,92
Trabalhadores do secundário	6,48	7,64	6,48	7,58	6,44	7,50
Trabalhadores do terciário não especializado	5,45	6,57	5,47	6,73	5,57	6,77
Agricultores	4,32	5,11	4,76	5,48	5,62	6,44

Fonte: PNAD 2001 e 2008

Tabela 25: Renda média, em reais de 2008, das diversas categorias sócio-ocupacionais no estado, metrópole e município de São Paulo, 2001 e 2008

Categorias sócioocupacionais	Estado		Metrópole		Núcleo	
	2001	2008	2001	2008	2001	2008
Dirigentes	9.686,25	8514,45	11.600,41	10.047,64	11.394,18	11.445,46
Profissionais superiores	3,846,16	3.116,01	4.190,69	3.373,27	4.790,77	3.634,74
Pequenos empregador.	3.606,64	3.390,37	4.199,07	3.310,66	4.497,34	3.676,98
Ocupações médias	1.661,40	1.573,59	1.785,73	1.638,64	1.889,98	1.757,72
Trabalhador do terciário	1.056,11	880,88	1.194,84	881,28	1.260,35	932,19
Trabalhador secundário	998,59	1.051,46	1.094,69	1.040,78	1.096,70	1.030,35
Trabalhador terciário não especializado	584,08	606,91	647,54	639,19	686,05	660,22
Agricultores	598,89	689,10	607,63	830,85	628,68	754,61

Fonte: PNAD 2001 e 2008

Analisando se a tabela acima, percebem-se algumas comunalidades e algumas diferenças entre os três recortes territoriais:

Praticamente todas categorias, em todos os recortes territoriais, perdem renda média no período entre 2001 e 2008, a não ser os trabalhadores do terciário não especializado, onde o rendimento médio se manteve praticamente estável. Esta perda vai de 13% entre dirigentes e 5% entre secundários para atingir até 25% entre ocupações médias e trabalhadores do terciário. Há exceções, como ganho de renda entre os trabalhadores do terciário não especializado no estado e o entre os dirigentes na capital, mas este ganho foi pequeno, ainda mais quando comparado com a perda de 25% entre as categorias médias.

Tanto no estado, como na metrópole e no núcleo são os dirigentes os detentores a maior renda média. Mas a relação entre a renda média dos dirigentes e a camada social urbana de menor renda tem diminuído no estado e na metrópole, mas não no município: os dirigentes ganhavam em média 16,6 vezes o que ganhavam os trabalhadores do terciário não especializado no estado em 2001; esta proporção desce para 14 vezes em 2008. Além disso, a renda média dos dirigentes no estado apresentou menor variabilidade em 2008 que em 2001 (coeficiente de variação de 94% em 2001 e 78% em 2008). Na metrópole os dirigentes usufruíam de renda média 17,9 vezes maior que os trabalhadores do terciário não especializado em 2001 e 15,7 em 2008, também com variabilidade menor na década. Já no capita do estado o diferencial de renda aumentou, de 16,6 vezes em 2001 para 17,3 vezes em 2008. De forma semelhante ao estado e à metrópole, a variabilidade da renda em torno da média no núcleo diminui no período

Percebe-se uma ligeira queda da renda dos dirigentes no estado e na metrópole, mas uma relativa manutenção no núcleo. Não consigo encontrar uma explicação para isso... Mas dá para ver que no núcleo todas as categorias urbanas perderam um pouco de renda, menos os dirigentes. E em todas as cats a variabilidade em torno da média diminuiu entre 2001 e 2008.

Os profissionais de nível superior têm perda de renda no período nos 3 recortes territoriais e apresentam alta variabilidade em torno da média de renda- mais de 100%. O crescimento desta categoria se deu com forte diferencial, o que ocasionou perda de rendimentos médios de 24% no núcleo, 20% na metrópole e 19% no estado. Nota-se que a maior perda foi onde os rendimentos eram maiores: na capital em 2001 a renda média de um profissional de nível superior era $\frac{1}{4}$ maior que no estado e 14% maior que na metrópole.

Os pequenos empregadores também apresentam perda de renda média no período, nos 3 recortes territoriais. Esta perda, entretanto, é ligeiramente menor que a perda apresentada pelos profissionais de nível superior no núcleo e no estado, mas maior na metrópole.

Os ocupados nas ocupações médias têm rendimentos ligeiramente superiores no núcleo. Nos 3 recortes territoriais há perdas, menores que 10%. Sua perda no período é menor que entre os profissionais de nível superior. É a categoria com maior variabilidade em torno da média dos rendimentos: na capital do estado o coeficiente de variação alcança 166%

em 2008. Trata-se de uma categoria extremamente heterogênea, o que se retrata nos rendimentos.

Os trabalhadores do terciário perdem rendimentos no período nos três recortes territoriais, de cerca de 23% no núcleo e na metrópole, e 17% no estado. Trata-se também de categoria que agrega ampla variedade de ocupações e rendas, o que se traduz num coeficiente de variação alto, que atinge 143% na metrópole em 2001.

Os trabalhadores do secundário apresentam perda pequena, praticamente manutenção da renda média na metrópole e no núcleo nos anos 2000, enquanto que no estado chegam mesmo a ter ganho de 5%. A variabilidade em torno da média é bem menor que entre as ocupações médias e do terciário, e diminui no período. A variabilidade da renda entre os operários industriais parece ser mais homogênea que entre os trabalhadores do terciário.

Os trabalhadores do terciário não especializado apresentam a renda mais baixa, menor mesmo que entre os agricultores. No estado estes rendimentos são menores que na metrópole, menores ainda que no núcleo. No estado a renda média subiu 4%, enquanto que na metrópole e na capital desceu 2% e 4%, ou seja, se manteve praticamente estável.

Verificou-se também, para os 3 recortes territoriais, as condições de proteção social dos ocupados, isto é, a existência de proteção previdenciária. São considerados protegidos os empregados com carteira de trabalho, os empregados sem carteira e com contribuição previdenciárias, os por conta própria com contribuição previdenciária, os militares e os funcionários públicos. São não protegidos os empregados sem carteira de trabalho e sem contribuição previdenciária e os por conta própria sem contribuição previdenciária. Não estão contemplados na análise os empregadores.

Tabela 26: Condição de proteção social das diversas categorias sócioocupacionais no estado, metrópole e município de São Paulo, 2001 e 2008, em % de protegidos

Categorias sócio-ocupacionais	estado		Metrópole		Núcleo	
	2001	2008	2001	2008	2001	2008
Dirigentes	95,2	93,3	93,2	100, 0	97,3	100, 0
Profissionais nível superior	86,00	85,4	85,2	85,9	84,7	84,7
Ocupações médias	80, 3	82,7	80, 1	81,4	79,8	80, 0

Trabalhadores do terciário	57,5	63,3	53,3	60,9	53,5	61,8
Trabalhadores do secundário	57,2	64,0	55,1	61,0	51,9	59,9
Trabalhadores do terciário não especializado	48,7	52,1	48,9	52,2	53,0	53,0
Agricultores	49,2	67,8	11,4	33,3	16,7	25,0

Fonte: PNAD 2001 e 2008

Os níveis de proteção social são bastante semelhantes nos 3 recortes territoriais, assim como o gradiente envolvido: de forma geral, o nível de proteção acompanha a hierarquia, sendo maior nas categorias superiores. Entre os trabalhadores manuais, em geral o percentual de protegidos entre os trabalhadores secundários iguala ou ultrapassa o dos trabalhadores do terciário. A proteção dos agricultores aparece com mais intensidade no estado (agroindústria?), quando comparada à dos agricultores na metrópole como um todo e na capital. Mas nota-se que nos 3 recortes é crescente. Entre os dirigentes, o nível de proteção foi levemente reduzido no estado, e ampliada até cobertura total na metrópole e na capital. Entre os profissionais de nível superior, a proporção dos protegidos é menor que entre os dirigentes, e se mantém no período. Nas ocupações médias subiram levemente seu patamar de proteção. Entre os trabalhadores do terciário percebe-se um aumento do nível de proteção, que alcançou 15% de aumento no núcleo. Entre os trabalhadores do secundário houve um aumento da proteção social em todos os recortes também, um pouco menor que o aumento dos terciários. Os trabalhadores do terciário não especializado são os manuais urbanos menos protegidos, e com aumento pequeno, menor que 20%. Na capital, o nível se manteve. São os de menor escolaridade, menos renda e os menos protegidos

Referências bibliográficas

- ARAUJO, M. Fátima (1992). *Uma nova centralidade da Região Metropolitana de São Paulo*. São Paulo em Perspectiva, São Paulo, Fundação SEADE, 6(3):55-59.
- BALTAR, P. E. (2003). Estrutura econômica e emprego urbano na década de 90. In: PRONI, M. W. e Henrique, W. (orgs.), *Trabalho mercado e sociedade: o Brasil nos anos 90*. São Paulo/Campinas: Ed. UNESP/Instituto de Economia da UNICAMP.
- BOGUS, Lucia M. M. e MONTALI, L.T. (1994), A Reestruturação Metropolitana de São Paulo. **Revista Margem**. São Paulo, EDUC/Faculdade de Ciências Sociais da PUC – São Paulo.
- BOGUS, Lucia M. M. e PASTERNAK, Suzana (2009). Como Anda São Paulo. Rio de Janeiro: Letra Capital Editora: Observatório das Metrôpoles, especialmente Introdução, p. 1-9.

CANO, Wilson e SEMEGHINI, Ulisses C. (1991), Setor Terciário no Brasil: algumas reflexões sobre o período 1970/1989. **Anais do IV Encontro Nacional da ANPUR**, Salvador, ANPUR.

CORDEIRO, Helena K. (1993), A Cidade Mundial de São Paulo e o Complexo Corporativo do seu Centro Metropolitano. In: **Fim de Século e Globalização**. São Paulo, Hucitec/ANPUR.

DEDECCA, C.S. e ROSANDISKI, E.N. (2003) Sentos e dissensos: as inovações metodológicas do censo demográfico 2000 **Revista da ABET n° 2(1)**

DEDECCA, C.S. e BALTAR, P.E. **Precariedade ocupacional e relações de trabalho no Brasil nos anos 90**. Trabalho apresentado no XXI Congresso da Associação Latino-Americana de Sociologia, São Paulo, 1997.

EMPLASA. (1994), **A Natureza Recente da Centralidade da Região Metropolitana de São Paulo**. São Paulo, EMLASA, mimeo.

DIEESE (2001). *Mercado de Trabalho no Brasil*. Disponível em: <http://www.dieese.org.br/esp/mercadodetrabalho.pdf>, consultado em 5 de julho de 2010.

FUNDAÇÃO SEADE/DIEESE. **Pesquisa de emprego e desemprego**. São Paulo. Disponível em: <<http://www.seade.gov.br>>.

. Mercado de Trabalho – RMSP- 2003. PED – Região Metropolitana de São Paulo. São Paulo. Disponível em: <<http://www.seade.gov.br>>

_____. Mercado de Trabalho – RMSP- 2005. PED – Região Metropolitana de São Paulo. São Paulo. Disponível em: <<http://www.seade.gov.br>>

_____. Divulgação n° 261. Agosto 2006. PED – Região Metropolitana de São Paulo. São Paulo. Disponível em: <<http://www.seade.gov.br>>.

MONTALI, Lilia (2009). *Os impactos da precarização do trabalho e do desemprego sobre as famílias*. In: BÓGUS, Lúcia M. M. e PASTERNAK, Suzana (orgs). Como Anda São Paulo. Rio de Janeiro: Letra Capital Editora: Observatório das Metrôpoles, p. 175-202.

NEGRI, B. **Concentração e desconcentração industrial em São Paulo (1880-1990)** Campinas, UNICAMP, 1996

PIQUET, R. (2001)- Os marcos da intervenção do estado no urbano In PIQUET,R; RIBEIRO, A.C.T. **O desenvolvimento urbano em questão. Textos didáticos**. Rio de Janeiro, IPPUR-UFRJ

PIQUET, R. (1993) – **Reestruturação do espaço regional e urbano no Brasil; o poder do Estado e dos grandes investimentos**. Riode janeiro, IPPUR-UFRJ

PACHECO, Carlos A. (1992), A terciarização dos 80: de tudo um pouco. **São Paulo em Perspectiva**, São Paulo, Fundação SEADE, 6(3): 27-38.

POCHMANN, M. **Inserção ocupacional e o emprego dos jovens**. Coleção ABET – Mercado de trabalho, São Paulo, ABET, v. 6, 1998.

SIQUEIRA, Hipólita **Economia metropolitana e mercado de trabalho: um estudo das Regiões metropolitanas do estado de São Paulo**. Rio de Janeiro, E-papers.

63 Parte deste texto foi publicado por L. M. Bógus e R. Serrao in: Gouveia, Eliane,H., Ronaldo Baltar e Teresinha Bernardo. (Orgs.). Ciências Sociais na atualidade: temáticas contemporâneas. 1 ed. São Paulo: EDUC/CAPES, 2011, v. 1, p. 127-157.

64 Dentre os estudos que apontam estes processos estão: Araujo, 1992; Cordeiro, 1993; Pacheco, 1993; Bógus e Montali, 1994; Cano e Semeghini, 1991; EMLASA,1994, Vêras, Pochmann, 2001.

65 São considerados como protegidos todos os trabalhadores que contribuem para a Previdência Social (com carteira ou sem carteira vínculo formal de trabalho), além de militares e funcionários públicos. Foram considerados como não protegidos os empregados sem carteira e sem contribuição previdenciária. Não fazem parte da análise os empregadores.

Capítulo 13

Estrutura sócio-ocupacional na região metropolitana de Curitiba: delineando tendências

*Paulo Roberto Delgado
Marley V. Deschamps*

1. Introdução

Em estudo anterior (Delgado & Deschamps, 2009), no qual se procurou verificar as principais mudanças na estrutura sócio-ocupacional da Região Metropolitana de Curitiba – RMC – na última década do século XX, observou-se que houve um pequeno aumento na polarização social, uma vez que foram os grupos superiores e aqueles na base da estrutura social que apresentaram maior incremento relativo no período 1991/2000.

Entretanto, destacou-se que, em um contexto marcado por forte expansão demográfica e pela consolidação da RMC na rede de cidades no Brasil, as categorias ocupacionais médias tiveram importante ampliação em seu contingente populacional. Além disso, registrou-se uma mudança na composição dos ocupados na indústria, com crescente participação de trabalhadores ligados a setores modernos da indústria; neste caso, em decorrência principalmente da expansão da indústria automotiva na região.

Cabe lembrar que tais mudanças se deram em um contexto marcado pelo baixo dinamismo do mercado de trabalho; pela crescente precarização do trabalho, refletida principalmente no aumento da informalidade; pelo aumento das taxas de desemprego; e por mudança na distribuição setorial da ocupação, com redução, mesmo que pequena, na participação das atividades industriais no total do emprego.

Tais mudanças na estrutura social foram acompanhadas por mudanças na distribuição espacial dos grupos sociais. Pode-se afirmar que houve aumento na segregação social no espaço metropolitano, com os grupos superiores

ampliando sua presença em novas áreas do polo, as quais, embora com a presença de outros grupos sociais, passaram por um processo de elitização. No outro extremo, verifica-se que os grupos populares e operários se concentraram cada vez mais numa porção periférica, a qual, por alguns fatores restritivos, como a proteção aos mananciais, apresenta limites para a expansão urbana. Porém, diante dessa polarização, destacou-se como relevante o incipiente processo de diversificação social verificado em alguns dos municípios da RMC.

O estudo acima referido baseou-se em informações censitárias, desagregadas para subunidades municipais, cuja atualização só será possível a partir da disponibilização, pelo IBGE, dos microdados do Censo Demográfico de 2010.

No presente texto, procura-se, com base em dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD), para o período 2011/2008, identificar possíveis alterações na estrutura social da RMC, bem como alguma sinalização da dinâmica de distribuição dos grupos sociais no espaço metropolitano, por meio da diferenciação entre a situação do município pólo (Curitiba) e dos demais municípios metropolitanos. Partiu-se da hipótese de que as dinâmicas demográfica e ocupacional tiveram impacto sobre a estrutura social e a distribuição dos grupos sociais no espaço metropolitano: por um lado, mesmo com a redução em seu ritmo, o crescimento demográfico continua gerando pressão pela ocupação do solo urbano, mediada pela lógica imobiliária, no sentido de reforçar processos de diferenciação sócio-espacial; por outro lado, o mercado de trabalho se caracterizou por desempenho distinto do ocorrido na década anterior, com um crescimento mais intenso das ocupações, redução do desemprego e ampliação da formalização do emprego, fatores que devem ter concorrido para reverter, em parte, o processo de polarização ocorrido nos anos 1990.

Nas seções 2 e 3, procura-se destacar alguns aspectos do desempenho econômico estadual, na primeira década do atual século, e seu reatamento na economia metropolitana, seguido de um detalhamento das dinâmicas demográfica e ocupacional na RMC. A quarta seção trata propriamente das mudanças na estrutura social e seu reatamento na distribuição espacial dos grupos sociais. Por fim, são apresentados os principais resultados a que se chegou no presente estudo.

2. Breve consideração sobre o desempenho econômico do Paraná e RMC nos anos recentes

Em IPARDES, 2010, num breve balanço do desempenho econômico, verificou-se que o Paraná registrou moderada inserção no estágio ascendente vivido pela economia internacional na primeira década deste milênio. No período 2000-2009, a taxa média de crescimento da economia estadual foi de 3,3%, similar à do Brasil (tabela 1). No caso paranaense, observam-se dois momentos distintos, o primeiro que se estende até 2004, com a economia crescendo a uma taxa média de 4,1%, contra 3,0% para a economia brasileira; após 2005, a taxa paranaense é reduzida para 2,5%, enquanto a nacional atingiu 3,6%. Dois importantes aspectos influenciaram o desempenho da economia estadual neste último período: a sucessão de fatores climáticos negativos (estiagens) e o impacto da crise internacional de 2008, mais acentuado no Estado.

Tabela 1: Produto Interno Bruto - Paraná e Brasil - 2000-2009

ANO	PIB (R\$ milhões)		PARTICIPAÇÃO PR/BR (%)	VARIÇÃO REAL ANUAL (%)	
	Paraná	Brasil		Paraná	Brasil
2000	69.131	1.179.482	5,86	5,38	4,31
2001	76.413	1.302.135	5,87	3,83	1,31
2002	88.407	1.477.822	5,98	1,98	2,66
2003	109.459	1.699.948	6,44	4,47	1,15
2004	122.434	1.941.498	6,31	5,02	5,71
2005	126.677	2.147.239	5,90	-0,01	3,16
2006	136.615	2.369.484	5,77	2,01	3,96
2007	161.582	2.661.345	6,07	6,74	6,09
2008	179.270	3.031.864	5,91	4,28	5,16
2009	186.457 (1)	3.143.015 (2)	5,93	-0,5	-0,2

Taxa Média Anual de Crescimento

2000-09				3,3	3,3
2000-04				4,1	3,0
2005-09				2,5	3,6

FONTES: IBGE - Contas Regionais do Brasil, IPARDES

(1) O resultado para o Estado do Paraná no ano de 2009 é estimativa preliminar.

(2) Dados do PIB Brasil calculado pelo IBGE, a partir das Contas Nacionais Trimestrais.

Considerando a pauta comercial paranaense, também verificou-se em IPARDES, 2010, que é clara a evolução dos produtos de alto conteúdo tecnológico, sendo emblemático o caso dos automóveis, ainda que os bens do agronegócio detenham supremacia. No exercício de 2009, as vendas externas do referido item, inexistente na relação das mercadorias exportadas até 1997, totalizaram consideráveis US\$ 714,5 milhões, como reflexo do adensamento do parque automotivo estadual, localizado na RMC, que hoje é o terceiro maior do País.

Ressalta-se que o segmento automobilístico contribuiu sobremaneira para o crescimento industrial no período recente, em conjunto com os ramos alimentício e petroquímico. Essas três atividades, responsáveis por mais de 54% da renda gerada pela indústria de transformação local, asseguraram ao secundário do Paraná uma posição de destaque no plano nacional, com a contabilização de resultados superiores aos do Brasil. Tendo como base os dados da Pesquisa Industrial Anual (PIA) do IBGE, verifica-se aumento real anual de 4,8% do Valor da Transformação Industrial (VTI) do Estado no período de 1996 a 2007, acima da variação média de 2,2% anotada pelo setor manufatureiro brasileiro nesse mesmo intervalo. (IPARDES, 2010)

O referido estudo apontou ainda que o avanço de algumas atividades caracterizadas pela alta razão entre o VTI e o pessoal ocupado, como a petroquímica e a automotiva, não redundou em aumento da produtividade do trabalho do conjunto industrial em nível regional. Ao contrário, o valor obtido a partir da divisão do produto manufatureiro pelo número de ocupados declinou de R\$ 79,4 mil, em 1996, para R\$ 72,8 mil, em 2007, a preços constantes desse último exercício, com ajuste pelo IPA, em tendência semelhante à da produtividade industrial brasileira, que, apesar disso, vem se mantendo acima da paranaense nos últimos anos. (IPARDES, 2010)

Apontou-se como o principal fator explicativo dessa queda, em âmbito estadual, a forte absorção de mão de obra pelos ramos que naturalmente não apresentam elevados índices de produtividade, como são os casos dos segmentos de alimentos, vestuário e produtos de metal, que registraram consideráveis variações relativas de, respectivamente, 124,1%, 207,2% e 161,1% do estoque de empregados no intervalo entre 1996 e 2007, respondendo, juntos, por 54,9% do aumento absoluto do contingente de trabalhadores na indústria. Impulsionado por essas três atividades, o número de ocupações industriais no Estado atingiu 571,1 mil em 2007, representando 8,0%

do total nacional, expressivamente acima dos 313,2 mil contabilizados em 1996, que à época corresponderam a 6,2% do todo do País. (IPARDES, 2010)

Assim, aponta-se como uma das principais características do crescimento industrial no Paraná no período recente, a intensidade do fator trabalho, comparativamente ao padrão brasileiro, contribuindo para uma apropriação mais igualitária dos ganhos com a ampliação do produto manufatureiro. Além disso, levando em conta os segmentos líderes na geração de ocupações, é peculiaridade desse movimento a desconcentração espacial dos novos postos de trabalho, privilegiando não somente as áreas de maior adensamento industrial, como também os territórios não polarizados por aglomerados metropolitanos. Tanto é, que a participação relativa da Mesorregião Metropolitana de Curitiba no total dos empregos das indústrias extrativas e de transformação do Paraná apresentou decréscimo de 38,0%, em 1996, para 34,5%, em 2007, enquanto as Mesorregiões Noroeste, Oeste e Sudoeste tornaram-se mais representativas na divisão territorial das ocupações industriais com carteira assinada, delineando uma tendência que, aparentemente, tem continuidade nos anos seguintes a 2007.

No período 2002/2007 a participação da RMC no PIB paranaense oscilou entre 39,0%, em 2002, e 40,8%, em 2007, com estas oscilações expressando variações conjunturais no desempenho das diversas atividades produtivas: maior dinamismo da agropecuária e da agroindústria pode significar incremento na participação do interior no PIB estadual, enquanto o maior dinamismo de algumas indústrias (particularmente, automotiva e refino de petróleo) e serviços, concentrados na RMC, tem efeito maior na participação desta região.

Há, no interior da RMC, uma forte concentração do PIB, com as quatro maiores economias detendo, em todo o período, cerca de 88% do produto regional, mais da metade dele em Curitiba. Araucária e São José dos Pinhais apresentam o mesmo nível de participação, entre 12 e 15%, com o PIB do primeiro município fortemente dependente do desempenho da atividade de refino de petróleo e o segundo com forte participação da indústria automotiva. Pinhais o quarto município apresenta participação em torno de 3%.

Um aspecto que chama atenção em todo o período foi a contínua geração de empregos formais no Estado. Mesmo apresentando oscilações associadas ao desempenho da economia estadual - como durante a crise da agropecuária, nos anos 2005 e 2006, ou quando da crise financeira internacional, em 2009 -, em todos os anos o saldo apresentado pelo CAGED foi positivo.

Para a análise que será feita, na sequência, sobre a dinâmica demográfica e a evolução da estrutura ocupacional da RMC, dois aspectos merecem destaque. O

primeiro deles refere-se ao expressivo volume de empregos que foi gerado no interior do Estado, o qual atingiu montante próximo a 500 mil postos de trabalho celetistas, no período 2000/2009. Parcela expressiva deste resultado deve-se à expansão acentuada, no interior do Estado, de atividades industriais intensivas em mão-de-obra, particularmente a indústria alimentar e a de confecção (IPARDES, 2009 b). Importante, também, foi a expansão dos empregos em serviços de apoio à atividade produtiva e aqueles de natureza pública (administração, educação e saúde). Enquanto o incremento no emprego industrial apresentou um maior espraiamento no Estado, particularmente nas regiões Norte e Noroeste, aqueles serviços expandiram de modo mais concentrado nos municípios de maior porte econômico e demográfico.

O segundo aspecto a ser destacado refere-se à recuperação relativamente tardia do emprego na RMC, cujo saldo apresentou uma mudança de patamar apenas a partir de 2004. Na segunda metade da década, a RMC passou a representar cerca de 40% do emprego formal gerado no Paraná.

3. Dinâmicas demográfica e ocupacional na RMC

3.1 DINÂMICA DEMOGRÁFICA

A dinâmica demográfica tem várias implicações para a questão da estruturação social e espacial da população. Aqui destaca-se o ritmo de crescimento populacional como um fator relevante para a configuração do mercado de trabalho de uma região. Mesmo que a taxa de participação, ou seja, a proporção de pessoas buscando se inserir neste mercado, não se altere, taxas elevadas de crescimento populacional significam maior pressão na procura por trabalho, ao envolver contingentes crescentes integrando a PIA e a PEA.

Como mencionado na introdução, apesar das categorias médias terem sua participação relativa reduzida no período 1991/2000, o aumento do seu contingente foi expressivo. Essas categorias, juntamente com as superiores – dirigentes e intelectuais -, são fortes demandantes no mercado imobiliário; portanto, o seu incremento pode contribuir para estratégias empresariais que afetam o acesso dos diversos grupos sociais ao espaço urbano, particularmente no polo metropolitano.

Houve importante redução no ritmo de crescimento populacional na RMC, com a taxa anual passando de 3,14%, entre 1991 e 2000, para 1,38%, no período 2000/2010 (tabela 2). Entretanto, esta última taxa é bastante superior

àquela verificada para o Estado (0, 89%), no mesmo período, indicando que a RMC mantém-se como uma das áreas de recepção de população no Paraná.

A RMC termina a década com 3.134 mil habitantes acumulando um aumento de 405,8 mil pessoas em 10 anos, contingente significativamente inferior ao incremento observado na década passada (667 mil).

A performance dos municípios pouco se alterou nesta década em relação à década anterior, a não ser pela desaceleração das taxas de crescimento populacional. Observa-se que vários municípios que caracterizavam-se como importantes áreas de expansão na RMC, sofreram quedas acentuadas em suas taxas de crescimento, com destaque para Fazenda Rio Grande, Piraquara, Itaperuçu e Campina Grande do Sul, os quais, na década anterior, cresciam a mais de 6% ao ano.

Particularmente, chama a atenção o fato de ocorrer uma redução significativa no ritmo de crescimento de cidades como Colombo⁶⁶ e Almirante Tamandaré, importantes cidades dormitório da RMC, em que pese Colombo ainda apresentar um dos maiores incrementos populacionais em termos absolutos. Nesse sentido, tem-se que Curitiba, São José dos Pinhais e Colombo, continuam apresentando os maiores incrementos populacionais, ou seja, apresentaram, no período 1991/2000, 62,2% do incremento populacional verificado naquela década, participação que praticamente se manteve entre 2000 e 2010 (62,6%), chamando atenção para o município de São José dos Pinhais, o qual apresenta a segunda maior população da Região e continua com uma das maiores taxas de crescimento populacional, 2,60% a. a., quase o dobro da RMC.

Tabela 2: População total e taxa anual de crescimento – RMC – 1991-2000-2010

MUNICÍPIO	POPULAÇÃO TOTAL			TAXA DE CRESCIMENTO (%)	
	1991	2000	2010	TX_91_00	TX_00_10
Adrianópolis	8.935	7.007	6.374	-2,69	-0,94
Agudos do Sul	6.076	7.221	8.270	1,96	1,37
Almirante Tamandaré	54.014	88.277	103.204	5,66	1,57
Araucária	61.889	94.258	119.123	4,83	2,37
Balsa Nova	7.515	10.153	11.300	3,43	1,08
Bocaiúva do Sul	7.802	9.050	10.987	1,68	1,96
Campina Grande do Sul	19.343	34.566	38.769	6,73	1,15
Campo Largo	72.523	92.782	112.377	2,8	1,93
Campo Magro	12.145	20.409	24.843	5,99	1,99
Cerro Azul	16.092	16.352	16.938	0,18	0,35
Colombo	117.767	183.329	212.967	5,09	1,51

Contenda	8.941	13.241	15.891	4,5	1,84
Curitiba	1.315.035	1.587.315	1.751.907	2,13	0,99
Doutor Ulysses	4.981	6.003	5.727	2,12	-0,47
Fazenda Rio Grande	24.978	62.877	81.675	10,91	2,65
Itaperuçu	10.735	19.344	23.887	6,83	2,13
Lapa	40.150	41.838	44.932	0,46	0,72
Mandirituba	13.358	17.540	22.220	3,1	2,39
Pinhais	75.433	102.985	117.008	3,55	1,28
Piraquara	31.449	72.886	93.207	9,89	2,49
Quatro Barras	10.007	16.161	19.851	5,52	2,08
Quitandinha	14.418	15.272	17.089	0,65	1,13
Rio Branco do Sul	27.561	29.341	30.650	0,7	0,44
São José dos Pinhais	127.455	204.316	264.210	5,43	2,6
Tijucas do Sul	10.224	12.260	14.537	2,06	1,72
Tunas do Paraná	2.855	3.611	6.256	2,67	5,65
Total RMC	2.101.681	2.768.394	3.174.199	3,14	1,38

Fonte: IBGE: Censos Demográficos

Outro aspecto que chama atenção é que apenas aqueles municípios mais distantes do Polo registraram aumento em suas taxas de crescimento populacional. Tunas do Paraná e Cerro Azul, embora não façam parte da porção de maior integração à dinâmica metropolitana, apresentaram importante incremento em atividades de exploração e beneficiamento de madeira, com atração de mão-de-obra.

Vale ressaltar ainda, que Curitiba continua perdendo participação no total da população da RMC. Em 1991, Curitiba contava com 62,6% da população da Região, em 2000 essa participação caiu para 57,3% e em 2010 para 55,2%. Ao mesmo tempo, há um aumento importante na participação da população de São José dos Pinhais passando de 6,1% em 1991 para 8,3% em 2010. Vale ressaltar que além da continuidade do processo de periferação da metrópole, há a emergência de um pólo industrial dinâmico que é São José dos Pinhais, sede de importante planta automotiva.

Nas últimas décadas, os fluxos de imigrantes têm sido fundamentais para a dinâmica demográfica da RMC, em particular aqueles oriundos do interior do Estado, sendo plausível admitir que, agora, eles estejam associados à desaceleração do ritmo de crescimento da RMC. A PNAD não permite analisar as trocas migratórias líquidas, ou seja, o saldo entre entradas (imigrantes) e saídas (emigrantes) de pessoas na região, mas permite verificar como vem

evoluindo a imigração para a região, considerando-se para a análise os migrantes do quinquênio anterior, ou seja, pessoas que moravam a menos de cinco anos no município de residência na data de referência da pesquisa (migração de data fixa).

Os dados apontam uma redução de 149 mil pessoas no volume total de imigrantes na RMC, no período 2001/2008 (tabela 3). Considerando sua origem, percebe-se que a redução foi, em termos relativos, maior entre aqueles imigrantes vindos de outros Estados (-46,6%), embora, em termos absolutos, a queda no número de imigrantes seja praticamente idêntica para aqueles oriundos do Paraná ou de outros estados/países. Como resultado deste processo, a participação dos imigrantes na população de cinco e mais anos de idade foi reduzida acentuadamente, passando de 13,9%, em 2001, para 6,9%, em 2008.

A PNAD não permite diferenciar, dentre aqueles oriundos do Paraná, quantas são as pessoas cuja mudança de município se deu no interior da própria região metropolitana (migração intrametropolitana). Sabe-se que este tipo de migração é bastante expressivo na RMC, representando, no período 1995/2000, 44% do fluxo de imigrantes com origem no próprio Paraná (IPARDES, 2005, p. 13).

Na hipótese de manutenção da participação elevada dos fluxos intrametropolitanos, relativamente às entradas do próprio Estado, estaria se consolidando um novo padrão de fluxos imigratórios externos à região, com aqueles oriundos de outros Estados/Países passando a ter peso similar, ou mesmo maior, do que aqueles com origem no interior do Paraná.

Tabela 3: Fluxos imigratórios na região metropolitana de Curitiba -RMC – 2001/2008

POPULAÇÃO	2001	2008	VARIAÇÃO 2001/2008	
			abs.	%
População 5 e mais anos (a)	2.567.355	3.015.744	448.389	17,5
População com até 4 anos de residência (b)	355.841	206.832	-149.009	-41,9
do Paraná	199.515	123.432	-76.083	-38,1
de outro Estado / País (c)	156.326	83.400	-72.926	-46,6
b / a (%)	13,9	6,9		
c / b (%)	43,9	40,3		

Fonte: IBGE: PNAD.

3.2 DINÂMICA OCUPACIONAL

Um conjunto de indicadores relacionados à dinâmica ocupacional é apresentado na tabela 4. Inicialmente, vale ressaltar o incremento relativo

verificado na População em Idade Ativa (PIA), que envolve todas as pessoas com 10 anos ou mais anos de idade, o qual foi de quase 20% no polo e na RMC. Esta variação, mesmo com diferença de dois anos nos períodos considerados, foi maior do que a verificada para a população total no período 2000/2010 (10% em Curitiba e 14% na RMC), refletindo a tendência de taxas mais elevadas de crescimento para jovens, adultos e idosos, relativamente à dos menores de 10 anos, reflexo de acentuada queda de fecundidade na Região.

Entretanto, a variação relativa é ainda maior para os contingentes inseridos no mercado de trabalho – a População Economicamente Ativa (PEA) e os ocupados -, com aumento ligeiramente mais acentuado no polo. Como consequência, percebe-se que a pressão por trabalho aumentou no período: em 2008, na RMC, de cada 100 pessoas com 10 ou mais anos de idade, 65 estavam inseridas na PEA; no polo, esta relação era de 64 para cada 100.

O que diferencia a presente década é que este aumento por participação teve correspondência no incremento da taxa de ocupação, a qual foi ampliada no período, atingindo, em 2008, 94,4%; ou seja, apenas 6,6% das pessoas que procuraram inserir-se no mercado de trabalho, na RMC, não obtiveram sucesso, permanecendo na condição de desocupadas. Não apenas a taxa de desocupação teria sido reduzida, mas, também, houve redução no número de desocupados⁶⁷: de 138,7 mil pessoas, em 2001, para 100, 5 mil pessoas, em 2008.

Tabela 4: População em idade ativa, economicamente ativa e ocupada e taxas de participação, de ocupação e de formalização – RMC e polo – 2001/2008

INDICADOR	RMC		POLO RMC		VARIAÇÃO 2001/2008			
	2001	2008	2001	2008	POLO		abs.	%
					abs.	%		
PIA (a)	2.306.344	2.761.791	1.341.716	1.607.118	455.447	19,75	265.402	19,78
PEA (b)	1.471.667	1.799.772	831.015	1.032.492	328.105	22,29	201.477	24,24
OCUPADOS (c)	1.332.925	1.699.275	757.069	974.529	366.350	27,48	217.460	28,72
Ocupados formais (d)	649.444	976.197	-	-	326.753	50,31	-	-
Taxa de participação (b / a)	63,8	65,2	61,9	64,2				
Taxa de ocupação (c / b)	90,6	94,4	91,1	94,4				
Taxa de formalização (c / b)	48,7	57,4						
Fonte: IBGE: PNAD.								

Nota: - dado não disponível.

Outra mudança expressiva que se observa é a crescente formalização das relações de trabalho, entendida como o aumento da participação de pessoas com

carteira de trabalho assinada ou vínculo estatutário no conjunto dos ocupados. O número de pessoas nessas condições, na RMC, passou de 649 mil para 976 mil, um incremento relativo de 50%. Com isto, a taxa de formalização aumentou em quase 10 pontos percentuais, no período em foco (ver tabela 4).

Não fossem, por si só, expressivos esses indicadores, há que se ressaltar, ainda, que a variação no número de ocupados formais (327 mil) respondeu por 89% de todo o aumento no número de ocupados na RMC (366 mil pessoas). As três categorias que integram a condição de formais (empregados com carteira assinada, funcionários públicos estatutários e domésticos com carteira assinada) apresentaram taxas elevadas de crescimento – respectivamente, 51%, 50% e 41%; em termos absolutos, os incrementos foram de 274 mil, 40 mil e 13 mil.

Dada a intensidade deste processo de formalização, há uma discussão sobre o quanto este processo não refletiria apenas a legalização de ocupações já existentes, ou seja, sem envolver a criação de novos postos de trabalho. É muito difícil responder a esta questão e, talvez, a resposta seja diversa conforme o setor de atividade a que se aplica. Um exemplo, no caso da RMC, em contraposição a este argumento, é o da indústria automotiva, a qual apresentou, a partir do final da década de 1990, forte expansão na região; este segmento envolve um conjunto de ocupações com alta taxa de formalização, cuja expansão não pode ser explicada pelo argumento acima, refletindo sim a criação de novos postos de trabalho⁶⁸.

Mas a PNAD permite um exercício em relação à hipótese da legalização de ocupações já existentes. Supondo-se que todo o incremento da ocupação formal decorresse deste fundamento, pode-se estimar qual seria o efeito da variação da taxa de formalização sobre o estoque original (t_0) de ocupados, no caso aquele de 2001; a diferença entre esta nova estimativa e o número de ocupações formais em t_1 (2008) poderia ser atribuída à geração de novos postos. Este exercício pode ser visualizado na tabela 5, na qual se observa que, caso toda variação da taxa de formalização fosse explicada apenas por legalização, o aumento no número de postos seria de apenas 116.298, restando por explicar a geração de outros 210.455 postos de trabalho (diferença entre o valor observado em 2008 e a nova estimativa para 2001, considerando a taxa t_1 (57,45%). O mais relevante neste exercício não são os valores em si das estimativas, mas o fato delas apontarem, mesmo admitindo-se o efeito da legalização, para uma dinâmica intensa de geração de novos postos formais de trabalho.

Antes de verificar como essas dinâmicas, demográfica e ocupacional, se refletem na estruturação social da RMC, cabe verificar como os indicadores

ocupacionais se comportam considerando-se alguns atributos populacionais: sexo, idade e cor.

As mulheres apresentaram, no período 2001/2008, crescimento mais acentuado que os homens nos quatro grupos populacionais - PIA, PEA, Ocupados e Formais (tabela 6). O número de mulheres ocupadas aumentou em 228 mil, sendo que cerca de $\frac{3}{4}$ deste incremento deveu-se ao aumento do emprego formal.

Houve um aumento na taxa de participação das mulheres no mercado de trabalho, que atingiu o valor de 57,4%, em 2008; entretanto, trata-se de um nível de participação bem abaixo do masculino (73,9%, em 2008). Apesar desse aumento, houve uma pequena redução na taxa de ocupação das mulheres, indicativo de maior dificuldade das mulheres na obtenção de uma ocupação; diferentemente do que ocorreu com os homens. Mesmo assim, as diferenças nas taxas de ocupação por sexo não são tão acentuadas quanto aquelas relacionadas aos atributos cor e idade.

Tabela 5: Número de ocupados, taxa de formalização e estimativa do efeito de legalização dos vínculos empregatícios – RMC – 2001/2008.

CONDIÇÃO	2001	2008	Variação 2001/2008
Total de ocupados	1.332.934	1.699.275	366.341
Formais (a)	649.444	976.197	326.753
Taxa de formalização: t0 (%)	48,72	57,45	-
	Estimativa		
Formais com taxa t1: 2008 (b)	765.742	976.197	210.455
Efeito da legalização (b – a)	116.298		

Fonte: IPARDES

Tabela 6: Indicadores de mercado de trabalho segundo sexo – RMC – 2001/2008

INDICADOR	RMC				VARIAÇÃO 2001/2008 (%)	
	2001	2008	2001	2008	HOMENS	MULHERES
	HOMENS		MULHERES			
PIA (a)	1.137.063	1.306.461	1.169.281	1.455.330	14,9	24,5
PEA (b)	844.557	964.938	627.110	834.834	14,3	33,1
OCUPADOS (c)	783.425	921.570	549.500	777.705	17,6	41,5
Ocupados formais (d)	381.837	532.926	267.607	443.271	39,6	65,6
Taxa de participação (b / a)	74,3	73,9	53,6	57,4		
Taxa de ocupação (c / b)	92,8	95,5	87,6	93,2		
Taxa de formalização (c / b)	48,7	57,8	48,7	57,0		

Fonte: IBGE: PNAD

Mudanças mais intensas são observadas quando se considera a participação de brancos e não-brancos, estes últimos envolvendo apenas as pessoas que se declararam negras ou pardas. Os não-brancos passaram a representar, em 2008, cerca de 1/4 dos grupos populacionais considerados, chamando atenção o intenso crescimento que eles apresentaram no período (tabela 7). Embora não seja possível qualquer afirmação categórica, há que se ressaltar que parte deste crescimento pode estar relacionado a mudanças na auto-percepção pessoal, com a maior valorização de uma identidade étnica, processo que vem sendo estimulado por movimentos sociais.

Aproximadamente 169 mil não-brancos adquiriram, entre 2001 e 2008, uma ocupação, contingente que representa quase a metade (46%) do aumento no número de ocupados na RMC. Com isto, a taxa de ocupação dos não-brancos (94,3%) praticamente igualou-se à dos brancos (94,5%). Os não-brancos registraram, também, o maior incremento na taxa de formalização, a qual foi ampliada em 12 pontos percentuais no período em foco, superando a taxa registrada para os brancos.

Tabela 7: Indicadores de mercado de trabalho
segundo cor – RMC – 2001/2008

INDICADOR	RMC				VARIAÇÃO 2001/2008 (%)	
	2001	2008	2001	2008	BRANCOS	NÃO BRANCOS *
	BRANCOS		NÃO BRANCOS *			
PIA (a)	1.868.497	2.094.909	405.628	635.508	12,1	56,7
PEA (b)	1.185.747	1.356.819	265.417	422.421	14,4	59,2
OCUPADOS (c)	1.084.713	1.282.692	229.539	398.235	18,3	73,5
Ocupados formais (d)	534.124	731.418	108.730	236.856	36,9	117,8
Taxa de participação (b / a)	63,5	64,8	65,4	66,5		
Taxa de ocupação (c / b)	91,5	94,5	86,5	94,3		
Taxa de formalização (c / b)	49,2	57,0	47,4	59,5		
Fonte: IBGE: PNAD.						

Nota: * Considera apenas os indivíduos declarados como negros ou pardos.

Avaliando-se a situação ocupacional a partir dos grandes grupos etários, observa-se uma redução no número de jovens que participam da PEA, com conseqüente queda na taxa de participação; assim, em 2008, de cada 100 jovens, apenas 45 procuravam se inserir no mercado de trabalho (tabela 8). Houve uma melhoria na taxa de ocupação deste grupo, mas, mesmo assim, trata-se da

menor taxa entre os três grupos etários, com os jovens apresentando a maior taxa de desocupação⁶⁹ (13,9%).

Entre os adultos, em 2008, 82 em cada 100 pessoas estavam inseridos no mercado de trabalho, com uma taxa de ocupação de 96,5%. Do mesmo modo que entre os jovens, houve um aumento na taxa de formalização dos adultos, a qual se aproximou de 60%.

Seguindo uma tendência nacional, há um elevado crescimento da população idosa, com destaque para o aumento no número de ocupados (41,4%, no período). Embora a taxa de participação seja baixa (28,6%), comparativamente à dos demais grupos, são os idosos que apresentam a maior taxa de ocupação; ou seja, quase a totalidade dos idosos que buscaram se inserir obteve alguma ocupação. Uma questão fundamental, mas que não será abordada aqui é verificar em que condições vêm se dando esta inserção ocupacional dos idosos.

Tabela 8: Indicadores de mercado de trabalho segundo grupo etário – RMC – 2001/2008

INDICADOR	1 JOVENS		ADULTOS		IDOSOS		VARIAÇÃO 2001/2008 (%)		
	2001	2008	2001	2008	2001	2008	JOVENS	ADULTOS	IDOSOS
PIA (a)	784.510	832.749	1.287.904	1.624.215	233.930	304.827	6,1	26,1	30,3
PEA (b)	396.454	376.968	1.012.979	1.335.651	62.234	87.153	-4,9	31,9	40
OCUPADOS (c)	320.677	324.426	951.478	1.288.947	60.770	85.902	1,2	35,5	41,4
Ocupados formais (d)	162.904	189.318	477.388	770.616	*	*	16,2	61,4	*
Taxa de participação (b / a)	50,5	45,3	78,7	82,2	26,6	28,6			
Taxa de ocupação (c / b)	80,9	86,1	93,9	96,5	97,6	98,6			
Taxa de formalização (c / b)	50,8	58,4	50,2	59,8	*	*			

Fonte: IBGE: PNAD

Nota: (*) Estimativa com coeficiente de variação superior a 15%.

(1) Jovens: de 10 a 24 anos; Adultos: de 25 a 59 anos; Idosos: 60 anos ou mais.

4. EVOLUÇÃO DA ESTRUTURA SÓCIO-OCUPACIONAL NA RMC

A análise da estrutura social metropolitana tem por base um sistema de categorias que privilegia a inserção ocupacional das pessoas, uma vez que se assume a centralidade do trabalho na estruturação e no funcionamento da sociedade.

Os indivíduos foram classificados em categorias sócio-ocupacionais, definidas a partir de informações sobre o tipo de ocupação exercida, a posição na ocupação, o setor de atividade, a renda auferida e o grau de instrução do ocupado. A operação de classificação, a partir dessas variáveis, foi feita de modo a permitir o enquadramento dos indivíduos em posições sociais representativas das diferentes polaridades que marcam a estrutura social metropolitana: capital x trabalho; trabalho manual x trabalho não-manual; controle x execução; autonomia x subordinação; grande x pequeno capital; moderno x tradicional; secundário x terciário.⁷⁰ Originalmente, esta categorização foi aplicada aos dados do Censo Demográfico, cujo tamanho amostral permitia uma maior especificação das categoriais, num total de 24 grupos sócio-ocupacionais. Na sequência, dadas as restrições amostrais⁷¹ da PNAD, a análise será feita a partir de oito grandes grupos sócio-ocupacionais.

Uma primeira observação é que nem todos os indivíduos na condição de ocupados puderam ser categorizados em um dos grupos sócio-ocupacionais, limitação maior, em termos relativos, para os dados da PNAD 2001. É isto que explica o fato da variação do total das categoriais (30, 7%), no período 2001/2008, ser maior do que a verificada para o total dos ocupados (tabela 9).

Esta dificuldade de categorização dos ocupados não é específica da PNAD, tendo sido verificada quando de sua aplicação aos dados do Censo Demográfico. Embora não seja possível determinar qual o efeito desta dificuldade sobre as diversas categoriais sociais, há que se ressaltar que os contingentes não classificados (87 mil e 71 mil, em 2001 e 2008, respectivamente) não são desprezíveis, sendo maiores que algumas das categorias mensuradas, particularmente aquelas situadas nas posições superiores da estrutura social.

Quando se observa a variação ocorrida no contingente de cada categoria, constata-se que, em termos relativos, os grupos superiores (dirigentes e profissionais de nível superior) apresentaram maior crescimento no período em foco. Por outro lado, os grupos da base da Estrutura apresentaram um crescimento abaixo do verificado para o total das categoriais (trabalhadores do secundário e do terciário não especializado) ou mesmo negativo (agricultores).

Há que se ter certo cuidado com as estimativas referentes aos agricultores, particularmente para o ano 2001; o contingente estimado para este ano (106,9 mil pessoas) discrepa, em muito, do valor estimado com base no Censo Demográfico de 2000 (30 mil), bem como dos valores da PNAD para os demais anos do período em foco (2001/2008).

Assim, para avaliar a evolução da estrutura sócio-ocupacional optou-se por analisar a participação das diversas categorias, desconsiderando do total dos ocupados os agricultores (ver tabela 8). As tendências são as mesmas verificadas quando os agricultores estão incluídos na distribuição; porém, há algumas mudanças no nível de participação das categorias que merecem ser destacadas.

Na distribuição que considera os agricultores, o aumento na participação dos grupos superiores (dirigentes, profissionais de nível superior e pequenos empregadores) e categorias médias, entre 2001 e 2008, é mais acentuado do que o verificado quando os agricultores são excluídos. Por outro lado, na distribuição sem os agricultores os trabalhadores do terciário passam a ter perda de participação e amplia-se a queda relativa dos trabalhadores do terciário não especializado e da indústria.

Porém, pelo motivo anteriormente destacado quanto às estimativas dos agricultores, os comentários que seguem terão por base a distribuição com a exclusão desta categoria.

Tabela 9: Número, variação e distribuição dos ocupados, segundo categorias sócio-ocupacionais – RMC – 2008

CATEGORIA SÓCIO- OCUPACIONAL	2001	2008	VARIAÇÃO 2001/2008	DISTRIBUIÇÃO (%)				
			abs.	Total		Exclusive agricultores		
				%	2001	2008	2001	
Dirigentes	11.348	19.182	7.834	69,0	0,91	1,18	1,00	1,21
Profissionais de nível superior	75.785	129.687	53.902	71,1	6,09	7,97	6,66	8,19
Pequenos empregadores	33.313	47.955	14.642	44,0	2,67	2,95	2,93	3,03
Ocupações médias	315.190	467.457	152.267	48,3	25,31	28,71	27,68	29,54
Trabalhadores do terciário	224.051	305.661	81.610	36,4	17,99	18,78	19,68	19,31
Trabalhadores do secundário	292.133	369.879	77.746	26,6	23,46	22,72	25,66	23,37
Trab.do terciário não especializado	186.709	242.694	55.985	30,0	14,99	14,91	16,40	15,34

Agricultores	106.899	45.453	-61.446	-57,5	8,58	2,79	-	-
Total das categorias	1.245.428	1.627.968	382.540	30,7	100,0	100,0	100,0	100,0
Total de ocupados	.332.925	.699.275	366.350	27,5				
Não classificados (%)	6,6	4,2						

Fonte: IBGE: PNAD

As categorias superiores (dirigentes, profissionais de nível superior e pequenos empregadores) passaram a ter maior participação na estrutura social da RMC, reunindo, em 2008, 12,44% do total dos ocupados, com incremento conjunto de 76,4 mil pessoas. Considera-se importante avaliar conjuntamente essas categorias para se evitar eventuais erros amostrais associados ao tamanho da amostra, principalmente no caso dos dirigentes. O crescimento do grupo superior deve-se principalmente ao aumento mais acentuado verificado de profissionais de nível superior.

Ampliou-se, também, a participação das categorias médias, grupo que passou a representar 29,54% do total. Em termos absolutos, esta categoria é a que teve o maior incremento populacional (152,3 mil pessoas), reforçando, no período, seu posicionamento de principal grupamento na estrutura social metropolitana.

Dentre os três grupos de trabalhadores, o da indústria é o que apresentou maior redução em sua participação na estrutura social metropolitana, a qual passou de 25,66%, em 2001, para 23,37%, em 2008. Trata-se, porém, de queda relativa, uma vez que o contingente de trabalhadores industriais apresentou aumento de 77,8 mil pessoas e se manteve como o segundo maior dentre os oito grupos ocupacionais.

Os trabalhadores do terciário praticamente mantiveram sua participação no período (19,31%), enquanto os do terciário não-especializado apresentaram ligeira queda relativamente ao ano de 2001. Apesar da menor participação, os dois grupos registraram aumento populacional; respectivamente, 81,6 mil e 56,0 mil pessoas.

Em termos de evolução estrutural o que se verifica é um estreitamento da base da pirâmide social, com o maior incremento relativo ocorrendo entre as categorias médias. Há, também, um importante aumento nas categorias superiores. Esta dinâmica diferencia-se da observada na década anterior, quando se verificou um incremento polarizado entre as posições extremas da estrutura social.

A tabela 10 apresenta um conjunto de informações relacionadas às mudanças na estrutura social considerando-se a distribuição espacial, aqui tratada como a

participação do polo e dos demais municípios nas diversas categorias sociais, e a inserção social de mulheres e não-brancos.

Do ponto de vista da divisão espacial, evidencia-se novamente a importância de se considerar as mudanças separando o grupo dos agricultores. Quando estes são considerados, o incremento, no período 2001/2008, no conjunto das categorias seria menor nos demais municípios (26,6%), do que no polo metropolitano (33,9%). Entretanto, ao considerar apenas os grupos “urbanos”, verifica-se que a maior expansão ocupacional se deu nos demais municípios (44,5%).

Verifica-se, também, que houve um importante incremento das categorias superior e média nos demais municípios; em termos absolutos, o incremento destas categorias foi de 15,5 mil e 46 mil, respectivamente. Como resultado, cerca de 176 mil pessoas classificadas nestas categorias residiam, em 2008, fora do polo metropolitano. Esta tendência é importante porque ela sinaliza para a continuidade do processo de diversificação social que vinha ocorrendo, desde a década passada, em alguns municípios no entorno de Curitiba.

Apesar disso, são esses mesmos grupos sociais que se apresentam mais intensamente concentrados em Curitiba, reunindo, em 2008, 488 mil pessoas.

Mas é na base da pirâmide social que verificam-se as principais mudanças na distribuição espacial da população, particularmente com a redução mais acentuada da participação do polo nos grupos de trabalhadores industriais e do terciário não especializado. Em 2008, mais da metade das pessoas classificadas nestas categorias encontravam-se residindo fora do polo.

Em relação às mulheres, novamente excluindo os agricultores, o aumento no número de ocupados, no período, foi de 60%, bem superior ao verificado para o total das categorias (39%). Ainda em termos relativos, o crescimento da ocupação feminina será maior nos grupos superior e terciário, respectivamente, 100, 2% e 80, 7%. Em termos absolutos, a expansão da ocupação feminina foi maior nas categorias média e terciário, responsáveis por mais da metade do incremento feminino. Com exceção dos trabalhadores industriais, as mulheres ampliaram sua participação em todos os grupos sociais. Destaque-se que elas já representam a metade das pessoas ocupando postos na categoria superior; mas isto deve-se basicamente à sua presença entre os profissionais de nível superior, com sua participação mantendo-se reduzida entre os dirigentes e mesmo entre os pequenos empregadores.

Ainda em relação ao incremento populacional ocorrido nas diversas categorias, cabe destacar que as mulheres foram responsáveis pela quase

totalidade do aumento nas duas categorias do terciário. Nestes dois grupos, as mulheres representavam, em 2008, mais de 2/3 dos ocupados.

Por outro lado, os homens responderam por 85% do incremento verificado entre os trabalhadores industriais, consolidando o perfil deste grupo como predominantemente masculino.

O incremento no contingente de pretos e pardos (não brancos) nos diversos grupos foi ainda mais intenso do que o verificado para as mulheres; considerando-se o total de ocupados “urbanos”, o número de não brancos aumentou em 182,6 mil (93,8%). Com a devida ressalva em relação à estimativa para o grupo superior, devido ao coeficiente de variação elevado, os não brancos tiveram seu maior incremento relativo nos grupos superior e médio. Porém, em termos absolutos, o maior incremento entre os não brancos (63,6 mil) se deu na indústria, fato que tornou os não brancos o principal grupo a contribuir para o incremento da ocupação industrial, no período 2001/2008.

Ainda em relação ao incremento populacional ocorrido nas diversas categorias, cabe destacar que as mulheres foram responsáveis pela quase totalidade do aumento nas duas categorias do terciário. Nestes dois grupos, as mulheres representavam, em 2008, mais de 2/3 dos ocupados.

Por outro lado, os homens responderam por 85% do incremento verificado entre os trabalhadores industriais, consolidando o perfil deste grupo como predominantemente masculino.

O incremento no contingente de pretos e pardos (não brancos) nos diversos grupos foi ainda mais intenso do que o verificado para as mulheres; considerando-se o total de ocupados “urbanos”, o número de não brancos aumentou em 182,6 mil (93,8%). Com a devida ressalva em relação à estimativa para o grupo superior, devido ao coeficiente de variação elevado, os não brancos tiveram seu maior incremento relativo nos grupos superior e médio. Porém, em termos absolutos, o maior incremento entre os não brancos (63,6 mil) se deu na indústria, fato que tornou os não brancos o principal grupo a contribuir para o incremento da ocupação industrial, no período 2001/2008.

Mesmo com este aumento expressivo de não brancos entre os ocupados, sua participação no total ficou, em 2008, próxima de 24%, nível similar à da sua participação na PIA da RMC. Entretanto, esta participação é bastante diferenciada quando se considera os diversos grupos sociais. Mesmo com o aumento dos não brancos entre as categorias superior e média, sua participação nas mesmas é de 7,8% e 17,7%, respectivamente. Apenas entre os trabalhadores

industriais e do terciário não especializado, na base da estrutura social, sua participação ultrapassa 30%.

Tabela 10: Número de ocupados, incremento e participação no total, segundo categorias sócio-ocupacionais, local de residência e atributos pessoais – RMC – 2001/2008.

CATEGORIA SÓCIO-OCUPACIONAL	POLO		DEMAIS MUNICÍPIOS		MULHERES		NÃO BRANCOS	
	2001	2008	2001	2008	2001	2008	2001	2008
Superior	99.212	160.128	21.234	36.696	49.788	99.663	5.125*	15.429*
Ocupações médias	221.476	327.762	93.714	139.695	135.084	213.921	38.805	82.566
Trabalhadores do terciário	134.357	174.306	89.694	131.355	105.438	190.569	38.442	71.307
Trabalhadores do secundário	142.773	162.630	149.360	207.249	43.196	55.044	64.798	128.436
Trab. do terciário não espec.	94.818	113.424	91.891	129.270	125.932	175.974	47.589	79.647
Agricultores	10.984*	3.753*	95.915	41.700	53.449	24.603	15.744*	7.506*
Total das categorias	703.620	942.003	541.808	685.965	512.887	759.774	210.503	384.891
Total das cat. – exc. Agricult.	692.636	938.250	445.893	644.265	459.438	735.171	194.759	377.385

INCREMENTO 2001/2008

	POLO		DEMAIS MUNICÍPIOS		MULHERES		NÃO BRANCOS	
	abs.	%	abs.	%	abs.	%	abs.	%
Superior	60.916	61,4	15.462	72,8	49.875	100, 2	10.304*	201,1*
Ocupações médias	106.286	48	45.981	49,1	78.837	58,4	43.761	112,8
Trabalhadores do terciário	39.949	29,7	41.661	46,4	85.131	80, 7	32.865	85,5
Trabalhadores do secundário	19.857	13,9	57.889	38,8	11.848	27,4	63.638	98,2
Trab. do terciário não espec.	18.606	19,6	37.379	40, 7	50.042	39,7	32.058	67,4
Agricultores	-7.231*	-65,8*	-54.215	-56,5	-28.846	-54	-8.238*	-52,3*
Total das categorias	238.383	33,9	144.157	26,6	246.887	48,1	174.388	82,8
Total das cat. – exc. Agricult.	245.614	35,5	198.372	44,5	275.733	60	182.626	93,8

PARTICIPAÇÃO NO TOTAL DAS CATEGORIAS NA RMC (%)

	POLO		DEMAIS MUNICÍPIOS		MULHERES		NÃO BRANCOS	
	2001	2008	2001	2008	2001	2008	2001	2008
Superior	82,4	81,4	17,6	18,6	41,3	50, 6	4,3*	7,8*
Ocupações médias	70, 3	70, 1	29,7	29,9	42,9	45,8	12,3	17,7
Trabalhadores do terciário	60	57	40	43	47,1	62,3	17,2	23,3
Trabalhadores do secundário	48,9	44	51,1	56	14,8	14,9	22,2	34,7
Trab. do terciário não espec.	50, 8	46,7	49,2	53,3	67,4	72,5	25,5	32,8
Agricultores	10, 3*	8,3*	89,7	91,7	50	54,1	14,7*	16,5*
Total das categorias	56,5	57,9	43,5	42,1	41,2	46,7	16,9	23,6
Total das cat. – exc. Agricult.	60, 8	59,3	39,2	40, 7	40, 4	46,5	17,1	23,8

Fonte: IBGE: PNAD.

Nota: * Estimativa com coeficiente de variação superior a 15%.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Apesar da desaceleração, na presente década, do ritmo de crescimento populacional na RMC, há alguns aspectos relacionados à dinâmica demográfica que merecem destaque. O primeiro deles refere-se ao fato de que, ao mesmo

tempo em que Curitiba perde participação no total populacional regional, há a emergência de São José dos Pinhais como pólo dinâmico regional tanto em termos de atração populacional, como na geração de empregos.

O segundo aspecto é que há indicativos de menor pressão migratória, mas com provável mudança na participação dos imigrantes de outros Estados/Países, que vem ganhando maior peso nos fluxos imigratórios originados fora da RMC.

Em termos da dinâmica ocupacional, houve uma reversão das condições que vigoravam no mercado de trabalho, na última década do século passado. Houve uma forte expansão do número de ocupados, acompanhada por crescente formalização dos vínculos empregatícios e redução na taxa e no número de desempregados na região.

Esse dinamismo no mercado do trabalho foi marcado pelo acentuado crescimento da ocupação entre as mulheres e os não brancos. Como resultado desse processo, verificou-se certa equalização entre homens e mulheres e entre brancos e não brancos no que se refere às taxas de ocupação e de formalização do trabalho. As principais diferenças em relação a estes atributos se manifestam quando se considera a inserção na estrutura social, com homens e brancos sendo predominantes nas posições superiores dessa estrutura.

As mudanças na estrutura social metropolitana também diferem do verificado na década anterior, quando se acentuou certa polarização social. No período recente, verificou-se a ampliação da participação das categorias médias e superiores, enquanto houve um estreitamento na base da pirâmide social.

Os dados apontam para a continuidade do processo de diversificação social fora do polo metropolitano, o qual recebeu importante contingente de grupos superiores e médios. Entretanto, tais grupos encontram-se, ainda, muito concentrados no polo. Por outro, os trabalhadores da indústria e do terciário não especializado passaram a se concentrar fora do polo.

Mulheres e não brancos, seguindo sua maior participação no total dos ocupados, passaram a ter maior expressão em todos os grupos sociais. Entretanto, como mencionado acima, é no posicionamento na estrutura social que se manifesta as principais desigualdades sociais na região, principalmente para os não brancos.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

DESCHAMPS, M. V. (2002) Divisão socioespacial e fluxos migratórios na Região Metropolitana de Curitiba na década de 80. ANAIS: XIII Encontro Nacional de Estudos Populacionais: Violências, o Estado e a Qualidade de vida da População Brasileira. Ouro Preto, nov. 2002. Disponível em: <http://www.abep.org.br/>.

DESCHAMPS, M. V. (2004) Vulnerabilidade socioambiental na Região Metropolitana de Curitiba. Curitiba. Tese (Doutorado em Meio Ambiente e Desenvolvimento) – UFPR. Disponível em: <http://www.ipardes.gov.br/>.

DELGADO, P. R.; DESCHAMPS, M. V. (2009) Região Metropolitana de Curitiba: mudanças na estrutura socioespacial no período 1991-2000. IN: MOURA, R.; FIRKOWSKI, O. L. C. de F. Dinâmicas Intrametropolitanas e Produção do Espaço na Região Metropolitana de Curitiba. Rio de Janeiro: Observatório das Metrôpoles : Observatório de Políticas Públicas Paraná; Curitiba: Letra Capital Editora, 2009.

IPARDES (2005) Indicadores intrametropolitanos 2000: diferenças socioespaciais na região metropolitana de Curitiba. Curitiba: IPARDES. Disponível em: <http://www.ipardes.gov.br/>.

IPARDES (2009a) A economia paranaense e sua representatividade no âmbito nacional. Curitiba: IPARDES. Nota Técnica: setembro 2009. Disponível em: <http://www.ipardes.gov.br/>.

IPARDES (2009b) Índice IparDES de Desempenho Municipal – evolução do componente renda e emprego. Curitiba: IPARDES. Nota Técnica, dezembro 2009. Disponível em: <http://www.ipardes.gov.br/>.

IPARDES (2010) O Paraná na primeira década do século XXI. IPARDES. Nota Técnica, dezembro 2010. Disponível em: <http://www.ipardes.gov.br/>.

PRETECEILLE, E.; RIBEIRO, L.C. de Q. Tendências da segregação social em metrópoles globais e desiguais: Paris e Rio de Janeiro nos anos 80. Revista Brasileira de Ciências Sociais. São Paulo: ANPOCS, v.14, n.40., p.143-162, jun.1999.

66 Colombo, terceiro município em volume populacional, historicamente teve seu crescimento relacionado à função de cidade dormitório. No entanto, nos últimos anos se observam sinais de mudança nessa característica, agregando-se àquele espaço alguns equipamentos urbanos, como shopping center, faculdade e colégio internacional, que indicam uma diferenciação nas atividades de serviço. Além disso, o número de empregos formais gerados no período 2001/2008, segundo a RAIS, é da mesma magnitude do verificado em Araucária e Pinhais (entre 13 e 15 mil), ficando aquém apenas do gerado em Curitiba e São José dos Pinhais. Estas mudanças podem ser consideradas como indicativos de uma incipiente redefinição do status de Colombo em termos de funcionalidade.

67 A Pesquisa Mensal de Emprego na RMC, realizada pelo IPARDES em parceria com o IBGE, cuja série inicia em 2003, aponta a mesma tendência de redução da taxa de desemprego, bem como no número de desempregados, embora em magnitude diferente.

68 Segundo IPARDES (2007; pg. 25), com base em dados da RAIS, entre 1995 e 2007, o grupo de atividades “Veículos automotores, reboque e semi-reboques” gerou 25,5 mil postos de trabalhos, sendo 13 mil na presente década. Embora tais números refiram-se ao Estado, trata-se de uma atividade concentrada na RMC.

69 A taxa de desocupação é o complemento da taxa de ocupação para um total de 100%, somando estas duas condições ocupacionais.

70 Os princípios teóricos e metodológicos que orientaram a construção dessas categorias foram apresentados em PRETECEILLE, E.; RIBEIRO, L.C. de Q. Tendências da segregação social em metrópoles globais e desiguais: Paris e Rio de Janeiro nos anos 80. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**. São Paulo: ANPOCS, v.14, n.40., p.143-162, jun.1999.

71 Esta restrição está, em parte, associada à escala de análise; possivelmente, a amostra nacional permitiria operar com algumas especificações cuja representatividade fica comprometida quando se situa na escala metropolitana.

Capítulo 14

Mercado de trabalho e estrutura social: apontamentos sobre o extremo sul do Brasil na primeira década do século XXI

*Tanya M. de Barcellos
Rosetta Mammarella*

INTRODUÇÃO

O objetivo desse texto é realizar uma análise da estrutura social da Região Metropolitana de Porto Alegre (RMPA), comparativamente ao conjunto do Estado e ao seu município pólo, Porto Alegre, enfocando os anos mais recentes, posteriores a 2000, data do último Censo Demográfico.

Atualizar os estudos já feitos sobre o tema⁷² é de fundamental importância, tendo em vista que o ritmo das mudanças que acompanham a reestruturação produtiva – seja na ordem econômica, na social, ou no uso e ocupação dos territórios – é intenso e que em uma década as tendências esboçadas nos anos 90 podem ter se consolidado, aparecendo com mais nitidez. Ou, ainda, é possível que novas características estejam emergindo e dando outro perfil para a conformação social da região.

Para tanto, iremos nos basear nas informações da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD), que, a partir de 2002, adotou a CBO (Classificação Brasileira de Ocupações), também utilizada pelo Censo 2000, para o levantamento da variável ocupação. Trataremos de examinar o Estado, a Região Metropolitana e a Capital, Porto Alegre, com base nas PNADS de 2001 até 2008.

A abordagem contempla as características da População em Idade Ativa e Economicamente Ativa, de modo a obtermos uma visão do mercado de trabalho nessa última década, e a descrição do perfil demográfico e sócio-econômico da população ocupada. Esta última parte tem como base na

construção de categorias sócio-ocupacionais, com uma metodologia que nos aproxima de uma visão da hierarquia social⁷³. Como pano de fundo para a interpretação das informações, introduzimos uma análise da economia da região metropolitana, enfatizando a última década do século passado⁷⁴.

2. ESTRUTURA ECONÔMICA DA REGIÃO METROPOLITANA

ANTECEDENTES HISTÓRICOS

Para a compreensão das características básicas da RMPA no período recente é necessário retroceder ao final do século XVIII e início do XIX. Nessa época, já se ressaltava o papel de Porto Alegre enquanto porto para a saída dos excedentes que eram produzidos pela agricultura de subsistência dos colonos açorianos localizados em Viamão, Gravataí e Santo Antônio da Patrulha e ao longo dos vales dos rios Taquari e Jacuí, em Cachoeira, Rio Pardo, Triunfo, Santo Amaro⁷⁵ e Taquari (Carrion, 1989; Orth, Alves, 2001). Além disso, a imigração alemã, a partir de 1824, deu início à formação de novos núcleos de produção colonial, tendo por base São Leopoldo, ao norte de Porto Alegre, no Vale do Sinos e constitui um momento fundamental no processo de constituição da região.

Um intenso comércio se estabeleceu entre Porto Alegre e as colônias, e criou, conforme Singer (1968), as bases de um forte processo de industrialização que levou a cidade a assumir a liderança industrial do Estado a partir de 1920. A indústria que aí se desenvolveu apresentou desde cedo uma estrutura diversificada e voltada para o mercado local. O transporte fluvial predominou neste comércio até o fim do século XIX, quando a construção de uma ferrovia, visando responder à grande expansão da produção local, surgiu como fato relevante marcando o desenvolvimento da região. Em 1874 foi concluído o trecho entre Porto Alegre e São Leopoldo, que, em 1876, alcançou Novo Hamburgo, em 1903 Taquara, e, em 1924, Canela (Carrion, 1989).

Formou-se, assim, um eixo em direção ao norte, acompanhando a via férrea e depois a BR-116, concluída no final dos anos 40, ligando Porto Alegre a São Leopoldo e Novo Hamburgo. Foi nesse eixo que se concentrou, até o início dos anos 1970, a ocupação urbana e industrial da

atual RMPA. O desenvolvimento industrial que se estendeu para fora de Porto Alegre, seguindo a direção da antiga colônia alemã, deu lugar a uma expansão urbana com formato distinto do clássico centro – periferia que caracteriza grande parte das metrópoles brasileiras. De tal modo ocorreu essa expansão que se configurou uma conformação “multipolar”, até hoje claramente identificável, com Porto Alegre no centro da parte sul da região e São Leopoldo e Novo Hamburgo polarizando o norte (Castello Branco, 2003).⁷⁶ Esta diferenciação interna, que se acentuou ao longo do tempo, vem sendo denominada, em estudos sobre a região, de RMPA1 e RMPA2 (Mammarella, 2000; Alonso, 2003).

Além desse vetor, foram importantes na conformação da região os núcleos urbanos antigos localizados em Viamão e Gravataí, situados, de forma contígua, respectivamente à leste e nordeste de Porto Alegre.

Em termos econômicos, além de Porto Alegre, e dos municípios de Novo Hamburgo e São Leopoldo, no Vale do Sinos, outros centros industriais começaram a se sobressair um pouco mais tarde, como Canoas. Nesse caso foi fundamental a instalação da Refinaria Alberto Pasqualini, em 1968, que ensejou o desenvolvimento de um parque industrial já diversificado em 1970 e que cresceu com a presença de vários ramos dinâmicos, como o de química, material elétrico e de comunicações, metalurgia e mecânica. No caso de Novo Hamburgo e São Leopoldo, muito embora hoje já tenham ampliado as atividades de comércio e serviços, constituindo-se em pólos regionais, compuseram, junto com outras localidades do norte metropolitano, uma estrutura industrial muito especializada no ramo coureiro-calçadista, relacionada com sua origem histórica.

A construção da BR-290, ligando Porto Alegre à BR-101, na década de 70, configurou importante vetor no processo de expansão da metrópole, pois favoreceu a implantação de indústrias, especialmente em Gravataí, Cachoeirinha. Na esteira desse processo, surgiram os principais núcleos que se transformariam nas mais proeminentes cidades dormitório da Região: Alvorada, Viamão e Guaíba.

Como efeito dessa dinâmica ocorreu um movimento crescente de concentração populacional na Região Metropolitana: em 1940, nela estava 12% da população do Estado, proporção que alcançou os 23% em 1970, 29% em 1980, atingindo 35% em 1991. Nas duas últimas décadas, acompanhando tendência verificada nas grandes metrópoles nacionais, o

incremento já não foi tão significativo, estabilizando a participação da RMPA na população do RS entre os 36% em 2000, e 37% em 2010. A sede metropolitana, mesmo com menor crescimento e perdendo peso demográfico, continuou ainda a concentrar a população da Região Metropolitana numa proporção que se manteve à ordem dos 36% tanto em 2000 como em 2010. (Carrion, 1989; Barcellos, 2002).

CARACTERÍSTICAS RECENTES DA ECONOMIA METROPOLITANA

Durante a última década do século passado, a estrutura produtiva da região metropolitana foi palco das mudanças mais significativas que ocorreram no Rio Grande do Sul, tanto na composição do produto – indústria e serviços – como na estrutura do emprego, na dinâmica demográfica e na espacialidade intrametropolitana. (Alonso, 2001; 2003; 2003a; Alonso, Brinco, 2006)

Para entender o sentido dessas mudanças é preciso levar em conta que, nos anos 1990, os reflexos da trajetória da economia brasileira foram profundamente sentidos em dois momentos. O primeiro, em 1994, ocorreu com a implementação do plano Real, que incluía um aprofundamento da abertura comercial, a redução do tamanho do Estado, um câmbio “quase fixo” e uma política monetária ortodoxa. A apreciação cambial mantida, entre 1994 e 1998, atingiu diretamente o segmento mais dinâmico da economia regional, o exportador, resultando no enfraquecimento da economia do Estado. O segundo, a partir de 1998, com a derrocada da concepção original do Plano Real, estabeleceu um novo arranjo, que incluiu uma maxidesvalorização da moeda nacional em janeiro de 1999, resultando na remoção do câmbio apreciado, uma das principais restrições ao crescimento econômico através das exportações. (Alonso, Brinco, 2006).

Na Região Metropolitana, a indústria, a partir do final dos anos 80 e durante a década seguinte, realizou um profundo processo de ajuste estrutural (fusões, terceirização de serviços e introdução de inovações tecnológicas), tendo em vista a reestruturação produtiva internacional com seus desdobramentos no país e a política econômica interna que, adequando-se às exigências do FMI, passou a priorizar os princípios liberais de abertura comercial e redução do tamanho do Estado (Alonso, 2003).

O exame da participação do Valor Adicionado Bruto (VABpb) setorial e total da Região Metropolitana de Porto Alegre no VAB setorial e total do Estado do Rio Grande do Sul entre 1999 e 2002 revela que: a Agropecuária tem tido, regionalmente, uma presença pequena e cadente; o Setor Secundário mantém uma forte representação na RMPA, contribuindo, desde 2000, com mais de 50% no VAB estadual; o Setor Serviços, por sua vez, não sofreu modificações significativas ao longo do período considerado, e seu peso relativo no contexto estadual manteve-se em torno dos 46% (Alonso, Brinco, 2006).

Em termos de composição interna do produto na Região Metropolitana, Alonso (2004) analisa uma série histórica que retrocede a 1985, alcançando 2001 (Tabela 1). O que observa, ao longo do tempo, é que houve uma redução significativa da participação relativa do setor industrial no conjunto da produção entre 1985 e 1998, tendo como contrapartida um avanço do setor de serviços. Já no período seguinte – de 1999 a 2001 – o Setor Industrial recupera posição e os Serviços perdem posição relativa na composição da produção metropolitana, sugerindo um novo movimento de reconcentração industrial na RMPA.

Tabela 1
Composição percentual do PIB da RMPA - 1985-2001

ANOS	AGROPECUÁRIA	INDÚSTRIA	COMÉRCIO	DEMAIS SERVIÇOS	SERVIÇOS	TOTAL
1985	1,95	58,09	11,37	28,59	39,96	100
1990	1,45	55,09	12,64	30,82	43,46	100
1996	1,22	46,47	13,63	38,68	52,31	100
1997	1,11	48,51	13,36	37,02	50,38	100
1998	1,28	46,19	12,87	39,66	52,53	100
1999	1,16	48,27	12,67	37,9	50,57	100
2000	0,92	52,92	12,14	34,02	46,16	100
2001	0,95	52,75	12,22	34,08	46,3	100

FORNECEDORES DOS DADOS BRUTOS: Núcleo de Contabilidade Social-FEE. In: ALONSO, 2004.

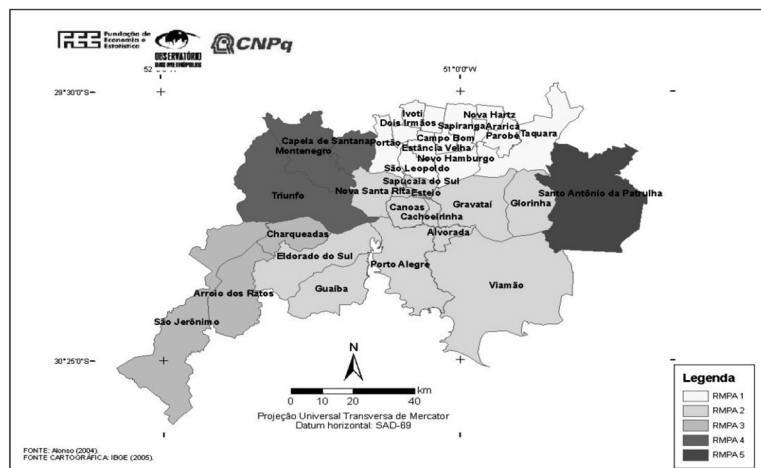
O aumento da concentração industrial na RMPA não foi generalizado em termos dos diferentes segmentos da indústria. Quem perdeu espaço foi o complexo de madeira (papel e papelão) e o complexo agroindustrial, principalmente nas atividades ligadas aos produtos alimentares e calçados e, bebidas e couros, peles e similares. O complexo metal-mecânico e o químico ampliaram sua participação no desenvolvimento da indústria metropolitana. No primeiro caso devido, particularmente, ao reforço que representou a implantação do complexo automotivo (General Motors) em Gravataí a partir da segunda metade de 2000; no segundo, devido ao desempenho na produção do refino de petróleo e derivados e de produtos

petroquímicos (Refinaria Alberto Pasqualini em Canoas e III Pólo Petroquímico, em Triunfo) (Alonso, 2004).

No que se refere à distribuição intrametropolitana do crescimento econômico nos anos 90, a importância dos principais centros manufatureiros da Região continua recuando: Porto Alegre, desde os anos 70 e São Leopoldo e Novo Hamburgo a partir dos anos 80.⁷⁷ Em substituição, “os três centros vêm assumindo, progressivamente, o papel de cidades *terciárias*, sendo isto revelado nos anos 90” (Alonso, 2003a).

Mas, os benefícios de crescimento econômico, bem como a sua estrutura, não ocorrem da mesma maneira em todas as porções do território metropolitano. Levando em consideração a atual formação da Região em 2000, composta de 31 municípios, foram identificados outros três subespaços (RMPA3, RMPA4, RMPA5), além das duas formações visíveis desde sua criação quando era composta por 22 municípios (RMPA1 e RMPA2). Esses subespaços apresentam características muito específicas, conforme Alonso (2004) (Mapa 1).

Mapa 1: Sub-unidades territoriais da Região Metropolitana de Porto Alegre



Fonte: Alonso, 2004.

A primeira, a RMPA1, está localizada na parte norte do território metropolitano, ao longo da BR116, área onde se instalaram os primeiros imigrantes alemães que vieram para o Estado do Rio Grande do Sul. Formada por municípios que se estendem no Vale do Sinos⁷⁸, é altamente especializada na produção de artigos de couro e calçados e outros gêneros afins, como peles, papel e papelão, manteve sua participação dominante no

conjunto do Estado nos anos 90. Do conjunto de municípios que conformam essa parcela do território, Novo Hamburgo e São Leopoldo, pólos sub-regionais, vivenciaram, na década de 90, uma perda relativa da função industrial que exerciam historicamente. Essa perda foi compensada pela intensificação das atividades de comércio e de serviços, podendo-se destacar a área de educação.⁷⁹ A produção industrial que historicamente esteve concentrada nesses dois municípios foi absorvida por Dois Irmãos e Ivoti, que elevaram a sua participação na produção industrial do estado.

A segunda, a RMPA2, está localizada na parte sul do território metropolitano e é nela que está sediada a capital do Estado.⁸⁰ Suas características econômicas são diferenciadas em relação à RMPA1, pois apresenta um setor industrial diversificado e de maior porte e maior valor agregado. Nela estão importantes complexos industriais: o Metal-Mecânico, que é predominante em Porto Alegre, Canoas, Gravataí, Guaíba e Cachoeirinha, *“onde não só oferta o maior número de empregos, apesar da crise da reestruturação, como é o responsável por parcela significativa do Valor Bruto da Produção (Valor das Saídas da Secretaria da Fazenda)”* (Alonso 2003, p.557); o Químico, que tem suas principais plantas em Canoas e Gravataí, mas também em Esteio, Guaíba e Cachoeirinha; o gênero Bebidas, que *“teve forte movimento de realocação e redimensionamento de suas plantas, estando estabelecido neste final de década (1998) em Porto Alegre, Viamão e Gravataí”*; os Produtos Alimentares, que *“tem suas unidades disseminadas em quase todos os municípios da RMPA2”* (Alonso, 2004).

A diferença em relação à RMPA1 também ocorre no que diz respeito ao comércio e à oferta de serviços, que são mais complexos e sofisticados. Na década de 90 ocorreu importante dinamismo no comércio de mercadorias, confirmando a polaridade exercida pela Capital e *“revelando importante centralidade da cidade de Canoas, outrora altamente dependente do comércio varejista da capital para o seu abastecimento”* (Alonso, 2004, p.27). Para se ter uma idéia da concentração que ocorre em Porto Alegre no que se refere ao comércio “moderno”, verifica-se que, segundo a ABRASCE (Associação Brasileira de Shopping Centers), cerca de 75% dos Shoppings Centers estabelecidos no Rio Grande do Sul, estão na capital. Em termos de serviços complexos e avançados, a primazia é igualmente da capital onde estão sediados os principais complexos hospitalares do Estado,

a Universidade Federal, o maior número de intermediários financeiros, e empresas modernas como de telefonia, telecomunicações e de comunicação. Canoas também se destaca por abrigar um importante campus universitário da Universidade Luterana do Brasil (ULBRA). Ou seja, a RMPA2 “*trata-se de uma unidade territorial marcada por um Setor Secundário dinâmico e fornecedor de produtos de maior valor agregado, ao mesmo tempo em que conta com um Setor Terciário igualmente diversificado e de ordem elevada na hierarquia dos serviços*” (Alonso, Brinco, 2006).

A RMPA3, localizada ao sudoeste da RMPA, é constituída apenas por três pequenos centros⁸¹, não apresentando relevância econômica nem urbana. Só é metropolitana porque se encontra relativamente próxima da mancha urbana (Alonso, 2004), sem, contudo, manter qualquer tipo de conurbação com os municípios da região. A RMPA4, cujos municípios estão localizados na parte oeste da região⁸², tem uma importância um pouco mais destacada, pois, embora seus centros urbanos também não sejam conurbados com a mancha principal, é sede do Pólo Petroquímico do Sul (Triunfo) e abriga um parque industrial mais diversificado em Montenegro, situado no principal eixo de expansão da RMPA, no caminho para Lajeado, Estrela, Teutônia, Santa Cruz do Sul e Venâncio Aires, que configuram a região perimetropolitana. Por fim, a RMPA5, constituída apenas por um município⁸³, localiza-se na parte leste da RMPA, em direção ao litoral, e não apresenta expressão econômica, caracterizando-se por uma estrutura muito diferenciada do padrão metropolitano, pois baseia-se na produção de cana de açúcar (Alonso, 2004).

A ampliação territorial da RMPA, ocorrida a partir de 1994, e que permitiu a identificação desses cinco subespaços, não alterou o peso da RMPA1 e da RMPA2 ⁸⁴. Ao contrário, eles são os mais expressivos do ponto de vista da história metropolitana, correspondendo, grosso modo, aos municípios de origem, sendo as áreas onde o fenômeno metropolitano - em termos de grandeza e complexidade social e urbana, de concentração econômica e populacional, e de dinamicidade com sentido regional - revela-se de modo efetivo. As outras três subregiões, situadas à leste e a oeste dessas duas formações, que foram recentemente incorporadas à RMPA, apresentam características peculiares e somente são metropolitanas por força das determinações legais.⁸⁵

Porém, todo o crescimento que foi observado na economia metropolitana não chegou a ser suficiente para melhorar a situação do mercado de trabalho. Além do significativo e persistente aumento do desemprego na RMPA, verificou-se queda generalizada nos rendimentos do trabalho assalariado, apesar da temporária reversão proporcionada pela queda relativa do imposto inflacionário nos primeiros anos do Plano Real. Esses impactos foram reforçados por um aspecto adicional, que é revelador da piora da condição de desemprego nos anos 90. Segundo a PED/RMPA, o tempo médio de procura por trabalho, que era de 25 semanas em 1993, passou para 46 semanas no final dos anos 90 (Xavier Sobrinho et alii, 2000).

Tabela 2
Estimativas da População em Idade Ativa (PIA), da População Economicamente Ativa (PEA), dos ocupados e dos desempregados e taxas de participação e de desemprego na RMPA – 1996-05

ESTIMATIVAS	(1.000 pessoas)									
	1996	1997	1998	1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005
PIA (10 anos ou mais)	2.669	2.721	2.780	2.855	2.925	2.969	3.019	3.057	3.123	3.199
PEA	1.457	1.469	1.576	1.665	1.722	1.740	1.736	1.771	1.807	1.835
Ocupados	1.266	1.272	1.325	1.349	1.436	1.481	1.470	1.475	1.520	1.569
Desempregados	191	197	251	316	286	259	266	296	287	264
Taxa de Participação (%)	54,6	54,0	56,7	58,3	58,9	58,6	57,5	57,9	57,9	57,1
Taxa de Desemprego (%)	13,1	13,4	15,9	19,0	16,6	14,9	15,3	16,7	15,9	14,6

FONTE: PED-RMPA, Convênio FEE, FGTAS/SINE-RS, SEADE-SP, DIEESE e apoio PMPA. In: ALONSO, BRINCO, 2006

Outros dados da Pesquisa de Emprego e Desemprego na RMPA, citados por Alonso, Brinco, 2005, revelam que, no decênio 1996-05, a População Economicamente Ativa (PEA) cresceu a uma taxa anual de 2,6%, enquanto a taxa de crescimento dos ocupados ficou posicionada em um nível algo inferior (2,41% a.a). Na medida em que a PEA é o resultado do somatório do número de ocupados e desempregados, é compreensível que o total destes últimos tenha permanecido em patamares elevados, conforme demonstrado pela média anual de 261,5 mil pessoas desempregadas. Tais resultados são também espelhados no comportamento da taxa de desemprego, que nunca baixou dos 13% e chegou mesmo ao pico dos 19% em 1999 (Tabela 2). Mais recentemente, o ano 2005 – com uma taxa de desemprego de 14,6%, a terceira menor na década em análise – confirmou a situação de melhoria relativa no mercado de trabalho que vem sendo observada desde 2004. Ainda assim, é preciso dizer que a expansão do número de ocupados foi muito tímida, nada sugerindo uma reversão consistente de tendências capaz de reduzir substancialmente o montante dos 266 mil desempregados registrados em 2005.

3. ANÁLISE DO MERCADO DE TRABALHO⁸⁶

CARACTERÍSTICAS DA POPULAÇÃO EM IDADE ATIVA (PIA)

Analisando a RMPA, comparativamente ao conjunto do Estado do RS e à Porto Alegre, pólo metropolitano, verificamos que, no período entre 2001 e 2008, em média, 36,6% da população em idade ativa do RS (em média 3,302 milhões de pessoas) estava concentrada na RMPA, sendo que cerca de 1/3 desse contingente metropolitano (1,171 milhões) residia em Porto Alegre. Se for levado em consideração apenas o total da PIA metropolitana, em POA se encontrava 35,5% desse contingente e 13% do total do Estado.

Entre 2001 e 2008 o contingente populacional em idade ativa da RMPA, que era de 3,1 milhões de pessoas, aumentou em 10, 3% durante os primeiros oito anos da década, percentual superior ao verificado no RS (8,9%) e em Porto Alegre, onde a população decresceu à ordem de 0, 5% negativos.

Em se tratando da pressão sobre o mercado de trabalho no extremo sul do País, não foram evidenciadas alterações significativas. As taxas de atividade das três formações espaciais se mantiveram ao longo do período, em proporções relativamente próximas e estáveis: a população economicamente ativa do RS, RMPA e POA equivaliam, em média, a 67%, 63% e 62%, respectivamente, da população de 10 anos e mais.

Numa breve caracterização da população em idade ativa no que diz respeito aos seus atributos demográficos, constata-se que:

- i. é **majoritariamente feminina** seja qual for o recorte espacial considerado: RS, RMPA, ou POA. Mas, essa predominância feminina é maior em Porto Alegre, correspondendo a um percentual médio de 55% da PIA nos anos analisados. Na RMPA é 53% e no RS se mantém em 52%;
- ii. é eminentemente branca, com percentual que alcança 85% da PIA no Estado, levando em consideração as proporções relativas entre as duas divisões predominantes de raça ou cor (branca e não branca, estes compostos apenas pelos pretos e pardos). Essa característica está muito associada à história de colonização de origem européia (particularmente de origem portuguesa, alemã e italiana) que o Estado abrigou em diferentes pontos de seu território. Na RMPA e na Capital essa influência também é marcante, mas não se pode deixar de registrar que quanto maior o nível de urbanização, particularmente na Capital, aumenta,

relativamente, a mistura racial, se for considerado que, em média, 82% da população de 10 anos e mais de cor branca vive em Porto Alegre, e 84% na RMPA;

- iii. em relação ao **perfil etário** da população observamos que há concentração na faixa que pode ser denominada de adulta madura: mais de 55% da população do RS tem entre 25 e 59 anos de idade, o que não difere muito nas outras duas espacialidades, pois 57% da população na RMPA e 56% em POA se encontram nessa faixa etária. A única nota digna de registro diz respeito à verificação em todos os níveis territoriais de uma característica que é própria das grandes concentrações urbanas: percentual menor de jovens adolescentes (10 a 14 anos) e maior de idosos (60 anos e mais). Em Porto Alegre, 9% da população se encontram entre os jovens-adolescentes e 16% entre os que adentram na terceira idade. Esse balanço etário encontra a mesma correspondência quando se trata do RS ou da RMPA. Então, a pirâmide etária apresenta desenho semelhante em todos os recortes espaciais do RS.

Quanto à dimensão sócio-econômica, traduzida por indicadores de escolaridade e renda, a população de 10 anos e mais do RS pode ser assim caracterizada:

- i. no que diz respeito à **escolaridade**, medida segundo quatro faixas em termos de **anos de estudo**, a diferença encontrada, comparando os três recortes espaciais, é muito significativa. Em Porto Alegre, mais de $\frac{1}{4}$ da população tem, em média, 12 anos e mais de estudo no período entre 2001 e 2008, o que supostamente significa que alcançou o curso superior. No RS, apenas 11% da população atinge esse nível de escolaridade. Mesmo na RMPA, levando em consideração a existência de importantes centros universitários localizados fora da Capital, apenas 15% da população chega ao que seria equivalente ao curso superior. Em contrapartida, 30% da população do RS têm apenas até quatro anos de escolaridade. Ou seja, na melhor das hipóteses, não passa do equivalente ensino fundamental, que em termos práticos significa meramente saber ler e escrever, e fazer contas elementares. Na RMPA não é desprezível o percentual de pessoas de 10 anos e mais que só logrou frequentar a escola até no máximo quatro anos, o que equivaleria ao ensino fundamental, desconsiderados as situações de repetência. São 23%, ou

seja, quase $\frac{1}{4}$ da população. Em Porto Alegre, embora apresentando o menor percentual, ainda encontramos uma cifra muito elevada nesse nível de escolaridade (17% da população), isso, sobretudo, se for levado em consideração o esforço em termos de política educacional voltada para esse nível de ensino que foi empreendido na Capital, mormente após 1989. Ou seja, ainda tem muita criança fora da escola ou ainda tem muito adulto em condição de analfabetismo total ou funcional. Levando em consideração o conjunto da principal aglomeração urbana do Estado, esse dado revela que é na periferia da Capital onde se observa, em sua grande maioria, as situações de alta vulnerabilidade social tendo como parâmetro o simples acesso à escola, sem sequer considerar a qualidade do ensino, que não está sendo medido com esse indicador;

- ii. no que diz respeito à **renda total** auferida pela população em idade ativa é gritante a diferença verificada não só entre as três espacialidades, como no decorrer do período. Em média, 27% da população do Estado, 19% da população metropolitana e 14% da de Porto Alegre recebem até um salário mínimo⁸⁷. Mas, respeitada a cronologia, é significativa a redução de pessoas situadas nessa faixa de renda entre o primeiro e o último ano, especialmente no conjunto do Estado, onde a diferença alcançou 11 pontos percentuais entre 2008 (21%) e 2001 (32%). Na RMPA é de seis pontos percentuais a redução de população nessa faixa e em Porto Alegre de apenas quatro pontos. A faixa subsequente de rendimentos – mais de um até três salários mínimos – é que concentra a maior parcela da população. Em termos médios, aqui se encontram 51% da população do RS, 54% da RMPA e 47% de Porto Alegre. Em 2008, houve um aumento da população nessa faixa de renda em comparação a 2001 nas três espacialidades, compensando a queda que houve na faixa anterior. Grosso modo, podemos dizer que houve uma migração, para um nível superior, da população que se encontrava na primeira faixa de rendimentos. Ou seja: aumentou o volume de pessoas com renda de até três salários mínimos no período considerado, especialmente no conjunto do Estado. Apesar desse fator positivo (caiu o percentual de população com renda muito baixa e aumenta o percentual da que pode ser considerada baixa – entre 1 e 3 SM), ainda é elevada a proporção de pessoas cuja renda não ultrapassa os três salários mínimos: em média

78% da população do RS, 73% da RMPA e 61% da de Porto Alegre. Na outra ponta, verifica-se que cerca de um quarto da população residente em Porto Alegre tem renda superior a cinco salários mínimos, enquanto na RMPA esse percentual foi de 15% e no Estado de apenas 11% (em Porto Alegre, era de 11% a população com renda superior a 10 salários mínimos). Portanto, as oportunidades e possibilidades de auferir renda pessoal relativamente elevada são encontradas na Capital, sendo a captação de rendimentos em patamares elevados diretamente proporcional ao tamanho da urbanização.

Em linhas gerais, podemos salientar algumas características no perfil da população no RS nos três recortes territoriais analisados:

- i. No período 2001- 2008, considerando a população de 10 anos e mais de idade em conjunto, a de **sexo feminino** é maioria, o que é mais significativo em Porto Alegre;
- ii. A população de 10 anos e mais de idade é majoritariamente **de cor branca**, nos três níveis territoriais, havendo, em Porto Alegre, maior mistura racial;
- iii. **Os níveis de escolaridade se mantêm relativamente baixos**, principalmente considerando o conjunto do RS. As condições de escolaridade na RMPA são melhores, mas não ultrapassam o equivalente ao nível médio, que são 11 anos de estudo. É apenas na Capital onde se evidenciam sinais de maiores possibilidade de acesso à escola, uma vez que mais de $\frac{1}{4}$ da população alcança 12 anos e mais de escolaridade;
- iv. Há um percentual muito **elevado de população**, em especial no conjunto da unidade da federação (78%) e na RMPA (73%), com rendimentos de **até três salários mínimos**, sendo na Capital onde a população tem maiores acessos a rendas mais elevadas (14% situa-se na faixa de mais de 5 até 10 salários mínimos e 11% na faixa de mais de 10 salários mínimos).

INSERÇÃO DA POPULAÇÃO NO MERCADO DE TRABALHO

A análise do perfil da população segundo sua inserção no mercado de trabalho revela, em primeiro lugar, que mais de 60% da população de 10 anos e mais de idade está trabalhando ou se encontra em situação de

procura de trabalho, constituindo a população economicamente ativa (PEA), nas três formações geográficas consideradas, sem que tenha havido variação significativa durante o período. Em termos médios no período, a menor cifra foi encontrada em Porto Alegre (62%) e a maior no conjunto do RS (67%), ficando a RMPA numa situação intermediária (63%).

Do total da PEA estadual, 35% em média, no período, se concentrava na RMPA. Desse contingente, o peso da Capital é relevante. Em média também 35% da PEA metropolitana residiam em Porto Alegre no período entre 2001 e 2008. No que se refere à taxa de desocupação, a participação média da RMPA em relação ao conjunto do Estado é de 48%. No entanto, em alguns anos (2002 e 2004) essa participação chega a quase 52%, com sinais de melhora em 2008, apesar de ainda preocupante (44%). Levando em consideração o conjunto metropolitano, em Porto Alegre encontrava-se em média 36% dos desocupados.

No que diz respeito à **condição de ocupação**, a situação no RS é relativamente favorável, se for levado em consideração que mais de 90% da PEA encontra-se ocupada. No conjunto do RS a taxa de ocupação é de 94%, superior à da RMPA e a de Porto Alegre (que é de 91% em ambas as localizações). Aqui, portanto, observamos que quanto mais concentrada a urbanização, menor a taxa de ocupação. A existência de uma rede urbana complexa no âmbito do Estado, bem como de aglomerações urbanas com significativo peso econômico, para além da RMPA, podem ser a causa da existência de taxa de ocupação agregada superior a das outras duas formações.

A análise dos atributos demográficos da PEA revela algumas características interessantes.

Quanto à diferenciação da população **segundo o sexo**, contrariamente à tendência encontrada entre a PIA, que é predominantemente feminina, no caso da população economicamente ativa, é a do sexo masculino que se encontra majoritariamente inserida no mercado de trabalho. Tomado o conjunto da população masculina, em média, no período, 76% no RS, 73% na RMPA e 71% em Porto Alegre integravam a PEA. Para a população feminina esse percentual cai para 58% no RS e 55% nas outras duas espacialidades. Examinando o patamar (ou nível) de ocupação do contingente masculino da PEA, constatamos que ele é superior ao do contingente feminino. A PEA ocupada masculina atinge médias superiores

a 93% no período. Embora em menores proporções, a taxa de ocupação feminina no RS se aproxima da taxa masculina quando se considera o conjunto do RS (92%). Na RMPA e em Porto Alegre a taxa de ocupação feminina é menor, 89%. Portanto, se o desemprego tende a ser maior nas grandes aglomerações urbanas, ele repercute mais sobre a população feminina.

Levando em consideração a população em termos **de raça ou cor**, distribuída segundo os atributos “brancos” e “não brancos”, a taxa de atividade (participação da PEA na PIA) se manteve superior a 60% em todo o período e espacialidades, não se diferenciando muito entre os brancos e os não brancos (considerando-se, como se viu acima, que os não brancos não passam dos 18% do total da população de 10 anos e mais e, isso, em Porto Alegre). A taxa de ocupação (participação dos ocupados na PEA total) é relativamente elevada para os dois conjuntos analisados, mas com vantagem entre os brancos, que superam os 92%, em média, enquanto para o grupo dos pretos e pardos é de 91% no RS e de 88% na RMPA e Porto Alegre. Ou seja, quando se trata de desemprego a condição de cor ou raça ainda se constitui em fator que exerce pressão negativa no mundo do trabalho. A taxa de desocupação entre os negros e pardos atinge seu maior patamar médio de 12% na RMPA e em Porto Alegre, enquanto entre os brancos é de no máximo de 8%.

A análise da taxa de atividade segundo o **perfil etário** aponta para uma situação estável, seja do ponto de vista das variações ocorridas dentro do período, como entre as espacialidades consideradas. As maiores proporções de PEA se encontram na faixa entre os 25 a 39 anos (87% em média), seguida da faixa entre os 40 e 59 anos (entre 77 e 79%) e dos 15 aos 24 anos (63 a 69%). Algumas situações merecem destaque: nos intervalos de 10 a 14 anos e de 60 anos e mais, as proporções mais elevadas de PEA se encontram no conjunto do RS (14% e 39%, respectivamente); ao contrário, é em Porto Alegre onde são menores as proporções nessas mesmas faixas etárias (3% e 25%, respectivamente). Ou seja, fora da grande aglomeração urbana é onde se encontra, proporcionalmente, uma população que ingressa no mercado de trabalho com menos idade e permanece disponível na terceira idade. Quanto à taxa de ocupação, a situação é muito semelhante nos três recortes analisados: tanto na faixa entre 25 a 39 anos, como de 40 a

59 anos ela situa-se num patamar que gira entre os 32% e os 35%, mantendo estabilidade ao longo do tempo.

As características do mercado do trabalho gaúcho no tocante ao acesso à **escola** indicam que quanto maior o nível de escolaridade, medido em anos de estudo, maiores são as taxas de atividade, independentemente se tem moradia na Capital, na RMPA ou conjunto do RS. Mais de 80% da população que alcançou 12 anos e mais de escolaridade fazem pressão sobre o mercado de trabalho. Inversamente, o local de moradia faz muita diferença quando se trata de baixa escolaridade. Entre a população que só logrou freqüentar a escola até quatro anos, a taxa de atividade é de 36% em Porto Alegre, contra 42% na região e 54% no conjunto do Estado, confirmando a seletividade do mercado de trabalho no contexto aglomerativo, no que diz respeito às exigências de capacitação. Em situação intermediária se encontram os grupos de população com cinco a oito anos de estudo, que apresentaram uma taxa de atividade média entre 52% em Porto Alegre e 65% no Estado; e, finalmente entre a população que freqüentou a escola de nove a 11 anos (equivalente ao segundo grau), a proporção de população economicamente ativa é menor em Porto Alegre (71%) e maior no RS e na RMPA (78% e 77%, respectivamente). Quando se trata da taxa de ocupação, a situação é bem distinta em Porto Alegre frente aos outros dois recortes espaciais. Em Porto Alegre, em média no período, a proporção de empregados é de 31% entre os que freqüentaram mais de 12 anos de escola e de 30% entre o grupo que tem de nove a 11 anos de estudo. Já, na região metropolitana e no conjunto do Estado, as maiores proporções (mais de um terço) se encontram na faixa de cinco a oito anos de estudo.

No período, a **renda média da população ocupada** do RS não é muito elevada nem mesmo na Capital, onde em média alcança o maior valor, que gira em torno dos 4,5 salários mínimos⁸⁸. Na RMPA a renda média é de 3,2 salários mínimos, sendo que no conjunto do Estado se encontra a pior situação: 2,7 salários mínimos.

Neste tópico, chama atenção a maior seletividade do mercado de trabalho no pólo metropolitano, o que é evidenciado pela maior ocupação dos que têm escolaridade mais elevada.

A maior presença masculina e de população branca no mercado de trabalho aponta as diferenças nas oportunidades entre segmentos da

população, que são mais evidentes nas maiores aglomerações urbanas. Já em relação aos rendimentos, os trabalhadores de Porto Alegre, seguidos dos da RMPA, estão em melhor situação que a média do RS.

CONDIÇÃO DE PROTEÇÃO SOCIAL

A análise das condições de proteção social foi efetuada a partir de um universo de população diferente do considerado acima. Foram enquadrados como protegidos os empregados com carteira, os empregados sem carteira, mas com contribuição previdenciária, os trabalhadores por conta-própria com contribuição previdenciária, os militares e os funcionários públicos. Foram contabilizados como não protegidos os empregados sem carteira e sem contribuição previdenciária e os trabalhadores por conta-própria sem contribuição previdenciária. Ficaram fora do universo estudado os empregadores, tanto pequenos como grandes, e os ocupados não remunerados.

Em termos médios no período, verificamos que quanto maior a urbanização maior o potencial de proteção social ao trabalho. Em torno de 40% dos trabalhadores no Estado do RS não se encontra em condições de proteção social. Entre 2001 e 2008 aumentou a proporção de população ocupada com proteção em 2,5 pontos percentuais em Porto Alegre; mas é no conjunto do Estado em que esse aumento aconteceu de modo mais significativo em termos relativos: 6 pontos percentuais

No RS as mulheres se encontram em melhores condições de proteção social, enquanto na RMPA quem leva pequena vantagem são os homens (67% - mulheres 66%). Em Porto Alegre o atributo de sexo não diferencia nesse indicador. Ambos se apresentam com 68,5% de trabalho protegido.

No que diz respeito à proteção no trabalho, a condição de cor/raça não é significativa em Porto Alegre. Já na RMPA e no RS faz alguma diferença: os brancos são em proporções maiores que os não brancos (quase 4 pontos percentuais) quando o assunto é proteção social.

Quando analisamos a idade, as duas pontas, os jovens-adolescentes e a terceira idade formam os grupos com menor proporção de proteção social. Quanto aos menores em idade pode estar acontecendo distorção dos dados tendo em vista o tamanho da amostra.

É interessante observarmos que a condição de proteção social é diretamente proporcional aos anos de estudo: quanto mais anos de estudo maior a proporção de população com trabalho protegido.

4. ESTRUTURA SÓCIO-OCUPACIONAL⁸⁹

PERFIL DA ESTRUTURA SÓCIO-OCUPACIONAL

A análise da distribuição da população segundo categorias sócio-ocupacionais (CATs) nos três recortes territoriais delimitados, no período analisado – de 2001 a 2008 –, permite conhecer alguns pontos que se sobressaem.

No que diz respeito à estrutura sócio-ocupacional, em linhas gerais, vemos que, durante todos os anos, as categorias que se situam no topo da hierarquia social são menos numerosas em todos os recortes territoriais, embora estejam um pouco mais representadas no núcleo metropolitano.

Há predomínio das ocupações médias na estrutura da RMPA e na de Porto Alegre. No RS, os trabalhadores do secundário são os mais destacados, em nível semelhante ao das categorias médias. Em Porto Alegre, além das categorias médias, que têm a maior participação entre os três recortes territoriais, são relevantes os trabalhadores do terciário e os profissionais de nível superior, evidenciando a situação diferenciada da capital como pólo na oferta de serviços especializados.

Quanto mais urbanizada, mais significativo é o peso dos profissionais de nível superior e das categorias médias, sendo que em Porto Alegre, os dirigentes também aparecem com participação diferenciada.

Os trabalhadores do Terciário não especializado apresentam a mesma participação na Região e na Capital, superando os resultados do Estado como um todo.

Os agricultores têm importância somente no RS, mas mesmo na RMPA, têm significado maior que os dirigentes, cuja participação só supera 1% em Porto Alegre.

No que diz respeito à dinâmica da estrutura sócio-ocupacional, considerando a diferença entre os anos limites, observamos que os profissionais de nível superior e as ocupações médias crescem nos três

recortes, sendo que os primeiros mais em Porto Alegre e, por ordem, RMPA e RS. O comportamento das ocupações médias segue ordem inversa.

A participação dos Trabalhadores do Secundário cresce somente no RS. E, levando em consideração os movimentos da economia, é possível inferir que a redução do peso dos trabalhadores da indústria na região e na capital estaria acompanhando a reestruturação da produção que se aprofunda nas últimas décadas, apontando ainda uma tendência de desconcentração da produção industrial.

Os Trabalhadores do Terciário têm crescimento importante somente no RS, sendo que em POA cai seu peso, o que contraria a expectativa em relação às tendências apontadas pela literatura de aumento da importância do setor Terciário nas grandes aglomerações urbanas.

Os trabalhadores do terciário não especializado têm peso cadente nas três estruturas, sendo a queda mais elevada em Porto Alegre, comportamento que se contrapõe às perspectivas de mudança da estrutura social em direção à forma da ampulheta⁹⁰.

Os agricultores, coerentemente com o avanço da urbanização, perdem importância também nos três recortes, mas a redução é mais significativa no Estado como um todo, onde esta categoria tem ainda presença destacada.

Os pequenos empregadores diminuem seu peso relativo de modo relevante na Capital, o que ocorre ainda na RMPA, mas com menos intensidade. No conjunto do Estado a participação dessa categoria na estrutura sócio-ocupacional se mantém.

Os dirigentes têm pequeno aumento de importância em POA e no RS e perdem na RMPA.

PERFIL DEMOGRÁFICO E SOCIAL DAS CATEGORIAS SÓCIO-OCUPACIONAIS

Quanto à **divisão por sexo**, verificamos que, nos três recortes territoriais, a participação de homens representa em torno de três quartos dos ocupados nas categorias dos dirigentes, pequenos empregadores e trabalhadores do secundário. Cabe ressaltar que a presença masculina no setor secundário é ainda mais elevada, bem acima dos 80%, em Porto Alegre. Ela ainda supera os 50% nas ocupações médias, nos três recortes territoriais, e entre os agricultores na região e na capital.

Nos três níveis territoriais, as mulheres predominam com índices superiores a 65% entre os trabalhadores do terciário não especializado, o que se relaciona com o peso dos trabalhadores domésticos nessa categoria, já que entre eles as mulheres são majoritárias.

Sua participação entre os profissionais de nível superior tem peso semelhante, mas somente no RS. Na RMPA e em Porto Alegre ele é um pouco menor (mas acima de 50%) entre esses profissionais. No caso dos profissionais de nível superior o resultado favorável às mulheres está influenciado pela presença feminina significativa na categoria dos professores que integra esse grupo.

Também é majoritária a presença de mulheres nos trabalhadores do terciário.

Os índices de participação feminina, tendo em vista o período analisado, são cadentes no RS e RMPA e estáveis na Capital, quando se trata dos profissionais de nível superior. Já no que se refere aos trabalhadores do terciário e do terciário não especializado, a presença feminina é crescente nos três recortes, indicando as desvantagens, em geral, com que ocorre a inserção das mulheres no mercado de trabalho.

O peso dos homens é crescente entre os profissionais de nível superior e trabalhadores do secundário no RS e RMPA. Em Porto Alegre, sua presença é ascendente também no caso dos pequenos empregadores.

Em relação à **cor**, os brancos predominam em todas as CATs. A presença de não brancos se eleva à medida que se desce na hierarquia social, alcançando, entre os trabalhadores do terciário não especializado, respectivamente, 31,5%, 32% e 34,6%, no RS, RMPA e na Capital. São exceções os agricultores que estariam na base dessa hierarquia, e que, no entanto, exibem proporção menor de não brancos do que os não especializados do terciário, e os pequenos empregadores no RS, onde a presença de não brancos é inferior à que se verifica entre os profissionais de nível superior. É interessante observar que no período analisado o significado dos não brancos cresce, de modo geral, em todas as categorias nos três níveis, à exceção dos pequenos empregadores em Porto Alegre.

Examinando a **média de idade**, no período, observamos que em todos os recortes territoriais, os trabalhadores em ocupações médias e os do terciário são, em termos médios, os mais jovens (entre 35 e 37 anos). Seguem-lhes

os do secundário e terciário não especializado, com idade média um pouco superior, mas abaixo dos 40 anos.

Com idade média mais alta aparecem os dirigentes e os agricultores nos três recortes e os pequenos empregadores no RS e na capital (sempre acima de 40 anos), sendo a mais elevada a dos agricultores de Porto Alegre, com 47,93 anos.

A idade média aumenta entre 2001 e 2008 para quase todas as categorias, com exceção dos dirigentes no RS e das ocupações médias e agricultores em Porto Alegre. Contudo, esse aumento é mais significativo (em torno de 2 anos) entre os trabalhadores do secundário e terciário não especializado nos três níveis territoriais, e entre os pequenos empregadores do RS e capital e dirigente da RMPA e Porto Alegre.

No que se refere à **escolaridade média**, no período, chama atenção que ela é, em geral, mais elevada em Porto Alegre, apontando uma maior competitividade no mercado de trabalho e, portanto, maiores exigências de qualificação no núcleo metropolitano. A exceção fica com os trabalhadores do secundário que têm uma escolaridade média levemente maior no RS.

A categoria dos profissionais de nível superior apresenta a média mais elevada (14,79 anos em Porto Alegre). Com médias um pouco inferiores estão os dirigentes, cujos resultados são melhores à medida que aumenta o nível de concentração urbana, sendo que na Capital essa média quase alcança a dos profissionais. Num terceiro patamar aparecem as ocupações médias e os pequenos empregadores que, assim como no caso anterior, exibem médias mais altas na Capital, seguida da Região e por fim do conjunto do Estado.

No período 2001-2008 verifica-se um pequeno aumento na média de escolaridade praticamente em todas as categorias. Somente os pequenos empregadores da região e os agricultores de Porto Alegre assistiram a uma leve queda da escolaridade média.

Os níveis de escolaridade não seguem diretamente a ordem da hierarquia. Essa correlação acontece somente a partir dos trabalhadores do terciário, no RS e na RMPA. É interessante observar que os trabalhadores do terciário não especializado de Porto Alegre têm escolaridade média levemente superior a dos trabalhadores do secundário que os antecedem na hierarquia sócio-ocupacional,

Os resultados em relação à **renda média** expõem igualmente a situação diferenciada da Capital, que apresenta níveis mais elevados em todas as categorias.

É importante observar que a renda, em termos médios no período, apresenta um padrão coerente com a hierarquia de ocupações até o nível das ocupações médias.

A partir desse patamar isso nem sempre ocorre. Na RMPA e na Capital, os trabalhadores do secundário ganham em média melhor do que os do terciário, que lhes antecedem na pirâmide social. Os agricultores, com maior intensidade na Região e em Porto Alegre, rompem igualmente com a ordem das ocupações, apresentando médias mais altas do que as dos trabalhadores do terciário não especializado. Isso pode se relacionar à existência de produção agrícola ligada a nichos de consumo elitizado nessas áreas, como o da produção de orgânicos. Há, porém, um problema com os resultados dos agricultores de Porto Alegre, cuja renda tem um comportamento muito oscilante, com queda muito forte em 2008, mas mesmo assim com uma média de rendimento bastante elevada e acima das três categorias que estão imediatamente acima. Não se pode descartar a probabilidade de distorção de resultados da amostra, pois os agricultores têm presença muito reduzida nesses recortes.

Entre 2001 e 2008, em geral, houve aumento ou manutenção do rendimento médio. Quem mais ganhou em termos de renda foram os dirigentes, com diferenças superiores a R\$1.000, 00 entre 2001 e 2008 nos três recortes territoriais, chegando a quase R\$3.000, 00 na região e na capital. Os pequenos empregadores tiveram também ganho significativo em Porto Alegre.

Nas demais categorias, os ganhos foram bem menos importantes, ficando com diferenças positivas ainda significativas (superando os R\$100, 00) os trabalhadores do terciário não especializado no RS e na capital, os trabalhadores do secundário no Estado como um todo, e os agricultores na região metropolitana. Apenas os profissionais de nível superior, as ocupações médias, e os trabalhadores do terciário viram cair seu patamar de renda, e isso, sobretudo, em Porto Alegre e na Região Metropolitana.

CONDIÇÕES DE PROTEÇÃO SOCIAL DAS CATs

Como vimos anteriormente, esta parte da abordagem tem um tratamento diferenciado em função de estarmos considerando um universo menor, que não contempla os empregadores e os ocupados não remunerados.

A categoria dos dirigentes é a que apresenta os maiores índices médios de proteção nos três recortes territoriais, sendo que o valor mais elevado (94,7%) ficou com a RMPA seguida da Capital e do RS.

Em geral, nos três recortes territoriais, o nível de proteção acompanha a ordem da hierarquia, chegando a seu menor valor entre os agricultores, que exibem a menor cobertura na RMPA (35,9%). Como exceção, vemos que essa categoria, pior situada em termos de proteção social, ficou com resultado acima do alcançado pelos trabalhadores não especializados e pelos do secundário de Porto Alegre, com um percentual de cobertura quase igual ao das ocupações médias. Aqui novamente devemos fazer referência ao comportamento da média de proteção dos agricultores em Porto Alegre, que assiste a um crescimento muito elevado em 2008, fazendo com que a incidência de problemas no tamanho da amostra talvez se coloque, já que essa categoria é muito pouco representada na capital.

Os patamares de proteção são bastante semelhantes nos três recortes para quase todas as categorias. Alguns destaques, porém, merecem ser feitos.

Os trabalhadores do terciário não especializado são mais protegidos quanto maior a concentração urbana, enquanto, ao contrário, os do secundário exibem o pior nível em Porto Alegre (51,4%), cerca de 10 pontos percentuais inferior ao da região e do Estado. Os profissionais de nível superior, também são menos protegidos à medida que aumenta a urbanização.

Comparando os anos extremos do período examinado, observamos que a categoria dos dirigentes teve seu índice de proteção reduzido no RS, mantido na região e levemente ampliado em Porto Alegre. Para os profissionais de nível superior, se verificou redução em todos os recortes, sendo que na capital ela alcançou 8,4 pontos percentuais. As ocupações médias tiveram seu patamar mantido no RS, mas em queda nos outros níveis territoriais. Os trabalhadores do terciário avançaram na condição de trabalho protegido, sobretudo, no RS, mas também na RMPA. Somente na Capital isso não ocorreu. Já os do Secundário, os do terciário não especializado e os agricultores avançaram em todos os recortes.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALONSO, J. A F. O cenário regional gaúcho nos anos 90: convergência ou mais desigualdade?: **Indicadores Econômicos FEE**, Porto Alegre, FEE, v.31, n.3, p.248-269, 2003;

ALONSO, J. A, BRINCO, R.. Caracterização geral da Região Metropolitana de Porto Alegre (RMPA) In: MAMMARELLA, R. (coord.) **Como anda a metrópole de Porto Alegre**. Porto Alegre: FEE; Metroplan; UFRGS, 2006. Cd-Rom.

Alonso, J. A. F. Efeitos da reestruturação produtiva na dinâmica da Região Metropolitana de Porto Alegre: (RMPA) na década de 90. In: **Caderno Metrópole**, nº 11, 1º sem. 2004, p.9-40

ALONSO, J.A.F. Efeitos da reestruturação produtiva na dinâmica da Região Metropolitana de Porto Alegre (RMPA) na década de 90. In: FEE, **Desigualdades socioespaciais na Região Metropolitana de Porto Alegre: uma coletânea (CD-Rom)**, 2004

MAMMARELLA, R., BARCELLOS, T.M. de. Questões teóricas e metodológicas na pesquisa recente sobre as grandes cidades: notas para reflexão **Ensaio FEE**, Porto Alegre, FEE, v.22, n.2, 2001, p.248-269.

MAMMARELLA, R., BARCELLOS, T.M. de M. Uma abordagem tipológica da estrutura socioespacial da Região Metropolitana de Porto Alegre (RMPA) em 1991 e 2000. In: ALONSO, J.A.F., MAMMARELLA, R., BARCELLOS, T.M. de (orgs.) **Território, Economia e Sociedade**. Transformações na Região Metropolitana de Porto Alegre. Porto Alegre, FEE, 2009 (pg.137-177)

QUEIRÓZ RIBEIRO, L.C., RIBEIRO, M.G., COSTA, L.G. Estrutura social das metrópoles brasileiras. Rio de Janeiro, 2010 (mimeo)

SASSEN, Saskia (1998). **As cidades na economia mundial**. São Paulo: Studio Nobel.

72 MAMMARELLA, BARCELLOS, 2009).

73 QUEIRÓZ RIBEIRO, RIBEIRO, COSTA (2010)

74 A análise da economia metropolitana se baseou nos trabalhos ALONSO, J. A F. (2003, 2004) e ALONSO, J. A, BRINCO, R.. 2006.

75 Santo Amaro é atualmente o município de General Câmara.

76 Na RMPA “*não há uma mancha de ocupação do solo por uso urbano, mas um conjunto de manchas: mais explicitamente, há uma mancha central e principal que corresponde, grosso modo, aos primeiros 14 municípios, além de Portão, e manchas isoladas como os subconjuntos Parobé-Taquara, Triunfo-São Jerônimo-Charqueadas e, separadamente, com características predominantemente rurais, Glorinha e outros municípios do norte da região, tais como Ivoti e Dois Irmãos. Há, portanto, dois traços descritivos gerais. Primeiramente, constata-se que há subregiões cujas manchas urbanas estão marcadamente isoladas. Em segundo lugar, há manchas urbanas que não correspondem efetivamente ao continuum que configura uma Região Metropolitana*” (Zaniratti, 1999) .

77 Esse conjunto de três municípios, geravam 16,55% da produção manufatureira do Estado em 1990, recuando para 12,19% em 2001.

78 A RMPA 1 é integrada por Novo Hamburgo, São Leopoldo, Campo Bom, Dois Irmãos, Sapiranga, Nova Hartz, Araricá, Parobé, Taquara, Ivoti, Estância Velha e Portão.

79 Nessa parcela da região estão instaladas duas importantes instituições de ensino superior, o Centro de Universitário Feevale, localizado em Novo Hamburgo desde 1970, e a Universidade do Vale do Rio dos Sinos, Unisinos, sediada em São Leopoldo há 37 anos, sendo essa última uma das maiores universidades privadas do país.

80 Além de Porto Alegre, a RMPA 2 é composta por Canoas, Esteio, Sapucaia do Sul, Nova Santa Rita, Cachoeirinha, Alvorada, Gravataí, Glorinha, Viamão, Eldorado do Sul e Guaíba.

81 Charqueadas, São Jerônimo e Arroio dos Ratos. Fora Charqueadas que abriga a Aços Finos Paratini e tem algum significado no setor de transportes, os outros dois municípios tem pouca relevância econômica, não se destacando, inclusive, no setor primário.

82 Triunfo, Montenegro e Capela de Santana. O Pólo Petroquímico localizado em Triunfo é um complexo formado por poucas e grandes empresas, se constitui num enclave localizado fora da sede, que mantém pouca ou nenhuma relação com outras atividades do município, estabelecendo vínculos fora da cidade e até mesmo do Estado; já Montenegro abriga, inclusive na sua sede, ramos industriais diversificados, como produtos alimentares, bebidas, matéria plástica, química, calçado, gerando mais emprego do que Triunfo e em franca expansão.

83 Santo Antonio da Patrulha, que foi um dos quatro primeiros municípios criados no Rio Grande do Sul.

84 No estudo preliminar para delimitação da região metropolitana no RS, o Conselho Metropolitano de Municípios já distinguia, em 1968., “*sob o ponto de vista estrutural (determinada pelos fluxos), como de expansão da continuidade urbana e, principalmente, das funções, duas grandes unidades: a de Porto Alegre (...) e a de São Leopoldo-Novo Hamburgo (...)*” (DELIMITAÇÃO...1968, p.25)

85 Foi na RMPA2 – em especial em Canoas e Gravataí - que os grandes investimentos dos anos 90 se concentraram, “*(...) sinalizando a reversão de uma tendência de desconcentração espacial da produção industrial metropolitana em favor do resto do Estado que se verificara nas décadas anteriores. Enquanto isso, a RMPA1 viu-se comprometida pela crise enfrentada pelo setor coureiro-calçadista, intensamente afetado pelos efeitos da reestruturação global e pelos ajustes realizados no modelo de crescimento seguido pelo País.*” (Alonso, 2004).

86 Os dados dessa seção são decorrentes das PNAD de 2001 a 2008.

87 O salário mínimo em 2008 era de R\$415,00.

88 O salário mínimo do período foi devidamente deflacionado, sendo considerado o valor de R\$415,00 relativos ao ano de 2008

89 A análise desta seção se baseia na estratificação social elaborada pelo Observatório das Metrôpoles, a partir da variável ocupação existente nas bases de dados da PNAD, de 2001 a 2008, que são consideradas proxy da estrutura social.

90 Conforme mostrado em estudo anterior (MAMMARELLA, BARCELLOS, 2001) as discussões sobre os impactos sociais e espaciais das transformações econômicas que acompanham a globalização – especialmente os estudos de Saskia Sassen (1998) – convergiam para a tese da *global city*, cuja hipótese central seria a existência de nexos estruturais entre as mudanças em curso na economia e a intensificação da dualização social. A perspectiva é de que se configuraria um “novo tipo histórico de cidade”, a cidade global, distinto das cidades industriais consolidadas tanto na estrutura econômica como nas estruturas social e espacial resultantes. Do ponto de vista social, essas cidades são descritas como locus de um movimento crescente de polarização entre ricos e pobres, entre incluídos e excluídos, em que desapareceria a oposição de classes como fator central de segmentação social. O perfil social resultante da reestruturação produtiva no mercado de trabalho, com o crescimento do Setor Terciário, a modernização e retração do Secundário, e um “encolhimento” das classes médias, tenderia para uma polarização entre camadas privilegiadas, qualificadas e bem remuneradas, e segmentos mal remunerados e sem qualificação, configurando uma estrutura social no formato de ampulheta.

Capítulo 15

2001 A 2008: um tempo bom para o trabalho em Goiás

Rita Petra Kallabis

1. Introdução

Os anos de 2001 a 2008 têm sido bons em Goiás para quem vive do trabalho. Esta conjuntura favorável, no entanto, não foi suficiente para remediar os graves problemas estruturais existentes, exemplificados pelo baixo nível de renda e pela baixa cobertura de proteção social da ampla maioria da população. Os processos de estruturação social e econômica em Goiás – ressaltando-se que este acompanhou e modelou aquele, caracterizam-se por serem fragmentados e limitados. Por um lado o Estado logrou se industrializar, com uma forte base agroindustrial, e criou potentes centros administrativos, comerciais e educacionais. Existem agro-clusters bem integrados no sudeste do Estado, polos farmacêuticos de grande porte e importantes indústrias de extração de minerais no norte do território goiano; Goiânia, a capital, e cidades de médio porte como Rio Verde e Anápolis vivenciaram um prolongado boom imobiliário; as cidades do interior goiano se modernizam e se diversificam visivelmente

O maior peso das atividades econômicas, no entanto, está no setor de serviços ligado a atividades de subsistência, informais ou de baixo conteúdo de conhecimento e tecnologia. Não se trata de um setor de serviços originado na indústria e, muito menos, resultado da diferenciação e diversificação próprias das sociedades industriais. O processo de transformação estrutural não objetivou a inclusão da população, ou seja a transformação econômica e a transformação social não ocorreram de forma sincronizada. Os resultados se refletem num mercado de trabalho dual, com empregos formalizados e não formalizados e, também, com um expressivo

contingente de pessoas fazendo qualquer coisa para ganhar o mínimo para viver. Além do mais, fora de um pequeno segmento de postos de trabalho ligados a funções de direção e gerência, pode-se avaliar que a maioria dos empregos é de baixa qualidade nos quesitos renda, proteção social e exigência quanto ao conhecimento. Ou seja, a estrutura produtiva não gera empregos de boa qualidade em quantidade suficiente para absorver a população. Nisso, há duas desvantagens adicionais visíveis: uma territorial e outra social.: Assim sendo, a qualidade dos empregos no interior do Estado de Goiás é mais baixa do que na capital; além disso, há grupos específicos em desvantagem, notadamente pessoas de cor, mulheres e, parcialmente, jovens.

Desta maneira, o Estado de Goiás reproduziu a mesma heterogeneidade estrutural existente em todo o território brasileiro, fruto da dinâmica desigual e descontínua da industrialização tardia. Vista deste ângulo, a pobreza, expressa pelos baixos níveis de renda e pela informalidade (esta última entendida como exclusão da proteção social), é resultado da organização do sistema produtivo brasileiro.

O crescimento industrial e a atividade agroindustrial geraram empregos diretos e indiretos, no entanto, não no mesmo montante do afluxo populacional vindo para as cidades em Goiás, um fenômeno conhecido de todas as cidades brasileiras. A industrialização “trunca” (Fajnzylber, 1983) não tinha sido ordenada com o objetivo de construir um sistema produtivo capaz de absorver a força de trabalho existente. O que durante as décadas de crescimento acelerado (1950 a 1970) não foi possível alcançar sofreu revezes durante a década perdida (1980) e a estagnada (1990), deixando o Brasil com a aparência de um “bicho estranho”, anacrônico, onde elevada modernidade e mais humilde sobrevivência convivem (Oliveira, 2003). Disso, o Estado de Goiás não está isento.

Após duas décadas de estagnação em todo o território, o país iniciou novamente uma trajetória de crescimento, sendo os anos de 2001 a 2008 especialmente positivos no Estado de Goiás, que apresentou taxas de crescimento superiores à média nacional e elevou sua participação no PIB brasileiro. Tomando a descrição anterior como ponto de partida, pergunta-se quais os efeitos desta retomada sobre “o trabalho”, tanto do mercado de trabalho quanto da estruturação das ocupações, sendo estas últimas espelhos da estrutura social. Formalização, renda e cobertura de proteção social

aumentaram? Este seria um indicador da melhoria da qualidade dos empregos. Exige-se mais conhecimento? Este seria um indicador de adensamento tecnológico e cognitivo no processo produtivo, sinal de desenvolvimento, não só de crescimento.

Como resultado, pode se resumir que a condição de vida das pessoas melhorou levemente, no entanto, a heterogeneidade estrutural persiste. No ritmo da década de 2000 seriam necessárias ainda algumas décadas para superar a extrema diversidade de renda e formalizar o mercado de trabalho goiano. As melhorias da renda devem ser atribuídas, em grande parte, à política de valorização do salário mínimo dos dois governos Lula. A conjuntura favorável, por sua parte, induziu uma dinâmica de formalização dos postos de trabalho, expressa, também, no aumento da cobertura da proteção social. No entanto, as rendas são ainda muito baixas, e a proteção social não alcança mais do que 50% da população, com uma distribuição bastante heterogênea entre as categorias ocupacionais. A educação, apresentada como mecanismo *par excellence* para melhorar a qualidade da inserção no mercado de trabalho, parece funcionar somente a partir de uma formação superior pelo menos inicial. O nível de escolaridade aumentou, porém faltam empregos compatíveis com a formação escolar da população economicamente ativa, bem como um sistema de profissionalização eficaz para atender às demandas do mercado. Isto vale especialmente para os jovens, que sofrem as mais altas taxas de desemprego. Ou seja, criaram-se empregos, mas poucos empregos de boa qualidade, o que coloca os avanços em perigo, já que se pautam mais por causas conjunturais do que estruturais. Em relação às mulheres, há alguns avanços, sobretudo conquistados via aumento da escolaridade. Quanto à cor, as vantagens da população branca sobre as demais são ainda muito acentuadas.

Após esta introdução, seguem mais três seções. A primeira aborda rapidamente as mudanças na estrutura econômica de Goiás; a segunda verifica as variações no mercado de trabalho em geral; a terceira analisa as categorias sócio-ocupacionais quanto ao comportamento das variáveis renda, proteção social, escolaridade e grupos vulneráveis, sempre para os anos de 2001 a 2007.

2. A ESTRUTURA ECONÔMICA

No século XX, Goiás acompanhou as profundas e rápidas transformações socioeconômicas pelas quais passaram as regiões do sul e sudeste e, em sequência, todas as regiões brasileiras. Aqui, estas transformações foram guiadas, sobretudo, por políticas federais e estaduais que visaram integrar o Estado ao centro dinâmico do país, no sentido de completá-lo. Historicamente, Goiás tem sido um Estado com participação pequena na economia nacional. No entanto, a implementação de políticas públicas voltadas à ocupação do Planalto Central e a sua integração no mercado nacional fizeram com que os impulsos de crescimento vindo de São Paulo pudessem ser absorvidos e potencializados regionalmente⁹¹. As políticas de desenvolvimento regionais, principalmente no âmbito do I e II PND, promoveram a modernização do setor agropecuário e um maior crescimento econômico, bem como impulsionaram a diversificação das estruturas produtivas e a urbanização (Rodrigues 2007).

Mesmo com a drástica mudança da dinâmica do crescimento populacional ocorrido na década de 1980, Goiás continuou crescendo sob forte contribuição do setor público, ainda que em ritmo menos acelerado. Na década de 1990, a hegemonia da ideologia neoliberal e seu postulado do Estado mínimo quase inibiram as políticas promotoras voltadas ao crescimento econômico (Rodrigues, 2007:180).

A modernização e a agroindustrialização ocorreram nos moldes da modernização conservadora (Tavares, 1993), pois os beneficiários das políticas eram os grandes proprietários rurais. Isto contribuiu para uma maior concentração fundiária regional, sendo que a maquinização pesada da produção agrícola, principalmente do sudoeste goiano, acentuou o processo de urbanização nas cidades, ao provocar um acentuado êxodo rural (Estevam, 1998). Este, junto com a elevada imigração de outros estados, notadamente do nordeste, ampliou rapidamente a demanda por infraestrutura e serviços urbanos e, ao mesmo tempo, agravou os problemas sociais, criando bolsões de pobreza e vastas áreas periféricas com ainda parca ou insuficiente urbanização na Região Metropolitana de Goiânia.

Goiás viveu na primeira metade da década de 1980 uma inversão entre a participação dos setores industrial e primário na composição do PIB. Para mostrar a profundidade e rapidez da transformação: em 1960, a indústria somava apenas 7,3% do valor gerado e atingiu 29,6% no ano de 1999;

inversamente, em 1960 o setor agrícola contribuía com 49,5% e, em 1999, com apenas 16,2% (Rodrigues, 2007:145).

No final da década de 1990, a participação do Estado de Goiás no produto nacional girava em torno dos 2,3%, com tendência à elevação nos anos recentes (Tabela 1).

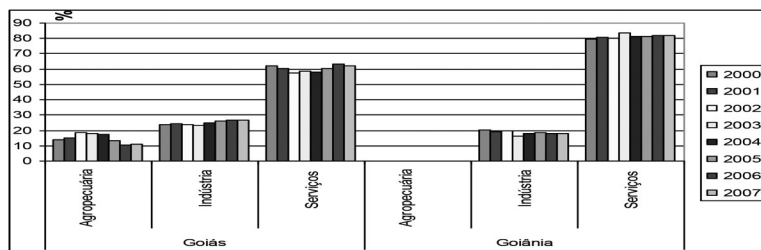
Comparando-se as taxas de crescimento da economia brasileira no período compreendido, revela-se o aumento da atividade econômica goiana acima da média nacional (4,5% contra 3,7%) e bem mais estável. O gráfico 1 retrata a participação de cada setor na composição dos produtos goiano e goianiense.

Tabela 1: Brasil e Estado de Goiás: taxa de crescimento do PIB em Goiás, participação relativa no PIB do Brasil – 2000 – 2007

Ano	Taxa de Crescimento		Participação do PIB de Goiás no PIB nacional (%)
	Brasil (%)	Goiás (%)	
2000	4,3	5,01	2,23
2001	1,3	3,34	2,30
2002	2,7	5,32	2,53
2003	1,1	4,24	2,52
2004	5,7	5,22	2,47
2005	3,2	4,18	2,35
2006	4,0	3,10	2,41
2007	6,1	5,47	2,45

Fonte: IBGE (2011) e Seplan/SePIN; elaboração própria.

Gráfico 1: Goiás e Goiânia – Participação no Valor adicionado Bruto - por setores - 2000 – 2007

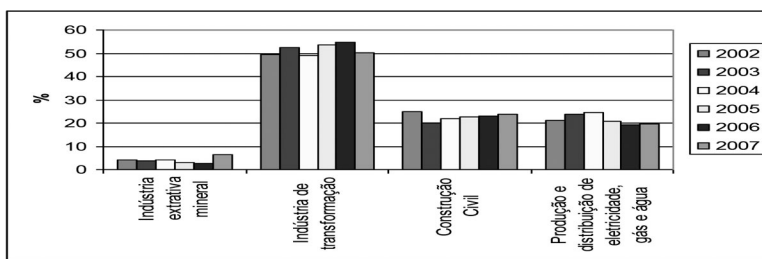


Fonte: IBGE e Seplan/SePIN –GO – elaboração própria

No Estado como um todo, de 2000 a 2007 o setor primário foi responsável em média por 13% do valor agregado, com tendência declinante. O setor industrial respondeu na média por 26%, com tendência

ascendente. Chama atenção a dominância do setor terciário, na média responsável por 61% do valor gerado. É necessário levar em conta que uma parte do setor terciário gira em torno de atividades direta ou indiretamente ligadas aos setores agropecuário e industrial. No território goianiense, onde a atividade agropecuária é, naturalmente, muito reduzida, domina o setor de serviços com mais de 80% na geração de valor, mantendo-se a indústria um pouco abaixo dos 20%. O gráfico 2 desagrega os dados dos setores industrial e de serviços.

Gráfico 2: Goiás – segmentos do setor industrial - percentual no Valor adicionado Bruto do setor - 2002 - 2007

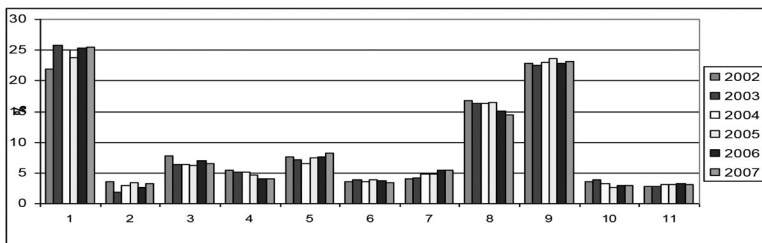


Fonte: IBGE e Seplan/Sepin – GO – elaboração própria,

Percebe-se que a indústria de transformação contribui com mais da metade do valor adicionado gerado no setor (52% na média). Forte é a construção civil, com 23% na média do período, superando o segmento ligado à infraestrutura (água, gás e energia elétrica), com 21% na média. O quadro é completado pela extração mineral, atualmente em expansão (com 4% na média).

Analisando o setor terciário – gráfico 3 -, destacam-se alguns segmentos: em média, 25% do valor adicionado é gerado pelo setor comercial (1), 15% pelo setor imobiliário (8) e 23% pela administração pública, inclusive saúde e educação (9), Juntos, respondem estes três segmentos, na média, por 63% do setor.

Gráfico 3: Goiás – segmentos do setor terciário - percentual no Valor adicionado Bruto do setor - 2002 - 2007



1 - Comércio, manutenção e reparação; 2 - Alojamento e alimentação; 3 - Transportes e armazenagem; 4 - Serviços de informação; 5 - Intermediação financeira, seguros e previdência complementar; 6 - Serviços prestados às famílias; 7 - Serviços prestados às empresas; 8 - Atividades imobiliárias e aluguel; 9 - Administração, saúde e educação públicas; 10 - Saúde e educação mercantis; 11 - Serviços domésticos

Fonte: IBGE e Seplan/Seplan –GO – elaboração própria.

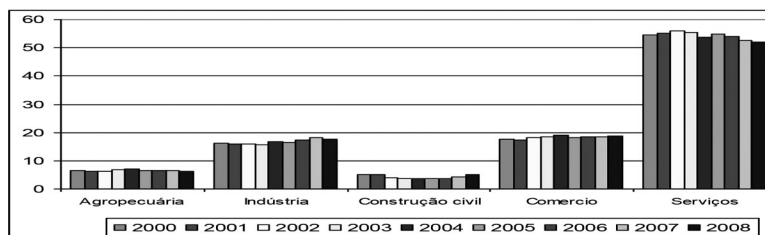
O setor de serviços é bem diversificado. Entretanto, a ideia de que o setor de serviços poderia estar diretamente ligado à agroindústria e à indústria não se sustenta, já que somente 5% do valor adicionado advêm deste segmento (7). Contabilizando ainda o segmento de transportes e armazenagem (3), com 5%, e eventualmente da intermediação financeira (5) com 7%, eleva-se este valor, sem no entanto poder interferir pelos simples dados o lugar que estes segmentos ocupam na cadeia de valor, já que transporte e serviços bancários são essenciais a toda a população.

A estrutura econômica – os setores e seus segmentos – informa sobre a origem da riqueza gerada no Estado. Mas, qual o tamanho da dualidade (formalidade-informalidade) e qual o leque da heterogeneidade, medidos por rendimento médio por setor?

Segundo dados da PNAD, em 2008 quase cinco milhões de pessoas acima de dez anos de idade moravam no Estado de Goiás⁹² e, destes, 3.199 milhões estavam economicamente ativas, estando ocupados⁹³ 2.982 milhões. No mesmo ano foram registrados, conforme a RAIS, 1.064 milhões de empregos formais em Goiás, ou seja, dos empregos de todos os tipos existentes, somente um terço encontrava-se formalizado nos critérios da RAIS. Não é possível extrair desta junção tão direta um dado duro, mas ela dá uma boa ideia inicial do tamanho da informalidade.

Analisemos a seguir a distribuição dos empregos formais na estrutura produtiva apresentada anteriormente, como mostra o gráfico 4. Respondendo por 13%, em média, do valor agregado bruto, o setor primário abriga somente 8% dos empregos formais, uma relação de 1,63 valor/emprego. O setor industrial, que gera em média 26% da riqueza estadual, aporta 23% destes postos de trabalho, respondendo a construção civil por cinco pontos percentuais (1,13 valor/emprego). O setor terciário, onde se originam, em média, 61% do valor gerado, abriga 72% dos empregos formais (18 pontos percentuais somente no setor comercial), o que representa uma relação entre valor e emprego de 0, 85.

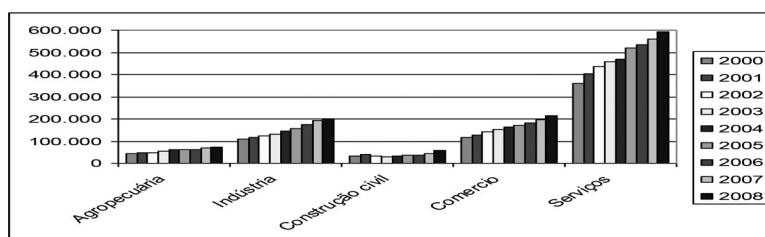
Gráfico 4: Goiás - Empregos Formais – percentual por setor - 2000 a 2008



Fonte: RAIS/MTE – elaboração própria.

Neste gráfico, também se percebe o aumento da participação dos empregos formais do setor industrial no total dos empregos, um claro indicador do aumento da atividade deste setor e do fato de este gerar postos de trabalho com mais qualidade. O que vale ressaltar, ainda, é como o setor primário é pouco absorvedor de mão de obra formal, o que, provavelmente, remete a dois fatores principais: a agropecuária maquinizada é poupadora de mão de obra, e a agropecuária familiar é sustentada por autônomos e pequenos proprietários. Na avaliação da PEA total, é necessário ficar atento ao tamanho real do mercado de trabalho rural, já que a qualidade deste indica a capacidade do campo de fixar a população rural e aliviar o inchaço das cidades. O Gráfico 5 mostra esta evolução dos empregos formais, com uma clara tendência à formalização.

Gráfico 5: Goiás - Número de Empregos Formais – por setor - 2000 a 2008



Fonte: RAIS/TEM – elaboração própria.

Em valores absolutos, todos os setores apresentaram crescimento do número de empregos formais, sendo o setor de serviços o que mais absorveu mão de obra. Comparando o ano de 2008 ao de 2000, percebe-se um aumento de 64% no número de empregos formais na agropecuária, de 86% na indústria, de 73% na construção civil, de 81% no comércio e de 64% no setor de serviços. Isto quer dizer que houve, no período compreendido, uma clara melhoria nos mercados de trabalho. Isto é um importante pano de fundo para verificar se esta melhoria tem sido conjuntural ou se deixa vislumbrar uma melhoria estrutural. Esta deveria se

refletir na composição dos empregos e na redução de categorias mais precárias.

3. O MERCADO DE TRABALHO

Até então, desenhou-se rapidamente o ambiente econômico do Estado de Goiás, mostrou-se sua diversificação estrutural, o tamanho da sua dualidade - apontada na introdução - bem como os indicadores de melhoras neste cenário. Houve crescimento, acima da média nacional, e uma tendência à formalização dos postos de trabalho e a maior participação da indústria no total dos empregos. Nesta seção, focalizam-se as pessoas que procuram seu sustento nas estruturas econômicas existentes, lembrando-se de que, em sociedades capitalistas, os desprovidos de meios de produção têm como única fonte de renda - além da ação criminal ou de eventuais transferências de renda por heranças individuais ou políticas sociais - a venda da sua força de trabalho. Mas não basta ter uma fonte de renda. É imprescindível o acesso à proteção social contra os riscos da perda ou da diminuição da capacidade de vender sua força de trabalho e poder atravessar períodos à procura de emprego. Por isso, nível de renda e acesso à proteção social são as duas variáveis-chave para avaliar a qualidade dos empregos.

Neste contexto, precisa-se ainda levar em consideração que o mercado de trabalho não é somente o *locus* de distribuição de mão de obra e de renda, mas também o *locus* de distribuição dos lugares ocupáveis na sociedade, o que respalda a análise das taxas de desocupação e das funções assumidas no mercado de trabalho

O primeiro indicador, o da População em Idade Ativa (PIA), informa quem está potencialmente no mercado de trabalho, contabilizando, segundo o IBGE, todas as pessoas com idade igual ou superior a 10 anos de vida, sem limite superior. No Estado de Goiás, a PIA correspondeu no ano de 2001 a 4,2 milhões de pessoas, chegando no ano de 2008 a 4,9 milhões de pessoas, ou seja, houve um acréscimo significativo de 17,2 %. (IBGE-PNAD, 2008). Em Goiânia, a situação é semelhante. A cidade tinha, em 2001, 1,02 milhões de pessoas com mais de 10 anos de vida; em 2008, a PIA somava 1,14 milhões de pessoas. Na capital, portanto, o crescimento da PIA foi de 9,3% (PNAD, 2008). Importante ressaltar neste momento que a PIA pode crescer por migração ou por crescimento vegetativo (natalidade

menos mortalidade), quer dizer, o mercado de trabalho, mais cedo ou mais tarde, terá de oferecer mais postos de trabalho numa magnitude correspondente.

A estrutura do mercado de trabalho é formada por quatro variáveis principais, ou seja, a população em idade ativa (PIA), a população economicamente ativa (PEA), a população ocupada (PO) e a população não ocupada (PNO) ou desempregada. A PEA mede a parcela da PIA que procura sua inserção no mercado de trabalho, e a PO informa qual a parcela da PEA da população efetivamente empregada. A PNO mede a parcela da PEA não ocupada na semana da pesquisa, mas ativamente à procura de uma atividade remunerada.

A tabela 2 mostra os dados para Goiás e Goiânia, percebendo-se uma evolução favorável para o trabalho. A PIA de Goiás aumentou 17% no período, a PEA 21% e a PO 23%. Primeiro, nem todo incremento da PIA é absorvido por inteiro no mercado de trabalho. Nem todas as crianças trabalham, por exemplo. O aumento da PEA significa que mais pessoas procuraram um emprego, coisa que ainda não haviam feito. Isto pode ocorrer quando fontes alternativas de renda cessam, por conjunturas desfavoráveis ao pequeno empreendedor, por exemplo, ou a transferência pública de renda piorar. Como este não foi o caso no período compreendido – ao contrário, houve crescimento e reforço das políticas públicas sociais –, estes dados revelam um claro aumento da atratividade do mercado de trabalho.

Os dados apontam um aumento do número de empregos, a tal ponto de reduzir a taxa de desocupação: a PO cresceu ainda acima da PEA. Este dado é impressionante, pois incluir um quinto a mais de força de trabalho significa que a estrutura econômica também tenha se expandido nesta magnitude.

Como o crescimento médio da PEA é de 2,5% ao ano e sabendo que o crescimento econômico ficara no mesmo intervalo de anos em 4,5% ao ano, isto significa que a renda per cápita no Estado também cresceu. Necessário se faz, verificar se este crescimento redundou na melhoria da qualidade dos postos de trabalho (renda e proteção social). Em Goiânia, a dinâmica foi semelhante. A PIA cresceu 11%, a PEA 14% e a PO 16%.

De onde vem o crescimento da PEA? Ele se traduziu de fato na redução das taxas de desemprego? A resposta está nas tabelas 3a e 3b, que mostram

o percentual de cada faixa etária à procura de inserção no mercado de trabalho (Taxa de Atividade) e a taxa de desocupação neste mesmo grupo ao longo do período escolhido.

Tabela 2: Goiás e Goiânia - PIA, PEA e População ocupada - 2001 a 2008

(em 1.000)

Ano	Goiás			Goiânia		
	PIA	PEA	PO	PIA	PEA	PO
2001	4.204	2.639	2.426	1.024	660	598
2002	4.317	2.686	2.510	1.020	658	612
2003	4.413	2.734	2.507	1.035	679	618
2004	4.517	2.876	2.665	1.057	671	629
2005	4.617	2.933	2.662	1.057	697	633
2006	4.759	2.973	2.758	983	611	557
2007	4.859	3.125	2.887	1.106	749	693
2008	4.929	3.199	2.982	1.137	752	694

Fonte: PNAD, 2001 - 2008 / IBGE.

Antes de ler a tabela, seguem alguns dados básicos: em Goiás, a participação de crianças na PEA (de 10 a 14 anos) declinou entre 2001 e 2008 de 1,6% para 1%. O grupo dos jovens, de 15 a 24 anos, ocupou em 2008 14,2%, um declínio de 1,3 pontos percentuais em relação ao ano de 2001. Os 14,2% de jovens são compostos por 5,8% de jovens entre 15 e 19 anos e por 8,4% de jovens adultos de 20 a 24 anos. Os dois dados são importantes, porque mostram a redução do crescimento demográfico. O grupo de pessoas com 25 a 39 anos preencheu em 2008 24,8%, sem grandes variações no período analisado; 21,1 % da PEA era formada, em 2008, por pessoas entre 40 e 59 anos de idade, com um acréscimo de 5 pontos percentuais em relação ao ano de 2001. Também o contingente de pessoas com 60 anos ou mais de vida pertencentes à PEA aumentou de 2,9% para 3,9%. Estes dois últimos dados mostram o envelhecimento em curso da PEA, o que se fará sentir na próxima década. Em comparação com as médias nacionais, a PEA Goiânia apresenta-se um pouco mais jovem, no entanto, a dinâmica é semelhante (IBGE-PNUD, 2011).

Tabela 3a: Goiás - PEA e população não ocupada por faixas etárias - 2001 a 2008

Faixas etárias/	De 10 a 14	15 a 24	De 25 a 39	De 40 a 59	60 anos ou mais
-----------------	------------	---------	------------	------------	-----------------

Ano	PEA	PNO	PEA	PNO	PEA	PNO	PEA	PNO	PEA	PNO
2001	13,0	15,3	64,8	18,1	81,9	6,8	73,9	3,6	32,1	1,1
2002	11,3	8,2	63,5	20,2	79,8	4,9	74,2	3,5	35,7	2,5
2003	9,2	21,6	63,0	19,1	80,9	7,0	73,5	3,9	33,5	3,1
2004	9,7	12,0	66,1	17,5	82,5	6,5	75,3	3,3	33,9	1,5
2005	7,2	13,3	67,1	17,2	82,8	8,0	75,1	3,8	32,8	3,2
2006	8,1	14,1	64,3	18,0	82,0	6,2	74,3	3,5	33,3	1,0
2007	8,4	20,2	64,0	16,4	83,6	6,6	77,8	4,3	36,3	2,0
2008	8,6	22,2	68,8	15,9	84,1	6,4	78,5	2,8	32,8	3,1
Média	9,5	15,8	65,2	17,8	82,2	6,6	75,3	3,6	33,8	2,2

Fonte: PNAD, 2001 - 2008 / IBGE.

Tabela 3b: Goiânia - PEA e População não ocupada por faixas etárias - 2001 - 2008

Faixa etária/	10 a 14		15 a 24		25 a 39		40 a 59		60 anos ou mais	
Ano	PEA	PNO	PEA	PNO	PEA	PNO	PEA	PNO	PEA	PNO
2001	10,2	30,3	66,9	18,6	84,9	6,8	75,4	3,5	23,1	3,0
2002	9,1	15,4	66,4	13,6	84,7	4,9	73,4	4,3	27,6	2,5
2003	8,3	36,3	63,7	17,3	86,3	6,4	73,4	5,6	31,2	1,2
2004	4,6	15,4	61,6	13,2	84,1	5,4	75,4	2,5	28,2	1,2
2005	5,5	6,2	67,7	19,8	86,5	7,9	76,9	3,4	28,0	2,3
2006	8,6	17,4	61,6	20,6	83,9	5,5	73,4	5,0	26,2	1,2
2007	7,5	35,0	64,8	13,0	88,0	7,1	80,5	4,5	32,8	3,4
2008	6,3	42,1	68,5	14,2	88,1	7,3	79,6	3,6	24,0	4,1
Média	7,5	24,8	65,2	16,3	85,8	6,4	76,0	4,0	27,6	2,4

Fonte: PNAD, 2001 - 2008 / IBGE.

Voltando às tabelas: tanto em Goiânia quanto em Goiás há a mesma tendência decrescente na inserção de pessoas entre 10 e 14 anos no mercado de trabalho, isto é, o trabalho infantil diminuiu sensivelmente. Como a legislação brasileira não permite a inserção ativa precoce de crianças na vida laboral, os dados refletem a assimilação desta exigência, e as altas taxas de desocupação, nesta faixa etária, podem ser vistas como positivas.

Na segunda faixa etária, dos jovens de 15 a 24 anos, constata-se um leve aumento da PEA, com tendência decrescente de desocupação, tanto em território goiano quanto goianiense. A taxa de atividade média no período

contemplado é de 65,2%, e a taxa de desocupação fica em torno dos 18%. Enquanto a taxa de atividade relativamente baixa faz sentido – já que muitos jovens ainda estão terminando sua educação formal –, a alta taxa de desocupação sinaliza problemas, pois os jovens, no início da sua vida laboral, enfrentam sérios obstáculos para ingressar com sucesso na vida ativa. Como esta taxa é muito alta – quase um em cinco jovens está procurando emprego e não está ocupado –, pode-se supor que há poucas ofertas para os jovens aprenderem uma profissão ou se familiarizarem com uma tarefa. Em outras palavras, há pouca estrutura para absorver os jovens que desejam se inserir no mercado numa sociedade que exige sempre mais conhecimento e preparação da sua força de trabalho.

A desocupação juvenil acarreta, ademais, sérios problemas sociais, pois o mercado de trabalho ainda é o local principal para definir o lugar que o indivíduo e o grupo no qual está inserido ocupa no tecido social. Além disso, o trabalho é um dos principais meios de socialização na vida adulta. Ressalta-se também que uma alta taxa de desocupação sinaliza para os jovens afetados a não ascensão social, promessas não cumpridas de participação no consumo e no projeto de democracia. Se as promessas não são cumpridas ou se sua realização é muito truncada, afrouxam-se os mecanismos que fazem com que o indivíduo se esforce para atender às exigências vinculadas à participação plena na sociedade pós-moderna. Em casos extremos, pode haver o que Castel (1999) chama de desfiliação, isto é, quando os jovens se desligam da sociedade que lhes nega a inclusão de uma maneira que não conseguem mais abraçar as oportunidades realmente existentes ou aproveitar ciclos econômicos mais favoráveis. Eles correm o perigo de perder a ligação com as regras do jogo⁹⁴.

Na faixa etária dos jovens adultos e adultos, 25 a 39 anos, constata-se uma taxa de atividade crescente, chegando a 88% em Goiânia e 84% em Goiás no ano de 2008. A taxa de desocupação neste grupo oscilou, ficando em média na casa dos seis por cento para ambos, mostrando que o mercado de trabalho absorveu ativamente o contingente adicional gerado pelo crescimento da PIA.

Na faixa etária dos adultos maduros, 40 a 59, observa-se a mesma dinâmica, ou seja, aumento da taxa de atividade sem aumento da taxa de desocupação, só que em proporções menores. Seria importante investigar por que a atividade deste grupo fica 10 % abaixo da do grupo anterior. Por

outro lado, fica a taxa de desocupação quase na metade da do grupo anterior, o que significa maior estabilidade dos empregos.

A tendência observada – PEA crescendo, PO estável - não é tão clara no último grupo observado, o das pessoas em idade laboral avançada (com 60 anos de idade ou mais). Primeiro, a parcela da taxa de atividade nesta faixa etária é muito pequena, 27,6% na média. Com os dados disponíveis, não há como dizer se este fato se deve à ampla cobertura com rendimentos não provindos do trabalho (essencialmente a aposentadoria) ou ao desalento. Interessante é que a taxa de desocupação é mínima. Isto faz sentido; nesta idade não há mais muita troca de emprego e há de se supor que a maioria nesta idade ocupe empregos relativamente estáveis; pode-se também imaginar que exista um grupo grande na situação do desemprego por desalento, não captado pelos dados da PNAD.

Resumindo: mais pessoas de todas as faixas etárias – fora do grupo das crianças - se inseriram no mercado de trabalho e elas encontraram ocupações, tanto em Goiás quanto em Goiânia. O mercado de trabalho goiano mostrou-se menos flexível, contudo as diferenças não são muito acentuadas. As taxas de desocupação mostram uma tendência claramente desfavorável aos mais jovens.

A próxima variável relaciona a PEA e a escolaridade. As Tabelas 4a e 4b trazem os dados referentes à taxa de atividade e à taxa de desocupação, conforme o grau de escolaridade.

A variável escolaridade é importante na discussão sobre a chamada empregabilidade, supondo que a elevação da escolaridade eleve as chances individuais de ingressar no mercado de trabalho e ocupar empregos de boa qualidade com funções estimulantes. Do ponto de vista da estrutura econômica, o desenvolvimento moderno, pautado em elevados conteúdos de conhecimento e de tecnologia, tem como pré-requisito, a princípio, a existência de uma força de trabalho adequada, isto é, bem treinada e formada. Uma melhora no mercado de trabalho dependeria, assim, tanto da elevação do nível escolar da população como da existência de postos de trabalho que exigissem tal elevação, o que se refletiria, entre outros, numa relação inversa entre desemprego e nível de escolaridade.

Tabela 4a: Goiás - PEA e População não ocupada por faixa de escolaridade - 2001 a 2008

--	--	--	--	--

Faixa etária	De 0 a 4		De 5 a 8		De 9 a 11		12 para cima	
	PEA	PNO	PEA	PNO	PEA	PNO	PEA	PNO
Ano								
2001	54,3	6,2	61,8	11,3	75,9	9,0	85,4	2,1
2002	53,8	4,8	60,5	7,9	74,9	8,0	82,0	4,8
2003	51,5	5,8	60,0	10,6	75,1	9,2	84,5	6,6
2004	52,5	5,2	62,1	8,8	76,9	9,0	83,1	5,0
2005	51,4	6,2	61,3	12,4	77,4	10,2	82,7	6,6
2006	49,5	4,7	59,2	8,9	76,5	9,1	82,4	4,2
2007	50,6	5,6	61,6	8,5	77,1	9,3	84,6	5,8
2008	49,0	4,5	62,7	7,2	78,5	8,6	86,0	5,5
média	51,6	5,4	61,1	9,5	76,5	9,0	83,8	5,1

Fonte: PNAD, 2001 - 2008 / IBGE

Tabela 4b: Goiânia - PEA e população não ocupada, por faixa de escolaridade - 2001 – 2008

Faixa etária;	De 0 a 4		De 5 a 8		De 9 a 11		12 para cima	
	PEA	PNO	PEA	PNO	PEA	PNO	PEA	PNO
Ano								
2001	45,4	9,4	61,7	12,0	76,2	11,0	85,7	3,0
2002	47,5	5,1	62,5	9,5	74,0	6,9	81,1	5,4
2003	48,2	7,1	58,8	13,1	76,2	8,6	83,4	5,4
2004	42,2	5,0	58,1	7,3	72,8	6,1	81,9	6,1
2005	43,0	5,5	61,1	14,3	78,4	8,6	79,4	6,5
2006	39,1	5,7	56,8	9,6	73,5	10,7	78,9	6,7
2007	41,9	6,9	64,5	9,9	76,3	8,1	82,9	5,2
2008	39,6	6,2	59,5	8,3	77,1	8,7	83,8	6,3
média	43,3	6,3	60,4	10,5	75,6	8,6	82,2	5,6

Fonte: PNAD, 2001 - 2008 / IBGE

Há uma grande homogeneidade nos dados para Goiás e Goiânia. Só no primeiro grupo, das pessoas com 0 a 4 anos de estudo, há uma diferença mais acentuada, com mais pessoas ativas em Goiás. A tendência é clara: quanto maior a escolaridade, mais alta a participação na PEA (de 43,3% para 92,2 % na média). Chama atenção o fato da tendência levemente declinando na taxa de atividade das pessoas com 0 a 4 anos de estudo (1º grupo), 5 a 8 anos de estudo (2º grupo) e dos com mais de 11 anos de estudo (4º grupo) em Goiânia. No interior do Estado de Goiás, percebe-se a redução da taxa de atividade somente no 1º e 4º grupo . A taxa de atividade,

tida como retorno laboral do investimento em educação, mostra claramente que quanto mais alto este investimento maior também o retorno, isto é, maior a chance das pessoas serem economicamente ativas.

A taxa de desocupação média no período de 2001 a 2008 é mais baixa nos grupos de pouco e de muito estudo (0 a 4 anos e 12 e mais anos), com 6,4% e 5,3%, respectivamente. No grupo com 5 a 8 anos de estudo, a taxa de desocupação é quase o dobro, com 10,8%, e é ainda significativamente elevada no grupo com 9 a 11 anos de estudo (8,6%). Pode-se deduzir, pois, que o mercado de trabalho absorve pessoas muito pouco qualificadas ou muito qualificadas, enquanto a concorrência entre pessoas com uma escolaridade baixa (até 8 anos) ou média (até 11 anos) é bem maior, entendendo o desemprego como expressão da concorrência entre a força de trabalho. Outra leitura é que pessoas muito qualificadas gozem de empregos mais estáveis, já que seus conhecimentos são maiores e o investimento no seu treinamento e na sua adaptação ao trabalho é mais intensivo. No grupo dos com pouco estudo, pode-se supor que estes sofram maior rotatividade no trabalho e maior facilidade de encontrar outro emprego, já que tempo e investimento quanto a treinamento e adaptação são mínimos. O grupo com escolaridade média pode se deparar com dificuldades no sentido de demorar mais para encontrar um posto de trabalho adequado, ou na resistência de empregar ou manter empregadas por muito tempo pessoas mais qualificadas para evitar custos salariais mais elevados. Somente a primeira suposição – a demora maior para encontrar um emprego – não explica as diferenças acentuadas.

Poder-se-ia, ainda, pensar em pessoas que têm uma qualificação acima da exigida para empregos mais simples à procura de empregos mais adequados para sua formação, bem como no desencontro entre a formação da força de trabalho disponível e a formação demandada para empregos mais qualificados. É um dilema : o dilema da falta de mão de obra qualificada, reclamação constante das empresas atuantes no Estado de Goiás, face ao aumento da escolaridade média. Quer dizer, não foram criados tantos empregos que exigissem elevada escolaridade – senão, esta PEA seria absorvida – e nem foram criadas alternativas de formação profissional (Senai, Senac, cursos técnicos, profissionalização por parte das próprias empresas) – senão, a queixa não existiria. Trata-se da educação como mérito individual, mas, sem a criação de empregos, esta não surte

feito. Enquanto as empresas não assumirem a profissionalização, a “externalidade” educação servirá somente para aumentar a concorrência entre os que procuram emprego, sendo somente uma diferencial no currículo.

Uma variável importante para medir a qualidade da inserção no mercado de trabalho é o acesso à proteção social. Mede-se este acesso tanto pelo emprego formal (CLTistas, Estatutários, Militares) quanto informal (contribuição voluntária). A proteção social deriva do reconhecimento do status da classe que vive do trabalho. Nas sociedades modernas – capitalistas –, quem não pode viver de heranças, rendas ilícitas (“roubo”) ou retornos de capital tem que obter uma renda pelo trabalho. A sociedade veta a inclusão de certos grupos no rol da força de trabalho, como crianças, parturientes e pessoas idosas, por exemplo, e deve organizar a forma como estas pessoas obtêm seu sustento. Os outros, potencialmente aptos para o trabalho, enfrentam um risco inerente à sociedade moderna: o risco de não poder trabalhar – por doença, incapacitação, obrigações familiares, por exemplo - ou de não encontrar emprego. Este risco deve ser coberto pela proteção social, e as duas situações – não dever trabalhar ou não poder trabalhar – são amparadas, ou não, pelo sistema de seguridade social. No Brasil, o acesso à seguridade social está intimamente ligado ao acesso ao mercado de trabalho e, com isso, à previdência. Por causa disso, a variável proteção social pelo trabalho é um Proxy muito adequado para medir o quanto a população está amparada frente a riscos sociais sistêmicos ou da inserção social. Ter acesso à proteção social tem muito a ver com o status de cidadão, ou seja, aquele que tem assegurado e respeitado não só seus deveres, mas também seus direitos. O gráfico 7 mostra a cobertura de proteção social por sexo.

Gráfico 7: Goiás e Goiânia - PO com proteção social, por sexo – 2001 a 2008

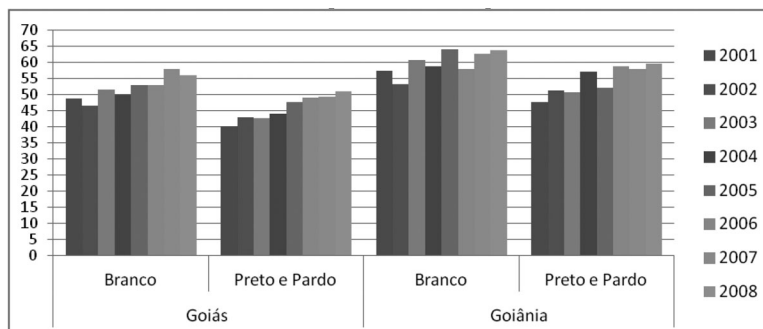
P%c3%a1g-423.jpg

Fonte: PNAD, 2001 - 2008 / IBGE - elaboração própria.

Visível é o avanço na cobertura da proteção. A média total subiu em Goiás de 43% para 52% e, em Goiânia, de 51% para 61%. A média dos homens é ligeiramente superior ao das mulheres, e o avanço das mulheres é

menos linear. Observando-se o outro lado, o das pessoas ativamente inseridas no mercado de trabalho, mesmo com estes avanços ainda havia em 2008 um contingente de 48% em Goiás e 39% em Goiânia sem proteção social. Seguindo-se o mesmo ritmo de 2001 a 2008, levará ainda 40 anos para se alcançar uma cobertura plena da população ocupada. Os dados do acesso à proteção social por cor são retratados no gráfico 8.

Gráfico 8: Goiás e Goiânia - PO com proteção social – por cor – 2001 a 2008



Fonte: PNAD, 2001 - 2008 / IBGE - elaboração própria.

No gráfico fica evidente a desvantagem de pessoas pretas e pardas no quesito proteção social, mas tanto a população branca quanto a preta e parda aumentaram seu acesso à proteção. Em Goiás, a desvantagem do segundo grupo para o primeiro manteve-se em 9 pontos percentuais. Em Goiânia, a desvantagem recuou, mas fica ainda em 4 pontos percentuais. O gráfico 9 desdobra o avanço da proteção por faixa etária.

Nota-se mais uma vez que, também sob este ângulo, o nível de cobertura com proteção social no interior é mais baixo do que na capital. Muito positiva mostra-se a ampliação da cobertura na faixa etária dos jovens adultos e adultos. Também, pela magnitude da variação, há de se supor que este fato se deva à recuperação na formalização dos empregos. Preocupante é a baixa abrangência do grupo das pessoas mais idosas, já que estas pessoas estão na reta final da vida laboral ativa. Quando terão o direito de se retirarem? Assim, a baixa cobertura pode significar tanto a falta de acesso à aposentadoria ou uma aposentadoria insuficiente, exigindo complementação.

O gráfico 10 mostra a relação direta e ascendente entre proteção social e escolaridade, uma relação que é ainda mais acentuada no interior.

Gráfico 9: Goiás e Goiânia - PO com proteção social - por idade – 2001 a 2008



Fonte: PNAD, 2001 - 2008 / IBGE - elaboração própria.

Gráfico 10: Goiás e Goiânia - PO com proteção social por anos de escolaridade - 2001 a 2008



Fonte: PNAD, 2001 - 2008 / IBGE - elaboração própria.

Há um verdadeiro pulo na proteção das pessoas com ensino médio completo ou incompleto. Aqui, a cobertura chega a 61% em Goiás e a 63% em Goiânia em 2008. No contingente das pessoas ocupadas com escolaridade acima de 12 anos, a cobertura alcançou 80% em Goiás e quase 80% em Goiânia. Viu-se anteriormente que uma maior escolaridade não é garantia de enfrentar menos concorrência no mercado de trabalho. Nos dados acima, fica evidente como a escolaridade está diretamente ligada à probabilidade de se inserir no mercado formal de trabalho (ou de ganhar tanto que é possível contribuir voluntariamente com a previdência social). Vê-se igualmente a distribuição muito desigual do acesso à proteção social, já que a distribuição da PIA por escolaridade tem um formato inverso da distribuição da PO protegida.

4. A QUALIDADE DOS EMPREGOS ANALISADA POR CATEGORIAS SÓCIO-OCUPACIONAIS

Agrupando a População ocupada (PO) segundo critérios da função exercida e do nível de escolaridade, chega-se a oito categorias sócio-ocupacionais: 1 – Dirigentes; 2 - Profissionais de nível superior; 3 - Pequenos empregadores; 4 - Ocupações médias; 5 - Trabalhadores do terciário; 6 - Trabalhadores do secundário; 7 – Trabalhadores do terciário não-especializado; 8 – Agricultores. Os gráficos 11a e 11b mostram a distribuição da população ocupada por grupos sócio-ocupacionais.

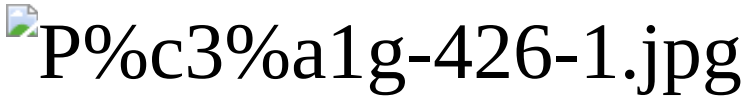
Gráfico 11a: Goiânia - PO por Grupos Sócio-ocupacionais – 2001 a 2008



Legenda: Categorias sócio-ocupacionais: 1 – Dirigentes; 2 - Profissionais de nível superior; 3 - Pequenos empregadores; 4 - Ocupações médias; 5 - Trabalhadores do terciário; 6 - Trabalhadores do secundário; 7 – Trabalhadores do terciário não-especializado; 8 - Agricultores

Fonte: IBGE – PNAD, elaboração própria.

Gráfico 11b: Goiás – PO por Grupos Sócio-ocupacionais – 2001 a 2008.

P%c3%a1g-426-1.jpg

Legenda: Categorias sócio-ocupacionais: 1 – Dirigentes; 2 - Profissionais de nível superior; 3 - Pequenos empregadores; 4 - Ocupações médias; 5 - Trabalhadores do terciário; 6 - Trabalhadores do secundário; 7 – Trabalhadores do terciário não-especializado; 8 - Agricultores

Fonte: IBGE – PNAD, elaboração própria.

Os gráficos mostram, a princípio, uma estrutura ocupacional bastante semelhante no interior e na capital. A diferença fica por conta do grupo 8, dos agricultores, que, em 2008, ainda abrigaram 11,3% da população ocupada de Goiás, o que representa um decréscimo de 5 pontos percentuais em relação a 2001. Apesar da estrutura semelhante, há algumas características peculiares. Em Goiânia, a PO apresenta mais pessoas nos primeiros grupos sócio-ocupacionais: a classe dirigente (grupos 1 e 2, dirigentes e profissionais de nível superior) soma 9,8% da PO, contra 5,4% em Goiás, e 33,2% fazem parte da classe média (pequenos empregadores e ocupações médias), contra 25% em Goiás no ano de 2008. As ocupações médias absorvem 10% a mais de pessoas ocupadas em Goiânia. A classe trabalhadora (sem agricultores) contabiliza no mesmo ano 56,3% em Goiânia, contra 59,3 em Goiás. Goiânia mostra-se, também por estes dados, como centro administrativo do estado.

Os gráficos mostram como a estrutura ocupacional varia, em proporções semelhantes, nos dois territórios. Aumenta o número de profissionais de nível superior (1), na média, os seguintes grupos ficam relativamente estáveis, apesar das oscilações até acentuadas, e o grupo dos trabalhadores do terciário não especializado está em declínio. Em Goiás, o grupo dos trabalhadores do secundário (6) está crescendo, o que reflete a dinâmica econômica no Estado e a política de atração de indústrias.

Nos gráficos 12a e 12b vê-se a decomposição por sexo.

Gráfico 12a: Goiânia - percentual da população feminina ocupada por Grupos Sócio-ocupacionais e ano de referência

P%c3%a1g-427.jpg

Categorias sócio-ocupacionais: 1 – Dirigentes; 2 - Profissionais de nível superior; 3 - Pequenos empregadores; 4 - Ocupações médias; 5 - Trabalhadores do terciário; 6 - Trabalhadores do secundário; 7 – Trabalhadores do terciário não-especializado; 8 - Agricultores

Fonte: IBGE – PNAD, elaboração própria.

Gráfico 12b: Goiás - População feminina ocupada por Grupos Sócio-ocupacionais e ano de referência - em %

P%c3%a1g-428.jpg

Categorias sócio-ocupacionais: 1 – Dirigentes; 2 - Profissionais de nível superior; 3 - Pequenos empregadores; 4 - Ocupações médias; 5 - Trabalhadores do terciário; 6 - Trabalhadores do secundário; 7 – Trabalhadores do terciário não-especializado; 8 - Agricultores

Fonte: IBGE – PNAD, elaboração própria.

Como era de se esperar, a estrutura da distribuição da PO por sexo é muito semelhante entre Goiânia e Goiás. Visíveis são os domínios predominantemente masculinos: dirigentes (1), pequenos empregadores (3), trabalhadores do secundário (6) e, surpreendentemente, agricultores (8). Quase equiparando-se estão os grupos das ocupações médias e dos trabalhadores do terciário (4 e 5). Já o domínio predominante das mulheres encontra-se em dois grupos quase opostos: o de alta qualificação e o grupo sem qualificação. No grupo dos profissionais com nível superior, as mulheres somam 60%, e no grupo dos trabalhadores no terciário não especializado, 68% em Goiânia. Em Goiás, no primeiro grupo elas respondem por quase 70% em Goiás; no segundo, por 65%. Ao todo se percebe ainda a crescente participação das mulheres.

De manifesta desigualdade é a distribuição das pessoas pretas ou pardas na estrutura ocupacional, como pode ser visto nos gráficos 13a e 13b. Já à primeira vista fica muito claro o deslocamento da PO preta e parda em direção a ocupações menos especializadas e mais braçais. Como foi mostrado anteriormente na média, em Goiânia, 45% da PIA se considera preta ou parda, em Goiás, 57%. Nos gráficos, este valor é marcado por uma linha horizontal. A equidade na distribuição seria representada se a participação nos grupos ocupacionais fosse igual à participação na PIA.

Novamente, a estrutura da distribuição ocupacional é semelhante para os dois territórios. Tanto em Goiânia quanto em Goiás, a população preta e parda é sub-representada nos níveis superiores e médios dos grupos sócio-ocupacionais. Esta estrutura é ainda mais desfavorável em Goiânia.

A falta de participação é compensada, logicamente, nas ocupações trabalhadoras. Em Goiânia, a equidade começa a ser alcançada nas ocupações médias; em Goiás, nas ocupações ligadas ao terciário

especializado. Percebe-se a dinâmica ascendente nos quatro primeiros grupos e uma maior aproximação entre pretos e pardos e brancos nos três últimos grupos. Mesmo assim, o quadro continua a ser abertamente desfavorável a esta parcela da população.

Expressiva é a quarta variável analisada, ou seja, a escolaridade média dos grupos sócio-ocupacionais, apresentada nos gráficos 14a e 14b. Percebe-se, inicialmente, uma estrutura quase idêntica entre Goiânia e Goiás, apresentando Goiânia uma média levemente mais alta de anos de estudo nos grupos sócio-ocupacionais. Seguindo a lógica da exigência de escolaridade, decrescem os anos de estudo do grupo 1 (dirigentes) até o grupo 8 (agricultores), com exceção do grupo 2 (profissionais de nível superior).

Interessante é que o grupo dos dirigentes tem, em média, 13 anos de estudos, isto é, o ensino médio completo ou ensino universitário iniciado. Claro é o aumento da escolaridade em todos os grupos ocupacionais. No grupo dos dirigentes (1), por exemplo, há a tendência de maior presença de universitários. A escolaridade dos profissionais de nível superior não variou muito no período, retratando uma porcentagem relativamente baixa de pessoas com pós-graduação, o que é realmente um problema nesta região, especialmente nas universidades. Muito baixa é a escolaridade dos agricultores e relativamente baixa dos três grupos de trabalhadores. Nas ocupações médias pode-se supor que a conclusão do ensino médio (segundo grau) esteja se generalizando.


Gráfico 13a: Goiânia – PO preta e parda,
por Grupos Sócio-ocupacionais – 2001 a 2008

 P%c3%a1g-430.jpg

Categorias sócio-ocupacionais: 1 – Dirigentes; 2 - Profissionais de nível superior; 3 - Pequenos empregadores; 4 - Ocupações médias; 5 - Trabalhadores do terciário; 6 - Trabalhadores do secundário; 7 – Trabalhadores do terciário não-especializado; 8 - Agricultores

Fonte: IBGE – PNAD, elaboração própria.

Gráfico 13b: Goiás - População ocupada preta
e parda - por Grupos Sócio-ocupacionais – 2001 a 2008 (em%)

 P%c3%a1g-430-1.jpg

Categorias sócio-ocupacionais: 1 – Dirigentes; 2 - Profissionais de nível superior; 3 - Pequenos empregadores; 4 - Ocupações médias; 5 - Trabalhadores do terciário; 6 - Trabalhadores do

secundário; 7 – Trabalhadores do terciário não-especializado; 8 - Agricultores

Fonte: IBGE – PNAD, elaboração própria.


Gráfico 14a: Goiânia – População ocupada por Grupos Sócio-ocupacionais segundo a média de escolaridade – 2001 a 2008

 P%c3%a1g-431.jpg

Categorias sócio-ocupacionais: 1 – Dirigentes; 2 - Profissionais de nível superior; 3 - Pequenos empregadores; 4 - Ocupações médias; 5 - Trabalhadores do terciário; 6 - Trabalhadores do secundário; 7 – Trabalhadores do terciário não-especializado; 8 - Agricultores

Fonte: IBGE – PNAD, elaboração própria.

Gráfico 14b: Goiás - População ocupada por Grupos Sócio-ocupacionais segundo a média de escolaridade – 2001 a 2008

 P%c3%a1g-431-1.jpg

Categorias sócio-ocupacionais: 1 – Dirigentes; 2 - Profissionais de nível superior; 3 - Pequenos empregadores; 4 - Ocupações médias; 5 - Trabalhadores do terciário; 6 - Trabalhadores do secundário; 7 – Trabalhadores do terciário não-especializado; 8 - Agricultores

Fonte: IBGE – PNAD, elaboração própria.

A quinta variável analisada diz respeito à renda média, mostrada nos gráficos 15a e 15b. Uma primeira visão sobre as tabelas sublinha o óbvio: um ganho realmente maior é obtido nos grupos sócio-ocupacionais ligados à chefia, a uma maior escolaridade e à aproximação de rendimentos do tipo capitalista (pequenos empreendedores). Espantosa é a diferença da renda dos dirigentes em relação ao restante da população ocupada. Ao mesmo tempo é visível como estes rendimentos dependem da conjuntura, já que variam fortemente e no mesmo sentido dos rendimentos dos pequenos empreendedores.

Novamente percebe-se uma semelhança entre a estrutura goiana e a goianiense, no entanto há uma diferença salarial significativa, mais alta em Goiânia.


Gráfico 15a:Goiânia – População ocupada por Grupos Sócio-ocupacionais segundo rendimento médio – em R\$ 2001 a 2008

 P%c3%a1g-432.jpg

Fonte: IBGE – PNAD, elaboração própria.

Categorias sócio-ocupacionais: 1 – Dirigentes; 2 - Profissionais de nível superior; 3 - Pequenos empregadores; 4 - Ocupações médias; 5 - Trabalhadores do terciário; 6 - Trabalhadores do secundário; 7 – Trabalhadores do terciário não-especializado; 8 - Agricultores

Tabela 15b: Goiás - População ocupada por Grupos Sócio-ocupacionais segundo a renda média em RS – 2001 a 2008

 P%c3%a1g-432-1.jpg

Fonte: IBGE – PNAD, elaboração própria.

Categorias sócio-ocupacionais: 1 – Dirigentes; 2 - Profissionais de nível superior; 3 - Pequenos empregadores; 4 - Ocupações médias; 5 - Trabalhadores do terciário; 6 - Trabalhadores do secundário; 7 – Trabalhadores do terciário não-especializado; 8 - Agricultores

Antes de verificar estas diferenças, vale a pena dar uma olhada mais aprofundada nos segmentos 3 a 8, o das ocupações médias, o das ocupações trabalhadoras e o da agricultura, como mostram os gráficos 16a e 16b. Nesta escala, as diferenças entre estes grupos ficam mais visíveis. As ocupações médias ganham bem acima das outras ocupações, e o grupo com os salários mais baixos são os trabalhadores do terciário não-especializado. Interessante é que os trabalhadores do secundário e do terciário especializado têm rendimentos iguais.

Outra observação: todos os grupos têm ganhos reais, também os três primeiros grupos. Em Goiânia, no entanto, estes ganhos apresentam maior oscilação, enquanto em Goiás eles são mais lineares. Estes ganhos acontecem sobretudo nos anos 2005 a 2008, embora representem somente a recuperação das perdas dos anos anteriores.

Gráfico 16a: Goiânia - População ocupada por Grupos Sócio-ocupacionais selecionados segundo a renda média – 2001 a 2008

 P%c3%a1g-433.jpg

Categorias sócio-ocupacionais: 4 - Ocupações médias; 5 - Trabalhadores do terciário; 6 - Trabalhadores do secundário; 7 – Trabalhadores do terciário não-especializado; 8 - Agricultores

Fonte: IBGE – PNAD, elaboração própria.

Gráfico 16b: Goiás - População ocupada por Grupos Sócio-ocupacionais selecionados segundo a renda média – 2001 a 2008

 P%c3%a1g-434.jpg

Categorias sócio-ocupacionais: 4 - Ocupações médias; 5 - Trabalhadores do terciário; 6 - Trabalhadores do secundário; 7 – Trabalhadores do terciário não-especializado; 8 - Agricultores

Fonte: IBGE – PNAD, elaboração própria.

O que salta aos olhos é a grande diferença no interior do grupo 1 (dirigentes) e a variação nos rendimentos. As diferenças no interior do

segundo grupo (pequenos empregadores) também são significativas, no entanto as oscilações são um pouco mais suaves. As ocupações médias ganham quase três vezes mais do que o sétimo grupo (terciários não-especializados) e quase o dobro dos outros dois grupos de trabalhadores. As diferenças, portanto, são bem acentuadas. Os que trabalham no terciário não-especializado ganham na média até um salário mínimo, menos ainda do que os agricultores. As variações no interior dos grupos 4 a 7 (ocupações médias e os três grupos de trabalhadores) são pequenas, quer dizer, não há muito como melhorar a situação da renda ou procurar outro emprego no mesmo ramo. Os salários são bem nivelados para baixo.

A última variável a ser analisada é a cobertura da proteção social por grupos sócio-ocupacionais.. Os dados foram agrupados nos gráficos 17a e 17., mostrando a tendência ao aumento da abrangência da cobertura e a semelhança entre Goiás e Goiânia.


Gráfico 17a: Goiânia - População ocupada com proteção social - por Grupos Sócio-ocupacionais – 2001 a 2008

 P%c3%a1g-435.jpg

Categorias sócio-ocupacionais: 1 – Dirigentes; 2 - Profissionais de nível superior; 3 - Pequenos empregadores; 4 - Ocupações médias; 5 - Trabalhadores do terciário; 6 - Trabalhadores do secundário; 7 – Trabalhadores do terciário não-especializado; 8 - Agricultores

Fonte: IBGE – PNAD, elaboração própria.

Gráfico 17b: Goiás - População ocupada por Grupos Sócio-ocupacionais com proteção social – 2001 a 2008

 P%c3%a1g-435-1.jpg

Categorias sócio-ocupacionais: 1 – Dirigentes; 2 - Profissionais de nível superior; 3 - Pequenos empregadores; 4 - Ocupações médias; 5 - Trabalhadores do terciário; 6 - Trabalhadores do secundário; 7 – Trabalhadores do terciário não-especializado; 8 - Agricultores

Fonte: IBGE – PNAD, elaboração própria.

Novamente observam-se as desvantagens da população ocupada nos grupos sócio-ocupacionais trabalhadores (5 a 7) e na agricultura. O grupo dos trabalhadores do terciário especializado apresenta uma leve vantagem, chegando a proteger 50% dos seus integrantes, enquanto o mesmo grupo não-especializado, o dos trabalhadores ligados à indústria e à agricultura, tem uma cobertura de somente 40 %. Em Goiânia, esta cobertura é levemente melhor, aproximando-se dos 60% para o grupo 5 (terciário

especializado) e dos 50% no grupo 7 (terciário não-especializado). Em outras palavras, os grupos sócio-ocupacionais que mais empregam têm uma cobertura de proteção social muito baixa, deixando mais de 50% dos ocupados fora dela. Nestes grupos, se o ritmo do alargamento da cobertura observado no período de 2001 a 2008 fosse mantido, seriam necessários mais 60 anos para chegar a uma cobertura plena.

A variação na cobertura é menor em Goiás, que também apresenta uma média entre 1 a 5 pontos percentuais menor para os grupos sócio-ocupacionais fora do grupo dos profissionais de nível superior. A variação do grupo 8 (agricultores) parece grande, mas, em Goiânia, apenas 0, 7% da PEA está ocupada neste grupo, por isto o dado não faz diferença na cobertura da população. O acesso à proteção social pelos trabalhadores não-especializados (grupo 7) é a mais baixa, um pouco mais do que um terço na média. A segunda menor cobertura média vem também do terciário (grupo 5).

5. CONCLUSÃO

A análise das categorias sócio-ocupacionais reforçou o que a análise do mercado de trabalho já tinha indicado e que foi inicialmente posto como hipótese: a heterogeneidade da estrutura do mercado de trabalho, as grandes diferenças entre os grupos protegidos e não protegidos, as manifestas desvantagens das pessoas de cor. Percebeu-se que o risco de ficar desempregado não diminui com a escolaridade, mas as chances de conseguir um emprego de qualidade – com proteção social – aumentam proporcionalmente aos anos de estudo. Viu-se como as mulheres conquistam terreno nos postos de trabalho ligados ao gerenciamento e às ocupações médias, justamente pelo avanço na sua formação formal. Mostrou-se um mercado de trabalho mais favorável para mulheres bem instruídas no interior, mesmo que no interior, em geral, os indicadores fiquem um pouco abaixo dos da capital nos quesitos proteção, renda e escolaridade. As diferenças no interior são mais acentuadas.

A notícia boa é que no período de 2001 a 2008 aconteceram avanços significativos no mercado de trabalho. Criaram-se empregos, mais pessoas entraram no mercado de trabalho – a PEA aumentou um quinto – e a oferta foi absorvida. A formalização avançou, tanto no âmbito geral quanto para

as mulheres, pessoas pretas e pardas, sob o olhar da idade ou das categorias sócio-ocupacionais. No entanto, eis o problema, as disparidades estruturais não foram remediadas. Quase metade da população trabalhadora ainda se encontra fora da proteção social, com diferenças significativas tanto entre as categorias quanto entre os setores econômicos. Os postos de trabalho mais seguros e mais bem pagos ainda são os ligados ao setor público. A renda é extremamente concentrada. As categorias sócio-ocupacionais mais vulneráveis – trabalhadores não-especializados – têm as piores condições de renda e de proteção. Mas, renda e proteção são baixas também nas categorias especializadas. Houve avanços, sim, só que neste ritmo, em uma condição de crescimento contínuo e elevado, serão necessárias ainda muitas décadas para garantir a todos o que está previsto na constituição de 1988: trabalho protegido por lei. No entanto, para isto será preciso mais do que uma conjuntura favorável, ou seja, é imprescindível retomar o ordenamento público do crescimento para dar-lhe sentido de desenvolvimento.

REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICA

CASTEL, Robert (1999). *As metamorfoses da questão social*. Uma crônica do salário. Petrópolis: Vozes, 2ª ed., 611 pg.

CARDOSO, José Celso Jr. *Desestruturação do Mercado de Trabalho Brasileiro e Limites do seu Sistema Público de Emprego*. Brasília: Ipea, Agosto de 2000. Texto Discussão No. 751.

Estevam, Luis Antonio *O tempo da transformação : estrutura e dinâmica da formação econômica de Goiás*. Goiânia: Ed. Do autor, 1998.

Fajnzylber, Fernando (1983). *La industrialización trunca de América Latina*. Nueva Imagen, México.

IBGE – Pesquisa Nacional por Amostra em Domicílio (PNAD) – vários anos. Disponível em www.ibge.gov.br

OFFE, Claus . (1994). *Capitalismo desorganizado*. Transformações contemporâneas do trabalho e da política. São Paulo: Editora Brasiliense, 2ª edição 322 pg.

Oliveira, Francisco de (2003); *Crítica à razão dualista. O Ornitorrinco*. Boitempo, São Paulo, 2003.

Pochman, Márcio. *A década dos mitos. O Novo Modelo Econômico e a Crise do Trabalho no Brasil*. São Paulo: Contexto, 2001.

TAVARES, Maria da Conceição. FIORI, José Luis. Desajuste Global e Modernização Conservadora. São Paulo: Paz e Terra, 1993.

SILVA, Eduardo Rodrigues da. A economia goiana no contexto nacional: 1970 - 2000. Goiânia: Editora da UCG, 2007.

91 A própria agroindustrialização, especialmente no sul do Estado, teria tido como objetivo gerar mercados e escala para as indústrias paulistanas automotiva (veículos pesados) e química (fertilizantes, agrotóxicos), pondera Estevam (1998).

92 Pessoas com dez anos e mais de idade = população em idade ativa (PIA)

93 A PNAD contabiliza como ocupadas todas as pessoas que exerciam na semana da pesquisa uma atividade para obter renda ou autosustento durante pelo menos uma hora.

94 Para saber o que está acontecendo ter-se-ia que investigar o mercado de trabalho em Goiás e Goiânia com mais detalhes. Vale ainda resgatar uma discussão de Offe (1994:38-43) quanto a situação peculiar das mulheres e dos jovens no mercado de trabalho.: Mulheres e jovens têm, parcialmente, uma opção além do emprego, pois podem voltar, pelo menos temporariamente, à família ou aos estudos. Por causa desta opção, hesitariam os empregadores em direcionar a eles investimentos em recursos humanos de longo prazo ou os demitiriam mais facilmente, já que teriam outras possibilidades de se manter. Assim, construiriam estas pessoas trajetórias fragmentadas no mercado de trabalho. Um início exitoso na vida laboral seria a base para poder pleitear postos de trabalho de boa qualidade com perspectiva de ascensão.

Capítulo 16

Estrutura social do Distrito Federal na primeira década do século XXI

*Rômulo José da Costa Ribeiro
Juliana Machado Coelho*

1. INTRODUÇÃO

O objetivo desse relatório é fazer uma análise da evolução da estrutura social do Distrito Federal considerando que as aglomerações urbanas aqui existentes possuem funções metropolitanas. Mas sem esquecer que no Distrito Federal não há divisão em municípios e os dados não incluem os municípios da Região Integrada de Desenvolvimento do Distrito Federal (RIDE). Além da análise dessa evolução nos anos de 2001 a 2008 no Distrito Federal, a avaliação busca relacionar ao que ocorreu no país nesse período.

Os dados utilizados são da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) para o período considerado.

Esse estudo procura verificar se surgiram novas características no perfil da conformação social do Distrito Federal e de que forma tais características estão relacionadas com o que ocorreu no país na última década.

2. ESTRUTURA ECONÔMICA DA REGIÃO METROPOLITANA

O Distrito Federal (DF) é uma unidade da federação com uma característica político-administrativa peculiar: não pode ser dividido em municípios. Por isso acumula competências de Estado e de município, possui uma Câmara Legislativa e um Governo do Distrito Federal. Possui trinta Regiões Administrativas (RAs) que na hierarquia administrativa estão subordinadas à Secretaria de Estado de Governo. Algumas dessas cidades já

existiam antes do início da construção de Brasília, como Brazlândia e Planaltina, e outras se formaram durante a construção, como Núcleo Bandeirante e Taguatinga. As pesquisas do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) consideram um único município no Distrito Federal: Brasília. Esse tratamento dado ao DF por vezes prejudica as análises, pois mascara informações que, dentro do DF, são bastante distintas e quando se considera apenas o todo se subestima essas variações, normalmente obscurecendo dados relativos às situações sociais mais críticas.

A formação do espaço urbano de Brasília contém especificidades do contexto de sua construção, mas possui, também, traços característicos dos processos sociais que fundamentam a estruturação interna das demais cidades brasileiras. Assim, desde a construção de Brasília, iniciou-se uma segregação social dentro do território do Distrito Federal. Os trabalhadores que construíram a cidade⁹⁵ não moravam no Plano Piloto, moravam em alojamentos próximos aos canteiros de obra, em invasões e, posteriormente, nas “cidades satélites” (atuais RAs). Para evitar a consolidação das alternativas de moradia, como as invasões, o Estado intervinha por meio da Companhia Urbanizadora da Nova Capital (Novacap), mas não havia um plano que englobasse todo o território do Distrito Federal. (Campos, 1998)

A população do Distrito Federal, entre as décadas de 1960 e 1970, passou de 140 mil habitantes para 537 mil habitantes devido à transferência da antiga capital para Brasília e à migração da população que veio trabalhar na construção civil. O fluxo migratório foi intenso, com saldo anual de 30 mil habitantes. Entre 1970 e 1980 a população do DF chegou a 1,17 milhões, com saldo migratório anual de 44 mil pessoas. No período de 1980 a 1991 a migração para o DF diminuiu, o saldo migratório anual foi de 12 mil habitantes por ano. Na década de 1990, a política do governo local de distribuição de lotes aumentou a migração para o DF. (Steinberger, 1999)

Em 2001, segundo o Censo 2000, a população do DF ultrapassava 2 milhões. A estimativa para o ano de 2009 era de 2,6 milhões de pessoas morando no DF.

Uma característica marcante da economia do Distrito Federal é a participação da Administração Pública. Desde o início, com a transferência dos servidores federais do Rio de Janeiro para Brasília, a participação da Administração Pública na economia local é alta. Em 1985 essa participação era de 23,43%. Na década de 1990, mesmo com a estagnação do setor

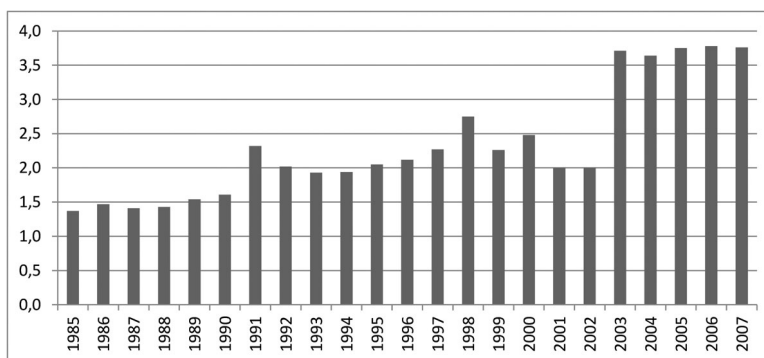
público, poucos concursos para provimento de cargos públicos efetivos e congelamento dos salários, reflexos da política neoliberal implantada no país, a participação da Administração Pública no PIB aumentou e em 1999 era de 40,5% do PIB do Distrito Federal (Distrito Federal, SEDUH, 2004).

A segunda maior participação no PIB do Distrito Federal é a do setor de Serviços (exclusive a Administração Pública), em 2006 foi de 38,57% do PIB. Ao se comparar com o país, a influência do setor de Serviços (inclusive a Administração Pública) em Brasília (93,41% em 2006) é muito maior que a influência desse setor no PIB nacional (66,6% em 2007).

A indústria tem pouca participação no PIB, em 2007 foi de 5,9%, dentro desse setor a maior parte foi referente a construção civil. Em 2008, empregava 4,4% da população ocupada do DF (DIEESE, 2008). E a agropecuária representa uma parcela menor ainda, apenas 0,3% em 2007.

A participação do PIB do Distrito Federal no PIB do país aumentou na última década, como pode ser observado no gráfico 1.

Gráfico 1: Participação do PIB do Distrito Federal no PIB do Brasil



Fonte: IBGE, SDE/DIREI/GECRE In: Distrito Federal, 2004

Nota: Dados de 2001 e 2002 estimados pela SDE

3. MERCADO DE TRABALHO DA REGIÃO METROPOLITANA

Observa-se que a população em idade ativa (PIA) do Distrito Federal teve um aumento considerável de 24,2%. Esse contingente populacional era de aproximadamente 1,7 milhões de pessoas em 2001 e chegou a mais de 2,1 milhões de pessoas em 2008 (Tabela 1).

Essa população em idade ativa é em maioria feminina e praticamente estável no período. Em 2001 a PIA do sexo feminino correspondia a 53,8%

do total e em 2008, a 53,5%. Em 2001, o número de mulheres em idade ativa era de pouco mais de 920 mil, essa população em 2008 era 1,14 milhões (Tabela 1).

Tabela 1: Pessoas de 10 anos e mais de idade por sexo segundo ano de referência

Ano	Sexo				Total	
	Masculino		Feminino			
	N.	%	N.	%	N.	%
2001	794.860	46,2	926.662	53,8	1.721.522	100, 0
2002	836.480	46,9	946.326	53,1	1.782.806	100, 0
2003	853.721	46,1	998.721	53,9	1.852.442	100, 0
2004	874.649	46,1	1.024.635	53,9	1.899.284	100, 0
2005	923.560	47,3	1.027.989	52,7	1.951.549	100, 0
2006	941.677	46,5	1.085.300	53,5	2.026.977	100, 0
2007	977.226	47,1	1.096.856	52,9	2.074.082	100, 0
2008	994.640	46,5	1.143.759	53,5	2.138.399	100, 0

Fonte: PNAD, 2001 - 2008 / IBGE

Em relação à cor ou raça, onde os dados são relativos a “branco” e “não branco” (que corresponde a pretos e pardos) houve um aumento de “não branco” que em 2001 correspondia a 55,4% da PIA. Em 2008 esse valor foi de 58,9% (Tabela 2). Ainda não é possível estabelecer uma justificativa a respeito desse aumento, uma das especulações pode ser que a política de cotas para negros da Universidade de Brasília possa, de alguma forma, ter influenciado a população a se declarar como não branca, mas não há nenhuma fundamentação teórica que comprove isso, como mencionado é apenas uma possível especulação.

As faixas etárias de 25 a 39 anos e de 40 a 59 anos concentram juntas 58,9% da PIA. A faixa de jovens entre 15 a 24 foi a que teve o maior decréscimo, representava 26,3% da PIA em 2001 e, 20, 8% em 2008. A população idosa passou de 6,2% da PIA para 9,3%, mas ainda é a menor parcela da PIA (Tabela 3).

Tabela 2: Pessoas de 10 anos ou mais de idade por cor ou raça segundo ano de referência

Ano	Cor ou raça		Total
	Branco	Não Branco ¹	

	N.	%	N.	%	N.	%
2001	760.242	44,6	945.659	55,4	1.705.901	100,0
2002	786.356	44,5	982.306	55,5	1.768.662	100,0
2003	840.583	45,7	996.807	54,3	1.837.390	100,0
2004	830.452	44,1	1.051.737	55,9	1.882.189	100,0
2005	852.095	44,1	1.079.340	55,9	1.931.435	100,0
2006	845.336	42,2	1.158.294	57,8	2.003.630	100,0
2007	847.428	41,5	1.193.328	58,5	2.040.756	100,0
2008	870.747	41,1	1.247.637	58,9	2.118.384	100,0

Fonte: PNAD, 2001 - 2008 / IBGE

Nota: Não branco corresponde à pretos e pardos.

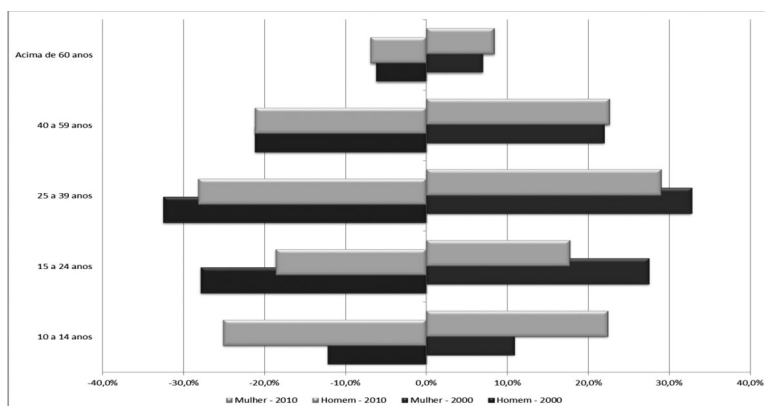
Na pirâmide etária (Gráfico 2) podemos observar a variação na participação da PIA entre homens e mulher no período de 2000 a 2010. Nota-se a redução na participação entre 15 a 39 anos e o aumento nas faixas etárias de 10 a 14 anos e de 40 a mais. O que os dados censitários nos revelam é o envelhecimento da população, fazendo com que haja aumento na classe mais inferior e um aumento nas classes superiores.

Tabela 3: Pessoas de 10 anos e mais de idade por faixa de idade segundo o ano de referência

Ano	Faixas de Idade										Total	
	De 10 a 14		De 15 a 24		De 25 a 39		De 40 a 59		60 anos ou mais		N.	%
	N.	%	N.	%	N.	%	N.	%	N.	%		
2000	190.675	11,5	459.221	27,7	540.937	32,7	358.271	21,6	109.638	6,6	1.656.742	100,0
2001	200.278	11,6	452.016	26,3	583.783	33,9	379.104	22,0	106.341	6,2	1.721.522	100,0
2002	201.363	11,3	446.231	25,0	603.079	33,8	405.655	22,8	126.478	7,1	1.782.806	100,0
2003	198.318	10,7	456.225	24,6	629.589	34,0	422.470	22,8	145.840	7,9	1.852.442	100,0
2004	211.714	11,1	485.761	25,6	611.849	32,2	447.207	23,5	142.753	7,5	1.899.284	100,0
2005	212.490	10,9	482.749	24,7	622.268	31,9	481.894	24,7	152.148	7,8	1.951.549	100,0
2006	227.101	11,2	483.582	23,9	654.649	32,3	501.705	24,8	159.940	7,9	2.026.977	100,0
2007	208.145	10,0	467.521	22,5	681.872	32,9	536.865	25,9	179.679	8,7	2.074.082	100,0
2008	235.445	11,0	445.285	20,8	687.465	32,1	572.085	26,8	198.119	9,3	2.138.399	100,0
2010	218.709	10,0	466.538	21,4	733.949	33,7	563.567	25,9	197.613	9,1	2.178.366	100,0

Fonte: PNAD, 2001 - 2008 / IBGE, 2010.

Gráfico 2: Pirâmide etária da PIA.



Fonte: IBGE, 2000 e 2010.

A escolaridade é avaliada a partir de quatro faixas, medidas em anos de estudo. Houve um aumento considerável na população com mais de 12 anos de estudo, que corresponde a, no mínimo, ter ingressado em um curso do ensino superior. Essa população era de 15% da PIA em 2001 e em 2008 de 22,5%, um aumento de 7,5 pontos percentuais. Esse fato ocorreu devido a políticas públicas federais, que nesse período propiciaram o aumento no número de unidades de faculdades e centros universitários, em 2001 era 48 e em 2008 passaram para 66, um aumento de 137,5% (INEP, 2009). Houve, além da política de cota para negros na Universidade de Brasília e bolsas do Programa Universidade para Todos (ProUNI) que facilitaram o acesso de uma população de mais baixa renda a ingressar no ensino superior, ampliação da capacidade de absorção de alunos pela Universidade de Brasília por meio do Programa de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI), que permitiu a criação de novos cursos, novos campi e ampliação de alguns cursos já existentes. Em 2001 foram 79.329 matriculados e em 2008, 132.918, um aumento de 167,5% (INEP, 2009).

A faixa de escolaridade com maior parcela da população é a de 9 a 11 anos de estudo, que são os indivíduos que estariam cursando o ensino médio ou que terminaram, mas não ingressaram na universidade, correspondia a 32,9% da PIA em 2008, um aumento de 4,1 pontos percentuais. A população que não atingiu o ensino médio, nas faixas de 0 a 4 anos e 5 a 8 anos, diminuiu de 56,2% para 44,6%, mas ainda corresponde a uma grande parcela da população (Tabela 4).

O gráfico 3 mostra o forte crescimento na PIA com mais de 12 anos de estudo e o decréscimo para 0 a 4 e 5 a 8 anos de estudo. Nota-se também o

suave crescimento na PIA com 9 a 11 anos de estudo. Essa figura reforça nossa afirmação que o investimento do governo no acesso ao ensino superior favoreceu o aumento nas duas classes superiores.

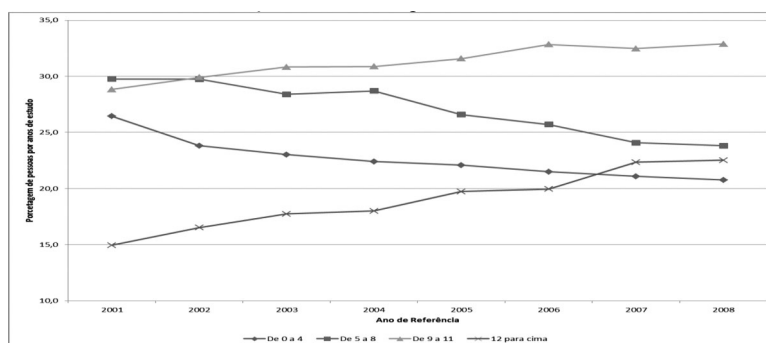
Quanto à renda total, a avaliação é feita em cinco faixas de renda em relação ao salário mínimo: até um salário mínimo, mais de um até três, mais de três até cinco, mais de cinco até dez e mais de dez. Para a menor faixa de renda houve uma redução de 6,2 pontos percentuais da população ocupada, em 2001 eram aproximadamente 199 mil pessoas (22,3% da população ocupada) e em 2008 esse número estava por volta de 187 mil (16,2%). Mesmo com essa redução, essa faixa de renda abriga a segunda maior parcela da população em idade ativa (Gráfico 4).

Tabela 4: Pessoas de 10 anos e mais de idade por faixa de escolaridade segundo o ano de referência

Ano	Faixa de escolaridade (em anos)								Total	
	De 0 a 4		De 5 a 8		De 9 a 11		12 para cima		N.	%
	N.	%	N.	%	N.	%	N.	%		
2001	447.985	26,4	504.282	29,8	488.464	28,8	253.548	15,0	1.694.279	100
2002	420.002	23,8	524.235	29,7	527.154	29,9	291.443	16,5	1.762.834	100
2003	423.110	23,0	521.820	28,4	566.793	30,8	326.309	17,8	1.838.032	100
2004	422.001	22,4	540.348	28,7	581.215	30,9	339.047	18,0	1.882.611	100
2005	427.115	22,1	514.426	26,6	610.930	31,6	381.747	19,7	1.934.218	100
2006	433.116	21,5	517.859	25,7	661.479	32,8	402.123	20,0	2.014.577	100
2007	434.863	21,1	496.649	24,1	669.516	32,5	460.690	22,3	2.061.718	100
2008	442.335	20,8	507.335	23,8	700.296	32,9	479.887	22,5	2.129.853	100

Fonte: PNAD, 2001 - 2008 / IBGE

Gráfico 3: Variação anual da PIA por anos de estudo.



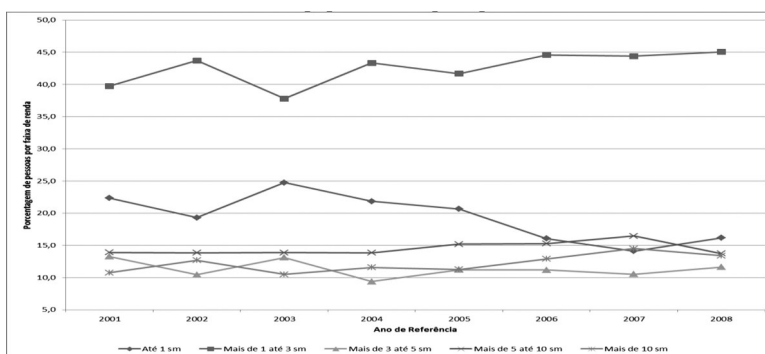
Fonte: PNAD, 2001 - 2008 / IBGE

A maior concentração da população está na faixa de renda que está entre um a três salários mínimos. Em 2008, correspondia a 45,0% da população

ocupada, um aumento de 5,3 pontos percentuais em relação ao ano de 2001, o que pode indicar que uma parcela da população ocupada que recebia até um salário mínimo passou a receber entre um e três salários mínimos. Esse fato pode ser reflexo de políticas de redistribuição de renda, como a Bolsa Família, além do aumento do número de empregos na área de construção civil, que abarcaria trabalhadores nessa faixa salarial, mas os dados das PNAD não deixam claro isso. Mas ainda assim, a população com renda baixa e muito baixa (até 3 salários mínimo) ficou praticamente estável, 62% em 2001 e 61,2% em 2008 (Gráfico 4).

Já a população na faixa de renda que está entre três e cinco salários mínimos caiu de 13,3% para 11,6%. A participação da população ocupada na faixa entre cinco e dez salários mínimo ficou praticamente igual, 13,9% em 2001 e 13,8% em 2008. Por fim, houve um aumento da população com renda superior a dez salários mínimos, em 2001 correspondia a 10,8% e em 2008 a 13,8% da população ocupada. Mais uma vez podemos especular que esse aumento pode ser ocorrido por dois fatores: (i) aumento no número de vagas em concursos públicos, que em geral pagam bons salários; e (ii) o aumento da escolaridade, em função do aumento da oferta de vagas em nível superior, também pode ter possibilitado que uma parcela maior da população tenha acesso a melhores salários.

Gráfico 4: Variação anual da população ocupada por faixa de renda.



Fonte: PNAD, 2001 - 2008 / IBGE.

Nota: Preços constantes de 2008 - Deflacionada pelo INPC.

Assim, o perfil da população ocupada no Distrito Federal é em maioria do sexo feminino (53,8%), também é em sua maior parte não branca (58,9%). Houve um aumento da escolaridade nas faixas de 9 a 11 anos de estudo (4,1 pontos percentuais) e mais de 12 anos (7,5 pontos percentuais). A parcela da população com renda até três salários mínimos (um rendimento

baixo) corresponde à maioria da população (61,2%) apesar da pequena queda no período (0,8 pontos percentuais). A renda média em 2008 foi 5,4 salários mínimos (Tabela 5).

Tabela 5: População ocupada por renda média

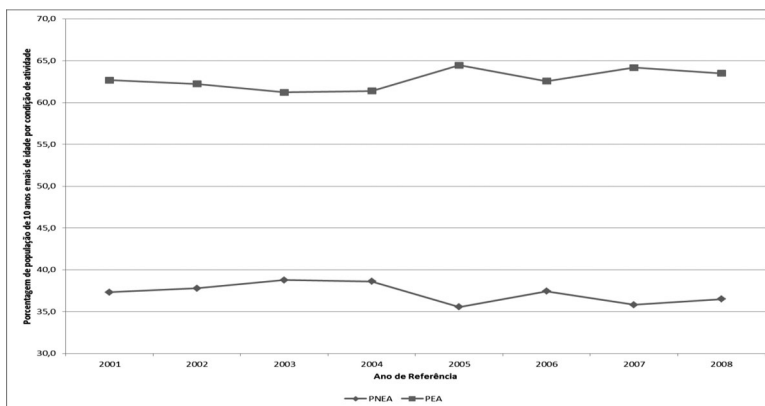
Ano	Renda Total ¹		
	Média	N.	Desvio Padrão
2001	1.851,89	892.993	2.769,82
2002	1.980,23	929.061	3.145,06
2003	1.797,95	953.763	2.930,11
2004	1.850,78	976.112	2.795,27
2005	1.850,31	1.059.008	2.734,96
2006	1.980,24	1.078.234	2.929,04
2007	2.231,89	1.115.200	3.341,41
2008	2.254,30	1.157.710	4.233,86

Fonte: PNAD, 2001 - 2008 / IBGE.

Nota: Preços constantes de 2008 - Deflacionada pelo INPC.

A taxa de atividade total no período de 2001 a 2008 oscilou entre 61,2% (em 2003) a 64,4% (em 2005). Entre 2001 e 2003 caiu 1,5% ponto percentual (62,7% para 61,2%), teve um pequeno aumento em 2004 (passou para 61,4%) e no ano seguinte um pequeno salto de 3 pontos percentuais, correspondendo à 64,4% da população em idade ativa. Em 2008 a taxa de atividade foi de 63,5%, verifica-se que no período 2001-2008 houve um pequeno aumento da população disponível no mercado de trabalho (0,8 pontos percentuais), seja trabalhando ou procurando emprego (Gráfico 5).

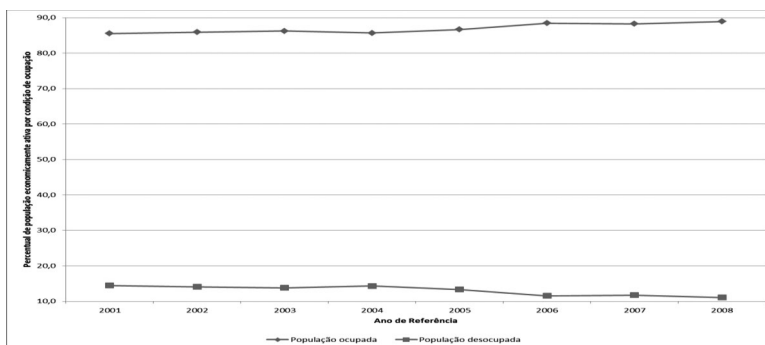
Gráfico 5: Variação anual de população de 10 anos e mais de idade por condição de atividade.



Fonte: PNAD, 2001 - 2008 / IBGE.

Quanto à condição de ocupação, houve um aumento de 3,4 pontos percentuais da população ocupada, 88,9% da PEA em 2008 (Gráfico 6). Isso possivelmente se deve ao fato do aumento do número de empregos diretos e indiretos ligados à área de construção civil, que teve um crescimento muito grande no período.

Gráfico 6: Variação anual de população economicamente ativa por condição de ocupação



Fonte: PNAD, 2001 - 2008 / IBGE

Ao analisar a PEA segundo o sexo, observa-se que a população masculina corresponde a 51,9% dessa população. Quando se analisa a PIA por condição de atividade e sexo (Tabela 6), verifica-se 70,8% da população masculina está disponível no mercado de trabalho, houve uma queda de 1,2 pontos percentuais em comparação a 2001. Já na população feminina essa inserção é menor, 57,1%, mas ao contrário da população masculina, houve um aumento de 2,5 pontos percentuais.

Tabela 6: Pessoas de 10 anos e mais de idade por condição de atividade e sexo

Ano	População economicamente ativa (PEA)							
	Masculino				Feminino			
	PNEA		PEA		PNEA		PEA	
	N.	%	N.	%	N.	%	N.	%
2001	222.314	28,0	572.546	72,0	420.360	45,4	506.302	54,6
2002	231.535	27,7	604.945	72,3	442.053	46,7	504.273	53,3
2003	246.926	28,9	606.795	71,1	471.299	47,2	527.422	52,8
2004	269.022	30,8	605.209	69,2	464.087	45,3	560.548	54,7
2005	262.996	28,5	660.350	71,5	430.755	41,9	597.234	58,1
2006	284.339	30,2	657.338	69,8	474.480	43,7	610.820	56,3
2007	272.817	27,9	704.409	72,1	470.171	42,9	626.685	57,1
2008	290.080	29,2	704.560	70,8	490.464	42,9	653.295	57,1

Fonte: PNAD, 2001 - 2008 / IBGE

A taxa de ocupação para a população masculina (participação da população ocupada na PEA) chega a 92%, já a feminina fica em 85,6%, portanto o nível de ocupação do contingente masculino da PEA é superior que o nível de ocupação do contingente feminino, o que significa que o desemprego é maior na PEA feminina. Mas para ambos o nível de ocupação se elevou, para a população masculina em 3,5 pontos percentuais e para a população feminina 3,4 pontos percentuais (Tabela 7).

Tabela 7: População economicamente ativa por condição de ocupação e sexo

Ano	Condição de ocupação							
	Masculino				Feminino			
	População ocupada		População desocupada		População ocupada		População desocupada	
	N.	%	N.	%	N.	%	N.	%
2001	506.655	88,5	65.891	11,5	415.976	82,2	90.326	17,8
2002	534.839	88,4	70.106	11,6	418.145	82,9	86.128	17,1
2003	545.713	89,9	61.082	10,1	432.139	81,9	95.283	18,1
2004	540.191	89,3	65.018	10,7	458.426	81,8	102.122	18,2
2005	586.099	88,8	74.251	11,2	503.936	84,4	93.298	15,6
2006	602.153	91,6	55.185	8,4	519.677	85,1	91.143	14,9
2007	641.269	91,0	63.140	9,0	533.304	85,1	93.381	14,9
2008	648.115	92,0	56.445	8,0	559.296	85,6	93.999	14,4

Fonte: PNAD, 2001 - 2008 / IBGE

A taxa de atividade em relação à cor (PEA/PIA) está bastante próxima para brancos (63,3%) e não brancos (63,4%), e no período de 2001 a 2008 ficou praticamente estável. A taxa de ocupação para brancos é um pouco maior do que para não brancos, 89,9% para o primeiro grupo e 88,4% para o segundo grupo, porém se observa que o aumento da taxa de ocupação foi maior na população de não brancos (4,5 pontos percentuais) do que na população de brancos (2,3 pontos percentuais). (Tabela 8)

O exame da taxa de atividade para o perfil etário indica um pequeno aumento para a faixa de 15 a 24 anos (0,6 pontos percentuais) e um pouco maior para as de 25 a 39 anos (1,9 pontos percentuais) e de 40 a 59 anos (3 pontos percentuais). A taxa de ocupação para a população de 10 a 14 anos teve uma queda de 1,4 pontos percentuais, passando 3,7% em 2001 para

2,3% em 2008. Para a população idosa, acima de 60 anos, a taxa de atividade caiu 0, 3 pontos percentuais. A faixa etária com maior taxa de atividade é a 25 a 39 anos com 85,6% em 2008, seguida pela faixa de 40 a 59 anos (77,2% em 2008) (Tabela 9).

Tabela 8: Pessoas de 10 anos e mais de idade por condição de atividade e cor ou raça

Ano	Faz parte da população economicamente ativa (PEA)?							
	Branco				Não Branco			
	PNEA		PEA		PNEA		PEA	
	N.	%	N.	%	N.	%	N.	%
2001	279.796	36,8	480.446	63,2	356.870	37,7	588.789	62,3
2002	303.308	38,6	483.048	61,4	363.624	37,0	618.682	63,0
2003	329.099	39,2	511.484	60,8	383.749	38,5	613.058	61,5
2004	317.161	38,2	513.082	61,8	408.443	38,8	643.085	61,2
2005	303.437	35,6	548.658	64,4	384.964	35,7	694.162	64,3
2006	312.651	37,0	532.685	63,0	436.872	37,7	721.422	62,3
2007	309.899	36,6	537.529	63,4	422.494	35,4	770.834	64,6
2008	319.774	36,7	550.973	63,3	456.498	36,6	791.139	63,4

Fonte: PNAD, 2001 - 2008 / IBGE.

Tabela 9: Pessoas de 10 anos e mais de idade por condição de atividade e faixa de idade

Ano	De 10 a 14		De 15 a 24		De 25 a 39		De 40 a 59		60 anos ou mais	
	PNEA	PEA	PNEA	PEA	PNEA	PEA	PNEA	PEA	PNEA	PEA
2001	96,3	3,7	39,1	60,9	16,3	83,7	25,8	74,2	75,3	24,7
2002	98,5	1,5	38,4	61,6	15,6	84,4	27,8	72,2	76,8	23,2
2003	97,2	2,8	41,3	58,7	17,3	82,7	27,4	72,6	77,3	22,7
2004	98,1	1,9	42,0	58,0	15,6	84,4	25,7	74,3	77,8	22,2
2005	96,9	3,1	36,8	63,2	13,3	86,7	23,8	76,2	74,1	25,9
2006	97,4	2,6	39,6	60,4	14,8	85,2	25,2	74,8	76,9	23,1
2007	97,9	2,1	39,4	60,6	13,9	86,1	24,0	76,0	73,5	26,5
2008	97,7	2,3	38,5	61,5	14,4	85,6	22,8	77,2	75,6	24,4

Fonte: PNAD, 2001 - 2008 / IBGE.

A taxa de ocupação para a população de 40 a 59 anos e acima de 60 anos é praticamente igual, 96,0% para o primeiro grupo e 96,3% para o segundo. Já para os adultos, entre 25 e 39 anos, a taxa de ocupação é um pouco menor

(89,6%) e para a população entre 15 e 24 anos a taxa de ocupação cai para 75,3%. Conclui-se que o desemprego é maior para a população entre 15 e 24 anos (24,7%) e para a população entre 25 e 39 anos (10,4%) (Tabela 10).

Em relação à escolaridade, a taxa de atividade aumenta com mais anos de estudo, para a população com 12 anos ou mais de estudo chega a 84,8% em 2008. Para o grupo com estudo entre 9 e 11 anos em 2008 era de 74,1%, de 51,3% para o que possui entre cinco e oito anos de estudo e de 37,5% para o que possui de zero a quatro anos de estudo. Esse último grupo foi o que apresentou maior variação na taxa de atividade, diminuiu nove pontos percentuais de 2001 para 2008. A variação para a população com 5 a 8 anos de estudo foi bem menor, de 2,6 pontos percentuais. Para o grupo com 9 a 11 anos de estudo caiu 0,4 pontos percentuais e para quem tem mais de 12 anos de estudo subiu 1,2 pontos percentuais.

A população ocupada subiu em quase todos os grupos analisados. Para a população que tem de 0 a 4 anos de estudo a taxa de ocupação subiu de 84,3% em 2001 para 92,7% em 2008 (aumento de 8,4 pontos percentuais), para a população que tem de 5 a 8 anos de estudo essa taxa passou de 81,2% para 87,6% (6,4 pontos percentuais). Para o grupo que possui entre 9 e 11 anos de estudo o aumento foi pequeno, de 84,8% para 85,8% (apenas um ponto percentual), é nesse grupo que há a maior taxa de desemprego (14,2%). A população com mais de 12 anos de estudo foi a única que teve queda na taxa de ocupação, passou de 94,0% para 92,2%. É interessante observar que foram nesses dois grupos (9 a 11 anos e acima de 12 anos de estudo) que houve o maior aumento na população em idade ativa por faixa de escolaridade. Apesar da menor absorção no mercado de trabalho para o grupo com mais de 12 anos de estudo a taxa de desemprego ficou em 7,8%, a segunda menor (a menor foi para a população com até quatro anos de estudo, 7,3%) (Tabela 11)

Tabela 10: População economicamente ativa por condição de ocupação e faixa de idade

Ano	Condição de ocupação									
	De 10 a 14		De 15 a 24		De 25 a 39		De 40 a 59		60 anos ou mais	
	População ocupada	População desocupada	População ocupada	População desocupada	População ocupada	População desocupada	População ocupada	População desocupada	População ocupada	População desocupada
	%	%	%	%	%	%	%	%	%	%
2001	67,6	32,4	72,3	27,7	89,1	10,9	91,9	8,1	95,4	4,6
2002	73,3	26,7	71,5	28,5	89,0	11,0	93,3	6,7	94,3	5,7
2003	69,2	30,8	72,2	27,8	88,4	11,6	94,1	5,9	95,5	4,5

2004	42,2	57,8	69,9	30,1	89,1	10,9	93,2	6,8	97,4	2,6
2005	74,2	25,8	71,0	29,0	89,4	10,6	94,8	5,2	96,7	3,3
2006	58,6	41,4	74,4	25,6	90,8	9,2	95,8	4,2	95,0	5,0
2007	60,0	40,0	74,6	25,4	90,3	9,7	94,3	5,7	94,0	6,0
2008	62,5	37,5	75,3	24,7	89,6	10,4	96,0	4,0	96,3	3,7

Fonte: PNAD, 2001 - 2008 / IBGE.

Tabela 11: População economicamente ativa por condição de ocupação e faixa de escolaridade

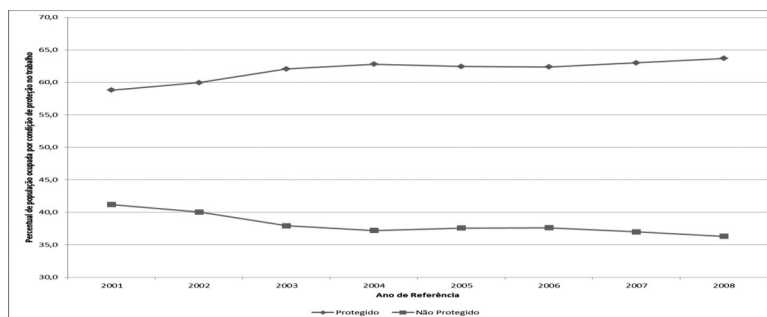
Ano	De 0 a 4		De 5 a 8		De 9 a 11		12 para cima	
	População ocupada	População desocupada	População ocupada	População desocupada	População ocupada	População desocupada	População ocupada	População desocupada
2001	84,3	15,7	81,2	18,8	84,8	15,2	94,0	6,0
2002	85,8	14,2	81,4	18,6	83,9	16,1	95,4	4,6
2003	85,6	14,4	82,9	17,1	83,7	16,3	93,9	6,1
2004	87,0	13,0	82,6	17,4	82,1	17,9	93,7	6,3
2005	89,9	10,1	81,0	19,0	84,3	15,7	93,9	6,1
2006	91,1	8,9	85,5	14,5	85,6	14,4	93,9	6,1
2007	89,9	10,1	86,9	13,1	85,9	14,1	91,9	8,1
2008	92,7	7,3	87,6	12,4	85,8	14,2	92,2	7,8

Fonte: PNAD, 2001 - 2008 / IBGE

Para a análise das condições de proteção social foram considerados protegidos os empregados com carteira assinada, os empregados sem carteira assinada, mas com contribuição previdenciária, os trabalhadores por conta própria com contribuição previdenciária, os militares e os servidores públicos. Foram considerados como não protegidos os empregados sem carteira assinada e sem contribuição previdenciária e os trabalhadores por conta própria sem contribuição previdenciária.

Foi verificado que, em 2008, 30,2% dos trabalhadores não estavam em condição de proteção social. Apesar de ser um número significativo sem proteção social, a população em condição de proteção social aumentou quatro pontos percentuais no período de 2001 a 2008 (Gráfico 7).

Gráfico 7: Variação anual de População ocupada por condição de proteção no trabalho



Fonte: PNAD, 2001 - 2008 / IBGE

A população masculina tem condição de proteção social um pouco melhor que a população feminina. Entre os homens 71% estão protegidos, entre as mulheres essa proteção é de 68,4%. No período essa condição aumentou 4,4 pontos percentuais para homens e 3,5 para mulheres (Tabela 12).

Quanto à proteção social relacionada à cor ou raça há uma diferença considerável para brancos e não brancos. Para o primeiro grupo 73,3% estão protegidos, para o segundo, 67,4%. Mas no período de 2001 a 2008, a população não branca em condição de proteção social aumentou mais do que a população branca protegida, 5,5 pontos percentuais para não brancos e 3 pontos percentuais para brancos (Tabela 13).

Tabela 12: População ocupada por condição de proteção no trabalho e sexo

Ano	Condição de proteção no trabalho							
	Masculino				Feminino			
	Protegido		Não Protegido		Protegido		Não Protegido	
	N.	%	N.	%	N.	%	N.	%
2001	294.785	58,2	211.870	41,8	247.731	59,6	168.245	40,4
2002	318.075	59,5	216.764	40,5	253.174	60,5	164.971	39,5
2003	328.905	60,3	216.808	39,7	277.912	64,3	154.227	35,7
2004	334.707	62,0	205.484	38,0	292.363	63,8	166.063	36,2
2005	375.323	64,0	210.776	36,0	305.139	60,6	198.797	39,4
2006	374.664	62,2	227.489	37,8	325.029	62,5	194.648	37,5
2007	405.302	63,2	235.967	36,8	334.637	62,7	198.667	37,3
2008	417.820	64,5	230.295	35,5	351.050	62,8	208.246	37,2

Fonte: PNAD, 2001 - 2008 / IBGE.

Tabela 13: População ocupada por condição de proteção no trabalho e cor ou raça

Ano	Indicador de proteção							
	Branco				Não Branco			
	Protegido		Não Protegido		Protegido		Não Protegido	
N.	%	N.	%	N.	%	N.	%	
2001	263.952	62,7	157.020	37,3	272.757	55,2	221.092	44,8
2002	269.191	63,0	158.101	37,0	297.066	57,2	221.970	42,8
2003	295.541	65,8	153.783	34,2	306.976	59,0	213.167	41,0
2004	309.882	67,9	146.717	32,1	313.018	58,6	220.869	41,4
2005	315.195	64,5	173.117	35,5	358.206	60,8	230.465	39,2
2006	321.732	66,5	161.980	33,5	369.905	59,2	255.195	40,8
2007	332.459	68,4	153.853	31,6	395.786	59,4	271.068	40,6
2008	326.983	66,0	168.445	34,0	433.790	62,0	265.597	38,0

Fonte: PNAD, 2001 - 2008 / IBGE.

Em relação à idade os grupos com maior proteção social são os que têm idade entre 25 e 39 anos (68,2% estão protegidos) e entre 40 e 59 anos (66,1% estão protegidos) (Tabela 14).

Tabela 14: População ocupada por condição de proteção no trabalho e faixa de idade

Ano	Condição de proteção no trabalho									
	De 10 a 14		De 15 a 24		De 25 a 39		De 40 a 59		60 anos ou mais	
	Protegido	Não Protegido	Protegido	Não Protegido	Protegido	Não Protegido	Protegido	Não Protegido	Protegido	Não Protegido
2001	4,0	96,0	50,4	49,6	61,6	38,4	62,3	37,7	51,2	48,8
2002	9,1	90,9	48,8	51,2	63,1	36,9	64,1	35,9	50,4	49,6
2003	0,0	100,0	52,9	47,1	66,2	33,8	64,0	36,0	48,3	51,7
2004	0,0	100,0	51,0	49,0	67,4	32,6	65,4	34,6	46,6	53,4
2005	4,3	95,7	50,4	49,6	66,9	33,1	66,4	33,6	44,9	55,1
2006	0,0	100,0	53,2	46,8	66,3	33,7	64,5	35,5	47,1	52,9
2007	0,0	100,0	49,2	50,8	67,3	32,7	66,6	33,4	49,7	50,3
2008	0,0	100,0	51,6	48,4	68,2	31,8	66,1	33,9	49,3	50,7

Fonte: PNAD, 2001 - 2008 / IBGE

A condição de proteção social aumenta à medida que aumentam os anos de estudo, para a população com até quatro anos de estudo 37,5% estão protegidos e para quem tem acima de 12 anos de estudo essa proteção chega a 84,8% (Tabela 15).

Tabela 15: Pessoas de 10 anos e mais de idade por condição de atividade e faixa de escolaridade

Ano	Condição de atividade			

	De 0 a 4		De 5 a 8		De 9 a 11		12 para cima	
	PNEA	PEA	PNEA	PEA	PNEA	PEA	PNEA	PEA
2001	53,5	46,5	46,1	53,9	25,5	74,5	16,4	83,6
2002	56,2	43,8	47,2	52,8	25,6	74,4	17,8	82,2
2003	56,5	43,5	48,9	51,1	28,5	71,5	17,8	82,2
2004	59,0	41,0	49,0	51,0	26,8	73,2	17,6	82,4
2005	57,9	42,1	46,5	53,5	22,6	77,4	17,4	82,6
2006	60,9	39,1	49,2	50,8	25,4	74,6	16,9	83,1
2007	59,2	40,8	46,2	53,8	25,3	74,7	17,9	82,1
2008	62,5	37,5	48,7	51,3	25,9	74,1	15,2	84,8

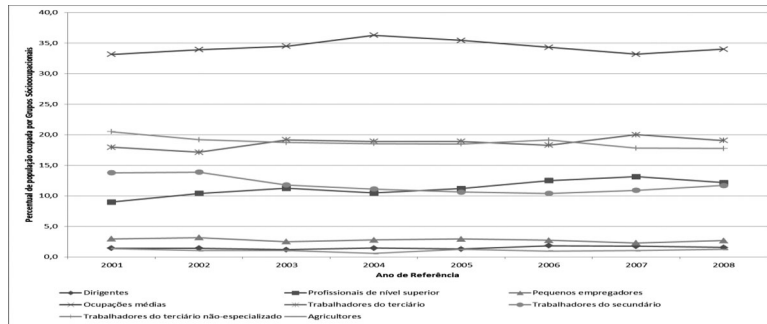
Fonte: PNAD, 2001 - 2008 / IBGE.

4. COMPOSIÇÃO SOCIAL DO TERRITÓRIO METROPOLITANO

Em relação à estrutura sócio-ocupacional não houve muita alteração no período de 2001 a 2008. Há predominância das ocupações médias (34%), em segundo estão os trabalhadores do terciário (19%), em terceiro estão os trabalhadores do terciário não especializado (17,7%). A participação de dirigentes é de apenas 1,5% e dos profissionais de nível superior é de 12,1%. Para trabalhadores do secundário é de 11,7%, para pequenos empregadores é de 2,7% e de agricultores é de 1,2%.

A maior mudança nesse período foi que os trabalhadores do terciário não especializado que tinham a segunda maior participação (20,5% em 2001) passou para terceira maior participação, cedendo o segundo lugar em participação para o terciário especializado que ocupava a terceira posição em 2001 (17,9%). Os profissionais de nível superior foram os que mais cresceram no período (3,1 pontos percentuais). Possivelmente reflexo do aumento de escolaridade, além no aumento do número de concursos públicos para nível superior que atraiu maior número de pessoas a buscarem formação superior. (Gráfico 8)

Gráfico 8: Variação anual percentual de população ocupada por Grupos Sócio-ocupacionais

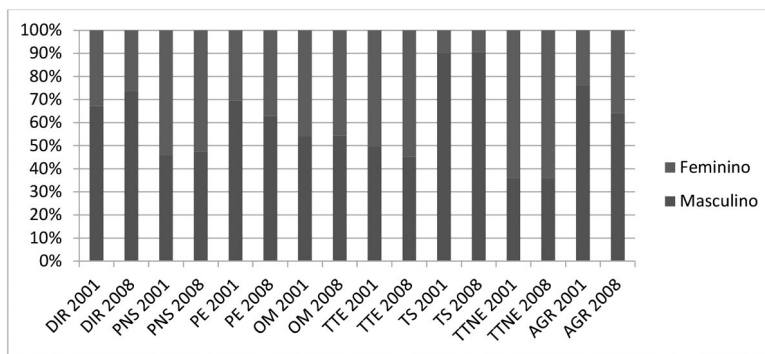


Fonte: PNAD, 2001 - 2008 / IBGE

Ao analisar as CATs quanto à divisão por sexo, a participação masculina é consideravelmente maior nas categorias de trabalhadores do secundário (90,6%), de dirigentes (73,7%) e de pequenos empregadores (62,9%). Nas ocupações médias há predominância masculina (54,3%), mas não é tão superior quanto às citadas anteriormente. O comportamento dessas CATs não foi similar no período, cada uma se comportou de uma forma. No grupo dos dirigentes a participação masculina subiu 6,5 pontos percentuais, no dos pequenos empregadores essa participação caiu 6,6 pontos percentuais e no dos trabalhadores do terciário ficou praticamente igual (aumentou 0,6 pontos percentuais). Possivelmente essa estabilidade na CAT de trabalhadores do secundário se explique por ser a construção civil a maior responsável pelo emprego desses trabalhadores, além da predominância na construção civil ser de homens, a entrada de mulheres nesse setor ainda é muito pequena. (Gráfico 9)

As ocupações médias também mantiveram praticamente estáveis a proporção entre homens e mulheres (em torno de 54% de homens para 46% de mulheres). A CAT com maior predominância feminina é a dos trabalhadores do terciário não especializado com 63,9% de mulheres, participação que se manteve estável no período. A predominância e a manutenção do mesmo nível de participação feminina pode ser influência dos trabalhadores domésticos nessa categoria. As mulheres também são maioria entre os trabalhadores do terciário (54,8%) e entre os profissionais de nível superior (52,5%). Na CAT de trabalhadores do terciário a participação feminina subiu 4,5 pontos percentuais e na CAT de profissionais de nível superior caiu 1,5 pontos percentuais (Gráfico 9).

Gráfico 9: População ocupada por Grupos Sócio-ocupacionais – 2001 e 2008



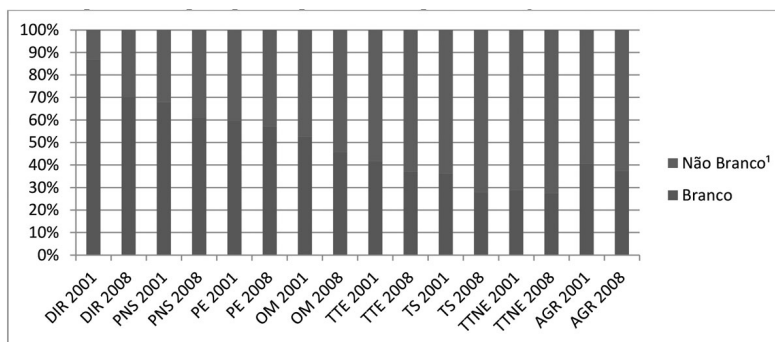
Fonte: PNAD, 2001 - 2008 / IBGE.

Quanto à cor, os brancos predominam nas CATs de dirigentes (70, 1%), de profissionais de nível superior (61,2%) e de pequenos empregadores (57,2%). Mas a participação de não brancos nessas CATs aumentou no período: no grupo dos dirigentes 16,8 pontos percentuais, no dos profissionais de nível superior 6,8 pontos percentuais e no dos pequenos empregadores 2,5 pontos percentuais (Gráfico 10).

Nos demais grupos sócio-ocupacionais a predominância é de não brancos. Nas Ocupações médias em 2001 havia 47,3% de não brancos e em 2008 chegou a 54,2%, um aumento de 6,9 pontos percentuais. Foi a única CAT que houve uma inversão na participação da população em relação à cor ou raça, no início do período analisado era de maioria branca e passou a ser de maioria não branca, no fim. Na categoria de trabalhadores do terciário a participação foi de 62,9% em 2008, um aumento de 4,6 pontos percentuais. Na CAT dos trabalhadores do secundário a participação de não brancos foi de 72% em 2008 (aumentou 8,2 pontos percentuais) e na CAT de trabalhadores do terciário não especializado essa participação também foi bastante alta, 72,5% (pequeno aumento de 1,3 pontos percentuais). Entre os agricultores a participação de não brancos foi de 62,5% (aumento de 3,2 pontos percentuais) (Gráfico 10).

Apesar da participação da população não branca ter aumentado em todas as CATs, ainda é pequena nas CATs superiores, como dirigentes e profissionais de nível superior. A sua participação diminui a cada nível que se sobe na hierarquia social.

Gráfico 10: População ocupada por Grupos Sócio-ocupacionais segundo a Cor ou Raça



Fonte: PNAD, 2001 - 2008 / IBGE.

Nota 1: Não branco corresponde a pretos e pardos.

Em relação à idade, os trabalhadores do terciário são os que têm a média mais baixa, entre 34 e 36 anos. Apenas os dirigentes e pequenos empregadores têm a média de idade maior que 40 anos (47,03 anos para dirigentes e 42,86 para pequenos empregadores).

Quanto à escolaridade, a categoria dos profissionais de nível superior apresenta a maior média, 14,73 anos de estudo. Os dirigentes possuem uma média um pouco menor, 13,75 anos de estudo. As ocupações médias têm a terceira maior média, 11,75 anos de estudo.

É interessante notar que, no período entre 2001 e 2008, tanto na categoria dos dirigentes e dos pequenos empregadores essa média abaixou um pouco (0,38 anos para dirigentes e 0,41 anos para pequenos empregadores). Para os profissionais de nível superior houve um pequeno aumento, 0,15 anos. Nas outras categorias houve um maior aumento na média dos anos de estudo: ocupações médias, 0,86 anos; trabalhadores do terciário, 1,17 anos; trabalhadores do secundário, 1,26 anos; trabalhadores do terciário não especializado, 1,2 anos; agricultores, 2,14 anos.

Na hierarquia sócio-ocupacional do Distrito Federal quase todas as categorias têm média de estudo maior do que as sucedem descendentemente. São exceção os pequenos empregadores que têm média de anos estudo menor que as ocupações médias (1,99 anos a menos) e os trabalhadores do terciário não especializado que têm 0,13 anos a menos em sua média do que os agricultores.

A renda média segue um padrão coerente com a hierarquia de ocupações, com uma pequena mudança nesse padrão quando chega ao patamar dos trabalhadores do terciário que tem uma renda média bastante próxima dos trabalhadores do secundário, porém um pouco menor. Os agricultores

também têm uma renda média maior que os trabalhadores do terciário não especializados.

A variação da renda média foi maior nas ocupações médias, houve um aumento de 17,1% no período de 2001 a 2008. O menor aumento na média ficou para os trabalhadores do terciário 1,8%. Já os pequenos empregadores mantiveram a renda média no período.

Vale ressaltar que a renda média dos agricultores oscilou muito no período, o que pode ter sido causado por distorção de resultados da amostra pelo fato dos agricultores serem numericamente bastante reduzidos no Distrito Federal.

Quanto à condição de proteção social, observa-se que quanto mais baixo na hierarquia social menor a população protegida, com exceção dos trabalhadores do terciário especializado que têm uma condição de proteção social melhor que dos trabalhadores do secundário (56% e 48,3% respectivamente) e dos agricultores que têm uma condição de proteção um pouco melhor (59,1%) do que os trabalhadores do terciário não especializado. O menor nível de proteção está entre os trabalhadores do secundário.

As únicas categorias que perderam em relação à condição de proteção social no período analisado são dos profissionais de nível superior (caiu 2,8 pontos percentuais) e ocupações médias (queda de 1,4 pontos percentuais).

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

No período de 2001 a 2008 a população em idade ativa (PIA) do Distrito Federal teve um aumento 24,2%. É em maioria feminina, e a proporção em relação ao sexo foi estável. Houve um aumento de 3,5 pontos percentuais na população em idade ativa não branca. A faixa etária com maior participação na PIA é a que tem entre 25 e 39 anos (32,1%), seguida pela faixa que tem entre 40 e 59 anos (26,8%). Houve um aumento na PIA com mais de 12 anos de estudo de 7,5 pontos percentuais, também aumentou, em menor proporção, a PIA na faixa de nove a onze anos de estudo (4,1 pontos percentuais). A maior concentração da PIA está na faixa de renda entre um e três salários mínimos.

A partir das análises feitas, verifica-se que há menor inserção de mulheres no mercado de trabalho, isto significa que há mais mulheres

desempregadas. O desemprego também é maior entre os não brancos. Em relação à idade o desemprego é maior nas faixas de 15 a 24 anos (24,7%) e entre 25 e 39 anos (10,4%). Quando se analisa em relação ao tempo de estudo observa-se que a maior taxa de desemprego está na população entre nove e onze anos de estudo (14,2%). Também vale ressaltar que o único grupo que teve queda na taxa de ocupação (o que significa maior taxa de desemprego) foi o da população com mais de 12 anos de estudo apesar de ter sido o grupo no qual a PIA mais cresceu (7,5 pontos percentuais).

A estrutura sócio-ocupacional não sofreu muita alteração no período de 2001 a 2008. A predominância das ocupações médias se manteve (34%), seguida dos trabalhadores do terciário (19%) e do terciário não especializado (17,7%). A participação de dirigentes é de apenas 1,5% e dos profissionais de nível superior é de 12,1%.

Quando se analisa o comportamento das CATs quanto à divisão por sexo, verifica-se que a participação masculina é consideravelmente maior nas categorias de trabalhadores do secundário (90,6%), de dirigentes (73,7%) e de pequenos empregadores (62,9%). Nas CATs em que há predominância de mulheres a diferença não é tão grande quanto as que têm maioria masculina.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

CAMPOS, Neio. A segregação planejada. In: PAVIANI, Aldo (org.). **A conquista da cidade**. 2 ed. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1998. Pp. 97-113.

CODEPLAN – Companhia de Planejamento do Distrito Federal. Disponível em: <<http://www.codeplan.df.gov.br>>. Acessado em: 20/10/2010.

DISTRITO FEDERAL. Secretaria de Desenvolvimento Urbano e Habitação. **Modelo de gestão estratégica do território do Distrito Federal**. Brasília: Metroquatro Arquitetura e Tecnologia, 2004.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Disponível em : <<http://www.ibge.gov.br>>. Acessado em: 20/10/2010.

INEP – Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. **Censo da Educação Superior 2008, Dados Preliminares**. Brasília, Resumo Técnico, INEP, 2009.

RIBEIRO, Luiz César Queiroz; RIBEIRO, Marcelo Gomes; COSTA, Lygia Gonçalves. **Estrutura social das metrópoles brasileiras: 2001 a 2008**. Rio de Janeiro, 2010.

STEINBERGER, Marília. Formação do aglomerado urbano de Brasília no contexto nacional e regional. In: PAVIANI, Aldo (org.). **Brasília – gestão urbana: conflitos e cidadania**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1999. Pp. 23-53.

Sobre os autores

Organizadores

LÍGIA GONÇALVES COSTA

Socióloga. Possui Mestrado (2002) e Doutorado (2009) em Sociologia (SBI/IUPERJ). Realizou Estágio de Pós-Doutorado no Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional/IPPUR/UFRJ com bolsa da FAPERJ (2009-2011), vinculada ao programa de pesquisa INCT/Observatório das Metrôpoles.

LUIZ CÉSAR DE QUEIROZ RIBEIRO

Professor Titular do Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional- IPPUR da Universidade Federal do Rio de Janeiro - UFRJ. Coordena o INCT/Observatório das Metrôpoles: território, coesão social e governança, pesquisa em rede, envolvendo estudos comparativos sobre 15 metrôpoles brasileiras.

MARCELO GOMES RIBEIRO

Doutor em Planejamento Urbano e Regional pelo Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano da Universidade Federal do Rio de Janeiro (IPPUR/UFRJ). Mestre em Sociologia pela Universidade Federal de Goiás (UFG). Graduação em Economia pela Pontifícia Universidade Católica de Goiás (PUC-GO). Atualmente é pesquisador do INCT/Observatório das Metrôpoles.

Demais autores

ANDRÉ MOURTHÉ DE OLIVEIRA

Professor do Departamento de Economia da PUC Minas.

ANDRÉ RICARDO SALATA

Possui graduação em Ciências Sociais pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (2007) e mestrado em Sociologia pelo Programa de Pós Graduação em Sociologia e Antropologia da Universidade Federal do Rio de Janeiro (2010). Atualmente é doutorando em Sociologia pelo mesmo programa. Trabalha como assistente de pesquisa no INCT/Observatório das Metrôpoles (IPPUR/UFRJ).

ÉRICA TAVARES DA SILVA

Doutora em Planejamento Urbano e Regional no Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional (IPPUR/UFRJ). Possui Mestrado em Estudos Populacionais e Pesquisa Social pela Escola Nacional de Ciências Estatísticas (ENCE/IBGE-2006) e Graduação em Ciências Sociais pela Universidade Estadual do Norte Fluminense (CCH/UENF-2004). Atualmente desenvolve pesquisas no INCT/Observatório das Metrôpoles.

INAÍÁ MARIA MOREIRA DE CARVALHO

Doutora em Sociologia. Professora do Mestrado em Políticas Sociais e Cidadania da Universidade Católica do Salvador e do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Universidade Federal da Bahia. Pesquisadora do Centro de Recursos Humanos da UFBA, do CNPq e do Observatório das Metrôpoles.

JAN BITOUN

Geógrafo, Doutor em Geografia e Professor no Programa de Pós-Graduação em Geografia na Universidade Federal de Pernambuco.

JULIANA MACHADO COELHO

Possui graduação em Arquitetura e Urbanismo pela Universidade de Brasília (2003) e mestrado em Arquitetura e Urbanismo pela Universidade de Brasília (2012). Atualmente é analista de planejamento e gestão urbana - Secretaria de Estado de Habitação, Regularização e Desenvolvimento Urbano (DF).

LÍVIA MIRANDA

Arquiteta e Urbanista, Doutora em Desenvolvimento Urbano, Professora no Curso de Arquitetura e Urbanismo e Colaboradora no Programa de Pós-Graduação em Engenharia Civil e Ambiental da Universidade Federal de Campina Grande.

LUÍS ABEL DA SILVA FILHO

Professor do Departamento de Economia da Universidade Regional do Cariri – URCA. Bacharel em Ciências Econômicas pela Universidade Regional do Cariri – URCA; Mestre em Economia pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte – UFRN; Pesquisador do Observatório das Metrôpoles, núcleo da UFRN.

LUCIA MARIA M. BÓGUS

Graduada em Ciências Sociais pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (1970), é mestre em Ciências Sociais pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (1981) e doutora em Arquitetura pela Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo (1988).

Coordena o Observatório das Metrôpoles São Paulo. Professora Titular do Departamento de Sociologia da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo.

MARLEY V. DESCHAMPS

Economista, pesquisadora do IPARDES e Profª da UNC (mvdeschamps@hotmail.com)

MARIA DO LIVRAMENTO MIRANDA CLEMENTINO

Professora Titular do Departamento de Políticas Públicas da Universidade Federal do Rio Grande do Norte – UFRN. Coordenadora da rede Observatório das Metrôpoles, núcleo da UFRN. Bacharela em Ciências Econômicas e em Ciências Sociais pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte - UFRN e em Sociologia e Política pela Fundação José Augusto. Mestra em Sociologia e Doutora em Ciências Econômicas pela Universidade Estadual de Campinas - UNICAMP. Pós-doutora na Université Lumière, Lyon2.

MARIA REJANE SOUZA DE BRITTO LYRA

Estatística, Doutora em Demografia, Consultora no Observatório Pernambuco de Políticas Públicas e Práticas Socioambientais.

PAULO ROBERTO DELGADO

Sociólogo, pesquisador do IPARDES (delgado@pr.gov.br)

RAFAEL SERRAO

Técnico do Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos - (DIEESE) alocado na CNM-CUT (Confederação Nacional dos Metalúrgicos da Central Única dos Trabalhadores). Pesquisador do Projeto Observatório das Metrôpoles - Núcleo São Paulo, desenvolvido no Programa de Estudos Pós-Graduados em Ciências Sociais da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP). Mestrando pela Faculdade de Arquitetura e Urbanismo de São Paulo (FAUUSP).

RITA PETRA KALLABIS

Doutoranda em Desenvolvimento Econômico pela Unicamp; mestre em Desenvolvimento Econômico pela Unicamp; economista pela PUC-Goiás; pesquisadora do Observatório das Metrôpoles – Núcleo de Goiânia.

RÔMULO JOSÉ DA COSTA RIBEIRO

Geólogo (UnB, 1999), mestre em Arquitetura e Urbanismo (FAU-UnB, 2003), doutor em Arquitetura e Urbanismo (FAU-UnB, 2008). Coordenador do Núcleo Brasília-RIDE do INCT - Observatório das Metrôpoles/IPPUR/UFRJ. Professor Adjunto II da Universidade de Brasília.

ROSETTA MAMMARELLA

Possui graduação em Filosofia pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (1978) e mestrado em Sociologia pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (1993). Foi técnica da Fundação de Economia e Estatística.

SUZANA PASTERNAK

Possui graduação em Arquitetura e Urbanismo pela Universidade Presbiteriana Mackenzie (1966), graduação em Saúde Pública pela Universidade de São Paulo (1970), especialização em Urbanismo pela Université Paris 1 Pantheon-Sorbonne (1968), especialização em Saúde Pública pela Universidade de São Paulo (1970), mestrado em Saúde Pública pela Universidade de São Paulo (1975) e doutorado em Saúde Pública pela Universidade de São Paulo (1983). Atualmente é Professor Titular da Universidade de São Paulo.

TANYA M. DE BARCELLOS

Possui graduação em Ciências Sociais pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (1969), especialização em Métodos e Técnicas de Pesquisa em Ciências Sociais pelo Fundação Getúlio Vargas - RJ (1971) e mestrado em Sociologia pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (1993). Atualmente é Técnica da Fundação de Economia e Estatística.

Conselho Editorial

COLEÇÃO METRÓPOLES

Dr. Luiz Cesar de Queiroz Ribeiro – IPPUR/UFRJ

Presidente do Conselho

Dra. Ana Lúcia Rodrigues – PPGCS/UEM

Dra. Andrea C. Catenazzi – UNGS/Argentina

Dr. Aristides Moysés – PUC Goiás

Dr. Carlos de Mattos – IEU/PUC Chile

Dr. Carlos Nassi – COPPE/UFRJ

Dr. Emilio Pradilla Cobos – UAM (Universidad Autónoma Metropolitana), México

Dr. Eustógio Wanderley C. Dantas – PPGG/UFC

Dr. Frederico Rosa Borges de Holanda – FAU/UNB

Dr. Jeroen Johannes Klink – UFABC

Dra. Inaiá Maria Moreira de Carvalho – PPGCS/UFBA

Dr. José Borzacchiello da Silva – PPGDMA/UFC

Dra. Lúcia Bógus – PPGCS/PUC Minas

Dra. Luciana Teixeira Andrade – PPGCS/PUC Minas

Dra. Marcia da Silva Pereira Leite – IFCS/UERJ

Dr. Marcio da Costa – FE/UFRJ

Dr. Manuel Villaverde Cabral – Universidade de Lisboa

Dra. Maria do Livramento Miranda Clementino – NAPP/UFRN

Dra. Maria Madalena Franco Garcia – FNEM (Fórum Nacional de Entidades Metropolitanas)

Dra. Maura Pardini Bicudo Vêras – PPGCS/PUC São Paulo

Dra. Olga Firkowski – Dept. Geografia/UFPR

Dr. Orlando Santos Junior – IPPUR/UFRJ

Dr. Peter Spink – EAESP/Mackenzie/SP

Dr. Roberto Kant de Lima – INCT-InEAC/UFF

Dr. Roberto Luís M. Monte-Mór – CEDEPLAR/UFMG

Dr. Ruben George Oliven – PPGAS/UFRGS

Dr. Ricardo Machado Ruiz – CEDEPLAR/UFMG

Dra. Raquel Rolnik – FAU/USP

Dra. Rosa Moura – IPARDES/PR

Dra. Rosetta Mammarella – FEE/RS

Dra. Simaia do Socorro Sales da Mercês – NAEA/UFPA

Dra. Suzana Pasternak – FAU/USP